

rio da Marinha e Colonias ou do governador geral da provincia de Angola, conforme o deposito for respectivamente feito na Caixa Geral de Depositos ou no cofre da Fazenda provincial, a quantia de 15\$000 réis em moeda corrente.

4.^a

No caso do concorrente ser estrangeiro, deverá juntar á proposta uma declaração autentica de que se sujeita ás leis e aos tribunaes portuguezes, em tudo quanto tiver relação com a sua concessão, no caso de esta vir a ser-lhe adjudicada, e um documento pelo qual prove que está naturalizado ou reside em territorio portuguez ha mais de seis meses.

5.^a

O concorrente poderá fazer-se representar por procurador bastante, devendo neste caso juntar tambem á sua proposta procuração com poderes especiaes para todos os actos do concurso e da licitação, quando esta deva ter lugar.

6.^a

As propostas de preço do foro, a que se refere a condição 2.^a, serão encerradas com os documentos designados nas condições 3.^a, 4.^a e 5.^a, num sobrescrito com a seguinte legenda:

«Proposta para o aforamento de ..., no terreno sito em ..., districto de ..., na provincia de ..., a que se refere o annuncio publicado nos ... n.ºs ..., de ...».

7.^a

Serão excluidas do concurso as propostas que não satisfizerem ás condições 2.^a, 3.^a, 4.^a, 5.^a e 6.^a d'este programma.

8.^a

Não serão consideradas quaesquer offertas de vantagens alem da offerta de preço, que nunca poderá ser inferior á base para a hasta publica.

9.^a

Quando dois ou mais concorrentes tiverem offerecido o mesmo preço de foro e este seja maximo entre todas as propostas, proceder-se-ha em acto continuo a licitação verbal, somente entre os ditos concorrentes, pelo espaço de um quarto de hora, sendo os lances offerecidos pelos concorrentes segundo a ordem de recepção das respectivas propostas.

10.^a

O Governo reserva-se o direito de não confirmar a adjudicação feita pelo governador geral da provincia de Angola quando isso convenha aos interesses do Estado.

11.^a

Perderá o direito á concessão e ao deposito designado na condição 3.^a o concorrente preferido que não apresentar na Direcção Geral das Colonias ou na secretaria do Governo Geral da provincia de Angola o certificado do deposito de caução na importancia de 75\$000 réis, feito respectivamente na Caixa Geral de Depositos, ou no cofre da Fazenda provincial devendo este deposito effectuar-se no prazo de sessenta dias, contados da data da publicação do despacho de adjudicação no *Boletim Official* da provincia, quando realizado na Caixa Geral de Depositos, e no prazo de trinta dias, contados da data da publicação do mesmo despacho no *Boletim Official*, quando o deposito for effectuado no cofre da Fazenda provincial.

12.^a

As propostas de preço designadas na condição 2.^a e os documentos mencionados nas condições 3.^a e 4.^a deverão ser escritos em papel sellado.

Direcção Geral das Colonias, em 27 de fevereiro de 1911. — O Director Geral, J. M. Teixeira Guimarães.

Condições de aforamento do terreno a que se refere o annuncio d'esta data

1.^a

A base para a hasta publica é de 1 real por metro quadrado.

2.^a

A adjudicação referir-se-ha somente á area de terreno sobre que não haja sido interposto impedimento pelas autoridades ultramarinas, ou reclamações de particulares cujo processo demostre não terem fundamento, ficando o adjudicatario obrigado a adquirir, pelo preço da adjudicação, as parcelas de terreno que forem objecto de reclamações não fundamentadas.

3.^a

Os emphyteutas ficam obrigados ao cumprimento, na parte que lhes diz respeito, da carta de lei de 9 de maio de 1901 e regulamento geral provisório de 2 de setembro do mesmo anno, na parte não alterada pelas instrucções provisórias approvadas por decreto de 30 de outubro de 1902, d'estas mesmas instrucções e do disposto no decreto de 27 de novembro de 1902.

Direcção Geral das Colonias, em 27 de fevereiro de 1911. — O Director Geral, J. M. Teixeira Guimarães.

Para os devidos effectos se annuncia que, pelas quatro horas da tarde do dia 26 de abril do corrente anno, na secretaria do governo geral da provincia de Angola e perante uma comissão para esse fim opportunamente nomeada, deverá ter lugar o concurso para a adjudicação por aforamento de 1:500 metros quadrados de terreno baldio, requerido por Tavares & C.^a, sito em Xá-Quilongue, capitania-mor do Cuango, districto da Lunda, na provincia de Angola, confinando pelo norte com a via publica, sul com terrenos baldios, nascente com Vaz Gonçalves & C.^a e poente com Duarte & Barreira, em conformidade do programma do concurso e condições abaixo transcritas.

Programma do concurso

1.^a

As propostas serão recebidas pelo presidente da comissão supra mencionada durante um periodo de um quarto de hora, procedendo-se decorrido esse periodo á sua abertura.

2.^a

As propostas serão escritas em portuguez nos seguintes termos:

«O abaixo assinado obriga-se a aforar o terreno sito em ..., districto de ..., na provincia de ..., a que se refere o annuncio de ..., de ..., publicado nos n.ºs ... de ..., nas condições annexas ao mesmo annuncio, pelo foro annual de ... réis, por ...».

Estas propostas serão fechadas em sobrescritos sem designação alguma exterior.

3.^a

Cada proposta deve ser acompanhada por um certificado de haver o concorrente depositado á ordem do Ministerio da Marinha e Colonias ou do governador do districto da Lunda, conforme o deposito for respectivamente feito na Caixa Geral de Depositos ou no cofre da Fazenda provincial, a quantia de 15\$000 réis em moeda corrente.

4.^a

No caso do concorrente ser estrangeiro deverá juntar á proposta uma declaração autentica de que se sujeita ás leis e aos tribunaes portuguezes, em tudo quanto tiver relação com a sua concessão, no caso de esta vir a ser-lhe adjudicada, e um documento pelo qual prove que está naturalizado ou reside em territorio portuguez ha mais de seis meses.

5.^a

O concorrente poderá fazer-se representar por procurador bastante, devendo neste caso juntar tambem á sua proposta procuração com poderes especiaes para todos os actos do concurso e da licitação, quando esta deva ter lugar.

6.^a

As propostas de preço do foro, a que se refere a condição 2.^a, serão encerradas, com os documentos designados nas condições 3.^a, 4.^a e 5.^a, num sobrescrito com a seguinte legenda:

«Proposta para o aforamento de ..., no terreno sito em ..., districto de ..., na provincia de ..., a que se refere o annuncio publicado nos ... n.ºs ..., de ...».

7.^a

Serão excluidas do concurso as propostas que não satisfizerem ás condições 2.^a, 3.^a, 4.^a, 5.^a e 6.^a d'este programma.

8.^a

Não serão consideradas quaesquer offertas de vantagens alem da offerta de preço, que nunca poderá ser inferior á base para a hasta publica.

9.^a

Quando dois ou mais concorrentes tiverem offerecido o mesmo preço de foro e este seja maximo entre todas as propostas, proceder-se-ha em acto continuo a licitação verbal, somente entre os ditos concorrentes, pelo espaço de um quarto de hora, sendo os lances offerecidos pelos concorrentes segundo a ordem de recepção das respectivas propostas.

10.^a

O Governo reserva-se o direito de não confirmar a adjudicação feita pelo governador geral da provincia de Angola, quando isso convenha aos interesses do Estado.

11.^a

Perderá o direito á concessão e ao deposito designado na condição 3.^a o concorrente preferido que não apresentar, na Direcção Geral das Colonias, ou na secretaria do Governo geral da provincia de Angola ou na secretaria do Governo do districto da Lunda, o certificado do deposito de caução na importancia de 75\$000 réis, feito respectivamente na Caixa Geral de Depositos ou no cofre da Fazenda provincial, devendo este deposito effectuar-se no prazo de sessenta dias, contado da data da publicação do despacho de adjudicação no *Boletim Official* da provincia, quando realizado na Caixa Geral de Depositos, e no prazo de trinta dias, contados da data da publicação do mesmo despacho no *Boletim Official*, quando o deposito for effectuado no cofre da Fazenda provincial ou do districto da Lunda.

12.^a

As propostas de preço designadas na condição 2.^a e os documentos mencionados nas condições 3.^a e 4.^a deverão ser escritos em papel sellado.

Direcção Geral das Colonias, em 27 de fevereiro de 1911. — O Director Geral, J. M. Teixeira Guimarães.

Condições de aforamento do terreno a que se refere o annuncio d'esta data

1.^a

A base para a hasta publica é de 1 real por metro quadrado.

2.^a

A adjudicação referir-se-ha somente á area de terreno sobre que não haja sido interposto impedimento pelas autoridades ultramarinas ou reclamações de particulares cujo processo demostre não terem fundamento, ficando o adjudicatario obrigado a adquirir, pelo preço da adjudicação, as parcelas de terreno que forem objecto de reclamações não fundamentadas.

3.^a

Os emphyteutas ficam obrigados ao cumprimento, na

parte que lhes diz respeito, da carta de lei de 9 de maio de 1901 e regulamento geral provisório de 2 de setembro do mesmo anno, na parte não alterada pelas instrucções provisórias approvadas por decreto de 30 de outubro de 1902, d'estas mesmas instrucções e do disposto no decreto de 27 de novembro de 1902.

Direcção Geral das Colonias, em 27 de fevereiro de 1911. — O Director Geral, J. M. Teixeira Guimarães.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS

Direcção Geral dos Negocios Politicos e Diplomaticos

Em 15 de janeiro de 1907, sob proposta inicial do Presidente dos Estados Unidos da America, a convite de Sua Majestade o Imperador de todas as Russias, e convocada por Sua Majestade a Rainha dos Países Baixos, reuniu na Haya a Segunda Conferencia Internacional da Paz. Quarenta e quatro Potencias se fizeram representar naquella assembleia. Durante quatro meses trabalharam conjuntamente os Representantes de todos os países civilizados na realização dos intuitos generosos que inspiraram a Conferencia, e na consecução dos designios dos seus respectivos Governos, procurando, por meio de um justo espirito de concessões reciprocas, concorrer para o maior desenvolvimento dos principios humanitarios que serviram de base á Primeira Conferencia de 1899.

O resultado dos trabalhos dos Delegados de todas as Potencias acham-se consignados no Acto Final da Conferencia e nas Convenções e Declaração annexas a esse Acto, adoptadas pelos Delegados para serem submettidas á assinatura dos Plenipotenciarios.

No Acto Final affirmaram as Potencias principios geraes unanimemente reconhecidos, e outros cuja adopção entenderam dever notar como justa aspiração das Nações.

Nas Convenções e Declaração procuraram codificar as regras que todas ou grande parte d'ellas estariam dispostas a applicar na pratica, nas relações de umas para com outras.

Assim, ficou consignado no Acto Final o reconhecimento do principio de arbitragem obrigatoria, que em 1899 não lograra ainda reunir todos os suffragios, e por voto igualmente unanime se admittiu que certas divergencias são susceptiveis de ser submettidas sem restricção á arbitragem obrigatoria. O estudo do problema da limitação dos encargos militares; a adopção de um projecto de Convenção para estabelecimento de um Tribunal de Justiça Arbitral; a manutenção das relações pacificas, e designadamente, das relações commerciaes e industriaes entre as populações dos Estados belligerantes e os países neutros; a regularização, por convenções, da situação, sob o ponto de vista dos deveres militares, dos cidadãos de qualquer país estabelecidos no estrangeiro; a elaboração de um regulamento relativo ás leis e costumes da guerra maritima, são outros tantos assuntos que no Acto Final da Conferencia os Delegados recommendam ao estudo e attenção das Potencias signatarias.

A indicação dos titulos das convenções e declaração annexas ao Acto Final diz summariamente os objectivos que com ellas se procura attingir. São esses diplomas:

- I. Convenção para solução pacifica dos conflictos internacionais.
- II. Convenção relativa á limitação do emprego da força para cobrança de dividas derivadas de contratos.
- III. Convenção relativa á abertura das hostilidades.
- IV. Convenção relativa ás leis e costumes da guerra terrestre.
- V. Convenção relativa aos direitos e deveres das Potencias e das pessoas neutras, no caso de guerra terrestre.
- VI. Convenção relativa ao regime dos navios mercantes inimigos no principio das hostilidades.
- VII. Convenção relativa á transformação dos navios mercantes em navios de guerra.
- VIII. Convenção relativa á collocação de minas submarinas automaticas de contacto.
- IX. Convenção relativa ao bombardeamento por forças navaes em tempo de guerra.
- X. Convenção para adaptação á guerra maritima dos principios da Convenção de Genebra.
- XI. Convenção relativa a certas restricções do exercicio do direito de captura na guerra maritima.
- XII. Convenção relativa á instituição de um tribunal internacional de presas.
- XIII. Convenção relativa aos direitos e deveres das Potencias neutras no caso de guerra maritima.
- XIV. Declaração relativa á interdição de lançar, por meio de balões, projecteis e explosivos.

Não é possível, sem acompanhar a par e passo e repetir os termos d'estes diplomas, assinalar minuciosamente os pontos que pela primeira vez apparecem regulados com as suas estipulações, ou evidenciar todos os progressos realizados pela obra da Conferencia de 1907 sobre a que fôra encetada pela Assembleia de 1899. A mesma formula já usada para definir no seu conjunto o objectivo dos trabalhos da Primeira Conferencia da Paz, pode porem servir para synthetisar o espirito que presidiu á elaboração das Convenções de 1907: subordinação crescente da força á justiça e ao direito.

Este alto pensamento está traduzido nas convenções e declaração de que se trata, tanto nas suas estipulações como nos principios, só em relação áquelles secundarios, que as orientaram. No campo da arbitragem e da justiça vemos a sua expressão na manifestação do desejo da manu-

(Traducções)

tenção da paz; no reconhecimento da solidariedade dos membros da sociedade das nações civilizadas; na forma da instituição permanente da jurisdição arbitral; na organização geral e regular do respectivo processo; nas disposições relativas ao mais eficaz funcionamento das comissões de inquerito e dos tribunales de arbitragem, e á maior facilidade d'aquelle recurso em litigios susceptíveis de um processo summario; na interdição do recurso á força para a cobrança de dividas derivadas de contratos, e na criação de um tribunal internacional de presas. No dominio da guerra o mesmo nobre objectivo se traduz nas estipulações destinadas a afastar os perigos de um rompimento de hostilidades sem aviso previo; nos preceitos que de finem com maior precisão as actuaes leis e costumes da guerra terrestre, ou lhe restringem os rigores; nas regras que definem os direitos e deveres das Potencias neutras, a situação dos belligerantes refugiados em territorio neutral, e a propria qualidade de neutro. Evitencia-se elle tambem nas clausulas que procuram garantir o commercio internacional contra as surpresas da guerra e proteger as operações emprehendidas de boa fé e em execução antes da abertura de hostilidades, e nas estipulações referentes á incorporação de navios de commercio nas esquadras de combate. Iguaes intuitos humanitarios e de justiça inspiram as regras que poupam as povoações não defendidas aos rigores do bombardeamento pelas forças navaes, e que, nos casos em que este é licito, garantem os direitos dos habitantes e a conservação de muitos edificios, pela applicação de determinados preceitos do regulamento de 1899; a applicação á guerra marítima das estipulações da Convenção de Genebra de 1906; os compromissos sobre principios, mantidos até então no dominio incerto da controversia ou do arbitrio, protectores do commercio pacifico e do trabalho inoffensivo durante as hostilidades; e por fim, a adopção de providencias que diminuem quanto possivel as divergencias ainda existentes acerca das relações entre Potencias neutras e belligerantes, e a interdição, baseada no sentimento que desde 1868 tinha sido expresso na Declaração de S. Petersburgo, do emprego de certos meios de ataque, qual o do lançamento de projecteis e explosivos por meio de balões.

As convenções em que ficaram consignados estes elevados propositos receberam cada uma de per si as assinaturas das Potencias que acceitavam as suas clausulas. A sua ratificação tem sido successivamente effectuada por grande numero das Nações signatarias. Com respeito, porem, á Convenção para estabelecimento de um tribunal internacional de presas, reconheceu-se que, por motivos de ordem constitucional interna, algumas das suas disposições não podiam ser ratificadas por todas as Potencias signatarias. Como a falta de adhesão de algum d'esses paises prejudicaria a efficacia das estipulações ajustadas, convieram os signatarios d'aquella Convenção em elaborar um protocolo adicional que, sem annullar a instituição por todos desejada, modificasse o alcance de certas clausulas, de modo a remover as difficuldades constitucionaes que algumas Potencias encontravam na acceitação da primitiva formula. Esse protocolo foi effectivamente assinado na Haya e a sua ratificação ficou ajustada para o corrente mês, simultaneamente e como parte integrante da convenção relativa ao tribunal internacional de presas.

Portugal collaborou nos trabalhos da segunda Conferencia da Paz, como lhe impunham a sua situação e as suas tradições no concerto das nações civilizadas. Pelos Plenipotenciarios portugueses foram firmadas, com excepção da VIII, todas as Convenções e a Declaração annexa ao Acto Final da Haya de 18 de outubro de 1907. Igualmente foi assinado em nome da Nação Portuguesa o Protocolo a que acima se faz referencia.

A todos aquellos actos falta porem a ratificação de Portugal; nem elles foram ainda approvados para que os instrumentos de ratificação portuguezes possam ser depositados.

Entende o Governo Provisorio da Republica que esse estado de cousas não se deve prolongar sob o novo regime politico da Nação Portuguesa. Os sentimentos de respeito mutuo e de solidariedade das differentes Potencias, a consolidação do imperio da justiça e do direito; os principios humanitarios, todos os elementos que presidiram á feitura das convenções e declaração da Haya, condizem tão perfeitamente com os intuitos e desejos do Governo Provisorio da Republica, harmonizam-se de maneira tão completa com os pensamentos que o guiam no seu convívio com as demais nações civilizadas, que não deve ser protelada a approvação d'esses documentos. Por isso o Governo Provisorio da Republica Portuguesa faz saber que em nome da Republica se decreta, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º São approvadas para ser ratificadas pelo Governo Provisorio as convenções e declaração assinadas na Haya por Portugal, annexas ao Acto Final da Segunda Conferencia da Paz de 18 de outubro de 1907, e bem assim o protocolo da Haya adicional á convenção relativa ao tribunal internacional de presas, diplomas cujos textos abaixo seguem.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrario. Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nelle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr.

Dado nos Paços do Governo da Republica, 24 de fevereiro de 1911. — Joaquim Theophilo Braga — Antonio José de Almeida — Affonso Costa — José Relvas — Antonio Xavier Correia Barreto — Amaro de Azevedo Gomes — Bernardino Machado — Manuel de Brito Camacho.

I.—Convention pour le règlement pacifique des conflits Internationaux

Sa Majesté l'Empereur d'Allemagne, Roi de Prusse; le Président des États-Unis d'Amérique; le Président de la République Argentine; Sa Majesté l'Empereur d'Autriche, Roi de Bohême etc., et Roi Apostolique de Hongrie; Sa Majesté le Roi des Belges; le Président de la République de Bolivie; le Président de la République des États-Unis du Brésil; Son Altesse Royale le Prince de Bulgarie; le Président de la République de Chili; Sa Majesté l'Empereur de Chine; le Président de la République de Colombie; le Gouverneur Provisoire de la République de Cuba; Sa Majesté le Roi de Danemark; le Président de la République Dominicaine; le Président de la République de l'Equateur; Sa Majesté le Roi d'Espagne; le Président de la République Française; Sa Majesté le Roi du Royaume-Uni de Grande Bretagne et d'Irlande et des territoires britanniques au delà des mers, Empereur des Indes; Sa Majesté le Roi des Hellènes; le Président de la République de Guatemala; le Président de la République d'Haïti; Sa Majesté le Roi d'Italie; Sa Majesté l'Empereur du Japon; Son Altesse Royale le Grand-Duc de Luxembourg, Duc de Nassau; le Président des États-Unis Mexicains; Son Altesse Royale le Prince de Monténégro; Sa Majesté le Roi de Norvège; le Président de la République de Panama; le Président de la République du Paraguay; Sa Majesté la Reine des Pays-Bas; le Président de la République du Pérou; Sa Majesté Impériale le Schah de Perse; Sa Majesté le Roi de Portugal et des Algarves, etc.; Sa Majesté le Roi de Roumanie; Sa Majesté l'Empereur de Toutes les Russies; le Président de la République du Salvador; Sa Majesté le Roi de Serbie; Sa Majesté le Roi de Siam; Sa Majesté le Roi de Suède; le Conseil Fédéral Suisse; Sa Majesté l'Empereur des Ottomans; le Président de la République Orientale de l'Uruguay; le Président des États-Unis de Vénézuéla:

Animés de la ferme volonté de concourir au maintien de la paix générale;

Résolus à favoriser de tous leurs efforts le règlement amiable des conflits internationaux;

Reconnaissant la solidarité qui unit les membres de la société des nations civilisées;

Voulant étendre l'empire du droit et fortifier le sentiment de la justice internationale;

Convaincus que l'institution permanente d'une juridiction arbitrale accessible à tous, au sein des Puissances indépendantes, peut contribuer efficacement à ce résultat;

Considérant les avantages d'une organisation générale et régulière de la procédure arbitrale;

Estimant avec l'Auguste Initiateur de la Conférence internationale de la Paix qu'il importé de consacrer dans un accord international les principes d'équité et de droit sur lesquels reposent la sécurité des États et le bien-être des peuples;

Désireux, dans ce but, de mieux assurer le fonctionnement pratique des Commissions d'enquête et des tribunaux d'arbitrage et de faciliter le recours à la justice arbitrale lorsqu'il s'agit de litiges de nature à comporter une procédure sommaire;

Ont jugé nécessaire de reviser sur certains points et de compléter l'œuvre de la Première Conférence de la Paix pour le règlement pacifique des conflits internationaux;

Les Hautes Parties contractantes ont résolu de conclure une nouvelle Convention à cet effet et ont nommé pour Leurs Plénipotentiaires, savoir:

Sa Majesté l'Empereur d'Allemagne, Roi de Prusse:

Son Excellence le baron Marschall de Bieberstein, Son ministre d'état, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire à Constantinople;
M. le Dr. Johannes Krieger, Son envoyé en mission extraordinaire à la présente Conférence, Son conseiller intime de légation et jurisconsulte au Ministère Impérial des affaires étrangères, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président des États-Unis d'Amérique:

Son Excellence M. Joseph H. Choate, ambassadeur extraordinaire;
Son Excellence M. Horace Porter, ambassadeur extraordinaire;
Son Excellence M. Uriah M. Rose, ambassadeur extraordinaire;
Son Excellence M. David Jayne Hill, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à La Haya;
M. Charles S. Sperry, contre-amiral, ministre plénipotentiaire;
M. Georges B. Davis, général de brigade, chef de la justice militaire de l'armée fédérale, ministre plénipotentiaire;
M. William I. Buchanan, ministre plénipotentiaire.

Le Président de la République Argentine:

Son Excellence M. Roque Saenz Peña, ancien ministre des affaires étrangères, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Rome, membre de la cour permanente d'arbitrage;

I.—Convenção para solução pacífica dos conflitos Internacionaes

Sua Majestade o Imperador da Alemanha, Rei da Prussia; o Presidente dos Estados Unidos da America; o Presidente da Republica Argentina; Sua Majestade o Imperador de Austria, Rei da Bohemia, etc., e Rei Apostolico da Hungria; Sua Majestade o Rei dos Belgas; o Presidente da Republica da Bolivia; o Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil; Sua Alteza Real o Principe da Bulgaria; o Presidente da Republica do Chili; Sua Majestade o Imperador da China; o Presidente da Republica da Colombia; o Governador Provisorio da Republica de Cuba; Sua Majestade o Rei da Dinamarca; o Presidente da Republica Dominicana; o Presidente da Republica do Equador; Sua Majestade o Rei de Espanha; o Presidente da Republica Franceza; Sua Majestade o Rei do Reino-Unido da Gran-Bretanha e Irlanda e dos Territorios Britannicos de Alem-Mar, Imperador das Indias; Sua Majestade o Rei dos Hellenos; o Presidente da Republica de Guatemala; o Presidente da Republica do Haiti; Sua Majestade o Rei de Italia; Sua Majestade o Imperador do Japão; Sua Alteza Real o Grão-Duque do Luxemburgo, Duque de Nassau; o Presidente dos Estados Unidos Mexicanos; Sua Alteza Real o Principe do Montenegro; Sua Majestade o Rei da Noruega; o Presidente da Republica do Panamá; o Presidente da Republica do Paraguay; Sua Majestade a Rainha dos Países Baixos; o Presidente da Republica do Peru; Sua Majestade Imperial o Schah da Persia; Sua Majestade o Rei do Portugal e dos Algarves, etc.; Sua Majestade o Rei da Romania; Sua Majestade o Imperador de Todas as Russias; o Presidente da Republica do Salvador; Sua Majestade o Rei da Servia; Sua Majestade o Rei de Sião; Sua Majestade o Rei da Suecia; O Conselho Federal Suizo; Sua Majestade o Imperador dos Ottomanos; o Presidente da Republica Oriental do Uruguay; o Presidente dos Estados Unidos de Venezuela:

Animados do firme proposito de concorrerem para a manutenção da paz geral;

Resolvidos a favorecerem com todos os seus esforços a solução amigavel dos conflitos internacionaes;

Reconhecendo a solidariedade que une os membros da sociedade das nações civilizadas;

Desejando dilatar os dominios do direito e fortalecer o sentimento de justiça internacional;

Convencidos de que para esse resultado pode eficazmente contribuir a instituição permanente de uma jurisdição arbitral acessivel a todos, no seio das Potencias independentes;

Tendo em consideração as vantagens de uma organização geral e regular do processo arbitral;

Entendendo com o Augusto Iniciador da Conferencia Internacional da Paz que convem consagrar em um acordo internacional os principios de equidade e de direito, sobre os quaes assentam a segurança dos Estados e o bem estar dos povos;

Desejando, neste intuito, assegurar melhor o funcionamento pratico das comissões de inquerito e dos tribunales de arbitragem e facilitar o recurso á justiça arbitral, quando se trate de litigios susceptíveis de serem sujeitos a processo summario;

Julgaram necessario rever em determinados pontos e completar a obra da Primeira Conferencia da Paz para solução pacifica dos conflitos internacionaes;

As Altas Partes contratantes resolveram concluir uma nova Convenção para este fim e nomearam Seus Plenipotenciarios, a saber:

Sua Majestade o Imperador da Alemanha, Rei da Prussia:

S. Ex.ª o Sr. Barão Marschall de Bieberstein, Seu Ministro de Estado, Seu Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario em Constantinopla;
O Sr. Dr. Johannes Krieger, Seu Enviado em missão extraordinaria á presente Conferencia, Seu Conselheiro intimo de legação e jurisconsulto no Ministerio Imperial dos Negocios Estrangeiros, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.

O Presidente dos Estados Unidos da America:

S. Ex.ª o Sr. Joseph H. Choate, Embaixador Extraordinario;
S. Ex.ª o Sr. Horace Porter, Embaixador Extraordinario;
S. Ex.ª o Sr. Uriah M. Rose, Embaixador Extraordinario;
S. Ex.ª o Sr. David Jayne Hill, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica na Haya;
O Sr. Charles S. Sperry, Contra-Almirante, Ministro Plenipotenciario;
O Sr. Georges B. Davis, general de brigada, chefe de justiça militar do exercito federal, Ministro Plenipotenciario;
O Sr. William J. Buchanan, Ministro Plenipotenciario.

O Presidente da Republica Argentina:

S. Ex.ª o Sr. Roque Saenz Peña, antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Roma, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;

- Son Excellence M. Luis M. Drago, ancien ministre des affaires étrangères et des cultes de la République, député national, membre de la cour permanente d'arbitrage;
Son Excellence M. Carlos Rodriguez Larreta, ancien ministre des affaires étrangères et des cultes de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage.
- Sa Majesté l'Empereur d'Autriche, Roi de Bohême, etc., et Roi Apostolique de Hongrie:
Son Excellence M. Gaëtan Mérey de Kapos-Mérey, Son conseiller intime, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire,
Son Excellence M. le baron Charles de Macchio, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Athènes.
- Sa Majesté le Roi des Belges:
Son Excellence M. Beernaert, Son ministre d'état, membre de la chambre des représentants, membre de l'institut de France et des académies Royales de Belgique et de Roumanie, membre d'honneur de l'institut de droit international, membre de la cour permanente d'arbitrage;
Son Excellence M. J. Van den Heuvel, Son ministre d'état, ancien ministre de la justice;
Son Excellence M. le baron Guillaume, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye, membre de l'académie Royale de Roumanie.
- Le Président de la République de Bolivie:
Son Excellence M. Claudio Pinilla, ministre des affaires étrangères de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage;
Son Excellence M. Fernando E. Guachalla, ministre plénipotentiaire à Londres.
- Le Président de la République des États-Unis du Brésil:
Son Excellence M. Ruy Barbosa, ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire, membre de la cour permanente d'arbitrage;
Son Excellence M. Eduardo F. S. dos Santos Lisboa, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.
- Son Altesse Royale le Prince de Bulgarie:
M. Vrbán Vinaroff, général-major de l'état-major, Son général à la suite;
M. Ivan Karandjouloff, procureur-général de la cour de cassation.
- Le Président de la République de Chili:
Son Excellence M. Domingo Gana, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Londres;
Son Excellence M. Augusto Matte, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Berlin;
Son Excellence M. Carlos Concha, ancien ministre de la guerre, ancien président de la chambre des députés, ancien envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Buenos Aires.
- Sa Majesté l'Empereur de Chine:
Son Excellence M. Lou-Tseng-Tsiang, Son ambassadeur extraordinaire;
Son Excellence M. Tsien-Sun, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.
- Le Président de la République de Colombie:
M. Jorge Holguin, général;
M. Santiago Pérez Triana;
Son Excellence M. Marceliano Vargas, général, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris.
- Le Gouverneur Provisoire de la République de Cuba:
M. Antonio Sanchez de Bustamante, professeur de droit international à l'université de la Havane, sénateur de la République;
Son Excellence M. Gonzalo de Quesada y Aróstegui, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Washington;
M. Manuel Sanguily, ancien directeur de l'institut d'enseignement secondaire de la Havane, sénateur de la République.
- Sa Majesté le Roi de Danemark:
Son Excellence M. Constantin Brun, Son chambellan, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Washington;
M. Christian Frederik Scheller, contre-amiral;
M. Axel Vedel, Son chambellan, chef de section au ministère Royal des affaires étrangères.
- Le Président de la République Dominicaine:
M. Francisco Henriquez y Carvajal, ancien secrétaire d'état au ministère des affaires étrangères de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage;
M. Apolinar Tejera, recteur de l'institut professionnel de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage.
- S. Ex.ª o Sr. Luis M. Drago, antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros e dos cultos da Republica, deputado, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.
S. Ex.ª o Sr. Carlos Rodriguez Larreta, antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros e dos Cultos da Republica, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.
- Sua Majestade o Imperador da Austria, Rei da Boemia, etc., e Rei Apostolico da Hungria:
S. Ex.ª o Sr. Gaëtan Mérey de Kapos-Mérey, Seu Conselheiro intimo, Seu Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario;
S. Ex.ª o Sr. Barão Charles de Macchio, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Athenas.
- Sua Majestade o Rei dos Belgas:
S. Ex.ª o Sr. Beernaert, Seu Ministro de Estado, membro da Camara dos representantes, membro do instituto de França e das Academias Reaes da Belgica e da Romania, membro de honra do Instituto de Direito Internacional, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
S. Ex.ª o Sr. J. Van den Heuvel, Seu Ministro de Estado, antigo Ministro da Justiça;
S. Ex.ª o Barão Guillaume, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya, membro da Academia Real de Romania.
- O Presidente da Republica da Bolivia:
S. Ex.ª o Sr. Claudio Pinilla, Ministro dos Negocios Estrangeiros da Republica, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
S. Ex.ª o Sr. Fernando E. Guachalla, Ministro Plenipotenciario em Londres.
- O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:
S. Ex.ª o Sr. Ruy Barbosa, Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
S. Ex.ª o Sr. Eduardo F. S. dos Santos Lisboa, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya.
- Sua Alteza Real o Principe da Bulgaria:
O Sr. Vrbán Vinaroff, general-major do estado maior, general do seu sequito;
O Sr. Ivan Karandjouloff, Procurador Geral do Tribunal de Cassação.
- O Presidente da Republica do Chili:
S. Ex.ª o Sr. Domingo Gana, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Londres;
S. Ex.ª o Sr. Augusto Matte, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Berlim;
S. Ex.ª o Sr. Carlos Concha, antigo Ministro da Guerra, antigo Presidente da Camara dos Deputados, antigo Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Buenos-Aires.
- Sua Majestade o Imperador da China:
S. Ex.ª o Sr. Lou-Tseng-Tsiang, Seu Embaixador Extraordinario;
S. Ex.ª o Sr. Tsien-Sun, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya.
- O Presidente da Republica de Colombia:
O Sr. Jorge Holguin, general;
O Sr. Santiago Pérez Triana;
S. Ex.ª o Sr. Marceliano Vargas, general, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Paris.
- O Governador provisorio da Republica de Cuba:
O Sr. Antonio Sanchez de Bustamante, professor de direito internacional na universidade da Havana, senador da Republica;
S. Ex.ª o Sr. Gonzalo de Quesada y Aróstegui, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Washington;
O Sr. Manuel Sanguily, antigo director do instituto de ensino secundario da Havana, senador da Republica.
- Sua Majestade o Rei da Dinamarca:
S. Ex.ª o Sr. Constantin Brun, Seu Camarista, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Washington;
O Sr. Christian Frederik Scheller, contra-almirante;
O Sr. Axel Vedel, Seu camarista, chefe do accção no Ministerio Real dos Negocios Estrangeiros.
- O Presidente da Republica Dominicana:
O Sr. Francisco Henriquez y Carvajal, antigo Secretario de Estado no Ministerio dos Negocios Estrangeiros da Republica, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
O Sr. Apolinar Tejera, Reitor do Instituto Profissional da Republica, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.
- Le Président de la République de l'Équateur:
Son Excellence M. Victor Rendón, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris et à Madrid;
M. Enrique Dorn y de Alsúa, chargé d'affaires.
- Sa Majesté le Roi d'Espagne:
Son Excellence M. W. R. de Villa-Urrutia, sénateur, ancien ministre des affaires étrangères, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire à Londres;
Son Excellence M. José de La Rica y Calvo, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye;
M. Gabriel Maura y Gamazo, comte de Mortera, député aux Cortès.
- Le Président de la République Française:
Son Excellence M. Léon Bourgeois, ambassadeur extraordinaire de la République, sénateur, ancien président du conseil des ministres, ancien ministre des affaires étrangères; membre de la cour permanente d'arbitrage;
M. le baron d'Estournelles de Constant, sénateur, ministre plénipotentiaire de première classe, membre de la cour permanente d'arbitrage;
M. Louis Renault, professeur à la faculté de droit à l'université de Paris, ministre plénipotentiaire honoraire, jurisconsulte du ministère des affaires étrangères, membre de l'institut de France, membre de la cour permanente d'arbitrage;
Son Excellence M. Marcellin Pellet, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République Française à La Haye.
- Sa Majesté le Roi du Royaume-Uni de Grande Bretagne et d'Irlande et des territoires britanniques au delà des mers, Empereur des Indes:
Son Excellence the Right Honourable Sir Edward Fry, G. C. B., membre du conseil privé, Son ambassadeur extraordinaire, membre de la cour permanente d'arbitrage;
Son Excellence the Right Honourable Sir Ernest Mason Satow, G. C. M. G., membre du conseil privé, membre de la cour permanente d'arbitrage;
Son Excellence the Right Honourable Donald James Mackay Baron Reay, G. C. S. I., G. C. I. E., membre du conseil privé, ancien président de l'institut de droit international;
Son Excellence Sir Henry Howard, K. C. M. G., C. B., Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.
- Sa Majesté le Roi des Hellènes:
Son Excellence M. Cléon Rizo Rangabé, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Berlin;
M. Georges Streit, professeur de droit international à l'université d'Athènes, membre de la cour permanente d'arbitrage.
- Le Président de la République de Guatémala:
M. José Tible Machado, chargé d'affaires de la République à La Haye et à Londres, membre de la cour permanente d'arbitrage;
M. Enrique Gómez Carillo, chargé d'affaires de la République à Berlin.
- Le Président de la République d'Haïti:
Son Excellence M. Jean Joseph Dalbemar, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris;
Son Excellence M. J. N. Léger, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Washington;
M. Pierre Hudicourt, ancien professeur de droit international public, avocat au barreau de Port au Prince.
- Sa Majesté le Roi d'Italie:
Son Excellence le Comte Joseph Tornielli Brusati Di Vergano, Sénateur du Royaume, ambassadeur de Sa Majesté le Roi à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage, président de la délégation Italienne.
Son Excellence M. le commandeur Guido Pompili, député au parlement, sous-secrétaire d'état au ministère Royal des affaires étrangères;
M. le commandeur Guido Fusinato, conseiller d'état, député au parlement, ancien ministre de l'instruction.
- Sa Majesté l'Empereur du Japon:
Son Excellence M. Keiroku Tsudzuki, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire;
Son Excellence M. Aimaro Sato, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.
- Son Altesse Royale le Grand Duc de Luxembourg, Duc de Nassau:
Son Excellence M. Eyschen, Son ministre d'état, président du Gouvernement Grand Ducal;

- O Presidente da Republica do Equador:
S. Ex.º o Sr. Victor Rendon, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Paris e em Madrid;
O Sr. Enrique Dora y de Alsua, Encarregado de Negocios.
- Sua Majestade o Rei de Hespanha:
S. Ex.º o Sr. W. R. de Villa-Urrutia, Senador, antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros, Seu Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario em Londres;
S. Ex.º o Sr. José de la Rica y Calvo, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya;
O Sr. Gabriel Maura y Gamazo, Conde de la Mortera, Deputado ás Cortes.
- O Presidente da Republica Francesa:
S. Ex.º o Sr. Léon Bourgeois, Embaixador Extraordinario da Republica, Senador, antigo Presidente do Conselho de Ministros, antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
O Sr. Barão d'Estournelles de Constant, Senador, Ministro Plenipotenciario de 1.ª classe, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
O Sr. Louis Renault, professor da faculdade de direito na Universidade de Paris, Ministro Plenipotenciario honorario, Jurisconsulto do Ministerio dos Negocios Estrangeiros, membro do Instituto de França, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
S. Ex.º o Sr. Marcellin Pellet, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica francesa na Haya.
- Sua Majestade o Rei do Reino-Unido da Gran-Bretanha e Irlanda e dos territorios britannicos de alem-mar, Imperador das Indias:
S. Ex.º, the Right Honourable Sir Edward Fry, G. C. B., Membro do Conselho Privado, Seu Embaixador Extraordinario, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
S. Ex.º, the Right Honourable Sir Ernest Mason Sadow, G. C. M. G., membro do Conselho Privado, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
S. Ex.º, the Right Honourable Donald James Mackay, Baron Reay, G. C. S. I., G. C. I. E., Membro do Conselho Privado, antigo Presidente do Instituto de Direito Internacional;
S. Ex.º Sir Henry Howard, K. C. M. G., C. B., Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya.
- Sua Majestade o Rei dos Hellenos:
S. Ex.º o Sr. Cléon Rizo Rangabé Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Berlim;
O Sr. George Streit, professor de direito internacional na Universidade de Athenas, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.
- O Presidente da Republica de Guatemala:
O Sr. José Tiblé Machado, Encarregado de Negocios da Republica na Haya e em Londres, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
O Sr. Enrique Gomez Carillo, Encarregado de Negocios da Republica em Berlim.
- O Presidente da Republica de Haiti:
S. Ex.º o Sr. Jean Joseph Dalbemar, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Paris;
S. Ex.º o Sr. J. N. Léger, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Washington;
O Sr. Pierre Hudicourt, antigo professor de direito internacional publico, advogado nos tribunales de Porto Principe.
- Sua Majestade o Rei de Italia:
S. Ex.º o Sr. Conde Joseph Tornielli Brusati di Vergano, Senador do Reino, Embaixador de Sua Majestade o Rei em Paris, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem, Presidente da Delegação Italiana;
S. Ex.º o Sr. Commendador Guido Pompili, Deputado ao Parlamento, Sub-Secretario de Estado no Ministerio Real dos Negocios Estrangeiros;
O Sr. Commendador Guido Fusinato, Conselheiro de Estado, Deputado ao Parlamento, antigo Ministro da Instrução.
- Sua Majestade o Imperador do Japão:
S. Ex.º o Sr. Keiroku Tsudzuki, Seu Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario;
S. Ex.º o Sr. Aimaro Sato, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya.
- Sua Alteza Real o Grão-Duque de Luxemburgo, Duque de Nassau:
S. Ex.º o Sr. Eyschen, Seu Ministro de Estado, Presidente do Governo Grão-Ducal;

- M. le comte de Villers, chargé d'affaires du Grand-Duché à Berlin.
- Le Président des États-Unis Mexicains:
Son Excellence M. Gonzalo A. Esteva, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Rome;
Son Excellence M. Sebastian B. de Mier, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris;
Son Excellence M. Francisco L. de la Barra, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Bruxelles et à La Haye.
- Son Altesse Royale le Prince de Monténégro:
Son Excellence M. Nelidow, conseiller privé Impérial actuel, ambassadeur de Sa Majesté l'Empereur de toutes les Russies à Paris;
Son Excellence M. de Martens, conseiller privé Impérial, membre permanent du conseil du ministère Impérial des affaires étrangères de Russie;
Son Excellence M. Tcharykow, conseiller d'état Impérial actuel, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de Sa Majesté l'Empereur de Toutes les Russies à La Haye.
- Sa Majesté le Roi de Norvège:
Son Excellence M. Francis Hagerup, ancien président du conseil, ancien professeur de droit, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye et à Copenhague, membre de la cour permanente d'arbitrage.
- Le Président de la République de Panamá:
M. Belisario Porras.
- Le Président de la République du Paraguay:
Son Excellence M. Eusebio Machaín, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris;
M. le comte G. du Monceau de Bergendal, consul de la République à Bruxelles.
- Sa Majesté la Reine des Pays-Bas:
M. W. H. de Beaufort, Son ancien ministre des affaires étrangères, membre de la seconde chambre des États Généraux;
Son Excellence M. T. M. C. Asser, Son ministre d'état, membre du conseil d'état, membre de la cour permanente d'arbitrage;
Son Excellence le jonkheer J. C. C. den Beer Poortugaal, lieutenant-général en retraite, ancien ministre de la guerre, membre du conseil d'état;
Son Excellence le jonkheer J. A. Röell, Son aide de camp en service extraordinaire, vice-amiral en retraite, ancien ministre de la marine;
M. J. A. Loeff, Son ancien ministre de la justice, membre de la seconde chambre des États Généraux.
- Le Président de la République du Pérou:
Son Excellence M. Carlos G. Candamo, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris et à Londres, membre de la cour permanente d'arbitrage.
- Sa Majesté Impériale le Schah de Perse:
Son Excellence Samad Khan Momtazos Saltaneh, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage;
Son Excellence Mirza Ahmed Khan Sadigh Ul Mulk, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.
- Sa Majesté le Roi de Portugal et des Algarves, etc.:
Son Excellence M. le marquis de Soveral, Son conseiller d'état, pair du Royaume, ancien ministre des affaires étrangères, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Londres, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire;
Son Excellence M. le comte de Selir, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye;
Son Excellence M. Alberto d'Oliveira, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Berne.
- Sa Majesté le Roi de Roumanie:
Son Excellence M. Alexandre Beldiman, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Berlin;
Son Excellence M. Edgar Mavrocordato, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.
- Sa Majesté l'Empereur de Toutes les Russies:
Son Excellence M. Nelidow, Son conseiller privé actuel, Son ambassadeur à Paris;
Son Excellence M. de Martens, Son conseiller privé, membre permanent du conseil du ministère Impérial des affaires étrangères, membre de la cour permanente d'arbitrage;
Son Excellence M. Tcharykow, Son conseiller d'état actuel, Son chambellan, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

- Sr. Conde de Villers, Encarregado de Negocios do Grão-Ducado em Berlim.
- O Presidente dos Estados Unidos Mexicanos:
S. Ex.º o Sr. Gonzalo A. Esteva, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Roma;
S. Ex.º o Sr. Sebastian B. de Mier, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica, em Paris;
S. Ex.º o Sr. Francisco L. de la Barra, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica, em Bruxellas e na Haya.
- Sua Alteza Real o Principe de Monténégro:
S. Ex.º o Sr. Nelidow, Conselheiro privado Imperial actual, Embaixador de Sua Majestade o Imperador de Todas as Russias em Paris;
S. Ex.º o Sr. de Martens, Conselheiro privado Imperial, membro permanente do Conselho do Ministerio Imperial dos Negocios Estrangeiros da Russia;
S. Ex.º o Sr. Tcharykow, Conselheiro de Estado Imperial actual, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de Sua Majestade o Imperador de Todas as Russias na Haya.
- Sua Majestade o Rei da Noruega:
S. Ex.º o Sr. Francis Hagerup, antigo Presidente do Conselho, antigo Professor de Direito, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya e em Copenhague, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.
- O Presidente da Republica de Panamá:
O Sr. Belisario Porras.
- O Presidente da Republica do Paraguay:
S. Ex.º o Sr. Eusebio Machaín, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Paris;
O Sr. Conde G. Du Monceau de Bergendal, Consul da Republica em Bruxellas;
- Sua Majestade a Rainha dos Países Baixos:
O Sr. W. H. de Beaufort, Seu antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros, Membro da Segunda Camara dos Estados Geraes;
S. Ex.º o Sr. T. M. C. Asser, Seu Ministro de Estado, Membro do Conselho de Estado; Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
S. Ex.º o Jonkheer J. C. C. den Beer Poortugaal, Tenente-General reformado, antigo Ministro da Guerra, Membro do Conselho de Estado;
S. Ex.º o Jonkheer J. A. Röell, Seu Ajudante de Campo em serviço extraordinario, Vice-Almirante reformado, antigo Ministro da Marinha;
O Sr. J. A. Loeff, Seu Antigo Ministro de Justiça, Membro da Segunda Camara dos Estados Geraes.
- O Presidente da Republica do Peru:
S. Ex.º o Sr. Carlos G. Candamo, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Paris e em Londres, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.
- Sua Majestade Imperial o Schah da Persia:
S. Ex.º Samad Khan Momtazos Saltaneh, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Paris, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
S. Ex.º Mirza Ahmed Khan Sadigh Ul Mulk, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya.
- Sua Majestade o Rei de Portugal e dos Algarves:
S. Ex.º o Sr. Marquês de Soveral, Seu Conselheiro de Estado, Par do Reino, antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Londres, Seu Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario;
S. Ex.º o Sr. Conde Selir, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya;
S. Ex.º o Sr. Alberto de Oliveira, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Berne.
- Sua Majestade o Rei da Romania:
S. Ex.º o Sr. Alexandre Beldiman, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Berlim;
S. Ex.º o Sr. Edgar Mavrocordato, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya.
- Sua Majestade o Imperador de Todas as Russias:
S. Ex.º o Sr. Nelidow, Seu Conselheiro Privado actual, Seu Embaixador em Paris;
S. Ex.º o Sr. de Martens, Seu Conselheiro Privado, Membro Permanente do Conselho do Ministerio Imperial dos Negocios Estrangeiros, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
S. Ex.º o Sr. Tcharykow, Seu Conselheiro de Estado, Seu Camarista, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya.

Le Président de la République du Salvador:
M. Pedro I. Matheu, chargé d'affaires de la République à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage;
M. Santiago Perez Triana, chargé d'affaires de la République à Londres.

Sa Majesté le Roi de Serbie:
Son Excellence M. Sava Grouitch, général, président du conseil d'état;
Son Excellence M. Milovan Milovanovitch, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Rome, membre de la cour permanente d'arbitrage;
Son Excellence M. Michel Militchevitch, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Londres et à La Haye.

Sa Majesté le Roi de Siam:
M. Chatidej Udom, major-général;
M. C. Corragioni d'Orelli, Son conseiller de légation;
Luang Bhuvanarth Narūbal, capitaine.

Sa Majesté le Roi de Suède, des Goths et des Vendes:
Son Excellence M. Knut Hjalmar Leonard Hammarskjold, Son ancien ministre de la justice, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Copenhague, membre de la cour permanente d'arbitrage;
M. Johannes Hellner, Son ancien ministre sans portefeuille, ancien membre de la cour suprême de Suède, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Conseil Fédéral Suisse:
Son Excellence M. Gaston Carlin, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la Confédération Suisse à Londres et à La Haye;
M. Eugène Borel, colonel d'état major-général, professeur à l'université de Genève;
M. Max Huber, professeur de droit à l'université de Zurich.

Sa Majesté L'Empereur des Ottomans:
Son Excellence Turkhan Pacha, Son ambassadeur extraordinaire, ministre de l'Evkaf;
Son Excellence Rechid Bey, Son ambassadeur à Rome;
Son Excellence Mehemed Pacha, vice-amiral.

Le Président de la République Orientale de l'Uruguay:
Son Excellence M. José Battle y Ordoñez, ancien président de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage;
Son Excellence M. Juan P. Castro, ancien président du sénat, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président des Etats Unis de Vénézuéla:
M. José Gil Fortoul, chargé d'affaires de la République à Berlin.

Lesquels, après avoir déposé leurs pleins pouvoirs, trouvés en bonne et due forme, sont convenus de ce qui suit:

TITRE I

Du maintien de la paix générale

ARTICLE PREMIER

En vue de prévenir autant que possible le recours à la force dans les rapports entre les Etats, les Puissances contractantes conviennent d'employer tous leurs efforts pour assurer le règlement pacifique des différends internationaux.

TITRE II

Des bons offices et de la médiation

ARTICLE 2

En cas de dissentiment grave ou de conflit, avant d'appeler aux armes, les Puissances contractantes conviennent d'avoir recours, en tant que les circonstances le permettront, aux bons offices ou à la médiation d'une ou de plusieurs Puissances amies.

ARTICLE 3

Indépendamment de ce recours, les Puissances contractantes jugent utile et désirable qu'une ou plusieurs Puissances étrangères au conflit offrent de leur propre initiative, en tant que les circonstances s'y prêtent, leurs bons offices ou leur médiation aux Etats en conflit.

Le droit d'offrir les bons offices ou la médiation appartient aux Puissances étrangères au conflit, même pendant le cours des hostilités.

L'exercice de ce droit ne peut jamais être considéré par l'une ou l'autre des Parties en litige comme un acte peu amical.

ARTICLE 4

Le rôle du médiateur consiste à concilier les prétentions opposées et à apaiser les ressentiments qui peuvent s'être produits entre les Etats en conflit.

O Presidente da Republica do Salvador:
O Sr. Pedro I. Matheu, Encarregado de Negocios da Republica em Paris, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
O Sr. Santiago Perez Triana, Encarregado de Negocios da Republica em Londres.

Sua Majestade o Rei da Servia:
S. Ex.ª o Sr. Sava Grouitch, General, Presidente do Conselho do Estado;
S. Ex.ª o Sr. Milovan Milovanovitch, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Roma, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
S. Ex.ª o Sr. Michel Militchevitch, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Londres e na Haya.

Sua Majestade o Rei de Sião:
M. Chatidej Udom, Major-General;
O Sr. C. Corragioni d'Orelli, Seu Conselheiro de Legação;
Luang Bhuvanarth Narūbal, Capitão.

Sua Majestade o Rei da Suecia, dos Godos e dos Vendos:
S. Ex.ª o Sr. Knut Hjalmar Leonard Hammarskjold, Seu antigo Ministro da Justiça, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Copenhague, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
Sr. Johannes Hellner, Seu antigo Ministro sem pasta, antigo Membro do Supremo Tribunal da Suecia, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.

O Conselho Federal Suíço:
S. Ex.ª o Sr. Gaston Carlin, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Confederação Suíça em Londres e na Haya;
O Sr. Eugène Borel, Coronel do Estado Maior General, Professor da Universidade de Genebra;
O Sr. Max Huber, Professor de Direito na Universidade de Zurich.

Sua Majestade o Imperador dos Ottomanos:
S. Ex.ª Turkhan Pacha, Seu Embaixador Extraordinario, Ministro do Evkaf;
S. Ex.ª Rechid Bey, Seu Embaixador em Roma;
S. Ex.ª Mehemed Pacha, Vice-Almirante.

O Presidente da Republica Oriental do Uruguay:
S. Ex.ª o Sr. José Battle y Ordoñez, antigo Presidente da Republica, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
S. Ex.ª o Sr. Juan P. Castro, antigo Presidente do Senado, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Paris, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.

O Presidente dos Estados Unidos de Venezuela:
O Sr. José Gil Fortoul, Encarregado de Negocios da Republica em Berlin.

Os quaes, depois de haverem apresentado os seus ple-nos poderes, achados em boa e devida forma, convieram no seguinte:

TITULO I

Manutenção da paz geral

ARTIGO 1.º

Afim de evitar, tanto quanto for possível, o recurso à força nas relações entre os Estados, as Potencias contractantes concordam em empregar todos os esforços para assegurar a solução pacifica das divergencias internacionais.

TITULO II

Dos bons officios e da mediação

ARTIGO 2.º

No caso de dissentimento grave ou de conflicto, antes do appello ás armas, as Potencias contratantes concordam em recorrer, tanto quanto as circunstancias o permitirem, aos bons officios ou á mediação de uma ou de diversas Potencias amigas.

ARTIGO 3.º

Independientemente d'esse recurso, as Potencias contractantes julgam util e desejavel que uma ou mais Potencias estranhas ao conflito offereçam de motu-proprio, e tanto quanto as circunstancias a isso se prestarem, os seus bons officios ou mediação aos Estados em conflicto.

As Potencias estranhas ao conflicto cabe o direito de offerecer os seus bons officios ou a mediação, mesmo durante as hostilidades.

O exercicio d'esse direito não poderá nunca ser considerado por uma ou outra das Partes litigantes como um acto pouco amigavel.

ARTIGO 4.º

A missão do medianoiro consiste em conciliar as pretensões e em acalmar os ressentimentos que possam ter-se levantado entre os Estados em conflicto.

ARTICLE 5

Les fonctions du médiateur cessent du moment où il est constaté, soit par l'une des Parties en litige, soit par le médiateur lui-même, que les moyens de conciliation proposés par lui ne sont pas acceptés.

ARTICLE 6

Le bons offices et la médiation, soit sur le recours des Parties en conflit, soit sur l'initiative des Puissances étrangères au conflit, ont exclusivement le caractère de conseil et n'ont jamais force obligatoire.

ARTICLE 7

L'acceptation de la médiation ne peut avoir pour effet, sauf convention contraire, d'interrompre, de retarder ou d'entraver la mobilisation et autres mesures préparatoires à la guerre.

Si elle intervient après l'ouverture des hostilités, elle n'interrompt pas, sauf convention contraire, les opérations militaires en cours.

ARTICLE 8

Les Puissances contractantes sont d'accord pour recommander l'application, dans les circonstances qui le permettent, d'une médiation spéciale sous la forme suivante: En cas de différend grave compromettant la paix, les Etats en conflit choisissent respectivement une Puissance à laquelle ils confient la mission d'entrer en rapport direct avec la Puissance choisie d'autre part, à l'effet de prévenir la rupture des relations pacifiques.

Pendant la durée de ce mandat dont le terme, sauf stipulation contraire, ne peut excéder trente jours, les Etats en litige cessent tout rapport direct au sujet du conflit, lequel est considéré comme déferé exclusivement aux Puissances médiatrices. Celles-ci doivent appliquer tous leurs efforts à régler le différend.

En cas de rupture effective des relations pacifiques, ces Puissances demeurent chargées de la mission commune de profiter de toute occasion pour rétablir la paix.

TITRE III

Des commissions internationales d'enquête

ARTICLE 9

Dans les litiges d'ordre international n'engageant ni l'honneur ni des intérêts essentiels et provenant d'une divergence d'appréciation sur des points de fait, les Puissances contractantes jugent utile et désirable que les Parties qui n'auraient pu se mettre d'accord par les voies diplomatiques instituent, en tant que les circonstances le permettront, une Commission internationale d'enquête chargée de faciliter la solution de ces litiges en éclaircissant, par un examen impartial et consciencieux, les questions de fait.

ARTICLE 10

Les Commissions internationales d'enquête sont constituées par convention spéciale entre les Parties en litige. La convention d'enquête précise les faits à examiner; elle détermine le mode et le délai de formation de la Commission et l'étendue des pouvoirs des Commissaires.

Elle détermine également, s'il y a lieu, le siège de la Commission et la faculté de se déplacer, la langue dont la Commission fera usage et celles dont l'emploi sera autorisé devant elle, ainsi que la date à laquelle chaque Partie devra déposer son exposé des faits, et généralement toutes les conditions dont les Parties sont convenues.

Si les Parties jugent nécessaire de nommer des assesseurs, la convention d'enquête détermine le mode de leur désignation et l'étendue de leurs pouvoirs.

ARTICLE 11

Si la convention d'enquête n'a pas désigné le siège de la Commission, celle-ci siégera à La Haye.

Le siège une fois fixé ne peut être changé par la Commission qu'avec l'assentiment des Parties.

Si la convention d'enquête n'a pas déterminé les langues à employer, il en est décidé par la Commission.

ARTICLE 12

Sauf stipulation contraire, les Commissions d'enquête sont formées de la manière déterminée par les articles 45 et 57 de la présente Convention.

ARTICLE 13

En cas de décès, de démission ou d'empêchement, pour quelque cause que ce soit, de l'un des Commissaires, ou éventuellement de l'un des assesseurs, il est pourvu à son remplacement selon le mode fixé pour sa nomination.

ARTICLE 14

Les Parties ont le droit de nommer auprès de la Commission d'enquête des agents spéciaux avec la mission de Les représenter et de servir d'intermédiaires entre Elles et la Commission.

Elles sont, en outre, autorisées à charger des conseils ou avocats nommés par elles, d'exposer et de soutenir leurs intérêts devant la Commission.

ARTICLE 15

Le Bureau international de la Cour permanente d'arbitrage sert de greffe aux Commissions qui siègent à La Haye, et mettra ses locaux et son organisation à la disposition des Puissances contractantes pour le fonctionnement de la Commission d'enquête.

ARTIGO 5.º

Cessam as funções do mediameiro desde o momento em que uma das partes em litigio ou o proprio mediameiro verificar que os meios de conciliação por elle propostos não são acceitos.

ARTIGO 6.º

Os bons officios e a mediação, quer sejam sollicitados pelas Partes em conflicto, quer offerecidos por iniciativa das Potencias estranhas ao conflicto, tem exclusivamente o caracter de conselho e não terão nunca força obrigatoria.

ARTIGO 7.º

A acceitação da mediação não poderá ter por effeito, salvo accordo em contrario, interromper, retardar ou dificultar a mobilização e outras disposições preparatorias da guerra. Se a acceitação se der depois da ruptura das hostilidades, não interromperá o curso das operações militares, salvo accordo em contrario.

ARTIGO 8.º

As Potencias contratantes concordam em recomendar, quando as circunstancias o permittirem, a applicação de uma mediação especial pela seguinte forma:

No caso de divergencia grave, que ponha em risco a manutenção da paz, os Estados em conflicto escolherão cada um respectivamente uma Potencia á qual será confiada a missão de tratar directamente com a Potencia escolhida pela outra parte, no intuito de evitarem a ruptura das relações pacificas.

Durante a vigencia d'esse mandato, cuja duração, salvo estipulação em contrario, não poderá exceder trinta dias, cessará entre os Estados litigantes toda e qualquer communicação directa acerca do conflicto, o qual será considerado como entregue exclusivamente ás Potencias mediameiras. Estas deverão empregar todos os seus esforços para liquidarem a pendencia.

No caso de rompimento effectivo das relações pacificas, ficarão as mesmas Potencias encarregadas da missão commum de aproveitarem qualquer ensejo para restabelecerem a paz.

TITULO III

Das commissões internacionaes de inquerito

ARTIGO 9.º

Nos litigios de ordem internacional, que não envolvam a honra nem interesses essenciaes, e provindo de uma divergencia de apreciação sobre pontos de facto, as Potencias contratantes julgam util e desejavel que as Partes que não tenham podido pôr-se de accordo pelas vias diplomaticas instituem, quando as circunstancias o permittam, uma Commissão internacional de inquerito, encarregada de facilitar a solução d'esses litigios, esclarecendo, por meio de um exame imparcial e consciencioso, as questões de facto.

ARTIGO 10.º

As Commissões internacionaes de inquerito serão constituídas por convenção especial entre as Partes em litigio. A convenção de inquerito precisará quaes os factos a examinar, determinará o modo e o prazo de formação da Commissão e a extensão dos poderes dos commissarios.

Determinará igualmente, se for possivel, a sede da Commissão, a faculdade para esta de se transferir para outro lugar, a lingua de que a Commissão fará uso e aquellas cujo emprego perante ella será autorizado, e bem assim a data na qual cada uma das Partes deverá entregar a sua exposição dos factos, e em geral todas as condições em que as Partes convierem.

Se as Partes julgarem necessario nomear assessores, a convenção de inquerito determinará o modo de designação dos mesmos e a extensão dos seus poderes.

ARTIGO 11.º

Se a convenção de inquerito não designar a sede da Commissão, esta funcionará na Haya.

Uma vez fixada a sede, não poderá esta ser mudada pela Commissão senão com o assentimento das Partes.

Se a convenção de inquerito não determinar as linguas que devem empregar-se, decidirá a Commissão a este respeito.

ARTIGO 12.º

Salvo estipulação em contrario, as Commissões de inquerito serão formadas pela maneira determinada nos artigos 45.º e 57.º da presente Convenção.

ARTIGO 13.º

No caso de fallecimento, de demissão ou de impedimento, por qualquer causa que seja, de um dos Commissarios ou eventualmente de um dos assessores, prover-se-ha á sua substituição, pelo modo fixado para a sua nomeação.

ARTIGO 14.º

As Partes terão o direito de nomear, junto da Commissão de inquerito, agentes especiais com a missão de as representar e de servir de intermediarios entre ellas e a Commissão.

Serão, alem d'isso, autorizadas a encarregar procuradores ou advogados, nomeados por ellas, de expor e de sustentar os seus interesses perante a Commissão.

ARTIGO 15.º

A Repartição Internacional do Tribunal permanente de arbitragem servirá de cartorio ás Commissões que funcionarem na Haya e porá os seus locais e a sua organização á disposição das Potencias contratantes para o funcionamento da Commissão de inquerito,

ARTICLE 16

Si la Commission siège ailleurs qu'à La Haye, elle nomme un Secrétaire-Général dont le bureau lui sert de greffe.

Le greffe est chargé, sous l'autorité du Président, de l'organisation matérielle des séances de la Commission, de la rédaction des procès-verbaux et, pendant le temps de l'enquête, de la garde des archives qui seront ensuite versées au Bureau international de La Haye.

ARTICLE 17

En vue de faciliter l'institution et le fonctionnement des Commissions d'enquête, les Puissances contractantes recommandent les règles suivantes qui seront applicables à la procédure d'enquête en tant que les Parties n'adoptent pas d'autres règles.

ARTICLE 18

La Commission réglera les détails de la procédure non prévus dans la convention spéciale d'enquête ou dans la présente Convention, et procédera à toutes les formalités que comporte l'administration des preuves.

ARTICLE 19

L'enquête a lieu contradictoirement. Aux dates prévues, chaque Partie communique à la Commission et à l'autre Partie les exposés des faits, s'il y a lieu, et, dans tous les cas, les actes, pièces et documents qu'Elle juge utiles à la découverte de la vérité, ainsi que la liste des témoins et des experts qu'elle désire faire entendre.

ARTICLE 20

La Commission a la faculté, avec l'assentiment des Parties, de se transporter momentanément sur les lieux où elle juge utile de recourir à ce moyen d'information, ou d'y déléguer un ou plusieurs de ses membres. L'autorisation de l'État sur le territoire duquel il doit être procédé à cette information devra être obtenue.

ARTICLE 21

Toutes constatations matérielles, et toutes visites des lieux doivent être faites en présence des agents et conseils des Parties ou eux dûment appelés.

ARTICLE 22

La Commission a le droit de solliciter de l'une ou l'autre Partie telles explications ou informations qu'elle juge utiles.

ARTICLE 23

Les Parties s'engagent à fournir à la Commission d'enquête, dans la plus large mesure qu'Elles jugeront possible, tous les moyens et tous les facilités nécessaires pour la connaissance complète et l'appréciation exacte des faits en question.

Elles s'engagent à user des moyens dont Elles disposent d'après leur législation intérieure, pour assurer la comparution des témoins ou des experts se trouvant sur leur territoire et cités devant la Commission.

Si ceux-ci ne peuvent comparaître devant la Commission, Elles feront procéder à leur audition devant leurs autorités compétentes.

ARTICLE 24

Pour toutes les notifications que la Commission aurait à faire sur le territoire d'une tierce Puissance contractante, la Commission s'adressera directement au Gouvernement de cette Puissance. Il en sera de même s'il s'agit de faire procéder sur place à l'établissement de tous moyens de preuve.

Les requêtes adressées à cet effet seront exécutées suivant les moyens dont la Puissance requise dispose d'après sa législation intérieure. Elles ne peuvent être refusées que si cette Puissance les juge de nature à porter atteinte à Sa souveraineté ou à Sa sécurité.

La Commission aura aussi toujours la faculté de recourir à l'intermédiaire de la Puissance sur le territoire de laquelle elle a son siège.

ARTICLE 25

Les témoins et les experts sont appelés à la requête des Parties ou d'office par la Commission, et, dans tous les cas, par l'intermédiaire du Gouvernement de l'État sur le territoire duquel ils se trouvent.

Les témoins sont entendus, successivement et séparément, en présence des agents et des conseils et dans un ordre à fixer par la Commission.

ARTICLE 26

L'interrogatoire des témoins est conduit par le Président. Les membres de la Commission peuvent néanmoins poser à chaque témoin les questions qu'ils croient convenables pour éclaircir ou compléter sa déposition, ou pour se renseigner sur tout ce qui concerne le témoin dans les limites nécessaires à la manifestation de la vérité.

Les agents et les conseils des Parties ne peuvent interrompre le témoin dans sa déposition, ni lui faire aucune interpellation directe, mais peuvent demander au Président de poser au témoins telles questions complémentaires qu'ils jugent utiles.

ARTICLE 27

Le témoin doit déposer sans qu'il lui soit permis de lire aucun projet écrit. Toutefois, il peut être autorisé

ARTIGO 16.º

Se a Commissão funcionar em local que não seja a Haya, nomeará um Secretario Geral, cuja Repartição lhe servirá de cartorio.

O cartorio terá a seu cargo, sob a autoridade do Presidente, a organização material das sessões da Commissão, a redacção das actas e, durante o tempo do inquerito, a guarda dos archivos que serão em seguida entregues á Repartição Internacional da Haya.

ARTIGO 17.º

Com o fim de facilitar a instituição e o funcionamento das Commissões de inquerito, as Potencias contratantes recommendam as regras seguintes que serão applicaveis ao processo de inquerito, emquanto as Partes não adoptarem outras regras.

ARTIGO 18.º

A Commissão regulará as particularidades do processo, não previstas na convenção especial de inquerito, ou na presente Convenção, e procederá a todas as formalidades comprehendidas na administração das provas.

ARTIGO 19.º

O inquerito effectuar-se-ha contradictoriamente. Nas datas previstas, cada uma das Partes comunicará á Commissão e á outra Parte as exposições dos factos, se isso tiver logar, e em todo o caso os actos, peças e documentos que julgar uteis para descobrimento da verdade, bem como a lista das testemunhas e dos peritos que desejar ouvir.

ARTIGO 20.º

A Commissão terá a faculdade, com o assentimento das Partes, de ir momentaneamente aos logares onde julgar util recorrer a este meio de informação, ou de delegar ali um ou mais dos seus membros. Deverá ser alcançada a autorização do Estado em cujo territorio se dever proceder a esta informação.

ARTIGO 21.º

Todas as victorias e todas as visitas locais deverão ser feitas em presença de agentes e de advogados das Partes, ou com previa citação d'estes.

ARTIGO 22.º

A Commissão terá o direito de solicitar de uma ou da outra Parte as explicações ou informações que julgar uteis.

ARTIGO 23.º

As Partes compromettem-se a fornecer á Commissão de inquerito, na maior amplitude que Ellas julgarem possível, todos os meios e todas as facilidades necessarios para conhecimento completo e apreciação exacta dos factos em questão.

Compromettem-se a usar dos meios de que dispõem segundo a sua legislação interna, para assegurar a comparência das testemunhas ou dos peritos que se acharem no seu territorio e citados perante a Commissão.

Se umas e outros não puderem comparecer perante a Commissão farão as Partes proceder á inquirição perante as suas autoridades competentes.

ARTIGO 24.º

Para todas as notificações que a Commissão tiver que fazer em territorio de uma terceira Potencia contratante, a Commissão recorrerá directamente ao Governo d'essa Potencia. O mesmo se fará, se se tratar de obter no local quaesquer meios de prova.

Os pedidos enviados para este effeito serão executados segundo os meios de que a Potencia solicitada dispuzer na conformidade da sua legislação interior. Só poderão ser indeferidos no caso d'esta Potencia os julgar de natureza attentatoria da sua soberania ou da sua segurança.

A Commissão terá tambem sempre a faculdade de recorrer ao intermedio da Potencia em cujo territorio tiver a sua sede.

ARTIGO 25.º

As testemunhas e os peritos serão chamados a requerimento das Partes, ou de officio, pela Commissão e em todos os casos por intermedio do Governo do Estado, em cujo territorio se acharem.

As testemunhas serão ouvidas successiva e separadamente, em presença dos agentes e dos procuradores e por uma ordem que será fixada pela Commissão.

ARTIGO 26.º

O interrogatorio das testemunhas será dirigido pelo Presidente. Os membros da Commissão poderão, todavia, dirigir a cada testemunha as perguntas que julgarem convenientes para esclarecer ou completar o seu depoimento ou para se informarem sobre tudo que diga respeito á testemunha nos limites necessários á manifestação da verdade.

Os agentes e os procuradores das Partes, não poderão interromper a testemunha no seu depoimento, nem fazer-lhe interpeção alguma, mas poderão pedir ao Presidente que dirija á testemunha as perguntas complementares que julgarem uteis.

ARTIGO 27.º

A testemunha deverá depôr sem que lhe seja permittido ler nenhum projecto escrito. Poderá contudo ser autorizada

par le Président à s'aider de notes ou documents si la nature des faits rapportés en nécessite l'emploi.

ARTICLE 28

Procès-verbal de la déposition du témoin est dressé séance tenante et lecture en est donnée au témoin. Le témoin peut y faire tels changements et additions que bon lui semble et qui seront consignés à la suite de sa déposition.

Lecture faite au témoin de l'ensemble de sa déposition, le témoin est requis de signer.

ARTICLE 29

Les agents sont autorisés, au cours ou à la fin de l'enquête, à présenter par écrit à la Commission et à l'autre Partie tels dires, réquisitions ou résumés de fait, qu'ils jugent utiles à la découverte de la vérité.

ARTICLE 30

Les délibérations de la Commission ont lieu à huis clos et restent secrètes.

Toute décision est prise à la majorité des membres de la Commission.

Le refus d'un membre de prendre part au vote doit être constaté dans le procès-verbal.

ARTICLE 31

Les séances de la Commission ne sont publiques et les procès-verbaux et documents de l'enquête ne sont rendus publics qu'en vertu d'une décision de la Commission, prise avec l'assentiment des Parties.

ARTICLE 32

Les Parties ayant présenté tous les éclaircissements et preuves, tous les témoins ayant été entendus, le Président prononce la clôture de l'enquête et la Commission s'ajourne pour délibérer et rédiger son rapport.

ARTICLE 33

Le rapport est signé par tous les membres de la Commission.

Si un des membres refuse de signer, mention en est faite; le rapport reste néanmoins valable.

ARTICLE 34

Le rapport de la Commission est lu en séance publique, les agents et les conseils des Parties présents ou dûment appelés.

Un exemplaire du rapport est remis à chaque Partie.

ARTICLE 35

Le rapport de la Commission, limité à la constatation des faits, n'a nullement le caractère d'une sentence arbitrale. Il laisse aux Parties une entière liberté pour la suite à donner à cette constatation.

ARTICLE 36

Chaque Partie supporte ses propres frais et une part égale des frais de la Commission.

TITRE IV

De l'arbitrage international

CHAPITRE I

De la Justice arbitrale

ARTICLE 37

L'arbitrage international a pour objet le règlement de litiges entre les États par des juges de leur choix et sur la base du respect du droit.

Le recours à l'arbitrage implique l'engagement de se soumettre de bonne foi à la sentence.

ARTICLE 38

Dans les questions d'ordre juridique, et en premier lieu, dans les questions d'interprétation ou d'application des Conventions internationales, l'arbitrage est reconnu par les Puissances contractantes comme le moyen le plus efficace et en même temps le plus équitable de régler les litiges qui n'ont pas été résolus par les voies diplomatiques.

En conséquence, il serait désirable que, dans les litiges sur les questions susmentionnées, les Puissances contractantes eussent, le cas échéant, recours à l'arbitrage, en tant que les circonstances le permettraient.

ARTICLE 39

La convention d'arbitrage est conclue pour des contestations déjà nées ou pour des contestations éventuelles.

Elle peut concerner tout litige ou seulement les litiges d'une catégorie déterminée.

ARTICLE 40

Indépendamment des Traités généraux ou particuliers qui stipulent actuellement l'obligation du recours à l'arbitrage pour les Puissances contractantes, ces Puissances se réservent de conclure des accords nouveaux, généraux ou particuliers, en vue d'étendre l'arbitrage obligatoire à tous les cas qu'Elles jugeront possible de lui soumettre.

CHAPITRE II

De la Cour permanente d'arbitrage

ARTICLE 41

Dans le but de faciliter le recours immédiat à l'arbitrage pour les différends internationaux qui n'ont pu être

pelo Presidente a recorrer ao auxilio de notas ou documentos, se a natureza dos factos expostos necessitar o emprego d'elles.

ARTIGO 28.º

Do depoimento da testemunha será em acto continuo lavrado auto do qual será dada leitura á mesma. A testemunha poderá introduzir-lhe as modificações ou additamentos que entender, os quaes serão consignados em seguida ao seu depoimento.

Lido á testemunha o theor do seu depoimento, será ella convidada a assiná-lo.

ARTIGO 29.º

Os agentes serão autorizados, no decurso ou no fim do inquerito, a apresentar por escrito á Commissão e á outra Parte, as informações, requisições, ou resumos de factos, que julguem uteis para o descobrimento da verdade.

ARTIGO 30.º

As deliberações da Commissão effectuar-se-hão á porta fechada e ficarão secretas.

Todas as decisões serão tomadas por maioria dos membros da Commissão.

A recusa de um membro de tomar parte na votação deverá ser consignada na acta.

ARTIGO 31.º

As sessões da Commissão não serão publicas, nem as actas documentos do inquerito serão publicados, senão em virtude de decisão da Commissão, tomada com assentimento das Partes.

ARTIGO 32.º

Tendo as Partes apresentado todos os esclarecimentos e provas, e havendo sido ouvidas todas as testemunhas, o Presidente pronunciará o encerramento do inquerito e a Commissão addia-se para deliberar e redigir o seu relatório.

ARTIGO 33.º

O relatório será assinado por todos os membros da Commissão.

Se um dos membros recusar assinar, d'isso se fará menção; o relatório continuará porem a ser válido.

ARTIGO 34.º

O relatório da Commissão será lido em sessão publica, estando presentes ou tendo sido devidamente convocados os agentes e os procuradores das Partes.

A cada uma das Partes será remetido um exemplar do relatório.

ARTIGO 35.º

O relatório da Commissão, limitado á averiguação dos factos, não terá de modo algum o caracter de sentença arbitral. Deixará ás Partes inteira liberdade quanto ao seguimento ulterior d'essa averiguação.

ARTIGO 36.º

Cada uma das Partes pagará as suas proprias despesas e uma parcella igual das despesas da Commissão.

TITULO IV

Da arbitragem internacional

CAPITULO I

Da justiça arbitral

ARTIGO 37.º

A arbitragem internacional tem por objecto a solução de litigios entre os Estados, por juizes da sua escolha, sobre a base do respeito do direito.

O recurso á arbitragem implica o compromisso de se submeter de boa fé á sentença.

ARTIGO 38.º

Nas questões de ordem juridica, e em primeiro logar nas questões de interpretação ou de applicação das convenções internacionaes, a arbitragem é reconhecida pelas Potencias contratantes como o meio mais eficaz, e ao mesmo tempo mais equitativo, de terminar os litigios que não forem resolvidos pelas vias diplomaticas.

Por consequencia, seria para desejar que nos litigios sobre as questões acima mencionadas as Potencias recorressem, dado o caso, á arbitragem, sempre que as circunstancias o permitissem.

ARTIGO 39.º

A Convenção de arbitragem, é celebrada para contestações já existentes ou para contestações eventuaes.

Pode referir-se a todos os litigios ou somente aos litigios de uma categoria determinada.

ARTIGO 40.º

Independente dos Tratados geraes ou particulares que estipulam actualmente a obrigação do recurso á arbitragem para as Potencias contratantes, estas Potencias reservam-se concluir novos acordos geraes ou particulares, no intuito de tornar extensiva a arbitragem obrigatoria a todos os casos que julgarem possivel submeter-lhe.

CAPITULO II

Do Tribunal permanente de arbitragem

ARTIGO 41.º

No intuito de facilitar o recurso immediato á arbitragem para as divergencias internacionaes que não puderem

reglés par la voie diplomatique, les Puissances contractantes s'engagent à maintenir, telle qu'elle a été établie par la Première Conférence de la Paix, la Cour permanente d'arbitrage, accessible en tout temps et fonctionnant, sauf stipulation contraire des Parties, conformément aux règles de procédure insérées dans la présente Convention.

ARTICLE 42

La Cour permanente est compétente pour tous les cas d'arbitrage, à moins qu'il n'y ait entente entre les Parties pour l'établissement d'une juridiction spéciale.

ARTICLE 43

La Cour permanente a son siège à La Haye. Un Bureau International sert de greffe à la Cour; il est l'intermédiaire des communications relatives aux réunions de celle-ci; il a la garde des archives et la gestion de toutes les affaires administratives.

Les Puissances contractantes s'engagent à communiquer au Bureau, aussitôt que possible, une copie certifiée conforme de toute stipulation d'arbitrage intervenue entre Elles et de toute sentence arbitrale Les concernant et rendue par des juridictions spéciales.

Elles s'engagent à communiquer de même au Bureau les lois, règlements et documents constatant éventuellement l'exécution des sentences rendues par la Cour.

ARTICLE 44

Chaque Puissance contractante désigne quatre personnes au plus, d'une compétence reconnue dans les questions de droit international, jouissant de la plus haute considération morale et disposées à accepter les fonctions d'arbitre.

Les personnes ainsi désignées sont inscrites, au titre de Membres de la Cour, sur une liste qui sera notifiée à toutes les Puissances contractantes par les soins du Bureau.

Toute modification à la liste des arbitres est portée, par les soins du Bureau, à la connaissance des Puissances contractantes.

Deux ou plusieurs Puissances peuvent s'entendre pour la désignation en commun d'un ou de plusieurs Membres.

La même personne peut être désignée par les Puissances différentes.

Les Membres de la Cour sont nommés pour un terme de six ans. Leur mandat peut être renouvelé.

En cas de décès ou de retraite d'un Membre de la Cour, il est pourvu à son remplacement selon le mode fixé pour sa nomination, et pour une nouvelle période de six ans.

ARTICLE 45

Lorsque les Puissances contractantes veulent s'adresser à la Cour permanente pour le règlement d'un différend survenu entre Elles, le choix des arbitres appelés à former le Tribunal compétent pour statuer sur ce différend, doit être fait dans la liste générale des Membres de la Cour.

A défaut de constitution du Tribunal arbitral par l'accord des Parties, il est procédé de la manière suivante:

Chaque Partie nomme deux arbitres, dont un seulement peut être son national ou choisi parmi ceux qui ont été désignés par Elle comme Membres de la Cour permanente. Ces arbitres choisissent ensemble un surarbitre.

En cas de partage des voix, le choix du surarbitre est confié à une Puissance tierce, désignée de commun accord par les Parties.

Si l'accord ne s'établit pas à ce sujet, chaque Partie désigne une Puissance différente et le choix du surarbitre est fait de concert par les Puissances ainsi désignées.

Si, dans un délai de deux mois, ces deux Puissances n'ont pu tomber d'accord, chacune d'Elles présente deux candidats pris sur la liste des Membres de la Cour permanente, en dehors des Membres désignés par les Parties et n'étant les nationaux d'aucune d'Elles. Le sort détermine lequel des candidats ainsi présentés sera le surarbitre.

ARTICLE 46

Dès que le Tribunal est composé, les Parties notifient au Bureau leur décision de s'adresser à la Cour, le texte de leur compromis, et les noms des arbitres.

Le Bureau communique sans délai à chaque arbitre le compromis et les noms des autres Membres du Tribunal.

Le Tribunal se réunit à la date fixée par les Parties. Le Bureau pourvoit à son installation.

Les Membres du Tribunal, dans l'exercice de leurs fonctions et en dehors de leur pays, jouissent des privilèges et immunités diplomatiques.

ARTICLE 47

Le Bureau est autorisé à mettre ses locaux et son organisation à la disposition des Puissances contractantes pour le fonctionnement de toute juridiction spéciale d'arbitrage.

La juridiction de la Cour permanente peut être étendue, dans les conditions prescrites par les règlements, aux litiges existant entre des Puissances non contractantes, si les Parties sont convenues de recourir à cette juridiction.

ser resolvidas pela via diplomática, as Potencias contratantes obrigam-se a manter, tal como foi estabelecido pela Primeira Conferencia da Paz, o Tribunal permanente de arbitragem, accessivel em todo o tempo e funcionando, salvo estipulação contraria das Partes, na conformidade das regras de jurisprudencia inseridas na presente Convenção.

ARTIGO 42.º

O Tribunal permanente será competente para todos os casos de arbitragem, a menos que haja acordo entre as Partes para o estabelecimento de uma jurisdicção especial.

ARTIGO 43.º

O Tribunal permanente terá a sua sede na Haya.

Uma Repartição internacional servirá de cartorio ao Tribunal, e será a intermediaria das communicações relativas ás reuniões d'este; terá a guarda dos archivos e a gestão de todos os negocios administrativos.

As Potencias contratantes obrigam-se a communicar á Repartição em tão curto prazo quanto possível, uma copia, autenticada, de qualquer estipulação de arbitragem celebrada por ellas, e de qualquer sentença arbitral que lhes diga respeito, e proferida por jurisdicções especiaes.

Obrigam-se a communicar tambem á Repartição as leis, regulamentos e documentos em que eventualmente se consigne a execução das sentenças proferidas pelo Tribunal.

ARTIGO 44.º

Cada Potencia contratante designará o numero' maximo de quatro pessoas, de competencia reconhecida nas questões de direito internacional, gozando da mais alta consideração moral, e dispostas a aceitar as funções de arbitro.

As pessoas assim designadas serão inscritas, com o titulo de Membros do Tribunal; numa lista que será notificada a todas as Potencias contratantes, por intermedio da Repartição.

Qualquer modificação na lista dos arbitros será levada pela Repartição ao conhecimento das Potencias contratantes.

Duas ou mais Potencias poderão entender-se para a designação em commum de um ou mais Membros.

A mesma pessoa poderá ser designada por Potencias diferentes.

Os Membros do Tribunal serão nomeados por um prazo de seis annos. O seu mandato poderá ser renovado.

No caso de fallecimento ou de retirada de um membro do Tribunal, provêr-se-ha á sua substituição pelo modo fixado para a sua nomeação, e por um novo periodo de seis annos.

ARTIGO 45.º

Quando as Potencias contratantes quiserem dirigir-se ao Tribunal permanente para a resolução de uma divergencia occorrida entre Ellas, a escolha dos arbitros que devem constituir o Tribunal competente para se pronunciar sobre essa divergencia, deverá ser feita de entre a lista geral dos Membros do Tribunal.

Na falta da constituição do Tribunal por acordo das Partes, proceder-se-ha da maneira seguinte:

Cada uma das Partes nomeará dois arbitros, dos quaes só um poderá ser seu nacional ou escolhido de entre os que foram designados por Ella como membros do Tribunal permanente. Estes arbitros escolherão juntamente um arbitro de desempate.

No caso de divisão dos votos a escolha do arbitro de desempate será confiada a uma terceira Potencia designada de commum acordo pelas Partes.

Não se chegando a acordo a este respeito, cada uma das Partes designará uma Potencia diferente e a escolha do arbitro de desempate será feita de commum acordo pelas Potencias assim designadas.

Se num prazo de dois meses estas duas Potencias não tiverem podido chegar a acordo, cada uma d'ellas apresentará dois candidatos, escolhidos na lista dos Membros do Tribunal permanente, fora dos Membros designados pelas Partes, e que não sejam nacionaes de nenhuma d'Ellas. A sorte determinará qual dos candidatos assim apresentados será o arbitro de desempate.

ARTIGO 46.º

Desde que o Tribunal estiver constituido, as Partes notificarão á Repartição a sua decisão de se dirigirem ao Tribunal, o texto do seu compromisso, e os nomes dos arbitros.

A Repartição communicará sem demora a cada arbitro o compromisso e os nomes dos outros Membros do Tribunal.

O Tribunal reunir-se-ha na data fixada pelas Partes. A Repartição providenciará para a sua installação.

Os Membros do Tribunal no exercicio das suas funções e fora do seu país gozarão dos privilegios e immuniidades diplomaticas.

ARTIGO 47.º

A Repartição fica autorizada a pôr as suas installações e a sua organização á disposição das Potencias contratantes para o funcionamento de qualquer jurisdicção especial de arbitragem.

A jurisdicção do Tribunal permanente poderá estender-se, nas condições prescritas pelos regulamentos, aos litigios existentes entre Potencias não contratantes ou entre Potencias contratantes e Potencias não contratantes, se as Partes convierem em recorrer a esta jurisdicção.

ARTICLE 48

Les Puissances contractantes considèrent comme un devoir, dans le cas où un conflit aigu menacerait d'éclater entre deux ou plusieurs d'entre Elles, de rappeler à celles-ci que la Cour permanente leur est ouverte.

En conséquence, Elles déclarent que le fait de rappeler aux Parties en conflit les dispositions de la présente Convention, et le conseil donné, dans l'intérêt supérieur de la paix, de s'adresser à la Cour permanente, ne peuvent être considérés que comme actes de bons offices.

En cas de conflit entre deux Puissances, l'une d'Elles pourra toujours adresser au Bureau International une note contenant sa déclaration qu'Elle serait disposée à soumettre le différend à un arbitrage.

Le Bureau devra porter aussitôt la déclaration à la connaissance de l'autre Puissance.

ARTICLE 49

Le Conseil administratif permanent, composé des Représentants diplomatiques des Puissances contractantes accrédités à La Haye et du Ministre des Affaires Étrangères des Pays-Bas, qui remplit les fonctions de Président, a la direction et le contrôle du Bureau International.

Le Conseil arrête son règlement d'ordre ainsi que tous autres règlements nécessaires.

Il décide toutes les questions administratives qui pourraient surgir touchant le fonctionnement de la Cour.

Il a tout pouvoir quant à la nomination, la suspension ou la révocation des fonctionnaires et employés du Bureau.

Il fixe les traitements et salaires, et contrôle la dépense générale.

La présence de neuf membres dans les réunions dûment convoquées suffit pour permettre au Conseil de délibérer valablement. Les décisions sont prises à la majorité des voix.

Le Conseil communique sans délai aux Puissances contractantes les règlements adoptés par lui. Il leur présente chaque année un rapport sur les travaux de la Cour, sur le fonctionnement des services administratifs et sur les dépenses. Le rapport contient également un résumé du contenu essentiel des documents communiqués au Bureau par les Puissances en vertu de l'article 43 alinéas 3 et 4.

ARTICLE 50

Les frais du Bureau seront supportés par les Puissances contractantes dans la proportion établie pour le Bureau international de l'Union postale universelle.

Les frais à la charge des Puissances adhérentes seront comptés à partir du jour où leur adhésion produit ses effets.

CHAPITRE III

De la Procédure arbitrale

ARTICLE 51

En vue de favoriser le développement de l'arbitrage, les Puissances contractantes ont arrêté les règles suivantes qui sont applicables à la procédure arbitrale, en tant que les Parties ne sont pas convenues d'autres règles.

ARTICLE 52

Les Puissances qui recourent à l'arbitrage signent un compromis dans lequel sont déterminés l'objet du litige, le délai de nomination des arbitres, la forme, l'ordre et les délais dans lesquels la communication visée par l'article 63 devra être faite, et le montant de la somme que chaque Partie aura à déposer à titre d'avance pour les frais.

Le compromis détermine également, s'il y a lieu, le mode de nomination des arbitres, tous pouvoirs spéciaux éventuels du Tribunal, son siège, la langue dont il fera usage et celles dont l'emploi sera autorisé devant lui, et généralement toutes les conditions dont les Parties sont convenues.

ARTICLE 53

La Cour permanente est compétente pour l'établissement du compromis, si les Parties sont d'accord pour s'en remettre à elle.

Elle est également compétente, même si la demande est faite seulement par l'une des Parties, après qu'un accord par la voie diplomatique a été vainement essayé, quand il s'agit:

1.º D'un différend rentrant dans un Traité d'arbitrage général conclu ou renouvelé après la mise en vigueur de cette Convention et qui prévoit pour chaque différend un compromis et n'exclut pour l'établissement de ce dernier ni explicitement ni implicitement la compétence de la Cour. Toutefois, le recours à la Cour n'a pas lieu si l'autre Partie déclare qu'à son avis le différend n'appartient pas à la catégorie des différends à soumettre à un arbitrage obligatoire, à moins que le traité d'arbitrage ne confère au Tribunal arbitral le pouvoir de décider cette question préalable;

2.º D'un différend provenant de dettes contractuelles réclamées à une Puissance par une autre Puissance comme dues à ses nationaux, et pour la solution duquel l'offre d'arbitrage a été acceptée. Cette disposition n'est pas applicable si l'acceptation a été subordonnée à la condition que le compromis soit établi selon un autre mode.

ARTICLE 54

Dans les cas prévus par l'article précédent, le compromis sera établi par une commission composée de cinq

ARTIGO 48.º

As Potencias contratantes consideram como um dever, no caso da ameaça de um conflicto agudo entre duas ou mais d'Ellas, lembrar a estas que o Tribunal permanente lhes é facultado.

Declaram portanto que o facto de lembrar ás Partes em conflicto as disposições da presente Convenção, e o conselho, dado no interesse superior da paz, de se dirigirem ao Tribunal permanente, não poderão ser considerados senão como actos de bons officios.

No caso de conflicto entre duas Potencias, uma d'Ellas poderá sempre dirigir á Repartição Internacional uma nota com a declaração de que estaria disposta a submeter a divergencia a uma arbitragem.

A Repartição deverá levar immediatamente a declaração ao conhecimento da outra Potencia.

ARTIGO 49.º

O Conselho administrativo permanente, composto dos Representantes diplomaticos das Potencias contratantes acreditados na Haya e do Ministro dos Negocios Estrangeiros dos Países Baixos, que exercerá as funções de Presidente, terá a direcção e a fiscalização da Repartição Internacional.

O Conselho promulgará o seu regulamento de ordem, e bem assim todos os outros regulamentos necessarios.

Decidirá todas as questões administrativas que possam surgir relativamente ao funcionamento do Tribunal.

Terá plenos poderes quanto á nomeação, suspensão ou exoneração dos funcionarios e empregados da Repartição.

Fixará os ordenados e salarios e fiscalizará a despesa geral.

A presença de nove membros nas reuniões devidamente convocadas bastará para que o Conselho possa deliberar validamente.

As deliberações serão tomadas por maioria de votos.

O Conselho communicará sem demora ás Potencias contratantes os regulamentos por elle adoptados. Apresentar-lhes-ha todos os annos um relatorio, sobre os trabalhos do Tribunal, sobre o funcionamento dos serviços administrativos e sobre as despesas. O relatorio conterá igualmente um resumo do conteúdo essencial dos documentos communicados á Repartição pelas Potencias em virtude do artigo 43.º alíneas 3 e 4.

ARTIGO 50.º

As despesas da Repartição serão pagas pelas Potencias contratantes, na proporção estabelecida para a Repartição internacional da União postal universal.

As despesas a cargo das Potencias adherentes serão contadas a partir do dia em que a sua adhesão produzir effeito.

CAPITULO III

Do processo arbitral

ARTIGO 51.º

No intuito de favorecer o desenvolvimento da arbitragem, as Potencias contratantes estabeleceram as seguintes regras que serão applicaveis ao processo arbitral, quando outras não forem estipuladas pelas Partes.

ARTIGO 52.º

As Potencias que recorrerem á arbitragem assinarão um compromisso no qual serão determinados o objecto do litigio, o prazo da nomeação dos arbitros, a forma, a ordem e os prazos dentro dos quaes a communicação a que se refere o artigo 63.º deverá ser feita, e a importancia da somma que cada Parte terá de depositar a titulo de anticipação de despesas.

O compromisso determinará igualmente, dado o caso, o modo de nomeação dos arbitros, todos os poderes especiaes eventuaes do Tribunal, a sua sede, a lingua de que fará uso e aquellas cujo emprego perante elle será autorizado, e em geral todas as condições que as Partes estipularem.

ARTIGO 53.º

O Tribunal permanente será competente para formular o compromisso, se as Partes estiverem de accordo em confiar-lhe esse encargo.

Será igualmente competente, ainda mesmo sendo o pedido feito somente por uma das Partes, depois de se tentado em vão um acordo pela via diplomática, quando se trate:

1.º De um litigio abrangido por um Tratado de arbitragem geral, concluido ou renovado depois de entrar em vigor esta Convenção, que estabeleça para cada litigio um compromisso, sem excluir para formular este ultimo, nem explicita nem implicitamente, a competencia do Tribunal. Todavia o recurso ao Tribunal não terá cabimento se a outra Parte declarar que, em sua opinião, o litigio não entra na categoria dos que devem ser submittidos a uma arbitragem obrigatoria, a menos que o Tratado de arbitragem confira ao Tribunal arbitral poderes para decidir esta questão previa;

2.º De um litigio proveniente de dividas derivadas de contratos, reclamadas a uma Potencia por uma outra Potencia, como devidas a seus nacionaes, e para solução do qual o offercimento de arbitragem tiver sido accoito. Esta disposição não será applicavel se a accoitação tiver sido subordinada á condição do compromisso ser feito por outro modo.

ARTIGO 54.º

Nos casos previstos pelo artigo precedente, o compromisso será formulado por uma commissão composta de

membres désignés de la manière prévue à l'article 45 alinéas 3 à 6.

Le cinquième membre est de droit Président de la commission.

ARTICLE 55

Les fonctions arbitrales peuvent être conférées à un arbitre unique ou à plusieurs arbitres désignés par les Parties à leur gré, ou choisis par elles parmi les Membres de la Cour permanente d'arbitrage établie par la présente Convention.

A défaut de constitution du Tribunal par l'accord des Parties, il est procédé de la manière indiquée à l'article 45 alinéas 3 à 6.

ARTICLE 56

Lorsqu'un Souverain ou un Chef d'État est choisi pour arbitre, la procédure arbitrale est réglée par Lui.

ARTICLE 57

Le surarbitre est de droit Président du Tribunal.

Lorsque le Tribunal ne comprend pas de surarbitre, il nomme lui-même son Président.

ARTICLE 58

En cas d'établissement du compromis par une commission, telle qu'elle est visée à l'article 54, et sauf stipulation contraire, la commission elle-même formera le Tribunal d'arbitrage.

ARTICLE 59

En cas de décès, de démission ou d'empêchement, pour quelque cause que ce soit, de l'un des arbitres, il est pourvu à son remplacement selon le mode fixé pour sa nomination.

ARTICLE 60

A défaut de désignation par les Parties, le Tribunal siège à la Haye.

Le Tribunal ne peut siéger sur le territoire d'une tierce Puissance qu'avec l'assentiment de celle-ci.

Le siège une fois fixé ne peut être changé par le Tribunal qu'avec l'assentiment des Parties.

ARTICLE 61

Si le compromis n'a pas déterminé les langues à employer, il en est décidé par le Tribunal.

ARTICLE 62

Les Parties ont le droit de nommer auprès du Tribunal des agents spéciaux, avec la mission de servir d'intermédiaires entre Elles et le Tribunal.

Elles sont en outre autorisées à charger de la défense de leurs droits et intérêts devant le Tribunal, des conseils ou avocats nommés par Elles à cet effet.

Les membres de la Cour permanente ne peuvent exercer les fonctions d'agents, conseils ou avocats, qu'en faveur de la Puissance qui les a nommés Membres de la Cour.

ARTICLE 63

La procédure arbitrale comprend en règle générale deux phases distinctes : l'instruction écrite et les débats.

L'instruction écrite consiste dans la communication faite par les agents respectifs, aux membres du Tribunal et à la Partie adverse, des mémoires, des contre-mémoires et, au besoin, des répliques; les Parties y joignent toutes pièces et documents invoqués dans la cause. Cette communication, aura lieu, directement ou par l'intermédiaire du Bureau international, dans l'ordre et dans les délais déterminés par le compromis.

Les délais fixés par le compromis pourront être prolongés de commun accord par les Parties, ou par le Tribunal quand il le juge nécessaire pour arriver à une décision juste.

Les débats consistent dans le développement oral des moyens des Parties devant le Tribunal.

ARTICLE 64

Toute pièce produite par l'une des Parties doit être communiquée, en copie certifiée conforme, à l'autre Partie.

ARTICLE 65

A moins de circonstances spéciales, le Tribunal ne se réunit qu'après la clôture de l'instruction.

ARTICLE 66

Les débats sont dirigés par le Président.

Ils ne sont publics qu'en vertu d'une décision du Tribunal, prise avec l'assentiment des Parties.

Ils sont consignés dans des procès-verbaux rédigés par des secrétaires que nomme le Président. Ces procès-verbaux sont signés par le Président et par un des secrétaires; ils ont seuls caractère authentique.

ARTICLE 67

L'instruction étant close, le Tribunal a le droit d'écartier du débat tous actes ou documents nouveaux qu'une des Parties voudrait lui soumettre sans le consentement de l'autre.

ARTICLE 68

Le Tribunal demeure libre de prendre en considération les actes ou documents nouveaux sur lesquels les agents ou conseils des Parties appelleraient son attention.

En ce cas, le Tribunal a le droit de requérir la production de ces actes ou documents, sauf l'obligation d'en donner connaissance à la Partie adverse.

cinco membros designados da maneira indicado no artigo 45.º, alíneas 3 a 6.

O quinto membro será Presidente nato da comissão.

ARTIGO 55.º

As funções arbitraes poderão ser conferidas a um arbitro unico, ou a diversos arbitros, designados pelas Partes, á sua vontade, ou escolhidos por Ellas de entre os Membros do Tribunal permanente de arbitragem instituido pela presente Convenção.

Na falta de constituição do Tribunal por acordo das Partes, proceder-se-ha da maneira indicada no artigo 45.º, alíneas 3 a 6.

ARTIGO 56.º

Quando um Soberano ou Chefe de Estado for escolhido para arbitro, o processo arbitral será por Elle regulado.

ARTIGO 57.º

O arbitro de desempate será Presidente nato do Tribunal.

Quando o Tribunal não tiver arbitro de desempate, nomeará elle mesmo o seu Presidente.

ARTIGO 58.º

No caso do compromisso ser formulado por uma comissão, como se acha disposto no artigo 54.º, e salva estipulação em contrario, a propria comissão formará o Tribunal de arbitragem.

ARTIGO 59.º

No caso de fallecimento, de demissão, ou de impedimento, por qualquer causa que seja, de um dos arbitros, prover-se-ha á sua substituição pelo modo fixado para a sua nomeação.

ARTIGO 60.º

Na falta de designação pelas Partes, o Tribunal funcionará na Haya.

O Tribunal não poderá funcionar no territorio de uma terceira Potencia senão com o assentimento d'esta.

Uma vez fixada a sede, não poderá esta ser transferida pelo Tribunal senão com o assentimento das Partes.

ARTIGO 61.º

Se o compromisso não tiver determinado as linguas que deverão empregar-se, o Tribunal decidirá a esse respeito.

ARTIGO 62.º

As Partes terão o direito de nomear junto do Tribunal, agentes especiaes com a missão de servirem de intermediarios entre ellas e o Tribunal.

Serão, alem d'isso, autorizadas a encarregar da defesa dos seus direitos e interesses perante o Tribunal, procuradores ou advogados nomeados por ellas para esse fim.

Os Membros do Tribunal permanente não poderão exercer as funções de agentes, procuradores, ou advogados senão em favor da Potencia que os nomeou membros do Tribunal.

ARTIGO 63.º

O processo arbitral, comprehende, em regra geral, duas phases distinctas: a instrucção escrita e os debates.

A instrucção escrita consiste na communicação feita pelos agentes respectivos aos membros do Tribunal e á Parte adversa das memorias, das contra-memorias e, se for necessario, das replicas; as Partes, juntar-lhes-hão todas as peças e documentos invocados na causa.

Esta communicação realisar-se-ha, directamente ou por intermedio da Repartição Internacional, na ordem e nos prazos determinados pelo compromisso.

Os prazos fixados pelo compromisso, poderão ser prorogados de commum acordo pelas Partes, ou pelo Tribunal, quando este assim julgar necessario para chegar a uma decisão justa.

Os debates consistirão no desenvolvimento oral das allegações das Partes perante o Tribunal.

ARTIGO 64.º

Todos os documentos apresentados deverão ser communicados, por copia autentica, á outra Parte.

ARTIGO 65.º

Salvo circunstancias especiaes, o Tribunal não se reunirá senão depois do encerramento da instrucção.

ARTIGO 66.º

Os debates serão dirigidos pelo Presidente.

Só poderão ser publicos em virtude de decisão do Tribunal, tomada com o assentimento das Partes.

Serão consignados em actas, redigidas por Secretarios nomeados pelo Presidente. Estas actas serão assinadas pelo Presidente e por um dos Secretarios, e só ellas terão caracter autentico.

ARTIGO 67.º

Concluida a instrucção, o Tribunal tem o direito de excluir do debate todos os actos ou documentos novos que uma das Partes lhe queira submeter sem o consentimento da outra.

ARTIGO 68.º

O Tribunal tem a faculdade de tomar em consideração as actas ou documentos novos para os quaes os agentes ou procuradores das Partes chamem a sua attenção.

Neste caso o Tribunal tem o direito de requerer a apreção d'essas actas ou documentos, com a obrigação de dar conhecimento d'elles á Parte adversa.

ARTICLE 69

Le Tribunal peut, en outre, requérir des agents des Parties la production de tous actes et demander toutes explications nécessaires. En cas de refus, le Tribunal en prend acte.

ARTICLE 70

Les agents et les conseils des Parties sont autorisés à présenter oralement au Tribunal tous les moyens qu'ils jugent utiles à la défense de leur cause.

ARTICLE 71

Ils ont le droit de soulever des exceptions et des incidents. Les décisions du Tribunal sur ces points sont définitives et ne peuvent donner lieu à aucune discussion ultérieure.

ARTICLE 72

Les membres du Tribunal ont le droit de poser des questions aux agents et aux conseils des Parties et de leur demander des éclaircissements sur les points douteux.

Ni les questions posées, ni les observations faites par les membres du Tribunal pendant le cours des débats ne peuvent être regardées comme l'expression des opinions du Tribunal en général ou de ses membres en particulier.

ARTICLE 73

Le Tribunal est autorisé à déterminer sa compétence en interprétant le compromis ainsi que les autres actes et documents qui peuvent être invoqués dans la matière, et en appliquant les principes du droit.

ARTICLE 74

Le Tribunal a le droit de rendre des ordonnances de procédure pour la direction du procès, de déterminer les formes, l'ordre et les délais dans lesquels chaque Partie devra prendre ses conclusions finales, et de procéder à toutes les formalités que comporte l'administration des preuves.

ARTICLE 75

Les Parties s'engagent à fournir au Tribunal, dans la plus large mesure qu'Elles jugeront possible, tous les moyens nécessaires pour la décision du litige.

ARTICLE 76

Pour toutes les notifications que le Tribunal aurait à faire sur le territoire d'une tierce Puissance contractante, le Tribunal s'adressera directement au Gouvernement de cette Puissance. Il en sera de même s'il s'agit de faire procéder sur place à l'établissement de tous moyens de preuve.

Les requêtes adressées à cet effet seront exécutées suivant les moyens dont la Puissance requise dispose d'après sa législation intérieure. Elles ne peuvent être refusées que si cette Puissance les juge de nature à porter atteinte à sa souveraineté ou à sa sécurité.

Le Tribunal aura aussi toujours la faculté de recourir à l'intermédiaire de la Puissance sur le territoire de laquelle il a son siège.

ARTICLE 77

Les agents et les conseils des Parties ayant présenté tous les éclaircissements et preuves à l'appui de leur cause, le Président prononce la clôture des débats.

ARTICLE 78

Les délibérations du Tribunal ont lieu à huis clos et restent secrètes.

Toute décision est prise à la majorité de ses membres.

ARTICLE 79

La sentence arbitrale est motivée. Elle mentionne les noms des arbitres; elle est signée par le Président et par le greffier ou le secrétaire faisant fonctions de greffier.

ARTICLE 80

La sentence est lue en séance publique, les agents et les conseils des Parties présents ou dûment appelés.

ARTICLE 81

La sentence, dûment prononcée et notifiée aux agents des Parties, décide définitivement et sans appel la contestation.

ARTICLE 82

Tout différend qui pourrait surgir entre les Parties, concernant l'interprétation et l'exécution de la sentence, sera, sauf stipulation contraire, soumis au jugement du Tribunal qui l'a rendue.

ARTICLE 83

Les Parties peuvent se réserver dans le compromis de demander la révision de la sentence arbitrale.

Dans ce cas, et sauf stipulation contraire, la demande doit être adressée au Tribunal qui a rendu la sentence. Elle ne peut être motivée que par la découverte d'un fait nouveau qui eût été de nature à exercer une influence décisive sur la sentence et qui, lors de la clôture des débats, était inconnu du Tribunal lui-même et de la Partie qui a demandé la révision.

La procédure de révision ne peut être ouverte que par une décision du Tribunal constatant expressément l'existence du fait nouveau, lui reconnaissant les caractères prévus par le paragraphe précédent et déclarant à ce titre la demande recevable.

Le compromis détermine le délai dans lequel la demande de révision doit être formée.

ARTIGO 69.º

O Tribunal poderá, além d'isso, requerer aos agentes das Partes a produção de quaesquer actos e pedir todas as explicações necessarias.

No caso de recusa o Tribunal toma nota d'ella.

ARTIGO 70.º

Os agentes e os procuradores das Partes terão autorização de apresentar oralmente ao Tribunal todos os meios que julgarem uteis á defesa da sua causa.

ARTIGO 71.º

Os referidos agentes e procuradores terão o direito de levantar excepções e incidentes. As decisões do Tribunal sobre estes pontos serão definitivas e não poderão dar lugar a nenhuma discussão ulterior.

ARTIGO 72.º

Os membros do Tribunal terão o direito de interrogar os agentes e os procuradores das Partes e de lhes pedirem esclarecimentos sobre os pontos duvidosos.

Nem as perguntas formuladas, nem as observações feitas pelos membros do Tribunal durante os debates poderão ser consideradas como expressão das opiniões do Tribunal em geral, ou dos seus membros em particular.

ARTIGO 73.º

O Tribunal fica autorizado a determinar a sua competência, interpretando o compromisso bem como os outros actos e documentos que possam ser invocados na materia, applicando os principios de direito.

ARTIGO 74.º

O Tribunal terá o direito de proferir despachos para a direcção do processo, de determinar as formas, a ordem e os prazos dentro dos quaes cada Parte deverá formular as suas conclusões finais, e de proceder a todas as formalidades comprehendidas na administração das provas.

ARTIGO 75.º

As Partes obrigam-se a fornecer ao Tribunal, na maior extensão que julgarem possivel, todos os meios necessarios para a decisão do litigio.

ARTIGO 76.º

Para todas as notificações que o Tribunal tiver de fazer no territorio de uma terceira Potencia contratante, o Tribunal dirigirá-se-lhe directamente ao Governo d'essa Potencia. O mesmo se fará quando se tratar de obter no local quaesquer meios de prova.

Os pedidos dirigidos para este fim serão executados, segundo os meios de que a Potencia solicitada dispuser, na conformidade da sua legislação interna. Só poderão ser indeferidos no caso d'esta Potencia os julgar de natureza attentatoria da sua soberania ou da sua segurança.

O Tribunal, terá tambem sempre a faculdade de recorrer ao intermedio da Potencia em cujo territorio tiver a sua sede.

ARTIGO 77.º

Tendo os agentes e os procuradores das Partes apresentado todos os esclarecimentos e provas em apoio da sua causa, o Presidente pronunciará o encerramento dos debates.

ARTIGO 78.º

As deliberações do Tribunal terão lugar á porta fechada e conservar-se-hão secretas.

Todas as decisões serão tomadas por maioria dos seus membros.

ARTIGO 79.º

A sentença arbitral será motivada. Mencionará os nomes dos arbitros; será assinada pelo Presidente e pelo escrivão ou pelo Secretario que desempenhar as funções de escrivão.

ARTIGO 80.º

A sentença será lida em sessão publica, estando presentes ou tendo sido, devidamente convocados os agentes e os procuradores das Partes.

ARTIGO 81.º

A sentença devidamente pronunciada e notificada aos agentes das Partes decidirá a contestação definitivamente e sem appello.

ARTIGO 82.º

Qualquer divergencia que venha a surgir entre as Partes, com relação á interpretação e á execução da sentença, será, salva estipulação em contrario, submettida ao julgamento do Tribunal que a proferiu.

ARTIGO 83.º

As Partes poderão reservar-se no compromisso a faculdade de pedir a revisão da sentença arbitral.

Neste caso, e salva estipulação em contrario, o pedido deve ser dirigido ao Tribunal que tiver proferido a sentença. Não pode ser motivado senão pela descoberta de um facto novo que tivesse podido exercer uma influencia decisiva na sentença, e que, na occasião do encerramento dos debates, fosse desconhecido do proprio Tribunal e da Parte que pede a revisão.

O processo de revisão não poderá ser instaurado, senão por decisão do Tribunal, consignando expressamente a existencia do facto novo, reconhecendo-lhe os caracteres previstos pelo paragraho precedente, e declarando por este titulo aceitavel o pedido.

O compromisso determinará o prazo, dentro do qual o pedido de revisão deverá ser formulado.

ARTICLE 84

La sentence arbitrale n'est obligatoire que pour les Parties en litige.

Lorsqu'il s'agit de l'interprétation d'une Convention à laquelle ont participé d'autres Puissances que les Parties en litige, celles-ci avertissent en temps utile toutes les Puissances signataires. Chacune de ces Puissances a le droit d'intervenir au procès. Si une ou plusieurs d'entre Elles ont profité de cette faculté, l'interprétation contenue dans la sentence est également obligatoire à leur égard.

ARTICLE 85

Chaque Partie supporte ses propres frais et une part égale des frais du Tribunal.

CHAPITRE IV

De la procédure sommaire d'arbitrage

ARTICLE 86

En vue de faciliter le fonctionnement de la justice arbitrale, lorsqu'il s'agit de litiges de nature à comporter une procédure sommaire, les Puissances contractantes arrêtent les règles ci-après qui seront suivies en l'absence de stipulations différentes, et sous réserve, le cas échéant, de l'application des dispositions du Chapitre III qui ne seraient pas contraires.

ARTICLE 87

Chacune des Parties en litige nomme un arbitre. Les deux arbitres ainsi désignés choisissent un surarbitre. S'ils ne tombent pas d'accord à ce sujet, chacun présente deux candidats pris sur la liste générale des Membres de la Cour permanente en dehors des Membres indiqués par chacune des Parties Elles-mêmes et n'étant pas nationaux d'aucune d'Elles; le sort détermine lequel des candidats ainsi présentés sera le surarbitre.

Le surarbitre préside le Tribunal, qui rend ses décisions à la majorité des voix.

ARTICLE 88

A défaut d'accord préalable, le Tribunal fixe, dès qu'il est constitué, le délai dans lequel les deux Parties devront lui soumettre leurs mémoires respectifs.

ARTICLE 89

Chaque Partie est représentée devant le Tribunal par un agent qui sert d'intermédiaire entre le Tribunal et le Gouvernement qui l'a désigné.

ARTICLE 90

La procédure a lieu exclusivement par écrit. Toutefois, chaque Partie a le droit de demander la comparution de témoins et d'experts. Le Tribunal a, de son côté, la faculté de demander des explications orales aux agents des deux Parties, ainsi qu'aux experts et aux témoins dont il juge la comparution utile.

TITRE V

Dispositions finales

ARTICLE 91

La présente Convention dûment ratifiée remplacera, dans les rapports entre les Puissances contractantes, la Convention pour le règlement pacifique des conflits internationaux du 29 juillet 1899.

ARTICLE 92

La présente Convention sera ratifiée aussitôt que possible.

Les ratifications seront déposées à La Haye. Le premier dépôt de ratifications sera constaté par un procès-verbal signé par les représentants des Puissances qui y prennent part et par le Ministre des Affaires Étrangères des Pays-Bas.

Les dépôts ultérieurs de ratifications -se feront au moyen d'une notification écrite, adressée au Gouvernement des Pays-Bas et accompagnée de l'instrument de ratification.

Copie certifiée conforme du procès-verbal relatif au premier dépôt de ratifications, des notifications mentionnées à l'alinéa précédent, ainsi que des instruments de ratification, sera immédiatement remise, par les soins du Gouvernement des Pays-Bas et par la voie diplomatique, aux Puissances conviées à la Deuxième Conférence de la Paix, ainsi qu'aux autres Puissances qui auront adhéré à la Convention. Dans les cas visés par l'alinéa précédent, ledit Gouvernement Leur fera connaître en même temps la date à laquelle il a reçu la notification.

ARTICLE 93

Les Puissances non-signataires qui ont été conviées à la Deuxième Conférence de la Paix pourront adhérer à la présente Convention.

La Puissance qui désire adhérer notifie par écrit son intention au Gouvernement des Pays-Bas en lui transmettant l'acte d'adhésion qui sera déposé dans les archives dudit Gouvernement.

Ce Gouvernement transmettra immédiatement à toutes les autres Puissances conviées à la Deuxième Conférence de la Paix copie certifiée conforme de la notification ainsi que de l'acte d'adhésion, en indiquant la date à laquelle il a reçu la notification.

ARTIGO 84.º

A sentença arbitral não será obrigatoria, senão para as Partes em litigio.

Quando se tratar da interpretação de uma Convenção, na qual tiverem sido partes outras Potencias alem das Partes em litigio, estas avisarão em tempo util todas as Potencias signatarias. Cada uma d'aquellas Potencias terá o direito de intervir no processo. Se uma, ou mais d'ellas, se aproveitarem d'esta faculdade, a interpretação contida na sentença será igualmente obrigatoria a seu respeito.

ARTIGO 85.º

Ficam a cargo de cada uma das Partes as suas proprias despesas e uma parte igual das despesas do Tribunal.

CAPITULO IV

Do processo sumario de arbitragem

ARTIGO 86.º

No intuito de facilitar o funcionamento da justiça arbitral, quando se trate de litigios susceptiveis por sua natureza de um processo sumario, as Potencias contratantes estabelecem as seguintes regras que serão observadas na falta de estipulações diferentes e sob reserva, dado o caso, da applicação das disposições do capitulo III que não sejam contrarias.

ARTIGO 87.º

Cada uma das Partes em litigio nomeará um arbitro. Os dois arbitros assim designados nomearão um arbitro de desempate.

Se não chegarem a acordo a este respeito, cada um apresentará dois candidatos escolhidos na lista geral dos Membros do Tribunal permanente, fora dos membros indicados por cada uma das Partes, e que não sejam seus nacionaes; a sorte determinará qual dos candidatos assim apresentados será o arbitro de desempate.

O arbitro de desempate presidirá ao Tribunal, que proferirá as suas decisões por maioria de votos.

ARTIGO 88.º

Na falta de acordo previo, o Tribunal fixará, logo que se achar constituido, o prazo dentro do qual as duas Partes deverão submeter-lhe as suas respectivas memorias.

ARTIGO 89.º

Cada uma das Partes será representada perante o Tribunal por um agente que servirá de intermediario entre o Tribunal e o Governo que o tiver designado.

ARTIGO 90.º

O processo far-se-ha exclusivamente por escrito. Cada Parte terá, comtudo, o direito de pedir a comparencia de testemunhas e de peritos.

O Tribunal terá por sua parte, a faculdade de pedir explicações oraes aos agentes das duas Partes, bem como aos peritos e ás testemunhas, cuja comparencia julgar de utilidade.

TITULO V

Disposições finais

ARTIGO 91.º

A presente Convenção, devidamente ratificada, substituirá nas relações entre as Potencias contratantes, a Convenção para solução pacifica dos conflictos internacionaes de 29 de julho de 1899.

ARTIGO 92.º

A presente Convenção será ratificada no mais breve prazo possivel.

As ratificações serão depositadas na Haya. O primeiro deposito de ratificações será consignado numa acta assinada pelos representantes das Potencias que nelle tomarem parte e pelo Ministro dos Negocios Estrangeiros dos Países Baixos.

Os depositos ulteriores de ratificações serão effectuados por meio de uma notificação escrita dirigida ao governo dos Países Baixos e acompanhada do instrumento de ratificação.

Serão immediatamente remetidas, ao cuidado do Governo dos Países Baixos, e por via diplomatica, ás Potencias convidadas á Segunda Conferencia da Paz, bem como ás outras Potencias que tiverem adherido á Convenção, copias autenticas da acta relativa ao primeiro deposito de ratificações, das notificações mencionadas na alinea precedente, e dos instrumentos de ratificação. Nos casos mencionados na alinea precedente, o dito governo fará saber, ao mesmo tempo, ás referidas Potencias a data em que tiver recebido a notificação.

ARTIGO 93.º

As Potencias não signatarias que foram convidadas á Segunda Conferencia da Paz poderão adherir á presente Convenção.

A Potencia que desejar adherir notificará por escrito a sua intenção ao Governo dos Países Baixos transmittindo-lhe o acto de adhesão que será depositado nos archivos do dito Governo.

Este Governo transmittirá immediatamente a todas as outras Potencias convidadas á Segunda Conferencia da Paz, copia autentica da notificação, e bem assim do acto de adhesão, indicando a data em que tiver recebido a notificação.

ARTICLE 94

Les conditions auxquelles les Puissances qui n'ont pas été conviées à la Deuxième Conférence de la Paix, pourront adhérer à la présente Convention, formeront l'objet d'une entente ultérieure entre les Puissances contractantes.

ARTICLE 95

La présente Convention produira effet, pour les Puissances qui auront participé au premier dépôt de ratifications, soixante jours après la date du procès-verbal de ce dépôt et pour les Puissances qui ratifieront ultérieurement ou qui adhéreront, soixante jours après que la notification de leur ratification ou de leur adhésion aura été reçue par le Gouvernement des Pays-Bas.

ARTICLE 96

S'il arrivait qu'une des Puissances contractantes voulût dénoncer la présente Convention, la dénonciation sera notifiée par écrit au Gouvernement des Pays-Bas qui communiquera immédiatement copie certifiée conforme de la notification à toutes les autres Puissances en leur faisant savoir la date à laquelle il l'a reçue.

La dénonciation ne produira ses effets qu'à l'égard de la Puissance qui l'aura notifiée et un an après que la notification en sera parvenue au Gouvernement des Pays-Bas.

ARTICLE 97

Un registre tenu par le Ministère des Affaires Etrangères des Pays-Bas indiquera la date du dépôt de ratifications effectué en vertu de l'article 92, alinéas 3 et 4, ainsi que la date à laquelle auront été reçues les notifications d'adhésion (article 93 alinéa 2) ou de dénonciation (article 96 alinéa 1).

Chaque Puissance contractante est admise à prendre connaissance de ce registre et à en demander des extraits certifiés conformes.

En foi de quoi, les Plénipotentiaires ont revêtu la présente Convention de leurs signatures.

Fait à La Haye, le dix-huit octobre mil neuf cent sept, en un seul exemplaire qui restera déposé dans les archives du Gouvernement des Pays-Bas et dont des copies certifiées conformes, seront remises par la voie diplomatique aux Puissances contractantes.

1. Pour l'Allemagne :
Marschall.
Kriege.
2. Pour les Etats Unis d'Amérique :
Joseph H. Choate.
Horace Porter.
U. M. Rose.
David Jayne Hill.
C. S. Sperry.
William I. Buchanan.

Sous réserve de la Déclaration faite dans la séance plénière de la Conférence du 16 octobre 1907.

3. Pour l'Argentine :
Roque Saenz Peña.
Luis M. Drago.
C. Ruez Larreta.
4. Pour l'Autriche-Hongrie :
Mérey.
Baron Macchio.
5. Pour la Belgique :
A. Beernaert.
J. Van den Heuvel.
Guillaume.
6. Pour la Bolivie :
Claudio Pinilla.
7. Pour le Brésil :
Ruy Barbosa.

Avec réserves sur l'article 53, alinéas 2, 3 et 4.

8. Pour la Bulgarie :
Général-Major Vinaroff.
Iv. Karandjoulloff.
9. Pour le Chili :
Domingo Gana.
Augusto Matte.
Carlos Concha.

Sous la réserve de la déclaration formulée à propos de l'article 39 dans la septième séance du 7 octobre de la première Commission.

10. Pour la Chine :
Loutsengtsiang.
Tsiensun.
11. Pour la Colombie :
Jorge Holguin.
S. Perez Triana.
M. Vargas.

12. Pour la République de Cuba :
Antonio S. de Bustamante.
Gonzalo de Quesada.
Manuel Sanguily.

ARTIGO 94.º

As condições em que as Potencias, que não foram convidadas á Segunda Conferencia da Paz, poderão adherir á presente Convenção serão objecto de accordo ulterior entre as Potencias contratantes.

ARTIGO 95.º

A presente Convenção produzirá os seus efeitos, para as Potencias que tiverem tomado parte no primeiro deposito de ratificações, sessenta dias depois da data da acta d'esse deposito; e para as Potencias que ratificarem ulteriormente, ou que adherirem, sessenta dias depois da notificação da sua ratificação, ou da sua adhesão, ter sido recebida pelo Governo dos Países Baixos.

ARTIGO 96.º

No caso de uma das Potencias contratantes querer denunciar a presente Convenção, a denunciação será notificada por escrito ao Governo dos Países Baixos, o qual comunicará immediatamente copia autentica da notificação a todas as outras Potencias, fazendo-lhes saber a data em que a tiver recebido.

A denunciação não produzirá seus efeitos senão com respeito á Potencia que a tiver notificado, e um anno depois da respectiva notificação ter sido recebida pelo Governo dos Países Baixos.

ARTIGO 97.º

Um registo a cargo do Ministerio dos Negocios Estrangeiros dos Países Baixos indicará a data do deposito de ratificações, effectuado em virtude do artigo 92.º alíneas 3 e 4, bem como a data em que tiverem sido recebidas as notificações de adhesão (artigo 93.º, alinea 2), ou de denunciação (artigo 96.º alinea 1).

Cada uma das Potencias contratantes será admittida a tomar conhecimento d'esse registo e a pedir extractos autenticos do mesmo.

Em fé do que os Plenipotenciarios appuseram na presente Convenção as suas assinaturas.

Feito na Haya aos dezoito de outubro de mil novecentos e sete, em um unico exemplar que ficará depositado nos archivos do Governo dos Países Baixos e do qual serão remetidas por via diplomatica copias autenticas ás Potencias contratantes.

- 1 Pela Allemanha :
Marschall.
Kriege.
- 2 Pelos Estados Unidos da America :
Joseph H. Choate.
Horace Porter.
U. M. Rose.
David Jayne Hill.
C. S. Sperry.
William I. Buchanan.

Sob reserva da declaração feita na sessão plenaria da Conferencia de 16 de outubro de 1907.

- 3 Pela Argentina :
Roque Saenz Peña.
Luis M. Drago.
C. Ruez Larreta.
- 4 Pela Austria-Hungria :
Mérey.
Baron Macchio.
- 5 Pela Belgica :
A. Beernaert.
J. Van den Heuvel.
Guillaume.

- 6 Pela Bolivia :
Claudio Pinilla.

- 7 Pelo Brasil :
Ruy Barbosa.

Com reservas sobre o artigo 53.º, alíneas 2, 3 e 4.

- 8 Pela Bulgaria :
General-Major Vinaroff.
Iv. Karandjoulloff.
- 9 Pelo Chili :
Domingo Gana.
Augusto Matte.
Carlos Concha.

Sob reserva da declaração formulada a proposito do artigo 39.º na 7.ª sessão de 7 de outubro da 1.ª commissão.

- 10 Pela China :
Loutsengtsiang.
Tsiensun.
- 11 Pela Colombia :
Jorge Holguin.
S. Perez Triana.
M. Vargas.

- 12 Pela Republica de Cuba :
Antonio S. de Bustamante.
Gonzalo de Quesada.
Manuel Sanguily.

13. Pour la Danemark :
C. Brun.

14. Pour la République Dominicaine :
Dr. Henriquez y Carvajal.
Apolinar Tejera.

15. Pour l'Equateur :
Victor M. Rendon.
E. Dorn y de Alsúa.

16. Pour l'Espagne :
W. R. de Villa Urrutia.
José de la Rica y Calvo.
Gabriel Maura.

17. Pour la France :
Léon Bourgeois.
D'Estournelles de Constant.
L. Renault.
Marcellin Pellet.

18. Pour la Grande-Bretagne :
Edw. Fry.
Ernest Satow.
Reay.
Henry Howard.

19. Pour la Grèce :
Cléon Rizo Rangabé.
Georges Streit.

Avec la réserve de l'alinéa 2 de l'article 53.

20. Pour le Guatémala :
José Tible Machado.

21. Pour le Haïti :
Dalbémar Jn Joseph.
J. N. Léger.
Pierre Hudicourt.

22. Pour l'Italie :
Pompili.
G. Fusinato.

23. Pour le Japon :
Aimaro Sato.

Avec réserve des alinéas 3 et 4 de l'article 48, de l'alinéa 2 de l'article 53 et de l'article 54.

24. Pour le Luxembourg :
Eyschen.
Comte de Villers.

25. Pour le Mexique :
G. A. Esteva.
S. B. de Mier.
F. L. de la Barra.

26. Pour le Monténégro :
Nelidow.
Martens.
N. Tcharikow.

27. Pour le Nicaragua :

28. Pour la Norvège :
F. Hagerup.

29. Pour le Panama :
B. Porras.

30. Pour le Paraguay :
J. du Monceau.

31. Pour les Pays-Bas :
W. H. de Beaufort.
T. M. C. Asser.
Den Beer Pórtugael.
J. A. Röell.
A. J. Loeff.

32. Pour le Pérou :
C. G. Candamo.

33. Pour la Perse :
Montazos-Saltaneh M. Samad Khan.
Sadigh ul Mulk M. Ahmed Khan.

34. Pour le Portugal :
Marquis de Soveral.
Comte de Selir.
Alberto de Oliveira.

35. Pour la Roumanie :
Edg. Mavrocordato.

Avec les mêmes réserves formulées par les Plénipotentiaires Roumains à la signature de la Convention pour le Règlement pacifique des conflits internationaux du 29 juillet 1899.

36. Pour la Russie :
Nelidow.
Martens.
N. Tcharykow.

- 13 Pela Dinamarca :
C. Brun.
- 14 Pela Republica Dominicana :
Dr. Henriquez y Carvajal.
Apolinar Tejera.
- 15 Pelo Equador :
Victor M. Rendon.
E. Dorn y de Alsia.
- 16 Pela Espanha :
W. R. de Villa Urrutia.
José de La Rica y Calvo.
Gabriel Maura.
- 17 Pela França :
Léon Bourgeois.
D'Estournelles de Constant.
L. Renault.
Marcellin Pellet.
- 18 Pela Gran-Bretanha :
Edw. Fry.
Ernest Satow.
Reay.
Henry Howard.
- 19 Pela Grecia :
Cléon Rizo Rangabé.
Georges Streit.
- Com a reserva da alinea 2 do artigo 53.º
- 20 Pelo Guatemala :
José Tible Machado.
- 21 Pelo Haïti :
Dalbémar Jn Joseph.
J. N. Léger.
Pierre Hudicourt.
- 22 Pela Italia :
Pompili.
G. Fusinato.
- 23 Pelo Japão :
Aimaro Sato.
- Com reserva das alíneas 3 e 4 do artigo 48.º, da alínea 2 do artigo 53.º e do artigo 54.º.
- 24 Pelo Luxemburgo :
Eyschen.
Comte de Villers.
- 25 Pelo Mexico :
G. A. Esteva.
S. B. de Mier.
F. L. de la Barra.
- 26 Pelo Montenegro :
Nelidow.
Martens.
N. Tcharikow.
- 27 Pelo Nicaragua :
- 28 Pela Noruega :
F. Hagerup.
- 29 Pelo Panamá :
B. Porras.
- 30 Pelo Paraguay :
J. du Monceau.
- 31 Pelos Países Baixos :
W. H. de Beaufort.
T. M. C. Asser.
Den Beer Poortugaal.
J. A. Röell.
J. A. Loeff.
- 32 Pelo Peru :
C. G. Candamo.
- 33 Pela Persia :
Momtazos-Saltaneh M. Samad Khan.
Sadigh ul Mulik M. Ahmed Khan.
- 34 Por Portugal :
Marquês de Soveral.
Conde de Selir.
Alberto de Oliveira.
- 35 Pela Romania :
Edg. Mavrocordato.
- Com as mesmas reservas formuladas pelos Plenipotenciarios românicos na assinatura da Convenção para solução pacífica dos conflictos internacionais de 29 de julho de 1899.
- 36 Pela Russia :
Nelidow.
Martens.
N. Tcharikow.

37. Pour le Salvador :
P. J. Matheu.
S. Perez Triana.
38. Pour la Serbie :
S. Grouitch.
M. G. Milovanovitch.
M. G. Militchevitch.
39. Pour le Siam :
Mom Chatidej Udom.
C. Corragioni d'Orelli.
Luang Bhuwanarth Narübal.
40. Pour la Suède :
Joh. Hellner.
41. Pour la Suisse :
Carlin.
- Sous réserve de l'article 53, chiffre 2.º
42. Pour la Turquie :
Turkhan.
- Sous réserve des déclarations portées au procès-verbal de la 9.º séance plénière de la Conférence du 16 octobre 1907.
43. Pour l'Uruguay :
José Battle y Ordoñez.
44. Pour le Vénézuéla :
J. Gil Fortoul.
- Certifié pour copie conforme :
Le Secrétaire-Général du Ministère des Affaires Étrangères des Pays-Bas. — *S. Hannema.*
- II. — Convention concernant la limitation de l'emploi de la force pour le recouvrement de dettes contractuelles
- Sa Majesté l'Empereur d'Allemagne, Roi de Prusse; le Président des États-Unis d'Amérique; le Président de la République Argentine; Sa Majesté l'Empereur d'Autriche, Roi de Bohême, etc., et Roi Apostolique de Hongrie; le Président de la République de Bolivie; Son Altesse Royale le Prince de Bulgarie; le Président de la République de Chili; le Président de la République de Colombie; le Gouverneur Provisoire de la République de Cuba; Sa Majesté le Roi de Danemark; le Président de la République Dominicaine; le Président de la République de l'Équateur; Sa Majesté le Roi d'Espagne; le Président de la République Française; Sa Majesté le Roi du Royaume-Uni de Grande Bretagne et d'Irlande et des territoires britanniques au delà des Mers, Empereur des Indes; Sa Majesté le Roi des Hellènes; le Président de la République de Guatemala; le Président de la République d'Haïti; Sa Majesté le Roi d'Italie; Sa Majesté l'Empereur du Japon; le Président des États-Unis Mexicains; Son Altesse Royale le Prince de Monténégro; Sa Majesté le Roi de Norvège; le Président de la République de Panama; le Président de la République du Paraguay; Sa Majesté la Reine des Pays-Bas; le Président de la République du Pérou; Sa Majesté Impériale le Schah de Perse; Sa Majesté le Roi de Portugal et des Algarves, etc.; Sa Majesté l'Empereur de toutes les Russies; le Président de la République du Salvador; Sa Majesté le Roi de Serbie; Sa Majesté l'Empereur des Ottomans; le Président de la République Orientale de l'Uruguay;
- Désireux d'éviter entre les nations des conflits armés d'une origine pécuniaire, provenant de dettes contractuelles, réclamées au Gouvernement d'un pays par le Gouvernement d'un autre pays comme dues à ses nationaux,
- Ont résolu de conclure une Convention à cet effet et ont nommé pour Leurs Plénipotentiaires, savoir :
- Sa Majesté l'Empereur d'Allemagne, Roi de Prusse :
- Son Excellence le baron Marschall de Bieberstein, Son ministre d'état, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire à Constantinople ;
M. le dr. Johannes Kriege, Son envoyé en mission extraordinaire à la présente Conférence, Son conseiller intime de légation et jurisconsulte au ministère Impérial des affaires étrangères, membre de la cour permanente d'arbitrage.
- Le Président des États-Unis d'Amérique :
Son Excellence M. Joseph H. Choate, ambassadeur extraordinaire ;
Son Excellence M. Horace Porter, ambassadeur extraordinaire ;
Son Excellence M. Uriah M. Rose, ambassadeur extraordinaire ;
Son Excellence M. David Jayne Hill, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à La Haye ;
M. Charles S. Sperry, contre-amiral, ministre plénipotentiaire.
M. Georges B. Davis, général de brigade, chef de la justice militaire de l'armée fédérale, ministre plénipotentiaire ;
M. William I. Buchanan, ministre plénipotentiaire.

- 37 Pelo Salvador :
P. J. Matheu.
S. Perez Triana.
- 38 Pela Servia :
S. Grouitch.
M. G. Milovanovitch.
M. G. Militchevitch.
- 39 Pelo Sião :
Mon' Chatidj' Udom.
C. Corragioni d'Orelli.
Luang Bhuwanarth Narübal.
- 40 Pela Suecia :
Joh. Hellner.
- 41 Pela Suissa :
Carlin.
- Sob reserva do artigo 53.º, algarismo 2.º
- 42 Pela Turquia :
Turkhan.
- Sob reserva das declarações lançadas na acta da 9.ª sessão plenária da Conferencia de 16 de outubro de 1907.
- 43 Pelo Uruguay :
José Battle y Ordoñez.
- 44 Por Venezuela :
J. Gil Fortoul.
- Certificado por copia conforme.
O Secretario Geral do Ministerio dos Negocios Estrangeiros dos Países Baixos, *S. Hannema.*
- II — Convenção relativa á limitação do emprego da força para cobrança das dividas derivadas de contratos
- Sua Majestade o Imperador da Alemanha, Rei da Prussia; o Presidente dos Estados Unidos da America; o Presidente da Republica Argentina; Sua Majestade o Imperador de Austria, Rei da Bohemia, etc., e Rei Apostolico da Hungria; o Presidente da Republica da Bolivia; Sua Alteza Real o Principe da Bulgaria; o Presidente da Republica do Chile; o Presidente da Republica de Colombia; o Governador Provisorio da Republica de Cuba; Sua Majestade o Rei da Dinamarca; o Presidente da Republica Dominicana; o Presidente da Republica do Equador; Sua Majestade o Rei de Espanha; o Presidente da Republica Francesa, Sua Majestade o Rei do Reino Unido da Gran-Bretanha e Irlanda e dos territorios britannicos de Alem-Mar, Imperador das Indias; Sua Majestade o Rei dos Hellenos; o Presidente da Republica da Guatemala; o Presidente da Republica do Haïti; Sua Majestade o Rei de Italia; Sua Majestade o Imperador do Japão; o Presidente dos Estados-Unidos Mexicanos; Sua Alteza Real o Principe de Montenegro; Sua Majestade o Rei da Noruega; o Presidente da Republica do Panamá; o Presidente da Republica do Paraguay; Sua Majestade a Rainha dos Países Baixos; O Presidente da Republica do Peru; Sua Majestade Imperial o Shah da Persia; Sua Majestade o Rei de Portugal e dos Algarves, etc.; Sua Majestade o Imperador de Todas as Russias; o Presidente da Republica do Salvador; Sua Majestade o Rei da Servia; Sua Majestade o Imperador dos Ottomanos; o Presidente da Republica Oriental do Uruguay.
- Animados do desejo de evitar entre as nações conflictos armados de origem pecuniaria, provenientes de dividas estipuladas em contratos, reclamadas ao Governo de um país pelo Governo de um outro país, como devidas aos seus nacionaes,
- Resolveram concluir uma Convenção para este fim e nomearam por Seus Plenipotenciarios a saber :
- Sua Majestade o Imperador da Alemanha, Rei da Prussia :
- S. Ex.º o Barão Marschall de Bieberstein, Seu Ministro de Estado, Seu Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario, em Constantinopla.
O Sr. Dr. Johannes Kriege, Seu Enviado em Missão Extraordinaria á presente Conferencia, Seu Conselheiro intimo de legação e jurisconsulto no Ministerio Imperial, dos Negocios Estrangeiros, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.
- O Presidente dos Estados-Unidos da America :
S. Ex.º o Sr. Joseph H. Choate, Embaixador Extraordinario ;
S. Ex.º o Sr. Horace Porter, Embaixador Extraordinario ;
S. Ex.º o Sr. Uriah M. Rose, Embaixador Extraordinario ;
S. Ex.º o Sr. David Jayne Hill, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica na Haya.
O Sr. Charles S. Sperry, Contra-Almirante, Ministro Plenipotenciario ;
O Sr. Georges B. Davis, General de brigada, chefe de justiça militar do exercito federal, Ministro Plenipotenciario ;
O Sr. William I. Buchanan, Ministro Plenipotenciario.

Le Président de la République Argentine ;
 Son Excellence M. Roque Saenz Peña, ancien ministre des affaires étrangères, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Rome, membre de la cour permanente d'arbitrage ;
 Son Excellence M. Luis M. Drago, ancien ministre des affaires étrangères et des cultes de la République, député national, membre de la cour permanente d'arbitrage ;
 Son Excellence M. Carlos Rodriguez Larreta, ancien ministre des affaires étrangères et des cultes de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Sa Majesté l'Empereur d'Autriche, Roi de Bohême, etc., et Roi Apostolique de Hongrie ;
 Son Excellence M. Gaëtan Mérey de Kapos-Mérey, Son conseiller intime, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire ;
 Son Excellence M. le baron Charles de Macchio, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Athènes.

Le Président de la République de Bolivie :
 Son Excellence M. Claudio Pinilla, ministre des affaires étrangères de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage ;
 Son Excellence M. Fernando E. Guachalla, ministre plénipotentiaire à Londres.

Son Altesse Royale le Prince de Bulgarie :
 M. Vrbán Vinaroff, général-major de l'état-major, Son général à la suite ;
 M. Ivan Karandjouloff, procureur-général de la cour de cassation.

Le Président de la République de Chili :
 Son Excellence M. Domingo Gana, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Londres ;
 Son Excellence M. Augusto Matte, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Berlin ;
 Son Excellence M. Carlos Concha, ancien ministre de la guerre, ancien président de la chambre des députés, ancien envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Buenos-Aires.

Le Président de la République de Colombie :
 M. Jorge Holguin, général ;
 M. Santiago Pérez Triana ;
 Son Excellence M. Marceliano Vargas, général, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris.

Le Gouverneur Provisoire de la République de Cuba :
 M. Antonio Sanchez de Bustamante, professeur de droit international à l'université de la Havane, sénateur de la République ;
 Son Excellence M. Gonzalo de Quesada y Arostegui, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Washington ;
 M. Manuel Sanguily, ancien directeur de l'institut d'enseignement secondaire de la Havane, sénateur de la République.

Sa Majesté le Roi de Danemark :
 Son Excellence M. Constantin Brun, Son chambellan, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Washington ;
 M. Christian Frederik Scheller, contre-amiral ;
 M. Axel Vedel, Son chambellan, chef de section au ministère Royal des affaires étrangères.

Le Président de la République Dominicaine :
 M. Francisco Henriquez y Carvajal, ancien secrétaire d'état au ministère des affaires étrangères de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage ;
 M. Apolinar Tejera, recteur de l'institut professionnel de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président de la République de l'Equateur :
 Son Excellence M. Victor Rendón, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris et à Madrid ;
 M. Enrique Dorn y de Alsúa, chargé d'affaires.

Sa Majesté le Roi d'Espagne :
 Son Excellence M. W. R. de Villa-Urrutia, sénateur, ancien ministre des affaires étrangères, Son ambassadeur extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Londres ;
 Son Excellence M. José de la Rica y Calvo, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye ;
 M. Gabriel Maura y Gamazo, comte de Mortera, Député aux Cortès.

O Presidente da Republica Argentina :
 S. Ex.ª o Sr. Roque Saenz Peña, antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotencio da Republica em Roma, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem ;
 S. Ex.ª o Sr. Luis M. Drago, antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros e dos Cultos da Republica, Deputado nacional, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.
 S. Ex.ª o Sr. Carlos Rodriguez Larreta, antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros e dos Cultos da Republica, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.

Sua Majestade o Imperador de Austria, Rei da Boemia, etc., e Rei Apostolico da Hungria :
 S. Ex.ª o Sr. Gaëtan Mérey de Kapos-Mérey, Seu Conselheiro intimo, Seu Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario ;
 S. Ex.ª o Sr. Barão Charles de Macchio, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Athenas.

O Presidente da Republica da Bolivia :
 S. Ex.ª o Sr. Claudio Pinilla, Ministro dos Negocios Estrangeiros da Republica, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem ;
 S. Ex.ª o Sr. Fernando E. Guachalla, Ministro Plenipotenciario em Londres.

Sua Alteza Real o Principe da Bulgaria :
 O Sr. Vrbán Vinaroff, General-major do estado maior, General do seu sequito ;
 O Sr. Ivan Karandjouloff, procurador geral do Tribunal de Cassação.

O Presidente da Republica do Chile :
 S. Ex.ª o Sr. Domingo Gana, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Londres ;
 S. Ex.ª o Sr. Augusto Matte, Enviado Extraordinario e Ministro da Republica em Berlim.

S. Ex.ª o Sr. Carlos Concha, antigo Ministro da Guerra, antigo Presidente da Camara dos Deputados, antigo Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Buenos-Aires.

Presidente da Republica de Colombia :
 O Sr. Jorge Holguin, General ;
 O Sr. Santiago Pérez Triana ;
 S. Ex.ª o Sr. Marceliano Vargas, General, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Paris.

O Governador Provisorio da Republica de Cuba :
 O Sr. Antonio Sanchez de Bustamante, professor de direito internacional na Universidade de Havana, Senador da Republica ;
 S. Ex.ª o Sr. Gonzalo de Quesada y Arostegui, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica, em Washington ;
 O Sr. Manuel Sanguily, antigo Director do Instituto de Ensino Secundario da Havana, Senador da Republica.

Sua Majestade o Rei da Dinamarca :
 S. Ex.ª o Sr. Constantin Brun, Seu camarista, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Washington ;
 O Sr. Christian Frederik Scheller, Contra Almirante ;
 O Sr. Axel Vedel, Seu camarista, chefe de secção no Ministerio Real dos Negocios Estrangeiros.

O Presidente da Republica Dominicana :
 O Sr. Francisco Henriquez y Carvajal, antigo Secretario de Estado do Ministerio dos Negocios Estrangeiros da Republica, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem ;
 O Sr. Apolinar Tejera, reitor do Instituto Profissional da Republica, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem ;

O Presidente da Republica do Equador :
 S. Ex.ª o Sr. Victor Rendón, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica, em Paris e Madrid ;
 O Sr. Enrique Dorn y de Alsúa, Encarregado de Negocios.

Sua Majestade o Rei de Espanha :
 S. Ex.ª o Sr. W. R. de Villa-Urrutia, Senador, antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros, Seu Embaixador Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Londres ;
 S. Ex.ª o Sr. José de la Rica y Calvo, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya ;
 O Sr. Gabriel Maura y Gamazo, Conde de la Mortera, Deputado ás Cortes.

Le Président de la République Française :
 Son Excellence M. Léon Bourgeois, ambassadeur extraordinaire de la République, sénateur, ancien président du conseil des ministres, ancien ministre des affaires étrangères, membre de la cour permanente d'arbitrage ;
 M. le baron d'Estournelles de Constant, sénateur, ministre plénipotentiaire de première classe, membre de la cour permanente d'arbitrage ;
 M. Louis Renault, professeur à la faculté de droit à l'université de Paris, ministre plénipotentiaire honoraire, jurisconsulte du ministère des affaires étrangères, membre de l'institut de France, membre de la cour permanente d'arbitrage ;

Son Excellence M. Marcellin Pellet, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République Française à La Haye.

Sa Majesté le Roi du Royaume-Uni de Grande Bretagne et d'Irlande et des Territoires Britanniques au delà des Mers, Empereur des Indes :
 Son Excellence the Right Honourable Sir Edward Fry, G. C. B., membre du conseil privé, Son ambassadeur extraordinaire, membre de la cour permanente d'arbitrage ;
 Son Excellence the Right Honourable Sir Ernest Mason Satow, G. C. M. G., membre du conseil privé, membre de la cour permanente d'arbitrage ;
 Son Excellence the Right Honourable Donald James Mackay Baron Reay, G. C. S. I., G. C. I. E., membre du conseil privé, ancien président de l'institut de droit international ;
 Son Excellence Sir Henry Howard, K. C. M. G., C. B., Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Sa Majesté le Roi des Hellènes :
 Son Excellence M. Cléon Rizo Rangabé, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Berlin ;
 M. Georges Streit, professeur de droit international à l'université d'Athènes, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président de la République de Guatémala :
 M. José Tible Machado, chargé d'affaires de la République à La Haye et à Londres, membre de la cour permanente d'arbitrage ;
 M. Enrique Gómez Carillo, chargé d'affaires de la République à Berlin.

Le Président de la République d'Haïti :
 Son Excellence M. Jean Joseph Dalbemar, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris ;
 Son Excellence M. J. N. Léger, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Washington ;
 M. Pierre Hudicourt, ancien professeur de droit international public, avocat au barreau de Port au Prince.

Sa Majesté le Roi d'Italie :
 Son Excellence le comte Joseph Tornielli Brusati di Vergano, sénateur du Royaume, ambassadeur de Sa Majesté le Roi à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage, président de la délégation Italienne ;
 Son Excellence M. le commandeur Guido Pompilj, député au parlement, sous-secrétaire d'état au ministère Royal des affaires étrangères ;
 M. le commandeur Guido Fusinato, conseiller d'état, député au parlement, ancien ministre de l'instruction.

Sa Majesté l'Empereur du Japon :
 Son Excellence M. Keiroku Tsudzuki, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire ;
 Son Excellence M. Aimaro Sato, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Le Président des États-Unis Mexicains :
 Son Excellence M. Gonzalo A. Esteva, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Rome ;
 Son Excellence M. Sebastian B. de Mier, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris ;
 Son Excellence M. Francisco L. de la Barra, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Bruxelles et à La Haye.

Son Altesse Royale le Prince de Monténégro :
 Son Excellence M. Nelidow, conseiller privé Impérial actuel, ambassadeur de Sa Majesté l'Empereur de Toutes les Russies à Paris ;
 Son Excellence M. de Martens, conseiller privé Impérial, membre permanent du conseil du ministère Impérial des affaires étrangères de Russie ;
 Son Excellence M. Tcharykow, conseiller d'état Impérial actuel, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de Sa Majesté l'Empereur de Toutes les Russies à La Haye.

O Presidente da Republica Francesa:

- S. Ex.^a Sr. o Léon Bourgeois, Embaixador Extraordinario da Republica, Senador, antigo Presidente do Conselho de Ministros, antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
- O Sr. Barão d'Estournelles de Constant, Senador, Ministro Plenipotenciario de 1.^a classe, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
- O Sr. Louis Renault, professor da faculdade de direito na Universidade de Paris, Ministro Plenipotenciario honorario, jurisculto do Ministerio dos Negocios Estrangeiros, membro do Instituto de França, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
- S. Ex.^a o Sr. Marcellin Pellet, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica Francesa na Haya;

Sua Magestade o Rei do Reino-Unido da Grã-Bretanha e Irlanda e dos Territorios Britannicos d'alem Mar, Imperador das Indias:

- S. Ex.^a The Right Honourable Sir Edward Fry, G. C. B., membro do Conselho Privado, Seu Embaixador Extraordinario, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
- S. Ex.^a The Right Honourable Sir Ernest Mason Satow, G. C. M. G., membro do Conselho Privado, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
- S. Ex.^a The Right Honourable Donald James Mackay, Baron Reay, G. C. S. I., G. C. I. E., membro do Conselho Privado, antigo Presidente do Instituto de Direito Internacional;
- S. Ex.^a Sir Henry Howard, K. C. M. G., C. B., Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya.

Sua Magestade o Rei dos Hellenos:

- S. Ex.^a o Sr. Cléon Rizo Rangabé, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Berlim;
- O Sr. Georges Streit, professor de direito internacional na Universidade de Athenas, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.

O Presidente da Republica do Guatemala:

- O Sr. José Tibile Machado, Encarregado de Negocios da Republica na Haya e em Londres, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.
- O Sr. Enrique Gómez Carrillo, Encarregado de Negocios da Republica em Berlim.

O Presidente da Republica de Haïti:

- S. Ex.^a o Sr. Jean Joseph Dalbemar, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica, em Paris;
- S. Ex.^a o Sr. J. N. Léger, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Washington;
- O Sr. Pierre Hudicourt, antigo professor de direito internacional publico, advogado nos Tribunaes de Porto-Principe.

Sua Magestade o Rei de Italia:

- S. Ex.^a o Conde Joseph Tornielli Brusati di Vergano, Senador do Reino, Embaixador de Sua Magestade o Rei em Paris, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem, Presidente da Delegação Italiana;
- S. Ex.^a o Sr. Commendador Guido Pompilj, Deputado ao Parlamento, sub-secretario de Estado no Ministerio Real dos Negocios Estrangeiros;
- O Sr. Commendador Guido Fusinato, Conselheiro de Estado, Deputado ao Parlamento, antigo Ministro de Instrução.

Sua Magestade o Imperador do Japão:

- S. Ex.^a o Sr. Keiroku Tsudzuki, Seu Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario;
- S. Ex.^a o Sr. Aimaro Sato, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya.

O Presidente dos Estados-Unidos Mexicanos:

- S. Ex.^a o Sr. Gonzalo A. Esteva, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica, em Roma;
- S. Ex.^a o Sr. Sebastian B. de Mier, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Paris;
- S. Ex.^a o Sr. Francisco L. de la Barra, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Bruxellas e na Haya.

Sua Alteza Real o Principe de Montenegro:

- S. Ex.^a o Sr. Nelidow, Conselheiro privado Imperial actual, Embaixador de Sua Magestade o Imperador de Todas as Russias, em Paris;
- S. Ex.^a o Sr. de Martens, Conselheiro privado Imperial, membro permanente do Conselho do Ministerio Imperial dos Negocios Estrangeiros da Russia;
- S. Ex.^a o Sr. Tcharykow, Conselheiro de Estado Imperial actual, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de Sua Magestade o Imperador de Todas as Russias, na Haya.

Sa Magesté le Roi de Norvège:

Son Excellence M. Francis Hagerup, ancien président du conseil, ancien professeur de droit, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye et à Copenhague, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président de la République de Panama:

M. Belisario Porras.

Le Président de la République du Paraguay:

Son Excellence M. Eusebio Machaïn, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris;

M. le comte G. Du Monceau de Bergendal, consul de la République à Bruxelles.

Sa Magesté la Reine des Pays-Bas:

M. W. H. de Beaufort, Son ancien ministre des affaires étrangères, membre de la seconde chambre des états-généraux;

Son Excellence M. T. M. C. Asser, Son ministre d'état, membre du conseil d'état, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence le jonkheer J. C. C. den Beer Poortugaël, lieutenant-général en retraite, ancien ministre de la guerre, membre du conseil d'état;

Son Excellence le jonkheer J. A. Röell, Son aide de camp en service extraordinaire, vice-amiral en retraite, ancien ministre de la marine;

M. J. A. Loeff, Son ancien ministre de la justice, membre de la seconde chambre des états généraux.

Le Président de la République du Pérou:

Son Excellence M. Carlos G. Candamo, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris et à Londres, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Sa Magesté Impériale le Schah de Perse:

Son Excellence Samad Khan Momtazos Saltaneh, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence Mirza Ahmed Khan Sadigh Ul Mulk, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Sa Magesté le Roi de Portugal et des Algarves, etc.:

Son Excellence M. le marquis de Soveral, Son conseiller d'état, pair du Royaume, ancien ministre des affaires étrangères, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Londres, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire;

Son Excellence M. le comte de Selir, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye;

Son Excellence M. Alberto d'Oliveira, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Berne.

Sa Magesté l'Empereur de Toutes les Russies:

Son Excellence M. Nelidow, Son conseiller privé actuel, Son ambassadeur à Paris;

Son Excellence M. de Martens, Son conseiller privé, membre permanent du conseil du ministère Impérial des affaires étrangères, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. Tcharykow, Son conseiller d'état actuel, Son chambellan, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Le Président de la République du Salvador:

M. Pedro I. Matheu, chargé d'affaires de la République à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage;

M. Santiago Perez Triana, chargé d'affaires de la République à Londres.

Sa Magesté le Roi de Serbie:

Son Excellence M. Sava Grouitch, général, président du conseil d'état;

Son Excellence M. Milovan Milovanovitch, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Rome, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. Michèl Militchevitch, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Londres et à La Haye.

Sa Magesté l'Empereur des Ottomans:

Son Excellence Turhan Pacha, Son ambassadeur extraordinaire, ministre de l'evkaf;

Son Excellence Rechid Bey, Son ambassadeur à Rome;

Son Excellence Mehemed Pacha, vice-amiral.

Le Président de la République Orientale de l'Uruguay:

Son Excellence M. José Battle y Ordoñez, ancien Président de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. Juan P. Castro, ancien président du sénat, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Sua Magestade o Rei da Noruega:

S. Ex.^a o Sr. Francis Hagerup, antigo Presidente do Conselho, antigo professor de direito, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya e Copenhague, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.

O Presidente da Republica de Panamá:

O Sr. Belisario Porras.

O Presidente da Republica do Paraguay:

S. Ex.^a o Sr. Eusebio Machaïn, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Paris;

O Sr. Conde G. Du Monceau de Bergendal, consul da Republica em Bruxellas.

Sua Magestade a Rainha dos Países Baixos:

O Sr. W. H. de Beaufort, Seu antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros, membro da segunda Camara dos Estados Geraes;

S. Ex.^a o Sr. T. M. C. Asser, Seu Ministro de Estado, membro do Conselho de Estado, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;

S. Ex.^a o jonkheer J. C. C. den Beer Poortugaël, Tenente-General reformado, antigo Ministro da Guerra, membro do Conselho de Estado;

S. Ex.^a o jonkheer J. A. Röell, Seu ajudante de campo em Serviço Extraordinario, Vice-Almirante reformado, antigo Ministro da Marinha.

O Sr. J. A. Loeff, Seu antigo Ministro da Justiça, membro da segunda Camara dos Estados Geraes.

O Presidente da Republica do Peru:

S. Ex.^a Sr. Carlos G. Candamo, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica, em Paris e Londres, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.

Sua Magestade Imperial o Schah da Persia:

S. Ex.^a Samad Khan Momtazos Saltaneh, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Paris, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;

S. Ex.^a Mirza Ahmed Khan Sadigh Ul Mulk, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya.

Sua Magestade o Rei de Portugal e dos Algarves, etc.:

S. Ex.^a o Sr. Marquês de Soveral, Seu Conselheiro de Estado, Par do Reino, antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Londres, Seu Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario;

S. Ex.^a o Sr. Conde de Selir, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya;

S. Ex.^a o Sr. Alberto de Oliveira, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Berne.

Sua Magestade o Imperador de Todas as Russias:

S. Ex.^a o Sr. Nelidow, Seu Conselheiro privado actual, Seu Embaixador em Paris.

S. Ex.^a o Sr. de Martens, Seu Conselheiro privado, membro permanente do Conselho do Ministerio Imperial dos Negocios Estrangeiros, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;

S. Ex.^a o Sr. Tcharykow, Seu Conselheiro de Estado actual, Seu camarista, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya.

O Presidente da Republica do Salvador:

O Sr. Pedro I. Matheu, Encarregado de Negocios da Republica em Paris, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;

O Sr. Santiago Perez Triana, Encarregado de Negocios da Republica em Londres.

Sua Magestade o Rei da Servia:

S. Ex.^a o Sr. Sava Grouitch, General, Presidente do Conselho de Estado.

S. Ex.^a o Sr. Milovan Milovanovitch, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Roma, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.

S. Ex.^a o Sr. Michèl Militchevitch, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Londres e na Haya.

Sua Magestade o Imperador dos Ottomans:

Sua Ex.^a Turhan Pacha, Seu Embaixador Extraordinario, Ministro do Evkaf;

S. Ex.^a Rechid Bey, Seu Embaixador em Roma;

S. Ex.^a Mehemed Pacha, Vice-Almirante.

O Presidente da Republica Oriental do Uruguay:

S. Ex.^a o Sr. José Battle y Ordoñez, antigo Presidente da Republica, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;

S. Ex.^a o Sr. Juan P. Castro, antigo Presidente do Senado, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Paris, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.

Lesquels, après avoir déposé leurs pleins pouvoirs trouvés en bonne et due forme, sont convenus des dispositions suivantes :

ARTICLE PREMIER

Les Puissances contractantes sont convenues de ne pas avoir recours à la force armée pour le recouvrement de dettes contractuelles réclamées au Gouvernement d'un pays par le Gouvernement d'un autre pays comme dues à ses nationaux.

Toutefois, cette stipulation ne pourra être appliquée quand l'État débiteur refuse ou laisse sans réponse une offre d'arbitrage, ou, en cas d'acceptation, rend impossible l'établissement du compromis, ou, après l'arbitrage, manque de se conformer à la sentence rendue.

ARTICLE 2

Il est de plus convenu que l'arbitrage, mentionné dans l'alinéa 2 de l'article précédent, sera soumis à la procédure prévue par le titre IV chapitre 3 de la Convention de La Haye pour le règlement pacifique des conflits internationaux. Le jugement arbitral détermine, sauf les arrangements particuliers des Parties, le bienfondé de la réclamation, le montant de la dette, le temps et le mode de paiement.

ARTICLE 3

La présente Convention sera ratifiée aussitôt que possible.

Les ratifications seront déposées à La Haye.

Le premier dépôt de ratifications sera constaté par un procès-verbal signé par les représentants des Puissances qui y prennent part et par le Ministre des Affaires Étrangères des Pays-Bas.

Les dépôts ultérieurs de ratifications se feront au moyen d'une notification écrite, adressée au Gouvernement des Pays-Bas et accompagnée de l'instrument de ratification.

Copie certifiée conforme du procès-verbal relatif au premier dépôt de ratifications, des notifications mentionnées à l'alinéa précédent, ainsi que des instruments de ratification, sera immédiatement remise, par les soins du Gouvernement des Pays-Bas et par la voie diplomatique, aux Puissances conviées à la Deuxième Conférence de la Paix, ainsi qu'aux autres Puissances qui auront adhéré à la Convention. Dans les cas visés par l'alinéa précédent, ledit Gouvernement leur fera connaître en même temps la date à laquelle il a reçu la notification.

ARTICLE 4

Les Puissances non signataires sont admises à adhérer à la présente Convention.

La Puissance qui désire adhérer notifie par écrit son intention au Gouvernement des Pays-Bas en lui transmettant l'acte d'adhésion qui sera déposé dans les archives dudit Gouvernement.

Ce Gouvernement transmettra immédiatement à toutes les autres Puissances conviées à la Deuxième Conférence de la Paix copie certifiée conforme de la notification ainsi que de l'acte d'adhésion, en indiquant la date à laquelle il a reçu la notification.

ARTICLE 5

La présente Convention produira effet pour les Puissances qui auront participé au premier dépôt de ratifications, soixante jours après la date du procès-verbal de ce dépôt, pour les Puissances qui ratifieront ultérieurement ou qui adhéreront, soixante jours après que la notification de leur ratification ou de leur adhésion aura été reçue par le Gouvernement des Pays-Bas.

ARTICLE 6

S'il arrivait qu'une des Puissances contractantes voulût dénoncer la présente Convention, la dénonciation sera notifiée par écrit au Gouvernement des Pays-Bas qui communiquera immédiatement copie certifiée conforme de la notification à toutes les autres Puissances en leur faisant savoir la date à laquelle il l'a reçue.

La dénonciation ne produira ses effets qu'à l'égard de la Puissance qui l'aura notifiée et un an après que la notification en sera parvenue au Gouvernement des Pays-Bas.

ARTICLE 7

Un registre tenu par le Ministère des Affaires Étrangères des Pays-Bas indiquera la date du dépôt de ratifications effectué en vertu de l'article 3, alinéas 3 et 4, ainsi que la date à laquelle auront été reçues les notifications d'adhésion (article 4, alinéa 2) ou de dénonciation (article 6, alinéa 1).

Chaque Puissance contractante est admise à prendre connaissance de ce registre et à en demander des extraits certifiés conformes.

En foi de quoi, les Plénipotentiaires ont revêtu la présente Convention de leurs signatures.

Fait à La Haye, le dix-huit octobre mil neuf cent sept, en un seul exemplaire qui restera déposé dans les archives du Gouvernement des Pays-Bas et dont des copies certifiées conformes seront remises par la voie diplomatique aux Puissances contractantes.

1. Pour l'Allemagne :
Marschall.
Krieger.

2. Pour les États Unis d'Amérique :
Joseph H. Choate.
Horace Porter.

Os quaes, depois de haverem apresentado os seus Plenos Poderes achados em boa e devida forma, convieram nas disposições seguintes :

ARTIGO 1.º

As Potencias contratantes concordam em não recorrer á força armada para o reembolso das dividas derivadas de contratos reclamadas ao Governo de um país pelo Governo de um outro país, como devidas a seus nacionaes.

Esta estipulação não poderá, comtudo, ser applicada quando o Estado devedor recusar ou deixar sem resposta uma proposta de arbitragem, ou, no caso de acceitação, tornar impossivel a celebração do compromisso, ou, depois da arbitragem, deixar de se conformar com a sentença proferida.

ARTIGO 2.º

Fica alem d'isso convenconado que a arbitragem mencionada na alinea 2.ª do artigo precedente será submetida ao processo previsto no titulo IV capitulo 3.º da Convenção da Haya para solução pacifica dos conflictos internacionaes. O julgamento arbitral determinará, salvos os acordos particulares das Partes, o fundamento da reclamação, a importancia da divida, o tempo e o modo do pagamento.

ARTIGO 3.º

A presente Convenção será ratificada no mais breve prazo possivel.

As ratificações serão depositadas na Haya.

O primeiro deposito de ratificações será consignado em uma acta assinada pelos representantes das Potencias que nelle tomarem parte e pelo Ministro dos Negocios Estrangeiros dos Países-Baixos.

Os depositos ulteriores de ratificações serão effectuados por meio de notificação escrita, dirigida ao Governo dos Países-Baixos e acompanhada do instrumento de ratificação.

Serão immediatamente remetidas, ao cuidado do Governo dos Países-Baixos, e por via diplomatica, ás Potencias convocadas á Segunda Conferencia da Paz, bem como ás outras Potencias que tiverem adherido á Convenção, copias autenticas da acta relativa ao primeiro deposito de ratificações, das notificações mencionadas na alinea precedente, e dos instrumentos de ratificação. Nos casos mencionados na alinea precedente, o dito Governo fará saber ao mesmo tempo ás referidas Potencias a data em que tiver recebido a notificação.

ARTIGO 4.º

As Potencias não signatarias são admittidas a adherir á presente Convenção.

A Potencia que desejar adherir notificará por escrito a sua intenção ao Governo dos Países-Baixos, transmittindo-lhe o acto de adheção que será depositado nos archivos do dito Governo.

Este Governo transmittirá immediatamente a todas as outras Potencias convidadas á Segunda Conferencia da Paz, copia autentica da notificação e bem assim do acto de adheção, indicando a data em que tiver recebido a notificação.

ARTIGO 5.º

A presente Convenção produzirá seus effectos, para as Potencias que tiverem tomado parte no primeiro deposito de ratificações, sessenta dias depois da data da acta d'esse deposito; e para as Potencias que ratificarem ulteriormente, ou adherirem, sessenta dias depois da notificação da sua ratificação ou da sua adheção ter sido recebida pelo Governo dos Países Baixos.

ARTIGO 6.º

No caso de uma das Altas Partes Contratantes querer denunciar a presente Convenção, a denunciação será notificada por escrito ao Governo dos Países Baixos, o qual communicará immediatamente copia autentica da notificação a todas as outras Potencias, fazendo-lhes saber a data em que a tiver recebido.

A denunciação não produzirá seus effectos senão com respeito á Potencia que a tiver notificado e um anno depois da respectiva notificação ter sido recebida pelo Governo dos Países Baixos.

ARTIGO 7.º

Um registro a cargo do Ministerio dos Negocios Estrangeiros dos Países Baixos indicará a data do deposito de ratificações effectuado em virtude do artigo 3.º, alineas 3 e 4, bem como a data na qual tiverem sido recebidas as notificações de adheção (artigo 4.º, alinea 2) ou de denunciação (artigo 6.º, alinea 1).

Cada uma das Potencias contratantes será admittida a tomar conhecimento d'esse registro e a pedir extractos autenticos do mesmo.

Em testemunho do que, os Plénipotenciarios appozearam na presente convenção as suas assinaturas.

Feito na Haya, aos dezoito de outubro de mil novecentos e sete em um unico exemplar que ficará depositado nos archivos do Governo dos Países-Baixos e do qual serão remetidas copias autenticas pela via diplomatica ás Potencias contratantes.

1 Pela Allemanha :
Marschall.
Krieger.

2 Pelos Estados Unidos da America :
Joseph H. Choate.
Horace Porter.

U. M. Rose.
David Jayne Hill.
C. S. Sperry.
William I. Buchanan.

3. Pour l'Argentine :
Luis M. Drago.
Roque Saenz Peña.
C. Ríez Larreta.

La République Argentine fait les réserves suivantes :
1º En ce qui concerne les dettes provenant de contrats ordinaires entre le ressortissant d'une nation et un gouvernement étranger, on n'aura recours à l'arbitrage que dans le cas spécifique de déni de justice par les juridictions du pays du contrat, qui doivent être préalablement épuisées.

2º Les emprunts publics, avec émissions de bons, constituant la dette nationale, ne pourront donner lieu, en aucun cas, à l'agression militaire ni à l'occupation matérielle du sol des nations américaines.

4. Pour l'Autriche-Hongrie :
Mérey.
E. Macchio.

5. Pour la Belgique :

6. Pour la Bolivie :
Claudio Pinilla.

Sous la réserve exprimée à la Première Commission.

7. Pour le Brésil :

8. Pour la Bulgarie :
Général-Major Vinaroff.
Iv. Karandjoulloff.

9. Pour le Chili :
Domingo Gana.
Augusto Matte.
Carlos Concha.

10. Pour la Chine :

11. Pour la Colombie :
Jorge Holguin.
S. Perez Triana.
M. Vargas.

La Colombie fait les réserves suivantes : Elle n'accepte pas en aucun cas l'emploi de la force pour le recouvrement des dettes quelle que soit leur nature. Elle n'accepte pas l'arbitrage qu'après décision définitive des tribunaux des pays débiteurs.

12. Pour la République de Cuba :
Antonio S. de Bustamante.
Gonzalo de Quesada.
Manuel Sanguily.

13. Pour le Danemark :
C. Brun.

14. Pour la République Dominicaine :
Dr. Henriquez y Carvajal.
Apolinar Tejera.

Avec la réserve faite dans la séance plénière du 16 octobre 1907.

15. Pour l'Equateur :
Victor M. Rendon.
E. Dorn y de Alsúa.

Avec les réserves faites dans la séance plénière du 16 octobre 1907.

16. Pour l'Espagne :
W. R. de Villa Urrutia.
José de la Rica y Calvo.
Gabriel Maura.

17. Pour la France :
Léon Bourgeois.
D'Estournelles de Constant.
L. Renault.
Marcellin Pellet.

18. Pour la Grande-Bretagne :
Edw. Fry.
Ernest Satow.
Reay.
Henry Howard.

19. Pour la Grèce :
Cléon Rizo Rangabé.
George Streit.

Avec la réserve faite dans la séance plénière du 16 octobre.

20. Pour le Guatémala :
José Tible Machado.

1. En ce qui concerne les dettes provenant de contrats ordinaires entre les ressortissants d'une nation et un gou-

U. M. Rose.
David Jayne Hill.
C. S. Sperry.
William I. Buchanan.

- 3 Pela Argentina:
Roque Saenz Peña.
Luis M. Drago.
C. Ríez Larreta.

A Republica Argentina faz as reservas seguintes:

1.º No que diz respeito ás dividas provenientes de contratos ordinarios entre o nacional de uma potencia e um governo estrangeiro, só se recorrerá á arbitragem no caso especifico de denegação de justiça pelas jurisdicções do país do contrato perante as quaes devem ser previamente esgotados todos os recursos.

2.º Os empréstimos publicos com emissão de titulos constituindo a divida nacional não poderão dar logar, em nenhum caso, á aggressão militar nem á occupação material do solo das nações americanas.

- 4 Pela Austria Hungria:
Mérey.
Baron Macchio.

- 5 Pela Belgica:

- 6 Pela Bolivia:
Claudio Finilla.

Sob a reserva feita na primeira commissão.

- 7 Pelo Brasil:

- 8 Pela Bulgaria:
General Vinaroff.
Iv. Karandjouloff.

- 9 Pelo Chile:
Domingo Gana.
Augusto Matte.
Carlos Concha.

- 10 Pela China:

- 11 Pela Colombia:
Jorge Holguin.
S. Perez Triana.
M. Vargas.

A Colombia faz as seguintes reservas: Não acceta em caso nenhum o emprego da força para cobrança de dividas de qualquer natureza que sejam. Não acceta a arbitragem senão depois da decisão definitiva dos tribunales dos países devedores.

- 12 Pela Republica de Cuba:
Antonio S. de Bustamante.
Gonzalo de Quesada.
Manuel Sanguily.

- 13 Pela Dinamarca:
C. Brun.

- 14 Pela Republica Dominicana:
Dr. Henriquez y Carvajal.
Apolinar Tejera.

Com a reserva feita na sessão plenaria de 16 de outubro de 1907.

- 15 Pelo Equador:
Victor M. Rendon.
E. Dorn y de Alsúa.

Com as reservas feitas na sessão plenaria de 16 de outubro de 1907.

- 16 Pela Espanha:
W. R. de Villa Urrutia.
José de la Rica y Calvo.
Gabriel Maura.

- 17 Pela França:
Léon Bourgeois.
D'Estournelles de Constant.
L. Renault.
Marcellin Pellet.

- 18 Pela Gran-Bretanha:
Edw. Fry.
Ernest Satow.
Reay.
Henry Howard.

- 19 Pela Grecia:
Cléon Rizo Rangabé.
Georges Streit.

Com a reserva feita na sessão plenaria de 16 de outubro de 1907.

- 20 Pelo Guatemala:
José Tible Machado.

1.º No que diz respeito ás dividas provenientes de contratos ordinarios entre os nacionaes de uma potencia e

vernemente étranger on n'aura recours à l'arbitrage que dans le cas de dénégation de justice par les juridictions du pays du contrat, qui doivent être préalablement épuisées.

2. Les emprunts publics avec émission de bons constituant des dettes nationales ne pourront donner lieu, en aucun cas, à l'agression militaire ni à l'occupation matérielle du sol des nations américaines.

21. Pour le Haïti:
Dalbémar J. Joseph.
J. N. Léger.
Pierre Hudicourt.

22. Pour l'Italie:
Pompilj.
G. Fusinato.

23. Pour le Japon:
Aimaro Sato.

24. Pour le Luxembourg:

25. Pour le Mexique:
G. A. Esteva.
S. B. de Mier.
F. L. de la Barra.

26. Pour le Monténégro:
Nélidow.
Martens.
N. Tcharykow.

27. Pour le Nicaragua:

28. Pour la Norvège:
F. Hagerup.

29. Pour le Panama:
B. Porras.

30. Pour le Paraguay:
G. du Monceau.

31. Pour les Pays-Bas:
W. H. de Beaufort.
T. M. C. Asser.
Den Beer Poortugaal.
J. A. Röell.
J. A. Loeff.

32. Pour le Pérou:
C. G. Candamo.

Sous la réserve que les principes établis dans cette convention ne pourront pas s'appliquer à des réclamations ou différends provenant de contrats passés par un pays avec des sujets étrangers lorsque dans ces contrats il aura été expressément stipulé que les réclamations ou différends doivent être soumis au juges et tribunaux du pays.

33. Pour la Perse:
Momtaz-Saltaneh M. Samad Khan.
Sadigh ul Mulk M. Ahmed Khan.

34. Pour le Portugal:
Marquis de Soveral.
Comte de Selir.
Alberto de Oliveira.

35. Pour la Roumanie:

36. Pour la Russie:
Nélidow.
Martens.
N. Tcharykow.

37. Pour le Salvador:
P. J. Mathéu.
S. Perez Triana.

Nous faisons les mêmes réserves que la République Argentine ci-dessus.

38. Pour la Serbie:
S. Grouitch.
M. G. Milovanovitch.
M. G. Militchevitch.

39. Pour le Siam:

40. Pour la Suède:

41. Pour la Suisse:

42. Pour la Turquie:
Turkhan.

43. Pour l'Uruguay:
José Batlle y Ordoñez.

um governo estrangeiro só se recorrerá á arbitragem no caso de denegação de justiça pelas jurisdicções do país do contrato perante as quaes devem ser previamente esgotados todos os recursos.

2.º Os empréstimos publicos com emissão de titulos constituindo dividas nacionaes não poderão dar logar em nenhum caso á aggressão militar nem á occupação material do solo das nações americanas.

21. Pelo Haïti:
Dalbémar J. Joseph.
J. N. Léger.
Pierre Hudicourt.

22. Pela Italia:
Pompilj.
G. Fusinato.

23. Pelo Japão:
Aimaro Sato.

24. Pelo Luxemburgo:

25. Pelo Mexico:
G. A. Esteva.
S. B. de Mier.
F. L. de la Barra.

26. Pelo Montenegro:
Nélidow.
Martens.
N. Tcharykow.

27. Por Nicaragua:

28. Pela Noruega:
F. Hagerup.

29. Pelo Panamá:
B. Porras.

30. Pelo Paraguay:
J. Du Monceau.

31. Pelos Países Baixos:
W. H. de Beaufort.
T. M. C. Asser.
Den Beer Poortugaal.
J. A. Röell.
J. A. Loeff.

32. Pelo Peru:
C. G. Candamo.

Sob a reserva de que os principios estabelecidos nesta Convenção não poderão applicar-se ás reclamações ou divergencias provenientes de contratos celebrados por um país com subditos estrangeiros, quando em taes contratos tiver sido expressamente estipulado que as reclamações ou divergencias devem ser submettidas aos juizes e tribunales do país.

33. Pela Persia:
Momtaz-Saltaneh M. Samad Khan.
Sadigh ul Mulk M. Ahmed Khan.

34. Por Portugal:
Marquês de Soveral.
Comde de Selir.
Alberto de Oliveira.

35. Pela Romaniaia:

36. Pela Rússia:
Nélidow.
Martens.
N. Tcharykow.

37. Pelo Salvador:
P. J. Mathéu.
S. Perez Triana.

Fazemos as mesmas reservas que a Republica Argentina supra.

38. Pela Servia:
S. Grouitch.
M. G. Milovanovitch.
M. G. Militchevitch.

39. Pelo Sião:

40. Pela Suecia:

41. Pela Suissa:

42. Pela Turquia:
Turkhan.

43. Pelo Uruguay:
José Batlle y Ordoñez.

Sous réserve du second alinéa de l'article premier, parce que la Délégation considère que le refus de l'arbitrage pourra se faire toujours de plein droit si la loi fondamentale du pays débiteur antérieure au contrat qui a originé les doutes ou contestations, ou ce contrat même, a établi que ces doutes ou contestations seront décidées par les tribunaux du dit pays.

44. Pour le Venezuela :

Certifié pour copie conforme :

Le Secrétaire-Général du Ministère des Affaires Étrangères des Pays-Bas, *S. Hannema*.

III. — Convention relative à l'ouverture des hostilités

Sa Majesté l'Empereur d'Allemagne, Roi de Prusse; le Président des États-Unis d'Amérique; le Président de la République Argentine; Sa Majesté l'Empereur d'Autriche, Roi de Bohême, etc., et Roi Apostolique de Hongrie; Sa Majesté le Roi des Belges; le Président de la République de Bolivie; le Président de la République des États-Unis du Brésil; Son Altesse Royale le Prince de Bulgarie; le Président de la République de Chili; le Président de la République de Colombie; le Gouverneur Provisoire de la République de Cuba; Sa Majesté le Roi de Danemark; le Président de la République Dominicaine; le Président de la République de l'Équateur; Sa Majesté le Roi d'Espagne; le Président de la République Française; Sa Majesté le Roi du Royaume-Uni de Grande Bretagne et d'Irlande et des Territoires Britanniques au delà des mers, Empereur des Indes; Sa Majesté le Roi des Hellènes; le Président de la République de Guatemala; le Président de la République d'Haiti; Sa Majesté le Roi d'Italie; Sa Majesté l'Empereur du Japon; Son Altesse Royale le Grand-Duc de Luxembourg, Duc de Nassau; le Président des États-Unis Mexicains; Son Altesse Royale le Prince de Monténégro; Sa Majesté le Roi de Norvège; le Président de la République de Panama; le Président de la République du Paraguay; Sa Majesté la Reine des Pays-Bas; le Président de la République du Pérou; Sa Majesté Impériale le Schah de Perse; Sa Majesté le Roi de Portugal et des Algarves, etc.; Sa Majesté le Roi de Roumanie; Sa Majesté l'Empereur de toutes les Russies; le Président de la République du Salvador; Sa Majesté le Roi de Serbie; Sa Majesté le Roi de Siam; Sa Majesté le Roi de Suède; le Conseil Fédéral Suisse; Sa Majesté l'Empereur des Ottomans; le Président de la République Orientale de l'Uruguay; le Président des États-Unis de Venezuela :

Considérant que, pour la sécurité des relations pacifiques, il importe que les hostilités ne commencent pas sans un avertissement préalable;

Qu'il importe, de même, que l'état de guerre soit notifié sans retard aux Puissances neutres;

Désirant conclure une Convention à cet effet, ont nommé pour Leurs Plénipotentiaires, savoir :

Sa Majesté l'Empereur d'Allemagne, Roi de Prusse :

Son Excellence le baron Marschall de Bieberstein, Son ministre d'état, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire à Constantinople;
M. le dr. Johannes Krieger, Son envoyé en mission extraordinaire à la présente Conférence, Son conseiller intime de légation et jurisconsulte au ministère Impérial des affaires étrangères, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président des États-Unis d'Amérique :

Son Excellence M. Joseph H. Choate, ambassadeur extraordinaire;
Son Excellence M. Horace Porter, ambassadeur extraordinaire;
Son Excellence M. Uriah M. Rose, ambassadeur extraordinaire;
Son Excellence M. David Jayne Hill, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à La Haye;
M. Charles S. Sperry, contre-amiral, ministre plénipotentiaire;
M. Georges B. Davis, général de brigade, chef de la justice militaire de l'armée fédérale, ministre plénipotentiaire;
M. William I. Buchanan, ministre plénipotentiaire.

Le Président de la République Argentine :

Son Excellence M. Roque Saenz Peña, ancien ministre des affaires étrangères, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Rome, membre de la cour permanente d'arbitrage;
Son Excellence M. Luis M. Drago, ancien ministre des affaires étrangères et des cultes de la République, député national, membre de la cour permanente d'arbitrage;
Son Excellence M. Carlos Rodriguez Larreta, ancien ministre des affaires étrangères et des cultes de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage,

Sob reserva da alinea 2.ª do artigo 1.º, porque a delegação entende que a recusa da arbitragem poderá sempre fazer-se de pleno direito se a lei fundamental do país devedor anterior ao contrato que originou as duvidas ou contestações, ou esse contrato mesmo, tiverem estabelecido que as duvidas ou contestações serão decididas pelos tribunales do país.

44 Por Venezuela :

Certificado por copia conforme.

O Secretario Geral do Ministerio dos Negocios Estrangeiros dos Países Baixos, *S. Hannema*.

III — Convenção relativa á abertura das hostilidades

Sua Majestade o Imperador da Alemanha, Rei da Prussia; o Presidente dos Estados Unidos da America; o Presidente da Republica Argentina; Sua Majestade o Imperador da Austria, Rei da Bohemia, etc., e Rei Apostolico da Hungria; Sua Majestade o Rei dos Belgas; o Presidente da Republica da Bolivia; o Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil; Sua Alteza Real o Principe da Bulgaria; o Presidente da Republica do Chili; o Presidente da Republica de Colombia; o Governador Provisorio da Republica de Cuba; Sua Majestade o Rei da Dinamarca; o Presidente da Republica Dominicana; o Presidente da Republica do Equador; Sua Majestade o Rei de Espanha; o Presidente da Republica Francesa; Sua Majestade o Rei do Reino Unido da Gran-Bretanha e Irlanda e dos Territorios Britannicos de Alem Mar, Imperador das Indias; Sua Majestade o Rei dos Hellenos; o Presidente da Republica de Guatemala; o Presidente da Republica do Haiti; Sua Majestade o Rei de Italia; Sua Majestade o Imperador do Japão; Sua Alteza Real o Grão-Duque do Luxemburgo, Duque de Nassau; o Presidente dos Estados Unidos Mexicanos; Sua Alteza Real o Principe de Montenegro; Sua Majestade o Rei da Noruega; o Presidente da Republica do Panamá; o Presidente da Republica do Paraguay; Sua Majestade a Rainha dos Países Baixos; o Presidente da Republica do Peru; Sua Majestade Imperial o Schah da Persia; Sua Majestade o Rei de Portugal e dos Algarves, etc.; Sua Majestade o Rei da Romania; Sua Majestade o Imperador de Todas as Russias; o Presidente da Republica do Salvador; Sua Majestade o Rei da Servia; Sua Majestade o Rei de Sião; Sua Majestade o Rei da Suecia; o Conselho Federal Suíço; Sua Majestade o Imperador dos Ottomanos; o Presidente da Republica Oriental do Uruguay; o Presidente dos Estados Unidos de Venezuela :

Considerando que, para segurança das relações pacificas, convem que as hostilidades não comecem sem aviso previo;

Que convem igualmente que o estado de guerra seja notificado sem demora ás potencias neutras;

Desejando concluir uma Convenção para esse fim, nomearam por seus plenipotenciarios, a saber :

Sua Majestade o Imperador da Alemanha, Rei da Prussia :

S. Ex.ª o Barão Marschall Bieberstein, Seu Ministro de Estado, Seu Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario em Constantinopla.
O Sr. Dr. Johannes Krieger, Seu Enviado em missão extraordinaria á presente Conferencia, Seu Conselheiro Intimo de Legação e Jurisconsulto no Ministerio Imperial dos Negocios Estrangeiros, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.

O Presidente dos Estados Unidos da America :

S. Ex.ª o Sr. Joseph H. Choate, Embaixador Extraordinario;
S. Ex.ª o Sr. Horace Porter, Embaixador Extraordinario;
S. Ex.ª o Sr. Uriah M. Rose, Embaixador Extraordinario;
S. Ex.ª o Sr. David Jayne Hill, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica na Haya;
O Sr. Charles S. Sperry, Contra-Almirante, Ministro Plenipotenciario;
O Sr. Georges B. Davis, General de Brigada, Chefe da Justiça Militar do Exército Federal, Ministro Plenipotenciario;
O Sr. William J. Buchanan, Ministro Plenipotenciario.

O Presidente da Republica Argentina :

S. Ex.ª o Sr. Roque Saenz Peña, Antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Roma, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
S. Ex.ª o Sr. Luis M. Drago, Antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros e dos Cultos da Republica, Deputado nacional, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem,

Sa Majesté l'Empereur d'Autriche, Roi de Bohême, etc., et Roi Apostolique de Hongrie :

Son Excellence M. Gaetan Mérey de Kapos-Mérey, Son conseiller intime, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire;
Son Excellence M. le baron Charles de Macchio, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Athènes.

Sa Majesté le Roi des Belges :

Son Excellence M. Beernaert, Son ministre d'état, membre de la chambre des représentants, membre de l'institut de France et des académies Royales de Belgique et de Roumanie, membre d'honneur de l'institut de droit international, membre de la cour permanente d'arbitrage;
Son Excellence M. J. Van den Heuvel, Son ministre d'état, ancien ministre de la justice;
Son Excellence M. le baron Guillaume, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye, membre de l'académie Royale ed Roumanie.

Le Président de la République de Bolivie :

Son Excellence M. Claudio Pinilla, ministre des affaires étrangères de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage;
Son Excellence M. Fernando E. Guachalla, ministre plénipotentiaire à Londres.

Le Président de la République des États-Unis du Brésil :

Son Excellence M. Ruy Barbosa, ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire, membre de la cour permanente d'arbitrage;
Son Excellence M. Eduardo F. S. dos Santos Lisboa, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Son Altesse Royale le Prince de Bulgarie :

M. Vrbhan Vinaroff, général-major de l'état-major, Son général à la suite;
M. Ivan Karandjouloff, procureur-général de la cour de cassation.

Le Président de la République de Chili :

Son Excellence M. Domingo Gana, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Londres;
Son Excellence M. Augusto Matte, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Berlin;
Son Excellence M. Carlos Concha, ancien ministre de la guerre, ancien président de la chambre des députés, ancien envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Buenos Aires.

Le Président de la République de Colombie :

M. Jorge Holguin, général;
M. Santiago Pérez Triana;
Son Excellence M. Marceliano Vargas, général, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris.

Le Gouverneur Provisoire de la République de Cuba :

M. Antonio Sanchez de Bustamante, professeur de droit international à l'université de la Havane, sénateur de la République;
Son Excellence M. Gonzalo de Quesada y Aróstegui, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Washington;
M. Manuel Sanguily, ancien directeur de l'institut d'enseignement secondaire de la Havane, sénateur de la République.

Sa Majesté le Roi de Danemark :

Son Excellence M. Constantin Brun, Son chambellan, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Washington;
M. Christian Frederik Scheller, contre-amiral;
M. Axel Vedel, Son chambellan, chef de section au ministère Royal des affaires étrangères.

Le Président de la République Dominicaine :

M. Francisco Henriquez y Carvajal, ancien secrétaire d'état au ministère des affaires étrangères de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage;
M. Apolinar Tejera, recteur de l'institut professionnel de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président de la République de l'Équateur :

Son Excellence M. Victor Rendón, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris et à Madrid;
M. Enrique Dorn y de Alsúa, chargé d'affaires.

Sa Majesté le Roi d'Espagne :

Son Excellence M. W. R. de Villa-Urrutia, sénateur, ancien ministre des affaires étrangères, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire à Londres;
Son Excellence M. José de la Rica y Calvo, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye;
M. Gabriel Maura y Gamazo, comte de Mortera, député aux Cortés,

Sua Majestade o Imperador da Austria, Rei da Boemia, etc., e Rei Apostolico da Hungria:
 S. Ex.^a o Sr. Gaetan Mérey de Kapos-Mére, Seu Conselheiro intimo, seu Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario;
 S. Ex.^a o Sr. Barão Charles de Macchio, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Athenas.

Sua Majestade o Rei dos Belgas:
 S. Ex.^a o Sr. Beernaert, Seu Ministro de Estado, Membro da Camara dos Representantes, Membro do Instituto de França e das Academias Reaes da Belgica e da Romania, Membro Honorario do Instituto de Direito Internacional, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
 S. Ex.^a o Sr. J. Van den Heuvel, Seu Ministro de Estado, Antigo Ministro da Justiça;
 S. Ex.^a o Barão Guillaume, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya, Membro da Academia Real de Romania.

O Presidente da Republica da Bolivia:
 S. Ex.^a o Sr. Claudio Pinilla, Ministro dos Negocios Estrangeiros da Republica, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
 S. Ex.^a o Sr. Fernando E. Guachalla, Ministro Plenipotenciario em Londres.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:
 S. Ex.^a o Sr. Ruy Barbosa, Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
 S. Ex.^a o Sr. Eduardo F. S. dos Santos Lisboa, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya.

Sua Alteza Real o Principe da Bulgaria:
 O Sr. Vrbán Vinaroff, General-Major do Estado Maior, General do seu Sequito;
 O Sr. Ivan Karandjouloff, Procurador Geral do Tribunal de Cassação.

O Presidente da Republica do Chili:
 S. Ex.^a o Sr. Domingo Gana, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Londres;
 S. Ex.^a o Sr. Augusto Matte, Enviado Extraordinario e Ministro da Republica em Berlim;
 S. Ex.^a o Sr. Carlos Concha, Antigo Ministro da Guerra, Antigo Presidente da Camara dos Deputados, Antigo Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Buenos Aires.

O Presidente da Republica de Colombia:
 O Sr. Jorge Holguin, General;
 O Sr. Santiago Perez Triana;
 S. Ex.^a o Sr. Marcelano Vargas, General, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Paris.

O Governador Provisorio da Republica de Cuba:
 O Sr. Antonio Sanchez de Bustamante, Professor de Direito Internacional na Universidade da Havana, Senador da Republica;
 S. Ex.^a o Sr. Gonzalo de Quesada y Arostegui, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Washington;
 O Sr. Manuel Sanguily, Antigo Director do Instituto Secundario da Havana, Senador da Republica.

Sua Majestade o Rei da Dinamarca:
 S. Ex.^a o Sr. Constantin Brun, seu Camarista, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Washington;
 O Sr. Christian Frederik Scheller, Contra-Almirante.
 O Sr. Axel Vedel, seu Camarista, Chefe de Secção no Ministerio Real dos Negocios Estrangeiros.

O Presidente da Republica Dominicana:
 O Sr. Francisco Henriquez y Carvajal, Antigo Secretario de Estado no Ministerio dos Negocios Estrangeiros da Republica, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.
 O Sr. Apolinar Tejera, Reitor do Instituto Profissional da Republica, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.

O Presidente da Republica do Equador:
 S. Ex.^a o Sr. Victor Rendon, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Paris e Madrid;
 O Sr. Enrique Dorn y de Alsua, Encarregado de Negocios.

Sua Majestade o Rei de Espanha:
 S. Ex.^a o Sr. W. R. de Villa Urrutia, Senador, Antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros, Seu Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario em Londres;
 S. Ex.^a o Sr. José de la Rica y Calvo, seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya;
 O Sr. Gabriel Maura y Gamazo, Conde de la Mortera, Deputado ás Côrtes.

Le Président de la République Française:
 Son Excellence M. Léon Bourgeois, ambassadeur extraordinaire de la République, sénateur, ancien président du conseil des ministres, ancien ministre des affaires étrangères, membre de la cour permanente d'arbitrage;
 M. le baron d'Estournelles de Constant, sénateur, ministre plénipotentiaire de première classe, membre de la cour permanente d'arbitrage;
 M. Louis Renault, professeur à la faculté de droit à l'université de Paris, ministre plénipotentiaire honoraire, juriconsulte du ministère des affaires étrangères, membre de l'institut de France, membre de la cour permanente d'arbitrage;
 Son Excellence M. Marcellin Pellet, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République Française à La Haye.

Sa Majesté le Roi du Royaume-Uni de Grande Bretagne et d'Irlande et des Territoires Britanniques au delà des mers, Empereur des Indes:
 Son Excellence the Right Honourable Sir Edward Fry, G. C. B., membre du conseil privé, Son ambassadeur extraordinaire, membre de la cour permanente d'arbitrage;
 Son Excellence the Right Honourable Sir Ernest Mason Satow, G. C. M. G., membre du conseil privé, membre de la cour permanente d'arbitrage;
 Son Excellence the Right Honourable Donald James Mackay Baron Reay, G. C. S. I., G. C. I. E., membre du conseil privé, ancien président de l'institut de droit international;
 Son Excellence Sir Henry Howard, K. C. M. G., C. B., Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Sa Majesté le Roi des Hellènes:
 Son Excellence M. Cléon Rizo Rangabé, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Berlin;
 M. Georges Streit, professeur de droit international à l'université d'Athènes, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président de la République de Guatémala:
 M. José Tible Machado, chargé d'affaires de la République à La Haye et à Londres, membre de la cour permanente d'arbitrage;
 M. Enrique Gómez Carillo, chargé d'affaires de la République à Berlin.

Le Président de la République d'Haïti:
 Son Excellence M. Jean Joseph Dalbémard, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris;
 Son Excellence M. J. N. Léger, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Washington;
 M. Pierre Hudicourt, ancien professeur de droit international public, avocat au barreau de Port au Prince.

Sa Majesté le Roi d'Italie:
 Son Excellence le comte Joseph Tornielli Brusati di Vergano, Sénateur du Royaume, ambassadeur de Sa Majesté le Roi à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage, président de la délégation Italienne;
 Son Excellence M. le commandeur Guido Pompilj, député au parlement, sous-secrétaire d'état au ministère Royal des affaires étrangères;
 M. le commandeur Guido Fusinato, conseiller d'état, député au parlement, ancien ministre de l'instruction.

Sa Majesté l'Empereur du Japon:
 Son Excellence M. Keiroku Tsudzuki, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire;
 Son Excellence M. Aimarô Sato, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Son Altesse Royale le Grand Duc de Luxembourg, Duc de Nassau:
 Son Excellence M. Eyschen, Son ministre d'état, président du gouvernement Grand Ducal;
 M. le comte de Villers, chargé d'affaires du Grand-Duché à Berlin.

Le Président des États-Unis Mexicains:
 Son Excellence M. Gonzalo A. Esteva, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Rome;
 Son Excellence M. Sebastian B. de Mier, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris;
 Son Excellence M. Francisco L. de la Barra, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Bruxelles et à La Haye.

Son Altesse Royale le Prince de Monténégro:
 Son Excellence M. Nelidow, conseiller privé Impérial actuel, ambassadeur de Sa Majesté l'Empereur de Toutes les Russies à Paris;

O Presidente da Republica Francesa:
 S. Ex.^a o Sr. Léon Bourgeois, Embaixador Extraordinario da Republica, Senador, Antigo Presidente do Conselho de Ministros, Antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
 O Sr. Barão d'Estournelles de Constant, Senador, Ministro Plenipotenciario de 1.^a classe, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
 O Sr. Louis Renault, Professor da Faculdade de Direito na Universidade de Paris, Ministro Plenipotenciario Honorario, Juriconsulto do Ministerio dos Negocios Estrangeiros, Membro do Instituto de França, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
 S. Ex.^a o Sr. Marcellin Pellet, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica Francesa na Haya.

Sua Majestade o Rei do Reino Unido da Gran-Bretanha e Irlanda e dos Territorios Britannicos de Alem-Mar, Imperador das Indias:
 S. Ex.^a The Right Honourable Sir Edward Fry, G. C. B., Membro do Conselho Privado, seu Embaixador extraordinario, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
 S. Ex.^a The Right Honourable Sir Ernest Mason Satow, G. C. M. G. Membro do Conselho Privado, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
 S. Ex.^a The Right Honourable Donald James Mackay, Baron Reay, G. C. S. I., G. C. I. E., Membro do Conselho Privado, Antigo Presidente do Instituto de Direito Internacional;
 S. Ex.^a Sir Henry Howard, K. C. M. G., C. B., Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya.

Sua Majestade o Rei dos Hellenos:
 S. Ex.^a o Sr. Cléon Rizo Rangabé, Seu Enviado Extraordinario e Ministro em Berlim.
 O Sr. Georges Streit, Professor de Direito Internacional na Universidade de Athenas, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.

O Presidente da Republica de Guatemala:
 O Sr. José Tible Machado, Encarregado de Negocios da Republica na Haya e em Londres, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
 O Sr. Enrique Gomez Carillo, Encarregado de Negocios da Republica em Berlim.

O Presidente da Republica de Haiti:
 S. Ex.^a o Sr. Jean Joseph Dalbémard, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Paris;
 S. Ex.^a o Sr. J. N. Léger, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Washington;
 O Sr. Pierre Hudicourt, Antigo Professor de Direito Internacional Publico, Advogado nos Tribunaes de Porto Principe.

Sua Majestade o Rei de Italia:
 S. Ex.^a o Conde Joseph Tornielli Brusati di Vergano, Senador do Reino, Embaixador de Sua Majestade o Rei em Paris, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem, Presidente da Delegação Italiana;
 S. Ex.^a o Sr. Commendador Guido Pompilj, Deputado do Parlamento, Sub-Secretario de Estado no Ministerio Real dos Negocios Estrangeiros;
 O Sr. Commendador Guido Fusinato, Conselheiro de Estado, Deputado ao Parlamento, Antigo Ministro da Instrução.

Sua Majestade o Imperador do Japão:
 S. Ex.^a o Sr. Keiroku Tsudzuki, Seu Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario;
 S. Ex.^a o Sr. Aimarô Sato, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya.

Sua Alteza Real o Grão Duque de Luxemburgo, Duque de Nassau:
 S. Ex.^a o Sr. Eyschen, seu Ministro de Estado, Presidente do Governo Grão-Ducal;
 O Sr. Conde de Villers, Encarregado de Negocios do Grão-Ducado em Berlim.

O Presidente dos Estados Unidos Mexicanos:
 S. Ex.^a o Sr. Gonzalo A. Esteva, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Roma;
 S. Ex.^a o Sr. Sebastian B. de Mier, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Paris;
 S. Ex.^a o Sr. Francisco L. de la Barra, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Bruxellas e na Haya.

Sua Alteza Real o Principe de Montenegro:
 S. Ex.^a o Sr. Nelidow, Conselheiro Privado Imperial Actual, Embaixador de Sua Majestade o Imperador de Todas as Russias em Paris;

- Son Excellence M. de Martens, conseiller privé Impérial, membre permanent du conseil du ministère Impérial des affaires étrangères de Russie;
- Son Excellence M. Tcharykow, conseiller d'état Impérial actuel, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de Sa Majesté l'Empereur de Toutes les Russies à La Haye.
- Sa Majesté le Roi de Norvège:**
Son Excellence M. Francis Hagerup, ancien président du conseil, ancien professeur de droit, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye et à Copenhague, membre de la cour permanente d'arbitrage.
- Le Président de la République de Panama:**
M. Belisario Porras.
- Le Président de la République du Paraguay:**
Son Excellence M. Eusebio Machain, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris;
M. le comte G. Du Monceau de Bergendal, consul de la République à Bruxelles.
- Sa Majesté la Reine des Pays-Bas:**
M. W. H. de Beaufort, Son ancien ministre des affaires étrangères, membre de la seconde chambre des états généraux;
Son Excellence M. T. M. C. Asser, Son ministre d'état, membre du conseil d'état, membre de la cour permanente d'arbitrage;
Son Excellence le jonkheer J. C. C. den Beer Poortugael, lieutenant-général en retraite, ancien ministre de la guerre, membre du conseil d'état;
Son Excellence le jonkheer J. A. Roëll, Son aide de camp en service extraordinaire, vice-amiral en retraite, ancien ministre de la marine;
M. J. A. Loeff, Son ancien ministre de la justice, membre de la seconde chambre des états généraux.
- Le Président de la République du Pérou:**
Son Excellence M. Carlos G. Candamo, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris et à Londres, membre de la cour permanente d'arbitrage.
- Sa Majesté Impériale le Schah de Perse:**
Son Excellence Samad Khan Momtazos Saltaneh, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage;
Son Excellence Mirza Ahmed Khan Sadigh Ul Mulk, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.
- Sa Majesté le Roi de Portugal et des Algarves, etc.:**
Son Excellence M. le marquis de Soveral, Son conseiller d'état, pair du Royaume, ancien ministre des affaires étrangères, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Londres, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire;
Son Excellence M. le comte de Selir, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye;
Son excellence M. Alberto d'Oliveira, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Berne.
- Sa Majesté le Roi de Roumanie:**
Son Excellence M. Alexandre Beldiman, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Berlin;
Son Excellence M. Edgar Mavrocordato, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.
- Sa Majesté l'Empereur de Toutes les Russies:**
Son Excellence M. Nelidow, Son conseiller privé actuel, Son ambassadeur à Paris;
Son Excellence M. de Martens, Son conseiller privé, membre permanent du conseil du ministère Impérial des affaires étrangères, membre de la cour permanente d'arbitrage;
Son Excellence M. Tcharykow, Son conseiller d'état actuel, Son chambellan, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.
- Le Président de la République du Salvador:**
M. Pedro I. Matheu, chargé d'affaires de la République à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage;
M. Santiago Perez Triana, chargé d'affaires de la République à Londres.
- Sa Majesté le Roi de Serbie:**
Son Excellence M. Sava Grouitch, général, président du conseil d'état;
Son Excellence M. Milovan Milovanovitch, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Rome, membre de la cour permanente d'arbitrage;
- S. Ex.ª o Sr. de Martens, Conselheiro Privado Imperial, Membro Permanente do Conselho do Ministerio Imperial dos Negocios Estrangeiros da Russia;
- S. Ex.ª o Sr. Tcharykow, Conselheiro de Estado Imperial Actual, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de Sua Majestade o Imperador de Todas as Russias na Haya.
- Sua Majestade o Rei da Noruega:**
S. Ex.ª Sr. Francis Hagerup, Antigo Presidente do Conselho, Antigo Professor de Direito, seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya e em Copenhague, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.
- O Presidente da Republica do Panamá:**
O Sr. Belisario Porras.
- O Presidente da Republica do Paraguay:**
S. Ex.ª o Sr. Eusebio Machain, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Paris;
O Sr. Conde G. Du Monceau de Bergendal, Consul da Republica em Bruxellas.
- Sua Majestade a Rainha dos Países Baixos:**
O Sr. W. H. de Beaufort, Seu Antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros, Membro da Segunda Camara dos Estados Geraes;
S. Ex.ª o Sr. T. M. C. Asser, Seu Ministro de Estado, Membro do Conselho de Estado, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
S. Ex.ª o Jonkheer J. C. C. den Beer Poortugael, tenente-general reformado, Antigo Ministro da Guerra, Membro do Conselho de Estado.
- S. Ex.ª o Jonkheer J. A. Boëll, Seu Ajudante de Campo em serviço extraordinario, Vice-Almirante Reformado, Antigo Ministro da Marinha;
O Sr. J. A. Loeff, Seu Antigo Ministro da Justiça, Membro da Segunda Camara dos Estados Geraes.
- O Presidente da Republica do Peru:**
S. Ex.ª o Sr. Carlos G. Gandano, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Paris e em Londres, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.
- Sua Majestade Imperial o Schah da Persia:**
S. Ex.ª Samad Khan Momtazos Saltaneh, Seu Enviado extraordinario o Ministro Plenipotenciario em Paris, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
S. Ex.ª Mirza Ahmed Khan Sadigh Ul Mulk, seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya.
- Sua Majestade o Rei de Portugal e dos Algarves, etc.:**
S. Ex.ª o Sr. Marquês de Soveral, Seu Conselheiro de Estado, Par do Reino, Antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Londres, Seu Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario;
S. Ex.ª o Sr. Conde Selir, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya;
- S. Ex.ª o Sr. Alberto de Oliveira, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Berne.
- Sua Majestade o Rei da Romania:**
S. Ex.ª o Sr. Alexandre Beldiman, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Berlin;
S. Ex.ª o Sr. Edgar Mavrocordato, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya.
- Sua Majestade o Imperador de Todas as Russias:**
S. Ex.ª o Sr. Nelidow, Seu Conselheiro Privado Actual, Seu Embaixador em Paris;
S. Ex.ª o Sr. de Martens, Seu Conselheiro Privado, Membro Permanente do Conselho do Ministerio Imperial dos Negocios Estrangeiros, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
S. Ex.ª o Sr. Tcharykow, Seu Conselheiro de Estado, Seu Camarista, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya.
- O Presidente da Republica do Salvador:**
O Sr. Pedro I. Matheu, Encarregado de Negocios da Republica em Paris, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
O Sr. Santiago Perez Triana, Encarregado de Negocios da Republica em Londres.
- Sua Majestade o Rei da Servia:**
S. Ex.ª o Sr. Sava Grouitch, General, Presidente do Conselho do Estado;
S. Ex.ª o Sr. Milovan Milovanovitch, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Roma, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
- Son Excellence M. Michel Militchevitch, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Londres et à La Haye.
- Sa Majesté le Roi de Siam:**
Mom Chatidej Udom, major-général;
M. C. Corragioni d'Orelli, Son conseiller de légation;
Luang Bhuvanarth Narübal, capitaine.
- Sa Majesté le Roi de Suède, des Goths et des Vendes:**
Son Excellence M. Knut Hjalmar Leonard Hammar-skjold, Son ancien ministre de la justice, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Copenhague, membre de la cour permanente d'arbitrage;
M. Johannes Hellner, Son ancien ministre sans porte-feuille, ancien membre de la cour suprême de Suède, membre de la cour permanente d'arbitrage.
- Le Conseil Fédéral Suisse:**
Son Excellence M. Gaston Carlin, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la Confédération suisse à Londres et à La Haye;
M. Eugène Borel, colonel d'état major-général, professeur à l'université de Genève;
M. Max Huber, professeur de droit à l'université de Zürich.
- Sa Majesté l'Empereur des Ottomans:**
Son Excellence Turkhan Pacha, Son ambassadeur extraordinaire, ministre de l'Evkaf;
Son Excellence Rechid Bey, Son ambassadeur à Rome;
Son Excellence Mehemed Pacha, vice-amiral.
- Le Président de la République Orientale de l'Uruguay:**
Son Excellence M. José Batlle y Ordoñez, ancien président de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage;
Son Excellence M. Juan P. Castro, ancien président du sénat, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage.
- Le Président des Etats Unis de Vénézuéla:**
M. José Gil Fortoul, chargé d'affaires de la République à Berlin.
- Lesquels, après avoir déposé leurs pleins pouvoirs, trouvés en bonne et due forme, sont convenus des dispositions suivantes:
- ARTICLE PREMIER
- Les Puissances contractantes reconnaissent que les hostilités entre elles ne doivent pas recommencer sans un avertissement préalable et non équivoque, qui aura, soit la forme d'une déclaration de guerre motivée, soit celle d'un ultimatum avec déclaration de guerre conditionnelle.
- ARTICLE 2
- L'état de guerre devra être notifié sans retard aux Puissances neutres et ne produira effet à leur égard qu'après réception d'une notification qui pourra être faite même par voie télégraphique. Toutefois les Puissances neutres ne pourraient invoquer l'absence de notification, s'il était établi d'une manière non douteuse qu'en fait elles connaissaient l'état de guerre.
- ARTICLE 3
- L'article 1 de la présente Convention produira effet en cas de guerre entre deux ou plusieurs des Puissances contractantes.
- L'article 2 est obligatoire dans les rapports entre un belligérant contractant et les Puissances neutres également contractantes.
- ARTICLE 4
- La présente Convention sera ratifiée aussitôt que possible.
- Les ratifications seront déposées à La Haye.
- Le premier dépôt de ratifications sera constaté par un procès-verbal signé par les représentants des Puissances qui y prennent part et par le Ministre des Affaires Etrangères des Pays-Bas.
- Les dépôts ultérieurs de ratifications se feront au moyen d'une notification écrite adressée au Gouvernement des Pays-Bas et accompagnée de l'instrument de ratification.
- Copie certifiée conforme du procès-verbal relatif au premier dépôt de ratifications, des notifications mentionnées à l'alinéa précédent ainsi que des instruments de ratification, sera immédiatement remise par les soins du Gouvernement des Pays-Bas et par la voie diplomatique aux Puissances conviées à la Deuxième Conférence de la Paix, ainsi qu'aux autres Puissances qui auront adhéré à la Convention. Dans les cas visés par l'alinéa précédent, ledit Gouvernement leur fera connaître en même temps la date à laquelle il a reçu la notification.
- ARTICLE 5
- Les Puissances non signataires sont admises à adhérer à la présente Convention.
- La Puissance qui désire adhérer notifie par écrit son intention au Gouvernement des Pays-Bas en lui trans-

S. Ex.ª Sr. Michel Militchevitch, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Londres e na Haya.

Sua Majestade o Rei de Sião:
Mom Chatidej Udom, Major-General;
O Sr. C. Corragioni d'Orelli, Seu Conselheiro de Legação;
Luang Bhuvanarth Narubal, Capitão.

Sua Majestade o Rei da Suecia, dos Godos e dos Vendos:

S. Ex.ª o Sr. Knut Hjalmar Leoearad Hammarskjold, Seu Antigo Ministro da Justiça, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Copenhague, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
O Sr. Johannes Hellner, Seu Antigo Ministro sem pasta, Antigo Membro do Supremo Tribunal da Suecia, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.

O Conselho Federal Suíço:

S. Ex.ª o Sr. Gaston Carlin, Enviado Extraordinario da Confederação Suíça em Londres e na Haya;
O Sr. Eugène Borel, Coronel do Estado-Maior General, Professor da Universidade de Genebra;
O Sr. Max Huber, Professor de Direito na Universidade de Zurich.

Sua Majestade o Imperador dos Ottomanos:

S. Ex.ª Turkhan Pacha, Seu Embaixador Extraordinario, Ministro de Evkaf;
S. Ex.ª Rechid Bey, seu Embaixador em Roma;

S. Ex.ª Mehemed Pacha, Vice-Almirante.

O Presidente da Republica Oriental do Uruguay:

S. Ex.ª o Sr. José Battle y Ordoñez, Antigo Presidente da Republica, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.
S. Ex.ª o Sr. Juan P. Castro, antigo Presidente do Senado, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Paris, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.

O Presidente dos Estados Unidos de Venezuela:

O Sr. José Gil Fortoul, Encarregado de Negocios da Republica em Berlim.

Os quaes depois de terem depositado os seus Plenos poderes, achados em boa e devida forma, convieram nas disposições seguintes:

ARTIGO 1.º

As Potencias contratantes reconhecem que as hostilidades entre ellas não devem começar sem um aviso previo e não susceptível de equívoco, o qual terá a forma de declaração de guerra motivada, ou a de ultimatum com declaração de guerra condicional.

ARTIGO 2.º

O estado de guerra deverá ser notificado sem demora ás Potencias neutras, e não produzirá efeito com respeito a essas Potencias senão depois de uma notificação a qual poderá ser feita mesmo por via telegraphica. As Potencias neutras não poderão, comtudo, invocar a falta de notificação, se se demonstrar de maneira indubitavel que, de facto, conheciam o estado de guerra.

ARTIGO 3.º

O artigo 1.º da presente Convenção produzirá efeito em caso de guerra entre duas ou mais das Potencias contratantes.

O artigo 2.º é obrigatorio nas relações entre um belligerente contratante e as Potencias neutras igualmente contratantes.

ARTIGO 4.º

A presente Convenção será ratificada no mais breve prazo possivel.

As ratificações serão depositadas na Haya. O primeiro deposito de ratificações será consignado numa acta assinada pelos representantes das Potencias que nelle tomarem parte e pelo Ministro dos Negocios Estrangeiros dos Países Baixos.

Os depositos ulteriores de ratificações serão effectuados por meio de notificação escrita dirigida ao Governo dos Países Baixos e acompanhada do instrumento de ratificação.

Serão immediatamente remetidas, ao cuidado do Governo dos Países Baixos, e por via diplomatica, ás Potencias convocadas á Segunda Conferencia da Paz, bem como ás outras Potencias que tiverem adherido á Convenção, copias autenticas da acta relativa ao primeiro deposito de ratificações, das notificações mencionadas na alinea precedente, e dos instrumentos de ratificação. Nos casos mencionados na alinea precedente, o sobredito Governo fará saber ao mesmo tempo ás referidas Potencias a data em que tiver recebido a notificação.

ARTIGO 5.º

As Potencias não signatarias são admittidas a adherir á presente Convenção.

A Potencia que desejar adherir notificará por escrito a sua intenção ao Governo dos Países Baixos, transmittin-

mettando l'acte d'adhésion qui sera déposé dans les archives dudit Gouvernement.

Ce Gouvernement transmettra immédiatement à toutes les autres Puissances copie certifiée conforme de la notification ainsi que de l'acte d'adhésion, en indiquant la date à laquelle il a reçu la notification.

ARTICLE 6

La présente Convention produira effet, pour les Puissances qui auront participé au premier dépôt de ratifications, soixante jours après la date du procès-verbal de ce dépôt, et, pour les Puissances qui ratifieront ultérieurement ou qui adhéreront, soixante jours après que la notification de leur ratification ou de leur adhésion aura été reçue par le Gouvernement des Pays-Bas.

ARTICLE 7

S'il arrivait qu'une des Hautes Parties contractantes voulût dénoncer la présente Convention, la dénonciation sera notifiée par écrit au Gouvernement des Pays-Bas qui communiquera immédiatement copie certifiée conforme de la notification à toutes les autres Puissances en leur faisant savoir la date à laquelle il l'a reçue.

La dénonciation ne produira ses effets qu'à l'égard de la Puissance qui l'aura notifiée et un an après que la notification en sera parvenue au Gouvernement des Pays-Bas.

ARTICLE 8

Un registre tenu par le Ministère des Affaires Etrangères des Pays-Bas indiquera la date du dépôt de ratifications effectué en vertu de l'article 4 alinéas 3 et 4, ainsi que la date à laquelle auront été reçues les notifications d'adhésion (article 5, alinéa 2) ou de dénonciation (article 7, alinéa 1).

Chaque Puissance contractante est admise à prendre connaissance de ce registre et à en demander des extraits certifiés conformes.

En foi de quoi, les Plénipotentiaires ont revêtu la présente Convention de leurs signatures.

Fait à La Haye, le dix-huit octobre mil neuf cent sept, en un seul exemplaire qui restera déposé dans les archives du Gouvernement des Pays-Bas et dont des copies, certifiées conformes, seront remises par la voie diplomatique aux Puissances qui ont été conviées à la Deuxième Conférence de la Paix.

1. Pour l'Allemagne:
Marschall.
Kriege.

2. Pour les Etats Unis d'Amérique:
Joseph H. Choate.
Horace Porter.
U. M. Rose.
David Jayne Hill.
C. S. Sperry.
William I. Buchanan.

3. Pour l'Argentine:
Roque Saenz Peña.
Luis M. Drago.
C. Ruez Larreta.

4. Pour l'Autriche-Hongrie:
Mérey.
Baron Macchio.

5. Pour la Belgique:
A. Beernaert.
J. Van den Heuvel.
Guillaume.

6. Pour la Bolivie:
Claudio Pinilla.

7. Pour le Brésil:
Ruy Barbosa.
E. Lisboa.

8. Pour la Bulgarie:
Général-Major Vinaroff.
Iv. Karandjoulouff.

9. Pour le Chili:
Domingo Gana.
Augusto Matte.
Carlos Concha.

10. Pour la Chine.

11. Pour la Colombie:
Jorge Holguin.
S. Perez Triana.
M. Vargas.

12. Pour la République de Cuba:
Antonio S. de Bustamante.
Gonzalo de Quesada.
Manuel Sanguily.

13. Pour le Danemark:
C. Brun.

14. Pour la République Dominicaine:
Dr. Henriquez y Carvajal.
Apolinar Tejera.

do-lhe o acto de adhesão que será depositado nos arquivos do dito Governo.

Este Governo transmittirá immediatamente, a todas as outras Potencias, copia autentica da notificação, bem como do acto de adhesão, indicando a data em que tiver recebido a notificação.

ARTIGO 6.º

A presente Convenção produzirá seus efeitos, para as Potencias que tiverem tomado parte no primeiro deposito de ratificações, sessenta dias depois da data da acta d'esse deposito; e para as potencias que ratificarem ulteriores, ou que adherirem, sessenta dias depois da notificação da sua ratificação ou da sua adhesão ter sido recebida pelo Governo dos Países Baixos.

ARTIGO 7.º

No caso de uma das Potencias contratantes querer denunciar a presente Convenção, a denunciação será notificada por escrito ao Governo dos Países-Baixos que comunicará immediatamente copia autentica da notificação ás todas as outras Potencias, fazendo-lhes saber a data em que a tiver recebido.

A denunciação não produzirá seus efeitos, senão com respeito á Potencia que a tiver notificado, e um anno depois de ter sido recebida a notificação pelo Governo dos Países-Baixos.

ARTIGO 8.º

Um registo a cargo do Ministerio dos Negocios Estrangeiros dos Países-Baixos indicará a data do deposito de ratificações effectuado em virtude do artigo 4.º, alíneas 3.ª e 4.ª, bem como a data em que tiverem sido recebidas as notificações de adhesão (artigo 5.º, alinea 2.ª) ou de denunciação (artigo 7.º, alinea 1.ª).

Cada uma das Potencias contratantes será admittida a tomar conhecimento d'esse registo e a pedir extractos autenticos do mesmo.

Em testemunho do que, os Plenipotenciarios appuseram na presente Convenção as suas assinaturas.

Feito na Haya, aos dezoito de outubro de mil novecentos e sete, em um unico exemplar que ficará depositado nos arquivos do Governo dos Países-Baixos e do qual serão remetidas, pela via diplomatica, copias autenticas, ás Potencias que foram convocadas á Segunda Conferencia da Paz.

1 Pela Allemanha:
Marschaall.
Kriege.

2 Pelos Estados Unidos da America:
Joseph H. Choate.
Horace Porter.
U. M. Rose.
David Jayne Hill.
C. S. Sperry.
William I. Buchanan.

3 Pela Argentina:
Roque Saenz Peña.
Luis M. Drago.
C. Ruez Larreta.

4 Pela Austria Hungria:
Mérey.
Baron Macchio.

5 Pela Belgica:
A. Beernaert.
J. Van den Heuvel.
Guillaume.

6 Pela Bolivia:
Claudio Pinilla.

7 Pelo Brasil:
Ruy Barbosa.
E. Lisboa.

8 Pela Bulgaria:
General-Major Vinaroff.
Iv. Karandjoulouff.

9 Pelo Chile:
Domingo Gana.
Augusto Matte.
Carlos Concha.

10 Pela China:

11 Pela Colombia:
Jorge Holguin.
S. Perez Triana.
M. Vargas.

12 Pela Republica de Cuba:
Antonio S. de Bustamante.
Gonzalo de Quesada.
Manuel Sanguily.

13 Pela Dinamarca:
C. Brun.

14 Pela Republica Dominicana:
Dr. Henriquez y Carvajal.
Apolinar Tejera.

15. Pour l'Equateur :
Victor M. Rendon.
E. Dorn y de Alsúa.
16. Pour l'Espagne :
W. R. de Villa Urrutia.
José de la Rica y Calvo.
Gabriel Maura.
17. Pour la France :
Léon Bourgeois.
D'Estournelles de Constant.
L. Renault.
Marcellin Pellet.
18. Pour la Grande-Bretagne :
Edw. Fry.
Ernest Satow.
Reay.
Henry Howard.
19. Pour la Grèce :
Cléon Rizo Rangabé.
Georges Streit.
20. Pour le Guatemala :
José Tible Machado.
21. Pour le Haïti :
Dalbémar Jn. Joseph.
J. N. Léger.
Pierre Hudicourt.
22. Pour l'Italie :
Pompilj.
G. Fusinato.
23. Pour le Japon :
Aimaro Sato.
24. Pour le Luxembourg :
Eyschen.
Comte de Villiers.
25. Pour le Mexique :
G. A. Esteva.
S. B. de Mier.
F. L. de la Barra.
26. Pour le Monténégro :
Nelidow.
Martens.
N. Tcharykow.
27. Pour le Nicaragua :
28. Pour la Norvège :
F. Hagerup.
29. Pour le Panama :
B. Porras.
30. Pour le Paraguay :
G. du Monceau.
31. Pour les Pays-Bas :
W. H. de Beaufort.
T. M. C. Asser.
Den Beer Poortugaël.
J. A. Röell.
J. A. Loeff.
32. Pour le Pérou :
C. G. Candamo.
33. Pour la Perse :
Montazos-Saltaneh M. Samad Khan.
Sadigh ul Mulk M. Ahmed Khan.
34. Pour le Portugal :
Alberto de Oliveira.
35. Pour la Roumanie :
Edg. Mavrocordato.
36. Pour la Russie :
Nelidow.
Martens.
N. Tcharykow.
37. Pour le Salvador :
P. J. Matheu.
S. Perez Triana.
38. Pour la Serbie :
S. Grouitch.
M. G. Milovanovitch.
M. G. Militchevitch.
39. Pour le Siam :
Mom Chatidej Udom.
C. Corragioni d'Orelli.
Luang Bhuvanarth Narubal.
- 15 Pelo Equador :
Victor M. Rendon.
E. Dorn y de Alsúa.
- 16 Pela Espanha :
W. R. de Villa Urrutia.
José de la Rica y Calvo.
Gabriel Maura.
- 17 Pela França :
Léon Bourgeois.
D'Estournelles de Constant.
L. Renault.
Marcellin Pellet.
- 18 Pela Gran Bretanha :
Edw. Fry.
Ernest Satow.
Reay.
Henry Howard.
- 19 Pela Grecia :
Cléon Rizo Rangabé.
Georges Streit.
- 20 Pelo Guatemala :
José Tible Machado.
- 21 Pelo Haiti :
Dalbémar Jn. Joseph.
J. N. Léger.
Pierre Hudicourt.
- 22 Pela Italia :
Pompilj.
G. Fusinato.
- 23 Pelo Japão :
Aimaro Sato.
- 24 Pelo Luxemburgo :
Eyschen.
C^{te} de Villiers.
- 25 Pelo Mexico :
G. A. Esteva.
S. B. de Mier.
F. L. de la Barra.
- 26 Pelo Montenegro :
Nelidow.
Martens.
N. Tcharykow.
- 27 Pelo Nicaragua :
- 28 Pela Noruega :
F. Hagerup.
- 29 Pelo Panamá :
B. Porras.
- 30 Pelo Paraguay :
G. du Monceau.
- 31 Pelos Países Baixos :
W. H. de Beaufort.
T. M. C. Asser.
Den Beer Poortugaël.
J. A. Röell.
J. A. Loeff.
- 32 Pelo Peru :
C. G. Candamo.
- 33 Pela Persia :
Montazos-Saltaneh M. Samad Khan.
Sadigh ul Mulk M. Ahmed Khan.
- 34 Por Portugal :
Alberto de Oliveira.
- 35 Pela Romaniaa :
Edg. Mavrocordato.
- 36 Pela Russia :
Nelidow.
Martens.
N. Tcharykow.
- 37 Pelo Salvador :
P. J. Matheu.
S. Perez Triana.
- 38 Pela Servia :
S. Grouitch.
M. G. Milovanovitch.
M. G. Militchevitch.
- 39 Pelo Sião :
Mom Chatidej Udom.
C. Corragioni d'Orelli.
Luang Bhuvanarth Narubal.
40. Pour la Suède :
K. H. L. Hammarskjöld.
Joh. Hellner.
41. Pour la Suisse :
Carlin.
42. Pour la Turquie :
Turkhan.
43. Pour l'Uruguay :
José Battle y Ordonez.
44. Pour le Vénézuéla :
J. Gil Fortoul.
- Certifié pour copie conforme.
- Le Secrétaire-Général du Ministère des Affaires Etrangères des Pays-Bas, *S. Hannema.*
- IV. — Convention concernant les lois et coutumes de la guerre sur terre.
- Sa Majesté l'Empereur d'Allemagne, Roi de Prusse; le Président des États-Unis d'Amérique; le Président de la République Argentine; Sa Majesté l'Empereur d'Autriche, Roi de Bohême, etc., et Roi Apostolique de Hongrie; Sa Majesté le Roi des Belges; le Président de la République de Bolivie; le Président de la République des États-Unis du Brésil; Son Altesse Royale le Prince de Bulgarie; le Président de la République de Chili; le Président de la République de Colombie; le Gouverneur Provisoire de la République de Cuba; Sa Majesté le Roi de Danemark; le Président de la République Dominicaine; le Président de la République de l'Equateur; le Président de la République Française; Sa Majesté le Roi du Royaume-Uni de Grande Bretagne et d'Irlande et des Territoires Britanniques au delà des mers, Empereur des Indes; Sa Majesté le Roi des Hellènes; le Président de la République de Guatemala; le Président de la République d'Haïti; Sa Majesté le Roi d'Italie; Sa Majesté l'Empereur du Japon; Son Altesse Royale le Grand-Duc de Luxembourg, Duc de Nassau; le Président des États-Unis Mexicains; Son Altesse Royale le Prince de Monténégro; Sa Majesté le Roi de Norvège; le Président de la République de Panama; le Président de la République du Paraguay; Sa Majesté la Reine des Pays-Bas; le Président de la République du Pérou; Sa Majesté Impériale le Schah de Perse; Sa Majesté le Roi de Portugal et des Algarves, etc.; Sa Majesté le Roi de Roumanie; Sa Majesté l'Empereur de Toutes les Russies; le Président de la République du Salvador; Sa Majesté le Roi de Serbie; Sa Majesté le Roi de Siam; Sa Majesté le Roi de Suède; le Conseil Fédéral Suisse; Sa Majesté l'Empereur des Ottomans; le Président de la République Orientale de l'Uruguay; le Président des États-Unis de Vénézuéla:
- Considérant que, tout en recherchant les moyens de sauvegarder la paix et de prévenir les conflits armés entre les nations, il importe de se préoccuper également du cas où l'appel aux armes serait amené par des événements que leur sollicitude n'aurait pu détourner;
- Animés du désir de servir encore, dans cette hypothèse extrême, les intérêts de l'humanité et les exigences toujours progressives de la civilisation;
- Estimant qu'il importe, à cette fin, de réviser les lois et coutumes générales de la guerre, soit dans le but de les définir avec plus de précision, soit afin d'y tracer certaines limites destinées à en restreindre autant que possible les rigueurs;
- Ont jugé nécessaire de compléter et de préciser sur certains points l'œuvre de la Première Conférence de la Paix qui, s'inspirant, à la suite de la Conférence de Bruxelles de 1874, de ces idées recommandées par une sage et généreuse prévoyance, a adopté des dispositions ayant pour objet de définir et de régler les usages de la guerre sur terre.
- Selon les vues des Hautes Parties contractantes, ces dispositions, dont la rédaction a été inspirée par le désir de diminuer les maux de la guerre, autant que les nécessités militaires le permettent, sont destinées à servir de règle générale de conduite aux belligérants, dans leurs rapports entre eux et avec les populations.
- Il n'a pas été possible toutefois de concerter dès maintenant des stipulations s'étendant à toutes les circonstances qui se présentent dans la pratique;
- D'autre part, il ne pouvait entrer dans les intentions des Hautes Parties contractantes que les cas non prévus fussent, faute de stipulation écrite, laissés à l'appréciation arbitraire de ceux qui dirigent les armées.
- En attendant qu'un Code plus complet des lois de la guerre puisse être édicté, les Hautes Parties contractantes jugent opportun de constater que, dans les cas non compris dans les dispositions réglementaires adoptées par Elles, les populations et les belligérants restent sous la sauvegarde et sous l'empire des principes du droit des gens, tels qu'ils résultent des usages établis entre nations civilisées, des lois de l'humanité et des exigences de la conscience publique.
- Elles déclarent que c'est dans ce sens que doivent s'entendre notamment les articles 1 et 2 du Règlement adopté.

- 40 Pela Suecia:
K. H. L. Hammarskjöld.
Joh. Hellner.
- 41 Pela Suíça:
Carlín.
- 42 Pela Turquia:
Turkhan.
- 43 Pelo Uruguay:
José Battle y Ordoñez.
- 44 Por Venezuela:
J. Gil Fortoul.

Certificado por copia conforme.

O Secretario Geral do Ministerio dos Negocios Estrangeiros dos Países Baixos, *S. Hannema.*

IV.—Convenção relativa ás leis e costumes da guerra terrestre

Sua Majestade o Imperador da Alemanha, Rei da Prússia; o Presidente dos Estados Unidos da America; o Presidente da Republica Argentina; Sua Majestade o Imperador da Austria, Rei da Bohemia, etc., e Rei Apostolico da Hungria; Sua Majestade o Rei dos Belgas; o Presidente da Republica da Bolivia; o Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil; Sua Alteza Real o Principe da Bulgaria; o Presidente da Republica do Chili; o Presidente da Republica da Colombia; o Governador Provisorio da Republica de Cuba; Sua Majestade o Rei da Dinamarca; o Presidente da Republica Dominicana; o Presidente da Republica do Equador; o Presidente da Republica Francesa; Sua Majestade o Rei do Reino Unido da Gran-Bretanha e Irlanda e dos Territorios Britannicos de Alem Mar, Imperador das Indias; Sua Majestade o Rei dos Hellenos; o Presidente da Republica de Guatemala; o Presidente da Republica do Haiti; Sua Majestade o Rei de Italia; Sua Majestade o Imperador do Japão; Sua Alteza Real o Grão-Duque de Luxemburgo, Duque de Nassau; o Presidente dos Estados Unidos Mexicanos; Sua Alteza Real o Principe de Montenegro; Sua Majestade o Rei da Noruega; o Presidente da Republica do Panamá; o Presidente da Republica do Paraguay; Sua Majestade a Rainha dos Países Baixos; o Presidente da Republica do Peru; Sua Majestade Imperial o Schah da Persia; Sua Majestade o Rei de Portugal e dos Algarves, etc.; Sua Majestade o Rei da Romania; Sua Majestade o Imperador de Todas as Russias; o Presidente da Republica do Salvador; Sua Majestade o Rei da Servia; Sua Majestade o Rei de Sião; Sua Majestade o Rei da Suecia; o Conselho Federal Suíço; Sua Majestade o Imperador dos Ottomanos; o Presidente da Republica Oriental do Uruguay; o Presidente dos Estados Unidos de Venezuela:

Considerando que, embora em procura dos meios de salvaguardar a paz e de evitar conflictos á mão armada, convem preoccupar-se igualmente do caso de um appello á força das armas, motivado por occorrencias que a sua solidude não tenha conseguido afastar;

Animados do desejo de servir ainda, nesta hypothese extrema, os interesses da humanidade e as sempre progressivas exigencias da civilização;

Entendendo que, para isso, é mister rever as leis e os costumes geraes da guerra, quer no sentido de os definir com mais precisão, quer no de lhes traçar certos limites, que lhes restrinjam, tanto quanto possivel, os rigores;

Julgaram necessario completar e precisar sobre certos pontos a obra da Primeira Conferencia da Paz, a qual inspirando-se, em seguimento da Conferencia de Bruxellas de 1874, d'aquellas ideias, aconselhadas por uma sabia e generosa providencia, adoptou providencias no intuito de definir e regulamentar os usos das guerras terrestres.

Segundo as Altas Partes contratantes, essas disposições, cuja redacção foi inspirada no desejo de diminuir os males da guerra dentro dos limites em que o permitem as necessidades militares, são destinadas a servir de regra geral de conducta aos belligerantes, nas suas relações entre si e com as populações.

Não foi comtudo possivel ajustar desde já estipulações abrangendo todas as hypothesees que se podem apresentar na pratica.

Por outro lado, não podia ser intenção das Altas Partes contratantes deixar, na falta de estipulações escritas, ao arbitrio de quem commanda os exercitos, a apreciação dos casos não previstos.

Emquanto não se torna possivel promulgar um código mais completo das leis da guerra, as Altas Partes contratantes julgam opportuno consignar que, nos casos não comprehendidos nas disposições regulamentares por ellas adoptadas, belligerantes e populações ficam sob a salvaguarda e dominio dos principios do direito das gentes, taes como resultam dos usos estabelecidos entre nações civilizadas, das leis humanitarias e das exigencias de consciencia pública.

Declaram que nesse sentido devem ser interpretados, em especial, os artigos 1.º e 2.º do Regulamento adoptado.

Les Hautes Parties contractantes, désirant conclure une nouvelle Convention à cet effet, ont nommé pour Leurs Plénipotentiaires, savoir:

Sa Majesté l'Empereur d'Allemagne, Roi de Prusse:

Son Excellence le baron Marschall de Bieberstein, Son ministre d'état, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire à Constantinople;

M. le Dr. Johannes Krieger. Son envoyé en mission extraordinaire à la présente Conférence, Son conseiller intime de légation et jurisconsulte au ministère Impérial des affaires étrangères, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président des États-Unis d'Amérique:

Son Excellence M. Joseph H. Choate, ambassadeur extraordinaire;
Son Excellence M. Horace Porter, ambassadeur extraordinaire;
Son Excellence M. Uriah M. Rose, ambassadeur extraordinaire;
Son Excellence M. David Jayne Hill, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à La Haye;
M. Charles S. Sperry, contre-amiral, ministre plénipotentiaire;
M. Georges B. Davis, général de brigade, chef de la justice militaire de l'armée fédérale, ministre plénipotentiaire;
M. William I. Buchanan, ministre plénipotentiaire.

Le Président de la République Argentine:

Son Excellence M. Roque Saenz Peña, ancien ministre des affaires étrangères, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Rome, membre de la cour permanente d'arbitrage;
Son Excellence M. Luis M. Drago, ancien ministre des affaires étrangères et des cultes de la République, député national, membre de la cour permanente d'arbitrage;
Son Excellence M. Carlos Rodriguez Larreta, ancien ministre des affaires étrangères et des cultes de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Sa Majesté l'Empereur d'Autriche, Roi de Bohême, etc., et Roi Apostolique de Hongrie:

Son Excellence M. Gaetan Mérey de Kapos-Mérey, Son conseiller intime, son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire;
Son Excellence M. le baron Charles de Macchio, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Athènes.

Sa Majesté le Roi des Belges:

Son Excellence M. Beernaert, Son ministre d'état, membre de la chambre des représentants, membre de l'institut de France et des académies Royales de Belgique et de Roumanie, membre d'honneur de l'institut de droit international, membre de la cour permanente d'arbitrage;
Son Excellence M. J. Van den Heuvel, Son ministre d'état, ancien ministre de la justice;
Son Excellence M. le baron Guillaume, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye, membre de l'académie Royale de Roumanie.

Le Président de la République de Bolivie:

Son Excellence M. Claudio Pinilla, Ministre des affaires étrangères de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage;
Son Excellence M. Fernando E. Guachalla, ministre plénipotentiaire à Londres.

Le Président de la République des États-Unis du Brésil:

Son Excellence M. Ruy Barbosa, ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire, membre de la cour permanente d'arbitrage;
Son Excellence M. Eduardo F. S. dos Santos Lisboa, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Son Altesse Royale le Prince de Bulgarie:

M. Urban Vinaroff, général-major de l'état-major, Son général à la suite;
M. Ivan Karandjouloff, procureur-général de la cour de cassation.

Le Président de la République de Chili:

Son Excellence M. Domingo Gana, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Londres;
Son Excellence M. Augusto Matte, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Berlin;
Son Excellence M. Carlos Concha, ancien ministre de la guerre, ancien président de la chambre des députés, ancien envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Buenos Aires.

As Altas Partes contratantes, desejando celebrar uma nova Convenção para tal fim, nomearam seus plenipotenciarios, a saber:

Sua Majestade o Imperador da Alemanha, Rei da Prússia:

S. Ex.º o Barão Marschall de Bieberstein, Seu Ministro de Estado, Seu Embaixador Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Constantinopla;
O Sr. Dr. Johannes Krieger, Seu Enviado em missão extraordinaria á presente Conferencia, Seu Conselheiro Intimo de Legação e Jurisconsulto do Ministerio Imperial dos Negocios Estrangeiros, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.

O Presidente dos Estados-Unidos da America:

S. Ex.º o Sr. Joseph H. Choate, Embaixador Extraordinario;
S. Ex.º o Sr. Horace Porter, Embaixador Extraordinario;
S. Ex.º o Sr. Uriah M. Rose, Embaixador Extraordinario;
S. Ex.º o Sr. David Jayne Hill, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica na Haya;
O Sr. Charles S. Sperry, contra-almirante, Ministro Plenipotenciario;
O Sr. Georges B. Davis, general de brigada, Chefe da Justiça Militar do exercito federal, Ministro Plenipotenciario;
O Sr. William I. Buchanan, Ministro Plenipotenciario;

Presidente da Republica Argentina:

S. Ex.º o Sr. Roque Saenz Peña, antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Roma, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
S. Ex.º o Sr. Luis M. Drago, antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros e dos cultos da Republica, deputado nacional, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.
S. Ex.º o Sr. Carlos Rodriguez Larreta, antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros e dos Cultos da Republica, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.

Sua Majestade o Imperador da Austria, Rei da Bohemia, etc., e Rei Apostolico da Hungria:

S. Ex.º o Sr. Gaetan Mérey de Kapos-Mérey, Seu Conselheiro Intimo, Seu Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario;
S. Ex.º o Sr. Barão Charles de Macchio, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Athenas;

Sua Majestade o Rei dos Belgas:

S. Ex.º o Sr. Beernaert, Seu Ministro de Estado, Membro da Camara dos Representantes, Membro do Instituto de França e das Academias Reaes da Belgica e da Romania, Membro de Honra do Instituto de Direito Internacional, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
S. Ex.º o Sr. J. Van den Heuvel, Seu Ministro de Estado, Antigo Ministro da Justiça;
S. Ex.º o Barão Guillaume, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya, Membro da Academia Real de Romania.

O Presidente da Republica da Bolivia:

S. Ex.º o Sr. Claudio Pinilla, Ministro dos Negocios Estrangeiros da Republica, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
S. Ex.º o Sr. Fernando E. Guachalla, Ministro Plenipotenciario em Londres.

O Presidente da Republica dos Estados-Unidos do Brasil:

S. Ex.º o Sr. Ruy Barbosa, Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
S. Ex.º o Sr. Eduardo F. S. dos Santos Lisboa, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya.

Sua Alteza Real o Principe da Bulgaria:

O Sr. Urban Vinaroff, General-Major do Estado Maior, General do seu sequito;
O Sr. Ivan Karandjouloff, Procurador Geral do Tribunal de Cassação.

O Presidente da Republica do Chili:

S. Ex.º o Sr. Domingo Gana, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Londres;
S. Ex.º o Sr. Augusto Matte, Enviado Extraordinario e Ministro da Republica em Berlim;
S. Ex.º o Sr. Carlos Concha; antigo Ministro da Guerra, antigo Presidente da Camara dos Deputados, antigo Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Buenos-Aires.

Le Président de la République de Colombie :

M. Jorge Holguin, général ;
M. Santiago Pérez Triana ;
Son Excellence M. Marceliano Vargas, général,
envoyé extraordinaire et ministre plénipoten-
tiaire de la République à Paris.

Le Gouverneur Provisoire de la République de Cuba :

M. Antonio Sanchez de Bustamante, professeur de
droit international à l'université de la Havane,
sénateur de la République ;
Son Excellence M. Gonzalo de Quesada y Arós-
tegui, envoyé extraordinaire et ministre pléni-
potentiaire de la République à Washington ;
M. Manuel Sanguily, ancien directeur de l'institut
d'enseignement secondaire de la Havane, séna-
teur de la République.

Sa Majesté le Roi de Danemark :

Son Excellence M. Constantin Brun, Son cham-
bellan, Son envoyé extraordinaire et ministre
plénipotentiaire à Washington ;
M. Christian Frederik Scheller, contre-amiral ;

M. Axel Vedel, Son chambellan, chef de section
au ministère Royal des affaires étrangères.

Le Président de la République Dominicaine :

M. Francisco Henriquez y Carvajal, ancien secré-
taire d'état au ministère des affaires étrangères
de la République, membre de la cour perma-
nente d'arbitrage ;
M. Apolinar Tejera, recteur de l'institut profes-
sionnel de la République, membre de la cour per-
manente d'arbitrage.

Le Président de la République de l'Équateur :

Son Excellence M. Victor Rendón, envoyé ex-
traordinaire et ministre plénipotentiaire de la Ré-
publique à Paris et à Madrid ;
M. Enrique Dorn y de Alsúa, chargé d'affaires.

Le Président de la République Française :

Son Excellence M. Léon Bourgeois, ambassadeur
extraordinaire de la République, sénateur, an-
cien président du conseil des ministres, ancien
ministre des affaires étrangères, membre de la
cour permanente d'arbitrage ;
M. le baron d'Estournelles de Constant, sénateur,
ministre plénipotentiaire de première classe,
membre de la cour permanente d'arbitrage ;
M. Louis Renault, professeur à la faculté de droit
à l'université de Paris, ministre plénipotentiaire
honoraire, jurisconsulte du ministère des affai-
res étrangères, membre de l'institut de France,
membre de la cour permanente d'arbitrage ;

Son Excellence M. Marcellin Pellet, envoyé ex-
traordinaire et ministre plénipotentiaire de la
République Française à La Haye.

Sa Majesté le Roi du Royaume-Uni de Grande Bre-
tagne et d'Irlande et des territoires britanniques au
delà des mers, Empereur des Indes :

Son Excellence the Right Honourable Sir Edward
Fry, G. C. B., membre du conseil privé, Son
ambassadeur extraordinaire, membre de la cour
permanente d'arbitrage ;
Son Excellence the Right Honourable Sir Ernest
Mason Satow, G. C. M. G., membre du conseil
privé, membre de la cour permanente d'arbi-
trage ;
Son Excellence the Right Honourable Donald James
Mackay Baron Reay, G. C. S. I., G. C. I. E.,
membre du conseil privé, ancien prési-
dent de l'institut de droit international ;
Son Excellence Sir Henry Howard, K. C. M. G.,
C. B., Son envoyé extraordinaire et ministre
plénipotentiaire à La Haye.

Sa Majesté le Roi des Hellènes :

Son Excellence M. Cléon Rizo Rangabé, Son en-
voyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire
à Berlin ;
M. Georges Streit, professeur de droit interna-
tional à l'université d'Athènes, membre de la cour
permanente d'arbitrage.

Le Président de la République de Guatemala :

M. José Tible Machado, chargé d'affaires de la
République à La Haye et à Londres, membre
de la cour permanente d'arbitrage ;
M. Enrique Gómez Carillo, chargé d'affaires de
la République à Berlin.

Le Président de la République d'Haiti :

Son Excellence M. Jean Joseph Dalbemar, en-
voyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire
de la République à Paris ;
Son Excellence M. J. N. Léger, envoyé extraor-
dinaire et ministre plénipotentiaire de la Répu-
blique à Washington ;
M. Pierre Hudicourt, ancien professeur de droit
international public, avocat au barreau de Port
au Prince.

O Presidente da Republica de Colombia :

O Sr. Jorge Holguin, General ;
O Sr. Santiago Perez Triana ;
S. Ex.ª o Sr. Marceliano Vargas, General, Enviado
Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da
Republica em Paris.

O Governador Provisorio da Republica de Cuba :

O Sr. Antonio Sanchez de Bustamante, Professor
de Direito Internacional na Universidade da Ha-
vane, Senador da Republica ;
S. Ex.ª o Sr. Gonzalo de Quesada y Arostegui, En-
viado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario
da Republica em Washington ;
O Sr. Manuel Sanguily, antigo Director do Insti-
tuto de Ensino Secundario da Havana, Senador
da Republica.

Sua Majestade o Rei da Dinamarca :

S. Ex.ª o Sr. Constantin Brun, Seu Camarista, Seu
Enviado Extraordinario e Ministro Plenipoten-
ciario em Washington ;
O Sr. Christian Frederik Scheller, Contra-Almi-
rante ;
O Sr. Axel Vedel, Seu Camarista, Chefe de Secção
no Ministerio Real dos Negocios Estrangeiros.

O Presidente da Republica Dominicana :

O Sr. Francisco Henriquez y Carvajal, Antigo Se-
cretario de Estado no Ministerio dos Negocios
Estrangeiros da Republica, Membro do Tribunal
Permanente de Arbitragem ;
O Sr. Apolinar Tejera, Reitor do Instituto profes-
sional da Republica, Membro do Tribunal Perma-
nente de Arbitragem.

O Presidente da Republica do Equador :

S. Ex.ª o Sr. Victor Rendon, Enviado Extraordina-
rio e Ministro Plenipotenciario da Republica em
Paris e em Madrid ;
O Sr. Enrique Dorny de Alsua, Encarregado de
Negocios.

O Presidente da Republica Francesa :

S. Ex.ª o Sr. Léon Bourgeois, Embaixador Ex-
traordinario da Republica, Senador, antigo Presi-
dente do Conselho de Ministros, antigo Ministro
dos Negocios Estrangeiros, Membro do Tribunal
Permanente de Arbitragem ;
O Sr. Barão d'Estournelles de Constant, Senador,
Ministro Plenipotenciario de 1.ª classe, Membro
do Tribunal Permanente de Arbitragem ;
O Sr. Louis Renault, Professor da Faculdade de
Direito na Universidade de Paris, Ministro Pléni-
potenciario Honorario, Jurisconsulto do Ministe-
rio dos Negocios Estrangeiros, Membro do Insti-
tuto de França, Membro do Tribunal Perma-
nente de Arbitragem ;
S. Ex.ª o Sr. Marcellin Pellet, Enviado Extraordi-
nario e Ministro Plenipotenciario da Republica
Francesa na Haya.

Sua Majestade o Rei do Reino Unido da Grã-Bretanha
e Irlanda e dos territorios britannicos d'Alem-mar,
Imperador das Indias :

S. Ex.ª the Right Honourable Sir Edward Fry, G.
C. B., membro do Conselho Privado, Seu Embai-
xador Extraordinario, membro do Tribunal Per-
manente de Arbitragem ;
S. Ex.ª the Right Honourable Sir Ernest Mas-
son Satow, G. C. M. G., membro do Conselho Privado,
membro do Tribunal Permanente de Arbitra-
gem ;
S. Ex.ª the Right Honourable Donal James Mackay,
Baron Reay, G. C. S. I., G. C. I. E., membro
do Conselho Privado, antigo Presidente do Insti-
tuto de Direito Internacional ;
S. Ex.ª Sir Henry Howard, K. C. M. G., C. B.,
Seu Enviado Extraordinario e Ministro Pléni-
potenciario na Haya.

Sua Majestade o Rei dos Hellenos :

S. Ex.ª o Sr. Cléon Rizo Rangabé, Seu Enviado
Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em
Berlim ;
O Sr. Georges Streit, professor de direito interna-
cional na Universidade de Athenas, membro do
Tribunal Permanente de Arbitragem.

O Presidente da Republica da Guatemala :

O Sr. José Tible Machado, Encarregado de Negocios
da Republica na Haya e em Londres, membro
do Tribunal Permanente de Arbitragem ;
O Sr. Enrique Gomez Carillo, Encarregado de
Negocios da Republica em Berlim.

O Presidente da Republica de Haiti :

S. Ex.ª o Sr. Jean Joseph Dalbemar, Enviado Ex-
traordinario e Ministro Plenipotenciario da Re-
publica em Paris ;
S. Ex.ª o Sr. J. N. Léger, Enviado Extraordinario
e Ministro Plenipotenciario da Republica em
Washington ;
O Sr. Pierre Hudicourt, antigo professor de direito
internacional publico, advogado nos tribunales
de Porto Principe.

Sa Majesté le Roi d'Italie :

Son Excellence le Comte Joseph Tornielli Bru-
sati Di Vergano, Sénateur du Royaume, am-
bassadeur de Sa Majesté le Roi à Paris, mem-
bre de la cour permanente d'arbitrage, prési-
dent de la délégation Italienne ;
Son Excellence M. le commandeur Guido Pom-
pilj, député au parlement, sous-secrétaire d'état
au ministère Royal des affaires étrangères ;
M. le commandeur Guido Fusinato, conseiller
d'état, député au parlement, ancien ministre de
l'instruction.

Sa Majesté l'Empereur du Japon :

Son Excellence M. Keiroku Tsudzuki, Son am-
bassadeur extraordinaire et plénipotentiaire ;
Son Excellence M. Aimaro Sato, Son envoyé ex-
traordinaire et ministre plénipotentiaire à La
Haye.

Son Altesse Royale le Grand Duc de Luxembourg,
Duc de Nassau :

Son Excellence M. Eyschen, Son ministre d'état,
président du gouvernement Grand Ducal ;
M. le comte de Villers, chargé d'affaires du Gran-
Duché à Berlin.

Le Président des Etats-Unis Mexicains :

Son Excellence M. Gonzalo A. Esteva, envoyé
extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la
République à Rome ;
Son Excellence M. Sebastian B. de Mier, envoyé
extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la
République à Paris ;
Son Excellence M. Francisco L. de la Barra, en-
voyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire
de la République à Bruxelles et à La Haye.

Son Altesse Royale le Prince de Monténégro :

Son Excellence M. Nelidow, conseiller privé Im-
périal actuel, ambassadeur de Sa Majesté l'Em-
pereur de Toutes les Russies à Paris ;
Son Excellence M. de Martens, conseiller privé
Impérial, membre permanent du conseil du mi-
nistère Impérial des affaires étrangères de Rus-
sie ;
Son Excellence M. Tcharykow, conseiller d'état
Impérial actuel, envoyé extraordinaire et minis-
tre plénipotentiaire de Sa Majesté l'Empereur
de Toutes les Russies à La Haye.

Sa Majesté le Roi de Norvège :

Son Excellence M. Francis Hagerup, ancien pré-
sident du conseil, ancien professeur de droit,
Son envoyé extraordinaire et ministre pléni-
potentiaire à La Haye et à Copenhague, membre
de la cour permanent d'arbitrage.

Le Président de la République de Panama :

M. Belisario Porras.

Le Président de la République du Paraguay :

Son Excellence M. Eusebio Machain, envoyé ex-
traordinaire et ministre plénipotentiaire de la
République à Paris ;
M. le comte G. Du Monceau de Bergendal, con-
sul de la République à Bruxelles.

Sa Majesté la Reine des Pays-Bas :

M. W. H. de Beaufort, Son ancien ministre des
affaires étrangères, membre de la seconde cham-
bre des états-généraux ;
Son Excellence M. T. M. C. Asser, Son ministre
d'état, membre du conseil d'état, membre de la
cour permanente d'arbitrage ;
Son Excellence le Jonkheer J. C. C. den Beer
Poortugael, lieutenant-général en retraite, ancien
ministre de la guerre, membre du conseil d'état ;
Son Excellence le Jonkheer J. A. Roell, Son aide
de camp en service extraordinaire, vice-amiral
en retraite, ancien ministre de la marine ;
M. J. A. Loeff, Son ancien ministre de la justice,
membre de la seconde chambre des états gé-
néraux.

Le Président de la République du Pérou :

Son Excellence M. Carlos G. Candamo, envoyé
extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la
République à Paris et à Londres, membre de la
cour permanente d'arbitrage.

Sa Majesté Impériale le Schah de Perse :

Son Excellence Samad Khan Momtazos Saltaneh,
Son envoyé extraordinaire et ministre pléni-
potentiaire à Paris, membre de la cour permanente
d'arbitrage ;
Son Excellence Mirza Ahmed Khan Sadigh Ul
Mulk, Son envoyé extraordinaire et ministre
plénipotentiaire à La Haye.

Sa Majesté le Roi de Portugal et des Algarves, etc. :

Son Excellence M. le marquis de Soveral, Son
conseiller d'état, pair du Royaume, ancien mi-
nistre des affaires étrangères, Son envoyé ex-
traordinaire et ministre plénipotentiaire à Lon-
dres, Son ambassadeur extraordinaire et pléni-
potentiaire ;

Sua Majestade o Rei de Italia:

S. Ex.^a o Conde Joseph Tornielli Brusati di Vergano, Senador do Reino, Embaixador de Sua Majestade o Rei em Paris, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem, Presidente da Delegação Italiana;

S. Ex.^a o Sr. Commendador Guido Pompilj, Deputado do Parlamento, Sub-Secretario de Estado no Ministerio Real dos Negocios Estrangeiros;

O Sr. Commendador Guido Fusinato, Conselheiro de Estado, Deputado do Parlamento, antigo Ministro de Instrucção.

Sua Majestade o Imperador do Japão:

S. Ex.^a o Sr. Keiroku Tsudzuki, Seu Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario;

S. Ex.^a o Sr. Aimaro Sato, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya.

Sua Alteza Real o Grão Duque de Luxemburgo Duque de Nassau:

S. Ex.^a o Sr. Eyschen, Seu Ministro de Estado, Presidente do Governo Grão-Ducal;

O Sr. Conde de Villers, Encarregado de Negocios do Grão-Ducado em Berlim.

O Presidente dos Estados-Unidos Mexicanos:

S. Ex.^a o Sr. Gonzalo A. Esteva, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Roma;

S. Ex.^a o Sr. Sebastian B. de Mier, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Paris;

S. Ex.^a o Sr. Francisco L. de la Barra, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Bruxellas e na Haya.

Sua Alteza Real o Principe de Montenegro:

S. Ex.^a o Sr. Neliđow, Conselheiro Privado Imperial actual, Embaixador de Sua Majestade o Imperador de Todas as Russias em Paris;

S. Ex.^a o Sr. de Martens, Conselheiro Privado Imperial, membro permanente do Conselho do Ministerio Imperial dos Negocios Estrangeiros da Russia;

S. Ex.^a o Sr. Tcharykow, Conselheiro de Estado Imperial actual, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de Sua Majestade o Imperador de Todas as Russias na Haya.

Sua Majestade o Rei da Noruega:

S. Ex.^a o Sr. Francis Hagerup, antigo Presidente do Conselho, antigo professor de direito, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya e em Copenhague, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.

O Presidente da Republica de Panamá:

O Sr. Belisario Porras.

O Presidente da Republica do Paraguay:

S. Ex.^a o Sr. Eusebio Machain, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Paris;

O Sr. Conde G. Du Monceau de Bergendal, Consul da Republica em Bruxellas.

Sua Majestade a Rainha dos Países Baixos:

O Sr. W. H. de Beaufort, Seu antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros, membro da segunda camara dos Estados Geraes;

S. Ex.^a o Sr. T. M. C. Asser, Seu Ministro de Estado, membro do Conselho de Estado, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;

S. Ex.^a o Jonkheer J. C. C. den Beer Poortugael tenente-general reformado, antigo Ministro da Guerra, membro do Conselho de Estado;

S. Ex.^a o Jonkheer J. A. Roëll, Seu ajudante de campo em serviço extraordinario, Vice-almirante reformado, antigo Ministro da Marinha;

O Sr. J. A. Loeff, Seu antigo ministro da Justiça, membro da segunda Camara dos Estados Geraes.

Presidente da Republica do Peru:

S. Ex.^a o Sr. Carlos G. Candamo, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Paris e Londres, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.

Sua Majestade Imperial o Schah da Persia:

S. Ex.^a Samad Khan Momtazos Saltaneh, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Paris, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;

S. Ex.^a Mirza Ahmed Khan Sadig Ul Mulk, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya.

Sua Majestade o Rei de Portugal e dos Algarves:

S. Ex.^a o Sr. Marquês de Soveral, Seu Conselheiro de Estado, Par do Reino, antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Londres, Seu Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario;

Son Excellence M. le comte de Selir, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye;

Son Excellence M. Alberto de Oliveira, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Berne.

Sa Majesté le Roi de Roumanie:

Son Excellence M. Alexandre Beldiman, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Berlin;

Son Excellence M. Edgar Mavrocordato, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Sa Majesté l'Empereur de toutes les Russies:

Son Excellence M. Nelidow, Son conseiller privé actuel, Son ambassadeur à Paris;

Son Excellence M. de Martens, Son conseiller privé, membre permanent du conseil du ministère Impérial des affaires étrangères, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. Tcharykow, Son conseiller d'état actuel, Son chambellan, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Le Président de la République du Salvador:

M. Pedro I. Matheu, chargé d'affaires de la République à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage;

M. Santiago Perez Triana, chargé d'affaires de la République à Londres.

Sa Majesté le Roi de Serbie:

Son Excellence M. Sava Grouitch, général, président du conseil d'état;

Son Excellence M. Milovan Milovanovitch, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Rome, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. Michel Militchevitch, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Londres et à la Haye.

Sa Majesté le Roi de Siam:

Mom Chatidej Udom, major-général;

M. C. Corragioni d'Orelli, Son conseiller de légation;

Luang Bhuvanarth Narubal, capitaine.

Sa Majesté le Roi de Suède, des Goths et des Vendes:

Son Excellence M. Knut Hjalmar Leonard Hammarskjöld, Son ancien Ministre de la justice, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Copenhague, membre de la cour permanente d'arbitrage;

M. Johannes Hellner, Son ancien ministre sans portefeuille, ancien membre de la cour suprême de Suède, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Conseil Fédéral Suisse:

Son Excellence M. Gaston Carlin, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la Confédération Suisse à Londres et à la Haye;

M. Eugène Borel, colonel d'état major-général, professeur à l'université de Genève;

M. Max Huber, professeur de droit à l'université de Zurich.

Sa Majesté l'Empereur des Ottomans:

Son Excellence Turkhan Pacha, Son ambassadeur extraordinaire, ministre de l'evkaf;

Son Excellence Rechid Bey, Son ambassadeur à Rome;

Son Excellence Mehemed Pacha, vice-amiral.

Le Président de la République Orientale de l'Uruguay:

Son Excellence M. José Battle y Ordoñez, ancien président de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. Juan P. Castro, ancien président du sénat, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président des Etats-Unis de Vénézuéla:

M. José Gil Fortoul, chargé d'affaires de la République à Berlin.

Lesquels, après avoir déposé leurs pleins pouvoirs, trouvés en bonne et due forme, sont convenus de ce qui suit:

ARTICLE PREMIER

Les Puissances contractantes donneront à leurs forces armées de terre des instructions qui seront conformes au Règlement concernant les lois et coutumes de la guerre sur terre, annexé à la présente Convention.

ARTICLE 2

Les dispositions contenues dans le Règlement visé à l'article 1^{er} ainsi que dans la présente Convention ne sont

S. Ex.^a o Sr. Conde Selir, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya;

S. Ex.^a o Sr. Alberto de Oliveira, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Berne.

Sua Majestade o Rei da Romania:

S. Ex.^a o Sr. Alexandre Beldiman, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Berlim;

S. Ex.^a o Sr. Edgard Mavrocordato, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya.

Sua Majestade o Imperador de Todas as Russias:

S. Ex.^a o Sr. Nelidow, Seu Conselheiro privado actual, Seu Embaixador em Paris;

S. Ex.^a o Sr. de Martens, Seu Conselheiro privado, membro permanente do Conselho do Ministerio Imperial dos Negocios Estrangeiros, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;

S. Ex.^a o Sr. Tcharykow, Seu Conselheiro de Estado, Seu Camarista, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya.

O Presidente da Republica do Salvador:

O Sr. Pedro I. Matheu, Encarregado de Negocios da Republica em Paris, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;

O Sr. Santiago Perez Triana, Encarregado de Negocios da Republica em Londres.

Sua Majestade o Rei da Servia:

S. Ex.^a o Sr. Sava Grouitch, general, Presidente do Conselho do Estado;

S. Ex.^a o Sr. Milovan Milovanovitch, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Roma, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;

S. Ex.^a o Sr. Michel Militchevitch, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Londres e na Haya.

Sua Majestade o Rei de Sião:

Mom Chatidej Udom, major-general;

O Sr. C. Corragioni d'Orelli, Seu Conselheiro de Legação;

Luang Bhuvanarth Narubal, capitão.

Sua Majestade o Rei da Suecia, dos Godos e dos Vendos:

S. Ex.^a o Sr. Knut Hjalmar Leonard Hammarskjöld, Seu antigo Ministro da Justiça, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Copenhague, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;

O Sr. Johannes Hellner, Seu antigo Ministro sem pasta, antigo membro do Supremo Tribunal da Suecia, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.

O Conselho Federal Suíço:

S. Ex.^a o Sr. Gaston Carlin, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Confederação Suíça em Londres e na Haya;

O Sr. Eugène Borel, coronel do Estado Maior General, professor da Universidade de Genebra.

O Sr. Max Huber, professor de direito na Universidade de Zurich.

Sua Majestade o Imperador dos Ottomanos:

S. Ex.^a Turkhan Pachá, Seu Embaixador Extraordinario, Ministro do Evkaf;

S. Ex.^a Rechid Bey, Seu Embaixador em Roma;

S. Ex.^a Mehemed Pachá, Vice-almirante.

O Presidente da Republica Oriental do Uruguay:

S. Ex.^a o Sr. José Battle y Ordoñez, antigo Presidente da Republica, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;

S. Ex.^a o Sr. Juan P. Castro, antigo Presidente do Senado, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Paris, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.

O Presidente dos Estados Unidos de Venezuela:

O Sr. José Gil Fortoul, Encarregado de Negocios da Republica em Berlim.

Os quaes, tendo depositado os seus plenos poderes, achados em boa e devida forma, convieram nas seguintes disposições:

ARTIGO 1.º

As Potências contractantes darão ás suas forças armadas terrestres instrucções em conformidade do Regulamento relativo ás leis e costumes das guerras terrestres, annexo á presente Convenção.

ARTIGO 2.º

As disposições contidas no Regulamento a que se refere o artigo primeiro, bem como na presente Conven-

applicables qu'entre les Puissances contractantes et seulement si les belligérants sont tous parties à la Convention.

ARTICLE 3

La Partie belligérante qui violerait les dispositions du dit Règlement sera tenue à indemnité, s'il y a lieu. Elle sera responsable de tous actes commis par les personnes faisant partie de sa force armée.

ARTICLE 4

La présente Convention dûment ratifiée remplacera, dans les rapports entre les Puissances contractantes, la Convention du 29 juillet 1899 concernant les lois et coutumes de la guerre sur terre.

La Convention de 1899 reste en vigueur dans les rapports entre les Puissances qui l'ont signée et qui ne ratifieraient pas également la présente Convention.

ARTICLE 5

La présente Convention sera ratifiée aussitôt que possible.

Les ratifications seront déposées à La Haye.

Le premier dépôt de ratifications sera constaté par un procès-verbal signé par les représentants des Puissances qui y prennent part et par le Ministre des Affaires Étrangères des Pays-Bas.

Les dépôts ultérieurs de ratifications se feront au moyen d'une notification écrite adressée au Gouvernement des Pays-Bas et accompagnée de l'instrument de ratification.

Copie certifiée conforme du procès-verbal relatif au premier dépôt de ratifications, des notifications mentionnées à l'alinéa précédent ainsi que des instruments de ratification, sera immédiatement remise par les soins du Gouvernement des Pays-Bas et par la voie diplomatique aux Puissances conviées à la Deuxième Conférence de la Paix, ainsi qu'aux autres Puissances qui auront adhéré à la Convention. Dans les cas visés par l'alinéa précédent, edit Gouvernement leur fera connaître en même temps a date à laquelle il a reçu la notification.

ARTICLE 6

Les Puissances non signataires sont admises à adhérer à la présente Convention.

La Puissance qui désire adhérer notifie par écrit son intention au Gouvernement des Pays-Bas en lui transmettant l'acte d'adhésion, qui sera déposé dans les archives dudit Gouvernement.

Ce Gouvernement transmettra immédiatement à toutes les autres Puissances copie certifiée conforme de la notification ainsi que de l'acte d'adhésion, en indiquant la date à laquelle il a reçu la notification.

ARTICLE 7

La présente Convention produira effet, pour les Puissances qui auront participé au premier dépôt de ratifications, soixante jours après la date du procès-verbal de ce dépôt, et, pour les Puissances qui ratifieront ultérieurement ou qui adhéreront, soixante jours après que la notification de leur ratification ou de leur adhésion aura été reçue par le Gouvernement des Pays-Bas.

ARTICLE 8

S'il arrivait qu'une des Puissances contractantes voulut dénoncer la présente Convention, la dénonciation sera notifiée par écrit au Gouvernement des Pays-Bas, qui communiquera immédiatement copie certifiée conforme de la notification à toutes les autres Puissances en leur faisant savoir la date à laquelle il l'a reçue.

La dénonciation ne produira ses effets qu'à l'égard de la Puissance qui l'aura notifiée et un an après que la notification en sera parvenue au Gouvernement des Pays-Bas.

ARTICLE 9

Un registre tenu par le Ministère des Affaires Étrangères des Pays-Bas indiquera la date du dépôt de ratifications effectué en vertu de l'article 5, alinéas 3 et 4 ainsi que la date à laquelle auront été reçues les notifications d'adhésion (article 6, alinéa 2) ou de dénonciation (article 8, alinéa 1).

Chaque Puissance contractante est admise à prendre connaissance de ce registre et à en demander des extraits certifiés conformes.

En foi de quoi, les Plénipotentiaires ont revêtu la présente Convention de leurs signatures.

Fait à La Haye, le dix-huit octobre mil neuf cent sept, en un seul exemplaire, qui restera déposé dans les archives du Gouvernement des Pays-Bas et dont des copies, certifiées conformes, seront remises par la voie diplomatique aux Puissances qui ont été conviées à la Deuxième Conférence de la Paix.

1. Pour l'Allemagne:
Marschall.
Kriege.

Sous réserve de l'article 44 du Règlement annexé.

2. Pour les Etats Unis d'Amérique:
Joseph H. Choate.
Horace Porter.
U. M. Rose.
David Jayne Hill.
C. S. Sperry.
William I. Buchanan.

ção, não serão applicaveis senão entre as Potencias contractantes e unicamente no caso dos belligerantes serem todos partes na Convenção.

ARTIGO 3.º

A Parte belligerante que violar as disposições do referido Regulamento será obrigada a indemnização, se houver logar para isso.

Será tambem responsavel por todos os actos praticados pelas pessoas que fizerem parte da sua força armada.

ARTIGO 4.º

A presente Convenção, devidamente ratificada, substituirá, nas relações entre as Potencias contractantes, a Convenção de 29 de julho de 1899 relativa ás leis e costumes da guerra terrestre.

A Convenção de 1899 continuará vigorando nas relações entre as Potencias que, tendo-a assinado, não ratificarem a presente Convenção.

ARTIGO 5.º

A presente Convenção será ratificada no mais breve prazo possível.

As ratificações serão depositadas na Haya.

O primeiro deposito de ratificações será consignado numa acta assinada pelos representantes das potencias que nelle tomarem parte e pelo Ministro dos Negocios Estrangeiros dos Países-Baixos.

Os depositos ulteriores de ratificações serão effectuados por meio de uma notificação escrita dirigida ao Governo dos Países-Baixos e acompanhada do instrumento de ratificação.

Serão immediatamente remetidas, ao cuidado do Governo dos Países Baixos, e por via diplomatica, ás Potencias convocadas á Segunda Conferencia da Paz, bem como ás outras Potencias que tiverem adherido á Convenção, copias autenticas da acta relativa ao primeiro deposito de ratificações, das notificações mencionadas na alinea anterior, e dos instrumentos de ratificação.

Nos casos mencionados na alinea anterior, o mesmo Governo communicará ao mesmo tempo ás referidas Potencias a data em que tiver recebido a notificação.

ARTIGO 6.º

As Potencias não signatarias são admittidas a adherir á presente Convenção.

A Potencia que desejar adherir notificará por escrito a sua intenção ao Governo dos Países Baixos transmittindo-lhe o acto de adhesão, que será depositado nos archivos do dito Governo.

Este Governo transmittirá immediatamente a todas as outras Potencias copia autentica da notificação bem como do acto de adhesão, indicando a data em que tiver recebido a notificação.

ARTIGO 7.º

A presente Convenção produzirá seus effectos, para as Potencias que tiverem tomado parte no primeiro deposito de ratificações, sessenta dias depois da data da acta d'esse deposito, e para as Potencias que ratificarem ulteriores ou adherirem, sessenta dias depois de ter sido recebida pelo Governo dos Países Baixos a notificação da ratificação ou da adhesão.

ARTIGO 8.º

No caso de uma das Potencias contractantes querer denunciar a presente convenção, a denunciação será notificada por escrito ao Governo dos Países Baixos, que communicará immediatamente a todas as outras Potencias copia autentica da notificação, fazendo-lhes saber a data em que a tiver recebido.

A denunciação não produzirá seus effectos senão com respeito á Potencia que a tiver notificado, e um anno depois da notificação ter sido recebida pelo Governo dos Países Baixos.

ARTIGO 9.º

Um registo, a cargo do Ministerio dos Negocios Estrangeiros dos Países Baixos indicará a data do deposito de notificação realizado em virtude do artigo 5.º, alinéas 3 e 4, bem como a data em que tiverem sido recebidas as notificações de adhesão (artigo 6.º, alinea 2) ou de denunciação (artigo 8.º, alinea 1).

Cada uma das Potencias contractantes será admittida a tomar conhecimento d'esse registo e a pedir extractos autenticos do mesmo.

Em fé do que, os Plenipotenciarios appuseram na presente convenção as suas assinaturas.

Feito na Haya, em dezoito de outubro de mil novecentos e sete, em um unico exemplar, que ficará depositado nos archivos do Governo dos Países Baixos, e do qual serão enviadas, por via diplomatica, copias autenticas ás Potencias que foram convocadas á Segunda Conferencia da Paz.

1 Pela Allemanha:
Marschall.
Kriege.

Sob reserva do artigo 44.º do Regulamento annexo.

2 Pelos Estados Unidos da America:
Joseph H. Choate.
Horace Porter.
U. M. Rose.
David Jayne Hill.
C. S. Sperry.
William I. Buchanan.

3. Pour l'Argentine:
Roque Saenz Peña.
Luis M. Drago.
C. Ruez Larreta.

4. Pour l'Autriche-Hongrie:
Mérey.
Bon Macchio.

Sous réserve de la déclaration faite dans la séance plénière de la Conférence du 17 août 1907.

5. Pour la Belgique:
A. Beernaert.
J. Van den Heuvel.
Guillaume.

6. Pour la Bolivie:
Claudio Pinilla.

7. Pour le Brésil:
Ruy Barbosa.
E. Lisboa.

8. Pour la Bulgarie:
Général-Major *Vinaroff.*
Iv. Karandjoulloff.

9. Pour le Chili:
Domingo Gana.
Augusto Matte.
Carlos Concha.

10. Pour la Chine:

11. Pour la Colombie:
Jorge Holguin.
S. Perez Triana.
M. Vargas.

12. Pour la République de Cuba:
Antonio S. de Bustamante.
Gonzalo de Quesada.
Manuel Sanguily.

13. Pour le Danemark:
C. Brun.

14. Pour la République Dominicaine:
Dr. Henriquez y Carvajal.
Apolinar Tejera.

15. Pour l'Equateur:
Victor M. Rendon.
E. Dorn y de Alsia.

16. Pour l'Espagne:

17. Pour la France:
Leon Bourgeois.
d'Estournelles de Constant.
L. Renault.
Marcellin Pellet.

18. Pour la Grande-Bretagne.
Edw. Fry.
Ernest Satow.
Reay.
Henry Howard.

19. Pour la Grèce.
Cléon Rizo Rangabé.
Georges Streit.

20. Pour le Guatemala:
José Tible Machado.

21. Pour le Haiti.
Dalbemar Jr Joseph.
J. N. Léger.
Pierre Hudicourt.

22. Pour l'Italie:
Pompili.
G. Fusinato.

23. Pour le Japon:
Aimaro Sato.

Avec réserve de l'article 44.

24. Pour le Luxembourg:
Eyschen.
Cte. de Villers.

25. Pour le Mexique:
G. A. Esteva.
S. B. de Mier.
F. L. de la Barra.

26. Pour le Monténégro:
Nelidow.
Martens.
N. Tcharykow.

Sous réserves formulées à l'article 44 du Règlement

- 3 Pela Argentina :
Roque Saenz Peña.
Luis M. Drago.
C. Ruez Larreta.
- 4 Pela Austria-Hungria :
Nérey.
Bon Macchio.
- Sob reserva da declaração feita na sessão plenaria da Conferencia de 17 de agosto de 1907.
- 5 Pela Belgica :
A. Beernaert.
J. Van den Heuvel.
Guillaume.
- 6 Pela Bolivia :
Claudio Pinilla.
- 7 Pelo Brasil :
Ruy Barbosa.
E. Lisboa.
- 8 Pela Bulgaria :
General-Major Vinaroff.
Iv. Karandjoulloff.
- 9 Pelo Chili :
Domingo Gana.
Augusto Matte.
Carões Concha.
- 10 Pela China :
- 11 Pela Colombia :
Jorge Holguin.
S. Perez Triana.
M. Vargas.
- 12 Pela Republica de Cuba :
Antonio S. de Bustamante.
Gonsalo de Quesada.
Manuel Sanguliy.
- 13 Pela Dinamarca :
C. Brun.
- 14 Pela Republica Dominicana :
Dr. Henriquez y Carvajal.
Apolinar Tejera.
- 15 Pelo Ecuador :
Victor M. Rendon.
E. Dorn y de Alsua.
- 16 Pela Espanha :
- 17 Pela França :
Léon Bourgeois.
D'Estournelles de Constant.
L. Renault.
Marcellin Pellet.
- 18 Pela Grã-Bretanha :
Edu. Fry.
Ernest Satow.
Reay.
Henry Howard.
- 19 Pela Grecia :
Cléon Rizo Rangabé.
Georges Streit.
- 20 Pelo Guatemala :
José Tible Machado.
- 21 Pelo Haiti :
Dalbemar Jn Joseph.
J. N. Léger.
Pierre Hudicourt.
- 22 Pela Italia :
Pompilj.
G. Fusinato.
- 23 Pelo Japão :
Aimaro Sato.
- Com a reserva do artigo 44.º.
- 24 Pelo Luxemburgo :
Eyschen.
C. de Villers.
- 25 Pelo Mexico :
G. A. Esteva.
S. B. de Mier.
F. L. de la Barra.
- 26 Pelo Montenegro :
Nelidow.
Martens.
N. Tcharykow.
- Sob, as reservas formuladas no artigo 44.º do Regula-

- annexé à la présente Convention et consignées au procès-verbal de la quatrième séance plénière du 17 août 1907.
27. Pour le Nicaragua :
28. Pour la Norvège :
F. Hagerup.
29. Pour le Panama :
B. Porras.
30. Pour le Paraguay :
G. Du Monceau.
31. Pour les Pays-Bas :
W. H. de Beaufort.
T. M. C. Asser.
den Beer Poortugael.
J. A. Roell.
J. A. Loeff.
32. Pour le Pérou :
C. G. Candamo.
33. Pour la Perse :
Montazos-Saltaneh M. Samad Khan.
Sadigh ul Mulk M. Ahmed Khan.
34. Pour le Portugal :
Marquis de Soveral.
Conde de Selir.
Alberto d'Oliveira.
35. Pour la Roumanie :
Edg. Mavrocordato.
36. Pour la Russie :
Nelidow.
Martens.
N. Tcharykow.
- Sous réserves formulées à l'article 44 du Règlement annexé à la présente Convention et consignées au procès-verbal de la quatrième séance plénière du 17 août 1907.
37. Pour le Salvador :
P. J. Mathau.
S. Perez Triana.
38. Pour la Serbie :
S. Grouitch.
M. G. Milovanovitch.
M. G. Militchevitch.
39. Pour le Siam :
Mom Chatidej Udom.
C. Corragioni d'Orelli.
Luang Bhuvanarth Narubal.
40. Pour la Suède :
K. H. L. Hammarshjöld.
Joh. Hellner.
41. Pour la Suisse :
Carlin.
42. Pour la Turquie :
Turkhan.
- Sous réserve de l'article 3º
43. Pour l'Uruguay :
José Batlle y Ordonez.
44. Pour le Vénézuéla :
J. Gil Fortoul.

- mênto annexo da presente Convenção e consignadas na acta da 4.ª sessão plenaria de 17 de agosto de 1907.
- 27 Pelo Nicaragua :
- 28 Pela Noruega :
F. Hagerup.
- 29 Pelo Panamá :
B. Porras.
- 30 Pelo Paraguay :
G. du Monceau.
- 31 Pelos Paizes-Baixos :
W. H. de Beaufort.
T. M. C. Asser.
Den Beer Poortugael.
J. A. Roell.
J. A. Loeff.
- 32 Pelo Peru :
C. G. Candamo.
- 33 Pela Persia :
Montazos-Saltaneh M. Samad Khan.
Sadigh ul Mulk M. Ahmed Khan.
- 34 Por Portugal :
Marquês de Soveral.
Conde de Selir.
Alberto d'Oliveira.
- 35 Pela Romaniaia :
Edg. Mavrocordato.
- 36 Pela Russia :
Nelidow.
Martens.
N. Tcharykow.
- Sob reservas formuladas ao artigo 44.º do Regulamento annexo da presente Convenção e consignados na acta da 4.ª sessão plenaria de 17 de agosto de 1907.
- 37 Pelo Salvador :
P. J. Mathau.
S. Perez Triana.
- 38 Pela Servia :
S. Grouitch.
M. G. Milovanovitch.
M. G. Militchevitch.
- 39 Pelo Sião :
Mom Chatidej Udom.
C. Corragioni d'Orelli.
Luang Bhuvanarth Narubal.
- 40 Pela Suecia :
K. H. L. Hammarshjöld.
Joh. Hellner.
- 41 Pela Suissa :
Carlin.
- 42 Pela Turquia :
Turkhan.
- Sob reserva do artigo 3.º
- 43 Pelo Uruguay :
José Batlle y Ordonez.
- 44 Por Venezuela :
J. Gil Fortoul.

Annexe à la convention

Annexo á Convenção

Règlement concernant les lois et coutumes de la guerre sur terre

Regulamento relativo ás leis e costumes da guerra terrestre

SECTION I

SECÇÃO I

Des belligérants

Dos belligerentes

CHAPITRE I

CAPITULO I

De la qualité de belligérant

Da qualidade de belligerante

ARTICLE PREMIER

ARTIGO 1.º

Les lois, les droits et les devoirs de la guerre ne s'appliquent pas seulement à l'armée, mais encore aux milices et aux corps de volontaires réunissant les conditions suivantes :

As leis, os direitos e os deveres da guerra não se applicam unicamente aos exercitos mas tambem ás milicias e aos corpos de voluntarios que reunam as seguintes condições :

- 1.º d'avoir à leur tête une personne responsable pour ses subordonnés ;
- 2.º d'avoir un signe distinctif fixe et reconnaissable à distance ;
- 3.º de porter les armes ouvertement et ;
- 4.º de se conformer dans leurs opérations aux lois et coutumes de la guerre.

- 1.ª Terem á sua frente uma pessoa responsavel pelos seus subordinados ;
- 2.ª Terem um sinal distinctivo fixo, que se reconheça a distancia ;
- 3.ª Usarem armas abertamente ;
- 4.ª Respeitarem, nas suas operações, as leis e costumes da guerra.

Dans les pays où les milices ou des corps de volontaires constituent l'armée ou en font partie, ils sont compris sous la dénomination d'armée.

Nos países onde as milicias ou os corpos de voluntarios constituirem ou fizerem parte do exercito, esses corpos e milicias serão comprehendidos na designação de « exercito ».

ARTICLE 2

La population d'un territoire non occupé qui, à l'approche de l'ennemi, prend spontanément les armes pour combattre les troupes d'invasion sans avoir eu le temps de s'organiser conformément à l'article premier, sera considérée comme belligérante si elle porte les armes ouvertement et si elle respecte les lois et coutumes de la Guerre.

ARTICLE 3

Les forces armées des Parties belligérantes peuvent se composer de combattants et de non-combattants. En cas de capture par l'ennemi, les uns et les autres ont droit au traitement des prisonniers de guerre.

CHAPITRE II

Des prisonniers de guerre

ARTICLE 4

Les prisonniers de guerre sont au pouvoir du Gouvernement ennemi, mais non des individus ou des corps qui les ont capturés.

Ils doivent être traités avec humanité.

Tout ce qui leur appartient personnellement, excepté les armes, les chevaux et les papiers militaires, reste leur propriété.

ARTICLE 5

Les prisonniers de guerre peuvent être assujettis à l'internement dans une ville, forteresse, camp ou localité quelconque, avec obligation de ne pas s'en éloigner au delà de certaines limites déterminées; mais ils ne peuvent être enfermés que par mesure de sûreté indispensable, et seulement pendant la durée des circonstances qui nécessitent cette mesure.

ARTICLE 6

L'Etat peut employer, comme travailleurs, les prisonniers de guerre, selon leur grade et leurs aptitudes, à l'exception des officiers. Ces travaux ne seront pas excessifs et n'auront aucun rapport avec les opérations de la guerre.

Les prisonniers peuvent être autorisés à travailler pour le compte d'administrations publiques ou de particuliers, ou pour leur propre compte.

Les travaux faits pour l'Etat sont payés d'après les tarifs en vigueur pour les militaires de l'armée nationale exécutant les mêmes travaux, ou, s'il n'en existe pas, d'après un tarif en rapport avec les travaux exécutés.

Lorsque les travaux ont lieu pour le compte d'autres administrations publiques ou pour des particuliers, les conditions en sont réglées d'accord avec l'autorité militaire.

Le salaire des prisonniers contribuera à adoucir leur position, et le surplus leur sera compté au moment de leur libération, sauf défalcation des frais d'entretien.

ARTICLE 7

Le Gouvernement au pouvoir duquel se trouvent les prisonniers de guerre est chargé de leur entretien.

A défaut d'une entente spéciale entre les belligérants, les prisonniers de guerre seront traités pour la nourriture, le couchage et l'habillement, sur le même pied que les troupes du Gouvernement qui les aura capturés.

ARTICLE 8

Les prisonniers de guerre seront soumis aux lois, règlements et ordres en vigueur dans l'armée de l'Etat au pouvoir duquel ils se trouvent. Tout acte d'insubordination autorise, à leur égard, les mesures de rigueur nécessaires.

Les prisonniers évadés, qui seraient repris avant d'avoir pu rejoindre leur armée ou avant de quitter le territoire occupé par l'armée qui les aura capturés, sont passibles de peines disciplinaires.

Les prisonniers qui, après avoir réussi à s'évader, sont de nouveau faits prisonniers, ne sont passibles d'aucune peine pour la fuite antérieure.

ARTICLE 9

Chaque prisonnier de guerre est tenu de déclarer, s'il est interrogé à ce sujet, ses véritables noms et grade et, dans le cas où il enfreindrait cette règle, il s'exposerait à une restriction des avantages accordés aux prisonniers de guerre de sa catégorie.

ARTICLE 10

Les prisonniers de guerre peuvent être mis en liberté sur parole, si les lois de leur pays les y autorisent, et, en pareil cas, ils sont obligés, sous la garantie de leur honneur personnel, de remplir scrupuleusement, tant vis-à-vis de leur propre Gouvernement que vis-à-vis de celui qui les a faits prisonniers, les engagements qu'ils auraient contractés.

Dans le même cas, leur propre Gouvernement est tenu de n'exiger ni accepter d'eux aucun service contraire à la parole donnée.

ARTICLE 11

Un prisonnier de guerre ne peut être contraint d'accepter sa liberté sur parole; de même le Gouvernement ennemi n'est pas obligé d'accéder à la demande du prisonnier réclamant sa mise en liberté sur parole.

ARTICLE 12

Tout prisonnier de guerre, libéré sur parole et repris portant les armes contre le Gouvernement envers lequel il s'était engagé d'honneur, ou contre les alliés de celui-ci,

ARTIGO 2.º

Os habitantes de um territorio não occupado, que, ao aproximar-se o inimigo, pegarem espontaneamente em armas para combater as forças invasoras, sem terem tido o tempo preciso para se organizar em conformidade do artigo 1.º, serão considerados belligerantes quando usarem armas abertamente e respeitarem as leis e costumes da guerra.

ARTIGO 3.º

As forças armadas das Partes belligerantes poderão compor-se de combatentes e de não combatentes. No caso de captura por parte do inimigo, uns e outros terão direito ao tratamento de prisioneiros de guerra.

CAPITULO II

Dos prisioneiros de guerra

ARTIGO 4.º

Os prisioneiros de guerra ficam em poder do Governo inimigo, mas não dos indivíduos ou corpos que os capturam.

Devem ser tratados com humanidade.

Tudo o que lhes pertence pessoalmente, exceptuando armas, cavallos e papeis militares, continua sendo propriedade sua.

ARTIGO 5.º

Os prisioneiros de guerra podem ser internados em qualquer cidade, fortaleza, campo ou localidade, com a obrigação de não se afastarem além de determinados limites; mas não podem ser mettidos em prisão senão por indispensavel medida de segurança e somente emquanto durarem as circunstancias que tiverem tornado necessaria essa providencia.

ARTIGO 6.º

O Estado pode empregar em trabalhos os prisioneiros de guerra, segundo os seus postos e aptidões, excepto os officiaes. E-esses trabalhos não serão excessivos nem terão relação alguma com as operações da guerra.

Os prisioneiros podem ser autorizados a trabalhar por conta de administrações publicas ou de particulares, ou por sua propria conta.

Os trabalhos feitos para o Estado serão pagos segundo as tarifas vigentes para os militares nacionaes empregados nos mesmos trabalhos, e, não existindo taes tarifas, será o pagamento regulado em proporção dos trabalhos executados.

Quando os trabalhos forem feitos por conta de outras administrações publicas ou de particulares, as condições serão reguladas de acordo com a autoridade militar.

O salario dos prisioneiros de guerra contribuirá para suavisar a sua situação, e o saldo ser-lhe-á entregue no momento de serem postos em liberdade, deduzidas as despesas da sua manutenção.

ARTIGO 7.º

O Governo em poder do qual estiverem os prisioneiros de guerra terá a seu cargo a manutenção d'elles.

Salvo acordo especial entre os belligerantes, os prisioneiros de guerra serão tratados, no que diz respeito a alimentação, cama e vestuario, nas mesmas condições em que o forem as tropas do Governo que os capturou.

ARTIGO 8.º

Os prisioneiros de guerra ficarão sujeitos ás leis, regulamentos e ordens em vigor no exercito do Estado em poder do qual se encontrarem. Qualquer acto de insubordinação autorizará, a seu respeito, as providencias de rigor necessarias.

Os prisioneiros evadidos e recapturados antes de terem conseguido alcançar o seu exercito, ou sair do territorio occupado pelo exercito que os houver capturado, incorrerão em penas disciplinares.

Os prisioneiros que, depois de terem conseguido evadir-se, forem de novo capturados, não incorrerão em nenhuma pena pela fuga anterior.

ARTIGO 9.º

Todo o prisioneiro de guerra será obrigado a declarar, se o interrogarem a tal respeito, quaes os seus nomes verdadeiros e o seu posto, e no caso de infracção d'esta regra, expõe-se a uma restricção das vantagens concedidas aos prisioneiros de guerra da sua categoria.

ARTIGO 10.º

Os prisioneiros de guerra poderão ser postos em liberdade sob palavra, se as leis do seu país a isso os autorizarem e em tal caso, ficam obrigados a cumprir escrupulosamente, e sob garantia da sua honra, tanto para com o seu Governo, como para com o Governo que os tiver feito prisioneiros, todos os compromissos que houverem tomado.

No mesmo caso, o seu proprio Governo tem obrigação de não exigir nem aceitar d'elles serviço algum contrario á palavra dada.

ARTIGO 11.º

Um prisioneiro de guerra não pode ser constrangido a aceitar a liberdade sob palavra, nem o Governo inimigo é obrigado a deferir o pedido do prisioneiro que reclame a sua liberdade sob palavra.

ARTIGO 12.º

Todo o prisioneiro de guerra, livre sob palavra, que for recapturado estando em armas contra o Governo para com o qual se tiver obrigado sob compromisso de honra, ou

perd le droit au traitement des prisonniers de guerre et peut être traduit devant les tribunaux.

ARTICLE 13

Les individus qui suivent une armée sans en faire directement partie, tels que les correspondants et les reporters de journaux, les vivandiers, les fournisseurs, qui tombent au pouvoir de l'ennemi et que celui-ci juge utile de détenir, ont droit au traitement des prisonniers de guerre, à condition qu'ils soient munis d'une légitimation de l'autorité militaire de l'armée qu'ils accompagnaient.

ARTICLE 14

Il est constitué, dès le début des hostilités, dans chacun des Etats belligérants, et, le cas échéant, dans les pays neutres qui auront recueilli des belligérants sur leur territoire, un bureau de renseignements sur les prisonniers de guerre. Ce bureau, chargé de répondre à toutes les demandes qui les concernent, reçoit des divers services compétents toutes les indications relatives aux internements et aux mutations, aux mises en liberté sur parole, aux échanges, aux évasions, aux entrées dans les hôpitaux, aux décès, ainsi que les autres renseignements nécessaires pour établir et tenir à jour une fiche individuelle pour chaque prisonnier de guerre. Le bureau devra porter sur cette fiche le numéro matricule, les nom et prénom, l'âge, le lieu d'origine, le grade, les corps de troupe, les blessures, la date et le lieu de la capture, de l'internement, des blessures et de la mort, ainsi que toutes les observations particulières. La fiche individuelle sera remise au Gouvernement de l'autre belligérant après la conclusion de la paix.

Le bureau de renseignements est également chargé de recueillir et de centraliser tous les objets d'un usage personnel, valeurs, lettres etc., qui seront trouvés sur les champs de bataille ou délaissés par des prisonniers libérés sur parole, échangés, évadés ou décédés dans les hôpitaux et ambulances, et de les transmettre aux intéressés.

ARTICLE 15

Les sociétés de secours pour les prisonniers de guerre, régulièrement constituées selon la loi de leur pays et ayant pour objet d'être les intermédiaires de l'action charitable, recevront, de la part des belligérants, pour elles et pour leurs agents dûment accrédités, toute facilité, dans les limites tracées par les nécessités militaires et les règles administratives, pour accomplir efficacement leur tâche d'humanité. Les délégués de ces sociétés pourront être admis à distribuer des secours dans les dépôts d'internement, ainsi qu'aux lieux d'étape des prisonniers rapatriés, moyennant une permission personnelle délivrée par l'autorité militaire, et en prenant l'engagement par écrit de se soumettre à toutes les mesures d'ordre et de police que celle-ci prescrirait.

ARTICLE 16

Les bureaux de renseignements jouissent de la franchise de port. Les lettres, mandats et articles d'argent, ainsi que les colis postaux destinés aux prisonniers de guerre ou expédiés par eux, seront affranchis de toutes les taxes postales, aussi bien dans les pays d'origine et de destination que dans les pays intermédiaires.

Les dons et secours en nature destinés aux prisonniers de guerre seront admis en franchise de tous droits d'entrée et autres, ainsi que des taxes de transport sur les chemins de fer exploités par l'Etat.

ARTICLE 17

Les officiers prisonniers recevront la solde à laquelle ont droit les officiers de même grade du pays où ils sont retenus, à charge de remboursement par leur Gouvernement.

ARTICLE 18

Toute latitude est laissée aux prisonniers de guerre pour l'exercice de leur religion, y compris l'assistance aux offices de leur culte, à la seule condition de se conformer aux mesures d'ordre et de police prescrites par l'autorité militaire.

ARTICLE 19

Les testaments des prisonniers de guerre sont reçus ou dressés dans les mêmes conditions que pour les militaires de l'armée nationale.

On suivra également les mêmes règles en ce qui concerne les pièces relatives à la constatation des décès, ainsi que pour l'inhumation des prisonniers de guerre, en tenant compte de leur grade et de leur rang.

ARTICLE 20

Après la conclusion de la paix, le rapatriement des prisonniers de guerre s'effectuera dans le plus bref délai possible.

CHAPITRE III

Des maladies et des blessés

ARTICLE 21

Les obligations des belligérants concernant le service des malades et des blessés sont régies par la Convention de Genève.

contra os aliados d'este, perderá o direito ao tratamento de prisioneiro de guerra, e poderá ser entregue aos tribunais.

ARTIGO 13.º

Os indivíduos que seguem um exercito sem directamente fazer parte d'elle, taes como os correspondentes e reporters de jornaes, os vivandeiros e os fornecedores, que caem em poder do inimigo e que este julgue conveniente deter, teem direito a ser tratados como prisioneiros de guerra, sob condição de possuirem um documento de legitimação passado pela autoridade militar do exercito que acompanharem.

ARTIGO 14.º

Desde o começo das hostilidades será montado, em cada Estado belligerante, e, dado o caso, nos Estados neutros que tiverem recebido belligerantes no seu territorio, uma Repartição de informações sobre os prisioneiros de guerra.

Essa Repartição, encarregada de responder a todos os pedidos que lhes disserem respeito, receberá das diversas estações competentes todas as indicações relativas aos internamentos e transferencias, ás concessões de liberdade sob palavra, ás trocas, evasões, entradas nos hospitaes, fallecimentos, bem como os demais esclarecimentos necessários para estabelecer e ter em dia uma caderneta individual para cada prisioneiro de guerra. Nesse cadastro deverá a Repartição inscrever o numero de matricula, nomes e appellidos, idade, logar de origem, posto, corpo de exercito, ferimentos, data e logar da prisão, do internamento, dos ferimentos e da morte, bem como todas as observações particulares.

A caderneta individual será entregue, depois de feita a paz, ao Governo do outro belligerante.

A Repartição de informações incumbe igualmente recolher e centralizar todos os objectos de uso pessoal, valores, cartas etc., encontrados nos campos de batalha ou deixados pelos prisioneiros libertados sob palavra, permutados, evadidos ou fallecidos nos hospitaes e ambulancias, e remette-los aos interessados.

ARTIGO 15.º

As associações de soccorro aos prisioneiros de guerra, regularmente constituídas segundo a lei do seu país, e tendo por objecto o ser intermediarias da acção caritativa, gozarão, bem como os seus agentes devidamente acreditados, por parte dos belligerantes, e dentro dos limites das exigencias militares e das regras administrativas, de todas as facilidades para o efficaz desempenho da sua missão humanitaria. Os delegados d'estas associações poderão ser admittidos a levar soccorros aos depositos d'internamento e aos locaes de estape dos presos repatriados, mediante licença pessoal dada pela autoridade militar, e obrigando-se por escrito a submeterem-se a todas as prescrições de ordem e de policia que essa autoridade estabelecer.

ARTIGO 16.º

As Repartições de informações gozam de franquia postal. As cartas, vales e valores monetarios, bem como as encomendas postaes destinadas aos prisioneiros de guerra, ou por elles expedidas, serão isentas de toda e qualquer taxa postal, tanto no país de origem e no de destino, como nos países intermediarios.

Os donativos e soccorros em especie, destinados aos prisioneiros de guerra, gozarão da isenção de todos os direitos de entrada e outros, assim como das taxas de transporte nos caminhos de ferro explorados pelo Estado.

ARTIGO 17.º

Os officiaes prisioneiros receberão o soldo a que tiverem direito os officiaes de igual patente do país onde se acharem detidos, com a condição de reembolso por parte do seu Governo.

ARTIGO 18.º

Os prisioneiros de guerra terão inteira liberdade para as praticas da sua religião, inclusive a assistencia aos officios do seu culto, com a unica condição de se conformarem com as providencias de ordem e de policia editadas pela autoridade militar.

ARTIGO 19.º

Os testamentos dos prisioneiros de guerra serão recebidos ou feitos nas mesmas condições em que o forem os dos militares nacionaes.

Seguir-se-hão igualmente as mesmas regras no que diz respeito aos documentos comprovativos dos obitos, bem como para a inhumação dos prisioneiros de guerra, tendendo-se em attenção os seus postos e patentes.

ARTIGO 20.º

Firmada a paz, a repatriação dos prisioneiros de guerra effectuar-se-ha no mais curto prazo possivel.

CAPITULO III

Dos feridos e doentes

ARTIGO 21.º

As obrigações dos belligerantes relativamente ao serviço dos doentes e dos feridos são reguladas pela Convenção de Genebra.

SECTION II

Des hostilités

CHAPITRE I

Des moyens de nuire à l'ennemi, des sieges et des bombardements

ARTICLE 22

Les belligérants n'ont pas un droit illimité quant au choix des moyens de nuire à l'ennemi.

ARTICLE 23

Outre les prohibitions établies par des conventions spéciales, il est notamment interdit :

- a) D'employer du poison ou des armes empoisonnées;
- b) De tuer ou de blesser par trahison des individus appartenant à la nation ou à l'armée ennemie;
- c) De tuer ou de blesser un ennemi qui, ayant mis bas les armes ou n'ayant plus les moyens de se défendre, s'est rendu à discrétion;
- d) De déclarer qu'il ne sera pas fait de quartier;
- e) D'employer des armes, des projectiles ou des matières propres à causer des maux superflus;
- f) D'user indûment du pavillon parlementaire, du pavillon national ou des insignes militaires et de l'uniforme de l'ennemi, ainsi que des signes distinctifs de la Convention de Genève;
- g) De détruire ou de saisir des propriétés ennemies, sauf les cas où ces destructions ou ces saisies seraient impérieusement commandées par les nécessités de la guerre;
- h) De déclarer éteints, suspendus ou non recevables en justice, les droits et actions des nationaux de la Partie adverse.

Il est également interdit à un belligérant de forcer les nationaux de la Partie adverse à prendre part aux opérations de guerre dirigées contre leur pays, même dans le cas où ils auraient été à son service avant le commencement de la guerre.

ARTICLE 24

Les ruses de guerre et l'emploi des moyens nécessaires pour se procurer des renseignements sur l'ennemi et sur le terrain sont considérés comme licites.

ARTICLE 25

Il est interdit d'attaquer ou de bombarder, par quelque moyen que ce soit, des villes, des villages, habitations ou bâtiments qui ne sont pas défendus.

ARTICLE 26

Le commandant des troupes assaillantes, avant d'entreprendre le bombardement, et sauf le cas d'attaque de vive force, devra faire tout ce qui dépend de lui pour en avvertir les autorités.

ARTICLE 27

Dans les sièges et bombardements, toutes les mesures nécessaires doivent être prises pour épargner, autant que possible, les édifices consacrés aux cultes, aux arts, aux sciences et à la bienfaisance, les monuments historiques, les hôpitaux et les lieux de rassemblement de malades et de blessés, à condition qu'ils ne soient pas employés en même temps à un but militaire.

Le devoir des assiégés est de désigner ces édifices ou lieux de rassemblement par des signes visibles spéciaux qui seront notifiés d'avance à l'assiégeant.

ARTICLE 28

Il est interdit de livrer au pillage une ville ou localité même prise d'assaut.

CHAPITRE II

Des espions

ARTICLE 29

Ne peut être considéré comme espion que l'individu qui, agissant clandestinement ou sous de faux prétextes, recueillir ou cherche à recueillir des informations dans la zone d'opérations d'un belligérant, avec l'intention de les communiquer à la Partie adverse.

Ainsi les militaires non déguisés qui ont pénétré dans la zone d'opérations de l'armée ennemie, à l'effet de recueillir des informations, ne sont pas considérés comme espions. De même, ne sont pas considérés comme espions les militaires et les non militaires, accomplissant ouvertement leur mission, chargés de transmettre des dépêches destinées, soit à leur propre armée, soit à l'armée ennemie. A cette catégorie appartiennent également les individus envoyés en ballon pour transmettre les dépêches, et, en général, pour entretenir les communications entre les diverses parties d'une armée ou d'un territoire.

ARTICLE 30

L'espion pris sur le fait ne pourra être puni sans jugement préalable.

ARTICLE 31

L'espion qui, ayant rejoint l'armée à laquelle il appartient, est capturé plus tard par l'ennemi, est traité comme prisonnier de guerre et n'encourt aucune responsabilité pour ses actes d'espionnage antérieurs.

CHAPITRE III

Des parlementaires

ARTICLE 32

Est considéré comme parlementaire l'individu autorisé par l'un des belligérants à entrer en pourparlers avec

SECÇÃO II

Das hostilidades

CAPITULO I

Dos meios de causar damno ao inimigo — Dos cercos e bombardeamentos

ARTIGO 22.º

Os belligerantes não teem um direito illimitado quanto á escolha dos meios de causar damno ao inimigo.

ARTIGO 23.º

Alem das prohibições expressas em Convenções especiaes, é particularmente prohibido :

- a) Empregar veneno ou armas envenenadas;
- b) Matar ou ferir á traição individuos pertencentes á nação ou ao exercito inimigo;
- c) Matar ou ferir o inimigo que, depois de ter deposto as armas, ou esgotados os meios de se defender, se entrega á discreção;
- d) Declarar que não se dará quartel;
- e) Empregar armas, projecteis ou materias destinados a causar males desnecessarios;
- f) Usar indevidamente o pavilhão parlamentar, o pavilhão nacional, as insignias militares e o uniforme inimigo, assim como os signaes distinctivos da Convenção de Genebra;
- g) Destruir ou apoderar-se das propriedades inimigas, salvo quando esse procedimento for imperiosamente imposto pelas necessidades da guerra;
- h) Declarar extinctos, suspensos ou inadmissiveis em justiça, os direitos e acções dos nacionaes da Parte adversa.

É igualmente prohibido a um belligerante obrigar os nacionaes da Parte adversa a tomar parte nas operações de guerra dirigidas contra o seu país, mesmo no caso d'elles estarem ao seu serviço antes do começo da guerra.

ARTIGO 24.º

Os ardis da guerra e o emprego dos meios necessários para obter informações sobre o inimigo e sobre o terreno consideram-se licitos.

ARTIGO 25.º

É prohibido atacar ou bombardear de qualquer modo que seja cidades, povoações, habitações ou edificios que não estejam defendidos.

ARTIGO 26.º

O commandante das tropas sitiadas, antes de começar o bombardeamento, e salvo o caso de ataque á viva força, deverá empregar todos os meios ao seu alcance para prevenir as autoridades.

ARTIGO 27.º

Nos cercos e nos bombardeamentos deverão ser tomadas todas as providencias necessarias para poupar quanto possível os edificios consagrados ao culto, ás artes, á sciencia e á beneficencia, os monumentos historicos, os hospitaes e os logares de reunião de doentes e feridos, sob condição de taes edificios ou logares não serem ao mesmo tempo empregados para fins militares.

O dever dos sitiados é assinalar esses edificios ou logares de reunião por meio de signaes visiveis, notificados com antecedencia aos sitiados.

ARTIGO 28.º

É prohibido entregar ao saque as cidades ou povoações, ainda quando tomadas de assalto.

CAPITULO II

Dos espões

ARTIGO 29.º

Só será considerado espião o individuo que, por meios clandestinos ou pretextos falsos, e dentro da zona de operações de um dos belligerantes, colher ou procurar colher informações no intuito de as comunicar ao outro belligerante.

Não são, portanto, considerados espões: os militares não disfarçados que tenham penetrado na zona de operações do exercito inimigo, a fim de obter informações; os militares ou paizanos cumprindo abertamente a missão de portadores de despachos destinados ao seu proprio exercito ou ao exercito inimigo. A esta categoria pertencem igualmente os individuos enviados em balão para transmitir os despachos e, em geral, para manterem as communicações entre as diversas partes de um exercito ou de um territorio.

ARTIGO 30.º

O espião preso em flagrante não poderá ser punido sem previo julgamento.

ARTIGO 31.º

O espião que, tendo conseguido reunir-se ao seu exercito, for de novo capturado, será considerado prisioneiro de guerra e não terá responsabilidade alguma pelos actos de espionagem, commettidos anteriormente.

CAPITULO III

Dos parlamentarios

ARTIGO 32.º

É considerado parlamentar o individuo autorizado por um dos belligerantes a tratar com o outro e que se apre-

l'autre et se présentant avec le drapeau blanc. Il a droit à l'inviolabilité ainsi que le trompette, clairon ou tambour, le porte-drapeau et l'interprète qui l'accompagneraient.

ARTICLE 33

Le chef auquel un parlementaire est expédié n'est pas obligé de le recevoir en toutes circonstances.

Il peut prendre toutes les mesures nécessaires afin d'empêcher le parlementaire de profiter de sa mission pour se renseigner.

Il a le droit, en cas d'abus, de retenir temporairement le parlementaire.

ARTICLE 34

Le parlementaire perd ses droits d'inviolabilité, s'il est prouvé, d'une manière positive et irrécusable, qu'il a profité de sa position privilégiée pour provoquer ou commettre un acte de trahison.

CHAPITRE IV

Des capitulations

ARTICLE 35

Les capitulations arrêtées entre les Parties contractantes doivent tenir compte des règles de l'honneur militaire.

Une foi fixée, elles doivent être scrupuleusement observées par les deux Parties.

CHAPITRE V

De l'armistice

ARTICLE 36

L'armistice suspend les opérations de guerre par un accord mutuel des Parties belligérantes. Si la durée n'en est pas déterminée, les Parties belligérantes peuvent reprendre en tout temps les opérations, pourvu toutefois que l'ennemi soit averti en temps convenu, conformément aux conditions de l'armistice.

ARTICLE 37

L'armistice peut être général ou local. Le premier suspend partout les opérations de guerre des États belligérants; le second, seulement entre certaines fractions des armées belligérantes et dans un rayon déterminé.

ARTICLE 38

L'armistice doit être notifié officiellement et en temps utile aux autorités compétentes et aux troupes. Les hostilités sont suspendues immédiatement après la notification ou au terme fixé.

ARTICLE 39

Il dépend des Parties contractantes de fixer, dans les clauses de l'armistice, les rapports qui pourraient avoir lieu, sur le théâtre de la guerre, avec les populations et entre elles.

ARTICLE 40

Toute violation grave de l'armistice, par l'une des Parties, donne à l'autre le droit de le dénoncer et même, en cas d'urgence, de reprendre immédiatement les hostilités.

ARTICLE 41

La violation des clauses de l'armistice, par des particuliers agissant de leur propre initiative, donne droit seulement à réclamer la punition des coupables et, s'il y a lieu, une indemnité pour les pertes éprouvées.

SECTION III

De l'autorité militaire sur le territoire de l'état ennemi

ARTICLE 42

Un territoire est considéré comme occupé lorsqu'il se trouve placé de fait sous l'autorité de l'armée ennemie.

L'occupation ne s'étend qu'au territoire où cette autorité est établie et en mesure de s'exercer.

ARTICLE 43

L'autorité du pouvoir légal ayant passé de fait entre les mains de l'occupant, celui-ci prendra toutes les mesures qui dépendent de lui en vue de rétablir et d'assurer, autant qu'il est possible, l'ordre et la vie publics en respectant, sauf empêchement absolu, les lois en vigueur dans le pays.

ARTICLE 44

Il est interdit à un belligérant de forcer la population d'un territoire occupé à donner des renseignements sur l'armée de l'autre belligérant ou sur ses moyens de défense.

ARTICLE 45

Il est interdit de contraindre la population d'un territoire occupé à prêter serment à la Puissance ennemie.

ARTICLE 46

L'honneur et les droits de la famille, la vie des individus et la propriété privée, ainsi que les convictions religieuses et l'exercice des cultes, doivent être respectés. La propriété privée ne peut pas être confisquée.

ARTICLE 47

Le pillage est formellement interdit.

senta com a bandeira branca. Tem direito á inviolabilidade, assim como o corneta, clarim ou tambor, porta-bandeira e interprete, que o acompanharem.

ARTIGO 33.º

O chefe a quem o parlamentario for enviado não será obrigado a recebê-lo em todas as circunstancias. Poderá tomar todas as disposições necessarias para impedir que o parlamentario aproveite a sua missão para colher informações.

No caso de abuso terá o direito de reter temporariamente o parlamentario.

ARTIGO 34.º

O parlamentario perde os seus direitos de inviolabilidade quando se prove, positiva, e irrecusavelmente, que elle se aproveitou da sua posição privilegiada para provocar ou commetter uma traição.

CAPITULO IV

Das capitulações

ARTIGO 35.º

As capitulações ajustadas entre as Partes contratantes devem ter em consideração as regras da honra militar.

Uma vez fixadas, devem ser escrupulosamente respeitadas por ambas as Partes.

CAPITULO V

Do armistício

ARTIGO 36.º

O armistício suspende as operações de guerra por acordo mutuo das Partes belligerantes. Se não tiver prazo marcado, em qualquer occasião as Partes belligerantes poderão recommençar as operações, comtanto que o inimigo seja avisado com a antecedencia estipulada em conformidade das clausulas do armistício.

ARTIGO 37.º

O armistício pode ser geral ou local. O primeiro suspende em toda a parte as operações de guerra entre os Estados belligerantes; o segundo suspende-as somente entre determinadas fracções dos exercitos belligerantes e numa area tambem determinada.

ARTIGO 38.º

O armistício deve ser notificado officialmente, e em tempo util, ás autoridades competentes e ás tropas. As hostilidades suspendem-se immediatamente depois da notificação ou no prazo fixado.

ARTIGO 39.º

É da alçada das Partes contratantes o fixar nas clausulas do armistício as relações que poderá haver entre ellas e com as populações no theatro da guerra.

ARTIGO 40.º

Qualquer violação grave do armistício, feita por uma das Partes, dará á outra o direito de o denunciar, e até, no caso de urgencia, de recommençar immediatamente as hostilidades.

ARTIGO 41.º

A violação das clausulas do armistício, por parte de particulares que procedam por sua iniciativa, apenas dá direito a reclamar o castigo dos culpados e, dado o caso, uma indemnização pelos prejuizos soffridos.

SECÇÃO III

Da autoridade militar no territorio do Estado inimigo

ARTIGO 42.º

Um territorio considera-se occupado logo que esteja de facto sob a autoridade do exercito inimigo.

A occupação abrange apenas os territorios onde essa autoridade estiver estabelecida e em condições de exercer-se.

ARTIGO 43.º

Tendo a autoridade do poder legal passado de facto para as mãos do occupador, este tomará todas as providencias que dependerem d'elle, no sentido de restabelecer e assegurar, tanto quanto possivel, a ordem e a vida publicas, respeitando, salvo impedimento absoluto, as leis até então em vigor no pais.

ARTIGO 44.º

É prohibido a um belligerante obrigar a população de um territorio occupado a dar informações sobre o exercito do outro belligerante, ou sobre os seus meios de defesa.

ARTIGO 45.º

É prohibido constrenger a população de um territorio occupado a prestar juramento á Potencia inimiga.

ARTIGO 46.º

A honra e os direitos de familia, a vida dos individuos, e a propriedade privada, assim como as convicções religiosas e o exercicio dos cultos, deverão ser respeitados. A propriedade privada não poderá ser confiscada.

ARTIGO 47.º

É formalmente prohibido o saque.

ARTICLE 48

Si l'occupant prélève, dans le territoire occupé, les impôts, droits et péages établis au profit de l'État, il le fera, autant que possible, d'après les règles de l'assiette et de la répartition en vigueur, et il en résultera pour lui l'obligation de pourvoir aux frais de l'administration du territoire occupé dans la mesure où le Gouvernement légal y était tenu.

ARTICLE 49

Si, en dehors des impôts visés à l'article précédent, l'occupant prélève d'autres contributions en argent dans le territoire occupé, ce ne pourra être que pour les besoins de l'armée ou de l'administration de ce territoire.

ARTICLE 50

Aucune peine collective, pécuniaire ou autre, ne pourra être édictée contre les populations à raison de faits individuels dont elles ne pourraient être considérées comme solidairement responsables.

ARTICLE 51

Aucune contribution ne sera perçue qu'en vertu d'un ordre écrit et sous la responsabilité d'un général en chef.

Il ne sera procédé, autant que possible, à cette perception que d'après les règles de l'assiette et de la répartition des impôts en vigueur.

Pour toute contribution, un reçu sera délivré aux contribuables.

ARTICLE 52

Des réquisitions en nature et des services ne pourront être réclamés des communes ou des habitants, que pour les besoins de l'armée d'occupation. Ils seront en rapport avec les ressources du pays et de telle nature qu'ils n'impliquent pas pour les populations l'obligation de prendre part aux opérations de la guerre contre leur patrie.

Ces réquisitions et ces services ne seront réclamés qu'avec l'autorisation du commandant dans la localité occupée.

Les prestations en nature seront, autant que possible, payées au comptant; sinon, elles seront constatées par des reçus, et le paiement des sommes dues sera effectué le plus tôt possible.

ARTICLE 53

L'armée qui occupe un territoire ne pourra saisir que le numéraire, les fonds et les valeurs exigibles appartenant en propre à l'État, les dépôts d'armes, moyens de transport, magasins et approvisionnements et, en général, toute propriété mobilière de l'État de nature à servir aux opérations de la guerre.

Tous les moyens affectés sur terre, sur mer et dans les airs à la transmission des nouvelles, au transport des personnes ou des choses, en dehors des cas régis par le droit maritime, les dépôts d'armes et, en général, toute espèce de munitions de guerre, peuvent être saisis, même s'ils appartiennent à des personnes privées, mais devront être restitués et les indemnités seront réglées à la paix.

ARTICLE 54

Les câbles sous-marins reliant un territoire occupé à un territoire neutre ne seront saisis ou détruits que dans le cas d'une nécessité absolue. Ils devront également être restitués et les indemnités seront réglées à la paix.

ARTICLE 55

L'État occupant ne se considérera que comme administrateur et usufruitier des édifices publics, immeubles, forêts et exploitations agricoles appartenant à l'État ennemi et se trouvant dans le pays occupé. Il devra sauvegarder le fonds de ces propriétés et les administrer conformément aux règles de l'usufruit.

ARTICLE 56

Les biens des communes, ceux des établissements consacrés aux cultes, à la charité et à l'instruction, aux arts et aux sciences, même appartenant à l'État, seront traités comme la propriété privée.

Toute saisie, destruction ou dégradation intentionnelle de semblables établissements, de monuments historiques, d'œuvres d'art et de science, est interdite et doit être poursuivie.

Certifié pour copie conforme. — Le Secrétaire-Général du Ministère des Affaires Étrangères des Pays-Bas, S. Hannema.

V.—Convention concernant les droits et les devoirs des Puissances et des Personnes neutres en cas de guerre sur terre

Sa Majesté l'Empereur d'Allemagne, Roi de Prusse; le Président des États-Unis d'Amérique; le Président de la République Argentine; Sa Majesté l'Empereur d'Autriche, Roi de Bohême etc., et Roi Apostolique de Hongrie; Sa Majesté le Roi des Belges; le Président de la République de Bolivie; le Président de la République des États-Unis du Brésil; Son Altesse Royale le Prince de Bulgarie; le Président de la République de Chili; le Président de la République de Colombie; le Gouverneur Provisoire de la République de Cuba; Sa Majesté le Roi de

ARTIGO 48.º

Se o occupador cobrar, no territorio occupado, os impostos, direitos e portagens estabelecidos em proveito do Estado, fá-lo-ha, tanto quanto possível, segundo as regras em vigor quanto á base e distribuição d'esses tributos, obrigando-se, por aquelle facto, a prover ás despesas de administração do territorio occupado, nos limites em que cumpria ao Governo legal.

ARTIGO 49.º

Se além dos impostos a que se refere o artigo anterior, o occupador lançar outras contribuições em dinheiro no territorio occupado, só o poderá fazer para as necessidades do exercito ou da administração d'esse territorio.

ARTIGO 50.º

Nenhuma pena collectiva, pecuniaria ou outra, poderá ser imposta ás populações por factos individuaes de que ellas não possam ser consideradas solidariamente responsáveis.

ARTIGO 51.º

Nenhuma contribuição será cobrada senão em virtude de uma ordem escrita e sob a responsabilidade de um general em chefe.

Não se procederá a essa cobrança senão observando tanto quanto possível as regras em vigor quanto á base e distribuição de impostos.

De cada contribuição será passado recibo ao contribuinte.

ARTIGO 52.º

Só para as necessidades do exercito de occupação poderão ser reclamados generos ou serviços das municipalidades ou dos habitantes. Essas reclamações deverão estar em proporção com os recursos da nação e serem de natureza que não impliquem para as populações a obrigação de tomarem parte nas operações da guerra contra a sua patria.

Essas requisições e esses serviços só serão reclamados com a autorização do commandante na localidade occupada.

Os fornecimentos em generos serão, tanto quanto possível, pagos á vista; quando não, serão comprovados por meio de recibos, e o pagamento das quantias em divida será effectuado no mais curto prazo possível.

ARTIGO 53.º

O exercito que occupar um territorio não poderá confiscar senão o numerario, os fundos e valores exigíveis pertencentes propriamente ao Estado, os depositos de armas, meios de transporte, armazens e provisões e, em geral, toda a propriedade mobiliaria do Estado de natureza a poder servir ás operações de guerra.

Todos os meios empregados em terra, no mar ou pelo ar, no serviço da transmissão de noticias, no transporte de pessoas ou de objectos, fora dos casos regulados pelo direito marítimo, e bem assim os depositos de armas, e, em geral, qualquer especie de munições de guerra, poderão ser apprehendidos, mesmo quando pertencerem a pessoas privadas, devendo comtudo ser restituídos e as indemnizações reguladas restabelecida a paz.

ARTIGO 54.º

Os cabos submarinos, que ligarem um territorio occupado a um territorio neutro, não poderão ser apprehendidos ou destruidos senão em caso de uma absoluta necessidade. Deverão igualmente ser restituídos, e as indemnizações serão reguladas restabelecida a paz.

ARTIGO 55.º

O Estado occupador apenas poderá considerar-se como administrador e usufrutuário dos edificios publicos, immoveis, florestas e explorações agricolas, que pertencerem ao Estado inimigo e existirem na região occupada. Deverá salvaguardar o casco d'essas propriedades e administrá-las segundo as regras do usufruto.

ARTIGO 56.º

Os bens das municipalidades, os dos estabelecimentos consagrados aos cultos, á caridade, á instrucção, ás artes e ás sciencias, ainda que pertencentes ao Estado, serão considerados como propriedade privada.

É prohibida toda a confiscação, destruição ou damnificação intencional de taes estabelecimentos, de monumentos historicos, de obras de arte e de sciencia, e contra esses actos deverá proceder-se.

Certificado por copia conforme.

O Secretario Geral do Ministerio dos Negocios Estrangeiros dos Países Baixos, S. *Hannema*.

V. — Convenção relativa aos direitos e deveres das Potencias e das pessoas neutras no caso de guerra terrestre

Sua Majestade o Imperador da Alemanha, Rei da Prussia; o Presidente dos Estados Unidos da America; o Presidente da Republica Argentina; Sua Majestade o Imperador da Austria, Rei da Bohemia, etc., e Rei Apostolico da Hungria; Sua Majestade o Rei dos Belgas; o Presidente da Republica da Bolivia; o Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil; Sua Alteza Real o Principe da Bulgaria; o Presidente da Republica do Chili; o Presidente da Republica da Colombia; o Governador Provisorio da Republica de Cuba; Sua Majestade o Rei da

Danemark; le Président de la République Dominicaine; le Président de la République de l'Équateur; Sa Majesté le Roi d'Espagne; le Président de la République Française; Sa Majesté le Roi du Royaume-Uni de Grande Bretagne et d'Irlande et des Territoires Britanniques au Delà des Mers, Empereur des Indes; Sa Majesté le Roi des Hellènes; le Président de la République de Guatemala; le Président de la République d'Haiti; Sa Majesté le Roi d'Italie; Sa Majesté l'Empereur du Japon; Son Altesse Royale le Grand-Duc de Luxembourg, Duc de Nassau; le Président des États-Unis Mexicains; Son Altesse Royale le Prince de Monténégro; Sa Majesté le Roi de Norvège; le Président de la République de Panama; le Président de la République du Paraguay; Sa Majesté la Reine des Pays-Bas; le Président de la République du Pérou; Sa Majesté Impériale le Schah de Perse; Sa Majesté le Roi de Portugal et des Algarves, etc.; Sa Majesté le Roi de Roumanie; Sa Majesté l'Empereur de Toutes les Russies; le Président de la République du Salvador; Sa Majesté le Roi de Serbie; Sa Majesté le Roi de Siam; Sa Majesté le Roi de Suède; le Conseil Fédéral Suisse; Sa Majesté l'Empereur des Ottomans; le Président de la République Orientale de l'Uruguay; le Président des États-Unis de Vénézuéla:

En vue de mieux préciser les droits et les devoirs des Puissances neutres en cas de guerre sur terre et de régler la situation des belligérants réfugiés en territoire neutre;

Désirant également définir la qualité de neutre en attendant qu'il soit possible de régler dans son ensemble la situation des particuliers neutres dans leurs rapports avec les belligérants;

Ont résolu de conclure une Convention à cet effet et ont, en conséquence, nommé pour Leurs Plénipotentiaires, savoir:

Sa Majesté l'Empereur d'Allemagne, Roi de Prusse:

Son Excellence le baron Marschall de Bieberstein, Son ministre d'état, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire à Constantinople.
M. le dr. Johannes Kriege, Son envoyé en mission extraordinaire à la présente Conférence, Son conseiller intime de légation et jurisconsulte au ministère Impérial des affaires étrangères, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président des États-Unis d'Amérique:

Son Excellence M. Joseph H. Choate, ambassadeur extraordinaire;
Son Excellence M. Horace Porter, ambassadeur extraordinaire;
Son Excellence M. Uriah M. Rose, ambassadeur extraordinaire;
Son Excellence M. David Jayne Hill, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à La Haye;
M. Charles S. Sperry, contre-amiral, ministre plénipotentiaire;
M. Georges B. Davis, général de brigade, chef de la justice militaire de l'armée fédérale, ministre plénipotentiaire;
M. William I. Buchanan, ministre plénipotentiaire.

Le Président de la République Argentine:

Son Excellence M. Roque Saenz Peña, ancien ministre des affaires étrangères, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Rome, membre de la cour permanente d'arbitrage;
Son Excellence M. Luis M. Drago, ancien ministre des affaires étrangères et des cultes de la République, député national, membre de la cour permanente d'arbitrage;
Son Excellence M. Carlos Rodriguez Larreta, ancien ministre des affaires étrangères et des cultes de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Sa Majesté l'Empereur d'Autriche, Roi de Bohême, etc., et Roi Apostolique de Hongrie:

Son Excellence M. Gaëtan Mérey de Kapos-Mère, Son conseiller intime, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire;
Son Excellence M. le baron Charles de Macchio, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Athènes.

Sa Majesté le Roi des Belges:

Son Excellence M. Beernaert, Son ministre d'état, membre de la chambre des représentants, membre de l'institut de France et des académies Royales de Belgique et de Roumanie, membre d'honneur de l'institut de droit international, membre de la cour permanente d'arbitrage;
Son Excellence M. J. Van den Heuvel, Son ministre d'état, ancien ministre de la justice;
Son Excellence M. le baron Guillaume, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye, membre de l'académie Royale de Roumanie.

Dinamarca; o Presidente da Republica Dominicana; o Presidente da Republica do Equador; Sua Majestade o Rei de Espanha; o Presidente da Republica Francesa; Sua Majestade o Rei do Reino Unido da Gran-Bretanha e Irlanda e dos Territorios Britannicos de Alem-Mar, Imperador das Indias; Sua Majestade o Rei dos Hellenos; o Presidente da Republica de Guatemala; o Presidente da Republica do Haiti; Sua Majestade o Rei de Italia; Sua Majestade o Imperador do Japão; Sua Alteza Real o Grão-Duque de Luxemburgo, Duque de Nassau; o Presidente dos Estados Unidos Mexicanos; Sua Alteza Real o Principe de Montenegro; Sua Majestade o Rei da Noruega; o Presidente da Republica de Panamá; o Presidente da Republica do Paraguay; Sua Majestade a Rainha dos Países Baixos; o Presidente da Republica do Peru; Sua Majestade Imperial o Schah da Persia; Sua Majestade o Rei de Portugal e dos Algarves, etc.; Sua Majestade o Rei da Romania; Sua Majestade o Imperador de Todas as Russias; o Presidente da Republica do Salvador; Sua Majestade o Rei da Servia; Sua Majestade o Rei de Sião; Sua Majestade o Rei da Suecia; o Conselho Federal Suíço; Sua Majestade o Imperador dos Ottomans; o Presidente da Republica Oriental do Uruguay; o Presidente dos Estados Unidos de Vénézuéla:

No intuito de definir com maior precisão os direitos e deveres das Potencias neutras no caso de guerra terrestre e de regular a situação dos belligerantes refugiados em territorio neutral;

Desejando igualmente definir a qualidade de neutro, até que seja possível regular no seu conjunto a situação dos particulares neutras nas suas relações com os belligerantes;

Resolveram celebrar uma convenção para esse fim, e nesta conformidade, nomearam por seus Plénipotentiares a saber:

Sua Majestade o Imperador da Alemanha, Rei da Prussia:

Sua Ex.ª o Barão Marschall de Bieberstein, Seu ministro de estado, Seu embaixador extraordinario e plenipotenciario em Constantinopla;
O Sr. Dr. Johannes Kriege, Seu enviado em missão extraordinaria á presente Conferencia, seu conselheiro intimo de legação e jurisconsulto no ministerio Imperial dos negocios estrangeiros, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.

O Presidente dos Estados Unidos da America:

Sua Ex.ª o Sr. Joseph H. Choate, embaixador extraordinario;
Sua Ex.ª o Sr. Horace Porter, embaixador extraordinario;
Sua Ex.ª o Sr. Uriah M. Rose, embaixador extraordinario;
Sua Ex.ª o Sr. David Jayne Hill, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario da Republica na Haya;
O Sr. Charles S. Sperry, contra-almirante, ministro plenipotenciario;
O Sr. Georges B. Davis, general de brigada, chefe de justiça militar do exercito federal, ministro plenipotenciario;
O Sr. William J. Buchanan, ministro plenipotenciario.

O Presidente da Republica Argentina:

Sua Ex.ª o Sr. Roque Saenz Peña, antigo ministro dos Negocios Estrangeiros, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Roma, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.
Sua Ex.ª o Sr. Luis M. Drago, Antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros e dos Cultos da Republica, Deputado nacional, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.
Sua Ex.ª o Sr. Carlos Rodriguez Larreta, Antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros e dos Cultos da Republica, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.

Sua Majestade o Imperador da Austria, Rei da Bohemia, etc., e Rei Apostolico da Hungria:

Sua Ex.ª o Sr. Gaëtan Mérey de Kapos-Mère, Seu Conselheiro Intimo, Seu Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario;
Sua Ex.ª o Sr. Barão Charles de Macchio, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Athenas.

Sua Majestade o Rei dos Belgas:

Sua Ex.ª o Sr. Beernaert, Seu Ministro de Estado, Membro da Camara dos Representantes, Membro do Instituto de França e das Academias Reaes da Belgica e da Romania, Membro de Honra do Instituto de Direito Internacional, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
Sua Ex.ª o Sr. J. Van den Heuvel, Seu Ministro de Estado, Antigo Ministro da Justiça;
Sua Ex.ª o Barão Guillaume, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya, Membro da Academia Real da Romania.

Le Président de la République de Bolivie :

Son Excellence M. Claudio Pinilla, ministre des affaires étrangères de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage ;
Son Excellence M. Fernando E. Guachalla, ministre plénipotentiaire à Londres.

Le Président de la République des États-Unis du Brésil :

Son Excellence M. Ruy Barbosa, ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire, membre de la cour permanente d'arbitrage ;
Son Excellence M. Eduardo F. S. dos Santos Lisboa, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Son Altesse Royale le Prince de Bulgarie :

M. Vrbán Vinaroff, général-major de l'état-major, Son général à la suite ;
M. Ivan Karandjouloff, procureur-général de la cour de cassation.

Le Président de la République de Chili :

Son Excellence M. Domingo Gana, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Londres ;
Son Excellence M. Augusto Matte, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Berlin ;
Son Excellence M. Carlos Concha, ancien ministre de la guerre, président de la chambre des députés, ancien envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Buenos Aires.

Le Président de la République de Colombie :

M. Jorge Holguin, général ;
M. Santiago Pérez Triana ;
Son Excellence M. Marceliano Vargas, général, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris.

Le Gouverneur Provisoire de la République de Cuba :

M. Antonio Sanchez de Bustamante, professeur de droit international à l'université de la Havane, sénateur de la République ;
Son Excellence M. Gonzalo de Quesada y Aróstegui, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Washington ;
M. Manuel Sanguily, ancien directeur de l'institut d'enseignement secondaire de la Havane, sénateur de la République.

Sa Majesté le Roi de Danemark :

Son Excellence M. Constantin Brun, Son Chambellan, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Washington ;
M. Christian Frederik Scheller, contre-amiral ;
M. Axel Vedel, Son chambellan, chef de section au ministère Royal des affaires étrangères.

Le Président de la République Dominicaine :

M. Francisco Henriquez y Carvajal, ancien secrétaire d'état au ministère des affaires étrangères de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage ;
M. Apolinar Tejera, recteur de l'institut professionnel de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président de la République de l'Équateur :

Son Excellence M. Victor Rendón, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris et à Madrid ;
M. Enrique Dorn y de Alsúa, chargé d'affaires.

Sa Majesté le Roi d'Espagne :

Son Excellence M. W. R. de Villa Urrutia, sénateur, ancien ministre des affaires étrangères, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire à Londres ;
Son Excellence M. José de la Rica y Calvo, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye ;
M. Gabriel Maura y Gamazo, comte de Mortera, député aux Cortes.

Le Président de la République Française :

Son Excellence M. Léon Bourgeois, ambassadeur extraordinaire de la République, sénateur, ancien président du conseil des ministres, ancien ministre des affaires étrangères, membre de la cour permanente d'arbitrage ;
M. le baron d'Estournelles de Constant, sénateur, ministre plénipotentiaire de première classe, membre de la cour permanente d'arbitrage ;
M. Louis Renault, professeur à la faculté de droit à l'université de Paris, ministre plénipotentiaire honoraire, jurisconsulte du ministère des affaires étrangères, membre de l'institut de France, membre de la cour permanente d'arbitrage ;

Son Excellence M. Marcellin Pellet, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République Française à La Haye.

O Presidente da Republica da Bolivia :

Sua Ex.ª o Sr. Claudio Pinilla, Ministro dos Negocios Estrangeiros da Republica, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem ;
Sua Ex.ª o Sr. Fernando E. Guachalla, Ministro Plenipotenciario em Londres.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil :

Sua Ex.ª o Sr. Ruy Barbosa, Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem ;
Sua Ex.ª o Sr. Eduardo F. S. dos Santos Lisboa, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya.

Sua Alteza Real o Principe da Bulgaria :

O Sr. Vrbán Vinaroff, General Major do Estado Maior, General do Seu Sequito ;
O Sr. Ivan Karandjouloff, Procurador Geral do Tribunal de Cassação.

O Presidente da Republica do Chili :

Sua Ex.ª o Sr. Domingo Gana, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Londres ;
Sua Ex.ª o Sr. Augusto Matte, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Berlin ;
Sua Ex.ª o Sr. Carlos Concha, Antigo Ministro da Guerra, Antigo Presidente da Camara dos Deputados, Antigo Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Buenos-Aires.

O Presidente da Republica de Colombia :

O Sr. Jorge Holguin, General ;
O Sr. Santiago Perez Triana ;
Sua Ex.ª o Sr. Marceliano Vargas, General, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Paris.

O Governador Provisorio da Republica de Cuba :

O Sr. Antonio Sanchez de Bustamante, Professor de Direito Internacional na Universidade da Havana, Senador da Republica ;
Sua Ex.ª o Sr. Gonzalo de Quesada y Arostegui, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Washington ;
O Sr. Manuel Sanguily, Antigo Director do Instituto de ensino Secundario da Havana, Senador da Republica.

Sua Majestade o Rei da Dinamarca :

Sua Ex.ª o Sr. Constantin Brun, Seu Camarista, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Washington ;
O Sr. Christian Frederik Scheller, Contra-Almirante ;
O Sr. Axel Vedel, Seu Camarista, Chefe de Secção no Ministerio Real dos Negocios Estrangeiros.

O Presidente da Republica Dominicana :

O Sr. Francisco Henriquez y Carvajal, Antigo Secretario de Estado no Ministerio dos Negocios Estrangeiros da Republica, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem ;
O Sr. Apolinar Tejera, Rector do Instituto Profissional da Republica, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.

O Presidente da Republica do Equador :

Sua Ex.ª o Sr. Victor Rendón, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Paris e em Madrid ;
O Sr. Enrique Dorn y de Alsúa, Encarregado de Negocios.

Sua Majestade o Rei da Espanha :

Sua Ex.ª o Sr. W. R. de Villa Urrutia, Senador, Antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros, Seu Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario em Londres ;
Sua Ex.ª o Sr. José de la Rica y Calvo, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya ;
O Sr. Gabriel Maura y Gamazo, Conde de la Mortera, Deputado ás Cortes.

O Presidente da Republica Francesa :

Sua Ex.ª o Sr. Léon Bourgeois, Embaixador Extraordinario da Republica, Senador, Antigo Presidente do Conselho de Ministros, Antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem ;
O Sr. Barão d'Estournelles de Constant, Senador, Ministro Plenipotenciario de 1.ª classe, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem ;
O Sr. Louis Renault, Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Paris, Ministro Plenipotenciario Honorario, Jurisconsulto do Ministerio dos Negocios Estrangeiros, Membro do Instituto de França, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem ;
Sua Ex.ª o Sr. Marcellin Pellet, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica Francesa na Haya.

Sa Majesté le Roi du Royaume-Uni de Grande Bretagne et d'Irlande et des Territoires Britanniques au delà des Mers, Empereur des Indes ;

Son Excellence the Right Honourable Sir Edward Fry, G. C. B., membre du conseil privé, Son ambassadeur extraordinaire, membre de la cour permanente d'arbitrage ;
Son Excellence the Right Honourable Sir Ernest Masson Satow, G. C. M. G., membre du conseil privé, membre de la cour permanente d'arbitrage ;
Son Excellence the Right Honourable Donald James Mackay, Baron Reay, G. C. S. I., G. C. I. E., membre du conseil privé, ancien président de l'institut de droit international ;
Son Excellence Sir Henry Howard, K. C. M. G., C. B., Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Sa Majesté le Roi des Hellènes :

Son Excellence M. Cléon Rizo Rangabé, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Berlin ;
M. Georges Stréit, professeur de droit international à l'université d'Athènes, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président de la République de Guatémala :

M. José Tible Machado, chargé d'affaires de la République à La Haye et à Londres, membre de la cour permanente d'arbitrage ;
M. Enrique Gómez Carillo, chargé d'affaires de la République à Berlin.

Le Président de la République d'Haïti :

Son Excellence M. Jean Joseph Dalbemar, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris ;
Son Excellence M. J. N. Léger, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Washington ;
M. Pierre Hudicourt, ancien professeur de droit international public, avocat au barreau de Port au Prince.

Sa Majesté le Roi d'Italie :

Son Excellence le Comte Joseph Tornielli Brusati Di Vergano, sénateur du Royaume, ambassadeur de Sa Majesté le Roi à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage, président de la délégation Italienne ;
Son Excellence M. le commandeur Guido Pompili, député au parlement, sous-secrétaire d'état au ministère Royal des affaires étrangères ;
M. le commandeur Guido Fusinato, conseiller d'état, député au parlement, ancien ministre de l'instruction.

Sa Majesté l'Empereur du Japon :

Son Excellence M. Keiroku Tsudzuki, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire ;
Son Excellence M. Aimaro Sato, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Son Altesse Royale le Grand Duc de Luxembourg, Duc de Nassau :

Son Excellence M. Eyschen, Son ministre d'état, président du gouvernement Grand Ducal ;
M. le comte de Villers, chargé d'affaires du Grand-Duché à Berlin.

Le Président des États-Unis Mexicains :

Son Excellence M. Gonzalo A. Esteva, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Rome ;
Son Excellence M. Sebastian B. de Mier, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris ;
Son Excellence M. Francisco L. de la Barra, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Bruxelles et à La Haye.

Son Altesse Royale le Prince de Monténégro :

Son Excellence M. Nelidow, conseiller privé Impérial actuel, ambassadeur de Sa Majesté l'Empereur de Toutes les Russies à Paris ;
Son Excellence M. de Martens, conseiller privé Impérial, membre permanent du conseil du ministère Impérial des affaires étrangères de Russie ;
Son Excellence M. Tcharykow, conseiller d'état Impérial actuel, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de Sa Majesté l'Empereur de Toutes les Russies à La Haye.

Sa Majesté le Roi de Norvège :

Son Excellence M. Francis Hagerup, ancien président du conseil, ancien professeur de droit, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye et à Copenhague, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président de la République de Panama :

M. Belisario Porras.

- Sua Magestade o Rei, do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda e dos territorios britannicos de alem-mar, Imperador das Indias:
 S. Ex.ª The Right Honourable Sir Edward Fry, G. C. B., Membro do Conselho Privado, Seu Embaixador Extraordinario, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
 S. Ex.ª The Right Honourable Sir Ernest Masson Satow, G. C. M. G., Membro do Conselho Privado, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
 S. Ex.ª The Right Honourable Donal James Mackay, Baron Reay, G. C. S. I., G. C. I. E., Membro do Conselho Privado, Antigo Presidente do Instituto de Direito Internacional;
 S. Ex.ª Sir Henry Howard, K. C. M. G., C. B., Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya.
- Sua Magestade o Rei dos Hellenos:
 S. Ex.ª o Sr. Cléon Rizo Rangabé, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Berlim;
 O Sr. Georges Streit, Professor de Direito Internacional na Universidade de Athenas, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.
- Presidente da Republica do Guatemala:
 O Sr. José Tible Machado, Encarregado de Negocios da Republica na Haya e em Londres, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
 O Sr. Enrique Gómez Carillo, Encarregado de Negocios da Republica em Berlim.
- O Presidente da Republica do Haiti:
 S. Ex.ª o Sr. Jean Joseph Dalbemar, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Paris;
 S. Ex.ª o Sr. J. N. Léger, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Washington;
 O Sr. Pierre Hudicourt, Antigo Professor de Direito Internacional Publico, Advogado nos Tribunaes de Porto-Principe.
- Sua Magestade o Rei de Italia:
 S. Ex.ª o Conde Joseph Tornielli Brusati di Vergano, Senador do Reino, Embaixador de Sua Magestade o Rei em Paris, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem, Presidente da Delegação Italiana;
 S. Ex.ª o Sr. Commendador Guido Pompilj, Deputado ao Parlamento, Sub-secretario de Estado no Ministerio dos Negocios Estrangeiros;
 O Sr. Commendador Guido Fusinato, Conselheiro de Estado, Deputado ao Parlamento, Antigo Ministro de Instrucção.
- Sua Magestade o Imperador do Japão:
 S. Ex.ª o Sr. Keizoku Taudzuki, Seu Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario;
 S. Ex.ª o Sr. Aimaro Sato, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya.
- Sua Alteza Real o Grão Duque de Luxemburgo Duque de Nassau:
 S. Ex.ª o Sr. Eyschen, Seu Ministro de Estado, Presidente do Governo Grão-Ducal;
 O Sr. Conde de Villers, Encarregado de Negocios do Grão-Ducado em Berlim.
- O Presidente dos Estados Unidos Mexicanos:
 S. Ex.ª o Sr. Gonzalo A. Esteva, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Roma;
 S. Ex.ª o Sr. Sebastian B. de Mier, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Paris;
 S. Ex.ª o Sr. Francisco L. de la Barra, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Bruxellas e na Haya.
- Sua Alteza Real o Principe de Montenegro:
 S. Ex.ª o Sr. Nelidow, Conselheiro Privado Imperial actual, Embaixador de Sua Magestade o Imperador de Todas as Russias em Paris;
 S. Ex.ª o Sr. de Martens, Conselheiro Privado Imperial, Membro Permanente do Conselho do Ministerio Imperial dos Negocios Estrangeiros da Russia;
 S. Ex.ª o Sr. Tcharykow, Conselheiro de Estado Imperial actual, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de Sua Magestade o Imperador de Todas as Russias na Haya.
- Sua Magestade o Rei da Noruega:
 S. Ex.ª o Sr. Francis Hagerup, Antigo Presidente do Conselho, Antigo Professor de Direito, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya e Copenhague, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.
- O Presidente da Republica de Panamá:
 O Sr. Belisario Porras.

- Le Président de la République du Paraguay:
 Son Excellence M. Eusebio Machain, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris;
 M. le comte G. du Monceau de Bergendal, consul de la République à Bruxelles.
- Sa Majesté la Reine des Pays-Bas:
 M. W. H. de Beaufort, Son ancien ministre des affaires étrangères, membre de la seconde chambre des états-généraux;
 Son Excellence M. T. M. C. Asser, Son ministre d'état, membre du conseil d'état, membre de la cour permanente d'arbitrage;
 Son Excellence le Jonkheer J. C. C. den Beer Poortugael, lieutenant-général en retraite, ancien ministre de la guerre, membre du conseil d'état;
 Son Excellence le Jonkheer J. A. Röell, Son aide de camp en service extraordinaire, vice-amiral en retraite, ancien ministre de la marine;
 M. J. A. Loeff, Son ancien ministre de la justice, membre de la seconde chambre des états généraux.
- Le Président de la République du Pérou:
 Son Excellence M. Carlos G. Candamo, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris et à Londres, membre de la cour permanente d'arbitrage.
- Sa Majesté Impériale le Schah de Perse:
 Son Excellence Samad Khan Momtazos Saltaneh, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage;
 Son Excellence Mirza Ahmed Khan Sadigh Ul Mulk, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haya.
- Sa Majesté le Roi de Portugal et des Algarves, etc.
 Son Excellence M. le marquis de Soveral, Son conseiller d'état, pair du Royaume, ancien ministre des affaires étrangères, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Londres, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire;
 Son Excellence M. le comte de Selir, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haya;
 Son Excellence M. Alberto d'Oliveira, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Berne.
- Sa Majesté le Roi de Roumanie:
 Son Excellence M. Alexandre Beldiman, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Berlin;
 Son Excellence M. Edgard Mavrocordato, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haya.
- Sa Majesté l'Empereur de toutes les Russies:
 Son Excellence M. Nelidow, Son conseiller privé actuel, Son ambassadeur à Paris;
 Son Excellence M. de Martens, Son conseiller privé, membre permanent du conseil du ministère Impérial des affaires étrangères, membre de la cour permanente d'arbitrage;
 Son Excellence M. Tcharykow, Son conseiller d'état actuel, Son Chambellan; Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haya.
- Le Président de la République du Salvador:
 M. Pedro I. Matheu, chargé d'affaires de la République à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage;
 M. Santiago Perez Triana, chargé d'affaires de la République à Londres.
- Sa Majesté le Roi de Serbie:
 Son Excellence M. Sava Grouitch, général, président du conseil d'état;
 Son Excellence M. Milovan Milovanovitch, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Rome, membre de la cour permanente d'arbitrage;
 Son Excellence M. Michel Militchevitch, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Londres et à La Haya.
- Sa Majesté le Roi de Siam:
 Mom Chatidej Udom, major-général;
 M. C. Corragioni d'Orrelli, Son conseiller de légation.
 Luang Bhuvanarth Narubal, capitaine.
- Sa Majesté le Roi de Suède, des Goths et des Vendes:
 Son Excellence M. Knut Hjalmar Leonard Hammarckjold, Son ancien ministre de la justice, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Copenhague, membre de la cour permanente d'arbitrage;
 M. Johannes Hellner, Son ancien ministre sans portefeuille, ancien membre de la cour suprême de Suède, membre de la cour permanente d'arbitrage.

- O Presidente da Republica do Paraguay:
 S. Ex.ª o Sr. Eusebio Machain, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Paris;
 O Sr. Conde G. du Monceau de Bergendal, consul da Republica em Bruxellas.
- Sua Magestade a Rainha dos Países Baixos:
 O Sr. W. H. de Beaufort, Seu Antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros, Membro da Segunda Camara dos Estados-Geraes;
 S. Ex.ª o Sr. T. M. C. Asser, Seu Ministro de Estado, Membro do Conselho de Estado, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
 S. Ex.ª o Jonkheer J. C. C. den Beer Poortugael, Tenente-General Reformado, Antigo Ministro da Guerra, Membro do Conselho de Estado.
 S. Ex.ª o Jonkheer J. A. Röell, Seu Ajudante de Campo em serviço extraordinario, Vice-Almirante Reformado, Antigo Ministro da Marinha.
 O Sr. J. A. Loeff, Seu Antigo Ministro da Justiça, Membro da Segunda Camara dos Estados-Geraes.
- O Presidente da Republica do Peru:
 S. Ex.ª o Sr. Carlos G. Candamo, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Paris e Londres, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.
- Sua Magestade Imperial o Schah da Persia:
 S. Ex.ª Samad Khan Momtazos Saltaneh, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Paris, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
 S. Ex.ª Mirza Ahmed Khan Sadigh Ul Mulk, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya.
- Sua Magestade o Rei de Portugal e dos Algarves:
 S. Ex.ª o Sr. Marquês de Soveral, Seu Conselheiro de Estado, Par do Reino, Antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Londres, Seu Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario;
 S. Ex.ª o Sr. Conde de Selir, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya.
 S. Ex.ª o Sr. Alberto d'Oliveira, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Berne.
- Sua Magestade o Rei da Romania:
 S. Ex.ª o Sr. Alexandre Beldiman, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Berlim;
 S. Ex.ª o Sr. Edgard Mavrocordato, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya.
- Sua Magestade o Imperador de Todas as Russias:
 S. Ex.ª o Sr. Nelidow, Seu Conselheiro Privado Actual, Seu Embaixador em Paris.
 S. Ex.ª o Sr. de Martens, Seu Conselheiro-Privado, Membro Permanente do Conselho do Ministerio Imperial dos Negocios Estrangeiros, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
 S. Ex.ª o Sr. Tcharykow, Seu Conselheiro de Estado, Seu Camarista, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya.
- O Presidente da Republica de S. Salvador:
 O Sr. Pedro I. Matheu, Encarregado de Negocios da Republica em Paris, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
 O Sr. Santiago Perez Triana, Encarregado de Negocios da Republica em Londres.
- Sua Magestade o Rei da Servia:
 S. Ex.ª Sr. o Sava Grouitch, General, Presidente do Conselho do Estado;
 S. Ex.ª o Sr. Milovan Milovanovitch, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Roma, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.
 S. Ex.ª Sr. o Michel Militchevitch, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Londres e na Haya.
- Sua Magestade o Rei de Sião:
 Mom Chatidej Udom, Major-General;
 O Sr. C. Corragioni d'Orrelli, Seu Conselheiro de Legação;
 Luang Bhuvanarth Narubal, Capitão.
- Sua Magestade o Rei da Suecia, dos Godos e dos Vendos:
 S. Ex.ª o Sr. Knut Hjalmar Leonard Hammarckjold, Seu Antigo Ministro da Justiça, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Copenhague, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
 Sr. Johannes Hellner, Seu Antigo Ministro sem pasta, Antigo Membro do Supremo Tribunal da Suecia, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.

Le Conseil Fédéral Suisse :

Son Excellence M. Gaston Carlin, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la Confédération Suisse à Londres et à La Haye ;
M. Eugène Borel, colonel d'état major-général, professeur à l'université de Genève ;
M. Max Huber, professeur de droit à l'université de Zürich.

Sa Majesté l'Empereur des Ottomans :

Son Excellence Turkhan Pacha, Son ambassadeur extraordinaire, ministre de l'évkaf ;
Son Excellence Rechid Bey, Son ambassadeur à Rome ;
Son Excellence Mehemed Pacha, vice-amiral.

Le Président de la République Orientale de l'Uruguay :

Son Excellence M. José Battle y Ordoñez, ancien président de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage ;
Son Excellence M. Juan P. Castro, ancien président du sénat, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président des Etats-Unis de Vénézuéla :

M. José Gil Fortoul, chargé d'affaires de la République à Berlin.

Lesquels, après avoir déposé leurs pleins pouvoirs trouvés en bonne et due forme, sont convenus des dispositions suivantes :

CHAPITRE I

Des Droits et des Devoirs des Puissances neutres

ARTICLE PREMIER

Le territoire des Puissances neutres est inviolable.

ARTICLE 2

Il est interdit aux belligérants de faire passer à travers le territoire d'une Puissance neutre des troupes ou des convois, soit de munitions, soit d'approvisionnements.

ARTICLE 3

Il est également interdit aux belligérants :
a) D'installer sur le territoire d'une Puissance neutre une station radio-télégraphique ou tout appareil destiné à servir comme moyen de communication avec des forces belligérantes sur terre ou sur mer ;
b) D'utiliser toute installation de ce genre établie par eux avant la guerre sur le territoire de la Puissance neutre dans un but exclusivement militaire, et qui n'a pas été ouverte au service de la correspondance publique.

ARTICLE 4

Des corps de combattants ne peuvent être formés, ni des bureaux d'enrôlement ouverts, sur le territoire d'une Puissance neutre au profit des belligérants.

ARTICLE 5

Une Puissance neutre ne doit tolérer sur son territoire aucun des actes visés par les articles 2 à 4.
Elle n'est tenue de punir des actes contraires à la neutralité que si ces actes ont été commis sur son propre territoire.

ARTICLE 6

La responsabilité d'une Puissance neutre n'est pas engagée par le fait que des individus passent isolément la frontière pour se mettre au service de l'un des belligérants.

ARTICLE 7

Une Puissance neutre n'est pas tenue d'empêcher l'exportation ou le transit, pour le compte de l'un ou de l'autre des belligérants, d'armes, de munitions, et, en général, de tout ce qui peut être utile à une armée ou à une flotte.

ARTICLE 8

Une Puissance neutre n'est pas tenue d'interdire ou de restreindre l'usage, pour les belligérants, des câbles télégraphiques ou téléphoniques, ainsi que des appareils de télégraphie sans fil, qui sont, soit sa propriété, soit celle de compagnies ou de particuliers.

ARTICLE 9

Toutes mesures restrictives ou prohibitives prises par une Puissance neutre à l'égard des matières visées par les articles 7 et 8 devront être uniformément appliquées par elle aux belligérants.

La Puissance neutre veillera au respect de la même obligation par les compagnies ou particuliers propriétaires de câbles télégraphiques ou téléphoniques ou d'appareils de télégraphie sans fil.

ARTICLE 10

Ne peut être considéré comme un acte hostile le fait, par une Puissance neutre, de repousser, même par la force, les atteintes à sa neutralité.

O Conselho Federal Suíço :

S. Ex.ª o Sr. Gaston Carlin, Enviado Extraordinario da Confederação Suíça em Londres e na Haya ;
O Sr. Eugène Borel, Coronel do Estado Maior General, Professor da Universidade de Genebra ;
O Sr. Max Huber, Professor de Direito na Universidade de Zürich.

Sua Majestade o Imperador dos Ottomanos :

S. Ex.ª Turkhan Pacha, Seu Embaixador Extraordinario, Ministro do Evkaf ;
S. Ex.ª Rechid Bey, Seu Embaixador em Roma ;
S. Ex.ª Mehemed Pacha, Vice-Almirante.

O Presidente da Republica Oriental do Uruguay :

S. Ex.ª o Sr. José Battle y Ordoñez, Antigo Presidente da Republica, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem ;
S. Ex.ª o Sr. Juan P. Castro, Antigo Presidente do Senado, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Paris, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.

O Presidente dos Estados Unidos de Venezuela :

o Sr. José Gil Fortoul, Encarregado de Negocios da Republica em Berlim.

Os quaes, tendo depositado os seus plenos poderes, achados em boa e devida forma, convieram nas disposições seguintes :

CAPITULO I

Dos direitos e deveres das Potencias neutras

ARTIGO 1.º

O territorio das Potencias neutras é inviolavel.

ARTIGO 2.º

É prohibido aos belligerantes fazer atravessar o territorio de uma Potencia neutral por tropas ou por comboios, quer de munições, quer de aprovisionamentos.

ARTIGO 3.º

É igualmente prohibido aos belligerantes :
a) Estabelecer no territorio de uma Potencia neutral estações radio-telegraphicas ou quaesquer aparelhos destinados a servir de meio de comunicação com forças belligerantes em terra ou ao mar.
b) Fazer uso de qualquer instalação d'este genero por elles estabelecida antes da guerra no territorio da Potencia neutral com fins exclusivamente militares, e que não tenha sido aberta ao serviço da correspondencia publica.

ARTIGO 4.º

No territorio de uma Potencia neutral não poderão formar-se corpos de combatentes nem abrir repartições de alistamento em proveito dos belligerantes.

ARTIGO 5.º

A Potencia neutral não deve tolerar no seu territorio nenhum dos actos a que se referem os artigos 2.º a 4.º
Só tem obrigação de castigar os actos contrarios á neutralidade, quando taes actos tiverem sido praticados no seu proprio territorio.

ARTIGO 6.º

Não envolve responsabilidade para a Potencia neutral o facto de alguns individuos atravessarem isoladamente a fronteira para entrarem ao serviço de um dos belligerantes.

ARTIGO 7.º

A Potencia neutral não é obrigada a impedir a exportação ou o transito, por conta de qualquer dos belligerantes, de armas, de munições e, em geral, de tudo quanto possa ser util a um exercito ou a uma esquadra.

ARTIGO 8.º

A Potencia neutral não é obrigada a prohibir ou restringir o uso, pelos belligerantes, dos fios telegraphicos ou telephonicos, e dos aparelhos de telegraphia sem fios, quer sejam propriedade sua, quer de companhias ou de particulares.

ARTIGO 9.º

Todas as medidas restrictivas ou prohibitivas tomadas por uma Potencia neutral, relativamente ás materias a que se referem os artigos 7.º e 8.º, devem ser por ella uniformemente applicadas aos belligerantes.

A Potencia neutral velará pela observancia da mesma obrigação por parte das companhias ou dos particulares proprietarios de fios telegraphicos ou telephonicos, ou de aparelhos de telegraphia sem fios.

ARTIGO 10.º

Não poderá ser considerado acto de hostilidade o facto de uma Potencia neutral repellir, até pela força, as tentativas contrarias á sua neutralidade.

CHAPITRE II

Des belligérants internés et des blessés soignés chez les neutres

ARTICLE 11

La Puissance neutre qui reçoit sur son territoire des troupes appartenant aux armées belligérantes, les internera, autant que possible, loin du théâtre de la guerre. Elle pourra les garder dans des camps, et même les enfermer dans des forteresses ou dans des lieux appropriés à cet effet.

Elle décidera si les officiers peuvent être laissés libres en prenant l'engagement sur parole de ne pas quitter le territoire neutre sans autorisation.

ARTICLE 12

A défaut de convention spéciale, la Puissance neutre fournira aux internés les vivres, les habillements et les secours commandés par l'humanité.

Bonification sera faite, à la paix, des frais occasionnés par l'internement.

ARTICLE 13

La Puissance neutre qui reçoit des prisonniers de guerre évadés les laissera en liberté. Si elle tolère leur séjour sur son territoire, elle peut leur assigner une résidence.

La même disposition est applicable aux prisonniers de guerre amenés par des troupes se réfugiant sur le territoire de la Puissance neutre.

ARTICLE 14

Une Puissance neutre pourra autoriser le passage sur son territoire des blessés ou malades appartenant aux armées belligérantes, sous la réserve que les trains qui les amèneront ne transporteront ni personnel, ni matériel de guerre. En pareil cas, la Puissance neutre est tenue de prendre les mesures de sûreté et de contrôle nécessaires à cet effet.

Les blessés ou malades amenés dans ces conditions sur le territoire neutre par un des belligérants, et qui appartiendraient à la partie adverse, devront être gardés par la Puissance neutre de manière qu'ils ne puissent de nouveau prendre part aux opérations de la guerre. Cette Puissance aura les mêmes devoirs quant aux blessés ou malades de l'autre armée qui lui seraient confiés.

ARTICLE 15

La Convention de Genève s'applique aux malades et aux blessés internés sur territoire neutre.

CHAPITRE III

Des personnes neutres

ARTICLE 16

Sont considérés comme neutres les nationaux d'un État qui ne prend pas part à la guerre.

ARTICLE 17

Un neutre ne peut pas se prévaloir de sa neutralité

a) S'il commet des actes hostiles contre un belligérant ;

b) S'il commet des actes en faveur d'un belligérant, notamment s'il prend volontairement du service dans les rangs de la force armée de l'une des Parties.

En pareil cas, le neutre ne sera pas traité plus rigoureusement par le belligérant contre lequel il s'est départi de la neutralité que ne pourrait l'être, à raison du même fait, un national de l'autre État belligérant.

ARTICLE 18

Ne seront pas considérés comme actes commis en faveur d'un des belligérants, dans le sens de l'article 17, lettre b) :

a) Les fournitures faites ou les emprunts consentis à l'un des belligérants, pourvu que le fournisseur ou le prêteur n'habite ni le territoire de l'autre Partie, ni le territoire occupé par elle, et que les fournitures ne proviennent pas de ces territoires ;

b) Les services rendus en matière de police ou d'administration civile.

CHAPITRE IV

Du matériel des chemins de fer

ARTICLE 19

Le matériel des chemins de fer provenant du territoire de Puissances neutres, qu'il appartienne à ces Puissances ou à des sociétés ou personnes privées, et reconnaissable comme tel, ne pourra être réquisitionné et utilisé par un belligérant que dans le cas et la mesure où l'exige une impérieuse nécessité. Il sera renvoyé aussitôt que possible dans le pays d'origine.

La Puissance neutre pourra de même, en cas de nécessité, retenir et utiliser, jusqu'à due concurrence, le matériel provenant du territoire de la Puissance belligérante.

Une indemnité sera payée de part et d'autre, en proportion du matériel utilisé et de la durée de l'utilisation.

CAPITULO II

Dos belligerantes internados e dos feridos em tratamento em territorio neutral

ARTIGO 11.º

A Potencia neutral, que receber no seu territorio tropas pertencentes aos exercitos belligerantes, interná-las-ha, tanto quanto possivel, longe do theatro da guerra.

Poderá igualmente conservá-las nos acampamentos e até encerrá-las em fortalezas ou logares proprios para esse fim.

Resolverá se os officiaes poderão ser deixados em liberdade, tomando o compromisso, sob palavra, de não sairem do territorio neutral sem autorizaçào.

ARTIGO 12.º

Na falta de convençào especial, a Potencia neutral fornecerá aos internados os alimentos, vestuarios e soccorros que os sentimentos humanitarios recomendam.

As despesas ocasionadas pelo internato serão saldadas quando restabelecida a paz.

ARTIGO 13.º

A Potencia neutral que receber prisioneiros de guerra evadidos deixá-los-ha em liberdade. Se tolerar a permanencia d'elles no seu territorio poderá marcar-lhes uma residencia determinada.

A mesma disposiçào é applicavel aos prisioneiros de guerra trazidos por tropas que se refugiarem no territorio da Potencia neutral.

ARTIGO 14.º

A Potencia neutral poderá autorizar a passagem pelo seu territorio dos feridos ou doentes que façam parte dos exercitos belligerantes, sob a reserva de que os comboios que os conduzirem não transportarão nem pessoal nem material de guerra. Em tal caso, a Potencia neutral ficará obrigada a tomar as medidas de segurança e de fiscalizaçào necessarias para esse effeito.

Os feridos ou doentes, levados nestas condiçõe para territorio neutro por um dos belligerantes, e pertencentes á parte adversa, terão de ser vigiados pela Potencia neutral de maneira que não possam novamente tomar parte nas operaçõe da guerra.

Esta Potencia terá os mesmos deveres em relaçào aos feridos ou doentes do outro exercito que lhe forem confiados.

ARTIGO 15.º

A Convençào de Genebra é applicavel aos doentes e feridos internados em territorio neutro.

CAPITULO III

Das pessoas neutraes

ARTIGO 16.º

São considerados neutros os nacionaes de um Estado que não toma parte na guerra.

ARTIGO 17.º

O neutro não pode prevalecer-se da sua neutralidade:

a) Se praticar actos de hostilidade contra um belligerante;

b) Se praticar actos em favor de um belligerante, especialmente se se alistar voluntariamente nas fileiras da força armada de uma das Partes.

Em tal caso, o neutro não será tratado pelo belligerante, contra o qual deixou de observar a neutralidade, mais rigorosamente do que o poderia ser, por igual facto, um nacional do outro Estado belligerante.

ARTIGO 18.º

Não serão considerados como actos praticados a favor de um dos belligerantes, no sentido do artigo 17.º, letra b):

a) Os fornecimentos feitos, ou os emprestimos consentidos a um dos belligerantes, comtanto que aquelle que fornece ou o que empresta não resida no territorio da outra Parte, nem em territorio por ella occupado, e que os fornecimentos não sejam provenientes d'esses territorios.

b) Os serviços prestados em materia de policia ou de administração civil.

CAPITULO IV

Do material dos caminhos de ferro

ARTIGO 19.º

O material dos caminhos de ferro, proveniente do territorio de Potencias neutraes, quer pertença a essas Potencias, quer a sociedades ou pessoas privadas, e que como tal possa ser reconhecido, não poderá ser requisitado e utilizado por um belligerante, salvo quando e nos limites em que o exijir uma imperiosa necessidade. Logo que possivel for, será devolvido ao país de origem.

A Potencia neutral poderá igualmente, em caso de necessidade, reter em seu poder, e utilizar até justa concorrência o material proveniente do territorio da Potencia belligerante.

Por uma e outra parte será paga uma indemnidade em proporçào do material utilizado e da duraçào da utilizaçào.

CHAPITRE V

Dispositions finales

ARTICLE 20

Les dispositions de la présente Convention ne sont applicables qu'entre les Puissances contractantes et seulement si les belligérants sont tous parties à la Convention.

ARTICLE 21

La présente Convention sera ratifiée aussitôt que possible.

Les ratifications seront déposées à La Haye.

Le premier dépôt de ratifications sera constaté par un procès-verbal signé par les représentants des Puissances qui y prennent part et par le Ministre des Affaires Étrangères des Pays-Bas.

Les dépôts ultérieurs de ratifications se feront au moyen d'une notification écrite, adressée au Gouvernement des Pays-Bas et accompagnée de l'instrument de ratification.

Copie certifiée conforme du procès-verbal relatif au premier dépôt de ratifications, des notifications mentionnées à l'alinéa précédent, ainsi que des instruments de ratification sera immédiatement remise par les soins du Gouvernement des Pays-Bas et par la voie diplomatique aux Puissances conviées à la Deuxième Conférence de la Paix, ainsi qu'aux autres Puissances qui auront adhéré à la Convention. Dans les cas visés par l'alinéa précédent, ledit Gouvernement leur fera connaître en même temps la date à laquelle il a reçu la notification.

ARTICLE 22

Les Puissances non signataires sont admises à adhérer à la présente Convention.

La Puissance qui désire adhérer notifie par écrit son intention au Gouvernement des Pays-Bas en lui transmettant l'acte d'adhésion qui sera déposé dans les archives dudit Gouvernement.

Ce Gouvernement transmettra immédiatement à toutes les autres Puissances copie certifiée conforme de la notification ainsi que de l'acte d'adhésion, en indiquant la date à laquelle il a reçu la notification.

ARTICLE 23

La présente Convention produira effet, pour les Puissances qui auront participé au premier dépôt de ratifications, soixante jours après la date du procès-verbal de ce dépôt et, pour les Puissances qui ratifieront ultérieurement ou qui adhéreront, soixante jours après que la notification de leur ratification ou de leur adhésion aura été reçue par le Gouvernement des Pays-Bas.

ARTICLE 24

S'il arrivait qu'une des Puissances contractantes voulût dénoncer la présente Convention, la dénonciation sera notifiée par écrit au Gouvernement des Pays-Bas, qui communiquera immédiatement copie certifiée conforme de la notification à toutes les autres Puissances, en leur faisant savoir la date à laquelle il l'a reçue.

La dénonciation ne produira ses effets qu'à l'égard de la Puissance qui l'aura notifiée et un an après que la notification en sera parvenue au Gouvernement des Pays-Bas.

ARTICLE 25

Un registre tenu par le Ministère des Affaires Étrangères des Pays-Bas indiquera la date du dépôt des ratifications effectué en vertu de l'article 21, alinéas 3 et 4, ainsi que la date à laquelle auront été reçues les notifications d'adhésion (article 22, alinéa 2) ou de dénonciation (article 24, alinéa 1).

Chaque Puissance contractante est admise à prendre connaissance de ce registre et à en demander des extraits certifiés conformes.

En foi de quoi, les Plénipotentiaires ont revêtu la présente Convention de leurs signatures.

Fait à La Haye, le dix-huit octobre mil neuf cent sept, en un seul exemplaire qui restera déposé dans les archives du Gouvernement des Pays-Bas et dont des copies, certifiées conformes, seront remises par la voie diplomatique aux Puissances qui ont été conviées à la Deuxième Conférence de la Paix.

1. Pour l'Allemagne:
Marschall.
Kriege.

2. Pour les États Unis d'Amérique:
Joseph H. Choate.
Horace Porter.
U. M. Rose.
David Jayne Hill.
C. S. Sperry.
William I. Buchanan.

3. Pour l'Argentine:
Roque Saenz Peña.
Luis M. Drago.
C. Rúez Larreta.

La République Argentine fait réserve de l'article 19.

4. Pour l'Autriche-Hongrie:
Mérey.
Baron Macchio.

CAPITULO V

Disposições finais

ARTIGO 20.º

As disposições da presente Convenção não serão applicaveis senão entre as Potencias Contratantes, e somente se os belligerantes forem todos partes nesta Convenção.

ARTIGO 21.º

A presente Convenção será ratificada no mais breve prazo possivel.

As ratificaçõe serão depositadas na Haya. O primeiro deposito de ratificaçõe será consignado numa acta assinada pelos representantes das Potencias que tomarem parte nelle e pelo Ministro dos Negocios Estrangeiros dos Países Baixos.

Os depositos ulteriores de ratificaçõe serão effectuados por meio de uma notificaçào escrita, dirigida ao Governo dos Países Baixos, acompanhada do instrumento de ratificaçào.

Serão immediatamente remettidas, ao cuidado do Governo dos Países Baixos, e por via diplomatica, ás Potencias convocadas á Segunda Conferencia da Paz e ás outras Potencias que adherirem á Convenção, copias autenticas da acta relativa ao primeiro deposito de ratificaçõe, das notificaçõe mencionadas na alinea precedente e dos instrumentos de ratificaçào.

Nos casos a que se refere a alinea precedente, o dito Governo fará ao mesmo tempo saber ás referidas Potencias a data em que tiver recebido a notificaçào.

ARTIGO 22.º

As Potencias não signatarias são admittidas a adherir á presente Convenção.

A Potencia que desejar adherir notificará por escrito a sua intençào ao Governo dos Países Baixos, transmittindo-lhe o acto de adhesão que será depositado nos archivos do dito Governo.

Este Governo transmittirá immediatamente a todas as outras Potencias copias autenticas da notificaçào e do acto de adhesão, indicando a data em que tiver recebido a notificaçào.

ARTIGO 23.º

A presente Convenção produzirá seus effeitos para as Potencias que tiverem tomado parte no primeiro deposito de ratificaçõe sessenta dias depois da data da acta d'esse deposito; e para as Potencias que ratificarem, ou adherirem ulteriores sessenta dias depois da notificaçào da sua ratificaçào ou da sua adhesão ter sido recebida pelo Governo dos Países Baixos.

ARTIGO 24.º

No caso de uma das Potencias Contratantes querer denunciar a presente Convenção, a denunciaçào será notificada por escrito ao Governo dos Países Baixos, o qual comunicará immediatamente copia autentica da notificaçào a todas as outras Potencias, fazendo-lhes saber a data em que a tiver recebido.

A denunciaçào não produzirá seus effeitos senão com respeito á Potencia que a tiver notificado, e um anno depois da respectiva notificaçào ter sido recebida pelo Governo dos Países Baixos.

ARTIGO 25.º

Um registo a cargo do Ministerio dos Negocios Estrangeiros dos Países Baixos indicará a data do deposito das ratificaçõe effectuadas em virtude do artigo 21.º, alineas 3 e 4 bem como a data em que tiverem sido recebidas as notificaçõe de adhesão (artigo 22.º, alinea 2) ou de denuncia (artigo 24.º, alinea 1).

Cáda uma das Potencias contratantes será admittida a tomar conhecimento d'esse registo e a pedir extractos autenticos do mesmo.

Em fé do que os Plénipotenciarios appuseram na presente Convenção as suas assinaturas.

Feito na Haya aos dezoito de outubro de mil novecentos e sete em um unico exemplar que ficará depositado nos archivos do Governo dos Países Baixos e do qual serão remettidas copias autenticas pela via diplomatica ás Potencias que foram convocadas á Segunda Conferencia da Paz.

1 Pela Allemanha:
Marschall.
Kriege.

2 Pelos Estados Unidos da America:
Joseph H. Choate.
Horace Porter.
U. M. Rose.
David Jayne Hill.
C. S. Sperry.
William I. Buchanan.

3 Pela Argentina:
Roque Saenz Peña.
Luis M. Drago.
C. Rúez Larreta.

A Republica Argentina fez reserva do artigo 19.º

4 Pela Austria-Hungria:
Mérey.
Baron Macchio.

5. Pour la Belgique:
A. Beernaert.
J. Van den Heuvel.
Guillaums.
6. Pour la Bolivie:
Claudio Pinilla.
7. Pour le Brésil:
Ruy Barbosa.
E. Lisboa.
8. Pour la Bulgarie:
Général-Major Vinaroff.
Iv. Karandjoulouff.
9. Pour le Chili:
Domingo Gana.
Augusto Matte.
Carlos Concha.
10. Pour la Chine:
11. Pour la Colombie:
Jorge Holguin.
S. Perez Triana.
M. Vargas.
12. Pour la République de Cuba:
Antonio S. de Bustamante.
Gonzalo de Quesada.
Manuel Sanguily.
13. Pour le Danemark:
C. Brun.
14. Pour la République Dominicaine:
Dr. Henriquez y Carvajal.
Apolinar Tejera.
15. Pour l'Équateur:
Victor M. Rendon.
E. Dorn y de Alsia.
16. Pour l'Espagne:
W. R. de Villa Urrutia.
José de la Rica y Calvo.
Gabriel Maura.
17. Pour la France:
Léon Bourgeois.
D'Estournelles de Constant.
L. Renault.
Marcellin Pellet.
18. Pour la Grande-Bretagne:
Edw Fry.
Ernest Satow.
Reay.
Henry Howard.
- Sous réserve des articles 16, 17 et 18.
19. Pour la Grèce:
Cléon Rizo Rangabé.
Georges Streit.
20. Pour le Guatemala:
José Tible Machado.
21. Pour le Haïti:
Dalbémar Jn Joseph.
J. N. Léger.
Pierre Hudicourt.
22. Pour l'Italie:
Pompilj.
G. Fusinato.
23. Pour le Japon:
Aimaro Sato.
24. Pour le Luxembourg:
Eyschen.
Comte de Villers.
25. Pour le Mexique:
G. A. Esteva.
S. B. de Mier.
F. L. de la Barra.
26. Pour le Monténégro:
Nelidow.
Martens.
N. Tcharykow.
27. Pour le Nicaragua.
28. Pour la Norvège:
F. Hagerup.
29. Pour le Panama:
B. Porras.
30. Pour le Paraguay:
G. du Monceau.

- 5 Pela Belgica:
A. Beernaert.
J. Van den Heuvel.
Guillaume.
- 6 Pela Bolivia:
Claudio Pinilla.
- 7 Pelo Brasil:
Ruy Barbosa.
E. Lisboa.
- 8 Pela Bulgaria:
General-Major Vinaroff.
Iv. Karandjoulouff.
- 9 Pelo Chile:
Domingo Gana.
Augusto Matte.
Carlos Concha.
- 10 Pela China:
- 11 Pela Colombia:
Jorge Holguin.
S. Perez Triana.
M. Vargas.
- 12 Pela Republica de Cuba:
Antonio S. de Bustamante.
Gonzalo de Quesada.
Manuel Sanguily.
- 13 Pela Dinamarca:
C. Brun.
- 14 Pela Republica Dominicana:
Dr. Henriquez y Carvajal.
Apolinar Tejera.
- 15 Pelo Ecuador:
Victor M. Rendon.
E. Dorn y de Alsia.
- 16 Pela Espanha:
W. R. de Villa Urrutia.
José de la Rica y Calvo.
Gabriel Maura.
- 17 Pela França:
Léon Bourgeois.
D'Estournelles de Constant.
L. Renault.
Marcellin Pellet.
- 18 Pela Gran-Bretanha:
Edw. Fry.
Ernest Satow.
Reay.
Henry Howard.
- Sob reserva dos artigos 16.º, 17.º e 18.º.
- 19 Pela Grecia:
Cléon Rizo Rangabé.
Georges Streit.
- 20 Pelo Guatemala:
José Tible Machado.
- 21 Pelo Haïti:
Dalbémar Jn Joseph.
J. N. Léger.
Pierre Hudicourt.
- 22 Pela Italia:
Pompilj.
G. Fusinato.
- 23 Pelo Japão:
Aimaro Sato.
- 24 Pelo Luxemburgo:
Eyschen.
Comte de Villers.
- 25 Pelo Mexico:
G. A. Esteva.
S. B. de Mier.
F. L. de la Barra.
- 26 Pelo Montenegro:
Nelidow.
Martens.
N. Tcharykow.
- 27 Pelo Nicaragua:
- 28 Pela Noruega:
F. Hagerup.
- 29 Pelo Panamá:
B. Porras.
- 30 Pelo Paraguay:
G. du Monceau.

31. Pour les Pays-Bas:
W. H. de Beaufort.
T. M. C. Asser.
Den Beer Poortugaal.
J. A. Röell.
J. A. Loeff.
32. Pour le Pérou:
C. G. Candamo.
33. Pour la Perse:
M. Samad Khan Momtazos-Saltaneh.
M. Ahmed Khan Sadigh ul Mulk.
34. Pour le Portugal:
Marquis de Soveral.
Conde de Selir.
Alberto d'Oliveira.
35. Pour la Roumanie:
Edg. Mavrocordato.
36. Pour la Russie:
Nelidow.
Martens.
N. Tcharykow.
37. Pour le Salvador:
P. J. Matheu.
S. Perez Triana.
38. Pour la Serbie:
S. Grouitch.
M. G. Milovanovitch.
M. G. Militchevitch.
39. Pour le Siam:
Mom Chatidej Udom.
C. Corragioni d'Orelli.
Luang Bhitvanarth Naritbal.

40. Pour la Suède:
K. H. L. Hammarskjöld.
Joh. Hellner.

41. Pour la Suisse:
Carlin.

42. Pour la Turquie:
Turkhan.

43. Pour l'Uruguay:
José Batlle y Ordoñez.

44. Pour le Vénézuéla:
J. Gil Fortoul.

Certifié pour copie conforme:
Le Secrétaire-Général du Ministère des Affaires Etrangères des Pays-Bas, *S. Hammema.*

VI.— Convention relative au régime des navires de commerce ennemis au début des hostilités

Sa Majesté l'Empereur d'Allemagne, Roi de Prusse; le Président de la République Argentine; Sa Majesté l'Empereur d'Autriche, Roi de Bohême etc., et Roi Apostolique de Hongrie; Sa Majesté le Roi des Belges; le Président de la République de Bolivie; le Président de la République des États-Unis du Brésil; Son Altesse Royale le Prince de Bulgarie; le Président de la République du Chili; le Président de la République de Colombie; le Gouverneur Provisoire de la République de Cuba; Sa Majesté le Roi de Danemark; le Président de la République Dominicaine; le Président de la République de l'Équateur; Sa Majesté le Roi d'Espagne; le Président de la République Française; Sa Majesté le Roi du Royaume-Uni de Grande Bretagne et d'Irlande et des Territoires Britanniques au delà des Mers, Empereur des Indes; Sa Majesté le Roi des Hellènes; le Président de la République de Guatemala; le Président de la République d'Haïti; Sa Majesté le Roi d'Italie; Sa Majesté l'Empereur du Japon; Son Altesse Royale le Grand-Duc de Luxembourg, Duc de Nassau; le Président des États-Unis Mexicains; Son Altesse Royale le Prince de Monténégro; Sa Majesté le Roi de Norvège; le Président de la République de Panama; le Président de la République du Paraguay; Sa Majesté la Reine des Pays-Bas; le Président de la République du Pérou; Sa Majesté Impériale le Schah de Perse; Sa Majesté le Roi de Portugal et des Algarves, etc.; Sa Majesté le Roi de Roumanie; Sa Majesté l'Empereur de Toutes les Russies; le Président de la République du Salvador; Sa Majesté le Roi de Serbie; Sa Majesté le Roi de Siam; Sa Majesté le Roi de Suède; le Conseil Fédéral Suisse; Sa Majesté l'Empereur des Ottomans; le Président de la République Orientale de l'Uruguay; le Président des États-Unis de Vénézuéla:

Désireux de garantir la sécurité du commerce international contre les surprises de la guerre et voulant, conformément à la pratique moderne, protéger autant que possible les opérations engagées de bonne foi et en cours d'exécution avant le début des hostilités;

31 Pelos Países Baixos:

W. H. de Beaufort.
T. M. C. Asser.
Don Beer Poortugaal.
J. A. Röell.
J. A. Loeff.

32 Pelo Peru:

C. G. Candamo.

33 Pela Persia:

M. Samad Khan Momtazos-Saltaneh.
M. Ahmed Khan Sadigh ul Mulk.

34 Por Portugal:

Marquês de Soveral.
Conde de Selir.
Alberto de Oliveira.

35 Pela Romania:

Edg. Mavrocordato.

36 Pela Russia:

Nelidow.
Martens.
N. Tcharykow.

37 Pelo Salvador:

P. J. Matheu.
S. Perez Triana.

38 Pela Servia:

S. Grouitch.
M. G. Milovanovitch.
M. G. Militchevitch.

39 Pelo Sião:

Mom Chatidej Udom.
C. Corragioni d'Orelli.
Luang Bhuvanarth Naribal.

40 Pela Suecia:

K. H. L. Hammarskjöld.
Joh. Hellner.

41 Pela Suíça:

Carlin.

42 Pela Turquia:

Turkhan.

43 Pelo Uruguay:

José Battle y Ordoñez.

44 Por Venezuela:

J. Gil Fortoul.

Certificado por copia conforme.

O Secretario geral do Ministerio dos Negocios Estrangeiros dos Países Baixos, S. Hannema.

VI.—Convenção relativa ao regíme dos navios-mercantes inimigos no principio das hostilidades

Sua Majestade o Imperador da Alemanha, Rei da Prussia; o Presidente da Republica Argentina; Sua Majestade o Imperador da Austria, Rei da Bohemia, etc., e Rei Apostolico da Hungria; Sua Majestade o Rei dos Belgas; o Presidente da Republica da Bolivia; o Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil; Sua Alteza Real o Principe da Bulgaria; o Presidente da Republica do Chili; o Presidente da Republica da Colombia; o Governador Provisorio da Republica de Cuba; Sua Majestade o Rei da Dinamarca; o Presidente da Republica Dominicana; o Presidente da Republica do Equador; Sua Majestade o Rei de Espanha; o Presidente da Republica Francesa; Sua Majestade o Rei do Reino Unido da Gran-Bretanha e Irlanda e dos Territorios Britannicos de Alem-Mar, Imperador das Indias; Sua Majestade o Rei dos Hellenos; o Presidente da Republica de Guatemala; o Presidente da Republica do Haiti; Sua Majestade o Rei de Italia; Sua Majestade o Imperador do Japão; Sua Alteza Real o Grão-Duque de Luxemburgo, Duque de Nassau; o Presidente dos Estados Unidos Mexicanos; Sua Alteza Real o Principe de Montenegro; Sua Majestade o Rei da Noruega; o Presidente da Republica do Panamá; o Presidente da Republica do Paraguay; Sua Majestade a Rainha dos Países Baixos; o Presidente da Republica do Peru; Sua Majestade Imperial o Schah da Persia; Sua Majestade o Rei de Portugal e dos Algarves, etc.; Sua Majestade o Rei da Roumania; Sua Majestade o Imperador de Todas as Russias; o Presidente da Republica do Salvador; Sua Majestade o Rei da Servia; Sua Majestade o Rei de Sião; Sua Majestade o Rei da Suecia; o Conselho Federal Suisso; Sua Majestade o Imperador dos Ottomanos; o Presidente da Republica Oriental do Uruguay; o Presidente dos Estados Unidos de Venezuela:

Desejando garantir a segurança do commercio internacional contra as surpresas da guerra, e querendo, em harmonia com a pratica moderna, proteger tanto quanto possível as operações empreendidas de boa fé e em via de realização antes do começo das hostilidades;

Ont résolu de conclure une Convention à cet effet et ont nommé pour Leurs Plénipotentiaires, savoir:

Sa Majesté l'Empereur d'Allemagne, Roi de Prusse:

Son Excellence le baron Marschall de Bieberstein, Son ministre d'état, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire à Constantinople; M. le dr. Johannes Kriege, Son envoyé en mission extraordinaire à la présente Conférence, Son conseiller intime de légation et jurisconsulte au ministère Impérial des affaires étrangères, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président de la République Argentine:

Son Excellence M. Roque Saenz Peña, ancien ministre des affaires étrangères, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Rome, membre de la cour permanente d'arbitrage; Son Excellence M. Luis M. Drago, ancien ministre des affaires étrangères et des cultes de la République, député national, membre de la cour permanente d'arbitrage; Son Excellence M. Carlos Rodriguez Larreta, ancien ministre des affaires étrangères et des cultes de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Sa Majesté l'Empereur d'Autriche, Roi de Bohême, etc., et Roi Apostolique de Hongrie:

Son Excellence M. Gaëtan Mérey de Kapos-Mère, Son conseiller intime, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire; Son Excellence M. le Baron Charles de Macchio, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Athènes.

Sa Majesté le Roi des Belges:

Son Excellence M. Beernaert, Son ministre d'état, membre de la chambre des représentants, membre de l'Institut de France et des Académies Royales de Belgique et de Roumanie, membre d'honneur de l'Institut de droit international, membre de la cour permanente d'arbitrage; Son Excellence M. J. Van den Heuvel, Son ministre d'état, ancien ministre de la justice; Son Excellence M. le baron Guillaume, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye, membre de l'Académie Royale de Roumanie.

Le Président de la République de Bolivie:

Son Excellence M. Claudio Pinilla, ministre des affaires étrangères de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage; Son Excellence M. Fernando E. Guachalla, ministre plénipotentiaire à Londres.

Le Président de la République des États-Unis du Brésil:

Son Excellence M. Ruy Barbosa, ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire, membre de la cour permanente d'arbitrage; Son Excellence M. Eduardo F. S. dos Santos Lisboa, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Son Altesse Royale le Prince de Bulgarie:

M. Vrban Vinaroff, général-major de l'état-major, Son général à la suite; M. Ivan Karandjouloff, procureur-général de la cour de cassation.

Le Président de la République de Chili:

Son Excellence M. Domingo Gana, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Londres; Son Excellence M. Augusto Matte, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Berlin; Son Excellence M. Carlos Concha, ancien ministre de la guerre, ancien président de la chambre des députés, ancien envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Buenos Aires.

Le Président de la République de Colombie:

M. Jorge Holguin, général; M. Santiago Pérez Triana; Son Excellence M. Marceliano Vargas, général, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris.

Le Gouverneur Provisoire de la République de Cuba:

M. Antonio Sanchez de Bustamante, professeur de droit international à l'université de la Havane, sénateur de la République; Son Excellence M. Gonzalo de Quesada y Arostegui, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Washington; M. Manuel Sanguily, ancien directeur de l'Institut d'enseignement secondaire de la Havane, sénateur de la République.

Resolveram celebrar uma Convenção nesse intuito e nomearam seus Plenipotenciarios, a saber:

Sua Majestade o Imperador da Alemanha, Rei da Prussia:

S. Ex.^a o Barão Marschall de Bieberstein, Seu Ministro de Estado, Seu Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario em Constantinopla; O Sr. Dr. Johannes Kriege, Seu Enviado em missão extraordinaria á presente Conferencia, Seu Conselheiro intimo de legação e jurisconsulto no Ministerio Imperial dos Negocios Estrangeiros, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.

O Presidente da Republica Argentina:

S. Ex.^a o Sr. Roque Saenz Peña, antigo Ministro das Negocios Estrangeiros, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Roma, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem; S. Ex.^a o Sr. Luis M. Drago, antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros e dos Cultos da Republica, Deputado, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem. S. Ex.^a o Sr. Carlos Rodriguez Larreta, antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros e dos Cultos da Republica, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.

Sua Majestade o Imperador da Austria, Rei da Bohemia, etc., e Rei Apostolico da Hungria:

S. Ex.^a o Sr. Gaëtan Mérey de Kapos-Mère, Seu Conselheiro Intimo, Seu Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario; S. Ex.^a o Sr. Barão Charles de Macchio, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Athenas.

Sua Majestade o Rei dos Belgas:

S. Ex.^a o Sr. Beernaert, Seu Ministro de Estado, Membro da Camara dos Representantes, Membro do Instituto de França e das Academias Reaes da Belgica e da Roumania, Membro de Honra do Instituto de Direito Internacional, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem. S. Ex.^a o Sr. J. Van den Heuvel, Seu Ministro de Estado, antigo Ministro da Justiça; S. Ex.^a o Sr. Barão Guillaume, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya, Membro da Academia Real da Roumania.

O Presidente da Republica de Bolivia:

S. Ex.^a o Sr. Claudio Pinilla, Ministro dos Negocios Estrangeiros da Republica, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem; S. Ex.^a o Sr. Fernando E. Guachalla, Ministro Plenipotenciario em Londres.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

S. Ex.^a o Sr. Ruy Barbosa, Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem; S. Ex.^a o Sr. Eduardo F. S. dos Santos Lisboa, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya.

Sua Alteza Real o Principe de Bulgaria:

O Sr. Vrban Vinaroff, General-major do Estado Maior, General do seu sequito; O Sr. Ivan Karandjouloff, Procurador Geral do Tribunal de Cassação.

O Presidente da Republica do Chili:

S. Ex.^a o Sr. Domingo Gana, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Londres; S. Ex.^a o Sr. Augusto Matte, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Berlin; S. Ex.^a o Sr. Carlos Concha, antigo Ministro da Guerra, antigo Presidente da Camara dos Deputados, antigo Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Buenos-Aires.

O Presidente da Republica da Colômbia:

O Sr. Jorge Holguin, General; O Sr. Santiago Pérez Triana; S. Ex.^a o Sr. Marceliano Vargas, General, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Paris.

O Governador Provisorio da Republica de Cuba:

O Sr. Antonio Sanchez de Bustamante, professor de direito internacional na universidade da Havana, senador da Republica; S. Ex.^a o Sr. Gonzalo de Quesada y Arostegui, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Washington; O Sr. Manuel Sanguily, Antigo Director do Instituto de Ensino Secundario da Havana, Senador da Republica.

Sa Majesté le Roi de Danemark :

Son Excellence M. Constantin Brun, Son chambellan, Son envoyé extraordinaire à Washington ;

M. Christian Frederik Scheller, contre-amiral ;

M. Axel Vedel, Son chambellan, chef de section au ministère Royal des affaires étrangères.

Le Président de la République Dominicaine :

M. Francisco Henriquez y Carvajal, ancien secrétaire d'état au ministère des affaires étrangères de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage ;

M. Apolinar Tejera, recteur de l'institut professionnel de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président de la République de l'Equateur :

Son Excellence M. Victor Rendon, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris et à Madrid ;

M. Enrique Dorn y de Alsúa, chargé d'affaires.

Sa Majesté le Roi d'Espagne :

Son Excellence M. W. R. de Villa-Urrutia, sénateur, ancien ministre des affaires étrangères, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire à Londres ;

Son Excellence M. José de la Rica y Calvo, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye ;

M. Gabriel Maura y Gamazo, comte de la Mortera, député aux Cortés.

Le Président de la République Française :

Son Excellence M. Léon Bourgeois, ambassadeur extraordinaire de la République, sénateur, ancien président du conseil des ministres, ancien ministre des affaires étrangères, membre de la cour permanente d'arbitrage ;

M. le baron d'Estournelles de Constant, sénateur, ministre plénipotentiaire de première classe, membre de la cour permanente d'arbitrage ;

M. Louis Renault, professeur à la faculté de droit à l'université de Paris, ministre plénipotentiaire honoraire, jurisconsulte du ministère des affaires étrangères, membre de l'Institut de France, membre de la cour permanente d'arbitrage ;

Son Excellence M. Marcellin Pellet, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République Française à La Haye.

Sa Majesté le Roi du Royaume-Uni de Grande Bretagne et d'Irlande et des Territoires Britanniques au delà des Mers, Empereur des Indes :

Son Excellence the Right Honourable Sir Edward Fry, G. C. B., membre du conseil privé, Son ambassadeur extraordinaire, membre de la cour permanente d'arbitrage ;

Son Excellence the Right Honourable Sir Ernest Mason Satow, G. C. M. G., membre du conseil privé, membre de la cour permanente d'arbitrage ;

Son Excellence the Right Honourable Donald James Mackay Baron Reay, G. C. S. I., G. C. I. E., membre du conseil privé, ancien président de l'Institut de droit international ;

Son Excellence Sir Henry Howard, K. C. M. G., C. B., Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Sa Majesté le Roi des Hellènes :

Son Excellence M. Cléon Rizo Rangabé, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Berlin ;

M. Georges Streit, professeur de droit international à l'université d'Athènes, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président de la République de Guatémala :

M. José Tible Machado, chargé d'affaires de la République à La Haye et à Londres, membre de la cour permanente d'arbitrage ;

M. Enrique Gómez Carillo, chargé d'affaires de la République à Berlin.

Le Président de la République d'Haïti :

Son Excellence M. Jean Joseph Dalbemar, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris ;

Son Excellence M. J. N. Léger, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Washington ;

M. Pierre Hudicourt, ancien professeur de droit international public, avocat au barreau de Port au Prince.

Sa Majesté le Roi d'Italie :

Son Excellence le Comte Joseph Tornielli Brusati di Vergano, Sénateur du Royaume, ambassadeur de Sa Majesté le Roi à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage, président de la délégation Italienne ;

Sua Majestade o Rei da Dinamarca :

S. Ex.ª o Sr. Constantin Brun, Seu Camarista, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Washington ;

O Sr. Christian Frederik Scheller, contra-almirante ;

O Sr. Axel Vedel, Seu Camarista, Chefe de Secção no Ministerio Real dos Negocios Estrangeiros.

O Presidente da Republica Dominicana :

O Sr. Francisco Henriquez y Carvajal, antigo Secretario de Estado no Ministerio dos Negocios Estrangeiros da Republica, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem ;

O Sr. Apolinar Tejera, Reitor do Instituto Profissional da Republica, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.

O Presidente da Republica do Equador :

S. Ex.ª o Sr. Victor Rendon, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotencio da Republica em Paris e Madrid ;

O Sr. Enrique Dorn y de Alsúa, Encarregado de Negocios.

Sua Majestade o Rei de Espanha :

S. Ex.ª o Sr. W. R. de Villa-Urrutia, Senador, Antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros, Seu Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario em Londres ;

S. Ex.ª o Sr. José de la Rica y Calvo, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya ;

O Sr. Gabriel Maura y Gamazo, Conde de la Mortera, Deputado ás Cortes.

O Presidente da Republica Francesa :

S. Ex.ª o Sr. Léon Bourgeois, Embaixador Extraordinario da Republica, Senador, Antigo Presidente do Conselho de Ministros, Antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem ;

O Sr. Barão d'Estournelles de Constant, Senador, Ministro Plenipotenciario de 1.ª Classe, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem ;

O Sr. Louis Renault, Professor da Faculdade de Direito na Universidade de Paris, Ministro Plenipotenciario Honorario, Jurisconsulto do Ministerio dos Negocios Estrangeiros, membro do Instituto de França, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem ;

S. Ex.ª o Sr. Marcellin Pellet, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica Francesa na Haya.

Sua Majestade o Rei do Reino Unido da Gran-Bretanha e Irlanda e dos Territorios Britannicos d'alem-mar, Imperador das Indias :

S. Ex.ª The Right Honourable Sir Edward Fry, G. C. B. membro do Conselho Privado, Seu Embaixador Extraordinario, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem ;

S. Ex.ª The Right Honourable Sir Ernest Mason Satow, G. C. M. G., membro do Conselho Privado, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem ;

S. Ex.ª The Right Honourable Donald James Mackay, Baron Reay, G. C. S. I., G. C. I. E., membro do Conselho Privado, Antigo Presidente do Instituto de Direito Internacional ;

S. Ex.ª Sir Henry Howard, K. C. M. G., C. B., Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya.

Sua Majestade o Rei dos Hellenos :

S. Ex.ª o Sr. Cléon Rizo Rangabé, Seu Enviado Extraordinario e Ministro em Berlim ;

O Sr. Georges Streit, Professor de Direito Internacional na Universidade de Athenas, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.

O Presidente da Republica de Guatémala :

O Sr. José Tible Machado, Encarregado de Negocios da Republica na Haya e em Londres, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem ;

O Sr. Enrique Gomez Carillo, Encarregado de Negocios da Republica em Berlim.

O Presidente da Republica do Haïti :

S. Ex.ª o Sr. Jean Joseph Dalbemar, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Paris ;

S. Ex.ª o Sr. J. N. Léger, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Washington ;

O Sr. Pierre Hudicourt, Antigo Professor de Direito Internacional Publico, Advogado nos Tribunaes de Porto-Principe.

Sua Majestade o Rei de Italia :

S. Ex.ª o Conde Joseph Tornielli Brusati Di Vergano, Senador do Reino, Embaixador de Sua Majestade o Rei em Paris, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem, Presidente da Delegação Italiana ;

Son Excellence M. le commandeur Guido Pompilj, député au parlement, secrétaire d'état au ministère Royal des affaires étrangères ;

M. le commandeur Guido Fusinato, conseiller d'état, député au parlement, ancien ministre de l'instruction.

Sa Majesté l'Empereur du Japon :

Son Excellence M. Keiroku Tsudzuki, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire ;

Son Excellence M. Aimaro Sato, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Son Altesse Royale le Grand Duc de Luxembourg, Duc de Nassau :

Son Excellence M. Eyschen, Son ministre d'état, président du gouvernement Gran Ducal ;

M. le comte de Villers, chargé d'affaires du Grand-Duché à Berlin.

Le Président des États-Unis Mexicains :

Son Excellence M. Gonzalo A. Esteva, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Rome ;

Son Excellence M. Sebastian B. de Mier, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris ;

Son Excellence M. Francisco L. de la Barra, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Bruxelles et à La Haye.

Son Altesse Royale le Prince de Monténégro :

Son Excellence M. Nelidow, conseiller privé Impérial actuel, ambassadeur de Sa Majesté l'Empereur de Toutes les Russies à Paris ;

Son Excellence M. de Martens, conseiller privé Impérial, membre permanent du conseil du ministère imperial des affaires étrangères de Russie ;

Son Excellence M. Tcharykow, conseiller d'état Impérial actuel, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de Sa Majesté l'Empereur de Toutes les Russies à La Haye.

Sa Majesté le Roi de Norvège :

Son Excellence M. Francis Hagerup, ancien président du conseil, ancien professeur de droit, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye et à Copenhague, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président de la République de Panama :

M. Belisario Porras.

Le Président de la République du Paraguay :

Son Excellence M. Eusebio Machain, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris ;

M. le comte G. Du Monceau de Bergendal, consul de la République à Bruxelles.

Sa Majesté la Reine des Pays-Bas :

M. W. H. de Beaufort, Son ancien ministre des affaires étrangères, membre de la seconde chambre des états-généraux ;

Son Excellence M. T. M. C. Asser, Son ministre d'état, membre du conseil d'état, membre de la cour permanente d'arbitrage ;

Son Excellence le jonkheer J. C. C. den Beer Poortugael, lieutenant-général en retraite, ancien ministre de la guerre, membre du conseil d'état ;

Son Excellence le Jonkheer J. A. Röell, Son aide de camp en service extraordinaire, vice-amiral en retraite, ancien ministre de la marine ;

M. J. A. Loeff, Son ancien ministre de la justice, membre de la seconde chambre des états généraux.

Le Président de la République du Pérou :

Son Excellence M. Carlos G. Candamo, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris et à Londres, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Sa Majesté Impériale le Schah de Perse :

Son Excellence Samad Khan Momtazos Saltaneh, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage ;

Son Excellence Mirza Ahmed Khan Sadigh Ul Mulk, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Sa Majesté le Roi de Portugal et des Algarves, etc. :

Son Excellence M. le marquis de Soveral, Son conseiller d'état, pair du Royaume, ancien ministre des affaires étrangères, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Londres, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire ;

Son Excellence M. le comte de Selir, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye ;

Son Excellence M. Alberto de Oliveira, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Berne.

- S. Ex.ª o Sr. Commendador Guido Pompilj, Deputado ao parlamento, Sub-Secretario de Estado no Ministerio Real dos Negocios Estrangeiros; O Sr. Commendador Guido Fusinato, Conselheiro de Estado, Deputado do Parlamento, Antigo Ministro da Instrução.
- Sua Majestade o Imperador do Japão:
S. Ex.ª o Sr. Keiroku Tsudzuki, Seu Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario;
S. Ex.ª o Sr. Aimaro Sato, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya.
- Sua Alteza Real o Grão-Duque de Luxemburgo, Duque de Nassau:
S. Ex.ª o Sr. Eischen, Seu Ministro de Estado Presidente do Governo Grão-Ducal;
O Sr. Conde de Villers, Encarregado de Negocios do Grão-Ducado em Berlim.
- O Presidente dos Estados Unidos Mexicanos:
S. Ex.ª o Sr. Gonzalo A. Fsteva, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Roma;
S. Ex.ª o Sr. Sebastião B. de Mier, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Paris;
S. Ex.ª o Sr. Francisco L. de la Barra, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Bruxellas e na Haya.
- Sua Alteza Real o Principe de Montenegro:
Sua Ex.ª o Sr. Nelidow, Conselheiro Privado Imperial actual, Embaixador de Sua Majestade o Imperador de Todas as Russias em Paris;
Sua Ex.ª o Sr. de Martens, Conselheiro Privado Imperial, Membro Permanente do Conselho do Ministerio Imperial dos Negocios Estrangeiros da Russia;
Sua Ex.ª o Sr. Tcharykow, Conselheiro de Estado Imperial actual, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de Sua Majestade o Imperador de Todas as Russias na Haya.
- Sua Majestade o Rei da Noruega:
Sua Ex.ª o Sr. Francis Hagerup, antigo Presidente do Conselho, antigo Professor de Direito, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya e em Copenhague, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.
- O Presidente da Republica de Panamá:
O Sr. Belisario Porras.
- O Presidente da Republica do Paraguay:
Sua Ex.ª o Sr. Eusebio Machain, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Paris;
O Sr. Conde G. Du Monceau de Bergendal, Consul da Republica em Bruxellas.
- Sua Majestade a Rainha dos Países Baixos:
O Sr. W. H. de Beaufort, Seu Antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros, Membro da Segunda Camara dos Estados Geraes;
Sua Ex.ª o Sr. T. M. C. Asser, Seu Ministro de Estado, Membro do Conselho de Estado, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
Sua Ex.ª o Sr. Jonkheer J. C. C. den Beer Portugael Tenente-General Reformado, Antigo Ministro da Guerra, Membro do Conselho de Estado;
Sua Ex.ª o Sr. Jonkheer J. A. Röell, seu Ajudante de Campo em Serviço Extraordinario, Vice-Almirante Reformado, antigo Ministro da Marinha;
O Sr. J. A. Loeff, Seu antigo Ministro da Justiça, Membro da Segunda Camara dos Estados-Geraes.
- O Presidente da Republica do Peru:
Sua Ex.ª o Sr. Carlos G. Candamo, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Paris e em Londres, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.
- Sua Majestade Imperial o Schah da Persia:
Sua Ex.ª o Sr. Samad Khan Momtazos Saltaneh, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Paris, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
Sua Ex.ª o Sr. Mirza Ahmed Khan Sadigh Ul Mulk, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya.
- Sua Majestade o Rei de Portugal e dos Algarves:
Sua Ex.ª o Sr. Marquês de Soveral, Seu Conselheiro de Estado, Par do Reino, Antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Londres, Seu Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario;
Sua Ex.ª o Sr. Conde de Selir, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya;
Sua Ex.ª o Sr. Alberto de Oliveira, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Berne.
- Sa Majesté le Roi de Roumanie:
Son Excellence M. Alexandre Beldiman, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Berlin;
Son Excellence M. Edgar Mavrocordato, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.
- Sa Majesté l'Empereur de Toutes les Russies:
Son Excellence M. Nelidow, Son conseiller privé actuel, Son ambassadeur à Paris;
Son Excellence M. de Martens, Son conseiller privé, membre permanent du conseil du ministère Impérial des affaires étrangères, membre de la cour permanente d'arbitrage;
Son Excellence M. Tcharykow, Son conseiller d'état actuel, Son chambellan, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.
- Le Président de la République du Salvador:
M. Pedro I. Matheu, chargé d'affaires de la République à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage;
M. Santiago Peres Triana, chargé d'affaires de la République à Londres.
- Sa Majesté le Roi de Serbie:
Son Excellence M. Sava Gruitch, général, président du conseil d'état;
Son Excellence M. Milovan Milovanovitch, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Rome, membre de la cour permanente d'arbitrage;
Son Excellence M. Michel Militchevitch, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Londres et à La Haye.
- Sa Majesté le Roi de Siam:
Mon Chatidej Udom, major-général;
M. C. Corragioni d'Orelli, Son conseiller de légation;
Luang Bhūvanarth Narūbal, capitaine.
- Sa Majesté le Roi de Suède, des Goths et des Vendes:
Son Excellence M. Knut Hjalmar Leonard Hammarskjöld, Son ancien ministre de la justice, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Copenhague, membre de la cour permanente d'arbitrage.
M. Johannes Hellner, Son ancien ministre sans portefeuille, ancien membre de la cour suprême de Suède, membre de la cour permanente d'arbitrage;
- Le Conseil Fédéral Suisse:
Son Excellence M. Gaston Carlin, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la Confédération Suisse à Londres et à La Haye;
M. Eugène Borel, colonel d'état major-général, professeur à l'université de Genève;
M. Max Huber, professeur de droit à l'université de Zurich.
- Sa Majesté l'Empereur des Ottomans:
Son Excellence Turkhan Pacha, son ambassadeur extraordinaire, ministre de l'evkaf;
Son Excellence Rechid Bey, son ambassadeur à Rome;
Son Excellence Mehemed Pacha, vice-amiral.
- Le Président de la République Orientale de l'Uruguay:
Son Excellence M. José Battle y Ordoñez, ancien président de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage;
Son Excellence M. Juan P. Castro, ancien président du sénat, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage.
- Le Président des États-Unis de Vénézuéla:
M. José Gil Fortoul, chargé d'affaires de la République à Berlin.
- Lesquels, après avoir déposé leurs pleins pouvoirs trouvés en bonne et due forme, sont convenus des dispositions suivantes:
- ARTICLE 1
Lorsqu'un navire de commerce relevant d'une des Puissances belligérantes se trouve, au début des hostilités, dans un port ennemi, il est désirable qu'il lui soit permis de sortir librement, immédiatement ou après un délai de faveur suffisant, et de gagner directement, après avoir été muni d'un laissez-passer, son port de destination ou tel autre port qui lui sera désigné.
Il en est de même du navire ayant quitté son dernier port de départ avant le commencement de la guerre et entrant dans un port ennemi sans connaître les hostilités.
- ARTICLE 2
Le navire de commerce qui, par suite de circonstances de force majeure, n'aurait pu quitter le port ennemi pendant le délai visé à l'article précédent, ou auquel la sortie n'aurait pas été accordée, ne peut être confisqué.
- Sua Majestade o Rei da Romania:
Sua Ex.ª o Sr. Alexandre Beldiman, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Berlim;
Sua Ex.ª o Sr. Edgard Mavrocordato, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya.
- Sua Majestade o Imperador de Todas as Russias:
Sua Ex.ª o Sr. Nelidow, Seu Conselheiro Privado actual, Seu Embaixador em Paris;
Sua Ex.ª o Sr. de Martens, Seu Conselheiro Privado, Membro Permanente do Conselho do Ministerio Imperial dos Negocios Estrangeiros, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
Sua Ex.ª o Sr. Tcharykow, Seu Conselheiro de Estado actual, Seu camarista, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya.
- O Presidente da Republica do Salvador:
O Sr. Pedro I. Matheu, Encarregado de Negocios da Republica em Paris, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
O Sr. Santiago Perez Triana, Encarregado de Negocios da Republica em Londres.
- Sua Majestade o Rei da Servia:
Sua Ex.ª o Sr. Sava Gruitch, General, Presidente do Conselho de Estado;
Sua Ex.ª o Sr. Milovan Milovanovitch, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Roma, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
Sua Ex.ª o Sr. Michel Militchevitch, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Londres e na Haya.
- Sua Majestade o Rei de Sião:
Mom Chatidej Udom, Major-Generál;
O Sr. C. Corragioni d'Orelli, Seu Conselheiro de Legação;
O Sr. Luang Bhūvanarth Narūbal, Capitão.
- Sua Majestade o Rei da Suecia, dos Godos e dos Vendes:
Sua Ex.ª o Sr. Knut Hjalmar Leonard Hammarskjöld, Seu Ministro da Justiça, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Copenhague, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
O Sr. Johannes Hellner, Seu Antigo Ministro sem pasta, Antigo Membro do Supremo Tribunal da Suecia, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.
- O Conselho Federal Suíço:
Sua Ex.ª o Sr. Gaston Carlin, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Confederação Suíça em Londres e na Haya;
O Sr. Eugène Borel, Coronel do Estado-Maior General, Professor da Universidade de Genebra;
O Sr. Max Huber, Professor de Direito na Universidade de Zurich.
- Sua Majestade o Imperador dos Ottomanos:
Sua Ex.ª o Sr. Turkhan Pacha, Seu Embaixador Extraordinario, Ministro do Evkaf;
Sua Ex.ª o Sr. Rechid Bey, Seu Embaixador em Roma;
Sua Ex.ª o Sr. Mehemed Pacha, Vice-Almirante.
- O Presidente da Republica Oriental do Uruguay:
Sua Ex.ª o Sr. José Battle y Ordoñez, Antigo Presidente da Republica, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
Sua Ex.ª o Sr. Juan P. Castro, Antigo Presidente do Senado, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Paris, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.
- O Presidente dos Estados Unidos de Venezuela:
O Sr. José Gil Fortoul, Encarregado de Negocios da Republica em Berlim.
- Os quaes, tendo depositado os seus plenos poderes, achados em boa e devida forma, convieram nas seguintes disposições:
- ARTIGO 1.º
Quando um navio de commercio dependente de uma das Potencias belligerantes se encontra no inicio das hostilidades num porto inimigo, é para desejar que lhe seja permittido sair livremente, immediatamente, ou num prazo de favor sufficiente e, depois de munido de um documento de livre transito, seguir directamente para o seu porto de destino ou para qualquer outro que lhe seja designado.
O mesmo se applica ao navio que, tendo saído do ultimo porto antes do começo da guerra, entrar num porto inimigo sem ter conhecimento das hostilidades.
- ARTIGO 2.º
Nãõ pode ser confiscado o navio de commercio que, por circunstancias de força maior, nãõ tenha podido sair do porto inimigo no prazo a que se refere o artigo anterior, ou ao qual nãõ tenha sido permittida a saída.

Le belligérant peut seulement le saisir moyennant l'obligation de le restituer après la guerre sans indemnité, ou le réquisitionner moyennant indemnité.

ARTICLE 3

Les navires de commerce ennemis, qui ont quitté leur dernier port de départ avant le commencement de la guerre et qui sont rencontrés en mer ignorants des hostilités, ne peuvent être confisqués. Ils sont seulement sujets à être saisis, moyennant l'obligation de les restituer après la guerre sans indemnité, ou à être réquisitionnés, ou même à être détruits, à charge d'indemnité et sous l'obligation de pourvoir à la sécurité des personnes ainsi qu'à la conservation des papiers de bord.

Après avoir touché à un port de leur pays ou à un port neutre, ces navires sont soumis aux lois et coutumes de la guerre maritime.

ARTICLE 4

Les marchandises ennemies se trouvant à bord des navires visés aux articles 1 et 2 sont également sujettes à être saisies et restituées après la guerre sans indemnité, ou à être réquisitionnées moyennant indemnité, conjointement avec le navire ou séparément.

Il en est de même des marchandises se trouvant à bord des navires visés à l'article 3.

ARTICLE 5

La présente Convention ne vise pas les navires de commerce dont la construction indique qu'ils sont destinés à être transformés en bâtiments de guerre.

ARTICLE 6

Les dispositions de la présente Convention ne sont applicables qu'entre les Puissances contractantes et seulement si les belligérants sont tous parties à la Convention.

ARTICLE 7

La présente Convention sera ratifiée aussitôt que possible.

Les ratifications seront déposées à La Haye.

Le premier dépôt de ratifications sera constaté par un procès-verbal signé par les représentants des Puissances qui y prennent part et par le Ministre des Affaires Étrangères des Pays-Bas.

Les dépôts ultérieurs de ratifications se feront au moyen d'une notification écrite, adressée au Gouvernement des Pays-Bas et accompagnée de l'instrument de ratification.

Copie certifiée conforme du procès-verbal relatif au premier dépôt de ratifications, des notifications mentionnées à l'alinéa précédent, ainsi que des instruments de ratifications, sera immédiatement remise par les soins du Gouvernement des Pays-Bas et par la voie diplomatique aux Puissances conviées à la Deuxième Conférence de la Paix, ainsi qu'aux autres Puissances qui auront adhéré à la Convention. Dans les cas visés par l'alinéa précédent, ledit Gouvernement leur fera connaître en même temps la date à laquelle il a reçu la notification.

ARTICLE 8

Les Puissances non signataires sont admises à adhérer à la présente Convention.

La Puissance qui désire adhérer notifie par écrit son intention au Gouvernement des Pays-Bas en lui transmettant l'acte d'adhésion qui sera déposé dans les archives dudit Gouvernement.

Ce Gouvernement transmettra immédiatement à toutes les autres Puissances copie certifiée conforme de la notification ainsi que de l'acte d'adhésion, en indiquant la date à laquelle il a reçu la notification.

ARTICLE 9

La présente Convention produira effet, pour les Puissances qui auront participé au premier dépôt de ratifications, soixante jours après la date du procès-verbal de ce dépôt et, pour les Puissances qui ratifieront ultérieurement ou qui adhéreront, soixante jours après que la notification de leur ratification ou de leur adhésion aura été reçue par le Gouvernement des Pays-Bas.

ARTICLE 10

S'il arrivait qu'une des Puissances contractantes voulut dénoncer la présente Convention, la dénonciation sera notifiée par écrit au Gouvernement des Pays-Bas qui communiquera immédiatement copie certifiée conforme de la notification à toutes les autres Puissances en leur faisant savoir la date à laquelle il l'a reçue.

La dénonciation ne produira ses effets qu'à l'égard de la Puissance qui l'aura notifiée et un an après que la notification en sera parvenue au Gouvernement des Pays-Bas.

ARTICLE 11

Un registre tenu par le Ministère des Affaires Étrangères des Pays-Bas indiquera la date du dépôt de ratifications effectué en vertu de l'article 7 alinéas 3 et 4, ainsi que la date à laquelle auront été reçues les notifications d'adhésion (article 8 alinéa 2) ou de dénonciation (article 10 alinéa 1).

Chaque Puissance contractante est admise à prendre connaissance de ce registre et à en demander des extraits certifiés conformes.

O belligerante pode unicamente apprehendê-lo, com a obrigação de o restituir depois da guerra sem indemnização, ou requisitá-lo mediante indemnização.

ARTIGO 3.º

Não podem ser confiscados os navios de commercio inimigos que tiverem saído do seu ultimo porto de partida antes do começo da guerra, e forem encontrados no alto mar ignorando as hostilidades. Estão apenas sujeitos a serem apprehendidos, sob condição de restituição depois da guerra, sem indemnização, ou a serem requisitados ou mesmo destruidos mediante indemnização, e sob obrigação de se prover á segurança das pessoas e á conservação dos papeis de bordo.

Depois de haverem tocado num porto do seu país ou num porto neutro, estes navios ficam sujeitos ás leis e costumes da guerra marítima.

ARTIGO 4.º

As mercadorias inimigas que se acharem a bordo dos navios a que se referem os artigos 1.º e 2.º, estão igualmente sujeitas a serem apprehendidas, e restituídas depois da guerra sem indemnização, ou a serem requisitadas mediante indemnização, quer juntamente com o navio, quer separadamente.

A igual procedimento ficam sujeitas as mercadorias que se acharem a bordo dos navios a que se refere o artigo 3.º

ARTIGO 5.º

A presente Convenção não se refere aos navios de commercio cuja construção indique que são destinados a ser transformados em navios de guerra.

ARTIGO 6.º

As disposições da presente Convenção não serão applicaveis senão entre as Potencias contratantes, e sómente se os belligerantes forem todos parte nesta Convenção.

ARTIGO 7.º

A presente Convenção será ratificada no mais breve prazo possível.

As ratificações serão depositadas na Haya.

O primeiro deposito de ratificações será consignado numa acta assinada pelos representantes das Potencias que tomarem parte nelle e pelo Ministro dos Negocios Estrangeiros dos Países Baixos.

Os depositos ulteriores de ratificação serão effectuados por meio de uma notificação escrita, dirigida ao Governo dos Países-Baixos, acompanhada do instrumento de ratificação.

Serão immediatamente remettidas, ao cuidado do Governo dos Países-Baixos e por via diplomatica, ás Potencias convocadas á segunda Conferencia da Paz, bem como ás outras Potencias que adherirem á Convenção, copias autenticas da acta relativa ao primeiro deposito de ratificações, das notificações mencionadas na alinea precedente, e dos instrumentos de ratificação.

Nos casos a que se refere a alinea precedente, o dito Governo dará ao mesmo tempo conhecimento ás referidas Potencias da data em que tiver recebido a notificação.

ARTIGO 8.º

As Potencias não signatarias são admittidas a adherir á presente Convenção.

A Potencia que desejar adherir notificará por escrito a sua intenção ao Governo dos Países Baixos, transmittindo-lhe o acto de adhesão que será depositado nos archivos do dito Governo.

Este Governo transmittirá immediatamente a todas as outras Potencias copias autenticas da notificação e do acto de adhesão, indicando a data em que tiver recebido a notificação.

ARTIGO 9.º

A presente Convenção produzirá seus effectos para as Potencias que tiverem tomado parte no primeiro deposito de ratificações, sessenta dias depois da data da acta d'esse deposito; e para as Potencias que ratificarem ou adherirem ulteriormente, sessenta dias depois de ter sido recebida pelo Governo dos Países-Baixos a notificação da ratificação ou da adhesão d'essas Potencias.

ARTIGO 10.º

No caso de uma das Potencias contratantes querer denunciar a presente Convenção, a denunciação será notificada por escrito ao Governo dos Países-Baixos que comunicará immediatamente copia autentica da notificação a todas as outras Potencias, fazendo-lhes saber a data em que a tiver recebido.

A denunciação não produzirá seus effectos senão com respeito á Potencia que a tiver notificado e um anno depois da notificação ter sido recebida pelo Governo dos Países-Baixos.

ARTIGO 11.º

Um registo a cargo do Ministerio dos Negocios Estrangeiros dos Países-Baixos indicará a data do deposito de ratificações effectuado por virtude do artigo 7.º, alinea 3 e 4, assim como as datas em que tiverem sido recebidas as notificações de adhesão (artigo 8.º, alinea 2) ou de denunciação (artigo 10.º, alinea 1).

Cada uma das Potencias contractantes será admittida a tomar conhecimento e a pedir extratos autenticos d'esse registo.

En foi de quoi, les Plénipotentiaires ont revêtu la présente Convention de leurs signatures.

Faite à La Haye, le dix-huit octobre mil neuf cent sept, en un seul exemplaire qui restera déposé dans les archives du Gouvernement des Pays-Bas et dont des copies, certifiées conformes, seront remises par la voie diplomatique aux Puissances qui ont été conviées à la Deuxième Conférence de la Paix.

1. Pour l'Allemagne:
Marschall.
Krieger.

Sous réserve de l'article 3 et de l'article 4, alinéa 2.

2. Pour les États-Unis d'Amérique.

3. Pour l'Argentine:
Roque Saenz Peña.
Luis M. Drago.
C. Ruez Larreta.

4. Pour l'Autriche-Hongrie:
Mérey.
Baron Macchio.

5. Pour la Belgique:
A. Beernaert.
J. Van den Heuvel.
Guillaume.

6. Pour la Bolivie:
Claudio Pinilla.

7. Pour le Brésil:
Ruy Barbosa.
E. Lisboa.

8. Pour la Bulgarie:
Général-Major Vinaroff.
Iv. Karandjoulouff.

9. Pour le Chili:
Domingo Gana.
Augusto Matte.
Carlos Concha.

10. Pour la Chine.

11. Pour la Colombie:
Jorge Holguin.
S. Perez Triana.
M. Vargas.

12. Pour la République de Cuba:
Antonio S. de Bustamante.
Gonzalo de Quesada.
Manuel Sanguily.

13. Pour le Danemark:
C. Brun.

14. Pour la République Dominicaine:
Dr. Henriquez y Carvajal.
Apolinar Tejera.

15. Pour l'Equateur:
Victor M. Rendon.
E. Dorn y de Aléua.

16. Pour l'Espagne:
W. R. de Villa-Urrutia.
José de la Rica y Calvo.
Gabriel Maura.

17. Pour la France:
Léon Bourgeois.
d'Estournelles de Constant.
L. Renault.
Marcellin Pellet.

18. Pour la Grande-Bretagne:
Edw. Fry.
Ernest Satow.
Reay.
Henry Howard.

19. Pour la Grèce:
Cléon Riso Rangabé.
Georges Streit.

20. Pour le Guatemala:
José Tible Machado.

21. Pour le Haïti:
Dalbemar Jn Joseph.
J. N. Léger.
Pierre Hudicourt.

22. Pour l'Italie:
Pompili.
G. Fusinato.

23. Pour le Japon:
Aimaro Sato.

Em fé do que os Plenipotenciarios appuseram na presente Convenção as suas assignaturas.

Feita na Haya, aos dezoito de outubro de mil novecentos e sete, em um unico exemplar que ficará depositado nos archivos do Governo dos Países Baixos, e do qual serão remetidas copias autenticas, por via diplomatica, ás Potencias que foram convocadas á Segunda Conferencia da Paz.

1 Pela Allemanha :
Marschall.
Kriege.

Sob reserva do artigo 3.º e do artigo 4.º alinea 2.

2 Pelos Estados Unidos da America :

3 Pela Argentina :
Roque Saenz Peña.
Luis M. Drago.
C. Ruez Larreta.

4 Pela Austria-Hungria :
Mérey.
Baron Macchio.

5 Pela Belgica :
A. Beernaert.
J. Van den Heuvel.
Guillaume.

6 Pela Bolivia :
Claudio Pinilla.

7 Pelo Brasil :
Ruy Barbosa.
E. Lisboa.

8 Pela Bulgaria :
General-major Vinaroff.
Iv. Karandjouloff.

9 Pelo Chile :
Domingo Gana.
Augusto Matte.
Carlos Concha.

10 Pela China :

11 Pela Colombia :
Jorge Holguin.
S. Perez Triana.
M. Vargas.

12 Pela Republica de Cuba :
Antonio S. de Bustamante.
Gonzalo de Quesada.
Manuel Sanguily.

13 Pela Dinamarca :
C. Brun.

14 Pela Republica Dominicana :
Dr. Henriquez y Carvajal.
Apolinar Tejera.

15 Pelo Equador :
Victor M. Rendon.
E. Dorn y de Alsúa.

16 Pela Espanha :
W. R. de Villa-Urrutia.
José de la Rica y Calvo.
Gabriel Maura.

17 Pela França :
Léon Bourgeois.
D'Estournelles de Constant.
L. Renault.
Marcellin Pellet.

18 Pela Gran-Bretanha :
Edw. Fry.
Ernest Satow.
Reay.
Henry Howard.

19 Pela Grecia :
Cléon Rizo Rangabé.
Georges Streit.

20 Pelo Guatemala :
José Tibbe Machado.

21 Pelo Haiti :
Dalbemar Jn Joseph.
J. N. Léger.
Pierre Hudicourt.

22 Pela Italia :
Pompili.
G. Fusinato.

23 Pelo Japão :
Aimaro Sato.

24. Pour le Luxembourg :
Eyschen.
Comte de Villers.

25. Pour le Mexique :
G. A. Esteva.
S. B. de Mier.
F. L. de la Barra.

26. Pour le Monténégro :
Nelidow.
Martens.
N. Tcharykow.

27. Pour le Nicaragua :

28. Pour la Norvège :
F. Hagerup.

29. Pour le Panama :
B. Porras.

30. Pour le Paraguay :
G. du Monceau.

31. Pour les Pays-Bas :
W. H. de Beaufort.
T. M. C. Asser.
den Beer Poortugaal.
J. A. Röell.
J. A. Loeff.

32. Pour le Pérou.
C. G. Candamo.

33. Pour la Perse :
M. Samad Khan Momtazos-Saltaneh.
M. Ahmed Khan Sadigh ul Mulk.

34. Pour le Portugal :
Alberto de Oliveira.

35. Pour la Roumanie :
Edg. Mavrocordato.

36. Pour la Russie :
Nelidow.
Martens.
N. Tcharykow.

⊗ Sous réserves formulées à l'art. 3 et l'art. 4, al. 2 de la présente Convention et consignées au procès-verbal de la septième séance plénière du 27 septembre 1907.

37. Pour le Salvador :
P. J. Matheu.
S. Perez Triana.

38. Pour la Serbie :
S. Grouitch.
M. G. Milovanovitch.
M. G. Militchevitch.

39. Pour le Siam :
Mom Chatidej Udom.
C. Corragioni d'Orelli.
Luang Bhuvanarth Narubal.

40. Pour la Suède :
K. H. L. Hammarskjöld.
Joh. Hellner.

41. Pour la Suisse :
Carlin.

42. Pour la Turquie :
Turkhan.

43. Pour l'Uruguay :
José Batlle y Ordoñez.

44. Pour le Vénézuéla.
J. Gil Fortoul.

Certifié pour copie conforme. — Le Secrétaire-Général du Ministère des Affaires Etrangères des Pays-Bas, *S. Hannema.*

VII. — Convention relative à la transformation des navires de commerce en bâtiments de guerre

Sa Majesté l'Empereur d'Allemagne, Roi de Prusse; le Président de la République Argentine; Sa Majesté l'Empereur d'Autriche, Roi de Bohême, etc., et Roi Apostolique de Hongrie; Sa Majesté le Roi des Belges; le Président de la République de Bolivie; le Président de la République des États-Unis du Brésil; Son Altesse Royale le Prince de Bulgarie; le Président de la République de Chili; le Président de la République de Colombie; le Gouverneur Provisoire de la République de Cuba;

24 Pelo Luxemburgo :
Eyschen.
Comte de Villers.

25 Pelo Mexico :
G. A. Esteva.
S. B. de Mier.
F. L. de la Barra.

26 Pelo Montenegro :
Nelidow.
Martens.
N. Tcharykow.

27 Pelo Nicaragua :

28 Pela Noruega :
F. Hagerup.

29 Pelo Panamá :
B. Porras.

30 Pelo Paraguay :
G. du Monceau.

31. Pelos Países-Baixos :
W. H. de Beaufort.
T. M. C. Asser.
den Beer Poortugaal.
J. A. Röell.
J. A. Loeff.

32 Pelo Péru :
C. G. Candamo.

33 Pela Persia :
M. Samad Khan Momtazos-Saltaneh.
M. Ahmed Khan Sadigh ul Mulk.

34 Por Portugal :
Alberto de Oliveira.

35 Pela Romania :
Edg. Mavrocordato.

36 Pela Russia :
Nelidow.
Martens.
N. Tcharykow.

Sob reservas formuladas ao artigo 3.º e ao artigo 4.º, alinea 2, da presente convenção e consignadas na acta da 7.ª sessão plenaria de 27 de setembro de 1907.

37 Pelo Salvador :
P. J. Matheu.
S. Perez Triana.

38 Pela Servia :
S. Grouitch.
M. G. Milovanovitch.
M. G. Militchevitch.

39 Pelo Sião :
Mom Chatidej Udom.
C. Corragioni d'Orelli.
Luang Bhuvanarth Narubal.

40 Pela Suecia :
K. H. L. Hammarskjöld.
Joh. Hellner.

41 Pela Suissa :
Carlin.

42 Pela Turquia :
Turkhan.

43 Pelo Uruguay :
José Batlle y Ordoñez.

44 Pela Venezuela :
J. Gil Fortoul.

Certificado por copia conforme. O Secretario Geral do Ministerio dos Negocios Estrangeiros dos Países-Baixos, *S. Hannema.*

VII. — Convenção relativa á transformação dos navios mercantes em navios de guerra

Sua Majestade o Imperador da Allemanha, Réi da Prussia; o Presidente da Republica Argentina; Sua Majestade o Imperador da Austria, Rei da Bohemia, etc., e Rei Apostolico da Hungria; Sua Majestade o Rei dos Belgas; o Presidente da Republica da Bolivia; o Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil; Sua Alteza Real o Principe da Bulgaria; o Presidente da Republica do Chili; o Presidente da Republica da Colombia; o Governo Provisorio da Republica de Cuba; Sua Majes-

Sa Majesté le Roi de Danemark; le Président de la République de l'Équateur; Sa Majesté le Roi d'Espagne; le Président de la République Française; Sa Majesté le Roi du Royaume-Uni de Grande Bretagne et d'Irlande et des Territoires Britanniques au delà des Mers, Empereur des Indes; Sa Majesté le Roi des Hellènes; le Président de la République de Guatemala; le Président de la République d'Haiti; Sa Majesté le Roi d'Italie; Sa Majesté l'Empereur du Japon; Son Altesse Royale le Grand-Duc de Luxembourg, Duc de Nassau; le Président des États-Unis Mexicains; Son Altesse Royale le Prince de Monténégro; Sa Majesté le Roi de Norvège; le Président de la République de Panama; le Président de la République du Paraguay; Sa Majesté la Reine des Pays-Bas; le Président de la République du Pérou; Sa Majesté Impériale le Schah de Perse; Sa Majesté le Roi de Portugal et des Algarves, etc.; Sa Majesté le Roi de Roumanie; Sa Majesté l'Empereur de Toutes les Russies; le Président de la République du Salvador; Sa Majesté le Roi de Serbie; Sa Majesté le Roi de Siam; Sa Majesté le Roi de Suède; le Conseil Fédéral Suisse; Sa Majesté l'Empereur des Ottomans; le Président des États-Unis de Vénézuéla:

Considérant qu'en vue de l'incorporation en temps de guerre de navires de la marine marchande dans les flottes de combat, il est désirable de définir les conditions dans lesquelles cette opération pourra être effectuée;

Que, toutefois, les Puissances contractantes n'ayant pu se mettre d'accord sur la question de savoir si la transformation d'un navire de commerce en bâtiment de guerre peut avoir lieu en pleine mer, il est entendu que la question du lieu de transformation reste hors de cause et n'est nullement visée par les règles ci-dessous;

Désirant conclure une Convention à cet effet, ont nommé pour Leurs Plénipotentiaires, savoir:

Sa Majesté l'Empereur d'Allemagne, Roi de Prusse;

Son Excellence le baron Marschall de Bieberstein, Son ministre d'état, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire à Constantinople;

M. le dr. Johannes Kriege, Son envoyé en mission extraordinaire à la présente Conférence, Son conseiller intime de légation et jurisconsulte au ministère Impérial des affaires étrangères, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président de la République Argentine:

Son Excellence M. Roque Saenz Peña, ancien ministre des affaires étrangères, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République, à Rome, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. Luis M. Drago, ancien ministre des affaires étrangères et des cultes de la République, député national, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. Carlos Rodriguez Larreta, ancien ministre des affaires étrangères et des cultes de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Sa Majesté l'Empereur d'Autriche, Roi de Bohême, etc., et Roi Apostolique de Hongrie:

Son Excellence M. Gaetan Mérey de Kapos-Mérey, Son conseiller intime, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire;

Son Excellence M. le baron Charles de Macchio, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Athènes.

Sa Majesté le Roi des Belges:

Son Excellence M. Beernaert, Son ministre d'état, membre de la chambre des représentants, membre de l'institut de France et des académies Royales de Belgique et de Roumanie, membre d'honneur de l'institut de droit international, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. J. Van den Heuvel, Son ministre d'état, ancien ministre de la justice;

Son Excellence M. le baron Guillaume, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à la Haye, membre de l'académie Royale de Roumanie.

Le Président de la République de Bolivie:

Son Excellence M. Claudio Pinilla, ministre des affaires étrangères de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. Fernando E. Guachalla, ministre plénipotentiaire à Londres.

Le Président de la République des États-Unis du Brésil:

Son Excellence M. Ruy Barbosa, ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. Eduardo F. S. dos Santos Lisboa, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à la Haye.

tade o Rei da Dinamarca; o Presidente da Republica do Equador; Sua Majestade o Rei de Espanha; o Presidente da Republica Francesa; Sua Majestade o Rei do Reino da Gran-Bretanha e Irlanda e dos Territorios Britannicos de Alem-Mar, Imperador das Indias; Sua Majestade o Rei dos Hellenos; o Presidente da Republica da Guatemala; o Presidente da Republica do Haiti; Sua Majestade o Rei de Italia; Sua Majestade o Imperador do Japão; Sua Altesa Real o Grão Duque de Luxemburgo, Duque de Nassau; o Presidente dos Estados Unidos Mexicanos; Sua Alteza Real o Principe de Montenegro; Sua Majestade o Rei da Noruega; o Presidente da Republica do Panamá; o Presidente da Republica do Paraguay; Sua Majestade a Rainha dos Países Baixos; o Presidente da Republica do Peru; Sua Majestade Imperial o Schah da Persia; Sua Majestade o Rei de Portugal e dos Algarves, etc.; Sua Majestade o Rei da Roumania; Sua Majestade o Imperador de Todas as Russias; o Presidente da Republica do Salvador; Sua Majestade o Rei da Servia; Sua Majestade o Rei de Sião; Sua Majestade o Rei da Suecia; o Conselho Federal Suizo; Sua Majestade o Imperador dos Ottomanos; o Presidente dos Estados Unidos de Venezuela:

Considerando que, na previsão da incorporação em tempo de guerra de navios da marinha mercante nas esquadras de combate, é para desejar que sejam definidas as condições em que poderá effectuar-se esta operação;

Que não tendo, comtudo, as Potencias contratantes conseguido chegar a accordo sobre se a transformação de um navio de commercio em navio de guerra se pode effectuar no alto mar, fica entendido que a questão do local de transformação está fora de discussão, e não é de modo nenhum, abrangida pelas regras abaixo enunciadas.

Desejando celebrar uma Convenção para esse fim, nomearam seus Plenipotenciarios, a saber:

Sua Majestade o Imperador da Alemanha, Rei da Prussia:

S. Ex.ª o Barão Marshall de Bieberstein, Seu Ministro de Estado, Seu Embaixador Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Constantinopla;

Sr. Dr. Johannes Kriege, Seu Enviado em Missão Extraordinaria á presente Conferencia, Seu Conheiro intimo de legação e jurisconsulto no Ministerio Imperial dos Negocios Estrangeiros, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.

O Presidente da Republica Argentina:

S. Ex.ª o Sr. Roque Saenz Peña, antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Roma, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;

S. Ex.ª o Sr. Luis M. Drago, antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros e dos cultos da Republica, Deputado, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;

S. Ex.ª o Sr. Carlos Rodriguez Larreta, antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros e dos Cultos da Republica, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.

Sua Majestade o Imperador da Austria, Rei da Bohemia, etc., e Rei Apostolico da Hungria:

S. Ex.ª o Sr. Gaetan Mérey de Kapos-Mérey, Seu Conselheiro Intimo, Seu Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario;

S. Ex.ª o Sr. Barão Charles de Macchio, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Athenas;

Sua Majestade o Rei dos Belgas:

S. Ex.ª o Sr. Beernaert, Seu Ministro de Estado, membro da Camara dos Representantes, membro do Instituto de França e das Academias Reaes da Belgica e da Romania, membro honorario do Instituto de Direito Internacional, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;

S. Ex.ª o Sr. J. Van den Heuvel, Seu Ministro de Estado, antigo Ministro da Justiça;

S. Ex.ª o Barão Guillaume, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya, membro da Academia Real da Romania.

O Presidente da Republica da Bolivia:

S. Ex.ª o Sr. Claudio Pinilla, Ministro dos Negocios Estrangeiros da Republica, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;

S. Ex.ª M. Fernando E. Guachalla, Ministro Plenipotenciario em Londres.

O Presidente da Republica dos Estados-Unidos do Brasil:

S. Ex.ª o Sr. Ruy Barbosa, Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;

S. Ex.ª o Sr. Eduardo F. S. dos Santos Lisboa, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Haya.

Son Altesse Royale le Prince de Bulgarie: M. Vrban Vinaroff, général-major de l'état-major, son général à la suite; M. Ivan Karandjouloff, procureur-général de la cour de cassation.

Le Président de la République de Chili:

Son Excellence M. Domingo Gana, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Londres,

Son Excellence M. Augusto Matte, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Berlin;

Son Excellence M. Carlos Concha, ancien ministre de la guerre, ancien président de la chambre des députés, ancien envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Buenos Aires.

Le Président de la République de Colombie:

M. Jorge Holguin, général;

M. Santiago Pérez Triana;

Son Excellence M. Marceliano Vargas, général, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris.

Le Gouverneur Provisoire de la République de Cuba:

M. Antonio Sanchez de Bustamante, professeur de droit international à l'université de la Havane, sénateur de la République;

Son Excellence M. Gonzalo de Quezada y Aróstegui, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Washington;

M. Manuel Sanguily, ancien directeur de l'institut d'enseignement secondaire de la Havane, sénateur de la République.

Sa Majesté le Roi de Danemark:

Son Excellence M. Constantin Brun, Son chambellan, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Washington;

M. Christian Frederik Scheller, contre-amiral;

M. Axel Vedel, Son chambellan, chef de section au ministère Royal des affaires étrangères.

Le Président de la République de l'Équateur:

Son Excellence M. Victor Rendón, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris et à Madrid;

M. Enrique Dorn y de Alsúa, chargé d'affaires.

Sa Majesté le Roi d'Espagne:

Son Excellence M. W. R. de Villa-Urrutia, sénateur, ancien ministre des affaires étrangères, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire à Londres;

Son Excellence M. José de la Rica y Calvo, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haya;

M. Gabriel Maura y Gamazo, comte de la Mortera, député aux Cortès.

Le Président de la République Française:

Son Excellence M. Léon Bourgeois, ambassadeur extraordinaire de la République, sénateur, ancien président du conseil des ministres, ancien ministre des affaires étrangères, membre de la cour permanente d'arbitrage;

M. le baron d'Estournelles de Constant, sénateur, ministre plénipotentiaire de première classe, membre de la cour permanente d'arbitrage;

M. Louis Renault, professeur à la faculté de droit à l'université de Paris, ministre plénipotentiaire honoraire, jurisconsulte du ministère des affaires étrangères, membre de l'institut de France, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. Marcellin Pellet, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République Française à La Haye.

Sa Majesté le Roi du Royaume-Uni de Grande Bretagne et d'Irlande et des territoires britanniques au delà des mers, Empereur des Indes:

Son Excellence the Right Honourable Sir Edward Fry, G. C. B., membre du conseil privé, Son ambassadeur extraordinaire, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence the Right Honourable Sir Ernest Mason Satow, G. C. M. G., membre du conseil privé, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence the Right Honourable Donald James Mackay Baron Reay, G. C. S. I., G. C. I. E., membre du conseil privé, ancien président de l'institut de droit international;

Son Excellence Sir Henry Howard, K. C. M. G., C. B., Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Sa Majesté le Roi des Hellènes:

Son Excellence M. Cléon Rizo Rangabé, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Berlin;

M. Georges Streit, professeur de droit international à l'université d'Athènes, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Sua Alteza Real o Principe da Bulgaria:

Sr. Urban Vinaroff, General-major do estado maior, General do seu sequito;
Sr. Ivan. Karandjouloff, Procurador Geral do Tribunal de Cassação.

O Presidente da Republica do Chili:

S. Ex.º o Sr. Domingo Gana, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Londres

S. Ex.º o Sr. Augusto Matte, Enviado Extraordinario e Ministro da Republica em Berlim;

S. Ex.º o Sr. Carlos Concha, antigo Ministro da Guerra, antigo Presidente da Camara dos Deputados, antigo Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Buenos-Ayres.

O Presidente da Republica da Colombia:

Sr. Jorge Holguin, General;

Sr. Santiago Perez Triana;

S. Ex.º o Sr. Marceliano Vargas, General, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Paris.

O Governador Provisorio da Republica de Cuba:

Sr. Antonio Sanchez de Bustamante, professor de direito internacional na Universidade de Havana, Senador da Republica;

S. Ex.º Sr. Gonzalo de Quesada y Arostegui, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Washington;

Sr. Manuel Sanguily, antigo Director do Instituto Secundario de Havana, Senador da Republica.

Sua Majestade o Rei da Dinamarca:

S. Ex.º o Sr. Constantin Brun, Seu Camarista, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Washington;

Sr. Christian Frederik Scheller, Contra-almirante;

Sr. Axel Vedel, Seu Camarista, chefe de secção no Ministerio Real dos Negocios Estrangeiros.

O Presidente da Republica do Equador:

S. Ex.º o Sr. Victor Rendón, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Paris e Madrid;

Sr. Enrique Dorn y de Alsúa, Encarregado de Negocios.

Sua Majestade o Rei de Espanha:

S. Ex.º Sr. W. R. de Villa-Urrutia, Senador, Antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros, Seu Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario em Londres;

S. Ex.º Sr. José de la Rica y Calvo, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya;

Sr. Gabriel Maura y Gamazo, Conde de Mortera, Deputado ás Côrtes;

O Presidente da Republica Francesa:

S. Ex.º o Sr. Léon Bourgeois, Embaixador Extraordinario da Republica, Senador, antigo Presidente do Conselho de Ministros, antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;

Sr. Barão d'Estournelles de Constant, Senador, Ministro Plenipotenciario de 1.ª classe, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;

Sr. Louis Renault, professor da faculdade de direito na Universidade de Paris, Ministro Plenipotenciario Honorario, Jurisconsulto do Ministerio dos Negocios Estrangeiros, membro do Instituto de França, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;

S. Ex.º o Sr. Marcellin Pellet, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica Francesa na Haya.

Sua Majestade o Rei do Reino-Unido da Grã-Bretanha e Irlanda e dos territorios britannicos de alem mar; Imperador das Indias:

S. Ex.º o muito honrado Sir Edward Fry, G. C. B., membro do Conselho Privado, Seu Embaixador Extraordinario, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;

S. Ex.º o muito honrado Sir Ernest Mason Satow, G. C. M. G., membro do Conselho Privado, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;

S. Ex.º o muito honrado Donal James Machay, Baron Reay, G. C. S. I., G. C. I. E., membro do Conselho Privado, antigo Presidente do Instituto de Direito Internacional;

S. Ex.º Sir Henry Howard, K. C. M. G., C. B., Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya.

Sua Majestade o Rei dos Hellenos:

S. Ex.º o Sr. Cléon Rizo Rangabé, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Berlim;

Sr. Georges Streit, professor de direito internacional na Universidade de Athenas, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.

Le Président de la République de Guatémala:

M. José Tible Machado, chargé d'affaires de la République à La Haye et à Londres, membre de la cour permanente d'arbitrage;

M. Enrique Gómez Carillo, chargé d'affaires de la République à Berlin.

Le Président de la République d'Haïti:

Son Excellence M. Jean Joseph Dalbemar, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris;

Son Excellence M. J. N. Léger, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Washington;

M. Pierre Hudicourt, ancien professeur de droit international public, avocat au barreau de Port au Prince.

Sa Majesté le Roi d'Italie:

Son Excellence le comte Joseph Tornielli Brusati di Vergano, sénateur du Royaume, ambassadeur de Sa Majesté le Roi à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage, président de la délégation Italienne, délégué plénipotentiaire;

Son Excellence M. le commandeur Guido Pompili, député au parlement, sous-secrétaire d'état au ministère Royal des affaires étrangères;

M. le commandeur Guido Fusinato, conseiller d'état, député au parlement, ancien ministre de l'instruction.

Sa Majesté l'Empereur du Japon:

Son Excellence M. Keiroku Tsudzuki, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire;

Son Excellence M. Aimaro Sato, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Son Altesse Royale le Grand Duc de Luxembourg, Duc de Nassau:

Son Excellence M. Eyschen, Son ministre d'état, présidente du Gouvernement Grand Ducal;

M. le comte de Villers, chargé d'affaires du Grand-Duché à Berlin.

Le Président des États-Unis Mexicains:

Son Excellence M. Gonzalo A. Esteva, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Rome;

Son Excellence M. Sebastian B. de Mier, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris;

Son Excellence M. Francisco L. de la Barra, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Bruxelles et à La Haye.

Son Altesse Royale le Prince de Monténégro:

Son Excellence M. Nelidow, conseiller privé Impérial actuel, ambassadeur de Sa Majesté l'Empereur de Toutes les Russies à Paris;

Son Excellence M. de Martens, conseiller privé Impérial, membre permanent du conseil du ministère Impérial des affaires étrangères de Russie;

Son Excellence M. Tcharykow, conseiller d'état Impérial actuel, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de Sa Majesté l'Empereur de Toutes les Russies à La Haye.

Sa Majesté le Roi de Norvège:

Son Excellence M. Francis Hagerup, ancien président du conseil, ancien professeur de droit, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye et à Copenhague, membre de cour permanente d'arbitrage.

Le Président de la République de Panama:

M. Belisario Porras.

Le Président de la République du Paraguay:

Son Excellence M. Eusebio Machain, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris;

M. le comte G. Du Monceau de Bergendal, consul de la République à Bruxelles.

Sa Majesté la Reine des Pays-Bas:

M. W. H. de Beaufort, Son ancien ministre des affaires étrangères, membre de la seconde chambre des états-généraux;

Son Excellence M. T. M. C. Asser, Son ministre d'état, membre du conseil d'état, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence le jonkheer J. C. C. den Beer Poortugaal, lieutenant-général en retraite, ancien ministre de la guerre, membre du conseil d'état;

Son Excellence le jonkheer J. A. Röell, Son aide de camp en service extraordinaire, vice-almirant en retraite, ancien ministre de la marine;

M. J. A. Loeff, Son ancien ministre de la justice, membre de la seconde chambre des états généraux.

Le Président de la République du Pérou:

Son Excellence M. Carlos G. Gandamo, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris et à Londres, membre de la cour permanente d'arbitrage.

O Presidente da Republica de Guatemala:

Sr. José Tible Machado, Encarregado de Negocios da Republica na Haya e em Londres, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;

Sr. Enrique Gomez Carillo, Encarregado de Negocios da Republica em Berlim.

O Presidente da Republica de Haiti:

S. Ex.º o Sr. Jean Joseph Dalbemar, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Paris;

S. Ex.º o Sr. J. N. Léger, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Washington;

Sr. Pierre Hudicourt, antigo professor de direito internacional publico, advogado dos tribunales de Port-au-Prince.

Sua Majestade o Rei de Italia:

S. Ex.º o Conde Joseph Tornielli Brusati di Vergano, Senador do Reino, Embaixador de Sua Majestade o Rei em Paris, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem, Presidente da Delegação Italiana;

S. Ex.º Sr. Commendador Guido Pompili, Deputado do Parlamento, Sub-Secretario de Estado no Ministerio dos Negocios Estrangeiros;

Sr. Commendador Guido Fusinato, Conselheiro de Estado Deputado do Parlamento, Antigo Ministro de Instrução;

Sua Majestade o Imperador do Japão:

S. Ex.º Sr. Keiroku Tsudzuki, Seu Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario;

S. Ex.º Sr. Aimaro Sato, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Haya.

Sua Alteza o Grão Duque de Luxemburgo:

S. Ex.º Sr. Eyschen, Seu Ministro de Estado, Presidente do Governo Grão-Ducal;

Sr. Conde de Villers, Encarregado de Negocios de Grão-Ducado em Berlim.

O Presidente dos Estados Unidos Mexicanos:

S. Ex.º Sr. Gonzalo A. Esteva, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Roma;

S. Ex.º Sr. Sebastian B. de Mier, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Paris;

S. Ex.º Sr. Francisci L. de La Barra, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Bruxellas e na Haya.

Sua Alteza Real o Principe de Montenegro:

S. Ex.º Sr. Nelidow, Conselheiro Privado Imperial Actual, Embaixador de Sua Majestade o Imperador de Todas as Russias em Paris;

S. Ex.º Sr. de Martens, Conselheiro Privado Imperial, Membro Permanente do Conselho do Ministerio Imperial dos Negocios Estrangeiros da Russia;

S. Ex.º Sr. Tcharykow, Conselheiro de Estado Imperial Actual, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de Sua Majestade o Imperador de Todas as Russias em Haya.

Sua Majestade o Rei da Noruega:

S. Ex.º Sr. Francis Hagerup, Antigo Presidente do Conselho, Antigo Professor de Direito, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya e Copenhague, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.

O Presidente da Republica de Panamá:

Sr. Belisario Porras.

O Presidente da Republica do Paraguay:

S. Ex.º Sr. Eusebio Machain, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Paris;

Sr. Conde G. Du Monceau de Bergendal, Consul da Republica em Bruxellas.

Sua Majestade a Rainha dos Países Baixos:

Sr. W. H. de Beaufort, Seu Antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros, Membro da Segunda Camara dos Estados Geraes;

S. Ex.º a M. T. M. C. Asser, Seu Ministro de Estado, Membro do Conselho de Estado, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;

S. Ex.º o Jonkheer J. C. C. den Beer Poortugaal Tenente-General Reformado, Antigo Ministro da Guerra, Membro do Conselho de Estado;

S. Ex.º o Jonkheer J. A. Röell, Seu Ajudante de Campo em Serviço Extraordinario, Vice-Almirante Reformado, Antigo Ministro da Marinha;

O Sr. J. A. Loeff, Seu Antigo Ministro de Justiça, Membro da Segunda Camara dos Estados Geraes.

O Presidente da Republica do Peru:

S. Ex.º Sr. Carlos G. Gandamo, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Paris e Londres, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.

Sa Majesté Impériale le Schah de Perse:

Son Excellence Samad Khan Montazos Saltaneh, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage;
Son Excellence Mirza Ahmed Khan Sadigh Ul Mulk, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Sa Majesté le Roi de Portugal et des Algarves. etc.:

Son Excellence M. le marquis de Soveral, Son conseiller d'état, pair du Royaume, ancien ministre des affaires étrangères, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Londres, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire;
Son Excellence M. le comte de Selir, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye;
Son Excellence M. Alberto d'Oliveira, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Berne.

Sa Majesté le Roi de Roumanie:

Son Excellence M. Alexandre Beldiman, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Berlin;
Son Excellence M. Edgar Mavrocordato, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Sa Majesté l'Empereur de Toutes les Russies:

Son Excellence M. Nelidow, Son conseiller privé actuel, Son ambassadeur à Paris;
Son Excellence M. de Martens, Son conseiller privé, membre permanent du conseil du ministère Impérial des affaires étrangères, membre de la cour permanente d'arbitrage;
Son Excellence M. Tcharykow, Son conseiller d'état actuel, Son chambellan, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Le Président de la République du Salvador:

M. Pedro I. Matheu, chargé d'affaires de la République à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage;
M. Santiago Perez Triana, chargé d'affaires de la République à Londres.

Sa Majesté le Roi de Serbie:

Son Excellence M. Sava Grouitch, général, président du conseil d'état;
Son Excellence M. Milovan Milovanovitch, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Rome, membre de la cour permanente d'arbitrage;
Son Excellence M. Michel Militchevitch, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Londres et à La Haye.

Sa Majesté le Roi de Siam:

Mom Chatidej Udom, major-général;
M. C. Corragioni d'Orelli, Son conseiller de légation;
Luang Bhuvanarth Narūbal, capitaine.

Sa Majesté le Roi de Suède, des Goths et des Vendes:

Son Excellence M. Knut Hjalmar Leonard Hammarckjold, Son ancien ministre de la justice, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Copenhague, membre de la cour permanente d'arbitrage;
M. Johannes Hellner, Son ancien ministre sans portefeuille, ancien membre de la cour suprême de Suède, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Conseil Fédéral Suisse:

Son Excellence M. Gaston Carlin, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la Confédération Suisse à Londres et à La Haye;
M. Eugène Borel, colonel d'état major général, professeur à l'université de Genève;
M. Max Huber, professeur de droit à l'université de Zurich.

Sa Majesté l'Empereur des Ottomans:

Son Excellence Turhan Pacha, Son ambassadeur extraordinaire, ministre de l'evkaf;
Son Excellence Rechid Bey, Son ambassadeur à Rome;
Son Excellence Mehemed Pacha, vice-amiral.

Le Président des Etats-Unis de Vénézuéla:

M. José Gil Fortoul, chargé d'affaires de la République à Berlin.

Lesquels, après avoir déposé leurs pléins pouvoirs, trouvés en bonne et due forme, sont convenus des dispositions suivantes:

ARTICLE PREMIER

Aucun navire de commerce transformé en bâtiment de guerre ne peut avoir les droits et les obligations attachés cette qualité, s'il n'est placé sous l'autorité directe, le contrôle immédiat et la responsabilité de la Puissance dont il porte le pavillon.

Sua Majestade Imperial o Schah da Persia:

S. Ex.ª Samad Khan Montazos Saltaneh, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Paris, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
S. Ex.ª Mirza Ahmed Khan Sadigh Ul Mulk, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya.

Sua Majestade o Rei de Portugal e dos Algarves:

S. Ex.ª Marquês de Soveral, Seu Conselheiro de Estado, Par do Reino, Antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Londres, Seu Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario;
S. Ex.ª Sr. Conde Selir, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya;
S. Ex.ª Sr. Alberto de Oliveira, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Berne.

Sua Majestade o Rei da Romania:

S. Ex.ª Sr. Alexandre Beldiman, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Berlin;
S. Ex.ª Sr. Edgard Navrocordato, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya.

Sua Majestade o Imperador de Todas as Russias:

S. Ex.ª Sr. Nelidow, Seu Conselheiro Privado Actual, Seu Embaixador em Paris;
S. Ex.ª Sr. de Martens, Seu Conselheiro Privado, Membro Permanente do Conselho do Ministerio Imperial dos Negocios Estrangeiros, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
S. Ex.ª Sr. Tcharykow, Seu Conselheiro de Estado, Seu Camarista, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya.

O Presidente da Republica do Salvador:

O Sr. Pedro I Matheu, Encarregado de Negocios da Republica em Paris, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
O Sr. Santiago Perez Triana, Encarregado de Negocios da Republica em Londres;

Sua Majestade o Rei da Servia:

S. Ex.ª Sr. Sava Grouitch, General, Presidente do Conselho do Estado;
S. Ex.ª Sr. Milovan Milovanovitch, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Roma, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
S. Ex.ª Sr. Michel Militchevitch, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Londres e na Haya.

Sua Majestade o Rei de Siam:

Mom Chatidej Udom, Major-General;
M. C. Corragioni d'Orelli, Seu Conselheiro de Legação;
Luang Bhuvanarth Narūbal, Capitão.

Sua Majestade o Rei da Suecia, dos Godos e dos Vandalos:

S. Ex.ª Sr. Knut Hjalmar Leonard Hammarckjold, Seu Antigo Ministro da Justiça, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Copenhague, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
O Sr. Johannes Hellner, Seu Antigo Ministro sem pasta, Antigo Membro do Supremo Tribunal da Suecia, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.

O Conselho Federal Suíço:

S. Ex.ª Sr. Gaston Carlin, Enviado Extraordinario da Conferencia Suíça em Londres e na Haya;
O Sr. Eugène Borel, Coronel do Estado Maior General, Professor da Universidade de Genebra;
O Sr. Max Huber, Professor de Direito da Universidade de Zurich.

Sua Majestade o Imperador dos Ottomanos:

S. Ex.ª Turhan Pacha, Seu Embaixador Extraordinario, Ministro de Evkaf;
S. Ex.ª Rechid Bey, Seu Embaixador em Roma;
S. Ex.ª Mehemed Pacha, Vice-Almirante.

Presidente dos Estados Unidos de Venezuela:

Sr. José Gil Fortoul, Encarregado de Negocios da Republica em Berlin.

Os quizes, tendo depositado os seus plenos poderes, achados em boa e devida forma, convieram nas seguintes disposições:

ARTIGO 1.º

Nenhum navio de commercio transformado em navio de guerra poderá ter os direitos, e as obrigações, inherentes a esta qualidade, se não se achar sob a autoridade directa, a fiscalização immediata e a responsabilidade da Potencia de que arvorar a bandeira.

ARTICLE 2

Les navires de commerce transformés en bâtiments de guerre doivent porter les signes extérieurs distinctifs des bâtiments de guerre de leur nationalité.

ARTICLE 3

Le commandant doit être au service de l'Etat et dûment commissionné par les autorités compétentes. Son nom doit figurer sur la liste des officiers de la flotte militaire.

ARTICLE 4

L'équipage doit être soumis aux règles de la discipline militaire.

ARTICLE 5

Tout navire de commerce transformé en bâtiment de guerre est tenu d'observer dans ses opérations, les lois et coutumes de la guerre.

ARTICLE 6

Le belligérant, qui transforme un navire de commerce en bâtiment de guerre, doit, le plus tôt possible, mentionner cette transformation sur la liste des bâtiments de sa flotte militaire.

ARTICLE 7

Les dispositions de la présente Convention ne sont applicables qu'entre les Puissances contractantes et seulement si les belligérants sont tous parties à la Convention.

ARTICLE 8

La présente Convention sera ratifiée aussitôt que possible.

Les ratifications seront déposées à La Haye.

Le premier dépôt de ratifications sera constaté par un procès-verbal signé par les représentants des Puissances qui y prennent part et par le Ministre des Affaires Etrangères des Pays-Bas.

Les dépôts ultérieurs de ratifications se feront au moyen d'une notification écrite, adressée au Gouvernement des Pays-Bas et accompagnée de l'instrument de ratification.

Copie certifiée conforme du procès-verbal relatif au premier dépôt de ratifications, des notifications mentionnées à l'alinéa précédent, ainsi que des instruments de ratification, sera immédiatement remise, par les soins du Gouvernement des Pays-Bas, et par la voie diplomatique, aux Puissances conviées à la Deuxième Conférence de la Paix, ainsi qu'aux autres Puissances qui auront adhéré à la Convention. Dans les cas visés par l'alinéa précédent, ledit Gouvernement leur fera connaître en même temps la date à laquelle il a reçu la notification.

ARTICLE 9

Les Puissances non signataires sont admises à adhérer à la présente Convention.

La Puissance qui désire adhérer notifie par écrit son intention au Gouvernement des Pays-Bas en lui transmettant l'acte d'adhésion qui sera déposé dans les archives dudit Gouvernement.

Ce Gouvernement transmettra immédiatement à toutes les autres Puissances copie certifiée conforme de la notification ainsi que de l'acte d'adhésion, en indiquant la date à laquelle il a reçu la notification.

ARTICLE 10

La présente Convention produira effet, pour les Puissances qui auront participé au premier dépôt de ratifications, soixante jours après la date du procès-verbal de ce dépôt, et pour les Puissances qui ratifieront ultérieurement ou qui adhéreront, soixante jours après que la notification de leur ratification ou de leur adhésion aura été reçue par le Gouvernement des Pays-Bas.

ARTICLE 11

S'il arrivait qu'une des Puissances contractantes voulût dénoncer la présente Convention, la dénonciation sera notifiée par écrit au Gouvernement des Pays-Bas qui communiquera immédiatement copie certifiée conforme de la notification à toutes les autres Puissances en leur faisant savoir la date à laquelle il l'a reçue.

La dénonciation ne produira ses effets qu'à l'égard de la Puissance qui l'aura notifiée et un an après que la notification en sera parvenue au Gouvernement des Pays-Bas.

ARTICLE 12

Un registre tenu par le Ministère des Affaires Etrangères des Pays-Bas indiquera la date du dépôt de ratifications effectué en vertu de l'article 8 alinéas 3 et 4, ainsi que la date à laquelle auront été reçues les notifications d'adhésion (article 9 alinéa 2) ou de dénonciation (article 11 alinéa 1).

Chaque Puissance contractante est admise à prendre connaissance de ce registre et à en demander des extraits certifiés conformes.

En foi de quoi, les Plénipotentiaires ont revêtu la présente Convention de leurs signatures.

Fait à La Haye, le dix-huit octobre mil neuf cent sept, en un seul exemplaire qui restera déposé dans les archives du Gouvernement des Pays-Bas, et dont des copies,

ARTIGO 2.º

Os navios de commercio transformados em navios de guerra deverão trazer os sinaes exteriores que distinguirem os navios de guerra da sua nacionalidade.

ARTIGO 3.º

O commandante deverá estar ao serviço do Estado e devidamente comissionado pelas Autoridades competentes. O seu nome deve figurar na lista dos officiaes da marinha militar.

ARTIGO 4.º

A equipagem deve ser sujeita ás regras da disciplina militar.

ARTIGO 5.º

Todos os navios de commercio transformados em navios de guerra teem obrigação de observar, nas suas operações, as leis e os costumes da guerra.

ARTIGO 6.º

O belligerante que transformar um navio de commercio em navio de guerra deverá, no mais curto prazo possível, mencionar essa transformação na lista dos navios da sua marinha militar.

ARTIGO 7.º

As disposições da presente Convenção não serão applicaveis senão entre as potencias contratantes, e somente se os belligerantes forem todos parte nesta Convenção.

ARTIGO 8.º

A presente Convenção será ratificada no mais breve prazo possível.

As ratificações serão depositadas na Haya.

O primeiro deposito de ratificações será consignado em uma acta assinada pelos representantes das Potencias que tomarem parte nelle, e pelo Ministro dos Negocios Estrangeiros dos Países Baixos.

Os depositos ulteriores de ratificações serão effectuados por meio de uma notificação escrita, dirigida ao Governo dos Países Baixos, acompanhada do instrumento de ratificação.

Serão immediatamente remetidas, ao cuidado do Governo dos Países Baixos, e por via diplomatica, ás Potencias convocadas á segunda conferencia da Paz, e ás outras Potencias que adherirem á Convenção, copias autenticas da acta relativa ao primeiro deposito de ratificações, das notificações mencionadas na alinea precedente, e dos instrumentos de ratificação.

Nos casos a que se refere a alinea precedente, o dito Governo dará ao mesmo tempo conhecimento ás referidas Potencias da data em que tiver recebido a notificação.

ARTIGO 9.º

As Potencias não sinatarias são admittidas a adherir á presente Convenção.

A Potencia que desejar adherir notificará por escrito a sua intenção ao Governo dos Países Baixos, transmittindo-lhe o acto de adhesão, que será depositado nos archivos do dito Governo.

Este Governo transmittirá immediatamente a todas as outras Potencias copias autenticas da notificação e do acto de adhesão, indicando a data em que tiver recebido a notificação.

ARTIGO 10.º

A presente Convenção produzirá seus effectos para as Potencias que tiverem tomado parte no primeiro deposito de ratificações, sessenta dias depois da data da acta d'esse deposito; e, para as Potencias que ratificarem ulteriormente ou adherirem, sessenta dias depois de ter sido recebida pelo Governo dos Países Baixos a notificação da ratificação, ou da adhesão d'essas Potencias.

ARTIGO 11.º

No caso de uma das Potencias contratantes querer denunciar a presente Convenção, a denunciação será notificada por escrito ao Governo dos Países Baixos, que communicará immediatamente copia autentica da notificação a todas as outras Potencias, fazendo-lhes saber a data em que a tiver recebido.

A denunciação não produzirá seus effectos senão com respeito á Potencia que a tiver notificado, e um anno depois da notificação ter sido recebida pelo Governo dos Países Baixos.

ARTIGO 12.º

Um registo a cargo do Ministerio dos Negocios Estrangeiros dos Países Baixos indicará a data do deposito de ratificações effectuado por virtude do artigo 8.º, alíneas 3 e 4, assim como as datas em que tiverem sido recebidas as notificações de adhesão (artigo 9.º, alinea 2) ou de denunciação (artigo 11.º, alinea 1).

Cada uma das Potencias contratantes será admittida a tomar conhecimento d'esse registo e a pedir extractos autenticos do mesmo.

Em fé do que os Plenipotenciarios appuseram na presente Convenção as suas assinaturas.

Feita na Haya, em 18 de outubro de 1907, em um unico exemplar, que ficará depositado nos archivos do Governo dos Países Baixos, e do qual serão remetidas copias

certifiées conformes, seront remises par la voie diplomatique aux Puissances qui ont été conviées à la Deuxième Conférence de la Paix. autenticas por via diplomatica, ás Potencias que foram convocadas á Segunda Conferencia da Paz.

- | | |
|---|---|
| 1. Pour l'Allemagne:
<i>Marschall.</i>
<i>Kriege.</i> | 1 Pela Allemanha:
<i>Marschall.</i>
<i>Kriege.</i> |
| 2. Pour les Etats Unis d'Amérique. | 2 Pelos Estados Unidos da America: |
| 3. Pour l'Argentine:
<i>Roque Saenz Peña.</i>
<i>C. Ruiz Larreta.</i> | 3 Pela Argentina:
<i>Roque Saenz Peña.</i>
<i>C. Ruiz Larreta.</i> |
| 4. Pour l'Autriche-Hongrie:
<i>Mérey.</i>
<i>Bon Macchio.</i> | 4 Pela Austria Hungria:
<i>Mérey.</i>
<i>Baron Macchio.</i> |
| 5. Pour la Belgique:
<i>A. Beernaert.</i>
<i>Van den Heuvel.</i>
<i>Guillaume.</i> | 5 Pela Belgica:
<i>A. Beernaert.</i>
<i>Van den Heuvel.</i>
<i>Guillaume.</i> |
| 6. Pour la Bolivie:
<i>Claudio Pinilla.</i> | 6 Pela Bolivia:
<i>Claudio Pinilla.</i> |
| 7. Pour le Brésil:
<i>Ruy Barbosa.</i>
<i>E. Lisboa.</i> | 7 Pelo Brasil:
<i>Ruy Barbosa.</i>
<i>E. Lisboa.</i> |
| 8. Pour la Bulgarie:
<i>Général-Major Vinaroff.</i>
<i>Iv. Karandjouloff.</i> | 8 Pela Bulgaria:
<i>General-Major Vinaroff.</i>
<i>Iv. Karandjouloff.</i> |
| 9. Pour le Chili:
<i>Domingo Gana.</i>
<i>Augusto Matte.</i>
<i>Carlos Concha.</i> | 9 Pelo Chile:
<i>Domingo Gana.</i>
<i>Augusto Matte.</i>
<i>Carlos Concha.</i> |
| 10. Pour la Chine: | 10 Pela China: |
| 11. Pour la Colombie:
<i>Jorge Holguin.</i>
<i>S. Perez Triana.</i>
<i>M. Vargas.</i> | 11 Pela Colombia:
<i>Jorge Holguin.</i>
<i>S. Perez Triana.</i>
<i>M. Vargas.</i> |
| 12. Pour la République de Cuba:
<i>Antonio S. de Bustamante.</i>
<i>Gonzalo de Quesada.</i>
<i>Manuel Sanguily.</i> | 12 Pela Republica de Cuba:
<i>Antonio S. de Bustamante.</i>
<i>Gonzalo de Quesada.</i>
<i>Manuel Sanguily.</i> |
| 13. Pour le Danemark:
<i>C. Brun.</i> | 13 Pela Dinamarca:
<i>C. Brun.</i> |
| 14. Pour la République Dominicaine: | 14 Pela Republica Dominicana: |
| 15. Pour l'Equateur:
<i>Victor M. Rendón.</i>
<i>E. Dorn y de Alsúa.</i> | 15 Pelo Equador:
<i>Victor M. Rendón.</i>
<i>E. Dorn y de Alsúa.</i> |
| 16. Pour l'Espagne:
<i>W. R. de Villa Urrutia.</i>
<i>José de la Rica y Calvo.</i>
<i>Gabriel Maura.</i> | 16 Pela Espanha:
<i>W. R. de Villa Urrutia.</i>
<i>José de la Rica y Calvo.</i>
<i>Gabriel Maura.</i> |
| 17. Pour la France:
<i>Léon Bourgeois.</i>
<i>D'Estournelles de Constant.</i>
<i>L. Renault.</i>
<i>Marcellin Pellet.</i> | 17 Pela França:
<i>Léon Bourgeois.</i>
<i>D'Estournelles de Constant.</i>
<i>L. Renault.</i>
<i>Marcellin Pellet.</i> |
| 18. Pour la Grande-Bretagne:
<i>Edw. Fry.</i>
<i>Ernest Satow.</i>
<i>Reay.</i>
<i>Henry Howard.</i> | 18 Pela Grã-Bretanha:
<i>Edw. Fry.</i>
<i>Ernest Satow.</i>
<i>Reay.</i>
<i>Henry Howard.</i> |
| 19. Pour la Grèce:
<i>Cléon Rizo Rangabé.</i>
<i>Georges Streit.</i> | 19 Pela Grecia:
<i>Cléon Rizo Rangabé.</i>
<i>Georges Streit.</i> |
| 20. Pour le Guatemala:
<i>José Tible Machado.</i> | 20 Pelo Guatemala:
<i>José Tible Machado.</i> |
| 21. Pour le Haïti:
<i>Dalbémar Jn. Joseph.</i>
<i>J. N. Léger.</i>
<i>Pierre Hudicourt.</i> | 21 Pelo Haiti:
<i>Dalbémar Jn. Joseph.</i>
<i>J. N. Léger.</i>
<i>Pierre Hudicourt.</i> |
| 22. Pour l'Italie:
<i>Pompili.</i>
<i>G. Fusinato.</i> | 22 Pela Italia:
<i>Pompili.</i>
<i>G. Fusinato.</i> |
| 23. Pour le Japon:
<i>Aimaro Sato.</i> | 23 Pelo Japão:
<i>Aimaro Sato.</i> |
| 24. Pour le Luxembourg:
<i>Eyschen.</i>
<i>Cte de Villers.</i> | 24 Pelo Luxemburgo:
<i>Eyschen.</i>
<i>Cumts de Villers.</i> |
| 25. Pour le Mexique:
<i>G. A. Esteva.</i>
<i>S. B. de Mier.</i>
<i>F. L. de la Barra.</i> | 25 Pelo México:
<i>G. A. Esteva.</i>
<i>S. B. de Mier.</i>
<i>F. L. de la Barra.</i> |

- | | |
|--|---|
| 26. Pour le Monténégro:
<i>Nelidow.</i>
<i>Martens.</i>
<i>N. Tcharykow.</i> | 26 Pelo Montenegro:
<i>Nelidow.</i>
<i>Martens.</i>
<i>N. Tcharykow.</i> |
| 27. Pour le Nicaragua: | 27 Pelo Nicaragua: |
| 28. Pour la Norvège:
<i>F. Hagerup.</i> | 28 Pela Noruega:
<i>F. Hagerup.</i> |
| 29. Pour le Panama:
<i>B. Porras.</i> | 29 Pelo Panamá:
<i>B. Porras.</i> |
| 30. Pour le Paraguay:
<i>J. Du Monceau.</i> | 30 Pelo Paraguay:
<i>G. du Monceau.</i> |
| 31. Pour les Pays-Bas:
<i>W. H. de Beaufort.</i>
<i>T. M. C. Asser.</i>
<i>den Beer Poortugael.</i>
<i>J. A. Röell.</i>
<i>J. A. Loeff.</i> | 31 Pelos Países Baixos:
<i>W. H. de Beaufort.</i>
<i>T. M. C. Asser.</i>
<i>Den Beer Poortugael.</i>
<i>J. A. Röell.</i>
<i>J. A. Loeff.</i> |
| 32. Pour le Pérou:
<i>C. G. Candamo.</i> | 32 Pelo Peru:
<i>C. G. Candamo.</i> |
| 33. Pour la Perse:
<i>Momtazos-Saltaneh M. Samad Khan.</i>
<i>Sadigh ul Mulk M. Ahmed Khan.</i> | 33 Pela Persia:
<i>Momtazos-Saltaneh M. Samad Khan.</i>
<i>Sadigh ul Mulk M. Ahmed Khan.</i> |
| 34. Pour le Portugal:
<i>Marquis de Soveral.</i>
<i>Conde de Selir.</i>
<i>Alberto d'Oliveira.</i> | 34 Por Portugal:
<i>Marquês de Soveral.</i>
<i>Conde de Selir.</i>
<i>Alberto d'Oliveira.</i> |
| 35. Pour la Roumanie:
<i>Edg. Mavrocordato.</i> | 35 Pela Romania:
<i>Edg. Mavrocordato.</i> |
| 36. Pour la Russie:
<i>Nelidow.</i>
<i>Martens.</i>
<i>N. Tcharykow.</i> | 36 Pela Russia:
<i>Nelidow.</i>
<i>Martens.</i>
<i>N. Tcharykow.</i> |
| 37. Pour le Salvador:
<i>P. J. Matheu.</i>
<i>S. Perez Triana.</i> | 37 Pelo Salvador:
<i>P. J. Matheu.</i>
<i>S. Perez Triana.</i> |
| 38. Pour la Serbie:
<i>S. Grouitch.</i>
<i>M. G. Milovanovitch.</i>
<i>M. G. Militchevitch.</i> | 38 Pela Servia:
<i>S. Grouitch.</i>
<i>M. G. Milovanovitch.</i>
<i>M. G. Militchevitch.</i> |
| 39. Pour le Siam:
<i>Mom Chatidej Udom.</i>
<i>C. Corragioni d'Orelli.</i>
<i>Luang Bhuvanarth Narubal.</i> | 39 Pelo Sião:
<i>Mom Chatidej Udom.</i>
<i>C. Corragioni d'Orelli.</i>
<i>Luang Bhuvanarth Narubal.</i> |
| 40. Pour la Suède:
<i>K. H. L. Hammarskjöld.</i>
<i>Joh. Hellner.</i> | 40 Pela Suecia:
<i>K. H. L. Hammarskjöld.</i>
<i>Joh. Hellner.</i> |
| 41. Pour la Suisse:
<i>Carlin.</i> | 41 Pela Suíça:
<i>Carlin.</i> |
| 42. Pour la Turquie:
<i>Turkhan.</i> | 42 Pela Turquia:
<i>Turkhan.</i> |

Sous réserve de la déclaration faite à la 8^e séance plénière de la Conférence du 9 octobre 1907.

Sob reserva da declaração feita na 8.^a sessão plenária da Conferencia de 9 de outubro de 1907.

43. Pour l'Uruguay:

43 Pelo Uruguay:

44. Pour le Venezuela:
J. Gil Fortoul.

44 Por Venezuela:
J. Gil Fortoul.

Certifié pour copie conforme:

Certificado por copia conforme.

Le Secrétaire-Général du Ministère des Affaires Etrangères des Pays-Bas.—*S. Hannema.*

O Secretário Geral do Ministerio dos Negocios Estrangeiros dos Países-Baixos, *S. Hannema.*

IX. — Convention concernant le bombardement par des forces navales en temps de guerre

IX.—Convenção relativa ao bombardeamento pelas forças navas em tempo de guerra

Sa Majesté l'Empereur d'Allemagne, Roi de Prusse; le Président des États-Unis d'Amérique; le Président de la République Argentine; Sa Majesté l'Empereur d'Autriche, Roi de Bohême, etc., et Roi Apostolique de Hongrie; Sa Majesté le Roi des Belges; le Président de la République de Bolivie; le Président de la République des États-Unis du Brésil; Son Altesse Royale le Prince de Bulgarie; le Président de la République de Chili; le Président de la République de Colombie; le Gouverneur Provisoire de la République de Cuba; Sa Majesté le Roi de Danemark; le Président de la République Dominicaine; le Président de la République de l'Équateur; le Président de la République Française; Sa Majesté le Roi du Royaume-Uni de Grande Bretagne et d'Irlande et des Territoires Britanniques au delà des Mers, Empereur des Indes; Sa Majesté le Roi des Hellènes; le Président de la République de Guatemala; le Président de la République d'Haiti; Sa Majesté le Roi d'Italie; Sa Majesté l'Empereur du Japon; Son Altesse Royale le Grand-Duc de Luxembourg, Duc de Nassau; le Président des États-Unis Mexicains; Son Altesse Royale le Prince de Monténégro; Sa Majesté le Roi de Norvège; le Président de la République de Panama; le Président de la République du Paraguay; Sa Majesté la Reine des Pays-Bas; le Président

Sua Majestade o Imperador da Alemanha, Rei da Prússia; O Presidente dos Estados Unidos da America; O Presidente da Republica Argentina; Sua Majestade o Imperador de Austria, Rei da Bohemia etc., e Rei Apostolico da Hungria; Sua Majestade o Rei dos Belgas; O Presidente da Republica da Bolivia; O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil; Sua Alteza Real o Principe da Bulgaria; O Presidente da Republica do Chile; O Presidente da Republica de Colombia; O Governador Provisorio da Republica de Cuba; Sua Majestade o Rei de Dinamarca; O Presidente da Republica Dominicana; O Presidente da Republica do Equador; O Presidente da Republica Francesa; Sua Majestade o Rei do Reino Unido da Gran-Bretanha e Irlanda e dos Territorios Britannicos de Alem Mar, Imperador das Indias; Sua Majestade o Rei dos Hellenos; O Presidente da Republica do Guatemala; O Presidente da Republica do Haiti; Sua Majestade o Rei de Italia; Sua Majestade o Imperador do Japão; Sua Alteza Real o Grão Duque do Luxemburgo, Duque de Nassau; O Presidente dos Estados Unidos Mexicanos; Sua Alteza Real o Principe de Montenegro; Sua Majestade o Rei da Noruega; O Presidente da Republica do Panamá; O Presidente da Republica do Paraguay; Sua Majestade a Rainha dos Países Baixos; O

de la République du Pérou; Sa Majesté Impériale le Schah de Perse; Sa Majesté le Roi de Portugal et des Algarves, etc.; Sa Majesté le Roi de Roumanie; Sa Majesté l'Empereur de Toutes les Russies; le Président de la République du Salvador; Sa Majesté le Roi de Serbie; Sa Majesté le Roi de Siam; Sa Majesté le Roi de Suède; le Conseil Fédéral Suisse; Sa Majesté l'Empereur des Ottomans; le Président de la République Orientale de l'Uruguay; le Président des États-Unis de Venezuela:

Animés du désir de réaliser le voeu exprimé par la Première Conférence de la Paix, concernant le bombardement, par des forces navales, de ports, villes et villages, non défendus;

Considérant qu'il importe de soumettre les bombardements par des forces navales à des dispositions générales qui garantissent les droits des habitants et assurent la conservation des principaux édifices, en étendant à cette opération de guerre, dans la mesure du possible, les principes du Règlement de 1899 sur les lois et coutumes de la guerre sur terre;

S'inspirant ainsi du désir de servir les intérêts de l'humanité et de diminuer les rigueurs et les désastres de la guerre;

Ont résolu de conclure une Convention à cet effet et ont, en conséquence, nommé pour Leurs Plénipotentiaires, savoir:

Sa Majesté l'Empereur d'Allemagne, Roi de Prusse:

Son Excellence le baron Marschall de Bieberstein, Son ministre d'état, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire à Constantinople;

M. le dr. Johannes Kriege, Son envoyé en mission extraordinaire à la présente Conférence, son conseiller intime de légation et juriconsulte au ministère Impérial des affaires étrangères, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président des États-Unis d'Amérique:

Son Excellence M. Joseph H. Choate, ambassadeur extraordinaire;

Son Excellence M. Horace Porter, ambassadeur extraordinaire;

Son Excellence M. Uriah M. Rose, ambassadeur extraordinaire;

Son Excellence M. David Jayne Hill, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à la Haye;

M. Charles S. Sperry, contre-amiral, ministre plénipotentiaire;

M. Georges B. Davis, général de brigade, chef de la justice militaire de l'armée fédérale, ministre plénipotentiaire;

M. William I. Buchanan, ministre plénipotentiaire.

Le Présidente de la République Argentine:

Son Excellence M. Roque Saenz Pena, ancien ministre des affaires étrangères, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Rome, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. Luis M. Drago, ancien ministre des affaires étrangères et des cultes de la République, député national, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. Carlos Rodriguez Larreta, ancien ministre des affaires étrangères et des cultes de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Sa Majesté l'Empereur d'Autriche, Roi de Bohême, etc., et Roi Apostolique de Hongrie:

Son Excellence M. Gaetan Mérey de Kapos-Mérey, Son conseiller intime, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire;

Son Excellence M. le Baron Charles de Macchio, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Athènes.

Sa Majesté le Roi des Belges:

Son Excellence M. Beernaert, Son ministre d'état, membre de la chambre des représentants, membre de l'Institut de France et des académies Royales de Belgique et de Roumanie, membre d'honneur de l'Institut de Droit International, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. J. Van den Heuvel, Son ministre d'état, ancien ministre de la justice;

Son Excellence M. le baron Guillaume, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye, membre de l'Académie Royale de Roumanie.

Le Président de la République de Bolivie:

Son Excellence M. Claudio Pinilla, ministre des affaires étrangères de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. Fernando E. Guachalla, ministre plénipotentiaire à Londres.

Le Président de la République des États-Unis du Brésil:

Son Excellence M. Ruy Barbosa, ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Presidente da Republica do Peru; Sua Majestade Imperial o Schah da Persia; Sua Majestade o Rei de Portugal e dos Algarves, etc.; Sua Majestade o Rei da Romania; Sua Majestade o Imperador de Todas as Russias; O Presidente da Republica do Salvador; Sua Majestade o Rei da Servia; Sua Majestade o Rei de Sião; Sua Majestade o Rei da Suecia; O Conselho Federal Suizo; Sua Majestade o Imperador dos Ottomanos; O Presidente da Republica Oriental do Uruguay; O Presidente dos Estados Unidos de Venezuela.

Animados do desejo de realizar o voto emittido pela Primeira Conferencia da Paz em relação ao bombardeamento, pelas forças navaes, dos portos, cidades e villas não defendidas;

Considerando que importa submeter os bombardeamentos por forças navaes a regras geraes, que garantam os direitos dos habitantes, e assegurem a conservação dos edificios principaes, estendendo, nos limites do possível, a esta operação de guerra os principios do Regulamento de 1899 sobre usos e costumes da guerra terrestre;

Inspirando-se assim no desejo de servir os interesses da humanidade e de diminuir os rigores e os desastres da guerra:

Resolveram celebrar uma Convenção nesse intuito e consequentemente nomearam por Seus Plenipotenciarios, a saber:

Sua Majestade o Imperador da Allemanha, Rei da Prussia:

S. Ex.ª o Barão Marschall de Bieberstein, Seu Ministro de Estado, Seu Embaixador Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Constantinopla;

O Sr. Dr. Johannes Krieger, Seu Enviado em missão extraordinaria á presente Conferencia, Seu Conselheiro intimo de legação e jurisconsulto no Ministerio Imperial dos Negocios Estrangeiros, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.

O Presidente dos Estados-Unidos da America:

S. Ex.ª o Sr. Joseph H. Choate, Embaixador Extraordinario;

S. Ex.ª o Sr. Horace Porter, Embaixador Extraordinario;

S. Ex.ª o Sr. Uriah M. Rose, Embaixador Extraordinario;

S. Ex.ª o Sr. David Jayne Hill, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica na Haya.

O Sr. Charles S. Sperry, Contra-almirante, Ministro Plenipotenciario;

O Sr. Georges B. Davis, General de Brigada, Chefe de Justiça Militar do Exercito Federal, Ministro Plenipotenciario;

O Sr. William I. Buchanan, Ministro Plenipotenciario.

O Presidente da Republica Argentina:

S. Ex.ª o Sr. Roque Saenz Peña, Antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Roma, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;

S. Ex.ª o Sr. Luis M. Drago, Antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros e dos cultos da Republica, Deputado nacional, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.

S. Ex.ª o Sr. Carlos Rodriguez Larreta, antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros e dos cultos da Republica, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.

Sua Majestade o Imperador da Austria, Rei da Boemia, etc., e Rei Apostolico da Hungria:

S. Ex.ª o Sr. Gaetan Mérey de Kapos-Mérey, Seu Conselheiro Intimo, Seu Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario;

S. Ex.ª o Sr. Barão Charles de Macchio, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Athenas;

Sua Majestade o Rei dos Belgas:

S. Ex.ª o Sr. Beernaert, Seu Ministro de Estado, Membro da Camara dos Representantes, Membro do Instituto de França e das Academias Reaes da Belgica e da Romania, Membro de Honra do Instituto de Direito Internacional, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;

S. Ex.ª o Sr. J. Van den Heuvel, Seu Ministro de Estado, Antigo Ministro da Justiça;

S. Ex.ª o Barão Guillaume, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya, Membro da Academia Real de Romania.

O Presidente da Republica da Bolivia:

S. Ex.ª o Sr. Claudio Pinilla, Ministro dos Negocios Estrangeiros da Republica, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;

S. Ex.ª o Sr. Fernando E. Guachalla, Ministro Plenipotenciario em Londres.

O Presidente da Republica dos Estados-Unidos do Brasil:

S. Ex.ª o Sr. Ruy Barbosa, Embaixador Extraordinario e Ministro Plenipotenciario, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;

Son Excellence M. Eduardo F. S. dos Santos Lisboa, envoyé extraordinaire et ministre plenipotentiaire à la Haye.

Son Altesse Royale le Prince de Bulgarie:

M. Vrbán Vinaroff, général-major de l'état-major, Son général à la suite;

M. Ivan Karandjouloff, procureur-général de la cour de cassation.

Le Président de la République de Chili:

Son Excellence M. Domingo Gana, envoyé extraordinaire et ministre plenipotentiaire de la République à Londres;

Son Excellence M. Augusto Matte, envoyé extraordinaire et ministre plenipotentiaire de la République à Berlin;

Son Excellence M. Carlos Concha, ancien ministre de la guerre, ancien président de la chambre des députés, ancien envoyé extraordinaire et ministre plenipotentiaire à Buenos Aires.

Le Président de la République de Colombie:

M. Jorge Holguin, général;

M. Santiago Pérez Triana;

Son Excellence M. Marceliano Vargas, général, envoyé extraordinaire et ministre plenipotentiaire de la République à Paris.

Le Gouverneur Provisoire de la République de Cuba:

M. Antonio Sanchez de Bustamante, professeur de droit international à l'université de la Havane, sénateur de la République;

Son Excellence M. Gonzalo de Quesada y Aróstegui, envoyé extraordinaire et ministre plenipotentiaire de la République à Washington;

M. Manuel Sanguily, ancien directeur de l'Institut d'Enseignement Secondaire de la Havane, sénateur de la République.

Sa Magesté le Roi de Danemark:

Son Excellence M. Constantin Brun, Son chambellan, Son envoyé extraordinaire et ministre plenipotentiaire à Washington;

M. Christian Frederik Scheller, contre-amiral.

M. Axel Vedel, Son chambellan, chef de section au ministère Royal des affaires étrangères.

Le Président de la République Dominicaine:

M. Francisco Henriquez y Carvajal, ancien secrétaire d'état au ministère des affaires étrangères de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage;

M. Apolinar Tejera, recteur de l'institut professionnel de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président de la République de l'Équateur:

Son Excellence M. Victor Rendón, envoyé extraordinaire et ministre plenipotentiaire de la République à Paris et à Madrid;

M. Enrique Dorn y de Alsúa, chargé d'affaires.

Le Président de la République Française:

Son Excellence M. Léon Bourgeois, ambassadeur extraordinaire de la République, sénateur, ancien président du conseil des ministres, ancien ministre des affaires étrangères, membre de la cour permanente d'arbitrage;

M. le baron d'Estournelles de Constant, sénateur, ministre plenipotentiaire de première classe, membre de la cour permanente d'arbitrage;

M. Louis Renault, professeur à la faculté de droit à l'université de Paris, ministre plenipotentiaire honoraire, jurisconsulte du ministère des affaires étrangères, membre de l'institut de France, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. Marcellin Pellet, envoyé extraordinaire et ministre plenipotentiaire de la République Française à La Haye.

Sa Majesté le Roi du Royaume-Uni de Grande Bretagne et d'Irlande et des Territoires Britanniques au delà des Mers, Empereur des Indes:

Son Excellence the Right Honourable Sir Edward Fry, G. C. B., membre du conseil privé, Son ambassadeur extraordinaire, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence the Right Honourable Sir Ernest Masson Satow, G. C. M. G., membre du conseil privé, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence the Right Honourable Donald James Mackay Baron Reay, G. C. S. I., G. C. I. E., membre du conseil privé, ancien président de l'institut de droit international;

Son Excellence Sir Henry Howard, K. C. M. G., C. B., Son envoyé extraordinaire et ministre plenipotentiaire à La Haye.

S. Ex.ª o Sr. Eduardo F. S. dos Santos Lisboa, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya.

Sua Alteza Real o Principe da Bulgaria:

O Sr. Vrbán Vinaroff, General-Major do Estado Maior, General do seu sequito;

O Sr. Ivan Karandjouloff, Procurador Geral do Tribunal de Cassação.

O Presidente da Republica do Chile:

S. Ex.ª o Sr. Domingo Gana, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Londres;

S. Ex.ª o Sr. Augusto Matte, Enviado Extraordinario e Ministro da Republica em Berlin.

S. Ex.ª o Sr. Carlos Concha, Antigo Ministro da Guerra, Antigo Presidente da Camara dos Deputados, Antigo Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Buenos Aires.

O Presidente da Republica de Colombia:

O Sr. Jorge Holguin, General;

O Sr. Santiago Pérez Triana;

S. Ex.ª o Sr. Marceliano Vargas, General, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya.

O Governador Provisorio da Republica de Cuba:

O Sr. Antonio Sanchez de Bustamante, Professor de Direito Internacional na Universidade da Havana, Senador da Republica;

S. Ex.ª o Sr. Gonzalo de Quesada y Arostegui, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Washington;

O Sr. Manuel Sanguily, Antigo Director do Instituto de Ensino Secundario da Havana, Senador da Republica.

Sua Majestade o Rei da Dinamarca:

S. Ex.ª o Sr. Constantin Brun, Seu Camarista, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Washington;

O Sr. Christian Frederick Scheller, Contra-Almirante;

O Sr. Axel Vedel, Seu Camarista, Chefe de Secção no Ministerio Real dos Negocios Estrangeiros.

O Presidente da Republica Dominicana:

O Sr. Francisco Henriquez y Carvajal, Antigo Secretario de Estado no Ministerio dos Negocios Estrangeiros da Republica, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;

O Sr. Apolinar Tejera, Reitor do Instituto Profissional da Republica, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.

O Presidente da Republica do Equador:

S. Ex.ª o Sr. Victor Rendón, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Paris e em Madrid;

O Sr. Enrique Dorn y de Alsúa, Encarregado de Negocios.

O Presidente da Republica Francesa:

S. Ex.ª o Sr. Léon Bourgeois, Embaixador Extraordinario da Republica, Senador, Antigo Presidente do Conselho de Ministros, Antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;

O Sr. Barão d'Estournelles de Constant, Senador, Ministro Plenipotenciario de 1.ª classe, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;

O Sr. Louis Renault, Professor da Faculdade de Direito na Universidade de Paris, Ministro Plenipotenciario Honorario, Jurisconsulto do Ministerio dos Negocios Estrangeiros, Membro do Instituto de França, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;

S. Ex.ª o Sr. Marcellin Pellet, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica Francesa na Haya.

Sua Majestade o Rei do Reino-Unido da Gran-Bretanha e Irlanda e dos Territorios Britannicos d'Alem-Mar, Imperador das Indias:

S. Ex.ª The Right Honourable Sir Edward Fry, G. C. B., Membro do Conselho Privado, Seu Embaixador Extraordinario, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;

S. Ex.ª The Right Honourable Sir Ernest Masson Satow, G. C. M. G., Membro do Conselho Privado, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;

S. Ex.ª The Right Honourable Donald James Mackay, Baron Reay, G. C. S. I., G. C. I. E., Membro do Conselho Privado, Antigo Presidente do Instituto de Direito Internacional;

S. Ex.ª Sir Henry Howard, K. C. M. G., C. B., Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya.

Sa Majesté le Roi des Hellènes :

Son Excellence M. Cléon Rizo Rangabé, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Berlin ;
M. Georges Streit, professeur de droit international à l'université d'Athènes, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président de la République de Guatemala :

M. José Tible Machado, chargé d'affaires de la République à La Haye et à Londres, membre de la cour permanente d'arbitrage ;
M. Enrique Gómez Carillo, chargé d'affaires de la République à Berlin.

Le Président de la République d'Haïti :

Son Excellence M. Jean Joseph Dalbemar, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris ;
Son Excellence M. G. N. Léger, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Washington ;
M. Pierre Hudicourt, ancien professeur de droit international public, avocat au barreau de Port au Prince.

Sa Majesté le Roi d'Italie :

Son Excellence le Comte Joseph Tornielli Brusati Di Vergano, Sénateur du Royaume, ambassadeur de Sa Majesté le Roi à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage, président de la délégation Italienne ;
Son Excellence M. le commandeur Guido Pompilj, député au parlement, sous-secrétaire d'état au ministère Royal des affaires étrangères ;
M. le commandeur Guido Fusinato, conseiller d'état, député au parlement, ancien ministre de l'instruction.

Sa Majesté l'Empereur du Japon :

Son Excellence M. Keiroku Tsudzuki, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire ;
Son Excellence M. Aimaro Sato, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Son Altesse Royale le Grand Duc de Luxembourg, Duc de Nassau :

Son Excellence M. Eyschen, Son ministre d'état, président du gouvernement Grand Ducal ;
M. le comte de Villers, chargé d'affaires du Grand-Duché à Berlin.

Le Président des États-Unis Mexicains :

Son Excellence M. Gonzalo A. Esteva, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Rome ;
Son Excellence M. Sebastian B. de Mier, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris ;
Son Excellence M. Francisco L. de la Barra, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Bruxelles et à La Haye.

Son Altesse Royale le Prince de Monténégro :

Son Excellence M. Nelidow, conseiller privé Impérial actuel, ambassadeur de Sa Majesté l'Empereur de Toutes les Russies à Paris ;
Son Excellence M. de Martens, conseiller privé Impérial, membre permanent du conseil du ministère Impérial des affaires étrangères de Russie ;
Son Excellence M. Tcharykow, conseiller d'état Impérial actuel, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de Sa Majesté l'Empereur de Toutes les Russies à La Haye.

Sa Majesté le Roi de Norvège :

Son Excellence M. Francis Hagerup, ancien président du conseil, ancien professeur de droit, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye et à Copenhague, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président de la République de Panama :

M. Belisario Porras.

Le Président de la République du Paraguay :

Son Excellence M. Eusebio Machain, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris ;
M. le comte G. Du Monceau de Bergendal, consul de la République à Bruxelles.

Sa Majesté la Reine des Pays-Bas :

M. W. H. de Beaufort, Son ancien ministre des affaires étrangères, membre de la seconde chambre des états-généraux ;
Son Excellence M. T. M. C. Asser, Son ministre d'état, membre du conseil d'état, membre de la cour permanente d'arbitrage ;
Son Excellence le Jonkheer J. C. C. den Beer Poortugaal, lieutenant-général en retraite, ancien ministre de la guerre, membre du conseil d'état ;

Sua Majestade o Rei dos Hellenos :

S. Ex.º o Sr. Cléon Rizo Rangabé, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Berlim ;
O Sr. Georges Streit, Professor de Direito Internacional na Universidade de Athenas, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.

O Presidente da Republica de Guatemala :

O Sr. José Tible Machado, Encarregado de Negocios da Republica na Haya e em Londres, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem ;
O Sr. Enrique Gomez Carillo, Encarregado de Negocios da Republica em Berlim.

O Presidente da Republica do Haïti :

S. Ex.º o Sr. Jean Joseph Dalbemar, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Paris ;
S. Ex.º o Sr. J. N. Léger, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Washington ;
O Sr. Pierre Hudicourt, Antigo Professor de Direito Internacional Publico, Advogado nos Tribunaes de Porto Principe.

Sua Majestade o Rei de Italia :

S. Ex.º o Conde Joseph Tornielli Brusati Di Vergano, Senador do Reino, Embaixador de Sua Majestade o Rei em Paris, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem, Presidente da Delegação Italiana ;
S. Ex.º o Sr. Commendador Guido Pompilj, Deputado do Parlamento, Sub-Secretario de Estado no Ministerio Real dos Negocios Estrangeiros ;
O Sr. Commendador Guido Fusinato, Conselheiro de Estado, Deputado do Parlamento, Antigo Ministro da Instrução.

Sua Majestade o Imperador do Japão :

S. Ex.º o Sr. Keiroku Tsudzuki, Seu Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario ;
S. Ex.º o Sr. Aimaro Sato, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya.

Sua Alteza Real o Grão Duque de Luxemburgo, Duque de Nassau :

S. Ex.º o Sr. Eyschen, Seu Ministro de Estado, Presidente do Governo Grão Ducal ;
O Sr. Conde de Villers, Encarregado de Negocios do Grão-Ducado em Berlim.

O Presidente dos Estados Unidos Mexicains :

S. Ex.º o Sr. Gonzalo A. Esteva, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Roma ;
S. Ex.º o Sr. Sebastian B. de Mier, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Paris ;
S. Ex.º o Sr. Francisco L. de la Barra, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Bruxellas e na Haya.

Sua Alteza Real o Principe de Montenegro :

S. Ex.º o Sr. Nelidow, Conselheiro Privado Imperial actual, Embaixador de Sua Majestade o Imperador de Todas as Russias em Paris ;
S. Ex.º o Sr. de Martens, Conselheiro Privado Imperial, Membro Permanente do Conselho do Ministerio Imperial dos Negocios Estrangeiros da Russia ;
S. Ex.º o Sr. Tcharykow, Conselheiro de Estado Imperial actual, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de Sua Majestade o Imperador de Todas as Russias na Haya.

Sua Majestade o Rei da Noruega :

S. Ex.º o Sr. Francis Hagerup, Antigo Presidente do Conselho, Antigo Professor de Direito, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya e Copenhague, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.

O Presidente da Republica de Panamá :

O Sr. Belisario Porras.

O Presidente da Republica do Paraguay :

S. Ex.º o Sr. Eusebio Machain, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Paris ;
O Sr. Conde G. Du Monceau de Bergendal, Consul da Republica em Bruxellas.

Sua Majestade a Rainha dos Países Baixos :

O Sr. W. H. de Beaufort, Seu Antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros, Membro da Segunda Camara dos Estados Geraes ;
S. Ex.º o Sr. T. M. C. Asser, Seu Ministro de Estado, Membro do Conselho de Estado, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem ;
S. Ex.º o Jonkheer J. C. C. den Beer Poortugaal, Tenente-General Reformado, Antigo Ministro da Guerra, Membro do Conselho de Estado ;

Son Excellence le Jonkheer J. A. Rœll, Son aide de camp en service extraordinaire, vice-amiral en retraite, ancien ministre de la marine.

M. J. A. Loeff, Son ancien ministre de la justice, membre de la seconde chambre des états généraux.

Le Président de la République du Pérou :

Son Excellence M. Carlos G. Candamo, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris et à Londres, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Sa Majesté Impériale le Schah de Perse :

Son Excellence Samad Khan Momtazos Saltaneh, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage ;
Son Excellence Mirza Ahmed Khan Sadigh Ul Mulk, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Sa Majesté le Roi de Portugal et des Algarves, etc. :

Son Excellence M. le marquis de Soveral, Son conseiller d'état, pair du Royaume, ancien ministre des affaires étrangères, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Londres, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire ;
Son Excellence M. le comte de Selir, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye ;
Son Excellence M. Alberto d'Oliveira, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Berne.

Sa Majesté le Roi de Roumanie :

Son Excellence M. Alexandre Beldiman, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Berlin ;
Son Excellence M. Edgar Mavrocordato, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Sa Majesté l'Empereur de Toutes les Russies :

Son Excellence M. Nelidow, Son conseiller privé actuel, Son ambassadeur à Paris ;
Son Excellence M. de Martens, Son conseiller privé, membre permanent du conseil du ministère Impérial des affaires étrangères, membre de la cour permanente d'arbitrage ;
Son Excellence M. Tcharykow, Son conseiller d'état actuel, Son chambellan, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Le Président de la République du Salvador :

M. Pedro I. Matheu, chargé d'affaires de la République à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage ;
M. Santiago Perez Triana, chargé d'affaires de la République à Londres.

Sa Majesté le Roi de Serbie :

Son Excellence M. Sava Grouitch, général, président du conseil d'état ;
Son Excellence M. Milovan Milovanovitch, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Rome, membre de la cour permanente d'arbitrage ;
Son Excellence M. Michel Militchevitch, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Londres et à La Haye.

Sa Majesté le Roi de Siam :

Mom Chatidej Udom, major-général ;
M. C. Corragioni d'Orelli, Son conseiller de légation ;
Luang Bhuvanarth Narūbal, capitaine.

Sa Majesté le Roi de Suède, des Goths et des Vendes :

Son Excellence M. Knut Hjalmar Leonard Hammarskjöld, Son ancien ministre de la justice, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Copenhague, membre de la cour permanente d'arbitrage ;
M. Johannes Hellner, Son ancien ministre sans porte-feuille, ancien membre de la cour suprême de Suède, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Conseil Fédéral Suisse :

Son Excellence M. Gaston Carlin, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la Confédération Suisse à Londres et à La Haye ;
M. Eugène Borel, colonel d'état major-général, professeur à l'université de Genève ;
M. Max Huber, professeur de droit à l'université de Zürich.

Sa Majesté l'Empereur des Ottomans :

Son Excellence Turkhan Pacha, Son ambassadeur extraordinaire, ministre de l'Évkaf ;
Son Excellence Rechid Bey, Son ambassadeur à Rome ;
Son Excellence Mehemmed Pacha, vice-amiral.

S. Ex.ª o Jonkheer J. A. Röell, Seu Ajudante de Campo em Serviço Extraordinario, Vice-Almirante Reformado, Antigo Ministro da Marinha; O Sr. J. A. Loeff, Seu Antigo Ministro de Justiça, Membro da Segunda Camara dos Estados Geraes.

O Presidente da Republica do Peru:
S. Ex.ª o Sr. Carlos G. Candamo, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Paris e Londres, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.

Sua Majestade Imperial o Schah da Persia:
S. Ex.ª Samad Khan Momtazos Saltaneh, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Paris, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
S. Ex.ª Mirza Ahmed Khan Sadigh Ul Mulk, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya.

Sua Majestade o Rei de Portugal e dos Algarves:
S. Ex.ª o Sr. Marquês de Soveral, Seu Conselheiro de Estado, Par do Reino, Antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Londres, Seu Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario;
S. Ex.ª o Sr. Conde de Selir, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya;
S. Ex.ª o Sr. Alberto de Oliveira, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Berne.

Sua Majestade o Rei da Romania:
S. Ex.ª o Sr. Alexandre Beldiman, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Berlim;
S. Ex.ª o Sr. Edgard Mavrocordato, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya.

Sua Majestade o Imperador de Todas as Russias:
S. Ex.ª o Sr. Nelidow, Seu Conselheiro Privado actual e Seu Embaixador em Paris;
S. Ex.ª o Sr. de Martens, Seu Conselheiro Privado, Membro Permanente do Conselho do Ministerio Imperial dos Negocios Estrangeiros, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
S. Ex.ª o Sr. Tcharykow, Seu Conselheiro de Estado actual, Seu Camarista, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya.

O Presidente da Republica do Salvador:
O Sr. Pedro I. Matheu, Encarregado de Negocios da Republica em Paris, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
O Sr. Santiago Perez Triana, Encarregado de Negocios da Republica em Londres.

Sua Majestade o Rei da Servia:
S. Ex.ª o Sr. Sava Grouitch, General, Presidente do Conselho do Estado.
S. Ex.ª o Sr. Milovan Milovanovitch, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Roma, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
S. Ex.ª o Sr. Michel Militchevitch, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Londres e na Haya.

Sua Majestade o Rei de Sião:
Mom Chatidej Udom, Major-General;
O Sr. M. C. Corragioni d'Orelli, Seu Conselheiro de Legação;
O Sr. Luang Bhuvanarth Narūbal, Capitão.

Sua Majestade o Rei da Suecia, dos Godos e dos Vendos:
S. Ex.ª o Sr. Knut Hjalmar Leonard Hammarskjöld, Seu Antigo Ministro da Justiça, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Copenhague, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
O Sr. Johannes Hellner, Seu Antigo Ministro sem Pasta, Antigo Membro do Supremo Tribunal da Suecia, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.

O Conselho Federal Suisso:
S. Ex.ª o Sr. Gaston Carlin, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Confederação Suissa em Londres e na Haya;
O Sr. Eugène Borel, Coronel do Estado Maior General, Professor da Universidade de Genebra;
O Sr. Max Huber, Professor de Direito na Universidade de Zürich.

Sua Majestade o Imperador dos Ottomanos:
Sua Ex.ª Turkhan Pacha, Seu Embaixador Extraordinario, Ministro do Evkaf;
S. Ex.ª o Sr. Rechid Bey, Seu Embaixador em Roma;
S. Ex.ª o Sr. Mehémed Pacha, Vice-Almirante.

Le Président de la République Orientale de l'Uruguay:
Son Excellence M. José Battle y Ordoñez, ancien président de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage;
Son Excellence M. Juan P. Castro, ancien président du sénat, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président des États-Unis de Vénézuéla:
M. José Gil Fortoul, chargé d'affaires de la République à Berlin.

Lesquels, après avoir déposé leurs pleins pouvoirs, trouvés en bonne et due forme, sont convenus des dispositions suivantes:

CHAPITRE I

Du bombardement des ports, villes, villages, habitations ou bâtiments non défendus

ARTICLE 1

Il est interdit de bombarder, par des forces navales, des ports, villes, villages, habitations ou bâtiments, qui ne sont pas défendus.

Une localité ne peut pas être bombardée à raison du seul fait que, devant son port, se trouvent mouillées des mines sous-marines automatiques de contact.

ARTICLE 2

Toutefois, ne sont pas compris dans cette interdiction les ouvrages militaires, établissements militaires ou navals, dépôts d'armes ou de matériel de guerre, ateliers et installations propres à être utilisés pour les besoins de la flotte ou de l'armée ennemie, et les navires de guerre se trouvant dans le port. Le commandant d'une force navale pourra, après sommation avec délai raisonnable, les détruire par le canon, si tout autre moyen est impossible et lorsque les autorités locales n'auront pas procédé à cette destruction dans le délai fixé.

Il n'encourt aucune responsabilité dans ce cas pour les dommages involontaires, qui pourraient être occasionnés par le bombardement.

Si des nécessités militaires, exigeant une action immédiate, ne permettent pas d'accorder de délai, il reste entendu que l'interdiction de bombarder la ville non défendue subsiste comme dans le cas énoncé dans l'alinéa 1.º et que le commandant prendra toutes les dispositions voulues pour qu'il résulte pour cette ville le moins d'inconvénients possible.

ARTICLE 3

Il peut, après notification expresse, être procédé au bombardement des ports, villes, villages, habitations ou bâtiments non défendus, si les autorités locales, mises en demeure par une sommation formelle, refusent d'obtempérer à des réquisitions de vivres ou d'approvisionnements nécessaires au besoin présent de la force navale qui se trouve devant la localité.

Ces réquisitions seront en rapport avec les ressources de la localité. Elles ne seront réclamées qu'avec l'autorisation du commandant de ladite force navale et elles seront, autant que possible, payées au comptant; sinon elles seront constatées par des requs.

ARTICLE 4

Est interdit le bombardement, pour le non paiement des contributions en argent, des ports, villes, villages, habitations ou bâtiments, non défendus.

CHAPITRE II

Dispositions générales

ARTICLE 5

Dans le bombardement par des forces navales, toutes les mesures nécessaires doivent être prises par le commandant pour épargner, autant que possible, les édifices consacrés aux cultes, aux arts, aux sciences et à la bienfaisance, les monuments historiques, les hôpitaux et les lieux de rassemblement de malades ou de blessés, à condition qu'ils ne soient pas employés en même temps à un but militaire.

Le devoir des habitants est de désigner ces monuments, ces édifices ou lieux de rassemblement, par des signes visibles, qui consisteront en grands panneaux rectangulaires rigides, partagés, suivant une des diagonales, en deux triangles de couleur, noire en haut et blanche en bas.

ARTICLE 6

Sauf le cas où les exigences militaires ne le permettraient pas, le commandant de la force navale assaillante doit, avant d'entreprendre le bombardement, faire tout ce qui dépend de lui pour avertir les autorités.

ARTICLE 7

Il est interdit de livrer au pillage une ville ou localité même prise d'assaut.

CHAPITRE III

Dispositions finales

ARTICLE 8

Les dispositions de la présente Convention ne sont applicables qu'entre les Puissances contractantes et seulement si les belligérants sont tous parties à la Convention-

O Presidente da Republica Oriental do Uruguay;
S. Ex.ª o Sr. José Battle y Ordoñez, Antigo Presidente da Republica, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
S. Ex.ª o Sr. Juan P. Castro, Antigo Presidente do Senado, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Paris, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.

O Presidente dos Estados Unidos de Venezuela:
O Sr. José Gil Fortoul, Encarregado de Negocios da Republica em Berlim.

Os quaes, tendo depositado os seus plenos poderes, achados em boa e devida forma, convieram nas seguintes disposições:

CAPITULO I

Do bombardeamento dos portos, cidades, villas, habitações ou edificios não defendidos

ARTIGO 1.º

É prohibido o bombardeamento, por forças navaes, de portos, cidades, villas, habitações ou edificios que não sejam defendidos.

Uma localidade não pode ser bombardeada em razão do mero facto de se acharem collocadas deante do seu porto minas submarinas automaticas de contacto.

ARTIGO 2.º

Não estão comtudo incluídos nesta prohibição as obras militares, os estabelecimentos militares ou navaes, os depósitos de armas ou de material de guerra, as officinas e instalações proprias para serem utilizadas para as necessidades da esquadra ou do exercito inimigo, e os navios de guerra que se acharem no porto. O commandante de uma força naval poderá, depois de intimação feita com prazo razoavel, destrui-los pela artilharia, se qualquer outro meio for impossivel, e se as autoridades locais não tiverem procedido a essa destruição no prazo marcado.

Neste caso não lhe caberá nenhuma responsabilidade pelos prejuizos voluntarios que porventura resultarem do bombardeamento.

Se necessidades militares, exigindo uma acção immediata, não permitissem a concessão de um prazo, fica entendido que subsiste, como no caso enunciado na alinea 1.ª, a prohibição de bombardear a cidade não defendida, e que o commandante adoptará todas as providencias necessarias para que de tal facto resulte para a cidade o menor numero de inconvenientes possivel.

ARTIGO 3.º

Depois de notificação expresse, poder-se-ha proceder ao bombardeamento dos portos, cidades, villas, habitações ou edificios não defendidos, se as autoridades locais, intimadas formalmente, se recusarem a satisfazer as requisições de viveres ou aprovisionamentos immediatamente necessarios á força naval, que se encontrar deante da mesma localidade.

Estas requisições serão em proporção com os recursos da localidade. Não poderão ser reclamadas senão com auctorização do commandante da referida força naval, e o pagamento far-se-ha, tanto quanto possivel, no acto da entrega; de contrario serão certificadas por recibo.

ARTIGO 4.º

É prohibido o bombardeamento dos portos, cidades, villas, habitações ou edificios não defendidos, tendo por motivo o não haverem sido pagas contribuições em dinheiro.

CAPITULO II

Disposições geraes

ARTIGO 5.º

Nos bombardeamentos pelas forças navaes deve o commandante tomar todas as providencias necessarias para poupar, tanto quanto possivel, os edificios reservados aos cultos, ás artes, ás sciencias e á beneficencia, os monumentos historicos, os hospitaes e os logares onde estiverem concentrados doentes e feridos, sob condição d'esses edificios não serem ao mesmo tempo utilizados para fins militares.

O dever dos habitantes é assinalar estes monumentos, edificios ou logares de concentração por meio de sinais bem visiveis, que consistirão em quadros rectangulares rigidos divididos em diagonal, em dois triangulos de cor, preta no alto e branca em baixo.

ARTIGO 6.º

Com excepção dos casos em que o não permittirem as exigencias militares, o commandante da força naval que ataca deverá, antes de começar o bombardeamento, fazer todas as diligencias ao seu alcance para prevenir as autoridades.

ARTIGO 7.º

É prohibido entregar ao saque qualquer cidade ou localidade, mesmo quando tiver sido tomada por assalto.

CAPITULO III

Disposições finais

ARTIGO 8.º

As disposições da presente Convenção não serão applicaveis senão entre as Potencias contratantes, e somente se os belligérants forem todos parte nesta Convenção.

ARTICLE 9

La présente Convention sera ratifiée aussitôt que possible.

Les ratifications seront déposées à La Haye.

Le premier dépôt de ratifications sera constaté par un procès-verbal signé par les représentants des Puissances qui y prennent part et par le Ministre des Affaires Étrangères des Pays-Bas.

Les dépôts ultérieurs de ratifications se feront au moyen d'une notification écrite, adressée au Gouvernement des Pays-Bas et accompagnée de l'instrument de ratification.

Copie certifiée conforme du procès-verbal relatif au premier dépôt de ratifications, des notifications mentionnées à l'alinéa précédent, ainsi que des instruments de ratification, sera immédiatement remise, par les soins du Gouvernement des Pays-Bas et par la voie diplomatique, aux Puissances conviées à la Deuxième Conférence de la Paix, ainsi qu'aux autres Puissances qui auront adhéré à la Convention. Dans les cas visés par l'alinéa précédent, ledit Gouvernement leur fera connaître en même temps la date à laquelle il a reçu la notification.

ARTICLE 10

Les Puissances non signataires sont admises à adhérer à la présente Convention.

La Puissance qui désire adhérer notifie par écrit son intention au Gouvernement des Pays-Bas en lui transmettant l'acte d'adhésion qui sera déposé dans les archives du dit Gouvernement.

Ce Gouvernement transmettra immédiatement à toutes les autres Puissances copie certifiée conforme de la notification ainsi que de l'acte d'adhésion, en indiquant la date à laquelle il a reçu la notification.

ARTICLE 11

La présente Convention produira effet pour les Puissances qui auront participé au premier dépôt de ratifications, soixante jours après la date du procès-verbal de ce dépôt et, pour les Puissances qui ratifieront ultérieurement ou qui adhéreront, soixante jours après que la notification de leur adhésion aura été reçue par le Gouvernement des Pays-Bas.

ARTICLE 12

S'il arrivait qu'une des Puissances contractantes voulût dénoncer la présente Convention, la dénonciation sera notifiée par écrit au Gouvernement des Pays-Bas qui communiquera immédiatement copie certifiée conforme de la notification à toutes les autres Puissances en leur faisant savoir la date à laquelle il l'a reçue.

La dénonciation ne produira ses effets qu'à l'égard de la Puissance qui l'aura notifiée et un an après que la notification en sera parvenue au Gouvernement des Pays-Bas.

ARTICLE 13

Un registre tenu par le Ministère des Affaires Étrangères des Pays-Bas indiquera la date du dépôt de ratifications effectué en vertu de l'article 9 alinéas 3 et 4, ainsi que la date à laquelle auront été reçues les notifications d'adhésion (article 10, alinéa 2) ou de dénonciation (article 12, alinéa 1).

Chaque Puissance contractante est admise à prendre connaissance de ce registre et à en demander des extraits certifiés conformes.

En foi de quoi, les Plénipotentiaires ont revêtu la présente Convention de leurs signatures.

Fait à La Haye, le dix-huit octobre mil neuf cent sept, en un seul exemplaire qui restera déposé dans les archives du Gouvernement des Pays-Bas et, dont des copies, certifiées conformes, seront remises par la voie diplomatique aux Puissances qui ont été conviées à la Deuxième Conférence de la Paix.

1. Pour l'Allemagne:
Marschall.
Kriege.

Sous réserve de article 1, alinéa 2.

2. Pour les États Unis d'Amérique:
Joseph H. Choate.
Horace Porter.
U. M. Rose.
David Jayne Hill.
C. S. Sperry.
William I. Buchanan.

3. Pour l'Argentine:
Roque Saenz Peña.
L. M. Drago.
C. Ruez Larreta.

4. Pour l'Autriche-Hongrie:
Mérey.
Baron Macchio.

5. Pour la Belgique:
A. Beernaert.
J. Van den Heuvel.
Guillaume.

6. Pour la Bolivie:
Claudio Pinilla.

ARTIGO 9.º

A presente Convenção será ratificada no mais breve prazo possível. As ratificações serão depositadas na Haya. O primeiro deposito de ratificações será consignado numa acta assinada pelos representantes das potencias que tomarem parte nelle e pelo Ministro dos Negocios Estrangeiros dos Países Baixos. Os depositos ulteriores de ratificações serão effectuados por meio de uma notificação escrita dirigida ao Governo dos Países Baixos, acompanhada do instrumento de ratificação. Serão immediatamente remetidas, ao cuidado do Governo dos Países Baixos e por via diplomatica, ás Potencias convocadas á Segunda Conferencia da Paz, bem como ás outras Potencias que tiverem adherido á Convenção, copias autenticas da acta relativa ao primeiro deposito de ratificações, das notificações mencionadas na alinea precedente e dos instrumentos de ratificação.

Nos casos a que se refere a alinea precedente o dito Governo fará ao mesmo tempo saber ás referidas Potencias a data em que tiver recebido a notificação.

ARTIGO 10.º

As Potencias não sinatarias são admittidas a adherir á presente Convenção.

A Potencia que desejar adherir notificará por escrito a sua intenção ao Governo dos Países Baixos, transmittindo-lhe o acto de adhesão que será depositado nos archivos do dito Governo.

Este Governo transmittirá immediatamente a todas as outras Potencias copias autenticas da notificação e do acto de adhesão, indicando a data em que tiver recebido a notificação.

ARTIGO 11.º

A presente Convenção produzirá seus efeitos para Potencias que tiverem tomado parte no primeiro deposito de ratificações sessenta dias depois da data da acta d'esse deposito; e para as Potencias que ratificarem ulteriores, ou adherirem, sessenta dias depois de ter sido recebida pelo Governo dos Países Baixos a notificação da ratificação ou da adhesão d'essas Potencias.

ARTIGO 12.º

No caso de uma das Potencias contractantes querer denunciar a presente Convenção, a denunciação será notificada por escrito ao Governo dos Países Baixos, que comunicará immediatamente a todas as outras Potencias uma copia autentica da notificação, fazendo-lhes saber a data em que a tiver recebido.

A denunciação não produzirá seus efeitos senão com respeito á Potencia que a tiver notificado, e um anno depois da notificação ter sido recebida pelo Governo dos Países Baixos.

ARTIGO 13.º

Um registo, a cargo do Ministerio dos Negocios Estrangeiros dos Países Baixos, indicará a data do deposito de ratificações realizado por virtude do artigo 9.º, alinea 3 e 4, e bem assim a data em que tiverem sido recebidas as notificações de adhesão (artigo 10.º, alinea 2), ou de denuncia (artigo 12.º alinea 1).

Cada uma das Potencias contractantes será admittida a tomar conhecimento d'esse registo e a pedir extratos autenticos do mesmo.

Em fé do que os Plenipotenciarios appuzerem na presente Convenção as suas assinaturas.

Feito na Haya, em 18 de outubro de 1907 em um unico exemplar que ficará depositado nos archivos do Governo dos Países Baixos e do qual serão enviados pela via diplomatica copias autenticas ás Potencias que foram convocadas á Segunda Conferencia da Paz.

1 Pela Alemanha:
Marschall.
Kriege.

Sob reserva do artigo 1.º, alinea 2.

2 Pelos Estados Unidos da America:
Joseph H. Choate.
Horace Porter.
U. M. Rose.
David Jayne Hill.
C. S. Sperry.
William I. Buchanan.

3 Pela Argentina:
Roque Saenz Peña.
Luis M. Drago.
C. Ruez Larreta.

4 Pela Austria-Hungria:
Mérey.
Bon. Macchio.

5 Pela Belgica:
A. Beernaert.
J. Van den Heuvel.
Guillaume.

6 Pela Bolivia:
Claudio Pinilla.

7. Pour le Brésil:
Ruy Barbosa.
E. Lisboa.

8. Pour la Bulgarie:
Général-Major Vinaroff.
Iv. Karandjoulloff.

9. Pour le Chili:
Domíngos Gana.
Augusto Matte.
Carlos Concha.

Sous la réserve de l'article 3 formulée dans la quatrième séance plénière du 17 août.

10. Pour la Chine:

11. Pour la Colombie:
Jorge Holguin.
S. Perez Triana.
M. Vargas.

12. Pour la République de Cuba:
Antonio S. de Bustamante.
Gonzalo de Quesada.
Manuel Sanguily.

13. Pour le Danemark:
C. Brun.

14. Pour la République Dominicaine:
Dr. Henriquez y Carvajal.
Apolinar Tejera.

15. Pour l'Equateur:
Victor M. Rendón.
E. Dorn y de Alvia.

16. Pour l'Espagne.

17. Pour la France:
Marcellin Pellet.

Sous réserve du deuxième alinéa de l'article 1.

18. Pour la Grande-Bretagne:
Edo. Fry.
Ernest Satow.
Reay.
Henri Howard.

Sous réserve du second alinéa de l'article 1.

19. Pour la Grèce:
Cleon Rizo Rangabé.
Georges Streit.

20. Pour le Guatemala:
José Tible Machado.

21. Pour le Haïti:
Dalbemar Jn Joseph.
J. N. Léger.
Pierre Hudicourt.

22. Pour l'Italie:
Pompili.
G. Fusinato.

23. Pour le Japon:
Aimaro Sato.

Avec réserve de l'alinéa 2 de l'article premier

24. Pour le Luxembourg:
Eyschen.
Comte de Villers.

25. Pour le Mexique:
G. A. Esteva.
S. B. de Mier.
F. L. de la Barra.

26. Pour le Monténégro:
Nelidow.
Martens.
N. Tcharykow.

27. Pour le Nicaragua

28. Pour la Norvège:
F. Hagerup.

29. Pour le Panama:
B. Porras.

30. Pour le Paraguay:
G. Du Monceau.

31. Pour les Pays-Bas:
W. H. de Beaufort.
T. M. C. Asser.
Den Beer Poortugaal.
J. A. Röell.
J. A. Loeff.

32. Pour le Pérou:
C. G. Candamo.

- 7 Pelo Brasil:
Ruy Barbosa.
E. Lisboa.
- 8 Pela Bulgaria:
General-Major Vinaroff.
Io. Karandjouloff.
- 9 Pelo Chile:
Domingo Gana.
Augusto Matte.
Carlos Concha.
- Sob reserva do artigo 3.º formulada na 4.ª sessão plenaria de 17 de agosto.
- 10 Pela China:
- 11 Pela Colombia:
Jorge Holguin.
S. Perez Triana.
M. Vargas.
- 12 Pela Republica de Cuba:
Antonio S. de Bustamante.
Gonzalo de Quesada.
Manuel Sanguily.
- 13 Pela Dinamarca:
C. Brun.
- 14 Pela Republica Dominicana:
Dr. Henriquez y Carvajal.
Apolinar Tejera.
- 15 Pelo Equador:
Victor M. Rendón.
E. Dorn y de Alsua.
- 16 Pela Espanha:
- 17 Pela França:
Marcellin Pellet.
- Sob reserva da alinea 2.ª do artigo 1.º
- 18 Pela Gran-Bretanha:
Edw. Fry.
Ernest Satow.
Reay.
Henry Howard.

Sob reserva da alinea 2.ª do artigo 1.º

- 19 Pela Grecia:
Cléon Rizo Rangabé.
Georges Streit.
- 20 Pelo Guatemala:
José Tible Machado.
- 21 Pelo Haítí:
Dalbémar Jn Joseph.
J. N. Léger.
Pierre Hudicourt.
- 22 Pela Italia:
Pompili.
G. Fusinato.
- 23 Pelo Japão:
Aimaro Sato.
- Com a reserva da alinea 2.ª do artigo 1.º
- 24 Pelo Luxemburgo:
Eyschen.
Cte. de Villers.
- 25 Pelo Mexico:
G. A. Esteva.
S. B. de Mier.
F. L. de la Barra.
- 26 Pelo Montenegro:
Nelidow.
Martens.
N. Tcharykow.
- 27 Pelo Nicaragua:
- 28 Pela Noruega:
F. Hagerup.
- 29 Pelo Panamá:
B. Porras.
- 30 Pelo Paraguay:
G. Du Monceau.
- 31 Pelos Países Baixos:
W. H. de Beaufort.
T. M. C. Asser.
Den Beer Poortugael.
J. A. Röell.
J. A. Loef.
- 32 Pelo Peru:
C. G. Candamo.

33. Pour la Perse:
Momtazos Saltaneh M. Samad Khan.
Sadigh ul Mulk M. Ahmed Khan.
34. Pour le Portugal:
Alberto de Oliveira.
35. Pour la Roumanie:
Edg. Mavrocordato.
36. Pour la Russie:
Nelidow.
Martens.
N. Tcharykow.
37. Pour le Salvador:
P. J. Matheu.
S. Perez Triana.
38. Pour la Servie:
S. Grouitch.
M. G. Milovanovitch.
M. G. Miltchevitch.
39. Pour le Siam:
Mom Chatidej Udom.
C. Corragioni d'Orelli.
Luang Bhuvanarth Narübal.
40. Pour la Suède:
K. H. L. Hammarshjöld.
Joh. Hellner.
41. Pour la Suisse:
Carlin.
42. Pour la Turquie:
Turkhan.
43. Pour l'Uruguay:
José Balle y Ordoñez.
44. Pour le Vénézuéla:
J. Gil Fortoul.

Certifié pour copie conforme. — Le Secrétaire-Général du Ministère des Affaires Etrangères des Pays-Bas, S. Hannema.

X.— Convention pour l'adaptation à la guerre maritime des principes de la Convention de Genève

Sa Majesté l'Empereur d'Allemagne, Roi de Prusse; le Président des États-Unis d'Amérique; le Président de la République Argentine; Sa Majesté l'Empereur d'Autriche, Roi de Bohême etc., et Roi Apostolique de Hongrie; Sa Majesté le Roi des Belges; le Président de la République de Bolivie; le Président de la République des États-Unis du Brésil; Son Altesse Royale le Prince de Bulgarie; le Président de la République de Chili; Sa Majesté l'Empereur de Chine; le Président de la République de Colombie; le Gouverneur Provisoire de la République de Cuba; Sa Majesté le Roi de Danemark; le Président de la République Dominicaine; le Président de la République de l'Équateur; Sa Majesté le Roi d'Espagne; le Président de la République Française; Sa Majesté le Roi du Royaume-Uni de Grande Bretagne et d'Irlande et des territoires britanniques au delà des mers, Empereur des Indes; Sa Majesté le Roi des Hellènes; le Président de la République de Guatemala; le Président de la République d'Haïti; Sa Majesté le Roi d'Italie; Sa Majesté l'Empereur du Japon; Son Altesse Royale le Grand Duc de Luxembourg, Duc de Nassau; le Président des États-Unis Mexicains; Son Altesse Royale le Prince de Monténégro; Sa Majesté le Roi de Norvège; le Président de la République de Panama; le Président de la République du Paraguay; Sa Majesté la Reine des Pays-Bas; le Président de la République du Pérou; Sa Majesté Impériale le Schah de Perse; Sa Majesté le Roi de Portugal et des Algarves, etc.; Sa Majesté le Roi de Roumanie; Sa Majesté l'Empereur de Toutes les Russies; le Président de la République du Salvador; Sa Majesté le Roi de Serbie; Sa Majesté le Roi de Siam; Sa Majesté le Roi de Suède; le Conseil Fédéral Suisse; Sa Majesté l'Empereur des Ottomans; le Président de la République Orientale de l'Uruguay; le Président des États-Unis de Vénézuéla:

Également animés du désir de diminuer, autant qu'il dépend d'eux, les maux inséparables de la guerre; Et voulant, dans ce but, adapter à la guerre maritime les principes de la Convention de Genève du 6 juillet 1906;

Ont résolu de conclure une Convention à l'effet de réviser la Convention du 29 juillet 1899 relative à la même matière et ont nommé pour Leurs Plénipotentiaires, savoir:

Sa Majesté l'Empereur d'Allemagne, Roi de Prusse:

Son Excellence le baron Marschall de Bieberstein, Son Ministre d'état, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire à Constantinople;

- 33 Pela Persia:
Momtazon-Saltaneh M. Samad Khan.
Sadigh ul Mulk M. Ahmed Khan.
- 34 Por Portugal:
Alberto de Oliveira.
- 35 Pela Romania:
Edg. Mavrocordato.
- 36 Pela Russia:
Nelidow.
Martens.
N. Tcharykow.
- 37 Pelo Salvador:
P. J. Matheu.
S. Perez Triana.
- 38 Pela Servia:
S. Grouitch.
M. G. Milovanovitch.
M. G. Miltchevitch.
- 39 Pelo Sião:
Mom Chatidej Udom.
C. Corragioni d'Orelli.
Luang Bhuvanarth Narübal.
- 40 Pela Suécia:
K. H. L. Hammarshjöld.
Joh. Hellner.
- 41 Pela Suissa:
Carlin.
- 42 Pela Turquia:
Turkhan.
- 43 Pelo Uruguay:
José Balle y Ordoñez.
- 44 Por Venezuela:
J. Gil Fortoul.

Certificado por copia conforme. — O Secretario Geral do Ministerio dos Negocios Estrangeiros dos Países Baixos, S. Hannema.

X — Convenção para adaptação á guerra marítima dos principios da convenção de Genebra

Sua Majestade o Imperador da Alemanha, Rei da Prussia; o Presidente dos Estados Unidos da America; o Presidente da Republica Argentina; Sua Majestade o Imperador de Austria, Rei da Bohemia, etc., e Rei Apostolico da Hungria; Sua Majestade o Rei dos Belgas; o Presidente da Republica da Bolivia; o Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil; Sua Alteza Real o Principe da Bulgaria; o Presidente da Republica do Chili; Sua Majestade o Imperador da China; o Presidente da Republica da Colombia; o Governador Provisorio da Republica de Cuba; Sua Majestade o Rei da Dinamarca; o Presidente da Republica Dominicana; o Presidente da Republica do Equador; Sua Majestade o Rei de Espanha; o Presidente da Republica Francesa; Sua Majestade o Rei do Reino Unido da Gran Bretanha e Irlanda e dos Territorios Britannicos de Alem Mar, Imperador das Indias; Sua Majestade o Rei dos Hellenos; o Presidente da Republica de Guatemala; o Presidente da Republica do Haítí; Sua Majestade o Rei de Italia; Sua Majestade o Imperador do Japão; Sua Alteza Real o Gran-Duque do Luxemburgo, Duque de Nassau; o Presidente dos Estados Unidos Mexicanos; Sua Alteza Real o Principe de Montenegro; Sua Majestade o Rei da Noruega; o Presidente da Republica do Panamá; o Presidente da Republica do Paraguay; Sua Majestade a Rainha dos Países Baixos; o Presidente da Republica do Peru; Sua Majestade Imperial o Schah da Persia; Sua Majestade o Rei de Portugal e dos Algarves, etc.; Sua Majestade o Rei da Romania; Sua Majestade o Imperador de Todas as Russias; o Presidente da Republica do Salvador; Sua Majestade o Rei da Servia; Sua Majestade o Rei de Sião; Sua Majestade o Rei da Suecia; o Conselho Federal Suisso; Sua Majestade o Imperador dos Ottomanos; o Presidente da Republica Oriental do Uruguay; o Presidente dos Estados Unidos de Venezuela.

Animados por igual do desejo de diminuir, tanto quanto d'elles dependa, os males inseparaveis da guerra; E querendo, neste intuito, adaptar á guerra marítima os principios da Convenção de Genebra de 6 de julho de 1906;

Resolveram celebrar uma Convenção, para revisão da Convenção de 29 de julho de 1899, sobre o mesmo assunto, e nomearam Seus Plenipotenciarios, a saber:

Sua Majestade o Imperador da Alemanha, Rei da Prussia:

S. Ex.ª o Barão Marschall de Bieberstein, Seu Ministro de Estado, Seu Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario em Constantinopla.

- M. le dr. Johannes Krieger, Son envoyé en mission extraordinaire à la présente Conférence, Son conseiller intime de légation et jurisconsulte au ministère Impérial des affaires étrangères, membre de la cour permanente d'arbitrage.
- Le Président des États-Unis d'Amérique :**
 Son Excellence M. Joseph H. Choate, ambassadeur extraordinaire;
 Son Excellence M. Horace Porter, ambassadeur extraordinaire;
 Son Excellence M. Uriah M. Rose, ambassadeur extraordinaire;
 Son Excellence M. David Jayne Hill, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à La Haye;
 M. Charles Sperry, contre-amiral, ministre plénipotentiaire;
 M. Georges B. Davis, général de brigade, chef de la justice militaire de l'armée fédérale, ministre plénipotentiaire;
 M. William I. Buchanan, ministre plénipotentiaire.
- Le Président de la République Argentine :**
 Son Excellence M. Roque Saenz Peña, ancien ministre des affaires étrangères, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Rome, membre de la cour permanente d'arbitrage;
 Son Excellence M. Luis M. Drago, ancien ministre des affaires étrangères et des cultes de la République, député national, membre de la cour permanente d'arbitrage;
 Son Excellence M. Carlos Rodriguez Larreta, ancien ministre des affaires étrangères et des cultes de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage;
- Sa Majesté l'Empereur d'Autriche, Roi de Bohême, etc., et Roi Apostolique de Hongrie :**
 Son Excellence M. Gaëtan Mérey de Kapos-Mérey, Son conseiller intime, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire;
 Son Excellence M. le baron Charles de Macchio, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Athènes.
- Sa Majesté le Roi des Belges :**
 Son Excellence M. Beernaert, Son ministre d'état, membre de la chambre des représentants, membre de l'institut de France et des académies Royales de Belgique et de Roumanie, membre d'honneur de l'institut de droit international, membre de la cour permanente d'arbitrage;
 Son Excellence M. J. Van den Heuvel, Son ministre d'état, ancien ministre de la justice;
 Son Excellence M. le baron Guillaume, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye, membre de l'académie Royale de Roumanie.
- Le Président de la République de Bolivie :**
 Son Excellence M. Claudio Pinilla, ministre des affaires étrangères de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage;
 Son Excellence M. Fernando E. Guachalla, ministre plénipotentiaire à Londres.
- Le Président de la République des États-Unis du Brésil :**
 Son Excellence M. Ruy Barbosa, ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire, membre de la cour permanente d'arbitrage;
 Son Excellence M. Eduardo F. S. dos Santos Lisboa, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.
- Son Altesse Royale le Prince de Bulgarie :**
 M. Vrbán Vinaroff, général-major de l'état-major, Son général à la suite;
 M. Ivan Karandjoulloff, procureur-général de la cour de cassation.
- Le Président de la République de Chili :**
 Son Excellence M. Domingo Gana, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Londres;
 Son Excellence M. Augusto Matte, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Berlin;
 Son Excellence M. Carlos Concha, ancien ministre de la guerre, ancien président de la chambre des députés, ancien envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Buenos Aires.
- Sa Majesté l'Empereur de Chine :**
 Son Excellence M. Lou-Tseng-Tsiang, Son ambassadeur extraordinaire;
 Son Excellence M. Tsien-Sun, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye;
- Le Président de la République de Colombie :**
 M. Jorge Holguin, général;
 M. Santiago Pérez Triana;
 Son Excellence M. Marceliano Vargas, général, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris.
- O Sr. Dr. Johannes Krieger, Seu Enviado em missão extraordinaria à presente Conferencia, Seu Conselheiro intimo de Legação e Jurisconsulto no Ministerio Imperial dos Negocios Estrangeiros, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.**
- O Presidente dos Estados Unidos da America :**
 S. Ex.ª o Sr. Joseph H. Choate, Embaixador Extraordinario.
 S. Ex.ª o Sr. Horace Porter, Embaixador Extraordinario.
 S. Ex.ª o Sr. Uriah M. Rose, Embaixador Extraordinario.
 S. Ex.ª o Sr. David Jayne Hill, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica na Haya.
 O Sr. Charles S. Sperry, Contra-almirante, Ministro Plenipotenciario.
 O Sr. Georges B. Davis, General de brigada, Chefe de justiça militar do exercito federal, Ministro Plenipotenciario.
 O Sr. William I. Buchanan, Ministro Plenipotenciario.
- O Presidente da Republica Argentina :**
 S. Ex.ª o Sr. Roque Saenz Peña, antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Roma, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.
 S. Ex.ª o Sr. Luis M. Drago, antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros e dos cultos da Republica, Deputado nacional, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.
 S. Ex.ª o Sr. Carlos Rodriguez Larreta, antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros e dos Cultos da Republica, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.
- Sua Majestade o Imperador de Austria, Rei da Boemia, etc. e Rei Apostolico da Hungria :**
 S. Ex.ª o Sr. Gaëtan Mérey de Kapos-Mérey, Seu Conselheiro intimo; Seu Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario;
 S. Ex.ª o Sr. Barão Charles de Macchio, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Athenas.
- Sua Majestade o Rei dos Belgas :**
 S. Ex.ª o Sr. Beernaert, Seu Ministro de Estado, membro da Camara dos Representantes, membro do Instituto de França e das Academias Reaes da Belgica e de Romania, membro de honra do Instituto de Direito Internacional, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
 S. Ex.ª o Sr. J. Van den Heuvel, Seu Ministro de Estado, antigo Ministro da Justiça;
 S. Ex.ª o Barão Guillaume, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya, membro da Academia Real de Romania.
- O Presidente da Republica da Bolivia :**
 S. Ex.ª o Sr. Claudio Pinilla, Ministro dos Negocios Estrangeiros da Republica, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
 S. Ex.ª o Sr. Fernando E. Guachalla, Ministro Plenipotenciario em Londres.
- O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil :**
 S. Ex.ª o Sr. Ruy Barbosa, Embaixador Extraordinario e Ministro Plenipotenciario, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
 S. Ex.ª o Sr. Eduardo F. S. dos Santos Lisboa, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya.
- Sua Alteza Real o Principe da Bulgaria :**
 O Sr. Vrbán Vinaroff, general-major do estado maior, general do seu séquito;
 O Sr. Ivan Karandjoulloff, Procurador Geral do Tribunal de Cassação.
- O Presidente da Republica do Chili :**
 S. Ex.ª o Sr. Domingo Gana, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Londres;
 S. Ex.ª o Sr. Augusto Matte, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Berlim.
 S. Ex.ª o Sr. Carlos Concha, antigo Ministro da Guerra, antigo Presidente da Camara dos Deputados, antigo Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Buenos-Aires.
- Sua Majestade o Imperador da China :**
 S. Ex.ª o Sr. Lou-Tseng-Tsian, Seu Embaixador Extraordinario;
 S. Ex.ª o Sr. Tien-Sun, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya.
- O Presidente da Republica da Colombia :**
 O Sr. Jorge Holguin, general;
 O Sr. Santiago Perez Triana;
 S. Ex.ª o Sr. Marceliano Vargas, general, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Paris.
- Le Gouverneur Provisoire de la République de Cuba.**
 M. Antonio Sanchez de Bustamante, professeur de droit international à l'université de la Havane, sénateur de la République;
 Son Excellence M. Gonzalo de Quesada y Aróstegui, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Washington;
 M. Manuel Sanguily, ancien directeur de l'institut d'enseignement, secondaire de la Havane, sénateur de la République.
- Sa Majesté le Roi de Danemark :**
 Son Excellence M. Constantin Brun, Son chambellan, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Washington;
 M. Christian Frederik Scheller, contre-amiral;
 M. Axel Vedel, Son chambellan, chef de section au ministère Royal des affaires étrangères.
- Le Président de la République Dominicaine :**
 M. Francisco Henriquez y Carvajal, ancien secrétaire d'état au ministère des affaires étrangères de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage;
 M. Apolinar Tejera, recteur de l'institut professionnel de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage.
- Le Président de la République de l'Équateur :**
 Son Excellence M. Victor Rendón, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris et à Madrid;
 M. Henrique Dorn y de Alsúa, chargé d'affaires.
- Sa Majesté de Roi d'Espagne :**
 Son Excellence M. W. R. de Villa-Urrutia, sénateur, ancien ministre des affaires étrangères, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire à Londres;
 Son Excellence M. José de La Rica y Calvo, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye;
 M. Gabriel Maura y Gamazo, comte de Mortera, député aux Cortès.
- Le Président de la République Française :**
 Son Excellence M. Léon Bourgeois, ambassadeur extraordinaire de la République, sénateur, ancien président du conseil des ministres, ancien ministre des affaires étrangères, membre de la cour permanente d'arbitrage;
 M. le baron d'Estournelles de Constant, sénateur, ministre plénipotentiaire de première classe, membre de la cour permanente d'arbitrage;
 M. Louis Renault, professeur à la faculté de droit à l'université de Paris, ministre plénipotentiaire honoraire, jurisconsulte du ministère des affaires étrangères, membre de l'institut de France, membre de la cour permanente d'arbitrage;
 Son Excellence M. Marcellin Pellet, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République Française à La Haye.
- Sa Majesté le Roi du Royaume-Uni de Grande Bretagne et d'Irlande et des territoires britanniques au delà des mers, Empereur des Indes :**
 Son Excellence the Right Honourable Sir Edward Fry, G. C. B., membre du conseil privé, Son ambassadeur extraordinaire, membre de la cour permanente d'arbitrage;
 Son Excellence the Right Honourable Sir Ernest Mason Satow, G. C. M. G., membre du conseil privé, membre de la cour permanente d'arbitrage;
 Son Excellence the Right Honourable Donald James Mackay Baron Reay, G. C. S. I., G. C. I. E., membre du conseil privé, ancien président de l'institut de droit international;
 Son Excellence Sir Henry Howard, K. C. M. G., C. B., Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.
- Sa Majesté le Roi des Hellènes :**
 Son Excellence M. Cléon Rizo Rangabé, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Berlin;
 M. Georges Streit, professeur de droit international à l'université d'Athènes, membre de la cour permanente d'arbitrage.
- Le Président de la République de Guatemala :**
 M. José Tible Machado, chargé d'affaires de la République à La Haye et à Londres, membre de la cour permanente d'arbitrage;
 M. Enrique Gómez Carillo, chargé d'affaires de la République à Berlin.
- Le Président de la République d'Haïti :**
 Son Excellence M. Jean Joseph Dalbemar, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris;
 Son Excellence M. J. N. Léger, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Washington;
 M. Pierre Hudicourt, ancien professeur de droit international public, avocat au barreau de Port au Prince.

- O Governador provisório da Republica de Cuba :
 O Sr. Antonio Sanches de Bustamante, Professor de Direito Internacional na Universidade de Havana, Senador da Republica ;
 S. Ex.ª o Sr. Gonzalo de Quesada y Arostegui, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Washington ;
 O Sr. Manuel Sanguily, antigo Director do Instituto de ensino Secundario da Havana, Senador da Republica.
- Sua Majestade o Rei da Dinamarca :
 S. Ex.ª Sr. Constantin Brun, Seu Camarista, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Washington ;
 O Sr. Christian Frederik Scheller, contra-almirante ;
 O Sr. Axel Vedel, Seu Camarista, Chefe de Secção no Ministerio Real dos Negocios Estrangeiros.
- O Presidente da Republica Dominicana :
 O Sr. Francisco Henriquez y Carvajal, antigo Secretario de Estado no Ministerio dos Negocios Estrangeiros da Republica, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem ;
 O Sr. Apolinar Tejera, Reitor do Instituto Profissional da Republica, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.
- O Presidente da Republica do Equador :
 S. Ex.ª Sr. Victor Rendon, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Paris e Madrid ;
 O Sr. Enrique Dorn y de Alsua, Encarregado de Negocios.
- Sua Majestade o Rei de Espanha :
 S. Ex.ª Sr. W. R. de Villa Urrutia, Senador, antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros, Seu Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario em Londres ;
 S. Ex.ª Sr. José de la Rica y Calvo, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya ;
 O Sr. Gabriel Maura y Gamazo, Conde de Mortera, Deputado ás Côrtes ;
- O Presidente da Republica Francesa :
 S. Ex.ª Sr. Léon Bourgeois, Embaixador Extraordinario da Republica, Senador, antigo Presidente do Conselho de Ministros, antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem ;
 O Sr. Barão d'Estournelles de Constant, Senador, Ministro Plenipotenciario de 1.ª classe, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem ;
 O Sr. Louis Renault, Professor da Faculdade de Direito na Universidade de Paris, Ministro Plenipotenciario Honorario, Jurisconsulto do Ministerio dos Negocios Estrangeiros, Membro do Instituto de França, Membro do Tribunal permanente de Arbitragem ;
 S. Ex.ª Sr. Marcellin Pellet, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica Francesa na Haya.
- Sua Majestade o Rei do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda e dos territorios britannicos de alem mar, Imperador das Indias :
 S. Ex.ª The Right Honourable Sir Edward Fry, G. C. B., Membro do Conselho Privado, Seu Embaixador Extraordinario, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem ;
 S. Ex.ª The Right Honourable Sir Ernest Masson Satow, G. C. M. G., Membro do Conselho Privado, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem ;
 S. Ex.ª The Right Honourable Donald James Mackay, Baron Reay, G. C. S. I., G. C. I. E., Membro do Conselho Privado, antigo Presidente do Instituto de Direito Internacional ;
 S. Ex.ª Sir Henry Howard, K. C. M. G., C. B., Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya.
- Sua Majestade o Rei dos Hellenos :
 S. Ex.ª Sr. Cléon Rizo Rangabé, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Berlim.
 O Sr. Georges Streit, Professor de Direito Internacional na Universidade de Athenas, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.
- O Presidente da Republica do Guatemala :
 O Sr. José Tible Machado, Encarregado de Negocios da Republica na Haya e em Londres, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem ;
 O Sr. Enrique Gomez Carillo, Encarregado de Negocios da Republica em Berlim.
- O Presidente da Republica de Haiti :
 S. Ex.ª Sr. Jean Joseph Dalbemar, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Paris ;
 S. Ex.ª Sr. J. N. Léger, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Washington ;
 Sr. Pierre Hudicourt, antigo Professor de Direito Internacional Publico, Advogado nos Tribunaes de Porto-Principe.
- Sa Majesté le Roi d'Italie :
 Son Excellence le Comte Joseph Tornielli Brusati Di Vergano, Sénateur du Royaume, ambassadeur de Sa Majesté le Roi à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage, président de la délégation Italienne ;
 Son Excellence M. le commandeur Guido Pompilj, député au parlement, sous-secrétaire d'état au ministère Royal des affaires étrangères ;
 M. le commandeur Guido Fusinato, conseiller d'état, député au parlement, ancien ministre de l'instruction.
- Sa Majesté l'Empereur du Japon :
 Son Excellence M. Keiroku Tsudzuki, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire ;
 Son Excellence M. Aimaro Sato, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à la Haya.
- Son Altesse Royale le Grand Duc de Luxembourg, Duc de Nassau :
 Son Excellence M. Eyschen, Son ministre d'état, président du Gouvernement Grand Ducal ;
 M. le comte de Villers, chargé d'affaires du Grand-Duché à Berlin.
- Le Président des États-Unis Mexicains :
 Son Excellence M. Gonzalo A. Esteva, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Rome ;
 Son Excellence M. Sebastian B. de Mier, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris ;
 Son Excellence M. Francisco L. de la Barra, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Bruxelles et à La Haya.
- Son Altesse Royale le Prince de Monténégro :
 Son Excellence M. Nelidow, conseiller privé Impérial actuel, ambassadeur de Sa Majesté l'Empereur de Toutes les Russies à Paris ;
 Son Excellence, M. de Martens, conseiller privé Impérial, membre permanent du conseil du ministère Impérial des affaires étrangères de Russie ;
 Son Excellence M. Tcharykow, conseiller d'état Impérial actuel, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de Sa Majesté l'Empereur de Toutes les Russies à la Haya.
- Sa Majesté le Roi de Norvège :
 Son Excellence M. Francis Hagerup, ancien président du conseil, ancien professeur de droit, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haya et à Copenhague, membre de la cour permanente d'arbitrage.
- Le Président de la République de Panama :
 M. Belisario Porras.
- Le Président de la République du Paraguay :
 Son Excellence M. Eusebio Machain, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris ;
 M. le comte G. Du Monceau de Bergendal, consul de la République à Bruxelles.
- Sa Majesté la Reine des Pays-Bas :
 M. W. H. de Beaufort, Son ancien ministre des affaires étrangères, membre de la seconde chambre des états-généraux ;
 Son Excellence M. T. M. C. Asser, Son ministre d'état, membre du conseil d'état, membre de la cour permanente d'arbitrage ;
 Son Excellence le jonkheer J. C. C. den Beer Poortugael, lieutenant-général en retraite, ancien ministre de la guerre, membre du conseil d'état ;
 Son Excellence le jonkheer J. A. Röell, Son aide de camp en service extraordinaire, vice-amiral en retraite, ancien ministre de la marine ;
 M. J. A. Loeff, Son ancien ministre de la justice, membre de la seconde chambre des états généraux.
- Le Président de la République du Pérou :
 Son Excellence M. Carlos G. Candamo, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris et à Londres, membre de la cour permanente d'arbitrage.
- Sa Majesté Impériale le Schah de Perse :
 Son Excellence Samad Khan Momtazos Saltaneh, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage ;
 Son Excellence Mirza Ahmed Khan Sadigh Ul Mulk, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haya.
- Sa Majesté le Roi de Portugal et des Algarves, etc. :
 Son Excellence M. le marquis de Soveral, Son conseiller d'état, pair du Royaume, ancien ministre des affaires étrangères, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Londres, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire
- Sua Majestade o Rei de Italia :
 S. Ex.ª o Conde Joseph Tornielli Brusati di Vergano, Senador do Reino, Embaixador de Sua Majestade o Rei em Paris, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem, Presidente da Delegação Italiana ;
 S. Ex.ª Sr. Commendador Guido Pompilj, Deputado do Parlamento, Sub-secretario de Estado no Ministerio Real dos Negocios Estrangeiros ;
 O Sr. Commendador Guido Fusinato, Conselheiro de Estado, Deputado ao Parlamento, antigo Ministro de Instrucção.
- Sua Majestade o Imperador do Japão :
 S. Ex.ª o Sr. Keiroku Tsuzuki, Seu Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario ;
 S. Ex.ª Sr. Aimaro Sato, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya.
- Sua Alteza Real o Grão Duque de Luxemburgo, Duque de Nassau :
 S. Ex.ª o Sr. Eyschen, Seu Ministro de Estado, Presidente do Governo Grão-Ducal ;
 O Sr. Conde de Villers, Encarregado de Negocios do Grão-Ducado em Berlim.
- O Presidente dos Estados-Unidos Mexicanos :
 S. Ex.ª Sr. Gonzalo A. Esteva, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Roma ;
 S. Ex.ª Sr. Sebastian B. de Mier, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Paris ;
 S. Ex.ª Sr. Francisco L. de la Barra, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Bruxellas e na Haya.
- Sua Alteza Real o Principe de Montenegro :
 S. Ex.ª Sr. Nelidow, Conselheiro privado Imperial actual, Embaixador de Sua Majestade o Imperador de Todas as Russias em Paris ;
 S. Ex.ª Sr. de Martens, Conselheiro Privado Imperial, Membro Permanente do Conselho do Ministerio Imperial dos Negocios Estrangeiros da Russia ;
 S. Ex.ª Sr. Tcharykow, Conselheiro de Estado Imperial actual, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de Sua Majestade o Imperador de Todas as Russias na Haya.
- Sua Majestade o Rei da Noruega :
 S. Ex.ª Sr. Francis Hagerup, antigo Presidente do Conselho, antigo Professor de Direito, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya e Copenhague, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.
- O Presidente da Republica de Panamá :
 O Sr. Belisario Porras.
- O Presidente da Republica do Paraguay :
 S. Ex.ª Sr. Eusebio Machain, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Paris ;
 O Sr. Conde G. Du Monceau de Bergendal, Consul da Republica em Bruxellas.
- Sua Majestade a Rainha dos Países-Baixos :
 O Sr. W. H. de Beaufort, Seu antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros, membro da Segunda Camara dos Estados Geraes ;
 S. Ex.ª o Sr. T. M. C. Asser, Seu Ministro de Estado, membro do Conselho de Estado, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem ;
 S. Ex.ª o jonkheer J. C. C. den Beer Poortugael, tenente-general reformado, antigo Ministro da Guerra, membro do Conselho de Estado ;
 S. Ex.ª o jonkheer J. A. Röell, Seu ajudante de campo em serviço extraordinario, Vice-almirante reformado, antigo Ministro da Marinha ;
 O Sr. J. A. Loeff, Seu antigo Ministro de Justiça, membro da Segunda Camara dos Estados Geraes.
- O Presidente da Republica do Peru :
 S. Ex.ª o Sr. Carlos G. Candamo, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Paris e Londres, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.
- Sua Majestade Imperial o Schah da Persia :
 S. Ex.ª Samad Khan Momtazos Saltaneh, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Paris, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem ;
 S. Ex.ª Mirza Ahmed Khan Sadigh Ul Mulk, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya.
- Sua Majestade o Rei de Portugal e dos Algarves :
 S. Ex.ª o Sr. Marquês de Soveral, Seu Conselheiro de Estado, Par do Reino, antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Londres, Seu Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario ;

Son Excellence M. le comte de Selir, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye;
Son Excellence M. Alberto d'Oliveira, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Berne.

Sa Majesté le Roi de Roumanie:

Son Excellence M. Alexandre Beldiman, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Berlin;
Son Excellence M. Edgar Mavrocordato, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Sa Majesté l'Empereur de Toutes les Russies:

Son Excellence M. Nelidow, Son conseiller privé actuel, Son ambassadeur à Paris;
Son Excellence M. de Martens, Son conseiller privé, membre permanent du conseil du ministère Impérial des affaires étrangères, membre de la cour permanente d'arbitrage;
Son Excellence M. Tcharykow, Son conseiller d'état actuel, Son chambellan, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Le Président de la République du Salvador:

M. Pedro I. Matheu, chargé d'affaires de la République à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage;
M. Santiago Perez Triana, chargé d'affaires de la République à Londres.

Sa Majesté le Roi de Serbie:

Son Excellence M. Sava Grouitch, général, président du conseil d'état;
Son Excellence M. Milovan Milovanovitch, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Rome, membre de la cour permanente d'arbitrage;
Son Excellence M. Michel Militchevitch, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Londres et à La Haye.

Sa Majesté le Roi de Siam:

Mom Chatidej Udom, major général;
M. C. Corragioni d'Orelli, Son conseiller de légation;
Luang Bhuvanarth Narubal, capitaine.

Sa Majesté le Roi de Suède, des Goths et des Vendes:

Son Excellence M. Knut Hjalmar Leonard Hammarskjöld, Son ancien ministre de la justice, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Copenhague, membre de la cour permanente d'arbitrage;
M. Johannes Hellner, Son ancien ministre sans portefeuille, ancien membre de la cour suprême de Suède, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Conseil Fédéral Suisse:

Son Excellence M. Gaston Carlin, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la Confédération suisse à Londres et à La Haye;
M. Eugène Borel, colonel d'état major-général, professeur à l'université de Genève;
M. Max Huber, professeur de droit à l'université de Zürich.

Sa Majesté l'Empereur des Ottomans:

Son Excellence Turkhan Pacha, Son ambassadeur extraordinaire, ministre de l'Evkaf;
Son Excellence Rechid Bey, Son ambassadeur à Rome;
Son Excellence Mehemed Pacha, vice-amiral.

Le Président de la République orientale de l'Uruguay:

Son Excellence M. José Battle y Ordoñez, ancien président de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage;
Son Excellence M. Juan P. Castro, ancien président du sénat, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président des États-Unis de Vénézuéla:

M. José Gil Fortoul, chargé d'affaires de la République à Berlin.

Lesquels, après avoir déposé leurs pleins pouvoirs, trouvés en bonne et due forme, sont convenus des dispositions suivantes:

ARTICLE PREMIER

Les bâtiments-hôpitaux militaires, c'est-à-dire les bâtiments construits ou aménagés par les États spécialement et uniquement en vue de porter secours aux blessés, malades et naufragés, et dont les noms auront été communiqués, à l'ouverture ou au cours des hostilités, en tout cas avant toute mise en usage, aux Puissances belligérantes, sont respectés et ne peuvent être capturés pendant la durée des hostilités.

Ces bâtiments ne sont pas non plus assimilés aux navires de guerre au point de vue de leur séjour dans un port neutre.

ARTICLE 2

Les bâtiments hospitaliers, équipés en totalité ou en partie aux frais des particuliers ou des sociétés de secours

S. Ex.º o Sr. Conde de Sehr, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya;

S. Ex.º o Sr. Alberto de Oliveira, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Berne.

Sua Majestade o Rei da Romaniá:

S. Ex.º o Sr. Alexandre Beldiman, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Berlim;

S. Ex.º o Sr. Edgard Mavrocordato, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya.

Sua Majestade o Imperador de Todas as Russias:

S. Ex.º o Sr. Nelidow, Seu Conselheiro Privado Actual, Seu Embaixador em Paris;

S. Ex.º o Sr. de Martens, Seu Conselheiro Privado, membro permanente do Conselho do Ministerio Imperial dos Negocios Estrangeiros, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;

S. Ex.º o Sr. Tcharykow, Seu Conselheiro de Estado actual, Seu Camarista, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya.

O Presidente da Republica do Salvador:

O Sr. Pedro I. Matheu, Encarregado de Negocios da Republica em Paris, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;

O Sr. Santiago Perez Triana, Encarregado de Negocios da Republica em Londres.

Sua Majestade o Rei da Servia:

S. Ex.º o Sr. Sava Grouitch, General, Presidente do Conselho do Estado;

S. Ex.º o Sr. Milovan Milovanovitch, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Roma, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;

S. Ex.º o Sr. Michel Militchevitch, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Londres e na Haya.

Sua Majestade o Rei de Sião:

Mom Chatidej Udom, Major-General;
M. C. Corragioni d'Orelli, Seu Conselheiro de Legação;
Luang Bhuvanarth Narubal, Capitão.

Sua Majestade o Rei da Suecia, dos Godos e dos Vendos:

S. Ex.º o Sr. Knut Hjalmar Leonard Hammarskjöld, Seu antigo Ministro da Justiça, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Copenhague, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;

O Sr. Johannes Hellner, Seu antigo Ministro sem pasta, antigo membro do Supremo Tribunal da Suecia, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.

O Conselho Federal Suisso:

S. Ex.º o Sr. Gaston Carlin, Enviado Extraordinario, Ministro Plenipotenciario da Confederação Suissa em Londres e na Haya;

O Sr. Eugène Borel, Coronel do Estado Maior General, professor da Universidade de Genebra;
O Sr. Max Huber, professor de direito na Universidade de Zurich.

Sua Majestade o Imperador dos Ottomanos:

S. Ex.º Turkhan Pacha, Seu Embaixador Extraordinario, Ministro do Evkaf;

S. Ex.º Rechid Bey, Seu Embaixador em Roma;

S. Ex.º Mehemed Pacha, Vice-almirante.

O Presidente da Republica Oriental do Uruguay:

S. Ex.º o Sr. José Battle y Ordoñez, antigo Presidente da Republica, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;

S. Ex.º o Sr. Juan P. Castro, antigo Presidente do Senado, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Paris, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.

O Presidente dos Estados-Unidos de Venezuela:

O Sr. José Gil Fortoul, Encarregado de Negocios da Republica em Berlim.

Os quaes, tendo depositado os seus plenos poderes, achados em boa e devida forma, convieram nas seguintes disposições:

ARTIGO 1.º

Os navios-hospitales militares, isto é, os navios construídos ou adaptados pelos Estados especial e unicamente ao fim de socorrer os feridos, doentes e naufragos, e dos quaes tiverem sido comunicados os nomes ás Potencias belligerantes por occasião do rompimento, ou durante o decurso das hostilidades, em todo o caso, porém, antes de terem entrado em serviço, serão respeitados e não poderão ser capturados durante as hostilidades.

No que diz respeito á sua estada em portos neutraes, estes navios não são tambem assimilados aos navios de guerra.

ARTIGO 2.º

Serão igualmente respeitados e isentos de captura os navios-hospitalares, equipados total ou parcialmente á custa

oficialmente reconhecidas, são igualmente respectadas e exemptas de captura, si a Puisseance belligerante dont ils dépendent, leur a donné une commission officielle et en a notifié les noms à la Puisseance adverse à l'ouverture ou au cours des hostilités, en tout cas avant toute mise en usage.

Ces navires doivent être porteurs d'un document de l'autorité compétente déclarant qu'ils ont été soumis à son contrôle pendant leur armement et à leur départ final.

ARTICLE 3

Les bâtiments hospitaliers, équipés en totalité ou en partie aux frais des particuliers ou des sociétés officiellement reconnues de pays neutres, sont respectés et exemptés de capture, à condition qu'ils se soient mis sous la direction de l'un des belligérants, avec l'assentiment préalable de leur propre Gouvernement et avec l'autorisation du belligérant lui-même et que ce dernier en ait notifié le nom à son adversaire dès l'ouverture ou dans le cours des hostilités, en tout cas, avant tout emploi.

ARTICLE 4

Les bâtiments qui sont mentionnés dans les articles 1, 2 et 3, porteront secours et assistance aux blessés, malades et naufragés des belligérants sans distinction de nationalité.

Les Gouvernements s'engagent à n'utiliser ces bâtiments pour aucun but militaire.

Ces bâtiments ne devront gêner en aucune manière les mouvements des combattants.

Pendant et après le combat, ils agiront à leurs risques et périls.

Les belligérants auront sur eux le droit de contrôle et de visite; ils pourront refuser leur concours, leur enjoindre de s'éloigner, leur imposer une direction déterminée et mettre à bord un commissaire, même les détenir, si la gravité des circonstances l'exigeait.

Autant que possible, les belligérants inscriront sur le journal de bord des bâtiments hospitaliers les ordres qu'ils leur donneront.

ARTICLE 5

Les bâtiments-hôpitaux militaires seront distingués par une peinture extérieure blanche avec une bande horizontale verte d'un mètre et demi de largeur environ.

Les bâtiments qui sont mentionnés dans les articles 2 et 3, seront distingués par une peinture extérieure blanche avec une bande horizontale rouge d'un mètre et demi de largeur environ.

Les embarcations des bâtiments qui viennent d'être mentionnés, como les petits bâtiments qui pourront être affectés au service hospitalier, se distingueront par une peinture analogue.

Tous les bâtiments hospitaliers se feront reconnaître en hissant, avec leur pavillon national, le pavillon blanc à croix-rouge prévu par la Convention de Genève et, en outre, s'ils ressortissent à un Etat neutre, en arborant au grand mât le pavillon national du belligérant sous la direction duquel ils se sont placés.

Les bâtiments hospitaliers qui, dans les termes de l'article 4, sont détenus par l'ennemi, auront à rentrer le pavillon national du belligérant dont ils relèvent.

Les bâtiments et embarcations ci-dessus mentionnés, qui veulent s'assurer la nuit le respect auquel ils ont droit, ont, avec l'assentiment du belligérant qu'ils accompagnent, à prendre les mesures nécessaires pour que la peinture qui les caractérise soit suffisamment apparente.

ARTICLE 6

Les signes distinctifs prévus à l'article 5 ne pourront être employés, soit en temps de paix, soit en temps de guerre, que pour protéger ou désigner les bâtiments qui y sont mentionnés.

ARTICLE 7

Dans le cas d'un combat à bord d'un vaisseau de guerre, les infirmeries seront respectées et ménagées autant que faire se pourra.

Ces infirmeries et leur matériel demeurent soumis aux lois de la guerre, mais ne pourront être détournés de leur emploi, tant qu'ils seront nécessaires aux blessés et malades.

Toutefois le commandant, qui les a en son pouvoir, a la faculté d'en disposer, en cas de nécessité militaire importante, en assurant au préalable le sort des blessés et malades qui s'y trouvent.

ARTICLE 8

La protection due aux bâtiments hospitaliers et aux infirmeries des vaisseaux cesse si l'on en use pour commettre des actes nuisibles à l'ennemi.

N'est pas considéré comme étant de nature à justifier le retrait de la protection le fait que le personnel de ces bâtiments et infirmeries est armé pour le maintien de l'ordre et pour la défense des blessés ou malades, ainsi que le fait de la présence à bord d'une installation radio-télégraphique.

ARTICLE 9

Les belligérants pourront faire appel au zèle charitable des commandants de bâtiments de commerce, yachts ou embarcations neutres, pour prendre à bord et soigner des blessés ou des malades.

Les bâtiments qui auront répondu à cet appel ainsi que ceux qui spontanément auront recueilli des blessés, des malades ou des naufragés, jouiront d'une protection spéciale et de certaines immunités. En aucun cas, ils ne pour-

de particulares, ou de sociedades de socorros oficialmente reconhecidas, se a Potencia belligerante de que dependerem lhes tiver dado uma commissão official, e tiver notificado os seus nomes á Potencia adversa por occasião da abertura ou durante o decurso das hostilidades, em todo o caso, porém, antes de terem sido utilizadas de qualquer modo.

Estes navios devem possuir um documento da autoridade competente, declarando terem sido submettidos á sua fiscalização durante o armamento e na occasião da partida definitiva.

ARTIGO 3.º

Os navios-hospitalares, equipados total ou parcialmente á custa de particulares, ou de sociedades de países neutras oficialmente reconhecidas, serão respeitados e isentos de captura, sob condição de se terem collocado, com previo consentimento do seu proprio Governo, sob a direcção de um dos belligerantes, com autorizaçãõ d'este e tendo este communicado ao adversario os nomes d'esses navios na occasião da abertura das hostilidades ou no seu decurso, em todo o caso, porém, antes de terem sido utilizados de qualquer modo.

ARTIGO 4.º

Os navios mencionados nos artigos 1.º, 2.º e 3.º prestarão socorros e assistencia aos feridos, doentes e naufragos dos belligerantes, sem distincção de nacionalidade.

Os Governos compromettem se a não utilizar esses navios para nenhum fim militar.

Esses navios não deverão embarçar de nenhum modo as evoluções dos combatentes.

Durante e depois dos combates, procederão por sua conta e risco.

Os belligerantes terão sobre elles o direito de fiscalização e de visita; poderão recusar o seu auxilio, ordenar-lhes que se afastem, impôr-lhes uma direcção determinada, mandar para seu bordo um commissario, e até detê-los, se a gravidade das circumstancias assim o exigir.

Tanto quanto possivel, inscreverão os belligerantes no jornal de bordo dos navios hospitalares as ordens que lhes dcrem.

ARTIGO 5.º

Os navios-hospitales militares distinguem-se-hão por uma pintura exterior branca, com uma faixa horizontal verde, de um metro e meio de largura approximadamente.

Os navios a que se referem os art.ºs 2.º e 3.º distinguem-se-hão por uma pintura exterior branca, com uma faixa horizontal vermelha, de um metro e meio de largura approximadamente.

Distinguir-se-hão por uma pintura analoga as embarcações dos navios acima referidos, bem como os navios de pequenas dimensões, que possam ser affectados ao serviço hospitalar.

Os navios hospitalares dar-se-hão todos a reconhecer hasteando, com o respectivo pavilhão nacional, o pavilhão branco com cruz vermelha estabelecido pela Convenção de Genebra e, quando pertencerem a um Estado neutro, arvorando ainda no mastro grande o pavilhão nacional do belligerante sob cuja direcção se tiverem collocado.

Os navios hospitalares, que nos termos do art.º 4.º forem detidos pelo inimigo, terão de arriar o pavilhão nacional do belligerante de que dependerem.

Quando os navios e embarcações acima referidos quizerem ter a segurança de que serão tratados durante a noite com o respeito a que tem direito, deverão, com assentimento do belligerante que acompanharem, tomar as providencias necessarias para que a pintura que os caracteriza seja sufficientemente apparente.

ARTIGO 6.º

Os sinais distintivos previstos no art.º 5.º não poderão ser empregados, quer em tempo de paz, quer em tempo de guerra, senão para proteger ou designar os navios ali mencionados.

ARTIGO 7.º

No caso de combate a bordo de um navio de guerra, as enfermarias serão respeitadas e poupadas tanto quanto possivel.

Essas enfermarias e o seu material ficam sujeitos ás leis da guerra, mas não podem ser desviados do seu uso proprio emquanto são necessarias aos feridos e doentes.

Todavia, no caso de importante necessidade militar, o commandante, em cujo poder se acharem, terá a faculdade de dispor d'ellas tendo previamente assegurado a sorte dos feridos e doentes que nellas se encontrarem.

ARTIGO 8.º

A protecção devida aos navios hospitalares e ás enfermarias dos navios cessa, se elles forem utilizados para praticar actos prejudiciaes ao inimigo.

Não se considera de natureza a justificar a cessação da protecção o facto do pessoal d'esses navios e enfermarias estar armado, para manter a ordem e para defender feridos e doentes, nem o facto de se achar a bordo uma installação radio-telegraphica.

ARTIGO 9.º

Os belligerantes poderão appellar para o zelo caritativo dos commandantes dos navios de commercio, yachts ou embarcações neutras, para recolherem a bordo, e tratarer feridos e doentes.

Os navios que responderem a este appello, bem como os que espontaneamente recolherem feridos, doentes ou naufragos, gozarão de uma protecção especial e de certas immuniades. Em caso algum poderão ser capturados por

ront être capturés pour le fait d'un tel transport; mais, sauf les promesses qui leur auraient été faites, ils restent exposés à la capture pour les violations de neutralité qu'ils pourraient avoir commises.

ARTICLE 10

Le personnel religieux, médical et hospitalier de tout bâtiment capturé est inviolable et ne peut être fait prisonnier de guerre. Il emporte, en quittant le navire; les objets et les instruments de chirurgie qui sont sa propriété particulière.

Ce personnel continuera à remplir ses fonctions tant que cela sera nécessaire et il pourra ensuite se retirer, lorsque le commandant en chef le jugera possible.

Les belligérants doivent assurer à ce personnel tombé entre leurs mains les mêmes allocations et la même solde qu'au personnel des mêmes grades de leur propre marine.

ARTICLE 11

Les marins et les militaires embarqués, et les autres personnes officiellement attachées aux marines ou aux armées, blessés ou malades, à quelque nation qu'ils appartiennent, seront respectés et soignés par les captureurs.

ARTICLE 12

Tout vaisseau de guerre d'une Partie belligérante peut réclamer la remise des blessés, malades ou naufragés, qui sont à bord de bâtiments-hôpitaux militaires, de bâtiments hospitaliers de société de secours ou de particuliers, de navires de commerce, yachts et embarcations, quelle que soit la nationalité de ces bâtiments.

ARTICLE 13

Si des blessés, malades ou naufragés sont recueillis à bord d'un vaisseau de guerre neutre, il devra être pourvu, dans la mesure du possible, à ce qu'ils ne puissent pas de nouveau prendre part aux opérations de la guerre.

ARTICLE 14

Sont prisonniers de guerre les naufragés, blessés ou malades, d'un belligérant qui tombent au pouvoir de l'autre. Il appartient à celui-ci de décider, suivant les circonstances, s'il convient de les garder, de les diriger sur un port de sa nation, sur un port neutre ou même sur un port de l'adversaire. Dans ce dernier cas, les prisonniers ainsi rendus à leur pays ne pourront servir pendant la durée de la guerre.

ARTICLE 15

Les naufragés, blessés ou malades, qui sont débarqués dans un port neutre, du consentement de l'autorité locale, devront, à moins d'un arrangement contraire de l'Etat neutre avec les Etats belligérants, être gardés par l'Etat neutre de manière qu'ils ne puissent pas de nouveau prendre part aux opérations de la guerre.

Les frais d'hospitalisation et d'internement seront supportés par l'Etat dont relèvent les naufragés, blessés ou malades.

ARTICLE 16

Après chaque combat, les deux Parties belligérantes, en tant que les intérêts militaires le comportent, prendront des mesures pour rechercher les naufragés, les blessés et les malades et pour les faire protéger, ainsi que les morts, contre le pillage et les mauvais traitements.

Elles veilleront à ce que l'inhumation, l'immersion ou l'incinération des morts soit précédée d'un examen attentif de leurs cadavres.

ARTICLE 17

Chaque belligérant enverra, dès qu'il sera possible, aux autorités de leur pays, de leur marine ou de leur armée, les marques ou pièces militaires d'identité trouvées sur les morts et l'état nominatif des blessés ou malades recueillis par lui.

Les belligérants se tiendront réciproquement au courant des internements et des mutations, ainsi que des entrées dans les hôpitaux et des décès survenus parmi les blessés et malades en leur pouvoir. Ils recueilleront tous les objets d'un usage personnel, valeurs, lettres, etc., qui seront trouvés dans les vaisseaux capturés, ou délaissés par les blessés ou malades décédés dans les hôpitaux, pour les faire transmettre aux intéressés par les autorités de leur pays.

ARTICLE 18

Les dispositions de la présente Convention ne sont applicables qu'entre les Puissances contractantes et seulement si les belligérants sont tous parties à la Convention.

ARTICLE 19

Les commandants en chef des flottes des belligérants auront à pourvoir aux détails d'exécution des articles précédents, ainsi qu'aux cas non prévus, d'après les instructions de leurs Gouvernements respectifs et conformément aux principes généraux de la présente Convention.

ARTICLE 20

Les Puissances signataires prendront les mesures nécessaires pour instruire leurs marines, et spécialement le personnel protégé, des dispositions de la présente Convention et pour les porter à la connaissance des populations.

ARTICLE 21

Les Puissances signataires s'engagent également à prendre ou à proposer à leurs législatures, en cas d'insuffisance de leurs lois pénales, les mesures nécessaires pour réprimer en temps de guerre, les actes individuels de pillage

motivo d'aquelle transporte; mas, salvas as promessas que lhes tiverem sido feitas, ficarão sujeitos a ser capturados pelas violações de neutralidade que tiverem praticado.

ARTIGO 10.º

O pessoal religioso, medico, e hospitalar, de qualquer navio capturado é inviolavel, e não pode ser feito prisioneiro de guerra. Quando sair do navio, levará os objectos e instrumentos cirurgicos que forem sua propriedade particular.

Este pessoal continuará desempenhando as suas funções emquanto assim for necessario, e poderá retirar-se em seguida quando o commandante em chefe o julgar possivel.

Os belligerantes deverão assegurar a esse pessoal cahido em seu poder os mesmos vencimentos e o mesmo soldo que ao pessoal, de iguaes patentes, da sua propria marinha.

ARTIGO 11.º

Os marinheiros e os militares embarcados, e as outras pessoas oficialmente ligadas ás marinhas ou aos exercitos, quando feridos ou doentes; e seja qual for a nação a que pertençam, serão respeitadas e tratados pelos captureurs.

ARTIGO 12.º

Todo o navio de guerra de um dos belligerantes pode reclamar a entrega dos feridos, doentes ou naufragos que se acharem a bordo de navios hospitalares militares, de navios hospitalares de sociedades de socorro ou de particulares, de navios de commercio, yachts e embarcações, seja qual for a nacionalidade d'esses navios.

ARTIGO 13.º

Quando a bordo de um navio de guerra neutral, forem recolhidos feridos, doentes ou naufragos, serão tomadas as possiveis providencias para evitar que tornem a tomar parte nas operações da guerra.

ARTIGO 14.º

Os naufragos, feridos, ou doentes de um belligerante, que caem em poder do outro, são prisioneiros de guerra. Pertence a este resolver, segundo as circumstancias, se convem guarda-los, dirigi-los para um porto seu, para um porto neutro ou até para um porto do adversario. Neste ultimo caso, os prisioneiros, assim restituidos ao seu país, não poderão tornar a servir durante a guerra.

ARTIGO 15.º

Os naufragos, feridos ou doentes que, com o consentimento da autoridade local, forem desembarcados num porto neutral, deverão, salvo acordo em contrario entre o Estado neutral e os Estados belligerantes, ser guardados pelo Estado neutral de forma que não possam tornar a tomar parte nas operações da guerra.

As despesas de hospitalização e internamento ficam a cargo do Estado a que pertencerem os naufragos, feridos, ou doentes.

ARTIGO 16.º

Tanto quanto o permitirem os interesses militares, tomarão as duas Partes belligerantes, depois de cada combate, providencias para se proceder á busca dos naufragos, feridos e doentes, e para os proteger, bem como aos mortos, contra a pilhagem e os maus tratos.

Velarão tambem por que a inhumação, immersão, ou incineração dos mortos, seja precedida de um exame cuidadoso dos cadaveres.

ARTIGO 17.º

Cada um dos belligerantes enviará, logo que lhe for possivel, ás autoridades dos países, marinhas, ou exercitos respectivos os sinais ou documentos militares de identidade, encontrados nos mortos, e o quadro nominativo dos feridos ou doentes que tiver recolhido.

Os belligerantes manter-se-hão reciprocamente ao facto dos internamentos e transferencias, bem como das entradas nos hospitales, e dos obitos occorridos entre os feridos e doentes que tiverem em seu poder. Arrecadarão todos os objectos de uso pessoal, valores, cartas, etc., que forem encontrados nos navios capturados, ou abandonados pelos feridos ou doentes fallecidos nos hospitales, a fim de fazerem transmitir esses objectos aos interessados por via das Autoridades do seu País.

ARTIGO 18.º

As disposições da presente Convenção não são applicaveis senão entre as Potencias contractantes e somente se os belligerantes forem todos partes na Convenção.

ARTIGO 19.º

Os commandantes em chefe das esquadras dos belligerantes terão de regular os pormenores de execução dos artigos precedentes, e os casos não previstos, segundo as instrucções dos seus respectivos Governos, e em conformidade dos principios geraes da presente Convenção.

ARTIGO 20.º

As Potencias signatarias tomarão as providencias necessarias para tornarem conhecidas as disposições da presente Convenção das suas marinhas e especialmente do pessoal protegido, e para as divulgarem entre as populações.

ARTIGO 21.º

As Potencias signatarias obrigam-se igualmente a adoptar, ou a propor ao poder legislativo, no caso de insufficiencia das suas leis penaes, as providencias necessarias para reprimir em tempo de guerra os actos individuaes de pi-

et de mauvais traitements envers des blessés et malades des marines, ainsi que pour punir, comme usurpation d'insignes militaires, l'usage abusif des signes distinctifs désignés à l'article 5 par des bâtiments non protégés par la présente Convention.

Ils se communiqueront, par l'intermédiaire du Gouvernement des Pays-Bas, les dispositions relatives à cette répression, au plus tard dans les cinq ans de la ratification de la présente Convention.

ARTICLE 22

En cas d'opérations de guerre entre les forces de terre et de mer des belligérants, les dispositions de la présente Convention ne seront applicables qu'aux forces embarquées.

ARTICLE 23

La présente Convention sera ratifiée aussitôt que possible.

Les ratifications seront déposées à La Haye.

Le premier dépôt de ratifications sera constaté par un procès-verbal signé par les représentants des Puissances qui y prennent part, et par le Ministre des Affaires Étrangères des Pays-Bas.

Les dépôts ultérieurs de ratifications se feront au moyen d'une notification écrite, adressée au Gouvernement des Pays-Bas et accompagnée de l'instrument de ratification.

Copie certifiée conforme du procès-verbal relatif au premier dépôt de ratifications, des notifications mentionnées à l'alinéa précédent, ainsi que des instruments de ratification, sera immédiatement remise par les soins du Gouvernement des Pays-Bas et par la voie diplomatique aux Puissances conviées à la Deuxième Conférence de la Paix, ainsi qu'aux autres Puissances qui auront adhéré à la Convention. Dans les cas visés par l'alinéa précédent, ledit Gouvernement leur fera connaître en même temps la date à laquelle il a reçu la notification.

ARTICLE 24

Les Puissances non signataires qui auront accepté la Convention de Genève du 6 juillet 1906, sont admises à adhérer à la présente Convention.

La Puissance qui désire adhérer, notifie par écrit son intention au Gouvernement des Pays-Bas en lui transmettant l'acte d'adhésion qui sera déposé dans les archives dudit Gouvernement.

Ce Gouvernement transmettra immédiatement à toutes les autres Puissances copie certifiée conforme de la notification ainsi que de l'acte d'adhésion, en indiquant la date à laquelle il a reçu la notification.

ARTICLE 25

La présente Convention, dument ratifiée, remplacera dans les rapports entre les Puissances contractantes, la Convention du 29 juillet 1899 pour l'adaptation à la guerre maritime des principes de la Convention de Genève.

La Convention de 1899 reste en vigueur dans les rapports entre les Puissances qui l'ont signée, et qui ne ratifieraient pas également la présente Convention.

ARTICLE 26

La présente Convention produira effet pour les Puissances qui auront participé au premier dépôt de ratifications, soixante jours après la date du procès-verbal de ce dépôt, et, pour les Puissances qui ratifieront ultérieurement ou qui adhéreront, soixante jours après que la notification de leur ratification ou de leur adhésion aura été reçue par le Gouvernement des Pays-Bas.

ARTICLE 27

S'il arrivait qu'une des Puissances contractantes voulut dénoncer la présente Convention, la dénonciation sera notifiée par écrit au Gouvernement des Pays-Bas, qui communiquera immédiatement copie certifiée conforme de la notification à toutes les autres Puissances en leur faisant savoir la date à laquelle il l'a reçue.

La dénonciation ne produira ses effets qu'à l'égard de la Puissance qui l'aura notifiée et un an après que la notification en sera parvenue au Gouvernement des Pays-Bas.

ARTICLE 28

Un registre tenu par le Ministère des Affaires Étrangères des Pays-Bas indiquera la date du dépôt des ratifications effectué en vertu de l'article 23 alinéas 3 et 4, ainsi que la date à laquelle auront été reçues les notifications d'adhésion (article 24 alinéa 2) ou de dénonciation (article 27 alinéa 1).

Chaque Puissance contractante est admise à prendre connaissance de ce registre et à en demander des extraits certifiés conformes.

En foi de quoi, les Plénipotentiaires ont revêtu la présente Convention de leurs signatures.

Fait à La Haye, le dix-huit octobre mil neuf cent sept, en un seul exemplaire, qui restera déposé dans les archives du Gouvernement des Pays-Bas et dont des copies, certifiées conformes, seront remises par la voie diplomatique aux Puissances qui ont été conviées à la Deuxième Conférence de la Paix.

1. Pour l'Allemagne:
*Marschall.
Kriege.*

lhagem e de maus tratos contra os feridos e doentes das esquadras, e para castigar, como usurpação de insignias militares, o uso abusivo, por navios não protegidos pela presente Convenção, dos sinais distinctivos, designados no artigo 5.º

As mesmas Potencias comunicar se-hão, por intermedio do Governo dos Países Baixos as disposições relativas a esta repressão, no prazo maximo de 5 annos contados da ratificação da presente Convenção.

ARTIGO 22.º

No caso de operações de guerra entre forças de terra e de mar dos belligerantes, as disposições da presente Convenção serão applicaveis unicamente ás forças embarcadas.

ARTIGO 23.º

A presente Convenção será ratificada no mais curto prazo possivel.

As ratificações serão depositadas na Haya.

O primeiro deposito de ratificações será consignado n'uma acta assinada pelos representantes das Potencias que tomarem parte nelle, e pelo Ministro dos Negocios Estrangeiros dos Países Baixos.

Os depositos ultteriores de ratificações serão effectuados por meio de uma notificação escrita dirigida ao Governo dos Países Baixos e acompanhada do instrumento de ratificação.

Serão immediatamente remetidas, ao cuidado do Governo dos Países Baixos e por via diplomatica, ás Potencias convidadas á Segunda Conferencia da Paz, bem como ás outras Potencias que adherirem á Convenção, copias authenticas da acta relativa ao primeiro deposito de ratificações, das notificações mencionadas na alinea precedente e dos instrumentos de ratificação. Nos casos indicados na alinea precedente o dito Governo fará saber ao mesmo tempo ás referidas Potencias a data em que tiver recebido a notificação.

ARTIGO 24.º

As Potencias não signatarias que tiverem accedido a Convenção de Genebra de 6 de julho de 1906, serão admittidas a adherir á presente Convenção.

A Potencia que desejar adherir notificará por escrito a sua intenção ao Governo dos Países Baixos, transmittindo-lhe o acto de adhesão que será depositado nos archivos do dito Governo. Este Governo transmittirá immediatamente a todas as outras Potencias copia authentica da notificação e do acto da adhesão, indicando a data em que tiver recebido a notificação.

ARTIGO 25.º

A presente Convenção, devidamente ratificada, substituirá, nas relações entre as Potencias contratantes, a Convenção de 29 de julho de 1899, para adaptação á guerra maritima dos principios da Convenção de Genebra.

A Convenção de 1899 continuará em vigor nas relações entre as Potencias que a assinaram e que não ratificarem a presente Convenção.

ARTIGO 26.º

A presente convenção produzirá seus effectos para as Potencias que tiverem tomado parte no primeiro deposito de ratificações, sessenta dias depois da data da acta d'esse deposito; e para as Potencias que ratificarem ou adherirem ultteriormente, sessenta dias depois de ter sido recebida a notificação da sua ratificação ou da sua adhesão pelo Governo dos Países-Baixos.

ARTIGO 27.º

No caso de uma das Potencias contratantes querer denunciar a presente convenção, a denunciação será notificada por escrito ao Governo dos Países-Baixos, que comunicará immediatamente copia autentica da notificação a todas as outras Potencias, fazendo-lhes saber a data em que a tiver recebido.

A denunciação não produzirá seus effectos senão com respeito á Potencia que a tiver notificado e um anno depois da notificação ter sido recebida pelo Governo dos Países-Baixos.

ARTIGO 28.º

Um registo a cargo do Ministerio dos Negocios Estrangeiros dos Países-Baixos indicará a data do deposito de ratificações effectuado por virtude do artigo 23.º, alinéas 3 e 4, assim como as datas em que tiverem sido recebidas as notificações de adhesão (artigo 24.º, alinea 2) ou de denunciação (artigo 27.º alinea 1).

Cada uma das Potencias contratantes será admittida a tomar conhecimento d'esse registo e a pedir extractos autenticos do mesmo.

Em fé do que os Plenipotenciarios appuseram na presente Convenção as suas assinaturas.

Feita na Haya, em dezoito de outubro de mil novecentos e sete, em um unico exemplar que ficará depositado nos archivos do Governo dos Países-Baixos e do qual serão remetidas copias authenticas, por via diplomatica, ás Potencias que foram convocadas á Segunda Conferencia da Paz.

1 Alemanha:
*Marschall.
Kriege.*

2. Pour les États Unis d'Amérique:

*Joseph H. Choate.
Horace Porter.
U. M. Rose.
David Jayne Hill.
C. S. Sperry.
William I. Buchanan.*

3. Pour l'Argentine:

*Roque Saenz Peña.
Luis M. Drago.
C. Rues Larreta.*

4. Pour l'Autriche-Hongrie:

*Mérey.
Baron Macchio.*

5. Pour la Belgique:

*A. Beernaert.
J. Van den Heuvel.
Guillaume.*

6. Pour la Bolivie:

Claudio Pinilla.

7. Pour le Brésil:

*Ruy Barbosa.
E. Lisboa.*

8. Pour la Bulgarie:

*Général-Major Vinaroff.
Iv. Karandjoulloff.*

9. Pour le Chili:

*Domingo Gana.
Augusto Matte.
Carlos Concha.*

10. Pour la Chine:

*Loutsengtsiang.
Tsiensun.*

Sous réserve de l'article 21.

11. Pour la Colombie:

*Jorge Holguin.
S. Perez Triana.
M. Vargas.*

12. Pour la République de Cuba:

*Antonio S. de Bustamante.
Gonzalo de Quesada.
Manuel Sanguily.*

13. Pour le Danemark:

C. Brun.

14. Pour la République Dominicaine:

*Dr. Henriquez y Carvajal.
Apolinar Tejera.*

15. Pour l'Equateur:

*Victor M. Rendon.
E. Dorn y de Alsua.*

16. Pour l'Espagne:

*W. R. de Villa Urrutia.
José de la Rica y Calvo.
Gabriel Maura.*

17. Pour la France:

*Léon Bourgeois.
D'Estournelles de Constant.
L. Renault.
Marcellin Pellet.*

18. Pour la Grande-Bretagne:

*Edw. Fry.
Ernest Satow.
Reay.
Henry Howard.*

Sous réserve des articles 6 et 21 et de la déclaration suivante:

«En apposant leurs signatures à cette Convention les Plénipotentiaires Britanniques déclarent que le Gouvernement de Sa Majesté entend que l'application de l'article 12 se borne au seul cas des combattants recueillis pendant ou après un combat naval auquel ils auront pris part.»

19. Pour la Grèce:

*Cléon Rizo Rangabé.
Georges Streit.*

20. Pour le Guatemala:

José Tible Machado.

21. Pour le Haïti:

*Dalbémar Jn Joseph.
J. N. Léger.
Pierre Hudicourt.*

22. Pour l'Italie:

*Pompilj.
G. Fusinato.*

2 Pelos Estados Unidos da America:

Joseph H. Choate.
Horace Porter.
U. M. Rose.
David Jayne Hill.
C. S. Sperry.
William I. Buchanan.

3 Pela Argentina:

Roque Saenz Peña.
Luis M. Drago.
C. Ruez Larreta.

4 Pela Austria-Hungria:

Mérey
Baron Macchio.

5 Pela Belgica:

A. Beernaert.
J. Van den Heuvel.
Guillaume.

6 Pela Bolivia:

Claudio Pinilla.

7 Pelo Brasil:

Ruy Barbosa.
E. Lisboa.

8 Pela Bulgaria:

General-Major Vinaroff.
Iv. Karandjoulloff.

9 Pelo Chili:

Domingo Gana.
Augusto Matte.
Carlos Concha.

10 Pela China:

Loutsengtsiang.
Tsientsun.

Sob reserva do artigo 21.º

11 Pela Colombia:

Jorge Holguin.
S. Perez Triana.
M. Vargas.

12 Pela Republica de Cuba:

Antonio S. de Bustamante.
Gonsalo de Quesada.
Manuel Sanguily.

13 Pela Dinamarca:

C. Brun.

14 Pela Republica Dominicana:

Dr. Henriquez y Carvajal.
Apolinar Tejera.

15 Pelo Equador:

Victor M. Rendon.
E. Dorn y de Alsúa.

16 Pela Espanha:

W. R. de Villa Urrutia.
José de la Rica y Calvo.
Gabriel Maura.

17 Pela França:

Léon Bourgeois.
D'Estournelles de Constant.
L. Renault.
Marcellin Pellet.

18 Pela Grã-Bretanha:

Edw. Fry.
Ernest Satow.
Reay.
Henry Howard.

Sob reserva dos artigos 6.º e 21.º e da declaração seguinte:

«Ao apporem as suas assinaturas nesta Convenção os Plenipotenciarios Britannicos declaram que o Governo de Sua Majestade entende que a applicação do artigo 12.º é restricta ao unico caso dos combatentes recolhidos durante ou depois de um combate naval em que tenham tomado parte».

19 Pela Grecia:

Cléon Rizo Kangaé.
Georges Streit.

20 Pela Guatemala:

José Tible Machado.

21 Pelo Haiti:

Dalbémar J. Joseph.
J. N. Léger.
Pierre Hudicourt.

22 Pela Italia:

Pompili.
G. Fusinato.

23. Pour le Japon:

Aimaro Sato.

24. Pour le Luxembourg:

Eyschen.
Comte de Villers.

25. Pour le Mexique:

G. A. Esteva.
S. B. de Mier.
F. L. de la Barra.

26. Pour le Monténégro:

Nelidow.
Martens.
N. Tcharykow.

27. Pour le Nicaragua.

28. Pour la Norvège:

F. Hagerup.

29. Pour le Panama:

B. Porras.

30. Pour le Paraguay:

J. Du Monceau.

31. Pour les Pays-Bas:

W. H. de Beaufort.
T. M. C. Asser.
Den Beer Poortugaal.
J. A. Roell.
J. A. Loeff.

32. Pour le Pérou:

C. G. Candamo.

33. Pour la Perse:

Momtazos-Saltaneh M. Samad Khan.
Sadigh ul Mulk M. Ahmed Khan.

Sous réserve du droit reconnu par la Conférence de l'emploi du Lion et du Soleil rouge au lieu et à la place de la Croix Rouge.

34. Pour le Portugal:

Marquis de Soveral.
Conde de Selir.
Alberto de Oliveira.

35. Pour la Roumanie:

Edg. Mavrocordato.

36. Pour la Russie:

Nelidow.
Martens.
N. Tcharykow.

37. Pour le Salvador:

P. J. Matheu.
S. Perez Triana.

38. Pour la Serbie:

S. Grouitch.
M. G. Milovanovitch.
M. G. Mitchevitch.

39. Pour le Siam:

Mom Chatidej Udom.
C. Corragioni d'Orelli.
Luang Bhuvanarth Narubal.

40. Pour la Suède:

K. H. L. Hammarskjöld.
Joh. Hellner.

41. Pour la Suisse:

Carlin.

42. Pour la Turquie:

Turkhan.

Sous réserve du droit reconnu par la Conférence de la Paix de l'emploi du Croissant Rouge.

43. Pour l'Uruguay:

José Baille y Ordoñez.

44. Pour le Vénézuéla:

J. Gil Fortoul.

Certifié pour copie conforme. — Le Secrétaire-Général du Ministère des Affaires Etrangères des Pays-Bas, *S. Hannema.*

XI. — Convention relative à certaines restrictions à l'exercice du droit de capture dans la guerre maritime

Sa Majesté l'Empereur d'Allemagne, Roi de Prusse; le Président des États-Unis d'Amérique; le Président de la République Argentine; Sa Majesté l'Empereur d'Autriche, Roi de Bohême, etc., et Roi Apostolique de Hongrie; Sa Majesté le Roi des Belges; le Président de la République de Bolivie; le Président de la République des

23 Pelo Japão:

Aimaro Sato.

24 Pelo Luxemburgo:

Eyschen.
Comte de Villers.

25 Pelo Mexico:

G. A. Esteva.
S. B. de Mier.
F. L. de La Barra.

26 Pelo Montenegro:

Nelidow.
Martens.
N. Tcharykow.

27 Pelo Nicaragua:

28 Pela Noruega:

F. Hagerup.

29 Pelo Panamá:

B. Porras.

30 Pelo Paraguay:

G. du Monceau.

31 Pelos Países Baixos:

W. H. de Beaufort.
T. M. C. Asser.
Den Beer Poortugaal.
J. A. Roell.
J. A. Loeff.

32 Pelo Peru:

C. G. Candamo.

33 Pela Persia:

Momtazos Saltaneh M. Samad Khan.
Sadigh Ul Mulk M. Ahmed Khan.

Sob reserva do direito reconhecido pela Conferencia do uso do Leão e do Sol vermelhos em vez e lugar da Cruz vermelha.

34 Por Portugal:

Marquês de Soveral.
Conde de Selir.
Alberto de Oliveira.

35 Pela Romania:

Edg Mavrocordato.

36 Pela Russia:

Nelidow.
Martens.
N. Tcharykow.

37 Pelo Salvador:

P. J. Matheu.
S. Perez Triana.

38 Pela Servia:

S. Grouitch.
M. G. Milovanovitch.
M. G. Mitchevitch.

39 Pelo Sião:

Mom Chatidej Udom.
C. Corragioni d'Orelli.
Luang Bhuvanarth Narubal.

40 Pela Suecia:

K. H. L. Hammarskjöld.
Joh Hellner.

41 Pela Suissa:

Carlin.

42 Pela Turquia:

Turkhan.

Sob reserva do direito reconhecido pela Conferencia da Paz do uso do Crescente vermelho.

43 Pelo Uruguay:

José Baille y Ordoñez

44 Por Venezuela:

J. Gil Fortoul.

Certificado por copia conforme. — O Secretario Geral do Ministerio dos Negocios Estrangeiros dos Países-Baixos, *S. Hannema.*

XI — Convenção relativa a certas restricções do exercicio do direito de captura na guerra marítima

Sua Majestade o Imperador da Alemanha, Rei da Prussia; O Presidente dos Estados Unidos da America; O Presidente da Republica Argentina; Sua Majestade o Impêrador de Austria, Rei da Bohemia, etc., e Rei Apostolico da Hungria; Sua Majestade o Rei dos Belgas; O Presidente da Republica da Bolivia; O Presidente da Re-

États-Unis du Brésil; Son Altesse Royale le Prince de Bulgarie; le Président de la République de Chili; le Président de la République de Colombie; le Gouverneur Provisoire de la République de Cuba; Sa Majesté le Roi de Danemark; le Président de la République Dominicaine; le Président de la République de l'Équateur; Sa Majesté le Roi d'Espagne; le Président de la République Française; Sa Majesté le Roi du Royaume-Uni de Grande Bretagne et d'Irlande et des Territoires Britanniques au delà des Mers, Empereur des Indes; Sa Majesté le Roi des Hellènes; le Président de la République de Guatémala; le Président de la République d'Haiti; Sa Majesté le Roi d'Italie; Sa Majesté l'Empereur du Japon; Son Altesse Royale le Grand-Duc de Luxembourg, Duc de Nassau; le Président des États-Unis Mexicains; Sa Majesté le Roi de Norvège; le Président de la République de Panama; le Président de la République du Paraguay; Sa Majesté la Reine des Pays-Bas; le Président de la République du Pérou; Sa Majesté Impériale le Schah de Perse; Sa Majesté le Roi de Portugal et des Algarves, etc.; Sa Majesté le Roi de Roumanie; le Président de la République du Salvador; Sa Majesté le Roi de Serbie; Sa Majesté le Roi de Siam; Sa Majesté le Roi de Suède; le Conseil Fédéral Suisse; Sa Majesté l'Empereur des Ottomans; le Président de la République Orientale de l'Uruguay; le Président des États-Unis de Vénézuéla:

Reconnaissant la nécessité de mieux assurer que par le passé l'application équitable du droit aux relations maritimes internationales en temps de guerre;

Estimant que, pour y parvenir, il convient, en abandonnant ou en conciliant le cas échéant dans un intérêt commun certaines pratiques divergentes anciennes, d'entreprendre de codifier dans des règles communes les garanties dues au commerce pacifique et au travail inoffensif, ainsi que la conduite des hostilités sur mer; qu'il importe de fixer dans des engagements mutuels écrits les principes demeurés jusqu'ici dans le domaine incertain de la controverse ou laissés à l'arbitraire des Gouvernements;

Que, dès à présent, un certain nombre de règles peuvent être posées, sans qu'il soit porté atteinte au droit actuellement en vigueur concernant les matières qui n'y sont pas prévues;

Ont nommé pour Leurs Plénipotentiaires, savoir:

Sa Majesté l'Empereur d'Allemagne, Roi de Prusse:

Son Excellence le baron Marschall de Bieberstein, Son ministre d'état, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire à Constantinople;
M. le Dr. Johannes Kriege, Son envoyé en mission extraordinaire à la présente Conférence, son conseiller intime de légation et jurisconsulte au ministère Impérial des affaires étrangères, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président des États-Unis d'Amérique:

Son Excellence M. Joseph H. Choate, ambassadeur extraordinaire;
Son Excellence M. Horace Porter, ambassadeur extraordinaire;
Son Excellence M. Uriah M. Rose, ambassadeur extraordinaire;
Son Excellence M. David Jayne Hill, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à La Haye;
M. Charles S. Sperry, contre-amiral, ministre plénipotentiaire;
M. Georges B. Davis, général de brigade, chef de la justice militaire de l'armée fédérale, ministre plénipotentiaire;
M. William I. Buchanan, ministre plénipotentiaire.

Le Président de la République Argentine:

Son Excellence M. Roque Saenz Pena, ancien-ministre des affaires étrangères, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Rome, membre de la cour permanente d'arbitrage;
Son Excellence M. Luis M. Drago, ancien ministre des affaires étrangères et des cultes de la République, député national, membre de la cour permanente d'arbitrage.
Son Excellence M. Carlos Rodriguez Larretta, ancien ministre des affaires étrangères et des cultes de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Sa Majesté l'Empereur d'Autriche, Roi de Bohême, etc., et Roi Apostolique de Hongrie:

Son Excellence M. Gaëtan Mérey de Kapos-Mérey, Son conseiller intime, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire;
Son Excellence M. le baron Charles de Macchio, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Athènes.

Sa Majesté le Roi des Belges:

Son Excellence M. Beernaert, Son ministre d'état, membre de la chambre des représentants, membre de l'Institut de France et des académies Royales de Belgique et de Roumanie, membre d'honneur de l'Institut de Droit International, membre de la cour permanente d'arbitrage;

publica dos Estados Unidos do Brasil; Sua Alteza Real o Principe da Bulgaria; O Presidente da Republica do Chili; O Presidente da Republica da Colombia; O Governador Provisorio da Republica de Cuba; Sua Majestade o Rei da Dinamarca; O Presidente da Republica Dominicana; O Presidente da Republica do Equador; Sua Majestade o Rei de Espanha; O Presidente da Republica Francesa; Sua Majestade o Rei do Reino Unido da Gran-Bretanha e Irlanda e dos Territorios Britannicos de Alem-Mar, Imperador das Indias; Sua Majestade o Rei dos Hellenos; O Presidente da Republica de Guatemala; O Presidente da Republica do Haiti; Sua Majestade o Rei de Italia; Sua Majestade o Imperador do Japão; Sua Alteza Real o Grão Duque de Luxemburgo, Duque de Nassau; O Presidente dos Estados Unidos Mexicanos; Sua Majestade o Rei da Noruega; O Presidente da Republica do Panamá; O Presidente da Republica do Paraguay; Sua Majestade a Rainha dos Países Baixos; O Presidente da Republica do Peru; Sua Majestade Imperial o Schah da Persia; Sua Majestade o Rei de Portugal e dos Algarves, etc.; Sua Majestade o Rei da Romania; O Presidente da Republica do Salvador; Sua Majestade o Rei da Servia; Sua Majestade o Rei de Sião; Sua Majestade o Rei da Suecia; O Conselho Federal Suíço; Sua Majestade o Imperador dos Ottomanos; O Presidente da Republica Oriental do Uruguay; O Presidente dos Estados Unidos de Venezuela:

Reconhecendo a necessidade de assegurar, melhor do que no passado, a applicação equitativa do direito ás relações maritimas internacionaes em tempo de guerra;

Considerando que, para conseguir tal fim, convem, por meio do abandono ou da conciliação eventuaes, e num interesse commum, de determinadas praticas antigas, divergentes, emprehender a codificação em regras communs das garantias devidas ao commercio pacifico e ao trabalho inoffensivo e bem assim a condução das hostilidades no mar; e que importa fixar em compromissos mutuos, por escrito, os principios, até agora deixados no dominio incerto da controversia, ou entregues ao arbitrio dos Governos;

Que, desde agora, podem estabelecer-se um certo numero de regras, sem que seja attingido o direito actualmente em vigor relativo ás materias que nessas regras não estão comprehendidas;

Nomearam por seus plenipotenciarios, a saber:

Sua Majestade o Imperador da Allemanha, Rei da Prussia:

S. Ex.ª o Barão Marschall de Bieberstein, Seu Ministro de Estado, Seu Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario em Constantinopla.
O Sr. Dr. Johannes Kriege, Seu Enviado em missão extraordinaria á presente Conferencia, Seu Conselheiro Intimo de Legação e Jurisconsulto no Ministerio Imperial dos Negocios Estrangeiros, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.

O Presidente dos Estados Unidos da America:

S. Ex.ª Sr. Joseph H. Choate, Embaixador Extraordinario;
S. Ex.ª Sr. Horace Porter, Embaixador Extraordinario;
S. Ex.ª Sr. Uriah M. Rose, Embaixador Extraordinario;
S. Ex.ª Sr. David Jayne Hill, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica na Haya;
O Sr. Charles S. Sperry, Contra-Almirante, Ministro Plenipotenciario;
O Sr. Georges B. Davis, General de Brigada, Chefe de Justiça Militar do Exercito Federal, Ministro Plenipotenciario.
O Sr. William I. Buchanan, Ministro Plenipotenciario.

O Presidente da Republica Argentina:

S. Ex.ª Sr. Roque Saenz Pena, Antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Roma, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
S. Ex. Sr. Luis M. Drago, Antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros e dos Cultos da Republica, Deputado Nacional, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
S. Ex.ª Sr. Carlos Rodriguez Larretta, Antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros e dos Cultos da Republica, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.

Sua Majestade o Imperador de Austria, Rei da Bohemia, etc. e Rei Apostolico da Hungria:

S. Ex.ª Sr. Gaëtan Mérey de Kapos-Mérey, Seu Conselheiro Intimo, Seu Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario;
S. Ex.ª o Sr. Barão Charles de Macchio, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Athenas;

Sua Majestade o Rei dos Belgas:

S. Ex.ª Sr. Beernaert, Seu Ministro de Estado, Membro da Camara dos Representantes, Membro do Instituto de França e das Academias Reaes da Belgica e da Romania, Membro de Honra do Instituto de Direito Internacional, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;

Son Excellence M. J. Van den Heuvel, Son ministre d'état, ancien ministre de la justice;
Son Excellence M. le baron Guillaume, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye, membre de l'académie Royale de Roumanie.

Le Président de la République de Bolivie:

Son Excellence M. Claudio Pinilla, ministre des affaires étrangères de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage;
Son Excellence M. Fernando E. Guachalla, ministre plénipotentiaire à Londres.

Le Président de la République des États-Unis du Brésil:

Son Excellence M. Ruy Barbosa, ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire, membre de la cour permanente d'arbitrage;
Son Excellence M. Eduardo F. S. dos Santos Lisboa, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Son Altesse Royale le Prince de Bulgarie:

M. Vrban Vinaroff, général-major de l'état-major, Son général à la suite;
M. Ivan Karandjouloff, procureur-général de la cour de cassation.

Le Président de la République de Chili:

Son Excellence M. Domingo Gana, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Londres;
Son Excellence M. Augusto Matte, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Berlin;
Son Excellence M. Carlos Concha, ancien ministre de la guerre, ancien président de la chambre des députés, ancien envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Buenos Aires.

Le Présidente de la République de Colombie:

M. Jorge Holguin, général;
M. Santiago Pérez Triana;
Son Excellence M. Marceliano Vargas, général, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris.

Le Gouverneur Provisoire de la République de Cuba:

M. Antonio Sanchez de Bustamante, professeur de droit international à l'Université de la Havane, sénateur de la République;
Son Excellence M. Gonzalo de Quesada y Aréstegui, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Washington;
M. Manuel Sanguily, ancien directeur de l'institut d'enseignement secondaire de la Havane, sénateur de la République.

Sa Majesté le Roi de Danemark:

Son Excellence M. Constantin Brun, Son chambellan, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Washington;
M. Christian Frederik Scheller, contre-amiral;

M. Axel Vedel, Son chambellan, chef de section au ministère Royal des affaires étrangères.

Le Président de la République Dominicaine:

M. Francisco Henriquez y Carvajal, ancien secrétaire d'état au ministère des affaires étrangères de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage;
M. Apolinar Tejera, recteur de l'institut professionnel de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président de la République de l'Équateur:

Son Excellence M. Victor Rendón, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris et à Madrid;
M. Enrique Dorn y de Alsúa, chargé d'affaires.

Sa Majesté le Roi d'Espagne:

Son Excellence M. W. R. de Villa-Urrutia, sénateur, ancien ministre des affaires étrangères, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire à Londres;
Son Excellence M. José de la Rica y Calvo, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye;
M. Gabriel Maura y Gamazo, comte de Mortera, député aux Cortès.

Le Président de la République Française:

Son Excellence M. Léon Bourgeois, ambassadeur extraordinaire de la République, sénateur, ancien président du conseil des ministres, ancien ministre des affaires étrangères, membre de la cour permanente d'arbitrage;
M. le baron d'Estournelles de Constant, sénateur, ministre plénipotentiaire de première classe, membre de la cour permanente d'arbitrage;

- S. Ex.ª Sr. J. Van den Heuvel, Seu Ministro de Estado, Antigo Ministro da Justiça;
S. Ex.ª o Barão Guillaume, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya, Membro da Academia Real de Romania.
- O Presidente da Republica da Bolivia:
S. Ex.ª Sr. Claudio Pinilla, Ministro dos Negocios Estrangeiros da Republica, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
S. Ex.ª o Sr. Fernando E. Guachalla Ministro Plenipotenciario em Londres.
- O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:
S. Ex.ª Sr. Ruy Barbosa, Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
S. Ex.ª Sr. Eduardo F. S. dos Santos Lisboa, enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya.
- Sua Alteza Real o Principe da Bulgaria:
O Sr. Vrbán Vinaroff, General-Major do Estado Maior, General do Seu Sequito;
O Sr. Ivan Karandjouloff, Procurador Geral do Tribunal de Cassação.
- O Presidente da Republica do Chili:
S. Ex.ª Sr. Domingo Gana, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Londres;
S. Ex.ª Sr. Augusto Matte, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Berlim.
S. Ex.ª Sr. Carlos Concha, antigo Ministro da Guerra, antigo Presidente da Camara dos Deputados, antigo Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Buenos-Aires.
- O Presidente da Republica da Colombia:
o Sr. Jorge Holguin, general.
o Sr. Santiago Perez Triana;
S. Ex.ª Sr. Marceliano Vargas, General, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Paris.
- O Governador Provisorio da Republica de Cuba:
O Sr. Antonio Sanchez de Bustamante, Professor de Direito Internacional na Universidade de Havana, Senador da Republica;
S. Ex.ª Sr. Gonzalo de Quesada y Arostegui, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Washington;
Sr. Manuel Sanguily, antigo Director do Instituto de Ensino Secundario de Havana, Senador da Republica.
- Sua Majestade o Rei da Dinamarca:
S. Ex.ª Sr. Constantin Brun, Seu Camarista, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Washington;
O Sr. Christian Frederik Scheller, Contra-almirante;
O Sr. Axel Vedel, Seu Camarista, Chefe de Secção no Ministerio Real dos Negocios Estrangeiros.
- O Presidente da Republica Dominicana:
O Sr. Francisco Henriquez y Carvajal antigo Secretario de Estado no Ministerio dos Negocios Estrangeiros da Republica, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.
O Sr. Apolinar Tejera, Reitor do Instituto Profissional da Republica, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.
- O Presidente da Republica do Equador:
S. Ex.ª Sr. Victor Rendon, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Paris e Madrid;
O Sr. Enrique Dorn y de Alsua, Encarregado de Negocios.
- Sua Majestade o Rei de Espanha:
S. Ex.ª Sr. W. R. de Villa Urrutia, Senador, antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros, Seu Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario em Londres;
S. Ex.ª Sr. José de la Rica y Calvo, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya;
O Sr. Gabriel Maura y Gamazo, Conde de Mortera, Deputado ás Cortes.
- O Presidente da Republica Francesa:
S. Ex.ª Sr. Léon Bourgeois, Embaixador Extraordinario da Republica, Senador, antigo Presidente do Conselho de Ministros, antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
O Sr. Barão d'Estournelles de Constant, Senador, Ministro Plenipotenciario de 1.ª classe, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
- M. Louis Renault, professeur à la faculté de droit à l'université de Paris, ministre plénipotentiaire honoraire, juriconsulte du ministère des affaires étrangères, membre de l'institut de France, membre de la cour permanente d'arbitrage;
- Son Excellence M. Marcellin Pellet, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République Française à la Haye.
- Sa Majesté le Roi du Royaume Uni de Grande Bretagne et d'Irlande et des Territoires Britanniques au dela des Mers, Empereur des Indes:
Son Excellence the Right Honourable Sir Edward Fry, T. G. C. B., membre du conseil privé, Son ambassadeur extraordinaire, membre de la cour permanente d'arbitrage;
Son Excellence the Right Honourable Sir Ernest Mason Satow, G. C. M. G., membre du conseil privé, membre de la cour permanente d'arbitrage;
Son Excellence the Right Honourable Donald James Mackay Baron Reay, G. C. S. I., G. C. I. E., membre du conseil privé, ancien président de l'institut de droit international;
Son Excellence Sir Henry Howard, K. C. M. G., C. B., Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.
- Sa Majesté le Roi des Hellènes:
Son Excellence M. Cléon Rizo Rangabé, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Berlin;
M. Georges Streit, professeur de droit international à l'université d'Athènes, membre de la cour permanente d'arbitrage.
- Le Président de la République de Guatemala:
M. José Tible Machado, chargé d'affaires de la République à La Haye et à Londres, membre de la cour permanente d'arbitrage;
M. Enrique Gómez Carillo, chargé d'affaires de la République à Berlin.
- Le Président de la République d'Haïti:
Son Excellence M. Jean Joseph Dalbemar, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris;
Son Excellence M. J. N. Léger, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Washington;
M. Pierre Hudicourt, ancien professeur de droit international public, avocat au Barreau de Port au Prince.
- Sa Majesté le Roi d'Italie:
Son Excellence le comte Joseph Tornielli Brusati di Vergano, sénateur du Royaume, ambassadeur de Sa Majesté le Roi à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage, président de la délégation Italienne, délégué plénipotentiaire;
Son Excellence M. le commandeur Guido Pompilj, député au parlement, sous-secrétaire d'état au ministère Royal des affaires étrangères;
M. le commandeur Guido Fusinato, conseiller d'état, député au parlement, ancien ministre de l'instruction.
- Sa Majesté l'Empereur du Japon:
Son Excellence M. Keiroku Tsudzuki, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire;
Son Excellence M. Aimaro Sato, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.
- Son Altesse Royale le Grand Duc de Luxembourg, Duc de Nassau:
Son Excellence M. Eyschen, Son ministre d'état, président du gouvernement Grand Ducal;
M. le comte de Villers, chargé d'affaires du Grand-Duché à Berlin.
- Le Président des États-Unis Mexicains:
Son Excellence M. Gonzalo A. Esteva, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Rome;
Son Excellence M. Sebastian B. de Mier, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris;
Son Excellence M. Francisco L. de la Barra, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Bruxelles et à La Haye.
- Sa Majesté le Roi de Norvège:
Son Excellence M. Francis Hagerup, ancien président du conseil, ancien professeur de droit, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye et à Copenhague, membre de la cour permanente d'arbitrage.
- Le Président de la République de Panama:
M. Belisario Porras.
- Le Président de la République du Paraguay:
Son Excellence M. Eusebio Machain, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris;
M. le comte G. Du Monceau de Bergendal, consul de la République à Bruxelles.
- o Sr. Louis Renault, Professor da Faculdade de Direito na Universidade de Paris, Ministro Plenipotenciario Honorario, Juriconsulto do Ministerio dos Negocios Estrangeiros, Membro do Instituto de França, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
S. Ex.ª Sr. Marcellin Pellet, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica Francesa na Haya.
- Sua Majestade o Rei do Reino-Unido da Gran-Bretanha e Irlanda e dos territorios britannicos de alem mar, Imperador das Indias:
S. Ex.ª The Right Honourable Sir Edward Fry, T. G. C. B., Membro do Conselho privado, Seu Embaixador Extraordinario, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
S. Ex.ª The Right Honourable Sir Ernest Masson Satow, G. C. M. G., Membro do Conselho privado, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
S. Ex.ª The Right Honourable Donald James Mackay, Baron Reay, G. C. S. I., G. C. I. E., Membro do Conselho privado, antigo Presidente do Instituto de Direito Internacional;
S. Ex.ª Sir Henry Howard, K. C. M. G., C. B., Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya.
- Sua Majestade o Rei dos Hellenos:
S. Ex.ª Sr. Cléon Rizo Rangabé, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Berlin;
O Sr. Georges Streit, Professor de Direito Internacional na Universidade de Athenas, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.
- Presidente da Republica do Guatemala:
o Sr. José Tible Machado, Encarregado de Negocios da Republica na Haya e em Londres, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
o Sr. Enrique Gomez Carillo, Encarregado de Negocios da Republica em Berlim.
- O Presidente da Republica de Haiti:
S. Ex.ª Sr. Jean Joseph Dalbemar, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Paris;
S. Ex.ª Sr. J. N. Léger, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Washington;
O Sr. Pierre Hudicourt, antigo Professor de Direito Internacional Publico, Advogado nos Tribunaes de Porto Principe.
- Sua Majestade o Rei de Italia:
S. Ex.ª o Conde Joseph Tornielli Brusati di Vergano, Senador do Reino, Embaixador de Sua Majestade o Rei em Paris, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem; Presidente da Delegação Italiana, Delegado Plenipotenciario.
S. Ex.ª o Sr. Commendador Guido Pompilj, Deputado ao Parlamento, Sub-Secretario de Estado no Ministerio Real dos Negocios Estrangeiros;
O Sr. Commendador Guido Fusinato, Conselheiro de Estado, Deputado ao Parlamento, Antigo Ministro de Instrução;
- Sua Majestade o Imperador do Japão:
S. Ex.ª o Sr. Keiroku Tsudzuki, Seu Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario;
S. Ex.ª o Sr. Aimaro Sato, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya.
- Sua Alteza Real o Grão Duque de Luxemburgo, Duque de Nassau:
S. Ex.ª o Sr. Eyschen, Seu Ministro de Estado, Presidente do Governo Grão-Ducal;
O Sr. Conde de Villers, Encarregado de Negocios do Grão-Ducado em Berlim.
- O Presidente dos Estados Unidos Mexicanos:
S. Ex.ª o Sr. Gonzalo A. Esteva, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Roma;
S. Ex.ª o Sr. Sebastian B. de Mier, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Paris;
S. Ex.ª o Sr. Francisco L. de la Barra, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Bruxellas e na Haya.
- Sua Majestade o Rei da Noruega:
S. Ex.ª o Sr. Francis Hagerup, Antigo Presidente do Conselho, Antigo Professor de Direito, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya e Copenhague, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.
- O Presidente da Republica de Panamá:
O Sr. Belisario Porras.
- O Presidente da Republica do Paraguay:
S. Ex.ª o Sr. Eusebio Machain, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Paris;
O Sr. Conde G. Du Monceau de Bergendal, Consul da Republica em Bruxellas.

Sa Majesté la Reine des Pays-Bas :

M. W. H. de Beaufort, Son ancien ministre des affaires étrangères, membre de la seconde chambre des États-généraux ;
 Son Excellence M. T. M. C. Asser, Son ministre d'état, membre du conseil d'état, membre de la cour permanente d'arbitrage ;
 Son Excellence le jonkheer J. C. C. den Beer Poortugael, lieutenant-général en retraite, ancien ministre de la guerre, membre du conseil d'état ;
 Son Excellence le jonkheer J. A. Roell, Son aide de camp en service extraordinaire, vice-amiral en retraite, ancien ministre de la marine ;

M. J. A. Loeff, Son ancien ministre de la justice, membre de la seconde chambre des États généraux.

Le Président de la République du Pérou :

Son Excellence M. Carlos G. Candamo, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris et à Londres, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Sa Majesté Impériale le Schah de Perse :

Son Excellence Samad Khan Momtazos Saltaneh, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage ;

Son Excellence Mirza Ahmed Khan Sadigh Ul Mulk, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Sa Majesté le Roi de Portugal et des Algarves, etc. :

Son Excellence M. le marquis de Soveral, Son conseiller d'état, pair du Royaume, ancien ministre des affaires étrangères, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Londres, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire ;

Son Excellence M. le comte de Selir, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye ;

Son Excellence M. Alberto d'Oliveira, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Berne.

Sa Majesté le Roi de Roumanie :

Son Excellence M. Alexandre Beldiman, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Berlin ;

Son Excellence M. Edgar Mavrocordato, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Le Président de la République du Salvador :

M. Pedro I. Matheu, chargé d'affaires de la République à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage ;

M. Santiago Perez Triana, chargé d'affaires de la République à Londres.

Sa Majesté le Roi de Serbie :

Son Excellence M. Sava Grouitch, général, président du conseil d'état ;

Son Excellence M. Milovan Milovanovitch, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Rome, membre de la cour permanente d'arbitrage ;

Son Excellence M. Michel Militchevitch, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Londres et à La Haye.

Sa Majesté le Roi de Siam :

Mom Chatidej Udom, major-général ;

M. C. Corragioni d'Orelli, Son conseiller de légation ;
 Luang Bhuvanarth Narubal, capitaine.

Sa Majesté le Roi de Suède, des Goths et des Vendes :

Son Excellence M. Knut Hjalmar Leonard Hammaraskjold, Son ancien ministre de la justice, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Copenhague, membre de la cour permanente d'arbitrage ;

M. Johannes Hellner, Son ancien ministre sans portefeuille, ancien membre de la cour suprême de Suède, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Conseil Fédéral Suisse :

Son Excellence M. Gaston Carlin, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la Confédération suisse à Londres et à La Haye ;

M. Eugène Borel, colonel d'état major-général, professeur à l'université de Genève ;

M. Max Huber, professeur de droit à l'université de Zurich.

Sa Majesté l'Empereur des Ottomans :

Son Excellence Turhan Pacha, Son ambassadeur extraordinaire, ministre de l'evkaf ;

Son Excellence Rechid Bey, Son ambassadeur à Rome ;

Son Excellence Mehemed Pacha, vice-amiral.

Sua Majestade a Rainha dos Países Baixos :

O Sr. W. H. de Beaufort, Seu Antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros, Membro da Segunda Camara dos Estados Geraes ;

S. Ex.ª o Sr. T. M. C. Asser, Seu Ministro de Estado, Membro do Conselho de Estado, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem ;
 S. Ex.ª o jonkheer J. C. C. den Beer Poortugael, Tenente-General Reformado, Antigo Ministro da Guerra, Membro do Conselho de Estado ;

S. Ex.ª o Sr. Jonkheer J. A. Roell, Seu Ajudante de Campo em Serviço Extraordinario, Vice-Almirante Reformado, Antigo Ministro da Marinha ;

O Sr. J. A. Loeff, Seu Antigo Ministro da Justiça, Membro da Segunda Camara dos Estados Geraes.

O Presidente da Republica do Peru :

S. Ex.ª o Sr. Carlos G. Candamo, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Paris e Londres, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.

Sua Majestade Imperial o Schah da Persia :

S. Ex.ª o Sr. Samad Khan Momtazos Saltaneh, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Paris, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem ;

S. Ex.ª Mirza Ahmed Khan Sadigh Ul Mulk, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya.

Sua Majestade o Rei de Portugal e dos Algarves :

S. Ex.ª o Sr. Marquês de Soveral, Seu Conselheiro de Estado, Par do Reino, Antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Londres, Seu Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario ;

S. Ex.ª o Sr. Conde de Selir, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya ;

S. Ex.ª o Sr. Alberto de Oliveira, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Berne.

Sua Majestade o Rei da Romaniaa :

S. Ex.ª o Sr. Alexandre Beldiman, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Berlin ;

S. Ex.ª o Sr. Edgar Mavrocordato, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya.

O Presidente da Republica do Salvador :

O Sr. Pedro I. Matheu, Encarregado de Negocios da Republica em Paris, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem ;

O Sr. Santiago Perez Triana, Encarregado de Negocios da Republica em Londres.

Sua Majestade o Rei da Servia :

S. Ex.ª o Sr. Sava Grouitch, General, Presidente do Conselho de Estado ;

S. Ex.ª o Sr. Milovan Milovanovitch, seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Roma, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem ;

S. Ex.ª o Sr. Michel Militchevitch, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Londres e na Haya.

Sua Majestade o Rei de Sião :

O Sr. Mom Chatidej Udom, Major-General ;

O Sr. M. C. Corragioni de Orelli, Seu Conselheiro de Legação ;
 O Sr. Luang Bhuvanarth Narubal, Capitão.

Sua Majestade o Rei da Suecia, dos Godos e dos Vendos :

S. Ex.ª o Sr. Knut Hjalmar Leonard Hammaraskjold, Seu Antigo Ministro da Justiça, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Copenhague, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem ;

O Sr. Johannes Hellner, Seu Antigo Ministro sem pasta, Antigo Membro do Supremo Tribunal da Suecia, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.

O Conselho Federal Suizo :

S. Ex.ª o Sr. Gaston Carlin, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Confederação Suiza em Londres e na Haya.

O Sr. Eugène Borel, Coronel do Estado Maior-General, Professor da Universidade de Genebra ;

O Sr. Max Huber, Professor de Direito na Universidade de Zurich.

Sua Majestade o Imperador dos Ottomanos :

S. Ex.ª o Sr. Turhan Pacha, Seu Embaixador Extraordinario, Ministro do Evkaf ;

S. Ex.ª Rechid Bey, Seu Embaixador em Roma ;

S. Ex.ª Mehemed Pacha, Vice-Almirante.

Le Président de la République Orientale de l'Uruguay :

Son Excellence M. José Battle y Ordoñez, ancien Président de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage ;

Son Excellence M. Juan P. Castro, ancien président du sénat, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président des États-Unis de Vénézuéla :

M. José Gil Fortoul, chargé d'affaires de la République à Berlin.

Lesquels, après avoir déposé leurs pleins pouvoirs, trouvés en bonne et due forme, sont convenus des dispositions suivantes :

CHAPITRE I**De la Correspondance postale****ARTICLE PREMIER**

La correspondance postale des neutres ou des belligérants, quel que soit son caractère officiel ou privé, trouvée en mer sur un navire neutre ou ennemi, est inviolable. S'il y a saisie du navire, elle est expédiée avec le moins de retard possible par le capteur.

Les dispositions de l'alinéa précédent ne s'appliquent pas, en cas de violation de blocus, à la correspondance qui est à destination ou en provenance du port bloqué.

ARTICLE 2

L'inviolabilité de la correspondance postale ne soustrait pas les paquebots-poste neutres aux lois et coutumes de la guerre sur mer concernant les navires de commerce neutres, en général. Toutefois, la visite n'en doit être effectuée qu'en cas de nécessité, avec tous les ménagements et toute la célérité possibles.

CHAPITRE II**De l'exemption de capture pour certains bateaux****ARTICLE 3**

Les bateaux exclusivement affectés à la pêche côtière ou à des services de petite navigation locale sont exempts de capture, ainsi que leurs engins, agrès, apparaux et chargement.

Cette exemption cesse de leur être applicable dès qu'ils participent d'une façon quelconque aux hostilités.

Les Puissances contractantes s'interdisent de profiter du caractère inoffensif desdits bateaux pour les employer dans un but militaire en leur conservant leur apparence pacifique.

ARTICLE 4

Sont également exempts de capture les navires chargés de missions religieuses, scientifiques ou philanthropiques.

CHAPITRE III**Du régime des équipages des navires de commerce ennemis capturés par un belligérant****ARTICLE 5**

Lorsqu'un navire de commerce ennemi est capturé par un belligérant, les hommes de son équipage, nationaux d'un Etat neutre, ne sont pas faits prisonniers de guerre.

Il en est de même du capitaine et des officiers, également nationaux d'un Etat neutre, s'ils promettent formellement par écrit de ne pas servir sur un navire ennemi pendant la durée de la guerre.

ARTICLE 6

Le capitaine, les officiers et les membres de l'équipage, nationaux de l'Etat ennemi, ne sont pas faits prisonniers de guerre, à condition qu'ils s'engagent, sous la foi d'une promesse formelle écrite, à ne prendre, pendant la durée des hostilités, aucun service ayant rapport avec les opérations de la guerre.

ARTICLE 7

Les noms des individus laissés libres dans les conditions visées à l'article 5, alinéa 2 et à l'article 6, sont notifiés par le belligérant capteur à l'autre belligérant. Il est interdit à ce dernier d'employer sciemment lesdits individus.

ARTICLE 8

Les dispositions des trois articles précédents ne s'appliquent pas aux navires qui prennent part aux hostilités.

CHAPITRE IV**Dispositions finales****ARTICLE 9**

Les dispositions de la présente Convention ne sont applicables qu'entre les Puissances contractantes et seulement si les belligérants sont tous parties à la Convention.

ARTICLE 10

La présente Convention sera ratifiée aussitôt que possible.

Les ratifications seront déposées à La Haye. Le premier dépôt de ratifications sera constaté par un procès-verbal signé par les représentants des Puissances qui y prennent part et par le Ministre des Affaires Étrangères des Pays-Bas.

O Presidente da Republica Oriental do Uruguay:
S. Ex.ª o Sr. José Battle y Ordoñez, Antigo Presidente da Republica, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
S. Ex.ª o Sr. Juan P. Castro, Antigo Presidente do Senado, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Paris, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.

O Presidente dos Estados Unidos de Venezuela:
O Sr. José Gil Fortoul, Encarregado de Negocios da Republica em Berlim.

Os quaes depois de terem depositado os seus plenos poderes, achados em boa e devida forma, convieram nas disposições seguintes:

CAPITULO I

Da correspondencia postal

ARTIGO 1.º

A correspondencia postal dos neutros ou dos belligerantes, qualquer que seja o seu caracter official ou privado, encontrada a bordo de um navio neutral ou inimigo, no mar, é inviolavel. Se o navio for capturado, será expedida com o menor atraso possivel pelo captor.

As disposições da alinea precedente não se applicam, no caso de violação de bloqueio, á correspondencia destinada ao porto bloqueado ou d'elle procedente.

ARTIGO 2.º

A inviolabilidade da correspondencia postal não isenta os navios paquetes neutraes das leis e costumes da guerra no mar, respeitantes aos navios de commercio neutros em geral. Comtudo a visita d'esses paquetes só poderá effectuar-se em caso de necessidade, com todas as atensões e toda a celeridade possíveis.

CAPITULO II

Da isenção de captura para certas embarcações

ARTIGO 3.º

As embarcações exclusivamente empregadas na pesca costeira, ou em serviços de pequena navegação local, são isentas de captura, assim como os seus aparelhos, artes, aprestos e carga.

Deixa de lhes ser applicavel esta isenção desde que tomem parte de qualquer modo nas hostilidades.

As Potencias contratantes obrigam-se a não se aproveitarem do caracter inoffensivo das sobreditas embarcações para as empregarem a um fim militar conservando-lhes a sua apparencia pacifica.

ARTIGO 4.º

São igualmente isentos de captura os navios encarregados de missões religiosas, scientificas ou philantropicas.

CAPITULO III

Do regime das equipagens dos navios de commercio inimigos capturados por um belligerante

ARTIGO 5.º

Quando um navio de commercio inimigo for capturado por um belligerante, os homens da sua equipagem, nacionaes de um Estado neutral, não serão feitos prisioneiros de guerra. O mesmo se applica ao capitão e aos officiaes, igualmente nacionaes de um Estado neutral, se prometterem formalmente por escrito não servir em navio inimigo enquanto durar a guerra.

ARTIGO 6.º

O capitão, os officiaes e os membros da equipagem, nacionaes do Estado inimigo, não serão feitos prisioneiros de guerra, com a condição de se comprometterem, sob fé de uma promessa formal por escrito, a não assumirem, enquanto durarem as hostilidades, nenhum serviço que tenha relação com as operações da guerra.

ARTIGO 7.º

Os nomes dos individuos deixados em liberdade nas condições indicadas no art.º 5 alinea 2 e no art.º 6, serão notificados pelo belligerante captor ao outro belligerante. É defeso a este ultimo empregar scientemente os sobreditos individuos.

ARTIGO 8.º

As disposições dos tres artigos precedentes não se applicarão aos navios que tomem parte nas hostilidades.

CAPITULO IV

Disposições finais

ARTIGO 9.º

As disposições da presente Convenção não serão applicaveis senão entre as Potencias Contratantes, e somente se os belligerantes forem todos partes nesta Convenção.

ARTIGO 10.º

A presente Convenção será ratificada no mais breve prazo possivel.

As ratificações serão depositadas na Haya. O primeiro deposito de ratificações será consignado n'uma acta assinada pelos representantes das Potencias que tomarem parte nelle e pelo Ministro dos Negocios Estrangeiros dos Países Baixos. Os depositos ulteriores de ratificações se-

Les dépôts ulteriores de ratifications se feront au moyen d'une notification écrite adressée au Gouvernement des Pays-Bas et accompagnée de l'instrument de ratification.

Copie certifiée conforme du procès-verbal relatif au premier dépôt de ratifications, des notifications mentionnées à l'alinéa précédent ainsi que des instruments de ratification, sera immédiatement remise par les soins du Gouvernement des Pays-Bas et par la voie diplomatique aux Puissances conviées à la Deuxième Conférence de la Paix, ainsi qu'aux autres Puissances qui auront adhéré à la Convention. Dans les cas visés par l'alinéa précédent, ledit Gouvernement leur fera connaître en même temps la date à laquelle il a reçu la notification.

ARTICLE 11

Les Puissances non signataires sont admises à adhérer à la présente Convention.

La Puissance qui désire adhérer notifie par écrit son intention au Gouvernement des Pays-Bas en lui transmettant l'acte d'adhésion qui sera déposé dans les archives dudit Gouvernement.

Ce Gouvernement transmettra immédiatement à toutes les autres Puissances copie certifiée conforme de la notification ainsi que de l'acte d'adhésion, en indiquant la date à laquelle il a reçu la notification.

ARTICLE 12

La présente Convention produira effet pour les Puissances qui auront participé au premier dépôt de ratifications, soixante jours après la date du procès-verbal de ce dépôt et, pour les Puissances qui ratifieront ultérieurement ou qui adhéreront, soixante jours après que la notification de leur ratification ou de leur adhésion aura été reçue par le Gouvernement des Pays-Bas.

ARTICLE 13

S'il arrivait qu'une des Puissances contractantes voulût dénoncer la présente Convention, la dénonciation sera notifiée par écrit au Gouvernement des Pays-Bas qui communiquera immédiatement copie certifiée conforme de la notification à toutes les autres Puissances en leur faisant savoir la date à laquelle il l'a reçue.

La dénonciation ne produira ses effets qu'à l'égard de la Puissance qui l'aura notifiée et un an après que la notification en sera parvenue au Gouvernement des Pays-Bas.

ARTICLE 14

Un registre tenu par le Ministère des Affaires Étrangères des Pays-Bas indiquera la date du dépôt des ratifications effectué en vertu de l'article 10, alinéas 3 et 4, ainsi que la date à laquelle auront été reçues les notifications d'adhésion (article 11 alinéa 2) ou de dénonciation (article 13 alinéa 1).

Chaque Puissance contractante est admise à prendre connaissance de ce registre et à en demander des extraits certifiés conformes.

En foi de quoi, les Plénipotentiaires ont revêtu la présente Convention de leurs signatures.

Fait à la Haye, le dix-huit octobre mil neuf cent sept, en un seul exemplaire qui restera déposé dans les archives du Gouvernement des Pays-Bas et dont des copies, certifiées conformes, seront remises par la voie diplomatique aux Puissances qui ont été conviées à la Deuxième Conférence de la Paix.

1. Pour l'Allemagne:

*Marschall.
Kriege.*

2. Pour les Etats-Unis d'Amérique:

*Joseph H. Choate.
Horace Porter.
U. M. Rose.
David Jayne Hill.
C. S. Sperry.
William I. Buchanan.*

3. Pour l'Argentine:

*Roque Saenz Peña.
Luis M. Drago.
C. Ruez Larrette.*

4. Pour l'Autriche-Hongrie:

*Mérey.
Baron Macchio.*

5. Pour la Belgique:

*A. Beernaert.
Van den Heuvel.
Guillaume.*

6. Pour la Bolivie:

Claudio Pinilla.

7. Pour le Brésil:

*Ruy Barbosa.
E. Lisboa.*

8. Pour la Bulgarie:

*Général Major Vinaroff.
Iv. Karandjoulloff.*

rão effectuados por meio de uma notificação escrita dirigida ao Governo dos Países Baixos, acompanhada do instrumento de ratificação. Serão immediatamente transmitidas, ao cuidado do Governo dos Países Baixos, e por via diplomatica, ás Potencias convocadas á Segunda Conferencia da Paz e ás outras Potencias que adherirem á Convenção, copias autenticas da acta relativa ao primeiro deposito de ratificações, das notificações mencionadas na alinea precedente, e dos instrumentos de ratificação. Nos casos a que se refere a alinea precedente o dito Governo fará ao mesmo tempo saber ás referidas Potencias a data em que tiver recebido a notificação.

ARTIGO 11.º

As Potencias não signatarias serão admittidas a adherir á presente Convenção.

A Potencia que desejar adherir notificará por escrito a sua intenção ao Governo dos Países Baixos, transmittindo-lhe o acto de adhesão que será depositado nos archivos do dito Governo.

Este Governo transmittirá immediatamente a todas as outras Potencias copias autenticas da notificação e do acto de adhesão, indicando a data em que tiver recebido a notificação.

ARTIGO 12.º

A presente Convenção produzirá seus efectos, para as Potencias que tiverem tomado parte no primeiro deposito e ratificações sessenta dias depois da acta d'esse deposito; e para as Potencias que ratificarem ulteriormente ou adherirem, sessenta dias depois de ter sido recebida pelo Governo dos Países Baixos a notificação da ratificação ou da adhesão d'essas Potencias.

ARTIGO 13.º

No caso de uma das Potencias Contratantes querer denunciar a presente Convenção, a denunciação será notificada por escrito ao Governo dos Países Baixos, que transmittirá immediatamente copia autentica da notificação a todas as outras Potencias, fazendo-lhes saber a data em que a tiver recebido.

A denunciação não produzirá seus efectos, senão com respeito á Potencia que a tiver notificado e um anno depois da respectiva notificação e ter sido recebida pelo Governo dos Países Baixos.

ARTIGO 14.º

Um registo a cargo do Ministerio dos Negocios Estrangeiros dos Países Baixos indicará a data do deposito de ratificações effectuado em virtude do artigo 10.º, alineas 3 e 4, bem como a data em que tiverem sido recebidas as notificações de adhesão (artigo 11.º, alinea 2) ou de denuncia (artigo 13.º, alinea 1).

Cada uma das Potencias Contratantes será admittida a tomar conhecimento d'esse registo e a pedir extratos autenticos do mesmo.

Em testemunho do que, os Plenipotenciarios appozeram na presente Convenção as suas assinaturas.

Feito na Haya em dezoito de outubro de mil novecentos e sete em um unico exemplar que ficará depositado nos archivos do Governo dos Países Baixos e do qual serão remetidas pela via diplomatica copias autenticas ás Potencias que foram convocadas á Segunda Conferencia da Paz.

1 Pela Alemanha:

*Marschall.
Kriege.*

2 Pelos Estados Unidos da America:

*Joseph H. Choate.
Horace Porter.
U. M. Rose.
David Jayne Hill.
C. S. Sperry.
William I. Buchanan.*

3 Pela Argentina:

*Roque Saenz Peña.
Luis M. Drago.
C. Ruez Larrette.*

4 Pela Austria-Hungria:

*Mérey.
Baron Macchio.*

5 Pela Belgica:

*A. Beernaert.
J. Van den Heuvel.
Guillaume.*

6 Pela Bolivia:

Claudio Pinilla.

7 Pelo Brasil:

*Ruy Barbosa.
E. Lisboa.*

8 Pela Bulgaria:

*Général-Major Vinaroff.
Iv. Karandjoulloff.*

9. Pour le Chili:
Domingo Gana.
Augusto Matte.
Carlos Concha.
10. Pour la Chine:
11. Pour la Colombie:
Jorge Holguin.
S. Perez Triana.
M. Vargas.
12. Pour la République de Cuba:
Antonio S. de Bustamante.
Gonzalo de Quesada.
Manuel Sanguily.
13. Pour le Danemark:
C. Brun.
14. Pour la République Dominicaine:
Dr. Henriquez y Carvajal.
Apolinar Tejera.
15. Pour l'Equateur:
Victor M. Rendon.
E. Dorn y de Alsua.
16. Pour l'Espagne:
W. R. de Villa Urrutia.
José de la Rica y Calvo.
Gabriel Maura.
17. Pour la France:
Léon Bourgeois.
d'Estournelles de Constant.
L. Renault.
Marcellin Pellet.
18. Pour la Grande Bretagne:
Edw. Fry.
Ernest Satow.
Reay.
Henry Howard.
19. Pour la Grèce:
Cléon Rizo Rangabé.
Georges Streit.
20. Pour le Guatemala:
José Tible Machado.
21. Pour le Haïti:
Dalbémar Jn Joseph.
J. N. Léger.
Pierre Hudicourt.
22. Pour l'Italie:
Pompilj.
G. Fusinato.
23. Pour le Japon:
Aimaro Sato.
24. Pour le Luxembourg:
Eyschen.
Comte de Villers.
25. Pour le Mexique:
G. A. Esteva.
S. B. de Mier.
F. L. de la Barra.
26. Pour le Monténégro:
27. Pour le Nicaragua:
28. Pour la Norvège:
F. Hagerup.
29. Pour le Panama:
B. Porras.
30. Pour le Paraguay:
J. du Monceau.
31. Pour les Pays-Bas:
W. H. de Beaufort.
T. M. C. Asser.
den Beer Poortugaal.
J. A. Röell.
J. A. Loeff.
32. Pour le Pérou:
C. G. Candamo.
33. Pour la Perse:
Montazos-Saltaneh M. Samad Khan.
Sadigh Ul Mulk M. Ahmed Khan.
34. Pour le Portugal:
Marquis de Soveral.
Conde de Selir.
Alberto de Oliveira.
35. Pour la Roumanie:
Edg. Mavrocordato.
- 9 Pelo Chili:
Domingo Gana.
Augusto Matte.
Carlos Concha.
- 10 Pela China:
- 11 Pela Colombia:
Jorge Holguin.
S. Perez Triana.
M. Vargas.
- 12 Pela Republica de Cuba:
Antonio S. de Bustamante.
Gonzalo de Quesada.
Manuel Sanguily.
- 13 Pela Dinamarca:
C. Brun.
- 14 Pela Republica Dominicana:
Dr. Henriquez y Carvajal.
Apolinar Tejera.
- 15 Pelo Ecuador:
Victor M. Rendon.
E. Dorn y de Alsua.
- 16 Pela Espanha:
W. R. de Villa Urrutia.
José de la Rica y Calvo.
Gabriel Maura.
- 17 Pela França:
Léon Bourgeois.
d'Estournelles de Constant.
L. Renault.
Marcellin Pellet.
- 18 Pela Gran-Bretanha:
Edw. Fry.
Ernest Satow.
Reay.
Henry Howard.
- 19 Pela Grecia:
Cléon Rizo Rangabé.
Georges Streit.
- 20 Pelo Guatemala:
José Tible Machado.
- 21 Pelo Haiti:
Dalbémar Jn Joseph.
J. N. Léger.
Pierre Hudicourt.
- 22 Pela Italia:
Pompilj.
G. Fusinato.
- 23 Pelo Japão:
Aimaro Sato.
- 24 Pelo Luxemburgo:
Eyschen.
Comte de Villers.
- 25 Pelo Mexico:
G. A. Esteva.
S. B. de Mier.
F. L. de la Barra.
- 26 Pelo Montenegro:
- 27 Pelo Nicaragua:
- 28 Pela Noruega:
F. Hagerup.
- 29 Pelo Panamá:
B. Porras.
- 30 Pelo Paraguay:
G. du Monceau.
- 31 Pelos Países Baixos:
V. H. de Beaufort.
T. M. C. Asser.
Den Beer Poortugaal.
J. A. Röell.
J. A. Loeff.
- 32 Pelo Peru:
C. G. Candamo.
- 33 Pela Persia:
Montazos-Saltaneh M. Samad Khan.
Sadigh Ul Mulk M. Ahmed Khan.
- 34 Por Portugal:
Marquês de Soveral.
Conde de Selir.
Alberto de Oliveira.
- 35 Pela Romaniaa:
Edg. Mavrocordato.
36. Pour la Russie:
37. Pour le Salvador:
P. J. Mathou.
S. Perez Triana.
38. Pour la Serbie:
S. Gróvitch.
M. G. Milovanovitch.
M. G. Militchevitch.
39. Pour le Siam:
Mom Chatidej Udom.
C. Corraioni d'Orelli.
Luang Bhuvanarth Narübal.
40. Pour la Suède:
Joh. Hellner.
41. Pour la Suisse:
Carlin.
42. Pour la Turquie:
Turkhan.
43. Pour l'Uruguay:
Jose Batlle y Ordoñez.
44. Pour le Vénézuéla:
J. Gil Fortoul.

Certifié pour copie conforme. — Le Secrétaire-Général du Ministère des Affaires Etrangères des Pays-Bas, *S. Hannema.*

XII. — Convention relative à l'établissement d'une Cour internationale des prises

Sa Majesté l'Empereur d'Allemagne, Roi de Prusse; le Président des États-Unis d'Amérique; le Président de la République Argentine; Sa Majesté l'Empereur d'Autriche, Roi de Bohême etc., et Roi Apostolique de Hongrie; Sa Majesté le Roi des Belges; le Président de la République de Bolivie; Son Altesse Royale le Prince de Bulgarie; le Président de la République de Chili; le Président de la République de Colombie; le Gouverneur Provisoire de la République de Cuba; Sa Majesté le Roi de Danemark; le Président de la République de l'Équateur; Sa Majesté le Roi d'Espagne; le Président de la République Française; le Président de la République de Guatemala; le Président de la République d'Haïti; Sa Majesté le Roi d'Italie; le Président des États-Unis Mexicains; Sa Majesté le Roi de Norvège; le Président de la République de Panama; le Président de la République du Paraguay; Sa Majesté la Reine des Pays-Bas; le Président de la République du Pérou; Sa Majesté Impériale le Schah de Perse; Sa Majesté le Roi de Portugal et des Algarves, etc.; le Président de la République du Salvador; Sa Majesté le Roi de Siam; Sa Majesté le Roi de Suède; le Conseil Fédéral Suisse; Sa Majesté l'Empereur des Ottomans; Le Président de la République Orientale de l'Uruguay;

Animés du désir de régler d'une manière équitable les différends qui s'élèvent, parfois, en cas de guerre maritime, à propos des décisions des tribunaux de prises nationaux;

Estimant que, si ces tribunaux doivent continuer à statuer suivant les formes prescrites par leur législation, il importe que, dans des cas déterminés, un recours puisse être formé sous des conditions qui concilient, dans la mesure du possible, les intérêts publics et les intérêts privés engagés dans toute affaire de prises;

Considérant, d'autre part, que l'institution d'une Cour internationale, dont la compétence et la procédure seraient soigneusement réglées, a paru le meilleur moyen d'atteindre ce but;

Persuadés, enfin, que de cette façon les conséquences rigoureuses d'une guerre maritime pourront être atténuées; que notamment les bons rapports entre les belligérants et les neutres auront plus de chance d'être maintenus et qu'ainsi la conservation de la paix sera mieux assurée;

Désirant conclure une Convention à cet effet, ont nommé pour Leurs plénipotentiaires, savoir:

Sa Majesté l'Empereur d'Allemagne, Roi de Prusse:

Son Excellence le baron Marshell de Bieberstein, Son ministre d'état, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire à Constantinople;
M. le dr. Johannes Kriege, Son envoyé en mission extraordinaire à la présente Conférence, Son conseiller intime de légation et jurisconsulte au ministère Impérial des affaires étrangères, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président des États-Unis d'Amérique:

Son Excellence M. Joseph H. Choate, ambassadeur extraordinaire;
Son Excellence M. Horace Porter, ambassadeur extraordinaire;
Son Excellence M. Uriah M. Rose, ambassadeur extraordinaire;

36 Pela Russia :

37 Pelo Salvador :

P. J. Matheu.
S. Perez Triana.

38 Pela Servia :

S. Grouitch.
M. G. Milovanovitch.
M. G. Militchevitch.

39 Pelo Sião :

Mom Chatidej Udorn.
C. Corragioni d'Orelli.
Luang Bhuvanarth Naribal.

40 Pela Suecia :

Joh. Hellner.

41 Pela Suissa :

Carlin.

42 Pela Turquia :

Turkhan.

43 Pelo Uruguay :

José Batlle y Ordoñez.

44 Por Venezuela :

J. Gil Fortoul.

Certificado por copia conforme.

O Secretario Geral do Ministerio dos Negocios Estrangeiros dos Paizes Baixos, S. Hannema.

III.— Convenção relativa á instituição de um Tribunal Internacional de presas

Sua Majestade o Imperador da Alemanha, Rei da Prussia; O Presidente dos Estados Unidos da America; O Presidente da Republica Argentina; Sua Majestade o Imperador de Austria, Rei da Bohemia etc. e Rei Apostolico da Hungria; Sua Majestade o Rei dos Belgas; O Presidente da Republica da Bolivia; Sua Alteza Real o Principe da Bulgaria; O Presidente da Republica do Chile; O Presidente da Republica de Colombia; O Governador Provisorio da Republica de Cuba; Sua Majestade o Rei da Dinamarca; O Presidente da Republica do Equador; Sua Majestade o Rei de Espanha; O Presidente da Republica Francesa; O Presidente da Republica de Guatemala; O Presidente da Republica do Haiti; Sua Majestade o Rei de Italia; O Presidente dos Estados Unidos Mexicanos; Sua Majestade o Rei da Noruega; O Presidente da Republica do Panamá; O Presidente da Republica do Paraguay; Sua Majestade a Rainha dos Paizes Baixos; O Presidente da Republica do Peru; Sua Majestade Imperial o Schah da Persia; Sua Majestade o Rei de Portugal e dos Algarves, etc.; O Presidente da Republica do Salvador; Sua Majestade o Rei de Sião; Sua Majestade o Rei da Suecia; O Conselho Federal Suisso; Sua Majestade o Imperador dos Ottomanos; O Presidente da Republica Oriental do Uruguay.

Animados do desejo de regular de maneira equitativa as divergencias que por vezes se levantam, no caso de guerra maritima, a proposito das decisões dos tribunales de presas nacionais;

Entendendo que, se esses tribunales devem continuar a estatuir segundo as formas prescritas pela sua legislação, convem tambem que, em determinados casos, possa haver interposição de recursos, em condições que conciliem, na medida do possivel os interesses publicos e os interesses particulares envolvidos em todas as questões de presas;

Considerando, por outra parte, que a instituição de um Tribunal Internacional, cuja competencia e processo sejam cuidadosamente regulados, parece o melhor meio de alcançar aquelle objectivo;

Persuadidos, enfim, que, d'este modo, poderão ser atenuadas as consequencias rigorosas de uma guerra maritima; que, nomeadamente, as boas relações entre os belligerantes e os neutros terão maiores probabilidades de ser mantidas, e que, assim, a manutenção da paz estará mais bem assegurada.

Desejando celebrar uma convenção para tal fim, nomearam por seus Plenipotenciarios, a saber.

Sua Majestade o Imperador da Alemanha, Rei da Prussia :

S. Ex.^a o Barão Marschall de Bieberstein, Seu Ministro de Estado, Seu Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario em Constantinopla;
O Sr. Dr. Johannes Krieger, Seu Enviado em Missão Extraordinaria á presente Conferencia, Seu Conselheiro Intimo de Legação e Jurisconsulto no Ministerio Imperial dos Negocios Estrangeiros, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.

O Presidente dos Estados Unidos da America :

S. Ex.^a o Sr. Joseph H. Choate, Embaixador Extraordinario;
S. Ex.^a o Sr. Horace Porter, Embaixador Extraordinario;
S. Ex.^a o Sr. Uriah M. Rose, Embaixador Extraordinario;

Son Excellence M. David Jayne Hill, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à La Haye;

M. Charles S. Sperry, contre-amiral, ministre plénipotentiaire;

M. Georges B. Davis, général de brigade, chef de la justice militaire de l'armée fédérale, ministre plénipotentiaire;

M. William I. Buchanan, ministre plénipotentiaire.

Le Président de la République Argentine :

Son Excellence M. Roque Saenz Peña, ancien ministre des affaires étrangères, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Rome, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. Luis M. Drago, ancien ministre des affaires étrangères et des cultes de la République, député national, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. Carlos Rodriguez Larreta, ancien ministre des affaires étrangères et des cultes de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Sa Majesté l'Empereur d'Autriche, Roi de Bohême, etc., et Roi Apostolique de Hongrie :

Son Excellence M. Gaëtan Mérey de Kapos-Mérey, Son conseiller intime, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire;

Son Excellence M. le baron Charles de Macchio, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Athènes.

Sa Majesté le Roi des Belges :

Son Excellence M. Beernaert, Son ministre d'état, membre de la chambre des représentants, membre de l'institut de France et des académies Royales de Belgique et de Roumanie, membre d'honneur de l'institut de droit international, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. J. Van den Heuvel, Son ministre d'état, ancien ministre de la justice;

Son Excellence M. le baron Guillaume, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye, membre de l'académie Royale de Roumanie.

Le Président de la République de Bolivie :

Son Excellence M. Claudio Pinilla, ministre des affaires étrangères de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. Fernando E. Guachalla, ministre plénipotentiaire à Londres.

Son Altesse Royale le Prince de Bulgarie :

M. Vrbán Vinaroff, général-major de l'état-major, Son général à la suite;

M. Ivan Karandjouloff, procureur-général de la cour de cassation.

Le Président de la République de Chili :

Son Excellence M. Domingo Gana, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Londres;

Son Excellence M. Augusto Matte, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Berlin;

Son Excellence M. Carlos Concha, ancien ministre de la guerre, ancien président de la chambre des députés, ancien envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Buenos Aires.

Le Président de la République de Colombie :

M. Jorge Holguin, général;

M. Santiago Pérez Triana;

Son Excellence M. Marceliano Vargas, général, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris.

Le Gouverneur Provisoire de la République de Cuba :

M. Antonio Sanchez de Bustamante, professeur de droit international à l'université de la Havane, sénateur de la République;

Son Excellence M. Gonzalo de Quesada y Aróstegui, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Washington;

M. Manuel Sanguily, ancien directeur de l'institut d'enseignement secondaire de la Havane, sénateur de la République.

Sa Majesté le Roi de Danemark :

Son Excellence M. Constantin Brun, Son chambellan, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Washington;

M. Christian Frederik Scheller, contre-amiral;

M. Axel Vedel, Son chambellan, chef de section au ministère Royal des affaires étrangères.

Le Président de la République de l'Equateur :

Son Excellence M. Victor Rendón, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris et à Madrid;

M. Enrique Dorn y de Alsúa, chargé d'affaires.

S. Ex.^a o Sr. David Jayne Hill, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica na Haya;

O Sr. Charles S. Sperry, Contra-Almirante, Ministro Plenipotenciario;

O Sr. Georges B. Davis, General de Brigada, Chefe de Justiça Militar do exercito federal, Ministro Plenipotenciario;

O Sr. William I. Buchanan, Ministro Plenipotenciario.

O Presidente da Republica Argentina :

S. Ex.^a o Sr. Roque Saenz Peña, antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Roma, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;S. Ex.^a o Sr. Luis M. Drago, antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros e dos cultos da Republica, Deputado nacional, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.S. Ex.^a o Sr. Carlos Rodriguez Larreta, Antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros e dos Cultos da Republica, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.

Sua Majestade o Imperador de Austria, Rei da Bohemia, etc. e Rei Apostolico da Hungria :

S. Ex.^a o Sr. Gaëtan Mérey de Kapos-Mérey, Seu Conselheiro Intimo, Seu Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario;S. Ex.^a o Sr. Barão Charles de Macchio, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Athenas.

Sua Majestade o Rei dos Belgas :

S. Ex.^a o Sr. Beernaert, Seu Ministro de Estado, Membro da Camara dos Representantes, Membro do Instituto de França e das Academias Reaes da Belgica e da Romania, Membro de Honra do Instituto de Direito Internacional, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;S. Ex.^a o Sr. J. Van den Heuvel, Seu Ministro do Estado, antigo Ministro da Justiça;S. Ex.^a o Sr. Barão Guillaume, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya, Membro da Academia Real da Romania.

O Presidente da Republica da Bolivia :

S. Ex.^a o Sr. Claudio Pinilla, Ministro dos Negocios Estrangeiros da Republica, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;S. Ex.^a o Sr. Fernando E. Guachalla, Ministro Plenipotenciario em Londres.

Sua Alteza Real o Principe da Bulgaria :

O Sr. Vrbán Vinaroff, General-Major do Estado Maior, General do seu sequito;

O Sr. Ivan. Karandjouloff, Procurador Geral do Tribunal de Cassação.

O Presidente da Republica do Chile :

S. Ex.^a o Sr. Domingo Gana, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Londres;S. Ex.^a o Sr. Augusto Matte, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Berlin;S. Ex.^a o Sr. Carlos Concha, antigo Ministro da Guerra, antigo Presidente da Camara dos Deputados, antigo Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Buenos Aires.

O Presidente da Republica de Colombia.

O Sr. Jorge Holguin, General;

O Sr. Santiago Pérez Triana;

S. Ex.^a o Sr. Marceliano Vargas, General, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Paris.

O Governador Provisorio da Republica de Cuba :

O Sr. Antonio Sanchez de Bustamante, professor de Direito Internacional na Universidade da Havana, Senador da Republica;

S. Ex.^a o Sr. Gonzalo de Quesada y Aróstegui, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Washington;

O Sr. Manuel Sanguily, antigo Director do Instituto de Ensino Secundario da Havana, Senador da Republica.

Sua Majestade o Rei da Dinamarca :

S. Ex.^a o Sr. Constantin Brun, Seu Camarista, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Washington;

O Sr. Christian Frederik Scheller, Contra-Almirante.

O Sr. Axel Vedel, Seu Camarista, Chefe de Secção no Ministerio Real dos Negocios Estrangeiros.

O Presidente da Republica do Equador :

S. Ex.^a o Sr. Victor Rendón, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Paris e Madrid;

O Sr. Enrique Dorn y de Alsúa, Encarregado de Negocios.

Sa Majesté le Roi d'Espagne :

Son Excellence, M. W. R. de Villa Urrutia, sénateur, ancien ministre des affaires étrangères, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire à Londres ;
 Son Excellence M. José de la Rica y Calvo, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye ;
 M. Gabriel Maura y Gamazo, comte de la Mortera, député aux Cortès.

Le Président de la République Française :

Son Excellence M. Léon Bourgeois, ambassadeur extraordinaire de la République, sénateur, ancien président du conseil des ministres, ancien ministre des affaires étrangères, membre de la cour permanente d'arbitrage ;
 M. le baron d'Estournelles de Constant, sénateur, ministre plénipotentiaire de première classe, membre de la cour permanente d'arbitrage ;
 M. Louis Renault, professeur à la faculté de droit à l'université de Paris, ministre plénipotentiaire honoraire, jurisconsulte du ministère des affaires étrangères, membre de l'institut de France, membre de la cour permanente d'arbitrage ;

Son Excellence M. Marcellin Pellet, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République Française à La Haye.

Le Président de la République de Guatémala :

M. José Tible Machado, chargé d'affaires de la République à La Haye et à Londres, membre de la cour permanente d'arbitrage ;
 M. Enrique Gómez Carillo, chargé d'affaires de la République à Berlin.

Le Président de la République d'Haïti :

Son Excellence M. Jean Joseph Dalbemar, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris ;
 Son Excellence M. J. N. Léger, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Washington ;
 M. Pierre Hudicourt, ancien professeur de droit international public, avocat au barreau de Port au Prince.

Sa Majesté le Roi d'Italie :

Son Excellence le comte Joseph Tornielli Brusati di Vergano, sénateur du Royaume, ambassadeur de Sa Majesté le Roi à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage, président de la délégation Italienne ;
 Son Excellence M. le commandeur Guido Pompilj, député au parlement, sous-secrétaire d'état au ministère Royal des affaires étrangères ;
 M. le commandeur Guido Fusinato, conseiller d'état, député au parlement, ancien ministre de l'instruction.

Le Président des États-Unis Mexicains :

Son Excellence M. Gonzalo A. Esteva, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Rome ;
 Son Excellence M. Sebastian B. de Mier, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris ;
 Son Excellence M. Francisco L. de la Barra, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Bruxelles et à La Haye.

Sa Majesté le Roi de Norvège :

Son Excellence M. Francis Hagerup, ancien président du conseil, ancien professeur de droit, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye et à Copenhague, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président de la République de Panama :

M. Belisario Porras.

Le Président de la République du Paraguay :

Son Excellence M. Eusebio Machain, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris ;
 M. le comte G. du Monceau de Bergendal, consul de la République à Bruxelles.

Sa Majesté la Reine des Pays-Bas :

M. W. H. de Beaufort, Son ancien ministre des affaires étrangères, membre de la seconde chambre des États généraux ;
 Son Excellence M. T. M. C. Asser, Son ministre d'état, membre du conseil d'état, membre de la cour permanente d'arbitrage ;
 Son Excellence le Jonkheer J. C. C. den Beer Poortugael, lieutenant-général en retraite, ancien ministre de la guerre, membre du conseil d'état ;
 Son Excellence le jonkheer J. A. Röell, Son aide de camp en service extraordinaire, vice-amiral en retraite, ancien ministre de la marine ;
 M. J. A. Loeff, Son ancien ministre de la justice, membre de la seconde chambre des États généraux.

Sua Majestade o Rei de Espanha :

S. Ex.ª o Sr. W. R. de Villa Urrutia, Senador, antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros, Seu Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario em Londres ;
 S. Ex.ª o Sr. José de la Rica y Calvo, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya ;
 O Sr. Gabriel Maura y Gamazo, Conde de la Mortera, Deputado ás Cortes.

O Presidente da Republica Francesa :

S. Ex.ª o Sr. Léon Bourgeois, Embaixador Extraordinario da Republica, Senador, antigo Presidente do Conselho de Ministros, antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem ;
 O Sr. Barão d'Estournelles de Constant, Senador, Ministro Plenipotenciario de 1.ª classe, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem ;
 O Sr. Louis Renault, Professor da Faculdade de Direito na Universidade de Paris, Ministro Plenipotenciario Honorario, Jurisconsulto do Ministerio dos Negocios Estrangeiros, Membro do Instituto de França, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem ;
 S. Ex.ª o Sr. Marcellin Pellet, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica Francesa na Haya.

O Presidente da Republica de Guatemala :

O Sr. José Tible Machado, Encarregado de Negocios da Republica na Haya e em Londres, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.
 O Sr. Enrique Gómez Carillo, Encarregado de Negocios da Republica em Berlim.

O Presidente da Republica de Haïti :

S. Ex.ª Sr. Jean Joseph Dalbemar, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Paris ;
 S. Ex.ª o Sr. J. N. Léger, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Washington ;
 O Sr. Pierre Hudicourt, antigo professor de direito internacional publico, advogado nos tribunales de Porto Principe.

Sua Majestade o Rei de Italia :

S. Ex.ª o Conde Joseph Tornielli Brusati di Vergano, Senador do Reino, Embaixador de Sua Majestade o Rei em Paris, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem, Presidente da Delegação Italiana ;
 S. Ex.ª o Sr. Commendador Guido Pompilj, deputado ao Parlamento, sub-secretario de Estado no Ministerio Real dos Negocios Estrangeiros ;
 O Sr. Commendador Guido Fusinato, Conselheiro de Estado, Deputado ao Parlamento, Antigo Ministro de Instrução ;

O Presidente dos Estados Unidos Mexicanos :

S. Ex.ª o Sr. Gonzalo A. Esteva, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Roma ;
 S. Ex.ª o Sr. Sebastian B. de Mier, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Paris ;
 S. Ex.ª o Sr. Francisco L. de la Barra, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Bruxellas e na Haya ;

Sua Majestade o Rei da Noruega :

S. Ex.ª o Sr. Francis Hagerup, Antigo Presidente do Conselho, Antigo Professor de Direito, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya e Copenhague, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.

O Presidente da Republica de Panamá :

O Sr. Belisario Porras.

O Presidente da Republica do Paraguay :

S. Ex.ª o Sr. Eusebio Machain, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Paris ;
 O Sr. Conde G. du Monceau de Bergendal, Consul da Republica em Bruxellas.

Sua Majestade a Rainha dos Países Baixos :

O Sr. W. H. de Beaufort, Seu Antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros, Membro da Segunda Camara dos Estados Geraes ;
 S. Ex.ª o Sr. T. M. C. Asser, Seu Ministro de Estado, Membro do Conselho de Estado, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem ;
 S. Ex.ª o Jonkheer J. C. C. den Beer Poortugael Tenente-General reformado, Antigo Ministro da Guerra, Membro do Conselho de Estado.
 S. Ex.ª o Jonkheer J. A. Röell, Seu Ajudante de Campo em Serviço Extraordinario, Vice-Almirante reformado, Antigo Ministro da Marinha ;
 O Sr. J. A. Loeff, Seu Antigo Ministro da Justiça, Membro da Segunda Camara dos Estados-Geraes.

Le Président de la République du Pérou :

Son Excellence M. Carlos G. Candamo, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris et à Londres, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Sa Majesté Impériale le Schah de Perse :

Son Excellence Samad Khan Momtazos Saltaneh, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage ;
 Son Excellence Mirza Ahmed Khan Sadigh Ul Mulk, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Sa Majesté le Roi de Portugal et des Algarves, etc. :

Son Excellence M. le marquis de Soveral, Son conseiller d'état, pair du Royaume, ancien ministre des affaires étrangères, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Londres, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire ;
 Son Excellence M. le comte de Selir, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye ;
 Son Excellence M. Alberto d'Oliveira, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Berne.

Le Président de la République du Salvador :

M. Pedro I. Matheu, chargé d'affaires de la République à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage ;
 M. Santiago Perez Triana, chargé d'affaires de la République à Londres.

Sa Majesté le Roi de Siam :

Mom Chatidej Udom, major-général ;
 M. C. Corragioni d'Orelli, Son conseiller de légation ;
 Luang Bhuvanarth Narthbal, capitaine.

Sa Majesté le Roi de Suède, des Goths et des Vendes :

Son Excellence M. Knut Hjalmar Leonard Hammarstrkjold, Son ancien ministre de la justice, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Copenhague, membre de la cour permanente d'arbitrage ;
 M. Johannes Hellner, Son ancien ministre sans portefeuille, ancien membre de la cour suprême de Suède, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Conseil Fédéral Suisse :

Son Excellence M. Gaston Carlin, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la Confédération Suisse à Londres et à La Haye ;
 M. Eugène Borel, colonel d'état-major général, professeur à l'université de Genève ;
 M. Max Huber, professeur de droit à l'université de Zürich.

Sa Majesté l'Empereur des Ottomans :

Son Excellence Turkhan Pacha, Son ambassadeur extraordinaire, ministre de l'evkaf ;
 Son Excellence Rechid Bey, Son ambassadeur Rome ;
 Son Excellence Mehemed Pacha, vice-amiral.

Le Président de la République Orientale de l'Uruguay :

Son Excellence M. José Battle y Ordoñez, ancien Président de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage ;
 Son Excellence M. Juan P. Castro, ancien président du sénat, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Lesquels, apres avoir déposé leurs pleins pouvoirs, trouvés en bonne et due forme, sont convenus des dispositions suivantes :

TITRE I**Dispositions générales****ARTICLE 1**

La validité de la capture d'un navire de commerce ou de sa cargaison est, s'il s'agit de propriétés neutres ou ennemies, établie devant une juridiction des prises conformément à la présente Convention.

ARTICLE 2

La juridiction des prises est exercée d'abord par les tribunaux de prises du belligérant capteur.
 Les décisions de ces tribunaux sont prononcées en séance publique ou notifiées d'office aux parties neutres ou ennemies.

ARTICLE 3

Les décisions des tribunaux de prises nationaux peuvent être l'objet d'un recours devant la Cour internationale des prises :

1º Lorsque la décision des tribunaux nationaux concerne les propriétés d'une Puissance ou d'un particulier neutres :

O Presidente da Republica do Peru:

S. Ex.ª o Sr. Carlos G. Candamo, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Paris e Londres, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.

Sua Majestade Imperial o Schah da Persia:

S. Ex.ª o Samad Khan Momtazos Saltaneh, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Paris, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;

S. Ex.ª Mirza Ahmed Khan Sadigh Ul Mulk, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya.

Sua Majestade o Rei de Portugal e dos Algarves, etc.

S. Ex.ª o Marquês de Soveral, Seu Conselheiro de Estado, Par do Reino, Antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Londres, Seu Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario;

S. Ex.ª o Sr. Conde Selir, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya.

S. Ex.ª o Sr. Alberto de Oliveira, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Berne.

O Presidente da Republica do Salvador:

O Sr. Pedro I. Mathou, Encarregado de Negocios da Republica em Paris, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;

O Sr. Santiago Perez Triana, Encarregado de Negocios da Republica em Londres.

Sua Majestade o Rei de Sião:

Mom Chatidej Udom, Major-General;

O Sr. C. Corragioni de Orelli, Seu Conselheiro de Legação;

Luang Bhuvanarth Narūbal, Capitão.

Sua Majestade o Rei da Suecia, dos Godos e dos Vendos:

S. Ex.ª o Sr. Knut Hjalmar Leonard Hammarskjöld, Seu Antigo Ministro da Justiça, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Copenhague, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;

O Sr. Johannes Hellner, Seu Antigo Ministro sem pasta, Antigo Membro do Supremo Tribunal da Suecia, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.

O Conselho Federal Suisso:

S. Ex.ª o Sr. Gaston Carlin, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Confederação Suissa em Londres e na Haya.

O Sr. Eugène Borel, Coronel do Estado Maior General, Professor da Universidade de Genebra.

O Sr. Max Huber, Professor de Direito na Universidade de Zürich.

Sua Majestade o Imperador dos Ottomanos:

S. Ex.ª Turhan Pacha, Seu Embaixador Extraordinario, Ministro do Evkaf;

S. Ex.ª Rechid Bey, Seu Embaixador em Roma;

S. Ex.ª Mehemed Pacha, Vice-Almirante.

O Presidente da Republica Oriental do Uruguay:

S. Ex.ª o Sr. José Battle y Ordoñez, Antigo Presidente da Republica, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;

S. Ex.ª o Sr. Juan P. Castro, Antigo Presidente do Senado, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Paris, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.

Os quaes depois de terem depositado os seus plenos poderes, achados em boa e devida forma, convieram nas seguintes disposições.

TITULO I

Disposições geraes

ARTIGO 1.º

A validade da captura de um navio de commercio ou do seu carregamento será estabelecida, se se tratar de propriedades neutras ou inimigas, perante uma jurisdição de presas, em conformidade da presente Convenção.

ARTIGO 2.º

A jurisdição de presas será primeiramente exercida pelos tribunaes de presas do belligerante captor.

As decisões d'esses Tribunaes serão proferidas em sessão publica ou notificadas de officio ás Partes neutras ou inimigas.

ARTIGO 3.º

Das decisões dos tribunaes de presas nacionaes, pode ser interposto recurso para o Tribunal internacional de presas:

1.º Quando a decisão dos tribunaes nacionaes disser respeito ás propriedades de uma Potencia ou de um particular neutral;

2.º Lorque ladite decisão concerne des propriétés ennemies et qu'il s'agit:

a) De marchandises chargées sur un navire neutre;

b) D'un navire ennemi, qui aurait été capturé dans les eaux territoriales d'une Puissance neutre, dans le cas où cette Puissance n'aurait pas fait de cette capture l'objet d'une réclamation diplomatique;

c) D'une réclamation fondée sur l'allégation que la capture aurait été effectuée en violation, soit d'une disposition conventionnelle en vigueur entre les Puissances belligérantes, soit d'une disposition légale édictée par le belligérant capteur.

Le recours contre la décision des tribunaux nationaux peut être fondé sur ce que cette décision ne serait pas justifiée, soit en fait, soit en droit.

ARTICLE 4

Le recours peut être exercé:

1º Par une Puissance neutre, si la décision des tribunaux nationaux a porté atteinte à ses propriétés ou à celles de ses ressortissants (article 3, 1º) ou s'il est allégué que la capture d'un navire ennemi a eu lieu dans les eaux territoriales de cette Puissance (article 3, 2º b);

2º Par un particulier neutre, si la décision des tribunaux nationaux a porté atteinte à ses propriétés (article 3, 1º), sous réserve toutefois du droit de la Puissance dont il relève de lui interdire l'accès de la Cour ou d'y agir elle-même en ses lieu et place;

3º Par un particulier relevant de la Puissance ennemie, si la décision des tribunaux nationaux a porté atteinte à ses propriétés dans les conditions visées à l'article 3, 2º, à l'exception du cas prévu par l'alinéa b).

ARTICLE 5

Le recours peut aussi être exercé, dans les mêmes conditions qu'à l'article précédent, par les ayants-droit, neutres ou ennemis, du particulier auquel le recours est accordé, et qui sont intervenus devant la juridiction nationale. Ces ayants-droit peuvent exercer individuellement le recours dans la mesure de leur intérêt.

Il en est de même des ayants-droit, neutres ou ennemis, de la Puissance neutre dont la propriété est en cause.

ARTICLE 6

Lorsque, conformément à l'article 3 ci-dessus, la Cour internationale est compétente, le droit de juridiction des tribunaux nationaux ne peut être exercé à plus de deux degrés. Il appartient à la législation du belligérant capteur de décider si le recours est ouvert après la décision rendue en premier ressort ou seulement après la décision rendue en appel ou en cassation.

Faute par les tribunaux nationaux d'avoir rendu une décision définitive dans les deux ans à compter du jour de la capture, la Cour peut être saisie directement.

ARTICLE 7

Si la question de droit à résoudre est prévue par une Convention en vigueur entre le belligérant capteur et la Puissance qui est elle-même partie au litige ou dont le ressortissant est partie au litige, la Cour se conforme aux stipulations de ladite Convention.

A défaut de telles stipulations, la Cour applique les règles du droit international. Si des règles généralement reconnues n'existent pas, la Cour statue d'après les principes généraux de la justice et de l'équité.

Les dispositions ci-dessus sont également applicables en ce qui concerne l'ordre des preuves ainsi que les moyens qui peuvent être employés.

Si, conformément à l'article 3, 2º, c), le recours est fondé sur la violation d'une disposition légale par le belligérant capteur, la Cour applique cette disposition.

La Cour peut ne pas tenir compte des déchéances de procédure édictées par la législation du belligérant capteur, dans les cas où elle estime que les conséquences en sont contraires à la justice et à l'équité.

ARTICLE 8

Si la Cour prononce la validité de la capture du navire ou de la cargaison, il en sera disposé conformément aux lois du belligérant capteur.

Si la nullité de la capture est prononcée, la Cour ordonne la restitution du navire ou de la cargaison et fixe, s'il y a lieu, le montant des dommages-intérêts. Si le navire ou la cargaison ont été vendus ou détruits, la Cour détermine l'indemnité à accorder de ce chef au propriétaire.

Si la nullité de la capture avait été prononcée par la juridiction nationale, la Cour n'est appelée à statuer que sur les dommages et intérêts.

ARTICLE 9

Les Puissances contractantes s'engagent à se soumettre de bonne foi aux décisions de la Cour internationale des prises et à les exécuter dans le plus bref délai possible.

TITRE II

Organisation de la Cour internationale des prises

ARTICLE 10

La Cour internationale des prises se compose de juges et de juges suppléants, nommés par les Puissances contractantes et qui tous devront être des jurisconsultes d'une compétence reconnue dans les questions de droit interna-

2.º Quando a sobredita decisão disser respeito a propriedades inimigas e se tratar:

a) De mercadorias carregadas em navio neutro;

b) De um navio inimigo, que tenha sido capturado nas aguas territoriales de uma Potencia neutral, no caso d'esta Potencia não ter feito d'essa captura objecto de reclamação diplomatica;

c) De reclamação fundada na allegação da captura ter sido effectuada com violação, quer de uma disposição convencional em vigor entre as Potencias belligerantes, quer de uma disposição legal promulgada pelo belligerante captor.

O recurso contra a decisão dos tribunaes nacionaes poderá ter por fundamento o não ser essa decisão justificada, quer de facto, quer em direito.

ARTIGO 4.º

O recurso poderá ser interposto:

1.º Por uma Potencia neutral, se a decisão dos tribunaes nacionaes tiver attingido as suas propriedades ou as dos seus subditos (artigo 3.º, 1.º) ou se for allegado que a captura de um navio inimigo foi realizada nas aguas territoriales d'essa Potencia (artigo 3.º, 2.º b).

2.º Por um particular neutral, se a decisão dos tribunaes nacionaes tiver attingido as suas propriedades (artigo 3.º, 1.º), sob reserva, contudo, do direito da Potencia de que esse particular depender de lhe prohibir o acesso do Tribunal, ou de proceder ella ali em sua vez e logar;

3.º Por um particular dependente da Potencia inimiga, se a decisão dos tribunaes nacionaes tiver attingido as suas propriedades nas condições indicadas no artigo 3.º, 2.º, com excepção do caso previsto pela alinea b).

ARTIGO 5.º

O recurso poderá tambem ser interposto, nas mesmas condições do artigo precedente, pelas pessoas, neutras ou inimigas, a quem pertencerem os direitos do particular a que é concedido o recurso, e que tiverem intervenido perante a jurisdição nacional. Essas pessoas poderão exercer o recurso individualmente na proporção do seu interesse.

O mesmo se applica aos neutros ou inimigos, a quem pertencerem direitos da Potencia neutral cuja propriedade estiver em questão.

ARTIGO 6.º

Quando, em conformidade do artigo 3.º supra, o Tribunal Internacional for competente, o direito de jurisdição dos tribunaes nacionaes não poderá ser exercido em mais de duas instancias. A legislação do belligerante captor competirá decidir se o recurso é admissivel, depois de proferida a decisão em primeira instancia, ou unicamente depois da decisão do tribunal de appellação ou de revista.

No caso dos tribunaes nacionaes não terem pronunciado uma decisão definitiva dentro do prazo de dois annos contados do dia da captura, o Tribunal Internacional poderá conhecer directamente da questão.

ARTIGO 7.º

Se a questão de direito para ser resolvida estiver prevista em uma convenção vigente entre o belligerante captor e a Potencia que for parte no litigio, ou cujo nacional o for, o Tribunal conformar-se-ha com as estipulações da dita Convenção.

Na falta de taes estipulações, o Tribunal applicará as regras de direito internacional. Se não existirem regras geralmente reconhecidas, o Tribunal decidirá pelos principios geraes da justiça e da equidade.

As disposições supra são igualmente applicaveis no que diz respeito á ordem das provas e aos meios que podem ser empregados.

Se, em conformidade do artigo 3.º, 2.º c), o recurso for fundado na violação de uma disposição legal promulgada pelo belligerante captor, o Tribunal applicará essa disposição.

O Tribunal poderá deixar de tomar em consideração as nullidades de processo estabelecidas pela legislação do belligerante captor, nos casos em que julgar que as suas consequências são contrarias á justiça e á equidade.

ARTIGO 8.º

Se o Tribunal internacional julgar valida a captura do navio ou do carregamento, proceder-se-ha a respeito d'estes em conformidade das leis do belligerante captor.

Se for julgada nulla a captura, o Tribunal ordenará a restituição do navio ou da carga, e fixará, se houver logar para isso, a importancia das perdas e danos. Se o navio ou a carga forem vendidos ou destruidos, o Tribunal determinará qual a indemnização que deve ser concedida por esse motivo ao proprietario. Se a nullidade da captura tiver sido julgada pela jurisdição nacional, o Tribunal terá que pronunciar-se unicamente sobre as perdas e danos.

ARTIGO 9.º

As Potencias contratantes obrigam-se a submeter-se de boa fé ás decisões do Tribunal Internacional de presas e a executá-las no mais breve prazo possivel.

TITULO II

Organização do Tribunal internacional de presas

ARTIGO 10.º

O Tribunal internacional de presas será composto de juizes e de juizes supplentes, nomeados pelas Potencias contractantes, os quaes deverão ser todos jurisconsultos de competencia reconhecida nas questões de direito interna-

tional maritime et jouissant de la plus haute considération morale.

La nomination de ces juges et juges suppléants sera faite dans les six mois qui suivront la ratification de la présente Convention.

ARTICLE 11

Les juges et juges suppléants sont nommés pour une période de six ans, à compter de la date où la notification de leur nomination aura été reçue par le Conseil administratif institué par la Convention pour le règlement pacifique des conflits internationaux du 29 juillet 1899. Leur mandat peut être renouvelé.

En cas de décès ou de démission d'un juge ou d'un juge suppléant, il est pourvu à son remplacement selon le mode fixé pour sa nomination. Dans ce cas, la nomination est faite pour une nouvelle période de six ans.

ARTICLE 12

Les juges de la Cour internationale des prises sont égaux entre eux et prennent rang d'après la date où la notification de leur nomination aura été reçue (article 11, alinéa 1), et, s'ils siègent à tour de rôle (article 15, alinéa 2), d'après la date de leur entrée en fonctions. La préséance appartient au plus âgé, au cas où la date est la même.

Les juges suppléants sont, dans l'exercice de leurs fonctions, assimilés aux juges titulaires. Toutefois ils prennent rang après ceux-ci.

ARTICLE 13

Les juges jouissent des privilèges et immunités diplomatiques dans l'exercice de leurs fonctions et en dehors de leur pays.

Avant de prendre possession de leur siège, les juges doivent, devant le Conseil administratif, prêter serment ou faire une affirmation solennelle d'exercer leurs fonctions avec impartialité et en toute conscience.

ARTICLE 14

La Cour fonctionne au nombre de quinze juges; neuf juges constituent le quorum nécessaire.

Le juge absent ou empêché est remplacé par le suppléant.

ARTICLE 15

Les juges nommés par les Puissances contractantes dont les noms suivent: l'Allemagne, les États-Unis d'Amérique, l'Autriche-Hongrie, la France, la Grande-Bretagne, l'Italie, le Japon et la Russie sont toujours appelés à siéger.

Les juges et les juges suppléants nommés par les autres Puissances contractantes siègent à tour de rôle d'après le tableau annexé à la présente Convention; leurs fonctions peuvent être exercées successivement par la même personne. Le même juge peut être nommé par plusieurs desdites Puissances.

ARTICLE 16

Si une Puissance belligérante n'a pas, d'après le tour de rôle, un juge siégeant dans la Cour, elle peut demander que le juge nommé par elle prenne part au jugement de toutes les affaires provenant de la guerre. Dans ce cas, le sort détermine lequel des juges siégeant en vertu du tour de rôle doit s'abstenir. Cette exclusion ne saurait s'appliquer au juge nommé par l'autre belligérant.

ARTICLE 17

Ne peut siéger le juge qui, à un titre quelconque, aura concouru à la décision des tribunaux nationaux ou aura figuré dans l'instance comme conseil ou avocat d'une partie.

Aucun juge, titulaire ou suppléant, ne peut intervenir comme agent ou comme avocat devant la Cour internationale des prises ni y agir pour une partie en quelque qualité que ce soit, pendant toute la durée de ses fonctions.

ARTICLE 18

Le belligérant capteur a le droit de désigner un officier de marine d'un grade élevé qui siégera en qualité d'assesseur avec voix consultative. La même faculté appartient à la Puissance neutre, qui est elle-même partie au litige, ou à la Puissance dont le ressortissant est partie au litige; s'il y a, par application de cette dernière disposition, plusieurs Puissances intéressées, elles doivent se concerter, au besoin par le sort, sur l'officier à désigner.

ARTICLE 19

La Cour élit son Président et son Vice-Président à la majorité absolue des suffrages exprimés. Après deux tours de scrutin, l'élection se fait à la majorité relative et, en cas de partage des voix, le sort décide.

ARTICLE 20

Les juges de la Cour internationale des prises touchent une indemnité de voyage fixée d'après les règlements de leur pays et reçoivent, en outre, pendant la session ou pendant l'exercice de fonctions conférées par la Cour, une somme de cent florins néerlandais par jour.

Ces allocations, comprises dans les frais généraux de la Cour prévus par l'article 47, sont versées par l'entremise du Bureau international institué par la Convention du 29 juillet 1899.

Les juges ne peuvent recevoir de leur propre Gouvernement ou de celui d'une autre Puissance aucune rémunération comme membres de la Cour.

cional marítimo, e gozando da mais alta consideração moral.

A nomeação d'estes juizes e juizes supplentes será feita dentro dos seis meses que se seguirem á ratificação da presente Convenção.

ARTIGO 11.º

Os juizes e juizes supplentes serão nomeados por um periodo de seis annos, a contar da data em que a notificação da sua nomeação tiver sido recebida pelo Conselho Administrativo, instituido pela Convenção para solução pacifica dos conflictos internacionais de 29 de julho de 1899. O seu mandato poderá ser renovado.

No caso de fallecimento ou de demissão de um juiz, ou de um juiz supplente, prover-se-ha á sua substituição pela maneira determinada para a sua nomeação. Neste caso, a nomeação será feita por um novo periodo de seis annos.

ARTIGO 12.º

Os juizes do Tribunal internacional de presas serão iguaes em categoria, e as suas precedencias serão determinadas pela data em que tiver sido recebida a notificação da sua nomeação (artigo 11.º, alinea 1) e, se exercerem funções por escala (artigo 15.º, alinea 2), pela data da entrada em exercicio. A precedencia pertence ao mais velho, no caso das datas serem as mesmas.

Os juizes supplentes serão assimilados, no exercicio das suas funções, aos juizes titulares. Comtudo, tomarão assento depois d'estes.

ARTIGO 13.º

Os juizes gozarão dos privilegios e immunitades diplomaticas no exercicio das suas funções, e fora do seu país.

Antes de tomarem posse do seu cargo, os juizes deverão prestar juramento, ou afirmar de maneira solemne, perante o Conselho administrativo, que exercerão as suas funções com imparcialidade e com inteira consciencia.

ARTIGO 14.º

O Tribunal funcionará com quinze juizes; nove juizes constituem o numero necessario.

O juiz ausente ou impedido será substituido pelo supplente.

ARTIGO 15.º

Os juizes nomeados pelas Potencias contratantes cujos nomes seguem: Alemanha, Estados Unidos da America, Austria-Hungria, França, Gran-Bretanha, Italia, Japão e Russia, serão sempre chamados a exercer funções.

Os juizes e os juizes supplentes, nomeados pelas outras Potencias contratantes, exercerão funções por escala, segundo o quadro annexo á presente Convenção; as suas funções poderão ser exercidas successivamente pela mesma pessoa. O mesmo juiz poderá ser nomeado por diversas das sobreditas Potencias.

ARTIGO 16.º

Se uma Potencia belligerante não tiver, pela escala, um juiz em funções no Tribunal, poderá pedir que o juiz por ella nomeado tome parte no julgamento de todas as questões provenientes da guerra. Neste caso, será indicado por sorteio qual dos juizes, em funções por virtude da escala, deverá abster-se. Esta exclusão não se applicará ao juiz nomeado pelo outro belligerante.

ARTIGO 17.º

Não poderá tomar parte no julgamento o juiz que, por qualquer titulo, tiver concorrido para a decisão dos tribunaes nacionaes, ou tiver figurado na instancia como procurador ou advogado de uma Parte.

Nenhum juiz, titular ou supplente, poderá intervir como agente ou como advogado perante o Tribunal internacional de presas, nem ali figurar por uma das Partes, seja em que qualidade for, durante todo o periodo das suas funções.

ARTIGO 18.º

O belligerante captor terá o direito de designar um official de marinha de patente elevada que fará parte do Tribunal, na qualidade de assessor com voz consultiva. Da mesma faculdade goza a Potencia neutral que for parte no litigio, por si mesma, ou a Potencia cujo nacional for parte no litigio; se, por applicação d'esta ultima disposição, houver diversas Potencias interessadas, deverão pôr-se de accordo, no caso de necessidade por meio de sorteio, quanto ao official que haja a designar.

ARTIGO 19.º

O Tribunal elege o seu Presidente e o seu Vice-Presidente por maioria absoluta dos suffragios expressos. Depois de dois escrutinios a eleição far-se-ha por maioria relativa e, no caso de empate, a sorte decidirá.

ARTIGO 20.º

Os juizes do Tribunal internacional de presas receberão um abono de viagem, fixado segundo os regulamentos do seu país, e perceberão, alem d'isso, durante a sessão ou durante o exercicio de funções conferidas pelo Tribunal, a importância de cem florins holandeses por dia.

Estes abonos, comprehendidos nas despesas geraes do Tribunal, a que se refere o artigo 47.º, serão pagos por intermedio da Repartição internacional instituida pela Convenção de 29 de julho de 1899.

Os juizes não poderão receber do seu proprio Governo, nem do de outra Potencia, nenhuma remuneração como membros do Tribunal.

ARTICLE 21

La Cour internationale des prises a son siège à La Haye et ne peut, sauf le cas de force majeure, le transporter ailleurs qu'avec l'assentiment des Parties belligérantes.

ARTICLE 22

Le Conseil administratif, dans lequel ne figurent que les représentants des Puissances contractantes, remplit, à l'égard de la Cour internationale des prises, les fonctions qu'il remplit à l'égard de la Cour permanente d'arbitrage.

ARTICLE 23

Le Bureau international sert de greffe à la Cour internationale des prises et doit mettre ses locaux et son organisation à la disposition de la Cour. Il a la garde des archives et la gestion des affaires administratives.

Le Secrétaire-Général du Bureau international remplit les fonctions de greffier.

Les secrétaires adjoints au greffier, les traducteurs et les sténographes nécessaires sont désignés et assermentés par la Cour.

ARTICLE 24

La Cour décide du choix de la langue dont elle fera usage et des langues dont l'emploi sera autorisé devant elle.

Dans tout les cas, la langue officielle des tribunaux nationaux qui ont connu de l'affaire, peut être employée devant la Cour.

ARTICLE 25

Les Puissances intéressées ont le droit de nommer des agents spéciaux ayant mission de servir d'intermédiaires entre Elles et la Cour. Elles sont, en outre, autorisées à charger des conseils ou avocats de la défense de leurs droits et intérêts.

ARTICLE 26

Le particulier intéressé sera représenté devant la Cour par un mandataire qui doit être soit un avocat autorisé à plaider devant une Cour d'appel ou une Cour suprême de l'un des Pays contractants, soit un avoué exerçant sa profession auprès d'une telle Cour, soit enfin un professeur de droit à une école d'enseignement supérieur d'un de ces pays.

ARTICLE 27

Pour toutes les notifications à faire, notamment au parties, aux témoins et aux experts, la Cour peut s'adresser directement au Gouvernement de la Puissance sur le territoire de laquelle la notification doit être effectuée. Il en est de même s'il s'agit de faire procéder à l'établissement de tout moyen de preuve.

Les requêtes adressées à cet effet seront exécutées suivant les moyens dont la Puissance requise dispose d'après sa législation intérieure. Elles ne peuvent être refusées que si cette Puissance les juge de nature à porter atteinte à sa souveraineté ou à sa sécurité. S'il est donné suite à la requête, les frais ne comprennent que les dépenses d'exécution réellement effectuées.

La Cour a également la faculté de recourir à l'intermédiaire de la Puissance sur le territoire de laquelle elle a son siège.

Les notifications à faire aux parties dans le lieu où siège la Cour peuvent être exécutées par le Bureau international.

TITRE III

Procédure devant la Cour internationale des prises

ARTICLE 28

Le recours devant la Cour internationale des prises est formé au moyen d'une déclaration écrite, faite devant le tribunal national qui a statué, ou adressée au Bureau international; celui-ci peut être saisi même par télégramme.

Le délai du recours est fixé à cent vingt jours à dater du jour où la décision a été prononcée ou notifiée (article 2, alinéa 2).

ARTICLE 29

Si la déclaration de recours est faite devant le tribunal national, celui-ci, sans examiner si le délai a été observé, fait, dans les sept jours qui suivent, expédier le dossier de l'affaire au Bureau international.

Si la déclaration de recours est adressée au Bureau international, celui-ci en prévient directement le tribunal national, par télégramme s'il est possible. Le tribunal transmettra le dossier comme il est dit à l'alinéa précédent.

Lorsque le recours est formé par un particulier neutre, le Bureau international en avise immédiatement par télégramme la Puissance dont relève le particulier, pour permettre à cette Puissance de faire valoir le droit que lui reconnaît l'article 4, 2º.

ARTICLE 30

Dans le cas prévu à l'article 6, alinéa 2, le recours ne peut être adressé qu'au Bureau international. Il doit être introduit dans les trente jours qui suivent l'expiration du délai de deux ans.

ARTICLE 31

Faute d'avoir formé son recours dans le délai fixé à l'article 28 ou à l'article 30, la partie sera, sans débats, déclarée non recevable.

ARTIGO 21.º

O Tribunal internacional de presas terá sua sede na Haya, e não poderá transferi-la, salvo caso de força maior, senão com assentimento das partes belligerantes.

ARTIGO 22.º

O Conselho administrativo, no qual só figurarão representantes das Potencias contratantes, desempenhará, em relação ao Tribunal internacional de presas, as funções que lhe incumbem em relação ao Tribunal permanente de arbitragem.

ARTIGO 23.º

A Repartição internacional servirá de cartorio ao Tribunal internacional de presas, e deverá pôr a sua instalação e a sua organização á disposição do Tribunal.

Compete-lhe a guarda dos archivos e a gestão dos negocios administrativos.

O Secretario geral da Repartição internacional desempenhará as funções de escrivão.

Os secretarios adjuntos do escrivão, os traductores, e os estenographos necessarios serão designados e ajuramentados pelo Tribunal.

ARTIGO 24.º

O Tribunal decidirá quanto á escolha da lingua que empregará e d'aquellas cujo uso perante elle será autorizado.

Em todos os casos, a lingua official dos tribunales nacionaes que tiverem conhecido da questão, poderá ser empregada perante o Tribunal.

ARTIGO 25.º

As Potencias interessadas terão o direito de nomear agentes especiaes com a missão de servirem de intermediarios entre ellas e o Tribunal. Serão outrossim autorizadas a encarregarem procuradores ou advogados de defesa dos seus direitos e interesses.

ARTIGO 26.º

O particular interessado será representado perante o Tribunal por um mandatario, que deverá ser quer um advogado autorizado a pleitear perante um tribunal de appellação, ou perante o supremo tribunal de um dos países contratantes, quer um solicitador exercendo a sua profissão junto de tal tribunal, quer, enfim, um professor de direito numa escola de ensino superior de um d'esses países.

ARTIGO 27.º

Para todas as notificações que haja a fazer, designadamente ás partes, ás testemunhas, e aos peritos, o Tribunal poderá dirigir-se directamente ao Governo da Potencia em cujo territorio dever effectuar-se a notificação.

O mesmo se applica quando se tratar da aquisição de qualquer meio de prova.

As petições, enviadas para este fim, serão executadas segundo os meios de que a Potencia requerida dispuser, nos termos da sua legislação interna. Não poderão ser indeferidas, a não ser que essa Potencia as considere de natureza attentatoria da sua soberania ou da sua segurança. Se for dado seguimento á petição, as custas não comprehenderão senão as despesas de execução realmente effectuadas.

O Tribunal terá igualmente a faculdade de recorrer ao intermedio da Potencia em cujo territorio tiver a sua sede.

As notificações, que haja a fazer ás partes no local da sede do Tribunal, poderão ser effectuadas pela Repartição internacional.

TITULO III

Processo perante o Tribunal internacional de presas

ARTIGO 28.º

O recurso perante o Tribunal internacional de presas será apresentado por meio de uma declaração escrita, feita perante o tribunal nacional que tiver julgado, ou dirigida á Repartição internacional; esta poderá ser informada mesmo por telegramma.

O prazo do recurso será de cento e vinte dias, a contar do dia em que a decisão tiver sido proferida ou notificada (artigo 2.º, alinea 2).

ARTIGO 29.º

Se a declaração do recurso for feita perante o Tribunal nacional, este, sem examinar se o prazo foi observado, remetterá, nos sete dias seguintes, o processo á Repartição internacional.

Se a declaração do recurso for dirigida á Repartição internacional, esta prevenirá directamente o Tribunal nacional, por telegramma, se for possivel. O Tribunal transmittirá o processo, como fica dito na alinea precedente.

Quando o recurso for interposto por um particular neutral, a Repartição internacional dará immediatamente aviso d'isso por telegramma á Potencia de que depender o particular, para facultar, assim, a esta Potencia o fazer valer o direito que lhe reconhece o artigo 4.º, 2.º

ARTIGO 30.º

No caso previsto no artigo 6.º, alinea 2, o recurso não poderá ser dirigido senão á Repartição internacional. Deverá ser apresentado nos trinta dias seguintes á expiração do prazo de dois annos.

ARTIGO 31.º

Se a parte não tiver interposto o seu recurso no prazo fixado no artigo 28.º ou no artigo 30.º, será declarado sem debates que não é de receber. Se justificar, contudo,

Toutefois, si elle justifie d'un empêchement de force majeure et si elle a formé son recours dans les soixante jours qui ont suivi la cessation de cet empêchement, elle peut être relevée de la déchéance encourue, la partie adverse ayant été dûment entendue.

ARTICLE 32

Si le recours a été formé en temps utile, la Cour notifie d'office et sans délai à la partie adverse une copie certifiée conforme de la déclaration.

ARTICLE 33

Si, en dehors des parties qui se sont pourvues devant la Cour, il y a d'autres intéressés ayant le droit d'exercer le recours, ou si, dans le cas prévu à l'article 29, alinea 3, la Puissance qui a été avisée, n'a pas fait connaître sa résolution, la Cour attend, pour se saisir de l'affaire, que les délais prévus à l'article 28 ou à l'article 30 soient expirés.

ARTICLE 34

La procédure devant la Cour internationale comprend deux phases distinctes: l'instruction écrite et les débats oraux.

L'instruction écrite consiste dans le dépôt et l'échange d'exposés, de contre-exposés et, au besoin, de répliques dont l'ordre et les délais sont fixés par la Cour. Les parties y joignent toutes pièces et documents dont elles comptent se servir.

Toute pièce, produite par une partie, doit être communiquée en copie certifiée conforme à l'autre partie par l'intermédiaire de la Cour.

ARTICLE 35

L'instruction écrite étant terminée, il y a lieu à une audience publique, dont le jour est fixé par la Cour.

Dans cette audience, les parties exposent l'état de l'affaire en fait et en droit.

La Cour, peut, en tout état de cause, suspendre les plaidoiries, soit à la demande d'une des parties, soit d'office, pour procéder à une information complémentaire.

ARTICLE 36

La Cour internationale peut ordonner que l'information complémentaire aura lieu, soit conformément aux dispositions de l'article 27, soit directement devant elle ou devant un ou plusieurs de ses membres en tant que cela peut se faire sans moyen coercitif ou comminatoire.

Si des mesures d'information doivent être prises par des membres de la Cour en dehors du territoire où elle a son siège, l'assentiment du Gouvernement étranger doit être obtenu.

ARTICLE 37

Les parties sont appelées à assister à toutes mesures d'instruction. Elles reçoivent une copie certifiée conforme des procès-verbaux.

ARTICLE 38

Les débats sont dirigés par le Président ou le Vice-Président et, en cas d'absence ou d'empêchement de l'un et de l'autre, par le plus ancien des juges présents.

Le juge nommé par une partie belligérante ne peut siéger comme Président.

ARTICLE 39

Les débats sont publics, sauf le droit pour une Puissance en litige de demander qu'il y soit procédé à huis clos.

Ils sont consignés dans des procès-verbaux, que signent le Président et le greffier et qui seuls ont caractère authentique.

ARTICLE 40

En cas de non comparution d'une des parties, bien que régulièrement citée, ou faute par elle d'agir dans les délais fixés par la Cour, il est procédé sans elle et la Cour décide d'après les éléments d'appréciation qu'elle a à sa disposition.

ARTICLE 41

La Cour notifie d'office aux parties toutes décisions ou ordonnances prises en leur absence.

ARTICLE 42

La Cour apprécie librement l'ensemble des actes, preuves et déclarations orales.

ARTICLE 43

Les délibérations de la Cour ont lieu à huis clos et restent secrètes.

Toute décision est prise à la majorité des juges présents. Si la Cour siège en nombre pair et qu'il y ait partage des voix, la voix du dernier des juges, dans l'ordre de préséance établi d'après l'article 12, alinea 1, n'est pas comptée.

ARTICLE 44

L'arrêt de la Cour doit être motivé. Il mentionne les noms des juges qui y ont participé, ainsi que les noms des assesseurs, s'il y a lieu; il est signé par le Président et par le greffier.

ARTICLE 45

L'arrêt est prononcé en séance publique, les parties présentes ou dûment appelées; il est notifié d'office aux parties.

Cette notification une fois faite, la Cour fait parvenir au

que teve impedimento de força maior e se tiver interposto o seu recurso nos sessenta dias seguintes á cessação do impedimento, poderá ser-lhe relevada a prescrição em que incorreu, ouvindo-se devidamente a parte contraria.

ARTIGO 32.º

Se o recurso tiver sido formado em tempo util, o Tribunal notificará de officio, e sem demora, á Parte contraria uma copia autentica da declaração.

ARTIGO 33.º

Se, alem das partes que tiverem recorrido para o Tribunal, houver outros interessados gozando do direito de recurso, ou se, no caso previsto no artigo 29.º, alinea 3, a Potencia que houver sido informada não tiver feito conhecer a sua resolução, o Tribunal aguardará, para conhecer da questão, que tenham expirado os prazos marcados no artigo 28.º ou no artigo 30.º

ARTIGO 34.º

O processo perante o Tribunal internacional comprehenderá duas phases distintas: a instrucção escrita e os debates oraes.

A instrucção por escrito consiste no deposito e troca de exposições, de contra-exposições e, no caso de necessidade, de replicas, cuja ordem e prazos serão fixados pelo Tribunal. As partes juntar-lhes-hão as peças e documentos de que se propõem servir.

Todas as peças apresentadas por uma parte deverão ser comunicadas, em copia autentica, á outra parte, por intermedio do tribunal.

ARTIGO 35.º

Estando terminada a instrucção escrita, ha lugar para uma audiencia publica, para a qual será fixado dia pelo Tribunal.

Nessa audiencia as Partes expõem o estado da questão, de facto e em direito.

O Tribunal poderá, em qualquer estado da causa, suspender os debates, quer a pedido de uma das Partes, quer de officio, para proceder a uma informação complementar.

ARTIGO 36.º

O Tribunal internacional poderá ordenar que a informação complementar se realize quer em conformidade do disposto no art.º 23.º, quer directamente, ou perante um ou mais dos seus membros, tanto quanto isso seja exequível sem meios coercivos ou comminatórios.

Se tiverem de ser feitas averiguações pelos membros do Tribunal, fora do territorio onde elle tiver a sua sede, deverá ser obtido o assentimento do Governo estrangeiro.

ARTIGO 37.º

As partes serão chamadas a assistir a todas as diligências de instrucção, e receberão uma copia autenticada das actas.

ARTIGO 38.º

Os debates serão dirigidos pelo Presidente ou pelo Vice-presidente e, no caso de ausencia ou de impedimento de um e outro, pelo mais antigo dos juizes presentes.

O juiz nomeado por uma parte belligerante não poderá funcionar como Presidente.

ARTIGO 39.º

Os debates serão publicos, salvo o direito para uma potencia litigante de pedir que elles se realizem em audiencia secreta.

Serão consignados em actas, assinadas pelo Presidente e pelo escrivão, que serão as unicas com caracter de autenticidade.

ARTIGO 40.º

No caso de não comparecimento de uma das partes, citada de forma regular, ou se ella não proceder dentro dos prazos fixados pelo Tribunal, o processo seguirá á sua revelia, e o Tribunal decidirá pelos elementos de apreciação que tiver ao seu dispor.

ARTIGO 41.º

O Tribunal notificará de officio ás partes todas as decisões ou ordens, proferidas na ausência d'ellas.

ARTIGO 42.º

O Tribunal apreciará livremente o conjunto dos actos, provas e declarações oraes.

ARTIGO 43.º

As deliberações do Tribunal realizar-se-hão á porta fechada e ficarão secretas.

Todas as decisões serão tomadas por maioria dos juizes presentes. Se o Tribunal funcionar em numero par, e houver empate de votos, o voto do ultimo dos juizes na ordem de precedencias estabelecida pelo art.º 12.º, alinea 1, não será contado.

ARTIGO 44.º

A sentença do Tribunal deverá ser motivada. Mencionará os nomes dos juizes que tiverem tido parte nella, e bem assim, eventualmente, os nomes dos assessores; será assinada pelo Presidente e pelo escrivão.

ARTIGO 45.º

A sentença será pronunciada em sessão publica, na presença das partes ou tendo estas sido devidamente citadas; e será notificada do officio ás partes.

Effectuada esta notificação o Tribunal transmittirá a

tribunal national des prises le dossier de l'affaire, en y joignant une expédition des diverses décisions intervenues, ainsi qu'une copie des procès-verbaux de l'instruction.

ARTICLE 46

Chaque partie supporte les frais occasionnés par sa propre défense.

La partie qui succombe supporte, en outre, les frais causés par la procédure. Elle doit, de plus, verser un centième de la valeur de l'objet litigieux à titre de contribution aux frais généraux de la Cour internationale. Le montant de ces versements est déterminé par l'arrêt de la Cour.

Si le recours est exercé par un particulier, celui-ci fournit au Bureau international un cautionnement dont le montant est fixé par la Cour et qui est destiné à garantir l'exécution éventuelle des deux obligations mentionnées dans l'alinéa précédent. La Cour peut subordonner l'ouverture de la procédure au versement du cautionnement.

ARTICLE 47

Les frais généraux de la Cour internationale des prises sont supportés par les Puissances contractantes dans la proportion de leur participation au fonctionnement de la Cour, telle qu'elle est prévue par l'article 15 et par le tableau y annexé. La désignation des juges suppléants ne donne pas lieu à contribution.

Le Conseil administratif s'adresse aux Puissances pour obtenir les fonds nécessaires au fonctionnement de la Cour.

ARTICLE 48

Quand la Cour n'est pas en session, les fonctions qui lui sont conférées par l'article 32, l'article 34, alinéas 2 et 3, l'article 35, alinéa 1 et l'article 46, alinéa 3, sont exercées par une Délégation de trois juges désignés par la Cour. Cette Délégation décide à la majorité des voix.

ARTICLE 49

La Cour fait elle-même son règlement d'ordre intérieur, qui doit être communiqué aux Puissances contractantes.

Dans l'année de la ratification de la présente Convention, elle se réunira pour élaborer ce règlement.

ARTICLE 50

La Cour peut proposer des modifications à apporter aux dispositions de la présente Convention qui concernent la procédure. Ces propositions sont communiquées, par l'intermédiaire du Gouvernement des Pays-Bas, aux Puissances contractantes qui se concerteront sur la suite à y donner.

TITRE IV

Dispositions finales

ARTICLE 51

La présente Convention ne s'applique de plein droit que si les Puissances belligérantes sont toutes parties à la Convention.

Il est entendu, en outre, que le recours devant la Cour internationale des prises ne peut être exercé que par une Puissance contractante ou le ressortissant d'une Puissance contractante.

Dans les cas de l'article 5, le recours n'est admis que si le propriétaire et l'ayant-droit sont également des Puissances contractantes ou des ressortissants de Puissances contractantes.

ARTICLE 52

La présente Convention sera ratifiée et les ratifications en seront déposées à La Haye dès que toutes les Puissances désignées à l'article 15 et dans son annexe seront en mesure de le faire.

Le dépôt des ratifications aura lieu, en tout cas, le 30 juin 1909, si les Puissances prêtes à ratifier peuvent fournir à la Cour neuf juges et neuf juges suppléants, aptes à siéger effectivement. Dans le cas contraire, le dépôt sera ajourné jusqu'au moment où cette condition sera remplie.

Il sera dressé du dépôt des ratifications un procès-verbal dont une copie, certifiée conforme, sera remise par la voie diplomatique à chacune des Puissances désignées à l'alinéa premier.

ARTICLE 53

Les Puissances désignées à l'article 15 et dans son annexe sont admises à signer la présente Convention jusqu'au dépôt des ratifications prévu par l'alinéa 2 de l'article précédent.

Après ce dépôt, elles seront toujours admises à y adhérer, purement et simplement. La Puissance qui désire adhérer notifie par écrit son intention au Gouvernement des Pays-Bas en lui transmettant, en même temps, l'acte d'adhésion qui sera déposé dans les archives dudit Gouvernement. Celui-ci enverra, par la voie diplomatique une copie certifiée conforme de la notification et de l'acte d'adhésion à toutes les Puissances désignées à l'alinéa précédent, en leur faisant savoir la date où il a reçu la notification.

ARTICLE 54

La présente Convention entrera en vigueur six mois à partir du dépôt des ratifications prévu par l'article 52, alinéas 1 et 2.

Les adhésions produiront effet soixante jours après que la notification en aura été reçue par le Gouvernement des Pays-Bas et, au plus tôt, à l'expiration du délai prévu par l'alinéa précédent.

processo ao Tribunal nacional de presas, juntando-lhe um traslado das diversas decisões proferidas, bem como uma copia das actas da instrução.

ARTIGO 46.º

Ficam a cargo de cada uma das partes as despesas motivadas pela sua propria defesa.

A cargo da parte vencida ficam, alem d'aquellas, as despesas do processo. Deverá outrossim a mesma parte entrar com um centesimo do valor do objecto em litigio, a titulo de contribuição para as despesas geraes do Tribunal internacional. A importancia d'estes pagamentos será determinada pela sentença do Tribunal.

Se o recurso for interposto por um particular, este prestará á Repartição internacional uma caução, cuja importancia será fixada pelo Tribunal, destinada a garantir o cumprimento eventual das duas obrigações mencionadas na alinea precedente. O Tribunal poderá tornar o inicio do processo dependente da prestação da caução.

ARTIGO 47.º

As despesas geraes do Tribunal internacional ficarão a cargo das Potencias contratantes, na proporção da participação das mesmas Potencias no funcionamento do Tribunal, tal como se acha prevista no artigo 15.º e quadro annexo. A designação dos juizes supplentes não dará logar a contribuição.

O Conselho Administrativo dirigir-se-ha ás Potencias afim de obter os fundos necessarios para o funcionamento do Tribunal.

ARTIGO 48.º

Quando o Tribunal não estiver em sessão, as funções que lhe são conferidas pelos artigos 32.º e 34.º, alíneas 2 e 3, 35.º, alinea 1, e 46.º, alinea 3, serão exercidas por uma Delegação de três juizes designados pelo Tribunal.

Esta Delegação decidirá por maioria de votos.

ARTIGO 49.º

O Tribunal fará elle mesmo o seu regulamento de ordem interna, que deverá ser communicado ás Potencias contratantes.

Dentro de um anno da ratificação da presente Convenção, reunir-se-ha o Tribunal para elaborar esse regulamento.

ARTIGO 50.º

O Tribunal poderá propor modificações ás disposições da presente Convenção que se referem ao processo. Essas propostas serão communicadas, por intermedio do Governo dos Países Baixos, ás Potencias contratantes, que se entenderão sobre o seguimento que haja de lhes ser dado.

TITULO IV

Disposições finais

ARTIGO 51.º

A presente Convenção só terá applicação de pleno direito se as Potencias belligerantes forem todas Partes na Convenção.

Fica, outrossim, entendido que o recurso perante o Tribunal internacional de presas não poderá ser exercido senão por uma Potencia contratante, ou pelo nacional de uma Potencia contratante.

Nos casos do artigo 5.º, o recurso só será admittido se o proprietario ou aquelle a quem pertencerem seus direitos forem igualmente Potencias contratantes ou nacionaes de Potencias contratantes.

ARTIGO 52.º

A presente Convenção será ratificada e as suas ratificações serão depositadas na Haya, desde que todas as Potencias designadas no artigo 15.º e no seu annexo estiverem habilitadas a fazê-lo.

O deposito das ratificações realizar-se-ha, em todo o caso, em 30 de junho de 1909, se as Potencias prontas para a ratificação puderem fornecer ao Tribunal nove juizes, e nove juizes supplentes, aptos a exercerem funções effectivas. No caso contrario, o deposito será adiado, até que essa condição possa ser satisfeita.

Será lavrada uma acta do deposito das ratificações, da qual será transmittida, por via diplomatica, copia autentica a cada uma das Potencias designadas na alinea primeira.

ARTIGO 53.º

As Potencias designadas no artigo 15.º e no seu annexo serão admittidas a assinar a presente Convenção até o deposito das ratificações estabelecido pela alinea 2 do artigo precedente.

Depois d'esse deposito, serão sempre as ditas Potencias admittidas a adherir pura e simplesmente. A Potencia, que desejar adherir, notificará por escrito a sua intenção ao Governo dos Países Baixos, transmittindo-lhe, ao mesmo tempo, o acto de adhesão, que será depositado nos archivos do sobredito Governo. Este enviará por via diplomatica uma copia autenticada da notificação, e do acto de adhesão, a todas as Potencias designadas na alinea precedente, fazendo-lhes saber a data em que tiver recebido a notificação.

ARTIGO 54.º

A presente Convenção entrará em vigor seis meses a contar do deposito das ratificações, previsto pelo artigo 52.º, alíneas 1 e 2.

As adhesões produzirão effeito sessenta dias depois da sua notificação ter sido recebida pelo Governo dos Países Baixos e, o mais cedo, ao expirar o prazo previsto na alinea precedente.

Tentefois, la Cour internationale aura qualité pour juger les affaires de prises décidées par la juridiction nationale à partir du dépôt des ratifications ou de la réception de la notification des adhésions. Pour ces décisions, le délai fixé à l'article 28, alinéa 2, ne sera compté que de la date de la mise en vigueur de la Convention pour les Puissances ayant ratifié ou adhéré.

ARTICLE 55

La présente Convention aura une durée de douze ans à partir de sa mise en vigueur, telle qu'elle est déterminée par l'article 54, alinéa 1, même pour les Puissances ayant adhéré postérieurement.

Elle sera renouvelée tacitement de six ans en six ans, sauf dénonciation.

La dénonciation devra être, au moins un an avant l'expiration de chacune des périodes prévues par les deux alinéas précédents, notifiée par écrit au Gouvernement des Pays-Bas, qui en donnera connaissance à toutes les autres Parties contractantes.

La dénonciation ne produira ses effets qu'à l'égard de la Puissance qui l'aura notifiée. La Convention subsistera pour les autres Puissances contractantes, pourvu que leur participation à la désignation des juges soit suffisante pour permettre le fonctionnement de la Cour avec neuf juges et neuf juges suppléants.

ARTICLE 56

Dans le cas où la présente Convention n'est pas en vigueur pour toutes les Puissances désignées dans l'article 15 et le tableau qui s'y rattache, le Conseil administratif dresse, conformément aux dispositions de cet article et de ce tableau, la liste des juges et des juges suppléants pour lesquels les Puissances contractantes participent au fonctionnement de la Cour. Les juges appelés à siéger à tour de rôle seront, pour le temps qui leur est attribué par le tableau susmentionné, répartis entre les différentes années de la période de six ans, de manière que, dans la mesure du possible, la Cour fonctionne chaque année en nombre égal. Si le nombre des juges suppléants dépasse celui des juges, le nombre de ces derniers pourra être complété par des juges suppléants désignés par le sort parmi celles des Puissances qui ne nomment pas de juge titulaire.

La liste ainsi dressée par le Conseil administratif sera notifiée aux Puissances contractantes. Elle sera révisée quand le nombre de celles-ci sera modifié par suite d'adhésions ou de dénonciations.

Le changement à opérer par suite d'une adhésion ne se produira qu'à partir du 1^{er} janvier qui suit la date à laquelle l'adhésion a son effet, à moins que la Puissance adhérente ne soit une Puissance belligérante, cas auquel elle peut demander d'être aussitôt représentée dans la Cour, la disposition de l'article 16 étant du reste applicable, s'il y a lieu.

Quand le nombre total des juges est inférieur à onze, sept juges constituent le quorum nécessaire.

ARTICLE 57

Deux ans avant l'expiration de chaque période visée par les alinéas 1 et 2 de l'article 55, chaque Puissance contractante pourra demander une modification des dispositions de l'article 15 et du tableau y annexé, relativement à sa participation au fonctionnement de la Cour. La demande sera adressée au Conseil administratif, qui l'examinera et soumettra à toutes les Puissances des propositions sur la suite à y donner. Les Puissances feront, dans le plus bref délai possible, connaître leur résolution au Conseil administratif. Le résultat sera immédiatement, et au moins un an et trente jours avant l'expiration dudit délai de deux ans, communiqué à la Puissance qui a fait la demande.

Le cas échéant, les modifications adoptées par les Puissances entreront en vigueur dès le commencement de la nouvelle période.

En foi de quoi les Plénipotentiaires ont revêtu la présente Convention de leurs signatures.

Fait à La Haye, le dix-huit octobre mil neuf cent sept, en un seul exemplaire qui restera déposé dans les archives du Gouvernement des Pays-Bas et dont des copies, certifiées conformes, seront remises par la voie diplomatique aux Puissances désignées à l'article 15 et dans son annexe.

1. Pour l'Allemagne :

*Marschall.
Kriege.*

2. Pour les Etats Unis d'Amérique :

*Joseph H. Choate.
Horace Porter.
U. M. Ross.
David Jayne Hill.
C. S. Sperry.
William I. Buchanan.*

3. Pour l'Argentine :

*Roque Saenz Peña.
C. Ruiz Larreta.*

4. Pour l'Autriche-Hongrie :

*Mérey.
Baron Macchio.*

5. Pour la Belgique :

*A. Beernaert.
Van den Heuvel.
Guillaume.*

Comtudo, o Tribunal internacional terá competência para julgar as questões de presas decididas pela jurisdição nacional, desde o depósito das ratificações ou da recepção da notificação das adhesões. Para estas decisões, o prazo fixado no artigo 28.º, alínea 2, será contado somente da data em que começar a vigorar a Convenção para as Potencias que ratificarem ou adherirem.

ARTIGO 55.º

A presente Convenção terá uma duração de doze annos contados da data em que for posta em vigor, como está determinado pelo artigo 54.º alínea 1, mesmo para as Potencias que adherirem posteriormente.

Será renovada tacitamente de seis em seis annos, salvo denunciação.

A denunciação deverá ser notificada por escrito, pelo menos um anno antes de expirar cada um dos periodos marcados pelas duas alíneas precedentes, ao Governo dos Países Baixos, que dará conhecimento d'ella a todas as outras Partes contratantes.

A denunciação só produzirá seus efeitos em relação á Potencia que a tiver notificado. A Convenção subsistirá para as outras Potencias contratantes, comtanto que a participação d'estas na designação dos juizes seja sufficiente para permittir o funcionamento do Tribunal com nove juizes, e nove juizes supplentes.

ARTIGO 56.º

No caso da presente Convenção não estar em vigor para todas as Potencias designadas no artigo 15.º e no quadro annexo, o Conselho Administrativo elaborará, em conformidade das disposições d'esse artigo e d'esse quadro, a lista dos juizes e dos juizes supplentes pelos quaes as Potencias contratantes tiverem parte no funcionamento do Tribunal.

Os juizes chamados a exercer funcções por escala, serão, em relação ao tempo que lhes é attribuido no quadro supra mencionado, distribuidos pelos diferentes annos do periodo de seis, de modo que, quanto possivel, o Tribunal funcione cada anno em numero igual. Se o numero dos juizes supplentes exceder o dos juizes, o numero d'estes ultimos poderá ser completado por juizes supplentes, designados á sorte de entre as Potencias que não nomearem juiz titular.

A lista, assim elaborada pelo Conselho administrativo, será notificada ás Potencias contratantes. Será revista, quando o numero d'estas for modificado em razão de adhesões ou de denunciações.

A alteração, que tenha de fazer-se por motivo de uma adhesão, só se effectuará a contar do 1.º de janeiro que se seguir á data em que a adhesão produzir efeito, a menos que a Potencia adherente seja uma Potencia belligerante, porque, nesse caso, poderá pedir para ser immediatamente representada no Tribunal, sendo de resto applicavel, dado o caso, o disposto no artigo 16.º

Quando o numero total dos juizes for inferior a onze, o numero necessario será de sete juizes.

ARTIGO 57.º

Dois annos antes da expiração de cada periodo mencionado nas alíneas 1 e 2 do artigo 55.º, cada uma das Potencias contratantes poderá pedir uma modificação das disposições do artigo 15.º e do quadro annexo, relativamente á sua participação no funcionamento do Tribunal. O pedido será dirigido ao Conselho administrativo, que o examinará, e submeterá a todas as Potencias as proposições sobre o seguimento que se lhe deve dar. As Potencias farão saber, no mais curto prazo possivel, a sua resolução ao Conselho Administrativo. O resultado será immediatamente, e pelo menos um anno e trinta dias antes da expiração do dito prazo de dois annos, communicado á Potencia que tiver feito o pedido.

Dado o caso, as modificações adoptadas pelas Potencias entrarão em vigor desde o começo do novo periodo.

Em fé do que, os Plenipotenciarios appuseram as suas assinaturas na presente Convenção.

Feita na Haya, aos dezoito de outubro de mil novecentos e sete, em um unico exemplar que ficará depositado nos archivos do Governo dos Países Baixos, e do qual serão remetidas, por via diplomatica, copias autenticas ás Potencias designadas no artigo 15.º e no seu annexo.

1 Pela Allemanha:

*Marschall.
Kriege.*

2 Pelos Estados-Unidos da America:

*Joseph H. Choate.
Horace Porter.
U. M. Rose.
David Jayne Hill.
C. S. Sperry.
William I. Buchanan.*

3 Pela Argentina:

*Roque Saenz Peña.
C. Ruiz Larreta.*

4 Pela Austria-Hungria:

*Mérey.
Baron Macchio.*

5 Pela Belgica:

*A. Beernaert.
Van den Heuvel.
Guillaume.*

6. Pour la Bolivie:

Claudio Pinilla.

7. Pour le Brésil.

8. Pour la Bulgarie:

*Général-Major Vinaroff.
Iv. Karandjoulouff.*

9. Pour le Chili:

*Domingo Gana.
Augusto Matte.
Carlos Concha.*

Sous la réserve de l'article 15, formulée à la sixième séance plénière du 21 septembre.

10. Pour la Chine.

11. Pour la Colombie:

*Jorge Holguin.
S. Perez Triana.
M. Vargas.*

12. Pour la République de Cuba:

*Antonio S. de Bustamante.
Gonzalo de Quesada.
Manuel Sanguily.*

Sous réserve de l'article 15.

13. Pour le Danemark:

C. Brun.

14. Pour la République Dominicaine:

15. Pour l'Equateur:

*Victor M. Rendón.
E. Dorn y de Alsúa.*

Sous réserve de l'article 15.

16. Pour l'Espagne:

*W. R. de Villa Urrutia.
José de la Rica y Calvo.
Gabriel Maura, Comte de Mortera.*

17. Pour la France:

*Léon Bourgeois.
d'Estournelles de Constant.
L. Renault.
Marcellin Pellet.*

18. Pour la Grande Bretagne.

19. Pour la Grèce.

20. Pour le Guatémala:

José Tible Machado.

Sous les réserves formulées, concernant l'article 15.

21. Pour le Haïti:

*Dalbémar Jn Joseph.
J. N. Léger.
Pierre Hudicourt.*

Avec la réserve relative à l'article 15.

22. Pour l'Italie:

*Pompili.
G. Fusinato.*

23. Pour le Japon.

24. Pour le Luxembourg:

25. Pour le Mexique:

*G. A. Esteva.
S. B. de Mier.
F. L. de la Barra.*

26. Pour le Monténégro:

27. Pour le Nicaragua:

28. Pour la Norvège:

F. Hagerup.

6 Pela Bolivia:

Claudio Pinilla.

7 Pelo Brasil:

8 Pela Bulgaria:

*General-Major Vinaroff.
Iv. Karandjoulouff.*

9 Pelo Chile:

*Domingo Gana.
Augusto Matte.
Carlos Concha.*

Sob reserva do artigo 15.º formulada na 6.ª sessão plenaria de 21 de setembro.

10 Pela China:

11 Pela Colombia:

*Jorge Holguin.
S. Perez Triana.
M. Vargas.*

12 Pela Republica de Cuba:

*Antonio S. de Bustamante.
Gonzalo de Quesada.
Manuel Sanguily.*

Sob reserva do artigo 15.º

13 Pela Dinamarca:

C. Brun.

14 Pela Republica Dominicana:

15 Pelo Equador:

*Victor M. Rendón.
E. Dorn y de Alsúa.*

Sob reserva do artigo 15.º

16 Pela Espanha:

*W. R. de Villa Urrutia.
José de la Rica e Calvo.
Gabriel Maura, Comte de Mortera.*

17 Pela França:

*Léon Bourgeois.
D'Estournelles de Constant.
L. Renault.
Marcellin Pellet.*

18 Pela Gran-Bretanha:

19 Pela Grecia:

20 Pelo Guatémala:

José Tible Machado.

Sob as reservas formuladas relativamente ao artigo 15.º

21 Pelo Haïti:

*Dalbémar Jn Joseph.
J. N. Léger.
Pierre Hudicourt.*

Com a reserva relativa ao artigo 15.º

22 Pela Italia:

*Pompili.
G. Fusinato.*

23 Pelo Japão:

24 Pelo Luxemburgo:

25 Pelo Mexico:

*G. A. Esteva.
S. B. de Mier.
F. L. de la Barra.*

26 Pelo Montenegro:

27 Pelo Nicaragua:

28 Pela Noruega:

F. Hagerup.

- 29. Pour le Panama:
B. Porras.
- 30. Pour le Paraguay:
G. du Monceau.
- 31. Pour les Pays-Bas:
W. H. de Beaufort.
T. M. C. Asser.
den Beer Poortugael.
J. A. Röell.
J. A. Loeff.
- 32. Pour le Pérou:
C. G. Candamo.
- 33. Pour la Perse:
Momtazos-Saltaneh M. Samad Khan.
Sadigh ul Mulk M. Ahmed Khan
Sous réserve de l'article 15.
- 34. Pour le Portugal:
Alberto d'Oliveira.
- 35. Pour la Roumanie:
- 36. Pour la Russie:
- 37. Pour le Salvador:
P. J. Matheu.
S. Perez Triana.
Sous réserve de l'article 15.
- 38. Pour la Serbie:
- 39. Pour le Siam:
Mom Chatidej Udom.
C. Corragioni d'Orelli.
Luang Bhiwanarth Narubal.
Sous réserve de l'article 15.
- 40. Pour la Suède:
K. H. L. Hammarskjöld.
Joh. Hellner.
- 41. Pour la Suisse:
Carlin.
- 42. Pour la Turquie:
Turkhan.
Sous réserve de l'article 15.
- 43. Pour l'Uruguay:
José Batlle y Ordoñez.
Sous réserve de l'article 15.
- 44. Pour le Venezuela:

- 29 Pelo Panamá:
B. Porras.
- 30 Pelo Paraguay:
G. du Monceau.
- 31 Pelos Países Baixos:
W. H. de Beaufort.
T. M. C. Asser.
Den Beer Poortugael.
J. A. Röell.
J. A. Loeff.
- 32 Pelo Peru:
C. G. Candamo.
- 33 Pela Persia:
Momtazos-Saltaneh M. Samad Khan.
Sadigh Ul Mulk M. Ahmed Khan.
Sob reserva do artigo 15.º.
- 34 Por Portugal:
Alberto de Oliveira.
- 35 Pela Romaniaa:
- 36 Pela Russia:
- 37 Pelo Salvador:
P. J. Matheu.
S. Perez Triana.
Sob reserva do artigo 15.º.
- 38 Pela Servia:
- 39 Pelo Sião:
Mom Chatidej Udom.
C. Corragioni d'Orelli.
Luang Bhiwanarth Narubal.
Sob reserva do artigo 15.º.
- 40 Pela Suecia:
K. H. L. Hammarskjöld.
Joh. Hellner.
- 41 Pela Suíça:
Carlin.
- 42 Pela Turquia:
Turkhan.
Sob reserva do artigo 15.º.
- 43 Pelo Uruguay:
José Batlle y Ordoñez.
Sob reserva do artigo 15.º.
- 44 Por Venezuela:

Certifié pour copie conforme.
Le Secrétaire Général du Ministère des Affaires Etrangères des Pays-Bas, *S. Hannema.*

Certificado por copia conforme:
O Secretario Geral do Ministerio dos Negocios Estrangeiros dos Países Baixos, *S. Hannema.*

ANNEXE DE L'ARTICLE 15

Distribution des juges et juges suppléants par pays pour chaque année de la période de six ans

Juges	Juges suppléants	Juges	Juges suppléants
1 ^{ère} année		2 ^{ème} année	
1 Argentine.	Paraguay.	Argentine.	Panama.
2 Colombie.	Bolivie.	Espagne.	Espagne.
3 Espagne.	Espagne.	Grèce.	Roumanie.
4 Grèce.	Roumanie.	Norvège.	Suède.
5 Norvège.	Suède.	Pays-Bas.	Belgique.
6 Pays-Bas.	Belgique.	Turquie.	Luxembourg.
7 Turquie.	Perse.	Uruguay.	Costa Rica.
3 ^{ème} année		4 ^{ème} année	
1 Brésil.	Dominicaine.	Brésil.	Guatemala.
2 Chine.	Turquie.	Chine.	Turquie.
3 Espagne.	Portugal.	Espagne.	Portugal.
4 Pays-Bas.	Suisse.	Pérou.	Honduras.
5 Roumanie.	Grèce.	Roumanie.	Grèce.
6 Suède.	Danemark.	Suède.	Danemark.
7 Venezuela.	Haiti.	Suisse.	Pays-Bas.
5 ^{ème} année		6 ^{ème} année	
1 Belgique.	Pays-Bas.	Belgique.	Pays-Bas.
2 Bulgario.	Monténégro.	Chili.	Salvador.
3 Chili.	Nicaragua.	Danemark.	Norvège.
4 Danemark.	Norvège.	Mexique.	Equateur.
5 Mexique.	Cuba.	Portugal.	Espagne.
6 Perse.	Chine.	Serbie.	Bulgarie.
7 Portugal.	Espagne.	Siam	Chine.

ANNEXO AO ARTIGO 15.º

Distribuição dos juizes e juizes supplentes por países para cada anno durante o periodo de seis annos

Juizes	Juizes supplentes	Juizes	Juizes supplentes
1.º anno		2.º anno	
1 Argentina.	Paraguay.	Argentina.	Panamá.
2 Colombia.	Bolivia.	Espanha.	Espanha.
3 Espanha.	Espanha.	Grecia.	Romania.
4 Grecia.	Romania.	Noruega.	Suecia.
5 Noruega.	Suecia.	Países Baixos.	Bolgia.
6 Países Baixos.	Belgia.	Turquia.	Luxemburgo.
7 Turquia.	Persia.	Uruguay.	Costa Rica.
3.º anno		4.º anno	
1 Brasil.	Dominicana.	Brasil.	Guatemala.
2 China.	Turquia.	China.	Turquia.
3 Espanha.	Portugal.	Espanha.	Portugal.
4 Países Baixos.	Suissa.	Peru.	Honduras.
5 Romaniaa.	Grecia.	Romania.	Grecia.
6 Suecia.	Dinamarca.	Suecia.	Dinamarca.
7 Venezuela.	Haiti.	Suissa.	Países Baixos.
5.º anno		6.º anno	
1 Belgica.	Países Baixos.	Belgia.	Países Baixos.
2 Bulgaria.	Montenegro.	Chile.	Salvador.
3 Chile.	Nicaragua.	Dinamarca.	Noruega.
4 Dinamarca.	Noruega.	Mexico.	Equador.
5 Mexico.	Cuba.	Portugal.	Espanha.
6 Persia.	China.	Servia.	Bulgaria.
7 Portugal.	Espanha.	Sião.	China.

XIII.—Convention concernant les droits et les devoirs des Puissances neutres en cas de guerre maritime

Sa Majesté l'Empereur d'Allemagne, Roi de Prusse; le Président de la République Argentine; Sa Majesté l'Empereur d'Autriche, Roi de Bohême etc., et Roi Apostolique de Hongrie; Sa Majesté le Roi des Belges; le Président de la République de Bolivie; le Président de la République des États-Unis du Brésil; Son Altesse Royale le Prince de Bulgarie; le Président de la République de Chili; le Président de la République de Colombie; Sa Majesté le Roi de Danemark; le Président de la République Dominicaine; le Président de la République de l'Équateur; le Président de la République Française; Sa Majesté le Roi du Royaume-Uni de Grande Bretagne et d'Irlande et des Territoires Britanniques au delà des Mers, Empereur des Indes; Sa Majesté le Roi des Hellènes; le Président de la République de Guatemala; le Président de la République d'Haiti; Sa Majesté le Roi d'Italie; Sa Majesté l'Empereur du Japon; Son Altesse Royale le Grand-Duc de Luxembourg, Duc de Nassau; le Président des États-Unis Mexicains; Son Altesse Royale le Prince de Monténégro; Sa Majesté le Roi de Norvège; le Président de la République de Panama; le Président de la République du Paraguay; Sa Majesté la Reine des Pays-Bas; le Président de la République du Pérou; Sa Majesté Impériale le Schah de Perse; Sa Majesté le Roi de Portugal et des Algarves, etc.; Sa Majesté le Roi de Roumanie; Sa Majesté l'Empereur de Toutes les Russies; le Président de la République du Salvador; Sa Majesté le Roi de Serbie; Sa Majesté le Roi de Siam; Sa Majesté le Roi de Suède; le Conseil Fédéral Suisse; Sa Majesté l'Empereur des Ottomans; le Président de la République Orientale de l'Uruguay; le Président des États-Unis de Venezuela:

En vue de diminuer les divergences d'opinion qui, en cas de guerre maritime, existent encore au sujet des rapports entre les Puissances neutres et les Puissances belligérantes, et de prévenir les difficultés auxquelles ces divergences pourraient donner lieu;

Considérant que, si l'on ne peut concerter dès maintenant des stipulations s'étendant à toutes les circonstances qui peuvent se présenter dans la pratique, il y a néanmoins une utilité incontestable à établir, dans la mesure du possible, des règles communes pour le cas où malheureusement la guerre viendrait à éclater;

Considérant que, pour les cas non prévus par la présente Convention, il y a lieu de tenir compte des principes généraux du droit des gens;

Considérant qu'il est désirable que les Puissances édictent des prescriptions précises pour les conséquences de l'état de neutralité qu'elles auraient adopté;

Considérant que c'est, pour les Puissances neutres, un devoir reconnu d'appliquer impartialement aux divers belligérants les règles adoptées par elles;

Considérant que, dans cet ordre d'idées, ces règles ne devraient pas, en principe, être changées, au cours de la guerre, par une Puissance neutre, sauf dans le cas où l'expérience acquise en démontrerait la nécessité pour la sauvegarde de ses droits;

Sont convenus d'observer les règles communes suivantes qui ne sauraient, d'ailleurs, porter aucune atteinte aux stipulations des traités généraux existants, et ont nommé pour Leurs Plénipotentiaires, savoir:

Sa Majesté l'Empereur d'Allemagne, Roi de Prusse:

Son Excellence le baron Marschall de Bieberstein, Son ministre d'état, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire à Constantinople;
M. le dr. Johannes Kriege, Son envoyé en mission extraordinaire à la présente Conférence, Son conseiller intime de légation et jurisconsulte au ministère Impérial des affaires étrangères, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président de la République Argentine:

Son Excellence M. Roque Saenz Pena, ancien ministre des affaires étrangères, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Rome, membre de la cour permanente d'arbitrage;
Son Excellence M. Luis M. Drago, ancien ministre des affaires étrangères et des cultes de la République, député national, membre de la cour permanente d'arbitrage;
Son Excellence M. Carlos Rodriguez Larreta, ancien ministre des affaires étrangères et des cultes de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Sa Majesté l'Empereur d'Autriche, Roi de Bohême, etc., et Roi Apostolique de Hongrie:

Son Excellence M. Gaetan Móreay de Kapos-Mére, Son conseiller intime, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire;
Son Excellence M. le baron Charles de Macchio, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Athènes.

Sa Majesté le Roi des Belges:

Son Excellence M. Beernaert, Son ministre d'état, membre de la chambre des représentants, membre de l'institut de France et des académies Royales de Belgique et de Roumanie, membre d'honneur de l'institut de droit international, membre de la cour permanente d'arbitrage;

XIII — Convenção relativa aos direitos e deveres das Potencias neutras no caso de guerra marítima

Sua Majestade o Imperador da Alemanha, Rei da Prussia; O Presidente da Republica Argentina; Sua Majestade o Imperador de Austria, Rei da Bohemia etc., e Rei Apostolico da Hungria; Sua Majestade o Rei dos Belgas; O Presidente da Republica da Bolivia; O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil; Sua Alteza Real o Principe da Bulgaria; O Presidente da Republica do Chili; O Presidente da Republica da Colombia; Sua Majestade o Rei da Dinamarca; O Presidente da Republica Dominicana; O Presidente da Republica do Equador; O Presidente da Republica Francesa; Sua Majestade o Rei do Reino Unido da Gran-Bretanha e Irlanda e dos Territorios Britannicos de Alem-Mar, Imperador das Indias; Sua Majestade o Rei dos Hellenos; O Presidente da Republica de Guatemala; O Presidente da Republica do Haiti; Sua Majestade o Rei de Italia; Sua Majestade o Imperador do Japão; Sua Alteza Real o Gran-Duque de Luxemburgo, Duque de Nassau; O Presidente dos Estados Unidos Mexicanos; Sua Alteza Real o Principe de Montenegro; Sua Majestade o Rei da Noruega; O Presidente da Republica do Panamá; O Presidente da Republica do Paraguay; Sua Majestade a Rainha dos Países Baixos; O Presidente da Republica do Peru; Sua Majestade Imperial o Schah da Persia; Sua Majestade o Rei de Portugal e dos Algarves, etc.; Sua Majestade o Rei da Romania; Sua Majestade o Imperador de Todas as Russias; O Presidente da Republica do Salvador; Sua Majestade o Rei da Servia; Sua Majestade o Rei de Sião; Sua Majestade o Rei da Suecia; O Conselho Federal Suisso; Sua Majestade o Imperador dos Ottomanos; O Presidente da Republica Oriental do Uruguay; O Presidente dos Estados Unidos da Venezuela:

No intuito de diminuir as divergencias de opinião que existem ainda, no caso de guerra marítima, com respeito ás relações entre as Potencias neutras e as Potencias belligerantes, e de prevenir as difficuldades a que taes divergencias poderiam dar lugar;

Considerando que, se não é possível assentar desde já em estipulações comprehendendo todas as circunstancias que possam apresentar-se na pratica, é, comtudo, de incontestavel utilidade estabelecer, na medida do possível, regras communs para o caso da guerra vir infelizmente a rebenhar;

Considerando que, para os casos não previstos pela presente Convenção, se devem ter em conta os principios geraes do direito das gentes;

Considerando que é para desejar que as Potencias promulguem regras precisas que regulem as consequencias da situação de neutralidade que ellas tiverem assumido;

Considerando que, para as Potencias neutras, é dever reconhecido o applicar imparcialmente aos diferentes belligerantes as regras por ellas adoptadas;

Considerando que, nesta ordem de ideias, essas regras não deveriam, em principio, ser alteradas, durante a guerra, por uma Potencia neutral, salvo o caso em que a experiencia adquirida demonstrasse a necessidade d'isso para salvaguarda dos direitos d'essa Potencia;

Convieram em observar as seguintes regras communs, as quaes não podem prejudicar de nenhum modo as estipulações dos Tratados geraes existentes, e nomearam por seus Plenipotenciarios, a saber:

Sua Majestade o Imperador da Alemanha, Rei da Prussia:

S. Ex.^a o Barão Marschall de Bieberstein, Seu Ministro de Estado, Seu Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario em Constantinopla;
o Sr. Dr. Johannes Kriege, Seu Enviado em Missão Extraordinaria á Presente Conferencia, Seu Conselheiro Intimo de Legação e Jurisconsulto no Ministerio Imperial dos Negocios Estrangeiros, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.

O Presidente da Republica Argentina:

S. Ex.^a Sr. Roque Saenz Peña, Antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Roma, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
S. Ex.^a o Sr. Luis M. Drago, Antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros e dos Cultos da Republica, Deputado nacional, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.
S. Ex.^a o Sr. Carlos Rodrigues Larreta, antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros e dos Cultos da Republica, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.

Sua Majestade o Imperador de Austria, Rei da Bohemia, etc., e Rei Apostolico da Hungria:

S. Ex.^a Sr. Gaëtan Mérey de Kapos-Mérey, Seu Conselheiro Intimo, Seu Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario;
S. Ex.^a Sr. Barão Charles de Macchio, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Athenas;

Sua Majestade o Rei dos Belgas:

S. Ex.^a o Sr. Beernaert, Seu Ministro de Estado, Membro da Camara dos Representantes, Membro do Instituto de França e das Academias Reaes da Belgica e da Romania, Membro de Honra do Instituto de Direito Internacional, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;

Son Excellence M. J. Van den Heuvel, Son ministre d'état, ancien ministre de la justice;
Son Excellence M. le baron Guillaume, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye, membre de l'académie Royale de Roumanie.

Le Président de la République de Bolivie:

Son Excellence M. Claudio Pinilla, ministre des affaires étrangères de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage;
Son Excellence M. Fernando E. Guachalla, ministre plénipotentiaire à Londres.

Le Président de la République des États-Unis du Brésil:

Son Excellence M. Ruy Barbosa, ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire, membre de la cour permanente d'arbitrage;
Son Excellence M. Eduardo F. S. dos Santos Lisboa, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Son Altesse Royale le Prince de Bulgarie:

M. Vrban Vinaroff, général-major de l'état-major, Son général à la suite;
M. Ivan Karandjouloff, procureur général de la cour de cassation.

Le Président de la République de Chili:

Son Excellence M. Domingo Gana, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Londres;
Son Excellence M. Augusto Matte, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Berlin;
Son Excellence M. Carlos Concha, ancien ministre de la guerre, ancien président de la chambre des députés, ancien envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Buenos Ayres.

Le Président de la République de Colombie:

M. Jorge Holguin, général;
M. Santiago Perez Triana;
Son Excellence M. Marceliano Vargas, général, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris.

Sa Majesté le Roi de Danemark:

Son Excellence M. Constantin Brun, Son chambellan, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Washington;
M. Christian Frederik Scheller, contre-amiral;

M. Axel Vedel, Son chambellan, chef de section au ministère Royal des affaires étrangères.

Le Président de la République Dominicaine:

M. Francisco Henriquez y Carvajal, ancien secrétaire d'état au ministère des affaires étrangères de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage;
M. Apolinar Tejera, recteur de l'institut professionnel de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président de la République de l'Équateur:

Son Excellence M. Victor Rendón, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris et à Madrid;
M. Enrique Dorn y de Alsúa, chargé d'affaires.

Le Président de la République Française:

Son Excellence M. Léon Bourgeois, ambassadeur extraordinaire de la République, sénateur, ancien président du conseil des ministres, ancien ministre des affaires étrangères, membre de la cour permanente d'arbitrage;
M. le baron d'Estournelles de Constant, sénateur, ministre plénipotentiaire de première classe, membre de la cour permanente d'arbitrage;
M. Louis Renault, professeur à la faculté de droit à l'université de Paris, ministre plénipotentiaire honoraire, jurisconsulte du ministère des affaires étrangères, membre de l'institut de France, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. Marcellin Pellet, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République Française à La Haye.

Sa Majesté le Roi du Royaume-Uni de Grande Bretagne et d'Irlande et des Territoires Britanniques au delà des mers, Empereur des Indes:

Son Excellence the Right Honourable Sir Edward Fry, G. C. B., membre du conseil privé, Son ambassadeur extraordinaire, membre de la cour permanente d'arbitrage;
Son Excellence the Right Honourable Sir Ernest Mason Satow, G. C. M. G., membre du conseil privé, membre de la cour permanente d'arbitrage;
Son Excellence the Right Honourable Donald James Mackay Baron Reay, G. C. S. I., G. C. I. E., membre du conseil privé, ancien président de l'institut de droit international;

S. Ex.^a Sr. J. Van den Heuvel, Seu Ministro de Estado, Antigo Ministro da Justiça;
S. Ex.^a o Barão Guillaume, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya, Membro da Academia Real de Romania.

O Presidente da Republica da Bolivia:

S. Ex.^a o Sr. Claudio Pinilla, Ministro dos Negocios Estrangeiros da Republica, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
S. Ex.^a o Sr. Fernando E. Guachalla, Ministro Plenipotenciario em Londres.

O Presidente da Republica dos Estados-Unidos do Brasil:

S. Ex.^a o Sr. Ruy Barbosa, Embaixador Extraordinario e Ministro Plenipotenciario, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
S. Ex.^a o Sr. Eduardo F. S. dos Santos Lisboa, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya.

Sua Alteza Real o Principe da Bulgaria:

O Sr. Vrban Vinaroff, General-Major do Estado Maior, General do Seu Sequito;
O Sr. Ivan Karandjouloff, Procurador Geral do Tribunal de Cassação.

O Presidente da Republica do Chili:

S. Ex.^a o Sr. Domingo Gana, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Londres;
S. Ex.^a Sr. Augusto Matte, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Berlin.
S. Ex.^a o Sr. Carlos Concha, Antigo Ministro da Guerra, Antigo Presidente da Camara dos Deputados, Antigo Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Buenos Aires.

O Presidente da Republica de Colombia:

O Sr. Jorge Holguin, general;
O Sr. Santiago Perez Triana;
S. Ex.^a o Sr. Marceliano Vargas, General, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Paris.

Sua Majestade o Rei da Dinamarca:

S. Ex.^a o Sr. Constantin Brun, Seu Camarista, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Washington;
O Sr. Christian Frederik Scheller, Contra-Almirante;
O Sr. Axel Vedel, Seu Camarista, Chefe de Secção no Ministerio Real dos Negocios Estrangeiros.

O Presidente da Republica Dominicana:

O Sr. Francisco Henriquez y Carvajal, Antigo Secretario de Estado no Ministerio dos Negocios Estrangeiros da Republica, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
O Sr. Apolinar Tejera, Reitor do Instituto Profissional da Republica, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.

O Presidente da Republica do Equador:

S. Ex.^a Sr. Victor Rendón, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Paris e Madrid;
O Sr. Enrique Dorn y de Alsúa, Encarregado de Negocios.

O Presidente da Republica Francesa:

S. Ex.^a o Sr. Léon Bourgeois, Embaixador Extraordinario da Republica, Senador, Antigo Presidente do Conselho de Ministros, Antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
O Sr. Barão d'Estournelles de Constant, Senador, Ministro Plenipotenciario de 1.^a Classe, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
O Sr. Louis Renault, Professor da Faculdade de Direito na Universidade de Paris, Ministro Plenipotenciario Honorario, Jurisconsulto do Ministerio dos Negocios Estrangeiros, Membro do Instituto de França, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
S. Ex.^a o Sr. Marcellin Pellet Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica Francesa na Haya.

Sua Majestade o Rei do Reino-Unido da Grã-Bretanha e Irlanda e dos territorios britannicos d'alem-mar, Imperador das Indias:

S. Ex.^a The Right Honourable Sir Edward Fry, G. C. B., membro do Conselho Privado, Seu Embaixador Extraordinario, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
S. Ex.^a The Right Honourable Sir Ernest Masson Satow, G. C. M. G., membro do Conselho Privado, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
S. Ex.^a The Right Honourable Donald James Mackay, Baron Reay, G. C. S. I., G. C. I. E., membro do Conselho Privado, antigo Presidente do Instituto de Direito Internacional;

- Son Excellence Sir Henry Howard, K. C. M. G., C. B., Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.
- Sa Majesté le Roi des Hellènes:
Son Excellence M. Cléon Rizo Rangabé, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Berlin;
M. Georges Streit, professeur de droit international à l'université d'Athènes, membre de la cour permanente d'arbitrage.
- Le Président de la République de Guatémala:
M. José Tible Machado, chargé d'affaires de la République à La Haye et à Londres, membre de la cour permanente d'arbitrage;
M. Enrique Gómez Carillo, chargé d'affaires de la République à Berlin.
- Le Président de la République d'Haïti:
Son Excellence M. Jean Joseph Dalbémar, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris;
Son Excellence M. J. N. Léger, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Washington;
M. Pierre Hudicourt, ancien professeur de droit international public, avocat au barreau de Port au Prince.
- Sa Majesté le Roi d'Italie:
Son Excellence le comte Joseph Torielli Brusati di Vergano, sénateur du Royaume, ambassadeur de Sa Majesté le Roi à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage, président de la délégation Italienne;
Son Excellence M. le commandeur Guido Pompilj, député au parlement, sous-secrétaire d'état au ministère Royal des affaires étrangères;
M. le commandeur Guido Fusinato, conseiller d'état, député au parlement, ancien ministre de l'instruction.
- Sa Majesté l'Empereur du Japon:
Son Excellence M. Keiroku Tsudzuki, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire;
Son Excellence M. Aimaro Sato, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.
- Son Altesse Royale le Grand Duc de Luxembourg, Duc de Nassau:
Son Excellence M. Eyschen, Son ministre d'état, président du Gouvernement Grand Ducal;
M. le comte de Villers, chargé d'affaires du Grand-Duché à Berlin.
- Le Président des États-Unis Mexicains:
Son Excellence M. Gonzalo A. Esteva, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Rome;
Son Excellence M. Sebastian B. de Mier, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris;
Son Excellence M. Francisco L. de la Barra, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à La Haye.
- Son Altesse Royale le Prince de Monténégro:
Son Excellence M. Nelidow, conseiller privé Impérial actuel, ambassadeur de Sa Majesté l'Empereur de Toutes les Russies à Paris;
Son Excellence M. de Martens, conseiller privé Impérial, membre permanent du conseil du ministère Impérial des affaires étrangères de Russie;
Son Excellence M. Tcharykow, conseiller d'état Impérial actuel, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de Sa Majesté l'Empereur de Toutes les Russies à La Haye.
- Sa Majesté le Roi de Norvège:
Son Excellence M. Francis Hagerup, ancien président du conseil, ancien professeur de droit, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye et à Copenhague, membre de la cour permanente d'arbitrage.
- Le Président de la République de Panama:
M. Belisario Porras.
- Le Président de la République du Paraguay:
Son Excellence M. Eusebio Machaïn, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris;
M. le Comte G. du Monceau de Bergendal, consul de la République à Bruxelles.
- Sa Majesté la Reine des Pays-Bas:
M. W. H. de Beaufort, Son ancien ministre des affaires étrangères, membre de la seconde chambre des états généraux;
Son Excellence M. T. M. C. Asser, Son ministre d'état, membre du conseil d'état, membre de la cour permanente d'arbitrage;
Son Excellence le jonkheer J. C. C. den Beer Poortugael, lieutenant-général en retraite, ancien ministre de la guerre, membre du conseil d'état;
- S. Ex.ª Sir Henry Howard, K. C. M. G., C. B., Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya.
- Sua Majestade o Rei dos Hellenos:
S. Ex.ª o Sr. Cléon Rizo Rangabé, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Berlim;
O Sr. Georges Streit, professor de direito internacional na Universidade de Athenas, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.
- O Presidente da Republica de Guatemala:
O Sr. José Tible Machado, encarregado de negocios da Republica na Haya e em Londres, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
O Sr. Enrique Gomez Carillo, encarregado de negocios da Republica em Berlim.
- O Presidente da Republica de Haiti:
S. Ex.ª o Sr. Jean Joseph Dalbémar, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Paris;
S. Ex.ª o Sr. J. N. Léger, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Washington;
O Sr. Pierre Hudicourt, antigo professor de direito internacional publico, advogado nos tribunales de Porto-Principe.
- Sua Majestade o Rei de Italia:
S. Ex.ª o Conde Joseph Torielli Brusati di Vergano, Senador do Reino, Embaixador de Sua Majestade o Rei em Paris, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem, Presidente da delegação italiana;
S. Ex.ª o Sr. Commendador Guido Pompilj, Deputado ao Parlamento, sub-secretario de Estado no Ministerio Real dos Negocios Estrangeiros;
O Sr. Commendador Guido Fusinato, Conselheiro de Estado, Deputado ao Parlamento, antigo Ministro da Instrução.
- Sua Majestade o Imperador do Japão:
S. Ex.ª o Sr. Keiroku Tsudzuki, Seu Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario;
S. Ex.ª o Sr. Aimaro Sato, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya.
- Sua Alteza Real o Grão Duque de Luxemburgo, Duque de Nassau:
S. Ex.ª o Sr. Eyschen, Seu Ministro de Estado, Presidente do Governo Grão-Ducal;
O Sr. Conde de Villers, encarregado de negocios do Grão-Ducado em Berlim.
- O Presidente dos Estados Unidos Mexicanos:
S. Ex.ª o Sr. Gonzalo A. Esteva, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Roma;
S. Ex.ª o Sr. Sebastian B. de Mier, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Paris;
S. Ex.ª o Sr. Francisco L. de la Barra, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Bruxellas e na Haya.
- Sua Alteza Real o Principe de Montenegro:
S. Ex.ª o Sr. Nelidow, Conselheiro privado Imperial actual, Embaixador de Sua Majestade o Imperador de Todas as Russias em Paris;
S. Ex.ª o Sr. de Martens, Conselheiro privado Imperial, membro permanente do Conselho do Ministerio Imperial dos Negocios Estrangeiros da Russia;
S. Ex.ª o Sr. Tcharykow, Conselheiro de Estado Imperial actual, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de Sua Majestade o Imperador de Todas as Russias na Haya.
- Sua Majestade o Rei da Noruega:
S. Ex.ª o Sr. Francis Hagerup, antigo Presidente do Conselho, antigo professor de direito, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya e Copenhague, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.
- O Presidente da Republica de Panama:
O Sr. Belisario Porras.
- O Presidente da Republica do Paraguay:
S. Ex.ª o Sr. Eusebio Machaïn, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Paris;
O Sr. Conde G. du Monceau de Bergendal, Consul da Republica em Bruxellas.
- Sua Majestade a Rainha dos Países Baixos:
O Sr. W. H. de Beaufort, Seu antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros, membro da segunda Camara dos Estados Gerais;
S. Ex.ª o Sr. T. M. C. Asser, Seu Ministro de Estado, membro do Conselho de Estado, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
S. Ex.ª o jonkheer J. C. C. den Beer Poortugael, tenente-general reformado, antigo Ministro da Guerra, membro do Conselho de Estado;
- Son Excellence le jonkheer J. A. Róell, Son aide de camp en service extraordinaire, vice-amiral en retraite, ancien ministre de la marine;
M. J. A. Loeff, Son ancien ministre de la justice, membre de la seconde chambre des états généraux.
- Le Président de la République du Pérou:
Son Excellence M. Carlos G. Candamo, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris et à Londres, membre de la cour permanente d'arbitrage.
- Sa Majesté Impériale le Schah de Perse:
Son Excellence Samad Khan Momtazos Saltaneh, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage;
Son Excellence Mirza Ahmed Khan Sadigh Ul Mulk, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.
- Sa Majesté le Roi de Portugal et des Algarves, etc.:
Son Excellence M. le marquis de Soveral, Son conseiller d'état, pair du Royaume, ancien ministre des affaires étrangères, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Londres, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire;
Son Excellence M. le comte de Selir, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye;
Son Excellence M. Alberto de Oliveira, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Berne.
- Sa Majesté le Roi de Roumanie:
Son Excellence M. Alexandre Beldiman, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Berlin;
Son Excellence M. Edgar Mavrocordato, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.
- Sa Majesté l'Empereur de Toutes les Russies:
Son Excellence M. Nelidow, Son conseiller privé actuel, Son ambassadeur à Paris;
Son Excellence M. de Martens, Son conseiller privé, membre permanent du conseil du ministère Impérial des affaires étrangères, membre de la cour permanente d'arbitrage;
Son Excellence M. Tcharykow, Son conseiller d'état actuel, Son chambellan, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.
- Le Président de la République du Salvador:
M. Pedro I. Mathieu, chargé d'affaires de la République à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage;
M. Santiago Perez Triana, chargé d'affaires de la République à Londres.
- Sa Majesté le Roi de Serbie:
Son Excellence M. Sava Grouitch, général, président du conseil d'état;
Son Excellence M. Milovan Milovanovitch, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Rome, membre de la cour permanente d'arbitrage;
Son Excellence M. Michel Militchvitch, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Londres et à La Haye.
- Sa Majesté le Roi de Siam:
Mom Chatidej Udom, major-général;
M. C. Corragioni d'Orelli, Son conseiller de légation;
Luang Bhuvanarth Narubal, capitaine.
- Sa Majesté le Roi de Suède, des Goths et des Vendes:
Son Excellence M. Knut Hjalmar Leonard Hammar-skjold, Son ancien ministre de la justice, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Copenhague, membre de la cour permanente d'arbitrage;
M. Johannes Hellner, Son ancien ministre sans portefeuille, ancien membre de la cour suprême de Suède, membre de la cour permanente d'arbitrage.
- Le Conseil Fédéral Suisse:
Son Excellence M. Gaston Carlin, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la Confédération suisse à Londres et à La Haye,
M. Eugène Borel, colonel d'état major général, professeur à l'université de Genève;
M. Max Huber, professeur de droit à l'université de Zurich.
- Sa Majesté l'Empereur des Ottomans:
Son Excellence Turkhani Pacha, Son ambassadeur extraordinaire, ministre de l'evkaf;
Son Excellence Rechid Bey, Son ambassadeur Rome;
Son Excellence Mehemmed Pacha, vice-amiral.

S. Ex.^a o jonkheer J. A. Roell, Seu ajudante de campo em serviço extraordinario, vice-almirante reformado, antigo Ministro da Marinha;
 O Sr. J. A. Loeff, Seu antigo Ministro da Justiça, membro da segunda Camara dos Estados Gerais.

O Presidente da Republica do Peru:
 S. Ex.^a o Sr. Carlos G. Candamo, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Paris e Londres, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.

Sua Majestade Imperial o Schah da Persia:
 S. Ex.^a Samad Khan Momtazos Saltaneh, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Paris, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
 S. Ex.^a Mirza Ahmed Khan Sadigh Ul Mulk, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya.

Sua Majestade o Rei de Portugal e dos Algarves, etc.:
 S. Ex.^a o Sr. Marquês de Soveral, Seu Conselheiro de Estado, Par do Reino, antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Londres, Seu Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario;
 S. Ex.^a o Sr. Conde de Selir, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya;
 S. Ex.^a o Sr. Alberto de Oliveira, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Berne.

Sua Majestade o Rei da Romania:
 S. Ex.^a o Sr. Alexandre Beldiman, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Berlim;
 S. Ex.^a o Sr. Edgard Mavrocordato, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya.

Sua Majestade o Imperador de Todas as Russias:
 S. Ex.^a o Sr. Nelidow, Seu Conselheiro privado actual, Seu Embaixador em Paris;
 S. Ex.^a o Sr. de Martens, Seu Conselheiro privado, membro permanente do Conselho do Ministerio Imperial dos Negocios Estrangeiros, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
 S. Ex.^a o Sr. Tcharykow, Seu Conselheiro de Estado actual, Seu Camarista, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya.

O Presidente da Republica do Salvador:
 O Sr. Pedro I. Mathau, encarregado de negocios da Republica em Paris, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
 O Sr. Santiago Perez Triana, encarregado de negocios da Republica em Londres.

Sua Majestade o Rei da Servia:
 S. Ex.^a o Sr. Sava Grouitch, general, Presidente do Conselho de Estado;
 S. Ex.^a o Sr. Milovan Milovanovitch, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Roma, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
 S. Ex.^a o Sr. Michel Militohevitch, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Londres e na Haya.

Sua Majestade o Rei de Sião:
 Mom Chatidej Udom, major-general;
 O Sr. C. Corragioni de Orelli, Seu Conselheiro de legação;
 Luang Bhuvanarth Narubal, capitão.

Sua Majestade o Rei da Suecia, dos Godos e dos Vendos:
 S. Ex.^a o Sr. Knut Hjalmar Leonard Hammar-skjold, Seu antigo Ministro da Justiça, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Copenhague, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
 O Sr. Johannes Hellner, Seu antigo Ministro sem pasta, antigo membro do Supremo Tribunal da Suecia, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.

O Conselho Federal Suíço:
 S. Ex.^a o Sr. Gaston Carlin, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Confederação Suíça em Londres e na Haya;
 O Sr. Eugène Borel, coronel do estado maior general, professor da Universidade de Genebra;
 O Sr. Max Huber, professor de direito na Universidade de Zurich.

Sua Majestade o Imperador dos Ottomanos:
 Sua Ex.^a o Sr. Turkan Pacha, Seu Embaixador Extraordinario, Ministro de Evkaf;
 S. Ex.^a Rechid Bey, Seu Embaixador em Roma;
 S. Ex.^a Mehemed Pacha, vice-almirante.

Le Président de la République Orientale de l'Uruguay:
 Son Excellence M. José Battle y Ordoñez, ancien Président de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage;
 Son Excellence M. Juan P. Castro, ancien président du sénat, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président des États Unis de Vénézuéla:
 M. José Gil Fortoul, chargé d'affaires de la République à Berlin.

Lesquels, après avoir déposé leurs pleins pouvoirs, trouvés en bonne et due forme, sont convenus des dispositions suivantes:

ARTICLE 1
 Les belligérants sont tenus de respecter les droits souverains des Puissances neutres et de s'abstenir, dans le territoire ou les eaux neutres, de tous actes qui constitueraient de la part des Puissances qui les toléreraient un manquement à leur neutralité.

ARTICLE 2
 Tous actes d'hostilité, y compris la capture et l'exercice du droit de visite, commis par des vaisseaux de guerre belligérants dans les eaux territoriales d'une Puissance neutre, constituent une violation de la neutralité et sont strictement interdits.

ARTICLE 3
 Quand un navire a été capturé dans les eaux territoriales d'une Puissance neutre, cette Puissance doit, si la prise est encore dans sa juridiction, user des moyens dont elle dispose pour que la prise soit relâchée avec ses officiers et son équipage, et pour que l'équipage mis à bord par le capteur soit interné.
 Si la prise est hors de la juridiction de la Puissance neutre, le Gouvernement capteur, sur la demande de celle-ci, doit relâcher la prise avec ses officiers et son équipage.

ARTICLE 4
 Aucun tribunal des prises ne peut être constitué par un belligérant sur un territoire neutre ou sur un navire dans des eaux neutres.

ARTICLE 5
 Il est interdit aux belligérants de faire des ports et des eaux neutres la base d'opérations navales contre leurs adversaires, notamment d'y installer des stations radio-télégraphiques ou tout appareil destiné à servir comme moyen de communication avec des forces belligérantes sur terre ou sur mer.

ARTICLE 6
 La remise, à quelque titre que ce soit, faite directement ou indirectement par une Puissance neutre à une Puissance belligérante, de vaisseaux de guerre, de munitions, ou d'un matériel de guerre quelconque, est interdite.

ARTICLE 7
 Une Puissance neutre n'est pas tenue d'empêcher l'exportation ou le transit, pour le compte de l'un ou de l'autre des belligérants, d'armes, de munitions, et, en général, de tout ce qui peut être utile à une armée ou à une flotte.

ARTICLE 8
 Un Gouvernement neutre est tenu d'user des moyens dont il dispose pour empêcher dans sa juridiction l'équipement ou l'armement de tout navire, qu'il a des motifs raisonnables de croire destiné à croiser ou à concourir à des opérations hostiles contre une Puissance avec laquelle il est en paix. Il est aussi tenu d'user de la même surveillance pour empêcher le départ hors de sa juridiction de tout navire destiné à croiser ou à concourir à des opérations hostiles, et qui aurait été, dans ladite juridiction, adapté en tout ou en partie à des usages de guerre.

ARTICLE 9
 Une Puissance neutre doit appliquer également aux deux belligérants les conditions, restrictions ou interdictions, édictées par elle pour ce qui concerne l'admission dans ses ports, rades ou eaux territoriales, des navires de guerre belligérants ou de leurs prises.
 Toutefois, une Puissance neutre peut interdire l'accès de ses ports et de ses rades au navire belligérant qui aurait négligé de se conformer aux ordres et prescriptions édictés par elle ou qui aurait violé la neutralité.

ARTICLE 10
 La neutralité d'une Puissance n'est pas compromise par le simple passage dans ses eaux territoriales des navires de guerre et des prises des belligérants.

ARTICLE 11
 Une Puissance neutre peut laisser les navires de guerre des belligérants se servir de ses pilotes brevetés.

ARTICLE 12
 A défaut d'autres dispositions spéciales de la législation de la Puissance neutre, il est interdit aux navires de guerre des belligérants de demeurer dans les ports et rades ou dans les eaux territoriales de ladite Puissance, plus de 24 heures, sauf dans les cas prévus par la présente Convention.

O Presidente da Republica Oriental do Uruguay:
 S. Ex.^a o Sr. José Battle y Ordoñez, antigo Presidente da Republica, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem;
 S. Ex.^a o Sr. Juan P. Castro, antigo Presidente do Senado, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Paris, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem.

O Presidente dos Estados Unidos de Venezuela:
 O Sr. José Gil Fortoul, encarregado de negocios da Republica em Berlim.

Os quaes tendo depositado os seus plenos poderes, achados em boa e devida forma, concordaram nas disposições seguintes:

ARTIGO 1.º
 Cumpre aos belligerantes respeitar os direitos soberanos das Potencias neutraes e abster-se, no territorio ou nas aguas neutraes, de todos os actos que, da parte das Potencias que os tolerassem, constituiriam uma infracção á sua neutralidade.

ARTIGO 2.º
 Todos os actos de hostilidade, comprehendendo nelles a captura e o exercicio do direito de visita, commettidos por navios de guerra belligerantes nas aguas territoriaes de uma Potencia neutral, constituem violação da neutralidade e são estrictamente prohibidos.

ARTIGO 3.º
 Quando um navio tiver sido capturado nas aguas territoriaes de uma Potencia neutral, esta deverá, se a presa estiver ainda dentro da sua jurisdicção, empregar os meios de que dispuser para a presa ser libertada, com seus officiaes e equipagem, e para que a equipagem collocada a bordo pelo captor seja internada.
 Se a presa estiver fora da jurisdicção da Potencia neutral, o Governo captor deverá, a pedido d'essa Potencia, abandonar a presa com seus officiaes e sua equipagem.

ARTIGO 4.º
 Não poderá ser constituído nenhum tribunal de presas por um belligerante em territorio neutro, ou a bordo de um navio em aguas neutraes.

ARTIGO 5.º
 É prohibido aos belligerantes servir-se dos portos e das aguas neutraes como base de operações navaes contra os seus adversarios, e especialmente installarem ali estações radio-telegraphicas ou qualquer outro aparelho destinado a servir de meio de communicacção com forças belligerantes em terra ou no mar.

ARTIGO 6.º
 É prohibida a entrega, por qualquer titulo que seja, directa ou indirectamente por parte de uma Potencia neutral a uma Potencia belligerante, de vasos de guerra, de munições, ou de qualquer material de guerra.

ARTIGO 7.º
 A Potencia neutral não é obrigada a impedir a exportação ou o transito, por conta de um ou outro dos belligerantes, de armas, munições, e em geral de tudo quanto possa ser util a um exercito ou a uma esquadra.

ARTIGO 8.º
 O Governo neutral é obrigado a empregar os meios ao seu alcance para impedir, na area da sua jurisdicção, o equipamento ou armamento de qualquer navio, que elle tenha motivos razoaveis para suppor destinado a fazer cruzeiro, ou a tomar parte em operações hostis, contra uma Potencia com que elle estiver em paz. É tambem obrigado a exercer a mesma vigilancia para impedir a partida, para fora da sua jurisdicção, de qualquer navio destinado a cruzar ou a participar em operações hostis, e que no todo ou em parte tenha sido adaptado, nos limites da dita jurisdicção, aos fins da guerra.

ARTIGO 9.º
 A Potencia neutral deve applicar com igualdade aos dois belligerantes as condições, restricções ou interdicções, por ella promulgadas, com respeito á admissáo nos seus portos, ancoradouros, ou aguas territoriaes, dos navios de guerra belligerantes ou das suas presas.

Comtudo, a Potencia neutral poderá prohibir o accesso de seus portos e ancoradouros ao navio belligerante, que tiver deixado de se conformar com as ordens e prescrições por ella promulgadas, ou que tiver violado a neutralidade.

ARTIGO 10.º
 A neutralidade de uma Potencia não fica comprometida pela simples passagem nas suas aguas territoriaes dos navios de guerra e das presas dos belligerantes.

ARTIGO 11.º
 A Potencia neutral pode consentir que os navios de guerra dos belligerantes empreguem os seus pilotos diplomados.

ARTIGO 12.º
 Na falta de outras disposições especiaes da legislação da Potencia neutral, é prohibido aos navios de guerra dos belligerantes permanecerem nos portos, ancoradouros ou aguas territoriaes da dita Potencia mais de 24 horas, com excepção dos casos previstos pela presente Convenção.

ARTICLE 13

Si une Puissance avisée de l'ouverture des hostilités apprend qu'un navire de guerre d'un belligérant se trouve dans un de ses ports et rades ou dans ses eaux territoriales, elle doit notifier audit navire qu'il devra partir dans les 24 heures ou dans le délai prescrit par la loi locale.

ARTICLE 14

Un navire de guerre belligérant ne peut prolonger son séjour dans un port neutre au delà de la durée légale que pour cause d'avaries ou à raison de l'état de la mer. Il devra partir dès que la cause du retard aura cessé. Les règles sur la limitation du séjour dans les ports, rades et eaux neutres, ne s'appliquent pas aux navires de guerre exclusivement affectés à une mission religieuse, scientifique ou philanthropique.

ARTICLE 15

A défaut d'autres dispositions spéciales de la législation de la Puissance neutre le nombre maximum des navires de guerre d'un belligérant qui pourront se trouver en même temps dans un de ses ports ou rades, sera de trois.

ARTICLE 16

Lorsque des navires de guerre des deux Parties belligérantes se trouvent simultanément dans un port ou une rade neutres, il doit s'écouler au moins 24 heures entre le départ du navire d'un belligérant et le départ du navire de l'autre.

L'ordre des départs est déterminé par l'ordre des arrivées, à moins que le navire arrivé le premier ne soit dans le cas où la prolongation de la durée légale du séjour est admise.

Un navire de guerre belligérant ne peut quitter un port ou une rade neutres moins de 24 heures après le départ d'un navire de commerce portant le pavillon de son adversaire.

ARTICLE 17

Dans les ports et rades neutres, les navires de guerre belligérants ne peuvent réparer leurs avaries que dans la mesure indispensable à la sécurité de leur navigation et non pas accroître, d'une manière quelconque, leur force militaire. L'autorité neutre constatera la nature des réparations à effectuer qui devront être exécutées le plus rapidement possible.

ARTICLE 18

Les navires de guerre belligérants ne peuvent pas se servir des ports, rades et eaux territoriales neutres, pour renouveler ou augmenter leurs approvisionnements militaires ou leur armement ainsi que pour compléter leurs équipages.

ARTICLE 19

Les navires de guerre belligérants ne peuvent se ravitailler dans les ports et rades neutres que pour compléter leur approvisionnement normal du temps de paix.

Ces navires ne peuvent, de même, prendre du combustible que pour gagner le port le plus proche de leur propre pays. Ils peuvent, d'ailleurs, prendre le combustible nécessaire pour compléter le plein de leurs soutes proprement dites, quand ils se trouvent dans les pays neutres qui ont adopté ce mode de détermination du combustible à fournir.

Si, d'après la loi de la Puissance neutre, les navires ne reçoivent du charbon que 24 heures après leur arrivée, la durée légale de leur séjour est prolongée de 24 heures.

ARTICLE 20

Les navires de guerre belligérants, qui ont pris du combustible dans le port d'une Puissance neutre, ne peuvent renouveler leur approvisionnement qu'après trois mois dans un port de la même Puissance.

ARTICLE 21

Une prise ne peut être amenée dans un port neutre que pour cause d'innavigabilité, de mauvais état de la mer, de manque de combustible ou de provisions.

Elle doit repartir aussitôt que la cause qui en a justifié l'entrée, a cessé. Si elle ne le fait pas, la Puissance neutre doit lui notifier l'ordre de partir immédiatement; au cas où elle ne s'y conformerait pas, la Puissance neutre doit user des moyens dont elle dispose pour la relâcher avec ses officiers et son équipage et interner l'équipage mis à bord par le capteur.

ARTICLE 22

La Puissance neutre doit, de même, relâcher la prise qui aurait été amenée en dehors des conditions prévues par l'article 21.

ARTICLE 23

Une Puissance neutre peut permettre l'accès de ses ports et rades aux prises escortées ou non, lorsqu'elles y sont amenées pour être laissées sous sequestre en attendant la décision du tribunal des prises. Elle peut faire conduire la prise dans un autre de ses ports.

Si la prise est escortée par un navire de guerre, les officiers et les hommes mis à bord par le capteur sont autorisés à passer sur le navire d'escorte.

Si la prise voyage seule, le personnel placé à son bord par le capteur est laissé en liberté.

ARTICLE 24

Si, malgré la notification de l'autorité neutre, un navire de guerre belligérant ne quitte pas un port dans lequel il n'a pas le droit de rester, la Puissance neutre a le droit de prendre les mesures qu'elle pourra juger nécessaires pour rendre le navire incapable de prendre la mer pen-

ARTIGO 13.º

Se uma Potencia, avisada do rompimento das hostilidades, souber que um navio de guerra de um belligerante se encontra em um de seus portos e ancoradouros, ou nas suas aguas territoriaes, devera notificar a esse navio que tera de partir dentro de 24 horas, ou no prazo estabelecido pela lei local.

ARTIGO 14.º

O navio de guerra belligerante só podera prolongar a sua demora em um porto neutral alem do prazo legal por motivo de avarias ou do estado do mar. Devera partir logo que tenha cessado a causa da demora.

As regras sobre limitação do tempo de permanencia nos portos, ancoradouros e aguas neutraes, não são applicaveis aos navios de guerra exclusivamente affectados a uma missão religiosa, scientifica ou philantropica.

ARTIGO 15.º

Na falta de disposições espezias da legislação da Potencia neutral, sera de tres o numero maximo de navios de guerra de um belligerante que poderão achar-se ao mesmo tempo em um dos seus portos ou ancoradouros.

ARTIGO 16.º

Quando se encontrarem simultaneamente em um porto ou ancoradouro neutral, navios de guerra das duas partes belligerantes, deverão mediar pelo menos 24 horas entre a saída do navio de um belligerante e a saída do navio do outro.

A ordem das saidas sera determinada pela ordem das chegadas, a menos que o navio primeiro chegado se ache no caso em que a prorogação do prazo legal de permanencia é admittida.

Um navio de guerra belligerante não podera deixar um porto ou um ancoradouro neutraes menos de 24 horas depois da saída de um navio de commercio com bandeira do seu adversario.

ARTIGO 17.º

Nos portos e ancoradouros neutraes, os navios de guerra belligerantes poderão reparar as suas avarias somente no que for indispensavel para segurança de sua navegação, e não para aumentarem, de qualquer modo que seja, a sua força militar. A autoridade neutral verificara a natureza das reparações que haja a fazer, as quaes devrão ser executadas o mais rapidamente possivel.

ARTIGO 18.º

Os navios de guerra belligerantes não poderão servir-se dos portos, ancoradouros, e aguas territoriaes neutraes, para renovarem ou aumentarem os seus abastecimentos militares, ou o seu armamento, nem para completarem as suas tripulações.

ARTIGO 19.º

Os navios de guerra belligerantes só poderão reabastecer-se nos portos e ancoradouros neutros para completarem as suas provisões normaes do tempo de paz.

Esses navios só poderão igualmente tomar combustivel, para chegarem ao porto mais proximo do seu proprio pais. Poderão, aliás, tomar o combustivel necessario para encherem os seus paioes propriamente ditos, quando se encontrarem nos paeses neutros que adoptaram esse modo de fixação dos fornecimentos de combustivel.

Se, nos termos da lei da Potencia neutral, os navios só receberem carvão 24 horas depois da sua chegada, a duração legal da sua estada sera prolongada por 24 horas.

ARTIGO 20.º

Os navios de guerra belligerantes, que se tiverem fornecido de combustivel em um porto de uma Potencia neutral, só passados tres meses poderão renovar o seu abastecimento em um porto da mesma Potencia.

ARTIGO 21.º

Uma presa só podera ser conduzida a um porto neutral por motivo de innavegabilidade, de mau estado do mar, de falta de combustivel ou de provisões.

Devera partir logo que tiver cessado a causa justificativa da entrada. Se o não fizer, a Potencia neutral devera notificar-lhe o ordem de partida immediata; no caso d'ella se não conformar com essa ordem, a Potencia neutral devera empregar os meios ao seu dispor para a restituir á liberdade, com seus officiaes e tripulações, e para internar a equipagem posta a bordo pelo captor.

ARTIGO 22.º

A Potencia neutral devera, igualmente, libertar a presa que tiver sido trazida fora das condições indicadas no artigo 21.º

ARTIGO 23.º

A Potencia neutral podera permittir a entrada de seus portos e ancoradouros ás presas, escoltadas ou não, quando ellas forem ali conduzidas para ficarem sob sequestro esperando a decisão do Tribunal de presas. Poderá fazer conduzir a presa para outro de seus portos.

Se a presa for escoltada por um navio de guerra, os officiaes e os homens postos a bordo pelo captor serão autorizados a passar para bordo do navio escolta.

Se a presa viajar só, o pessoal collocado a seu bordo pelo captor sera deixado em liberdade.

ARTIGO 24.º

Se, não obstante a notificação da autoridade neutral, um navio de guerra belligerante não deixar o porto em que não tem o direito de ficar, a Potencia neutral tem o direito de adoptar as providencias que julgar necessarias para tornar o navio incapaz de se fazer ao mar enquanto

dant la durée de la guerre et le commandant du navire doit faciliter l'exécution de ces mesures.

Lorsqu'un navire belligérant est retenu par une Puissance neutre les officiers et l'équipage sont également retenus.

Les officiers et l'équipage ainsi retenus peuvent être laissés dans le navire ou logés, soit sur un autre navire, soit à terre, et ils peuvent être assujettis aux mesures restrictives qu'il paraîtrait nécessaire de leur imposer. Toutefois, on devra toujours laisser sur le navire les hommes nécessaires à son entretien.

Les officiers peuvent être laissés libres en prenant l'engagement sur parole de ne pas quitter le territoire neutre sans autorisation.

ARTICLE 25

Une Puissance neutre est tenue d'exercer la surveillance, que comportent les moyens dont elle dispose, pour empêcher dans ses ports ou rades et dans ses eaux toute violation des dispositions qui précèdent.

ARTICLE 26

L'exercice par une Puissance neutre des droits définis par la présente Convention ne peut jamais être considéré comme un acte peu amical par l'un ou par l'autre belligérant qui a accepté les articles qui s'y réfèrent.

ARTICLE 27

Les Puissances contractantes se communiqueront réciproquement, en temps utile, toutes les lois, ordonnances et autres dispositions réglant chez elles le régime des navires de guerre belligérants dans leurs ports et leurs eaux, au moyen d'une notification adressée au Gouvernement des Pays-Bas et transmise immédiatement par celui-ci aux autres Puissances contractantes.

ARTICLE 28

Les dispositions de la présente Convention ne sont applicables qu'entre les Puissances contractantes et seulement si les belligérants sont tous parties à la Convention.

ARTICLE 29

La présente Convention sera ratifiée aussitôt que possible.

Les ratifications seront déposées à La Haye. Le premier dépôt de ratifications sera constaté par un procès-verbal signé par les représentants des Puissances qui y prennent part et par le Ministre des Affaires Étrangères des Pays-Bas.

Les dépôts ultérieurs de ratifications se feront au moyen d'une notification écrite, adressée au Gouvernement des Pays-Bas et accompagnée de l'instrument de ratification.

Copie certifiée conforme du procès-verbal relatif au premier dépôt de ratifications, des notifications mentionnées à l'alinéa précédent, ainsi que des instruments de ratification, sera immédiatement remise par les soins du Gouvernement des Pays-Bas et par la voie diplomatique aux Puissances conviées à la Deuxième Conférence de la Paix, ainsi qu'aux autres Puissances qui auront adhéré à la Convention. Dans les cas visés par l'alinéa précédent, ledit Gouvernement leur fera connaître en même temps la date à laquelle il a reçu la notification.

ARTICLE 30

Les Puissances non signataires sont admises à adhérer à la présente Convention.

La Puissance, qui désire adhérer notifie par écrit son intention au Gouvernement des Pays-Bas en lui transmettant l'acte d'adhésion qui sera déposé dans les archives dudit Gouvernement.

Ce Gouvernement transmettra immédiatement à toutes les autres Puissances copie certifiée conforme de la notification ainsi que de l'acte d'adhésion, en indiquant la date à laquelle il a reçu la notification.

ARTICLE 31

La présente Convention produira effet pour les Puissances qui auront participé au premier dépôt des ratifications, soixante jours après la date du procès-verbal de ce dépôt et, pour les Puissances qui ratifieront ultérieurement ou qui adhéreront, soixante jours après que la notification de leur ratification ou de leur adhésion aura été reçue par le Gouvernement des Pays-Bas.

ARTICLE 32

S'il arrivait qu'une des Puissances contractantes voulût dénoncer la présente Convention, la dénonciation sera notifiée par écrit au Gouvernement des Pays-Bas qui communiquera immédiatement copie certifiée conforme de la notification à toutes les autres Puissances en leur faisant savoir la date à laquelle il l'a reçue.

La dénonciation ne produira ses effets qu'à l'égard de la Puissance qui l'aura notifiée et un an après que la notification en sera parvenue au Gouvernement des Pays-Bas.

ARTICLE 33

Un registre tenu par le Ministère des Affaires Étrangères des Pays-Bas indiquera la date du dépôt de ratifications effectué en vertu de l'article 29 alinéas 3 et 4, ainsi que la date à laquelle auront été reçues les notifications d'adhésion (article 30, alinéa 2) ou de dénonciation (article 32, alinéa 1).

Chaque Puissance contractante est admise à prendre connaissance de ce registre et à en demander des extraits certifiés conformes,

durar a guerra, e o commandante do navio deverá facilitar a execução de taes providencias.

Quando um navio belligerante for detido por uma Potencia neutral, os officiaes e a equipagem serão igualmente detidos.

Os officiaes e a equipagem, assim detidos, poderão ser deixados no navio, ou alojados, quer em outro navio, quer em terra, e poderão ser submettidos ás medidas restrictivas que parecer necessario impor-lhes. Deverão, contudo, ser deixados a bordo do navio os homens necessarios para cuidarem d'elle.

Os officiaes podem ser deixados em liberdade, tomando o compromisso, sob palavra, de não deixarem o territorio neutral sem autorização.

ARTIGO 25.º

A Potencia neutral deverá exercer a vigilancia, que permittirem os meios ao seu dispor, para impedir nos seus portos, ancoradouros e aguas, toda a violação das disposições precedentes.

ARTIGO 26.º

O exercicio, por uma Potencia neutral, dos direitos definidos pela presente Convenção nunca poderá ser considerado como acto pouco amigavel, por um, ou outro, dos belligerantes que tiver accedido os artigos que a taes direitos se referem.

ARTIGO 27.º

As Potencias contratantes communicar-se-hão reciprocamente, em tempo util, todas as suas respectivas leis, ordens, e mais disposições, reguladoras do regime dos navios de guerra belligerantes nos seus portos e aguas, por meio de uma notificação dirigida ao Governo dos Países Baixos, e transmittida immediatamente por este ás outras Potencias contratantes.

ARTIGO 28.º

As disposições da presente Convenção não serão applicaveis senão entre as Potencias-contratantes, e sómente se os belligerantes forem todos parte nesta Convenção.

ARTIGO 29.º

A presente Convenção será ratificada no mais breve prazo possivel.

As ratificações serão depositadas na Haya.

O primeiro deposito de ratificações será consignado em uma acta assinada pelos representantes das Potencias que tomarem parte nelle, e pelo Ministro dos Negocios Estrangeiros dos Países Baixos.

Os depositos ulteriores de ratificações serão effectuados por meio de uma notificação escrita, dirigida ao Governo dos Países Baixos, e acompanhada do instrumento de ratificação.

Serão immediatamente remettidas, ao cuidado do Governo dos Países Baixos e por via diplomatica, ás Potencias convocadas á Segunda Conferencia da Paz bem como ás outras Potencias que adherirem á Convenção, copias autenticas da acta relativa ao primeiro deposito de ratificações, das notificações mencionadas na alinea precedente, e dos instrumentos de ratificação.

Nos casos a que se refere a alinea precedente o dito Governo fará ao mesmo tempo saber ás referidas Potencias a data em que tiver recebido a notificação.

ARTIGO 30.º

As Potencias não signatarias são admittidas a adherir á presente Convenção.

A Potencia que desejar adherir notificará por escrito a sua intenção ao Governo dos Países Baixos, transmittindo-lhe o acto de adhesão, que será depositado nos archivos do dito Governo.

Este Governo transmittirá immediatamente a todas as outras Potencias copias autenticas da notificação e do acto de adhesão, indicando a data em que tiver recebido a notificação.

ARTIGO 31.º

A presente Convenção produzirá seus effectos para as Potencias que tiverem tomado parte no primeiro deposito de ratificações, sessenta dias depois da data da acta d'esse deposito; e, para as Potencias que ratificarem ou adherirem ulteriormente, sessenta dias depois da notificação da sua ratificação ou da sua adhesão ter sido recebida pelo Governo dos Países Baixos.

ARTIGO 32.º

No caso de uma das Potencias contratantes querer denunciar a presente Convenção, a denunciação será notificada por escrito ao Governo dos Países Baixos, que communicará immediatamente copia autentica da notificação a todas as outras Potencias, fazendo-lhes saber a data em que a tiver recebido.

A denunciação não produzirá seus effectos senão com respeito á Potencia que a tiver notificado, e um anno depois da notificação ter sido recebida pelo Governo dos Países Baixos.

ARTIGO 32.º

Um registo a cargo do Ministerio dos Negocios Estrangeiros dos Países Baixos indicará a data do deposito de ratificações effectuado por virtude do artigo 29.º, alineas 3 e 4, assim como as datas em que tiverem sido recebidas as notificações de adhesão (artigo 30.º, alinea 2) ou de denunciação (artigo 32.º alinea 1).

Cada uma das Potencias contratantes será admittida a tomar conhecimento d'esse registo e a pedir extratos autenticos do mesmo.

En foi de quoi, les Plénipotentiaires ont revêtu la présente Convention de leurs signatures.

Faite à La Haye, le dix-huit octobre mille neuf cent sept, en un seul exemplaire qui restera déposé dans les archives du Gouvernement des Pays-Bas et dont des copies, certifiées conformes, seront remises par la voie diplomatique aux Puissances qui ont été conviées à la Deuxième Conférence de la Paix.

1. Pour l'Allemagne:

*Marschall.
Kriege.*

Sous réserve des articles 11, 12, 13 et 20.

2. Pour les États Unis d'Amérique:

3. Pour l'Argentine:

*Roque Saenz Peña.
Luis M. Drago.
C. Ruez Larretta.*

4. Pour l'Autriche-Hongrie:

*Mérey.
Bon Macchio.*

5. Pour la Belgique:

*A. Beernaert.
Van den Heuvel.
Guillaume.*

6. Pour la Bolivie:

Claudio Pinilla.

7. Pour le Brésil:

*Ruy Barbosa.
E. Lisboa.*

8. Pour la Bulgarie:

*Général-Major Vinaroff.
Iv. Karandjouloff.*

9. Pour le Chili:

*Domingo Gana.
Augusto Matte.
Carlos Concha.*

10. Pour la Chine:

11. Pour la Colombie:

*Jorge Holguin.
S. Perez Triana.
M. Vargas.*

12. Pour la République de Cuba:

13. Pour le Danemark:

A. Vedel.

14. Pour la République Dominicaine:

*Dr. Henriquez y Carvajal.
Apolinar Tejera.*

Avec réserve sur l'article douze.

15. Pour l'Equateur:

*Victor M. Rondón.
E. Dorn y de Alsúa.*

16. Pour l'Espagne:

17. Pour la France:

*Léon Bourgeois.
d'Estournelles de Constant.
L. Renault.
Marcellin Pellet.*

18. Pour la Grande-Bretagne:

*Edw. Fry.
Ernest Satow.
Reay.
Henry Howard.*

Sous réserve des articles 19 et 23.

19. Pour la Grèce:

*Cléon Rizo Rangabé.
Georges Streit.*

20. Pour le Guatémala:

José Tible Machado.

21. Pour le Haïti:

*Dalbémar Jn Joseph.
J. N. Léger.
Pierre Hudicourt.*

22. Pour l'Italie:

*Pompili.
G. Fusinato.*

Em fé do que, os Plenipotenciarios appuseram na presente Convenção as suas assinaturas.

Feita na Haya, em dezoito de outubro de mil novecentos e sete, em um unico exemplar, que ficará depositado nos archivos do Governo dos Países Baixos e do qual serão remettidas copias autenticas, por via diplomatica, ás Potencias que foram convocadas á Segunda Conferencia da Paz.

1 Pela Alemanha:

*Marschall.
Kriege.*

Sob reserva dos artigos 11.º, 12.º, 13.º e 20.º

2 Pelos Estados Unidos da America:

3 Pela Argentina:

*Roque Saenz Peña.
Luis M. Drago,
C. Ruez Larretta.*

4 Pela Austria-Hungria:

*Mérey.
Bon Macchio.*

5 Pela Belgica:

*A. Beernaert.
J. Van den Heuvel.
Guillaume.*

6 Pela Bolivia:

Claudio Pinilla.

7 Pelo Brasil:

*Ruy Barbosa.
E. Lisboa.*

8 Pela Bulgaria:

*General-Major Vinaroff.
Iv. Karandjouloff.*

9 Pelo Chile:

*Domingo Gana.
Augusto Matte.
Carlos Concha.*

10 Pela China:

11 Pela Colombia:

*Jorge Holguin.
S. Perez Triana.
M. Vargas.*

12 Pela Republica de Cuba:

13 Pela Dinamarca:

A. Vedel.

14 Pela Republica Dominicana:

*Dr. Henriquez y Carvajal.
Apolinar Tejera.*

Com reserva sobre o artigo 12.º

15 Pelo Equador:

*Victor M. Rondón.
E. Dorn y de Alsúa.*

16 Pela Espanha:

17 Pela França:

*Léon Bourgeois.
d'Estournelles de Constant.
L. Renault.
Marcellin Pellet.*

18 Pela Gran-Bretanha:

*Edw. Fry.
Ernest Satow.
Reay.
Henry Howard.*

Sob reserva dos artigos 19.º e 23.º

19 Pela Grecia:

*Cléon Rizo Rangabé.
Georges Streit.*

20 Pelo Guatémala:

José Tible Machado.

21 Pelo Haïti:

*Dalbémar Jn Joseph.
J. N. Léger.
Pierre Hudicourt.*

22 Pela Italia:

*Pompili.
G. Fusinato.*

23. Pour le Japon:
Aimaro Sato.
Avec réserve des articles 19 et 23.

24. Pour le Luxembourg:
Eyschen.
C. de Villers.

25. Pour le Mexique:
G. A. Esteva.
S. B. de Mier.
F. L. de la Barra.

26. Pour le Monténégro:
Nelidow.
Martens.
N. Tcharykow.

27. Pour le Nicaragua:

28. Pour la Norvège:
F. Hagerup.

29. Pour le Panama:
B. Porras.

30. Pour le Paraguay:
G. du Monceau.

31. Pour les Pays-Bas:
W. H. de Beaufort.
T. M. C. Asser.
Den Beer Poortugaal.
J. A. Röell.
J. A. Loeff.

32. Pour le Pérou:
C. G. Candamo.

33. Pour la Perse:
Momtazos-Saltaneh M. Samad Khan.
Sadigh ul Mulk M. Ahmed Khan.
Sous réserve des articles 12, 19 et 21.

34. Pour le Portugal:
Alberto de Oliveira.

35. Pour la Roumanie:
Edg. Mavrocordato.

36. Pour la Russie:
Nelidow.
Martens.
N. Tcharykow.

37. Pour le Salvador:
P. J. Matheu.
S. Perez Triana.

38. Pour la Serbie:
S. Grouitch.
M. G. Milovanovitch.
M. G. Militchévitch.

39. Pour le Siam:
Mom Chatidej Udom.
C. Corragioni d'Orelli.
Luang Bhitvanarth Narübal.
Sous réserve des articles 12, 19 et 23.

40. Pour la Suède:
Joh. Hellner.

41. Pour la Suisse:
Carlin.

42. Pour la Turquie:
Turkhan.
Sous réserve de la déclaration concernant l'article 10 portée au procès-verbal de la 8^e séance plénière de la Conférence du 9 octobre 1907.

43. Pour l'Uruguay:
José Baille y Ordoñez.

44. Pour le Venezuela:
J. Gil Fortoul.

Certifié pour copie conforme.—Le Secrétaire-Général du Ministère des Affaires Etrangères des Pays-Bas, *S. Hannema.*

XIV.—Déclaration relative à l'interdiction de lancer des projectiles et des explosifs du haut de ballons

Les soussignés, Plénipotentiaires des Puissances conviées à la Deuxième Conférence Internationale de la Paix à La Haye, dûment autorisés à cet effet par leurs Gouvernements, s'inspirant des sentiments qui ont trouvé leur expression dans la Déclaration de St. Pétersbourg du 29 novembre/11 décembre 1868, et désirant renouveler la Déclaration de La Haye du 29 juillet 1899, arrivée à expiration,

23 Pelo Japão:
Aimaro Sato.
Com reserva dos artigos 19.º e 23.º

24 Pelo Luxemburgo:
Eyschen.
Cte de Villers.

25 Pelo Mexico:
G. A. Esteva.
S. B. de Mier.
F. L. de la Barra.

26 Pelo Montenegro:
Nelidow.
Martens.
N. Tcharykow.

27 Pelo Nicaragua:

28 Pela Noruega:
F. Hagerup.

29 Pelo Panamá:
B. Porras.

30 Pelo Paraguay:
G. du Monceau.

31 Pelos Paizes Baixos:
W. H. de Beaufort.
T. M. C. Asser.
Den Beer Poortugaal.
J. A. Röell.
J. A. Loeff.

32 Pelo Peru:
C. G. Candamo.

33 Pela Persia:
Momtazos-Saltaneh M. Samad Khan.
Sadigh Ul Mulk M. Ahmed Khan.
Sob reserva dos artigos 12.º, 19.º e 21.º

34 Por Portugal:
Alberto de Oliveira.

35 Pela Romania:
Edg. Mavrocordato.

36 Pela Russia:
Nelidow.
Martens.
N. Tcharykow.

37 Pelo Salvador:
P. J. Matheu.
S. Perez Triana.

38 Pela Servia:
S. Grouitch.
M. G. Milovanovitch.
M. G. Militchévitch.

39 Pelo Sião:
Mom Chatidej Udom.
C. Corragioni d'Orelli.
Luang Bhitvanarth Narübal.
Sob reserva dos artigos 12.º, 19.º e 23.º

40 Pela Suecia:
Joh. Hellner.

41 Pela Suissa:
Carlin.

42 Pela Turquia:
Turkhan.
Sob reserva da declaração relativa ao artigo 10.º, lançada na acta da 8.ª sessão plenária da Conferencia de 9 de outubro de 1907.

43 Pelo Uruguay:
José Baille y Ordoñez.

44 Por Venezuela:
J. Gil Fortoul.

Certificado por copia conforme.
O Secretario Geral do Ministerio dos Negocios Estrangeiros dos Paizes Baixos, *S. Hannema.*

XIV.—Declaração relativa á interdição de lançar, por meio de balões, projecteis e explosivos

Os abaixo assinados, Plenipotenciarios das Potencias convocadas para a Segunda Conferencia da Paz, na Haya, devidamente autorizados para este effeito pelos seus Governos;

Inspirando-se nos sentimentos que foram expressos na Declaração de S. Petersburgo de 29 de novembro, e 11 de dezembro de 1868, e desejando renovar a Declaração da Haya de 29 de julho de 1899, que attingiu seu termo

Déclarent:

Les Puissances contractantes consentent, pour une période allant jusqu'à la fin de la troisième Conférence de la Paix, à l'interdiction de lancer des projectiles et des explosifs du haut de ballons ou par d'autres modes analogues nouveaux.

Le présente Déclaration n'est obligatoire que pour les Puissances contractantes, en cas de guerre entre deux ou plusieurs d'entre elles.

Elle cessera d'être obligatoire du moment où, dans une guerre entre des Puissances contractantes, une Puissance non contractante se joindrait à l'un des belligérants.

La présente Déclaration sera ratifiée dans le plus bref délai possible.

Les ratifications seront déposées à La Haye.

Il sera dressé du dépôt des ratifications un procès-verbal, dont une copie, certifiée conforme, sera remise par la voie diplomatique à toutes les Puissances contractantes.

Les Puissances non signataires pourront adhérer à la présente Déclaration. Elles auront, à cet effet, à faire connaître leur adhésion aux Puissances contractantes, au moyen d'une notification écrite, adressée au Gouvernement des Pays-Bas et communiquée par celui-ci à toutes les autres Puissances contractantes.

S'il arrivait qu'une des Hautes Parties Contractantes dénonçât la présente Déclaration, cette dénonciation ne produirait ses effets qu'un an après la notification faite par écrit au Gouvernement des Pays-Bas et communiquée immédiatement par celui-ci à toutes les autres Puissances contractantes.

Cette dénonciation ne produira ses effets qu'à l'égard de la Puissance qui l'aura notifiée.

En foi de quoi, les Plénipotentiaires ont revêtu la présente Déclaration de leurs signatures.

Fait à La Haye, le dix-huit octobre mil neuf cent sept, en un seul exemplaire qui restera déposé dans les archives du Gouvernement des Pays-Bas et dont des copies, certifiées conformes, seront remises par la voie diplomatique aux Puissances contractantes

1. Pour l'Allemagne.

2. Pour les Etats Unis d'Amérique:

Joseph H. Choate.
Horace Porter.
U. M. Rose.
David Jayne Hill.
C. S. Sperry.
William I. Buchanan.

3. Pour l'Argentine:

Luis M. Drago.

4. Pour l'Autriche-Hongrie:

Mérey.
B^{re} Macchio.

5. Pour la Belgique:

A. Beernaert.
Van den Heuvel.
Guillanume.

6. Pour la Bolivie:

Claudio Piniola.

7. Pour le Brésil:

Ruy Barbosa.
E. Lisboa.

8. Pour la Bulgarie:

Général Major Vinaroff.
Io. Korandjouloff.

9. Pour le Chili.

10. Pour la Chine:

Loutsengtriang.
Tsiensun.

11. Pour la Colombie:

Jorge Holguin.
S. Perez Triana.
M. Vargas.

12. Pour la République de Cuba:

Antonio S. de Bustamante.
Gonzalo de Quesada.
Manuel Sanguily.

13. Pour le Danemark.

14. Pour la République Dominicaine:

Dr. Henriquez y Carvajal.
Apolinar Tejera.

15. Pour l'Equateur:

Victor M. Rendón.
E. Dorn y de Alstia.

16. Pour l'Espagne.

17. Pour la France.

Declararam:

As Potencias contratantes consentem, por um prazo que se prolongará até ao encerramento da terceira Conferencia da Paz, na interdição do lançamento por meio de balões ou por outros novos meios analogos, de projecteis e de explosivos.

A presente Declaração não é obrigatoria senão para as Potencias Contratantes, no caso de guerra entre duas ou mais de entre ellas.

Deixará de ser obrigatoria desde que em uma guerra entre Potencias Contratantes, uma Potencia não Contratante se unir a um dos belligerantes.

A presente Declaração será ratificada no mais curto prazo possivel.

As ratificações serão depositadas na Haya.

Será lavrada uma acta do deposito das ratificações, da qual será remetida uma copia autentica por via diplomatica a todas as Potencias Contratantes.

As Potencias não signatarias poderão adherir á presente Declaração. Para esse fim terão de fazer saber a sua adhesão ás Potencias contratantes, por meio de uma notificação escrita, dirigida ao Governo dos Países Baixos e communicada por este a todas as outras Potencias contratantes.

No caso de uma das Altas Partes Contratantes denunciar a presente Declaração, essa denunciação não produzirá seus efeitos senão um anno depois de notificação escrita feita ao Governo dos Países Baixos, e communicada immediatamente por este a todas as outras Potencias Contratantes.

A denunciação só produzirá seus efeitos em relação á Potencia que a tiver notificado.

Em fé do que os Plenipotenciarios appuseram as suas assinaturas na presente Declaração.

Feita na Haya, 18 de outubro de 1907, em um unico exemplar, que ficará depositado nos archivos do Governo dos Países Baixos, e do qual serão remetidas copias autenticas por via diplomatica ás Potencias Contratantes.

- 1 Pela Allemanha:
- 2 Pelos Estados-Unidos da America:
Horace Porter.
U. M. Rose.
David Jayne Hill.
C. S. Sperry.
William I. Buchanan.
- 3 Pela Argentina:
Luis M. Drago.
- 4 Pela Austria-Hungria:
Mérey.
Bon Macchio.
- 5 Pela Belgica:
A. Beernaert.
J. Van den Heuvel.
Guillaume.
- 6 Pela Bolivia:
Claudio Pinilla.
- 7 Pelo Brasil:
Ruy Barbosa.
E. Lisboa.
- 8 Pela Bulgaria:
General-major Vinaroff.
Iv. Karandjoulloff.
- 9 Pelo Chile:
- 10 Pela China:
Loutsengtsiang.
Tsiensun.
- 11 Pela Colombia:
Jorge Holguin.
S. Perez Triana.
M. Vargas.
- 12 Pela Republica de Cuba:
Antonio S. de Bustamante.
Gonzalo de Quesada.
Manuel Sanguily.
- 13 Pela Dinamarca:
- 14 Pela Republica Dominicana:
Dr. Henriquez y Carvajal.
Apolinar Tejera.
- 15 Pelo Equador:
Victor M. Rendon.
E. Dorn y de Alzúa.
- 16 Pela Espanha:
- 17 Pela França:

18. Pour la Grande-Bretagne:
Edw. Fry.
Ernest Satow.
Reay.
Henry Howard.
 19. Pour la Grèce:
Cléon Rizo Rangabé.
Georges Streit.
 20. Pour le Guatémala.
 21. Pour le Haïti:
Dalbemar Jn Joseph.
J. N. Léger.
Pierre Hudicourt.
 22. Pour l'Italie.
 23. Pour le Japon.
 24. Pour le Luxembourg:
Eyschen.
C^{te} de Villers.
 25. Pour le Mexique.
 26. Pour le Monténégro.
 27. Pour le Nicaragua.
 28. Pour la Norvège:
F. Hagerup.
 29. Pour le Panama:
B. Porras.
 30. Pour le Paraguay.
 31. Pour les Pays Bas:
W. H. de Beaufort.
T. M. C. Asser.
den Beer Poortugael.
J. A. Röell.
J. A. Loeff.
 32. Pour le Pérou:
C. G. Candamo.
 33. Pour la Perse:
Montazos-Saltaneh M. Samad Khan.
Sadigh ul Mulk M. Ahmed Khan.
 34. Pour le Portugal:
Marquis de Soveral.
Conde de Selir.
Alberto d'Oliveira.
 35. Pour la Roumanie.
 36. Pour la Russie.
 37. Pour le Salvador:
P. J. Matheu.
S. Perez Triana.
 38. Pour la Serbie.
 39. Pour le Siam:
Mom Chatidej Udom.
C. Corragioni d'Orelli.
Luang Bhuvanarth Narübal.
 40. Pour la Suède.
 41. Pour la Suisse:
Carlin.
 42. Pour la Turquie:
Turkhan.
 43. Pour l'Uruguay:
José Batlle y Ordoñez.
 44. Pour le Vénézuéla.
- 18 Pela Gran-Bretanha:
Edw. Fry.
Ernest Satow.
Reay.
Henry Howard.
- 19 Pela Grecia:
Cléon Rizo Rangabé.
Georges Streit.
- 20 Pelo Guatemala:
- 21 Pelo Haiti:
Dalbemar Jn Joseph.
J. N. Léger.
Pierre Hudicourt.
- 22 Pela Italia:
- 23 Pelo Japão:
- 24 Pelo Luxemburgo:
Eyschen.
Comte de Villers.
- 25 Pelo Mexico:
- 26 Pelo Montenegro:
- 27 Por Nicaragua:
- 28 Pela Noruega:
F. Hagerup.
- 29 Pelo Panamá:
B. Porras.
- 30 Pelo Paraguay:
- 31 Pelos Países-Baixos:
W. H. de Beaufort.
T. M. C. Asser.
Den Beer Poortugael.
J. A. Röell.
J. A. Loeff.
- 32 Pelo Peru:
C. G. Candamo.
- 33 Pela Persia:
Montazos-Saltaneh M. Samad Khan.
Sadigh Ul Mulk M. Ahmed Khan.
- 34 Por Portugal:
Marquês de Soveral.
Conde de Selir.
Alberto de Oliveira.
- 35 Pela Romania:
- 36 Pela Russia:
- 37 Pelo Salvador:
P. J. Matheu.
S. Perez Triana.
- 38 Pela Servia:
- 39 Pelo Sião:
Mom Chatidej Udom.
C. Corragioni d'Orelli.
Luang Bhuvanarth Narübal.
- 40 Pela Suecia:
- 41 Pela Suissa:
Carlin.
- 42 Pela Turquia:
Turkhan.
- 43 Pelo Uruguay:
José Batlle y Ordoñez.
- 44 Por Venezuela:
- Certifié pour copie conforme:
Le Secrétaire-Général du Ministère des Affaires Etrangères des Pays-Bas, *S. Hannema.*
- Certificado por copia conforme.
O Secretario Geral do Ministerio dos Negocios Estrangeiros dos Países Baixos, *S. Hannema.*

XV. — Acte final de la Deuxième Conférence Internationale de la Paix

XV — Acto final da Segunda Conferencia Internacional da Paz

La Deuxième Conférence Internationale de la Paix, proposée d'abord par Monsieur le Président des Etats-Unis d'Amérique, ayant été, sur l'invitation de Sa Majesté l'Empereur de Toutes les Russies, convoquée par Sa Majesté la Reine des Pays-Bas, s'est réunie le 15 juin 1907 à La Haye, dans la Salle des Chevaliers, avec la mission de donner un développement nouveau aux principes humanitaires qui ont servi de base à l'œuvre de la Première Conférence de 1899.

A Segunda Conferencia Internacional da Paz, inicialmente proposta pelo Sr. Presidente dos Estados Unidos da America, tendo sido convocada, a convite de Sua Magestade o Imperador de Todas as Russias, por Sua Magestade a Rainha dos Países Baixos, reuniu-se em 15 de junho de 1907, na Haya, na Sala dos Cavalleiros, com a missão de dar um novo desenvolvimento aos principios humanitarios que serviram de base á obra da Primeira Conferencia de 1899.

Les Puissances, dont l'énumération suit, ont pris part à la Conférence, pour laquelle Elles avaient désigné les Délégués nommés ci-après :

L'Allemagne :

Son Exc. le Baron Marschall de Bieberstein, Ministre d'Etat, Ambassadeur Impérial à Constantinople, Premier Délégué Plénipotentiaire ;

M. Krieger, Envoyé Impérial en Mission extraordinaire à la présente Conférence, Conseiller Intime de Légation et Jurisconsulte au Département des Affaires Etrangères, Membre de la Cour permanente d'Arbitrage, Second Délégué Plénipotentiaire,

M. le Contre-Amiral Siegel, Attaché Naval à l'Ambassade Impériale à Paris, Délégué de la Marine ;

M. le Major-Général de Gundell, Quartier-Maître Supérieur du Grand Etat-major de l'Armée Royale de Prusse, Délégué militaire ;

M. Zorn, Professeur à la Faculté de Droit de l'Université de Bonn, Conseiller Intime de Justice, Membre de la Chambre des Seigneurs de Prusse, et Syndic de la Couronne, Délégué scientifique ;

M. Goppert, Conseiller de Légation et Conseiller adjoint au Département des Affaires Etrangères, Délégué adjoint ;

M. Retzmann, Capitaine-Lieutenant de l'Etat-major général de la Marine, Délégué adjoint de la Marine.

Les Etats-Unis d'Amérique :

Son Exc. M. Joseph H. Choate, ancien Ambassadeur à Londres, Ambassadeur extraordinaire, Délégué Plénipotentiaire ;

Son Exc. M. Horace Porter, ancien Ambassadeur à Paris, Ambassadeur extraordinaire, Délégué Plénipotentiaire ;

Son Exc. M. Uriah M. Rose, Ambassadeur extraordinaire, Délégué Plénipotentiaire ;

Son Exc. M. David Jayne Hill, ancien Sous-Secrétaire d'Etat des Affaires Etrangères, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire à La Haye, Délégué Plénipotentiaire ;

M. le Contre-Amiral Charles S. Sperry, ancien Président de l'Ecole de Guerre maritime, Ministre plénipotentiaire, Délégué Plénipotentiaire ;

M. le Général de Brigade George B. Davis, Chef de la Justice militaire de l'Armée des Etats-Unis, Ministre plénipotentiaire, Délégué Plénipotentiaire ;

M. William I. Buchanan, ancien Ministre à Buenos Ayres, ancien Ministre au Panama, Ministre plénipotentiaire, Délégué Plénipotentiaire ;

M. James Brown Scott, Jurisconsulte du Département d'Etat des Affaires Etrangères, Délégué technique ;

M. Charles Henry Butler, Rapporteur de la Cour Suprême, Délégué technique.

La République Argentine :

Son Exc. M. Roque Saenz Peña, ancien Ministre des Affaires Etrangères, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire à Rome, Membre de la Cour permanente d'Arbitrage, Délégué Plénipotentiaire ;

Son Exc. M. Luis M. Drago, ancien Ministre des Affaires Etrangères, Député, Membre de la Cour permanente d'Arbitrage, Délégué Plénipotentiaire ;

Son Exc. M. Carlos Rodriguez Larreta, ancien Ministre des Affaires Etrangères, Membre de la Cour permanente d'Arbitrage, Délégué Plénipotentiaire ;

M. le Général Francisco Reynolds, Attaché militaire à Berlin, Délégué technique ;

M. le Capitaine de vaisseau Juan A. Martin, ancien Ministre de la Marine, Attaché naval à Londres, Délégué technique.

L'Autriche-Hongrie :

Son Exc. M. Gaetan Mérey de Kapos-Mérey, Conseiller intime de Sa Majesté Impériale et Royale Apostolique, Ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire, Premier Délégué Plénipotentiaire ;

Son Exc. le Baron Charles de Macchio, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire, Second Délégué Plénipotentiaire ;

M. Henri Lammasch, Professeur à l'Université de Vienne, Conseiller aulique, Membre de la Chambre des Seigneurs du Reichsrath autrichien, Membre de la Cour permanente d'Arbitrage, Délégué scientifique ;

M. Antoine Haus, Contre-Amiral, Délégué naval ;

M. le Baron Vladimir Giesl de Gieslingen, Major-Général, Plénipotentiaire militaire à l'Ambassade Impériale et Royale à Constantinople et à la Légation Impériale et Royale à Athènes, Délégué militaire ;

As Potencias abaixo mencionadas tomaram parte na Conferencia, para a qual haviam designado os seguintes delegados :

Allemanha :

S. Ex.ª o Barão Marschall de Bieberstein, Ministro de Estado, Embaixador Imperial em Constantinopla, Primeiro Delegado Plenipotenciario ;

O Sr. Krieger, Enviado Imperial em missão extraordinaria à presente Conferencia, Conselheiro Intimo de Legação e Jurisconsulto no Ministerio dos Negocios Estrangeiros, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem, Segundo Delegado Plenipotenciario.

O Sr. Contra-almirante, Siegel, Addido Naval à Embaixada Imperial em Paris, Delegado da Marinha ;

O Sr. Major-General de Gündel, Quartel-Mestre Superior do Grande Estado Maior do Exercito Real da Prussia, Delegado Militar ;

O Sr. Zorn, Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Bonn, Conselheiro Intimo de Justiça, Membro da Camara dos Senhores da Prussia, e Syndico da Corôa, Delegado Cientifico ;

O Sr. Goppert, Conselheiro de Legação e Conselheiro adjunto ao Ministerio dos Negocios Estrangeiros, Delegado Adjunto ;

O Sr. Retzmann, Capitão-tenente do Estado-Maior-General da Marinha, Delegado Adjunto da Marinha.

Estados Unidos da America :

S. Ex.ª o Sr. Joseph H. Choate, antigo Embaixador em Londres, Embaixador Extraordinario, Delegado Plenipotenciario ;

S. Ex.ª Sr. Horace Porter, antigo Embaixador em Paris, Embaixador Extraordinario, Delegado Plenipotenciario ;

S. Ex.ª o Sr. Uriah M. Rose, Embaixador Extraordinario, Delegado Plenipotenciario ;

S. Ex.ª o Sr. David Jayne Hill, antigo Sub-Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya, Delegado Plenipotenciario ;

O Sr. Contra-Almirante Charles S. Sperry, antigo Presidente da Escola de Guerra Maritima, Ministro Plenipotenciario, Delegado Plenipotenciario ;

O Sr. General de Brigada, George B. Davis, Chefe da Justiça Militar do Exercito dos Estados Unidos, Ministro Plenipotenciario, Delegado Plenipotenciario.

O Sr. William I. Buchanan, antigo Ministro em Buenos Ayres, antigo Ministro em Panamá, Ministro Plenipotenciario, Delegado Plenipotenciario ;

O Sr. James Brown Scott, Jurisconsulto do Ministerio de Estado dos Negocios Estrangeiros, Delegado Technico ;

O Sr. Charles Henry Butler, Relator do Tribunal Supremo, Delegado Technico ;

Republica Argentina :

S. Ex.ª o Sr. Roque Saenz Peña, antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Roma, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem, Delegado Plenipotenciario ;

S. Ex.ª o Sr. Luis M. Drago, antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros, Deputado, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem, Delegado Plenipotenciario.

S. Ex.ª o Sr. Carlos Rodriguez Larreta, antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem, Delegado Plenipotenciario ;

O Sr. General, Francisco Reynolds, Addido Militar em Berlin, Delegado technico ;

O Sr. Capitão de Mar e Guerra, Juan A. Martin, antigo Ministro da Marinha, Addido Naval em Londres, Delegado Technico.

Austria-Hungria :

S. Ex.ª o Sr. Gaetan Mérey de Kapos Mérey, Conselheiro Intimo de Sua-Majestade Imperial e Real Apostolica, Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario, Primeiro Delegado Plenipotenciario ;

S. Ex.ª o Barão Charles de Macchio, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario, Segundo Delegado Plenipotenciario ;

O Sr. Henry Lammasch, Professor da Universidade de Vienna, Conselheiro Aulico, Membro da Camara dos Senhores do Reichsrath Austriaco, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem, Delegado Cientifico ;

O Sr. Antoine Haus, Contra-Almirante, Delegado Naval ;

O Sr. Barão Vladimir Giesl de Gieslingen, Major General, Plenipotenciario Militar na Embaixada Imperial e Real em Constantinopla e na Legação Imperial e Real em Athenas, Delegado Militar ;

M. le Chevalier Othon de Weil, Conseiller aulique et ministériel au Ministère de la Maison Impériale et Royale et des Affaires Etrangères, Délégué ;

M. Jules Szilassy de Szilas et Filis, Conseiller de Légation, Délégué ;

M. Emile Konek de Norwall, Lieutenant de Vaisseau de première classe, Délégué adjoint.

La Belgique :

Son Exc. M. A. Beernaert, Ministre d'Etat, Membre de la Chambre des Représentants, Membre de l'Institut de France et des Académies Royales de Belgique et de Roumanie, Membre d'honneur de l'Institut de Droit international, Membre de la Cour permanente d'Arbitrage, Délégué Plénipotentiaire ;

Son Exc. M. J. Van den Heuvel, Ministre d'Etat, ancien Ministre de la Justice, Délégué Plénipotentiaire ;

Son Exc. le Baron Guillaume, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire à La Haye, Membre de l'Académie Royale de Roumanie, Délégué Plénipotentiaire.

La Bolivie :

Son Exc. M. Claudio Pinilla, Ministre des Affaires Etrangères, Membre de la Cour permanente d'Arbitrage, Délégué Plénipotentiaire ;

Son Exc. M. Fernando E. Guachalla, Ministre plénipotentiaire à Londres, Délégué Plénipotentiaire.

Le Brésil :

Son Exc. M. Ruy Barbosa, Ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire, Vice-Président du Sénat, Membre de la Cour permanente d'Arbitrage, Délégué Plénipotentiaire ;

Son Exc. M. Eduardo F. S. dos Santos Lisboa, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire à La Haye, Délégué Plénipotentiaire ;

M. le Colonel Roberto Trompowsky Leitão de Almeida, Attaché militaire à La Haye, Délégué technique ;

M. le Capitaine de Frégate Tancredo Burlamaqui de Moura, Délégué technique.

La Bulgarie :

M. le Général-Major de l'Etat-Major Vrban Vinaroff, Général à la Suite, Premier Délégué Plénipotentiaire ;

M. Ivan Karandjouloff, Procureur Général de la Cour de Cassation, Second Délégué Plénipotentiaire ;

M. le Capitaine de Frégate S. Dimitrieff, Chef de l'Etat-Major de la Flottille Bulgare, Délégué.

Le Chili :

Son Exc. M. Domingo Gana, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire à Londres, Délégué Plénipotentiaire ;

Son Exc. M. Augusto Matte, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire à Berlin, Délégué Plénipotentiaire ;

Son Exc. M. Carlos Concha, ancien Ministre de la Guerre, ancien Président de la Chambre des Députés, ancien Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire à Buenos-Aires, Délégué Plénipotentiaire.

La Chine :

Son Exc. M. Lou Tseng-Tsiang, Ambassadeur extraordinaire, Délégué Plénipotentiaire ;

Son Exc. The Honourable John W. Foster, ancien Secrétaire d'Etat au Département des Affaires Etrangères des Etats-Unis d'Amérique, Délégué Plénipotentiaire ;

Son Exc. M. Tsien-Sun, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire à La Haye, Délégué Plénipotentiaire ;

M. le Colonel W. S. Y. Tinge, Chef du Bureau de Justice militaire au Ministère de la Guerre, Délégué militaire ;

M. Tchang Tching Tong, Secrétaire de Légation, Délégué adjoint ;

M. Tchao-hi-Tchiou, ancien Secrétaire de la Mission et de la Légation Impériale de Chine à Paris et à Rome, Délégué adjoint.

La Colombie :

M. le Général Jorge Holguin, Délégué Plénipotentiaire ;

M. Santiago Perez Triana, Délégué Plénipotentiaire ;

Son Exc. le Général M. Vargas, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire à Paris, Délégué Plénipotentiaire.

La République de Cuba :

M. Antonio Sanchez de Bustamante, Professeur de Droit international à l'Université de la Havane, Sénateur de la République, Délégué Plénipotentiaire ;

- O Sr. *Cavalleiro Othon de Weil*, Conselheiro aulico e ministerial no Ministerio da Casa Imperial e Real e dos Negocios Estrangeiros, Delegado;
 O Sr. *Jules Szilassy de Szilas Et Pihis*, Conselheiro de Legação, Delegado;
 O Sr. *Emile Konek De Norwall*, Tenente da Armada de 1.ª classe, Delegado adjunto.

Belgica :

- S. Ex.ª o Sr. *A. Beernaert*, Ministro de Estado, Membro da Camara dos Representantes, Membro do Instituto de França e das Academias Reaes da Belgica e da Romania, Membro de Honra do Instituto de Direito Internacional, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem, Delegado Plenipotenciario;
 S. Ex.ª o Sr. *J. Van Den Heuvel*, Ministro de Estado, antigo Ministro da Justiça, Delegado Plenipotenciario;
 S. Ex.ª o Sr. *Barão Guillaume*, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya, Membro da Academia Real da Romania, Delegado Plenipotenciario.

Bolivia :

- S. Ex.ª o Sr. *Claudio Pinilla*, Ministro dos Negocios Estrangeiros, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem, Delegado Plenipotenciario;
 S. Ex.ª o Sr. *Fernando E. Guachalla*, Ministro Plenipotenciario em Londres, Delegado Plenipotenciario.

Brasil :

- S. Ex.ª o Sr. *Ruy Barbosa*, Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario, Vice-presidente do Senado, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem, Delegado Plenipotenciario;
 S. Ex.ª o Sr. *Eduardo F. S. dos Santos Lisboa*, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya, Delegado Plenipotenciario;
 O Sr. Coronel *Roberto Trompowsky Leitão de Almeida*, Addido militar na Haya, Delegado tecnico;
 O Sr. Capitão de fragata, *Tarcredo Burlamaqui de Moura*, Delegado tecnico.

Bulgaria :

- O Sr. General-major do Estado maior, *Vrban Vinaroff*, General do Sequito, Primeiro Delegado Plenipotenciario;
 O Sr. *Ivan Karandjouloff*, Procurador Geral do Tribunal de Cassação, Segundo Delegado Plenipotenciario;
 O Sr. Capitão de fragata, *S. Dimitrieff*, Chefe de Estado Maior da Esquadilha Bulgara, Delegado.

Chile :

- S. Ex.ª o Sr. *Domingo Gana*, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Londres, Delegado Plenipotenciario;
 S. Ex.ª o Sr. *Augusto Matte*, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Berlim, Delegado Plenipotenciario;
 S. Ex.ª o Sr. *Carlos Concha*, Antigo Ministro da Guerra, Antigo Presidente da Camara dos Deputados, Antigo Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Buenos Aires, Delegado Plenipotenciario.

China :

- S. Ex.ª Sr. *Lou-Tseng Tsiang*, Embaixador Extraordinario, Delegado Plenipotenciario;
 S. Ex.ª The Honourable *John W. Foster*, Antigo Secretario de Estado no Ministerio dos Negocios Estrangeiros dos Estados Unidos da America, Delegado Plenipotenciario;
 S. Ex.ª o Sr. *Tsien-Sun*, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya, Delegado Plenipotenciario;
 O Sr. Coronel *W. S. Y. Ting*, Chefe da Repartição de Justiça no Ministerio da Guerra, Delegado militar;
 O Sr. *Tchang-Tching-Tong*, Secretario de Legação, Delegado adjunto;
 O Sr. *Tchao-Hi-Ichiou*, Antigo Secretario da Missão e da Legação Imperial da China em Paris, e em Roma, Delegado adjunto.

Colombia :

- O Sr. General *Jorge Huguin*, Delegado Plenipotenciario;
 O Sr. *Santiago Perez Triana*, Delegado Plenipotenciario;
 S. Ex.ª o General *M. Vargas*, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Paris, Delegado Plenipotenciario.

Republica de Cuba :

- O Sr. *Antonio Sanchez de Bustamante*, Professor de Direito Internacional na Universidade de Havana, Senador da Republica, Delegado Plenipotenciario;

Son Exc. M. Gonzalo de Quesada y Aróstegui, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire à Washington, Délégué Plénipotentiaire;

M. Manuel Sanguily, ancien Directeur de l'Institut d'enseignement secondaire de la Havane, Sénateur de la République, Délégué Plénipotentiaire.

Le Danemark :

Son Exc. M. C. Brun, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire à Washington, Premier Délégué Plénipotentiaire;
 M. le Contre-Amiral C. F. Scheller, Deuxième Délégué Plénipotentiaire;
 M. A. Vedel, Chambellan, Chef de Section au Ministère Royal des Affaires Etrangères, Troisième Délégué Plénipotentiaire.

La République Dominicaine :

M. Francisco Henriquez I Carvajal, ancien Ministre des Affaires Etrangères, Membre de la Cour permanente d'Arbitrage, Délégué Plénipotentiaire;

M. Apolinar Tejera, Recteur de l'Institut professionnel de Saint Domingue, Membre de la Cour permanente d'Arbitrage, Délégué Plénipotentiaire.

La République de l'Équateur :

Son Exc. M. Victor Rendon, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire à Paris et à Madrid, Délégué Plénipotentiaire;
 M. Enrique Dorn y Alsúa, Chargé d'Affaires, Délégué Plénipotentiaire.

L'Espagne :

Son Exc. M. W. R. de Villa-Urrutia, Sénateur, ancien Ministre des Affaires Etrangères, Ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire à Londres, Premier Délégué Plénipotentiaire;

Son Exc. M. José de La Rica y Calvo, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire à La Haye, Délégué Plénipotentiaire;

M. Gabriel Maura y Gamazo, comte de La Mortera, Député aux Cortès, Délégué Plénipotentiaire;

M. J. Jofre Montojo, Colonel d'État Major, Aide de Camp du Ministre de la Guerre, Délégué adjoint militaire;

M. le Capitaine de Vaisseau Francisco Chacon, Délégué adjoint naval.

La France :

Son Exc. M. Léon Bourgeois, Ambassadeur extraordinaire, Sénateur, ancien Président du Conseil, ancien Ministre des Affaires Etrangères, Membre de la Cour permanente d'Arbitrage, Délégué, premier Plénipotentiaire;

M. le Baron d'Estournelles de Constant, Sénateur, Ministre plénipotentiaire de première Classe, Membre de la Cour permanente d'Arbitrage, Délégué, deuxième Plénipotentiaire;

M. Louis Renault, Professeur à la Faculté de Droit de Paris, Ministre plénipotentiaire honoraire, Jurisconsulte du Ministère des Affaires Etrangères, Membre de l'Institut, Membre de la Cour permanente d'Arbitrage, Délégué, troisième Plénipotentiaire;

Son Exc. M. Marcellin Pellet, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire à La Haye, Délégué, quatrième Plénipotentiaire;

M. le Général de Division Amourel, Délégué militaire;

M. le Contre-Amiral Arago, Délégué de la Marine;

M. Fromageot, Avocat à la Cour d'Appel de Paris, Délégué technique;

M. le Capitaine de Vaisseau Lacaze, deuxième Délégué de la Marine;

M. le Lieutenant-Colonel Siben, Attaché militaire à Bruxelles et à La Haye, deuxième Délégué militaire.

La Grande-Bretagne :

Son Exc. The Right Honourable Sir Edward Fry, G. C. B., Membre du Conseil privé, Ambassadeur extraordinaire, Membre de la Cour permanente d'Arbitrage, Délégué Plénipotentiaire;

Son Exc. The Right Honourable Sir Ernest Mason Satow, G. C. M. G., Membre du Conseil privé, Membre de la Cour permanente d'Arbitrage, Délégué Plénipotentiaire;

Son Exc. The Right Honourable Lord Reay, G. C. S. I., G. C. I. E., Membre du Conseil privé, ancien Président de l'Institut de Droit international, Délégué Plénipotentiaire;

Son Exc. Sir Henry Howard, K. C. M. G., C. B., Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire à La Haye, Délégué Plénipotentiaire;

M. le Général de Division Sir Edmond R. Elles, G. C. I. E., K. C. B., Délégué militaire;

M. le Capitaine de Vaisseau C. L. Otley, M. V. O., R. N., A. D. C., Délégué naval;

M. Eyre Crowe, Conseiller d'Ambassade, Délégué technique, premier Secrétaire de la Délégation;

S. Ex.ª O Sr. *Gonzalo de Quesada y Aróstegui*, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Washington, Delegado Plenipotenciario;

O Sr. *Manuel Sanguily*, Antigo Director do Instituto de Ensino Secundario da Havana, Senador da Republica, Delegado Plenipotenciario.

Dinamarca :

S. Ex.ª o Sr. *C. Brun*, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Washington, Primeiro Delegado Plenipotenciario;

O Sr. Contra-Almirante *C. F. Scheller*, Segundo Delegado Plenipotenciario;

O Sr. *A. Vedel*, Camarista, Chefe de Secção do Ministerio Real dos Negocios Estrangeiros. Terceiro Delegado Plenipotenciario.

Republica Dominicana :

O Sr. *Francisco Henriquez I. Carvajal*, Antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem, Delegado Plenipotenciario;

O Sr. *Apolinar Tejera*, Reitor do Instituto Profissional de S. Domingos, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem, Delegado Plenipotenciario.

Republica do Equador :

S. Ex.ª o Sr. *Victor Rendon*, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Paris e Madrid, Delegado Plenipotenciario;

O Sr. *Henrique Dorn y de Alsua*, Encarregado de Negocios, Delegado Plenipotenciario;

Espanha :

S. Ex.ª o Sr. *W. R. de Villa-Urrutia*, Senador, Antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros, Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario em Londres, Primeiro Delegado Plenipotenciario;

S. Ex.ª o Sr. *José de la Rica y Calvo*, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya, Delegado Plenipotenciario;

O Sr. *Gabriel Maura y Gamazo*, Conde de la Mortera, Deputado ás Cortes, Delegado Plenipotenciario;

O Sr. *J. Jofre Montojo*, Coronel do Estado Maior, Ajudante de Campo do Ministro da Guerra, Delegado Adjunto Militar;

O Sr. Capitão de Mar e Guerra *Francisco Chacon*, Delegado Adjunto Naval.

França :

S. Ex.ª o Sr. *Léon Bourgeois*, Embaixador Extraordinario, Senador, Antigo Presidente do Conselho, Antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem, Delegado, Primeiro Plenipotenciario;

O Sr. *Barão d'Estournelles de Constant*, Senador, Ministro Plenipotenciario de Primeira Classe, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem, Delegado, Segundo Plenipotenciario;

O Sr. *Louis Renault*, Professor da Faculdade de Direito de Paris, Ministro Plenipotenciario Honorario, Jurisconsulto do Ministerio dos Negocios Estrangeiros, Membro do Instituto, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem, Delegado, Terceiro Plenipotenciario;

S. Ex.ª o Sr. *Marcellin Pellet*, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya, Delegado, Quarto Plenipotenciario;

O Sr. General de Divisão *Amourel*, Delegado Militar;

O Sr. Contra-Almirante *Arago*, Delegado da Marinha;

O Sr. *Fromageot*, Advogado do Tribunal de Apelação de Paris, Delegado Technico;

O Sr. Capitão de Mar e Guerra *Lacaze*, Segundo Delegado da Marinha;

O Sr. Tenente Coronel *Siben*, Addido Militar em Bruxellas e na Haya, Segundo Delegado Militar.

Grã Bretanha :

S. Ex.ª The Right Honourable Sir *Edward Fry*, G. C. B. Membro do Conselho Privado, Embaixador Extraordinario, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem, Delegado Plenipotenciario;

S. Ex.ª The Right Honourable Sir *Ernest Mason Satow*, G. C. M. G. Membro do Conselho Privado, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem, Delegado Plenipotenciario;

S. Ex.ª The Right Honourable *Lord Reay*, G. C. S. I., G. C. I. E., Membro do Conselho Privado, Antigo Presidente do Instituto de Direito Internacional, Delegado Plenipotenciario;

S. Ex.ª Sir *Henry Howard*, K. C. M. G., C. B. Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya, Delegado Plenipotenciario;

O Sr. General de divisão *Sir Edmond R. Elles*, G. C. I. E., K. C. B. Delegado militar;

O Sr. Capitão de mar e guerra, *C. L. Otley*, M. V. O., R. N., A. D. C., Delegado naval;

O Sr. *Eyre Crowe*, Conselheiro de Embaixada, Delegado Technico, Primeiro Secretario da Legação;

M. Cecil Hurst, Conseiller d'Ambassade, Délégué technique, Conseiller légal de la Délégation;

M. le Lieutenant-Colonel, The Honourable Henry Yarde-Buller, D. S. O., Attaché militaire à La Haye, Délégué technique;

M. le Capitaine de frégate J. R. Segrave, R. N., Délégué technique;

M. le Commandant George K. Cockerill, Chef de Section à l'État-Major de l'Armée, Délégué technique.

La Grèce :

Son Exc. M. Cléon Rizo Rangabé, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire à Berlin, Premier Délégué Plénipotentiaire;

M. Georges Streit, Professeur de Droit International à l'Université d'Athènes, Membre de la Cour permanente d'Arbitrage, Second Délégué Plénipotentiaire;

M. le Colonel d'artillerie C. Sapountzakis, Chef de l'État-Major Général, Délégué technique.

Le Guatemala :

M. José Tible Machado, Chargé d'Affaires à La Haye et à Londres, Membre de la Cour permanente d'Arbitrage, Délégué Plénipotentiaire;

M. Enrique Gomez Carrillo, Chargé d'Affaires à Berlin, Délégué Plénipotentiaire.

La République d'Haïti :

Son Exc. M. Jean Joseph Dalbemar, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire à Paris, Délégué Plénipotentiaire.

Son Exc. M. J. N. Léger, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire à Washington, Délégué Plénipotentiaire;

M. Pierre Hudicourt, ancien Professeur de Droit international public, Avocat du Barreau de Port-au-Prince, Délégué Plénipotentiaire.

L'Italie :

Son Exc. le Comte Joseph Tornielli Brusati di Vergano, Sénateur du Royaume, Ambassadeur de Sa Majesté le Roi à Paris, Membre de la Cour permanente d'Arbitrage, Président de la Délégation Italienne, Délégué Plénipotentiaire;

Son Exc. M. Guido Pompili, Député au Parlement, Sous-Secrétaire d'État, au Ministère Royal des Affaires Étrangères, Délégué Plénipotentiaire;

M. Guido Fusinato, Conseiller d'État, Député au Parlement, ancien Ministre de l'Instruction, Délégué Plénipotentiaire;

M. Marius Nicolis de Bobilant, Général de Brigade, Délégué technique;

M. François Castiglia, Capitaine de Vaisseau, Délégué technique.

Le Japon :

Son Exc. M. Keiroku Tsudzuki, Ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire, premier Délégué Plénipotentiaire;

Son Exc. M. Aimaro Sato, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire à La Haye, second Délégué Plénipotentiaire;

M. Henry Willard Denison, Jurisconsulte du Ministère Impérial des Affaires Étrangères, Membre de la Cour permanente d'Arbitrage, Délégué technique;

M. le Major-Général Yoshifuru Akiyama, Inspecteur de la Cavalerie, Délégué technique;

M. le Contre-Amiral Hayao Shimamura, Président de l'École de la Marine à Etajima, Délégué technique.

Le Luxembourg :

Son Exc. M. Eyschen, Ministre d'État, Président du Gouvernement Grand-Ducal, Délégué Plénipotentiaire;

M. le Comte de Villers, Chargé d'Affaires à Berlin, Délégué Plénipotentiaire.

Le Mexique :

Son Exc. M. Gonzalo A. Esteva, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire à Rome, Délégué Plénipotentiaire;

Son Exc. M. Sebastian B. de Mier, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire à Paris, Délégué Plénipotentiaire;

Son Exc. M. Francisco L. de la Barra, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire à Bruxelles et à La Haye, Délégué Plénipotentiaire.

Le Monténégro :

Son Exc. M. Nelidow, Conseiller Privé Actuel, Ambassadeur de Russie à Paris, Délégué Plénipotentiaire;

Son Exc. M. de Martens, Conseiller Privé, Membre permanent du Conseil du Ministère Impérial des Affaires Étrangères de Russie, Délégué Plénipotentiaire;

O Sr. Cecil Hurst, Conselheiro de Embaixada, Delegado tecnico, Conselheiro Legal da Delegação;

O Sr. Tenente-Coronel The Honourable Henry Yarde Buller, D. S. O., Addido Militar na Haya, Delegado tecnico;

O Sr. Capitão de Fragata J. R. Segrave, R. N., Delegado Technico;

O Sr. Commandante Georges K. Cockerill, Chefe de secção do Estado-maior do exercito, Delegado tecnico.

Grécia :

S. Ex.ª o Sr. Cléon Rizo Rangabé, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Berlim, Primeiro Delegado Plenipotenciario;

O Sr. Georges Streit, Professor de Direito International na Universidade de Athenas, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem, Segundo Delegado Plenipotenciario;

O Sr. Coronel de Artilharia, C. Sapountzakis, Chefe do Estado-Maior General, Delegado tecnico;

Guatemala :

O Sr. José Tible Machado, Encarregado de Negocios na Haya e em Londres, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem, Delegado Plenipotenciario;

O Sr. Henrique Gomez Carrillo, Encarregado de Negocios em Berlim, Delegado Plenipotenciario.

Republica do Haiti :

S. Ex.ª o Sr. Jean Joseph Dalbemar, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Paris, Delegado Plenipotenciario;

S. Ex.ª o Sr. J. N. Léger, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Washington, Delegado Plenipotenciario;

O Sr. Pierre Hudicourt, Antigo Professor de Direito International Publico, Advogado do Tribunal de Porto-Principe, Delegado Plenipotenciario.

Italia :

S. Ex.ª o Conde Joseph Tornielli Brusati di Vergano, Senador do Reino, Embaixador de Sua Majestade o Rei em Paris, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem, Presidente da Delegação Italiana, Delegado Plenipotenciario;

S. Ex.ª o Sr. Guido Pompili, Deputado ao Parlamento, Sub-Secretario de Estado no Ministerio Real dos Negocios Estrangeiros, Delegado Plenipotenciario;

O Sr. Guido Fusinato, Conselheiro de Estado, Deputado ao Parlamento, Antigo Ministro de Instrucção, Delegado Plenipotenciario;

O Sr. Marius Nicolis de Bobilant, General de Brigada, Delegado tecnico;

O Sr. François Castiglia, Capitão de Mar e Guerra, Delegado tecnico.

Japão :

S. Ex.ª o Sr. Keiroku Tsudzuki, Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario, Primeiro Delegado Plenipotenciario;

S. Ex.ª o Sr. Aimaro Sato, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya, Segundo Delegado Plenipotenciario;

O Sr. Henry Willard Denison, Jurisconsulto do Ministerio Imperial dos Negocios Estrangeiros, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem, Delegado tecnico;

O Sr. Major General Yoshifuru Akiyama, Inspector da Cavallaria, Delegado Technico;

O Sr. Contra-Almirante Hayao Shimamura, Presidente da Escola da Marinha em Etajima, Delegado tecnico;

Luxemburgo :

S. Ex.ª o Sr. Eyschen, Ministro de Estado, Presidente do Governo Grão-Ducal, Delegado Plenipotenciario;

Sr. Conde de Villers, Encarregado de Negocios em Berlim, Delegado Plenipotenciario.

Mexico :

S. Ex.ª o Sr. Gonzalo A. Esteva, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Roma, Delegado Plenipotenciario;

S. Ex.ª o Sr. Sebastian B. de Mier, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Paris, Delegado Plenipotenciario;

S. Ex.ª o Sr. Francisco L. de la Barra, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Bruxellas e na Haya, Delegado Plenipotenciario.

Montenegro :

S. Ex.ª o Sr. Nelidow, Conselheiro Privado actual, Embaixador da Russia em Paris, Delegado Plenipotenciario;

S. Ex.ª o Sr. de Martens, Conselheiro Privado, Membro Permanente do Conselho do Ministerio Imperial dos Negocios Estrangeiros da Russia, Delegado Plenipotenciario;

Son Exc. M. Tcharykow, Conseiller d'État Actuel, Chambellan, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire de Russie à La Haye, Délégué Plénipotentiaire.

Le Nicaragua

Son Exc. M. Crisanto Medina, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire à Paris, Délégué Plénipotentiaire.

La Norvège :

Son Exc. M. Francis Hagerup, ancien Président du Conseil, ancien Professeur de Droit, Membre de la Cour permanente d'Arbitrage, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire à La Haye et à Copenhague, Délégué Plénipotentiaire;

M. Joachim Grieg, Armateur et Député, Délégué technique;

M. Christian Lous Lange, Secrétaire du Comité Nobel du Storting Norvégien, Délégué technique.

Le Panama :

M. Belisario Porras, Délégué Plénipotentiaire.

Le Paraguay :

Son Exc. M. Eusebio Machaïn, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire à Paris, Délégué Plénipotentiaire.

Les Pays-Bas :

M. W. H. de Beaufort, ancien Ministre des Affaires Étrangères, Membre de la Seconde Chambre des États Généraux, Délégué Plénipotentiaire;

Son Exc. M. T. M. C. Asser, Ministre d'État, Membre du Conseil d'État, Membre de la Cour permanente d'Arbitrage, Délégué Plénipotentiaire;

Son Exc. le Jonkheer J. C. C. Den Beer Poortugael, Lieutenant-Général en retraite, ancien Ministre de la Guerre, Membre du Conseil d'État, Délégué Plénipotentiaire;

Son Exc. le Jonkheer J. A. Röell, Aide de Camp de Sa Majesté la Reine en service extraordinaire, Vice-Amiral en retraite, ancien Ministre de la Marine, Délégué Plénipotentiaire;

M. J. A. Loeff, ancien Ministre de la Justice, Membre de la Seconde Chambre des États-Généraux, Délégué Plénipotentiaire;

M. H. L. Van Oordt, Lieutenant-Colonel de l'État-major, Professeur à l'École supérieure militaire, Délégué technique;

M. le Jonkheer W. J. M. Van Eysinga, Chef de la Direction politique au Ministère des Affaires Étrangères, Délégué adjoint;

M. le Jonkheer H. A. Van Karnebeek, Gentilhomme de la Chambre, Sous-Chef de Division au Ministère des Colonies, Délégué adjoint;

M. H. G. Surie, Lieutenant de Vaisseau de première classe, Délégué technique.

Le Pérou :

Son Exc. M. Carlos G. Candamo, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire à Paris et à Londres, Membre de la Cour permanente d'Arbitrage, Délégué Plénipotentiaire;

M. Gustavo de la Fuente, Premier Secrétaire de Légation à Paris, Délégué adjoint.

La Perse :

Son Exc. Samad Khan Momtas-Es-Saltaneh, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire à Paris, Membre de la Cour permanente d'Arbitrage, Délégué, premier Plénipotentiaire;

Son Exc. Mirza Ahmed Khan Sadig Ul Mulk, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire à La Haye, Délégué Plénipotentiaire;

M. Hennebicq, Jurisconsulte du Ministère des Affaires Étrangères à Téhéran, Délégué technique.

Le Portugal :

Son Exc. le Marquis de Soveral, Conseiller d'État, Pair du Royaume, ancien Ministre des Affaires Étrangères, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire à Londres, Ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire, Délégué Plénipotentiaire;

Son Exc. le Comte de Selir, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire à La Haye, Délégué Plénipotentiaire;

Son Exc. M. Alberto d'Oliveira, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire à Berne, Délégué Plénipotentiaire;

M. le Lieutenant-Colonel d'Etat-Major Thomaz Antonio Garcia Rosado, Délégué technique;

M. Guilherme Ivens Ferraz, Capitaine-Lieutenant de la Marine, Délégué technique.

La Roumanie :

Son Exc. M. Alexandre Beldiman, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire à Berlin, premier Délégué Plénipotentiaire;

S. Ex.ª o Sr. *Tcharykow*, Conselheiro de Estado Actual, Camarista, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Russia na Haya, Delegado Plenipotenciario.

Nicaragua :

S. Ex.ª o Sr. *Crisanto Medina*, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Paris, Delegado Plenipotenciario.

Noruega :

S. Ex.ª o Sr. *Francis Hagerup*, antigo Presidente do Conselho, antigo professor de Direito, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya e em Copenhague, Delegado Plenipotenciario ;

O Sr. *Jochim Greg*, Armador e Deputado, Delegado Technico ;

O Sr. *Christian Lous Lange*, Secretario do Comité Nobel do Storting Noruegues, Delegado Plenipotenciario.

Panamá :

O Sr. *Belisario Porras*, Delegado Plenipotenciario.

Paraguay :

S. Ex.ª o Sr. *Eusebio Machain*, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Paris, Delegado Plenipotenciario.

Paizes-Baixos :

O Sr. *W. H. Beaufort*, antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros, membro da Segunda Camara dos Estados-Geraes, Delegado Plenipotenciario ;

S. Ex.ª o Sr. *T. M. C. Asser*, Ministro de Estado, Membro do Conselho de Estado, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem, Delegado Plenipotenciario ;

S. Ex.ª o Sr. *Jonkheer J. C. C. Den Beer Poortgael*, Tenente-general reformado, antigo Ministro da Guerra, membro do Conselho de Estado, Delegado Plenipotenciario ;

S. Ex.ª o Sr. *Jonkheer J. A. Riell*, Ajudante de Campo de Sua Majestade a Rainha em serviço extraordinario, Vice-almirante reformado, antigo Ministro da Marinha, Delegado Plenipotenciario ;

O Sr. *J. A. Loeff*, antigo Ministro da Justiça, Membro da Segunda Camara dos Estados Geraes, Delegado Plenipotenciario ;

O Sr. *H. L. Van Oordt*, Tenente-coronel do Estado-maior, Professor da Escola Superior Militar, Delegado Technico ;

O Sr. *Jonkheer W. Z. M. Van Eysinga*, Chefe da Direcção Politica no Ministerio dos Negocios Estrangeiros, Delegado Adjunto ;

O Sr. *Jonkheer H. A. Van Karnebeek*, Gentil-homem da Camara, Sub chefe da Divisão do Ministerio das Colonias, Delegado Adjunto ;

O Sr. *H. G. Surie*, Tenente da Armada de 1.ª classe, Delegado Technico.

Peru :

S. Ex.ª o Sr. *Carlos G. Gandamo*, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Paris e Londres, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem, Delegado Plenipotenciario ;

O Sr. *Gustavo de la Fuente*, Primeiro Secretario da Legação em Paris, Delegado Adjunto.

Persia :

S. Ex.ª *Samad Khan Momtas-Es-Saltaneh*, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Paris, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem, Delegado, Primeiro Plenipotenciario ;

S. Ex.ª *Mirza Ahmed Khan Sadig ul Mulk*, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya, Delegado Plenipotenciario ;

O Sr. *Hennebick*, Jurisconsulte do Ministerio dos Negocios Estrangeiros em Tehéran, Delegado technico.

Portugal :

S. Ex.ª o Sr. *Marquês de Soveral*, Conselheiro de Estado, Par do Reino, antigo Ministro dos Negocios Estrangeiros, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Londres, Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario, Delegado Plenipotenciario.

S. Ex.ª o Sr. *Conde de Selir*, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya, Delegado Plenipotenciario ;

S. Ex.ª o Sr. *Alberto de Oliveira*, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Berne, Delegado Plenipotenciario ;

O Sr. Tenente-coronel do Estado Maior, *Thomas Antonio Garcia Rosado*, Delegado technico ;

O Sr. *Guilherme Ivens Ferraz*, Capitão-tenente da Armada, Delegado technico.

Romania :

S. Ex.ª o Sr. *Alexandre Beldiman*, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Berlim, primeiro Delegado Plenipotenciario ;

Son Exc. M. *Edgard Mavrocordato*, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire à La Haye, second Délégué Plénipotentiaire ;

M. le Capitaine *Alexandre Sturdza*, du Grand Etat-major, Délégué technique.

La Russie :

Son Exc. M. *Nelidow*, Conseiller Privé Actuel, Ambassadeur de Russie à Paris, Délégué Plénipotentiaire ;

Son Exc. M. de *Martens*, Conseiller Privé, Membre permanent du Conseil du Ministère Impérial des Affaires Étrangères, membre de la Cour Permanente d'Arbitrage, Délégué Plénipotentiaire ;

Son Exc. M. *Tcharykow*, Conseiller d'Etat Actuel, Chambellan, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire à La Haye, Délégué Plénipotentiaire ;

M. *Prozor*, Conseiller d'Etat Actuel, Chambellan, Ministre de Russie à Rio-Janeiro, Délégué technique ;

M. le Major-Général *Yermolow*, Attaché militaire à Londres, Délégué technique ;

M. le Colonel *Michelson*, Attaché militaire à Berlin, Délégué technique ;

M. le Capitaine de Vaisseau *Behr*, Attaché naval à Londres, Délégué technique ;

M. le Colonel de l'Amirauté *Ovtchinnikow*, Professeur de Droit international à l'Académie de la Marine, Délégué technique.

Le Salvador :

M. *Pedro J. Mathen*, Chargé d'Affaires à Paris, Membre de la Cour permanente d'Arbitrage, Délégué Plénipotentiaire ;

M. *Santiago Perez Triana*, Chargé d'Affaires à Londres, Membre de la Cour permanente d'Arbitrage, Délégué Plénipotentiaire.

La Serbie :

Son Exc. le Général *Sava Grouitch*, Président du Conseil d'Etat, Délégué Plénipotentiaire ;

Son Exc. M. *Milovan Milovanovitch*, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire à Rome, Membre de la Cour permanente d'Arbitrage, Délégué Plénipotentiaire ;

Son Exc. M. *Michel Militchévitch*, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire à Londres et à La Haye, Délégué Plénipotentiaire.

Le Siam :

M. le Major-Général *Mom Chatidej Udom*, Délégué Plénipotentiaire ;

M. *Corragioni d'Orelli*, Conseiller de Légation à Paris, Délégué Plénipotentiaire ;

M. le Capitaine *Luang Bhuvanarth Narubal*, Délégué Plénipotentiaire.

La Suède :

Son Exc. M. *Knut Hjalmar Leonard Hammar-skjold*, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire à Copenhague, ancien Ministre de la Justice, Membre de la Cour permanente d'Arbitrage, premier Délégué Plénipotentiaire ;

M. *Johannes Hellner*, ancien Ministre sans Portefeuille, ancien Membre de la Cour Suprême de Suède, Membre de la Cour permanente d'Arbitrage, second Délégué Plénipotentiaire ;

M. le Colonel *David Hedengren*, Chef d'un régiment d'artillerie, Délégué technique ;

M. *Gustaf de Klint*, Capitaine de Frégate, Chef de Section à l'Etat-major de la Marine Royale, Délégué technique.

La Suisse :

Son Exc. M. *Gaston Carlin*, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire à Londres et à La Haye, Délégué Plénipotentiaire ;

M. *Eugène Borel*, Colonel d'Etat-Major Général, Professeur à l'Université de Genève, Délégué Plénipotentiaire ;

M. *Max Huber*, Professeur de Droit à l'Université de Zurich, Délégué Plénipotentiaire.

La Turquie :

Son Exc. *Turkhan Pacha*, Ambassadeur extraordinaire, Ministre de l'Evkaf, premier Délégué Plénipotentiaire ;

Son Exc. *Réhid Bey*, Ambassadeur de Turquie à Rome, Délégué Plénipotentiaire ;

Son Exc. le Vice-Amiral *Mehemmed Pacha*, Délégué Plénipotentiaire ;

Raif Bey, Conseiller légiste de la Liste Civile, Délégué adjoint ;

Le Colonel d'Etat-Major *Mehemmed Said Bey*, Délégué adjoint.

L'Uruguay :

M. *José Battle y Ordoñez*, ancien Président de la République, Membre de la Cour permanente d'Arbitrage, premier Délégué Plénipotentiaire ;

Son Exc. M. *Juan P. Castro*, ancien Président du Sénat, Envoyé extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire à Paris, Membre de la Cour permanente d'Arbitrage, Délégué Plénipotentiaire.

S. Ex.ª o Sr. *Edgard Mavrocordato*, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya, segundo Delegado Plenipotenciario ;

O Sr. Capitão *Alexandre Sturdza*, do Grande Estado Maior, Delegado technico.

Russia :

S. Ex.ª o Sr. *Nelidow* Conselheiro Privado actual, Embaixador da Russia em Paris, Delegado Plenipotenciario ;

S. Ex.ª o Sr. de *Martens*, Conselheiro Privado, Membro Permanente do Conselho do Ministerio Imperial dos Negocios Estrangeiros, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem, Delegado Plenipotenciario ;

S. Ex.ª o Sr. *Tcharykow*, Conselheiro de Estado actual, Camarista, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya, Delegado Plenipotenciario ;

O Sr. *Prozor*, Conselheiro de Estado actual, Camarista, Ministro da Russia no Rio de Janeiro, Delegado Technico ;

O Sr. Major General *Yermolow*, Addido militar em Londres, Delegado Technico ;

O Sr. Coronel *Michelson*, Addido militar em Berlim, Delegado Technico ;

O Sr. Capitão tenente *Behr*, Addido naval em Londres, Delegado Technico ;

O Sr. Coronel do Almirantado, *Ovtchinnikow*, Professor de Direito Internacional da Academia de Marinha, Delegado Technico.

Salvador :

O Sr. *Pedro J. Mathen*, Encarregado de Negocios em Paris, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem, Delegado Plenipotenciario ;

O Sr. *Santiago Perez Triana*, Encarregado de Negocios em Londres, Membro do Tribunal de Arbitragem, Delegado Plenipotenciario.

Servia :

S. Ex.ª o Sr. General *Sava Grouitch*, Presidente do Conselho de Estado, Delegado Plenipotenciario ;

S. Ex.ª o Sr. *Milovan Milovanovitch*, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Roma, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem, Delegado Plenipotenciario ;

S. Ex.ª o Sr. *Michel Militchévitch*, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Londres e na Haya, Delegado Plenipotenciario.

Sião :

O Sr. Major General *Mom Chatidej Udom*, Delegado Plenipotenciario ;

O Sr. *Corragioni D'Orelli*, Conselheiro de Legação em Paris, Delegado Plenipotenciario ;

O Sr. Capitão *Luang Bhuvanarth Narubal*, Delegado Plenipotenciario.

Suecia :

S. Ex.ª o Sr. *Knut Hjalmar Leonard Hammar-skjold*, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Copenhague, antigo Ministro da Justiça, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem, primeiro Delegado Plenipotenciario ;

O Sr. *Johannes Hellner*, antigo Ministro sem pasta, antigo Membro do Tribunal Supremo da Suecia, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem, segundo Delegado Plenipotenciario ;

O Sr. *David Hedengren*, Chefe de um regimento de artilharia, Delegado Technico ;

O Sr. *Gustaf de Klint*, Capitão de fragata, Chefe de secção no Estado Maior da Marinha Real, Delegado Technico.

Suissa :

S. Ex.ª o Sr. *Gaston Carlin*, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Londres e na Haya, Delegado Plenipotenciario ;

O Sr. *Eugène Borel*, Coronel de Estado Maior General, Professor da Universidade de Genebra, Delegado Plenipotenciario ;

O Sr. *Max Huber*, Professor de Direito na Universidade de Zurich, Delegado Plenipotenciario.

Turquia :

S. Ex.ª o Sr. *Turkhan Pacha*, Embaixador Extraordinario, Ministro do Evkaf, primeiro Delegado Plenipotenciario ;

S. Ex.ª o Sr. *Réhid Bey*, Embaixador da Turquia em Roma, Delegado Plenipotenciario ;

S. Ex.ª o Sr. Vice-almirante *Mehemmed Pacha*, Delegado Plenipotenciario ;

Raif Bey, Conselheiro legista da Lista Civil, Delegado adjunto.

O Coronel do Estado Maior *Mehemmed Said Bey*, Delegado adjunto.

Uruguay :

O Sr. *José Battle y Ordoñez*, antigo Presidente da Republica, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem, primeiro Delegado Plenipotenciario ;

S. Ex.ª o Sr. *Juan P. Castro*, antigo Presidente do Senado, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Paris, Membro do Tribunal Permanente de Arbitragem, Delegado Plenipotenciario ;

M. le Colonel *Sebastian Buquet*, Premier Chef de régiment d'artillerie de campagne, Délégué technique.

Les Etats-Unis du Vénézuéla:

M. José Gil Fortoul, Chargé d'Affaires à Berlin, Délégué Plénipotentiaire.

Dans une série de réunions, tenues du 15 juin au 18 octobre 1907, où les Délégués précités ont été constamment animés du désir de réaliser, dans la plus large mesure possible, les vues généreuses de l'Auguste Initiateur de la Conférence et les intentions de leurs Gouvernements, la Conférence a arrêté, pour être soumis à la signature des Plénipotentiaires, le texte des Conventions et de la Déclaration énumérées ci-après et annexées au présent Acte:

- I. Convention pour le règlement pacifique des conflits internationaux.
- II. Convention concernant la limitation de l'emploi de la force pour le recouvrement de dettes contractuelles.
- III. Convention relative à l'ouverture des hostilités.
- IV. Convention concernant les lois et coutumes de la guerre sur terre.
- V. Convention concernant les droits et les devoirs des Puissances et des personnes neutres en cas de guerre sur terre.
- VI. Convention relative au régime des navires de commerce ennemis au début des hostilités.
- VII. Convention relative à la transformation des navires de commerce en bâtiments de guerre.
- VIII. Convention relative à la pose de mines sous-marines automatiques de contact.
- IX. Convention concernant le bombardement par des forces navales en temps de guerre.
- X. Convention pour l'adaptation à la guerre maritime des principes de la Convention de Genève.
- XI. Convention relative à certaines restrictions à l'exercice du droit de capture dans la guerre maritime.
- XII. Convention relative à l'établissement d'une Cour internationale des prises.
- XIII. Convention concernant les droits et les Puissances neutres en cas de guerre maritime.
- XIV. Déclaration relative à l'interdiction de lancer des projectiles et des explosifs du haut de ballons.

Ces Conventions et cette Déclaration formeront autant d'actes séparés. Ces actes porteront la date de ce jour et pourront être signés jusqu'au 30 juin 1908 à La Haye par les Plénipotentiaires des Puissances représentés à la Deuxième Conférence de la Paix.

La Conférence, se conformant à l'esprit d'entente et de concessions réciproques qui est l'esprit même de ses délibérations, a arrêté la déclaration suivante qui, tout en réservant à chacune des Puissances représentées le bénéfice de ses votes, leur permet de toutes d'affirmer les principes qu'Elles considèrent comme unanimement reconnus:

Elle est unanime,

- 1º A reconnaître le principe de l'arbitrage obligatoire;
- 2º A déclarer que certains différends, et notamment ceux relatifs à l'interprétation et à l'application des stipulations conventionnelles internationales, sont susceptibles d'être soumis à l'arbitrage obligatoire sans aucune restriction.

Elle est unanime enfin à proclamer que, s'il n'a pas été donné de conclure dès maintenant une Convention en ce sens, les divergences d'opinion qui se sont manifestées, n'ont pas dépassé les limites d'une controverse juridique, et qu'en travaillant ici ensemble pendant quatre mois, toutes les Puissances du monde, non seulement ont appris à se comprendre et à se rapprocher davantage, mais ont su dégager, au cours de cette longue collaboration, un sentiment très élevé du bien commun de l'humanité.

En outre, la Conférence a adopté à l'unanimité la Résolution suivante:

La Deuxième Conférence de la Paix confirme la Résolution adoptée par la Conférence de 1899 à l'égard de la limitation des charges militaires; et, vu que les charges militaires se sont considérablement accrues dans presque tous les pays depuis ladite année, la Conférence déclare qu'il est hautement désirable de voir les Gouvernements reprendre l'étude sérieuse de cette question.

Elle a, de plus, émis les Voeux suivants:

- 1º La Conférence recommande aux Puissances signataires l'adoption du projet ci-annexé de Convention pour l'établissement d'une Cour de Justice arbitrale, et sa mise en vigueur dès qu'un accord sera intervenu sur le choix des juges et la constitution de la Cour.
- 2º La Conférence émet le vœu qu'en cas de guerre, les autorités compétentes, civiles et militaires, se fassent un devoir tout spécial d'assurer et de protéger le maintien des rapports pacifiques, et notamment des relations commerciales et industrielles entre les populations des Etats belligérants et les pays neutres.
- 3º La Conférence émet le vœu que les Puissances règlent, par des Conventions particulières, la situation, au

O Sr. Coronel *Sebastian Buquet*, primeiro chefe do regimento de artilharia de campanha, Delegado tecnico.

Estados Unidos de Venezuela:

O Sr. *José Gil Fortoul*, encarregado de negocios em Berlim, Delegado Plenipotenciario.

Numa serie de reuniões effectuadas de 15 de junho a 18 de outubro de 1907, em que os supracitados Delegados se acharam constantemente animados do desejo de realizar, na maior extensão possível, os generosos intuitos do Augusto Iniciador da Conferencia e as intenções dos seus respectivos Governos, formulou a Conferencia, para serem submettidos á assinatura dos Plenipotenciarios, os textos das seguintes Convenções e Declaração, annexas ao presente Acto.

- I. Convenção para solução pacifica dos conflictos internacionais.
- II. Convenção relativa á limitação do emprego da força para cobrança de dividas derivadas de contractos.
- III. Convenção relativa á abertura das hostilidades.
- IV. Convenção relativa ás leis e costumes da guerra terrestre.
- V. Convenção relativa aos direitos e deveres das Potencias e das pessoas neutras, no caso de guerra terrestre.
- VI. Convenção relativa ao regime dos navios mercantes inimigos, no principio das hostilidades.
- VII. Convenção relativa á transformação dos navios mercantes em navios de guerra.
- VIII. Convenção relativa á collocação de minas submarinas automaticas de contacto.
- IX. Convenção relativa ao bombardeamento por forças navaes em tempo de guerra.
- X. Convenção para adaptação á guerra marítima dos principios da Convenção de Genebra.
- XI. Convenção relativa á certas restricções do exercicio do direito de captura na guerra marítima.
- XII. Convenção relativa á instituição de um Tribunal internacional de presas.
- XIII. Convenção relativa aos direitos e deveres das Potencias neutras no caso de guerra marítima.
- XIV. Declaração relativa á interdição de lançar, por meio de balões, projeteis e explosivos.

Estas Convenções e Declaração formarão outros tantos actos separados. Esses actos terão a data de hoje e poderão ser assinadas até 30 de junho de 1908, na Haya, pelos Plenipotenciarios das Potencias representadas na Segunda Conferencia da Paz.

A Conferencia, conformando-se com o espirito de conciliação e de concessões reciprocas, que é o verdadeiro espirito das suas deliberações, concordou na seguinte Declaração a qual, reservando a cada uma das Potencias representadas o beneficio dos seus votos, permite a todas afirmar os principios que consideram como unanimemente reconhecidos.

É unanime:

- 1º Em reconhecer o principio de arbitragem obrigatoria.
- 2º Em declarar que certos litigios, e designadamente os relativos á interpretação e á applicação das estipulações convencionaes internacionais, são susceptiveis de serem submettidos á arbitragem obrigatoria sem restricção alguma.

É, por fim, unanime em proclamar que, se não chegou a concluir desde já uma Convenção neste sentido, as divergencias de opinião que se manifestaram não passaram dos limites de uma controversa juridica, e que, trabalhando aqui conjuntamente, durante quatro meses, todas as Potencias do mundo, não só aprenderam a comprehender-se e a aproximar-se ainda mais, mas souberam evidenciar no decurso d'esta longa collaboração um sentimento muito elevado do bem commum da humanidade.

Alem d'isso a Conferencia adoptou por unanimidade a seguinte resolução:

A Segunda Conferencia da Paz confirma a resolução adoptada pela Conferencia de 1899 a respeito da limitação das despesas militares, e visto que as despesas militares aumentaram consideravelmente em quasi todos os paises desde aquelle anno, a Conferencia declara ser muito para desejar, que os Governos retomem o estudo serio d'esta questão.

Emitiu ainda, os votos seguintes:

- 1º A Conferencia recommenda ás Potencias signatarias a adopção do projecto annexo de Convenção para estabelecimento de um Tribunal de Justiça arbitral, e que elle seja posto em vigor logo que se tenha chegado a accordo sobre a escolha dos juizes e a constituição do Tribunal
- 2º A Conferencia emite o voto de que, em caso de guerra, as autoridades competentes civis e militares, se imponham o especial dever de assegurar e proteger a manutenção das relações pacificas e particularmente as relações commerciaes e industriaes entre as populações dos Estados belligerantes e os paises neutras.
- 3º A Conferencia emite o voto de que as Potencias regulem, por meio de Convenções particulares, a situação,

point de vue des charges militaires, des étrangers établis sur leurs territoires.

4º La Conférence émet le vœu que l'élaboration d'un règlement relatif aux lois et coutumes de la guerre maritime figure au programme de la prochaine Conférence et que, dans tous les cas, les Puissances appliquent, autant que possible, à la guerre sur mer, les principes de la Convention relative aux lois et coutumes de la guerre sur terre.

Enfin, la Conférence recommande aux Puissances la réunion d'une troisième Conférence de la Paix qui pourrait avoir lieu, dans une période analogue à celle qui s'est écoulée depuis la précédente Conférence, à une date à fixer d'un commun accord entre les Puissances, et elle appelle leur attention sur la nécessité de préparer les travaux de cette troisième Conférence assez longtemps à l'avance pour que ses délibérations se poursuivent avec l'autorité et la rapidité indispensables.

Pour atteindre à ce but, la Conférence estime qu'il serait très désirable que, environ deux ans avant l'époque probable de la réunion, un Comité préparatoire fût chargé par les Gouvernements de recueillir les diverses propositions à soumettre à la Conférence, de rechercher les matières susceptibles d'un prochain règlement international et de préparer un programme que les Gouvernements arrêteraient assez tôt pour qu'il pût être sérieusement étudié dans chaque pays. Ce Comité serait, en outre, chargé de proposer un mode d'organisation et de procédure pour la Conférence elle-même.

En foi de quoi, les Plénipotentiaires ont signé le présent acte et y ont apposé leurs cachets.

Fait à La Haye, le dix-huit octobre mil neuf cent sept, en un seul exemplaire, qui sera déposé dans les archives du Gouvernement des Pays-Bas et dont les copies, certifiées conformes, seront délivrées à toutes les Puissances représentées à la Conférence.

1. Pour l'Allemagne:
Freiherr von Marschall.
Kriege.
2. Pour les Etats Unis d'Amérique:
Joseph H. Choate
Horace Porter.
U. M. Rose.
David Jayne Hill.
C. S. Sperry.
William Buchanan.
3. Pour l'Argentine:
Roque Saenz Peña.
Luis M. Drago.
C. Ruiz Larreta.
4. Pour l'Autriche-Hongrie:
Mérey.
B^m Macchio.
5. Pour la Belgique:
A. Beernaert.
J. Van den Heuvel.
Guillaume.
6. Pour la Bolivie:
Claudio Pinilla.
7. Pour le Brésil:
Ruy Barbosa.
E. Lisboa.
8. Pour la Bulgarie:
General-Major Vinaroff.
Iv. Karandjoulloff.
9. Pour le Chili:
Domingo Gana.
Augusto Matte.
Carlos Concha.
10. Pour la Chine:
Loutsingtsiang.
Tsiensun.
11. Pour la Colombie:
Jorge Holguin.
S. Perez Triana.
M. Vargas.
12. Pour la Cuba:
Antonio S. de Bustamante.
Gonzalo de Quesada.
Manuel Sanguily.
13. Pour le Danemark:
C. Brun.
14. Pour la République Dominicaine:
Dr. Henriquez y Carvajal.
Apolinar Tejera.

sob o ponto de vista das obrigações militares, dos estrangeiros estabelecidos nos seus territorios.

4.º A Conferencia emite o voto de que no programma da próxima Conferencia figure a elaboração de um regulamento relativo ás leis e costumes da guerra marítima e que, em todos os casos, as Potencias applicuem, quanto possível, á guerra no mar os principios da Convenção relativa ás leis e costumes da guerra terrestre.

Emfim, a Conferencia recommenda ás Potencias a reunião de uma terceira Conferencia da Paz, que poderia realisar-se em um prazo analogo ao que decorreu desde a precedente Conferencia, em data fixada de commum acôrdo entre as Potencias, e chama a attenção d'estas para a necessidade de preparar os trabalhos d'essa terceira Conferencia, com bastante antecedencia, para que as suas deliberações prosigam com a autoridade e a rapidez indispensaveis.

Para alcançar este objectivo, a Conferencia entende que seria muito para desejar que dois annos, pouco mais ou menos, antes da epoca provavel da reunião, fosse pelos Governos encarregada uma Commissão preparatoria de reunir as diversas propostas que tenham de ser submettidas á Conferencia, de procurar as materias susceptiveis de proxima regularização internacional, e de preparar um programma que os Governos organizariam com antecedencia bastante para poder ser estudado seriamente em cada pais. Esta Commissão seria, alem d'isso, encarregada de propor uma forma de organização e de processo para a propria Conferencia.

Em testemunho do que os Plenipotenciarios assinaram o presente Acto e lhe appuseram os seus sellos.

Feito na Haya em dezoito de outubro de mil novecentos e sete em um unico exemplar que será depositado nos archivos do Governo dos Paizes Baixos, e do qual serão entregues copias authenticadas a todas as Potencias representadas na Conferencia.

1 Pela Allemanha:
*Freiherr von Marschall.
Kriege.*

2 Pelos Estados Unidos da America:
*Joseph H. Choate.
Horace Porter.
U. M. Rose.
David Jayne Hill.
C. S. Sperry.
William Buchanan.*

3 Pela Argentina:
*Roque Saenz Peña.
Luis M. Drago.
C. Ruiz Larreta.*

4 Pela Austria-Hungria:
*Mérey.
Bon Macchio.*

5 Pela Belgica:
*A. Beernaert.
J. Van den Heuvel.
Guillaume.*

6 Pela Bolivia:
Claudio Pinilla.

7 Pelo Brasil:
*Ruy Barbosa.
E. Lisboa.*

8 Pela Bulgaria:
*General-Major Vinaroff.
Iv. Karandjouloff.*

9 Pelo Chili:
*Domingo Gana.
Augusto Matte.
Carlos Concha.*

10 Pela China:
*Loutsingsiang.
Tsiensun.*

11 Pela Colombia:
*Jorge Holguin.
S. Perez Triana.
M. Vargas.*

12 Por Cuba:
*Antonio S. de Bustamante.
Gonzalo de Quesada.
Manuel Sanguily.*

13 Pela Dinamarca:
C. Brun.

14 Pela Republica Dominicana:
*Dr. Henriquez y Carvajal.
Apolinar Tejera.*

15. Pour l'Equateur:
*Victor M. Rendon.
E. Dorn y de Alsua.*

16. Pour l'Espagne:
*W. R. de Villa Urrutia.
José de la Rica y Calvo.
Gabriel Maura.*

17. Pour la France:
*Léon Bourgeois.
D'Estournelles de Constant.
L. Renault.
Marcellin Pellet.*

18. Pour la Grande-Bretagne:
*Edw. Fry.
Ernest Satow.
Reay.
Henry Howard.*

19. Pour la Grèce:
*Cléon Rizo Rangabé.
Georges Streit.*

20. Pour le Guatémala:
*José Tibbe Machado.
Gomez Carillo.*

21. Pour le Haiti:
*Dalbémar Jn. Joseph.
J. N. Léger.
Pierre Hudicourt.*

22. Pour l'Italie:
*G. Tornielli.
G. Pompilj.
G. Fusinato.*

23. Pour le Japon:
*Keiroke Tsudzuki.
Aimaro Sato.*

24. Pour le Luxembourg:
*Eyschen.
Comte de Villers.*

25. Pour le Mexique:
*G. A. Esteva.
S. B. de Mier.
F. L. de la Barra.*

26. Pour le Monténégro:
*Nelidow.
Martens.
Tcharykow.*

27. Pour le Nicaragua:
Crisanto Medina.

28. Pour la Norvège:
F. Hagerup.

29. Pour le Panama:
B. Porras.

30. Pour le Paraguay:

31. Pour les Pays-Bas:
*W. H. de Beaufort.
T. M. C. Asser.
Den Beer Poortugael.
J. A. Roell.
J. A. Loeff.*

32. Pour le Pérou:
C. G. Candamo.

33. Pour la Perse:
*Momtazos-Sultaneh M. Samad Khan.
Sadigh ul Mulk M. Ahmed Khan.*

34. Pour le Portugal:
*Marquis de Soveral.
Conde de Selir.
Alberto d'Oliveira.*

35. Pour la Roumanie:
*A. Beldiman.
Edg. Mavrocordato.*

36. Pour la Russie:
*Nelidow.
Martens.
Tcharykow.*

37. Pour le Salvador:
*P. J. Matheu.
S. Perez Triana.*

38. Pour la Serbie:
*S. Grouitch.
M. G. Milovanovitch.
M. G. Militchevitch.*

15 Pelo Equador:
*Victor M. Rendon.
E. Dorn y de Alsua.*

16 Pela Espanha:
*W. R. de Villa Urrutia.
José de la Rica y Calvo.
Gabriel Maura.*

17 Pela França:
*Léon Bourgeois.
d'Estournelles de Constant.
L. Renault.
Marcellin Pellet.*

18 Pela Grã-Bretanha:
*Edward Fry.
Ernest Satow.
Reay.
Henry Howard.*

19 Pela Grecia:
*Cléon Rizo Rangabé.
Georges Streit.*

20 Pelo Guatemala:
*José Tibbe Machado.
Gomez Carillo.*

21 Pelo Haiti:
*Dalbémar Jn. Joseph.
J. N. Léger.
Pierre Hudicourt.*

22 Pela Italia:
*G. Tornielli.
G. Pompilj.
G. Fusinato.*

23 Pelo Japão:
*Keiroke Tsudzuki.
Aimaro Sato.*

24 Pelo Luxemburgo:
*Eyschen.
Comte de Villers.*

25 Pelo Mexico:
*G. A. Esteva.
S. B. de Mier.
F. L. de la Barra.*

26 Pelo Montenegro:
*Nelidow.
Martens.
Tcharykow.*

27 Pelo Nicaragua:
Crisanto Medina.

28 Pela Noruega:
F. Hagerup.

29 Pelo Panamá:
B. Porras.

30 Pelo Paraguay:

31 Pelos Países-Baixos:
*W. H. de Beaufort.
T. M. C. Asser.
Den Beer Poortugael.
J. A. Roell.
J. A. Loeff.*

32 Pelo Peru:
C. G. Candamo.

33 Pela Persia:
*Momtazos-Saltaneh M. Samad Khan.
Sadigh ul Mulk M. Ahmed Khan.*

34 Por Portugal:
*Marquês de Soveral.
Conde de Selir.
Alberto de Oliveira.*

35 Pela Romania:
*A. Beldiman.
Edg. Mavrocordato.*

36 Pela Russia:
*Nelidow.
Martens.
Tcharykoff.*

37 Pelo Salvador:
*P. J. Matheu.
S. Perez Triana.*

38 Pela Servia:
*S. Grouitch.
M. G. Milovanovitch.
M. G. Militchevitch.*

39. Pour le Siam :
Mom Chatidej Udom.
C. Corragioni d'Orelli.
Luang Bhuvanarth Narubal.

40. Pour la Suède :
K. H. L. Hammarshjöld.

41. Pour la Suisse :
Carlin.
Eugène Borel.
Max Huber.

Sous réserve du vœu numero 1 que le Conseil Fédéral Suisse n'accepte pas.

42. Pour la Turquie :
Turkhan.

43. Pour l'Uruguay :
José Batlle y Ordoñez.

44. Pour le Vénézuéla :
J. Gil Fortoul.

Annexe au premier Vœu émis par la Deuxième Conférence de la Paix

Projet d'une Convention relative à l'établissement d'une Cour de justice arbitrale

TITRE I

Organisation de la Cour de justice arbitrale

ARTICLE 1

Dans le but de faire progresser la cause de l'arbitrage, les Puissances contractantes conviennent d'organiser, sans porter atteinte à la Cour permanente d'arbitrage, une Cour de justice arbitrale, d'un accès libre et facile, réunissant des juges représentant les divers systèmes juridiques du monde, et capable d'assurer la continuité de la jurisprudence arbitrale.

ARTICLE 2

La Cour de justice arbitrale se compose de juges et de juges suppléants choisis parmi les personnes jouissant de la plus haute considération morale et qui tous devront remplir les conditions requises, dans leurs pays respectifs, pour l'admission dans la haute magistrature ou être des jurisconsultes d'une compétence notoire en matière de droit international.

Les juges et les juges suppléants de la Cour sont choisis, autant que possible, parmi les membres de la Cour permanente d'arbitrage. Le choix sera fait dans les six mois qui suivront la ratification de la présente Convention.

ARTICLE 3

Les juges et les juges suppléants sont nommés pour une période de douze ans à compter de la date où la nomination aura été notifiée au Conseil administratif institué par la Convention pour le règlement pacifique des conflits internationaux. Leur mandat peut être renouvelé.

En cas de décès ou de démission d'un juge ou d'un juge suppléant, il est pourvu à son remplacement selon le mode fixé pour sa nomination. Dans ce cas, la nomination est faite pour une nouvelle période de douze ans.

ARTICLE 4

Les juges de la Cour de justice arbitrale sont égaux entre eux et prennent rang d'après la date de la notification de leur nomination. La préséance appartient au plus âgé, au cas où la date est la même.

Les juges suppléants sont, dans l'exercice de leurs fonctions, assimilés aux juges titulaires. Toutefois, ils prennent rang après ceux-ci.

ARTICLE 5

Les juges jouissent des privilèges et immunités diplomatiques dans l'exercice de leurs fonctions et en dehors de leurs pays.

Avant de prendre possession de leur siège, les juges et les juges suppléants doivent, devant le Conseil administratif, prêter serment ou faire une affirmation solennelle d'exercer leurs fonctions avec impartialité et en toute conscience.

ARTICLE 6

La Cour désigne annuellement trois juges qui forment une Délégation spéciale et trois autres destinés à les remplacer en cas d'empêchement. Ils peuvent être réélus. L'élection se fait au scrutin de liste. Sont considérés comme élus ceux qui réunissent le plus grand nombre de voix. La Délégation élit elle-même son Président, qui, à défaut d'une majorité, est désigné par le sort.

Un membre de la Délégation ne peut exercer ses fonctions quand la Puissance qui l'a nommé, ou dont il est le national, est une des Parties.

Les membres de la Délégation terminent les affaires qui leur ont été soumises, même au cas où la période pour laquelle ils ont été nommés juges serait expirée.

39 Pelo Sião ;
Mom Chatidej Udom.
C. Corragioni d'Orelli.
Luang Bhuvanarth Narubal.

40 Pela Suecia :
K. H. L. Hammarshjöld.

41 Pela Suissa :
Carlin.
Eugène Borel.
Max Huber.

Sob reserva do voto n.º 1 que o Conselho Federal Suíço não aceite.

42 Pela Turquia :
Turkhan.

43 Pelo Uruguay :
José Batlle y Ordoñez.

44 Por Venezuela :
J. Gil Fortoul.

Annexo ao primeiro voto emitido pela Segunda Conferencia da Paz

Projecto de uma Convenção relativa ao estabelecimento de um Tribunal de Justiça Arbitral

TITULO I

Organização do Tribunal de Justiça Arbitral

ARTIGO 1.º

No intuito de promover o progresso da arbitragem, as Potencias contratantes concordam em organizar, sem prejuizo do Tribunal permanente de arbitragem, um Tribunal de justiça arbitral, de accesso livre e facil, reunindo juizes representando os diversos sistemas juridicos do mundo e capaz de assegurar a continuidade da jurisprudencia arbitral.

ARTIGO 2.º

O Tribunal de Justiça Arbitral compõe-se de juizes e de juizes supplentes, escolhidos entre pessoas que gozem de mais alta consideração moral, as quaes deverão possuir todas as condições exigidas, nos seus respectivos países, para a admissão na alta magistratura, ou serem jurisconsultos de uma competencia notoria em materia de direito internacional.

Os juizes e juizes supplentes do Tribunal serão escolhidos, tanto quanto possível, de entre os membros do Tribunal permanente de arbitragem. A escolha será feita dentro dos seis meses que se seguirem á ratificação da presente Convenção.

ARTIGO 3.º

Os juizes e os juizes supplentes serão nomeados por um periodo de doze annos, a contar da data em que a nomeação houver sido notificada ao Conselho administrativo, instituido pela Convenção para solução pacifica dos conflictos internacionais. O mandato d'esses juizes poderá ser renovado.

No caso de fallecimento ou de demissão de um juiz, ou de um juiz supplente, provêr-se-ha á sua substituição pelo modo estabelecido para a sua nomeação. Neste caso a nomeação será feita por um novo periodo de doze annos.

ARTIGO 4.º

Os juizes do Tribunal de Justiça Arbitral serão iguaes entre si, e as suas precedencias regular-se-hão pela data da notificação da respectiva nomeação. Terá precedencia o mais velho, no caso da data ser a mesma.

Os juizes supplentes serão equiparados no exercicio das suas funcções aos juizes titulares. Todavia, tomarão logar depois d'estes.

ARTIGO 5.º

Os juizes gozarão dos privilegios e immunities diplomaticas no exercicio das suas funcções e fora dos seus países.

Antes de tomarem posse do seu cargo, os juizes e juizes-supplentes deverão prestar juramento perante o Conselho Administrativo, ou fazer uma promessa solenne de exercerem as suas funcções com imparcialidade e com perfeita consciencia.

ARTIGO 6.º

O Tribunal designará annualmente tres juizes que formem uma Delegação especial, e tres outros destinados a substitui-los no caso de impedimento. Poderão ser reeleitos e a sua eleição far-se-ha em escrutinio de lista. Serão considerados eleitos os que reunirem o maior numero de votos. A propria Delegação elegera o seu Presidente que, na falta de maioria, será designado á sorte.

Um membro da Delegação não poderá exercer as suas funcções quando a Potencia que o tiver nomeado, ou a cuja nacionalidade elle pertencer, for uma das Partes.

Os membros da Delegação concluirão os negocios que lhes forem submettidos, mesmo no caso de expirar o periodo para que tiverem sido nomeados juizes.

ARTICLE 7

L'exercice des fonctions judiciaires est interdit au juge dans les affaires au sujet desquelles il aura, à un titre quelconque, concouru à la décision d'un Tribunal national, d'un Tribunal d'arbitrage ou d'une Commission d'enquête, ou figuré dans l'instance comme conseil ou avocat d'une Partie.

Aucun juge ne peut intervenir comme agent ou comme avocat devant la Cour de justice arbitrale ou la Cour permanente d'arbitrage, devant un Tribunal spécial d'arbitrage ou une Commission d'enquête, ni y agir pour une Partie en quelque qualité que ce soit, pendant toute la durée de son mandat.

ARTICLE 8

La Cour élit son Président et son Vice-Président à la majorité absolue des suffrages exprimés. Après deux tours de scrutin, l'élection se fait à la majorité relative et, en cas de partage des voix, le sort décide.

ARTICLE 9

Les juges de la Cour de justice arbitrale reçoivent une indemnité annuelle de six mille florins néerlandais. Cette indemnité est payée à l'expiration de chaque semestre à dater du jour de la première réunion de la Cour.

Pendant l'exercice de leurs fonctions au cours des sessions ou dans les cas spéciaux prévus par la présente Convention, ils touchent une somme de cent florins par jour. Il leur est alloué, en outre, une indemnité de voyage fixée d'après les règlements de leur pays. Les dispositions du présent alinéa s'appliquent aussi aux juges suppléants remplaçant les juges.

Ces allocations, comprises dans les frais généraux de la Cour, prévus par l'article 31, sont versées par l'entremise du Bureau international institué par la Convention pour le règlement pacifique des conflits internationaux.

ARTICLE 10

Les juges ne peuvent recevoir de leur propre Gouvernement ou de celui d'une autre Puissance aucune rémunération pour des services rentrant dans leurs devoirs comme membres de la Cour.

ARTICLE 11

La Cour de justice arbitrale a son siège à La Haye et ne peut, sauf le cas de force majeure, le transporter ailleurs.

La Délégation peut, avec l'assentiment des Parties, choisir un autre lieu pour ses réunions si des circonstances particulières l'exigent.

ARTICLE 12

Le Conseil administratif remplit à l'égard de la Cour de justice arbitrale les fonctions qu'il remplit à l'égard de la Cour permanente d'arbitrage.

ARTICLE 13

Le Bureau international sert de greffe à la Cour de justice arbitrale et doit mettre ses locaux et son organisation à la disposition de la Cour. Il a la garde des archives et la gestion des affaires administratives.

Le Secrétaire-Général du Bureau remplit les fonctions de greffier.

Les secrétaires adjoints au greffier, les traducteurs et les sténographes nécessaires sont désignés et assermentés par la Cour.

ARTICLE 14

La Cour se réunit en session une fois par an. La session commence le troisième mercredi de juin et dure tant que l'ordre du jour n'aura pas été épuisé.

La Cour ne se réunit pas en session, si la Délégation estime que cette réunion n'est pas nécessaire. Toutefois, si une Puissance est partie à un litige actuellement pendant devant la Cour et dont l'instruction est terminée ou va être terminée, elle a le droit d'exiger que la session ait lieu.

En cas de nécessité, la Délégation peut convoquer la Cour en session extraordinaire.

ARTICLE 15

Un compte-rendu des travaux de la Cour sera dressé chaque année par la Délégation. Ce compte-rendu sera transmis aux Puissances contractantes par l'intermédiaire du Bureau international. Il sera communiqué aussi à tous les juges et juges suppléants de la Cour.

ARTICLE 16

Les juges et les juges suppléants, membres de la Cour de justice arbitrale, peuvent aussi être nommés aux fonctions de juge et de juge suppléant dans la Cour internationale des prises.

TITRE II

Compétence et procédure

ARTICLE 17

La Cour de justice arbitrale est compétente pour tous les cas qui sont portés devant elle, en vertu d'une stipulation générale d'arbitrage ou d'un accord spécial.

ARTIGO 7.º

O exercício das funções judiciais será vedado ao juiz, nos negócios em relação aos quaes tiver por qualquer titulo concorrido para a decisão de um Tribunal nacional, de um Tribunal de arbitragem ou de uma Comissão de inquerito, ou figurado numa instancia como procurador ou advogado de uma Parte.

Emquanto durar o seu mandato, nenhum juiz poderá intervir como agente ou como advogado perante o Tribunal de Justiça Arbitral ou Tribunal Permanente de Arbitragem, ou perante um Tribunal Especial de Arbitragem ou Comissão de inquerito, nem proceder perante elles por uma das partes, seja em que qualidade for.

ARTIGO 8.º

O Tribunal elegerá o seu Presidente e o seu Vice-presidente por maioria absoluta dos suffragios emitidos. Depois de dois escrutínios, a eleição far-se-ha por maioria relativa, e no caso de igualdade de votos decidirá a sorte.

ARTIGO 9.º

Os juizes do Tribunal de Justiça Arbitral receberão uma indemnidade annual de seis mil florins hollandeses. Esta indemnidade será paga no fim de cada semestre a contar do dia da primeira reunião do Tribunal.

Durante o exercício das suas funções no decurso das sessões, ou nos casos especiaes previstos pela presente Convenção, receberão uma somma de cem florins por dia. Ser-lhes-ha arbitrada, alem d'isso, uma ajuda de custo de viagem fixada segunde os regulamentos do seu país. As disposições da presente alinea applicam-se tambem aos juizes supplentes que substituirem os juizes.

Estas remunerações, comprehendidas nas despesas geraes do Tribunal previstas pelo artigo 33.º, serão pagas por intermedio da Repartição internacional instituida pela Convenção para solução pacifica dos conflictos internacionaes.

ARTIGO 10.º

Os juizes não poderão receber do seu proprio Governo, nem do Governo de outra Potencia, nenhuma remuneração por serviços comprehendidos nos seus deveres de membros do Tribunal.

ARTIGO 11.º

O Tribunal de Justiça Arbitral terá a sua séde na Haya e não poderá, salvo caso de força maior, transferi-la para outra parte.

A Delegação poderá, com o assentimento das Partes, escolher outro logar para as suas reuniões, no caso de circunstancias particulares assim o exigirem.

ARTIGO 12.º

O Conselho Administrativo exercerá com respeito ao Tribunal de Justiça Arbitral as funções que exerce com respeito ao Tribunal Permanente de Arbitragem.

ARTIGO 13.º

A Repartição Internacional servirá de cartorio ao Tribunal de Justiça Arbitral e deverá pôr a sua instalação e a sua organização á disposição do Tribunal.

Terá a seu cargo a guarda dos archivos e a gerencia dos negocios administrativos.

O Secretario Geral da Repartição desempenhará as funções de escrivão.

Os secretarios adjuntos do escrivão, os traductores e os stenographos serão designados e ajuramentados pelo Tribunal.

ARTIGO 14.º

O Tribunal reunir-se-ha em sessão uma vez por anno. A sessão começará na terceira quarta feira de junho e durará emquanto a ordem do dia não for esgotada.

O Tribunal não se reunirá em sessão se a Delegação entender que tal reunião não é necessaria. Comtudo, se uma Potencia for parte em um litigio, a esse tempo pendente perante o Tribunal, cuja instrucção estiver terminada ou estiver prestes a ser terminada, terá direito de exigir que a sessão se effectue.

No caso de necessidade a Delegação poderá convocar o Tribunal em sessão extraordinaria.

ARTIGO 15.º

Todos os annos será redigido pela Delegação um relatório dos trabalhos do Tribunal.

Este relatório será transmittido ás Potencias contratantes por intermedio da Repartição Internacional. Será tambem communicado a todos os juizes e juizes supplentes do Tribunal.

ARTIGO 16.º

Os juizes e juizes supplentes, membros do Tribunal de Justiça Arbitral, poderão tambem ser investidos nas funções de juiz e de juiz supplente no Tribunal Internacional de presas.

TITULO II

Competencia e processo

ARTIGO 17.º

O Tribunal de Justiça Arbitral é competente para todos os casos que lhe forem submettidos em virtude de uma estipulação geral de arbitragem ou de um accordo especial.

ARTICLE 18

La Délégation est compétente :

1. Pour juger les cas d'arbitrage visés à l'article précédent, si les Parties sont d'accord pour réclamer l'application de la procédure sommaire, réglée au Titre IV, Chapitre 4 de la Convention pour le règlement pacifique des conflits internationaux.

2. Pour procéder à une enquête en vertu et en conformité du Titre III de ladite Convention en tant que la Délégation en est chargée par les Parties agissant d'un commun accord. Avec l'assentiment des Parties et par dérogation à l'article 7, alinéa 1, les membres de la Délégation ayant pris part à l'enquête peuvent siéger comme juges, si le litige est soumis à l'arbitrage de la Cour ou de la Délégation elle-même.

ARTICLE 19

La Délégation est, en outre, compétente pour l'établissement du compromis visé par l'article 52 de la Convention pour le règlement pacifique des conflits internationaux, si les Parties sont d'accord pour s'en remettre à la Cour.

Elle est également compétente, même si la demande est faite seulement par l'une des Parties, après qu'un accord par la voie diplomatique a été vainement essayé, quand il s'agit :

1.º D'un différend rentrant dans un traité d'arbitrage général conclu ou renouvelé après la mise en vigueur de cette Convention et qui prévoit pour chaque différend un compromis, et n'exclut pour l'établissement de ce dernier ni explicitement ni implicitement la compétence de la Délégation. Toutefois, le recours à la Cour n'a pas lieu si l'autre Partie déclare qu'à son avis le différend n'appartient pas à la catégorie des questions à soumettre à un arbitrage obligatoire, à moins que le traité d'arbitrage ne confère au tribunal arbitral le pouvoir de décider cette question préalable.

2.º D'un différend provenant de dettes contractuelles réclamées à une Puissance par une autre Puissance comme dues à ses nationaux, et pour la solution duquel l'offre d'arbitrage a été acceptée. Cette disposition n'est pas applicable si l'acceptation a été subordonnée à la condition que le compromis soit établi selon un autre mode.

ARTICLE 20

Chacune des Parties a le droit de désigner un juge de la Cour pour prendre part, avec voix délibérative, à l'examen de l'affaire soumise à la Délégation.

Si la Délégation fonctionne en qualité de Commission d'enquête, ce mandat peut être confié à des personnes prises en dehors des juges de la Cour. Les frais de déplacement et la rétribution à allouer auxdites personnes sont fixés et supportés par les Puissances qui les ont nommés.

ARTICLE 21

L'accès de la Cour de justice arbitrale, instituée par la présente Convention, n'est ouvert qu'aux Puissances contractantes.

ARTICLE 22

La Cour de justice arbitrale suit les règles de procédure édictées par la Convention pour le règlement pacifique des conflits internationaux, sauf ce qui est prescrit par la présente Convention.

ARTICLE 23

La Cour décide du choix de la langue dont elle fera usage, et des langues dont l'emploi sera autorisé devant elle.

ARTICLE 24

Le Bureau international sert d'intermédiaire pour toutes les communications à faire aux juges au cours de l'instruction prévue à l'article 63, alinéa 2 de la Convention pour le règlement pacifique des conflits internationaux.

ARTICLE 25

Pour toutes les notifications à faire, notamment aux Parties, aux témoins et aux experts, la Cour peut s'adresser directement au Gouvernement de la Puissance sur le territoire de laquelle la notification doit être effectuée. Il en est de même s'il s'agit de faire procéder à l'établissement de tout moyen de preuve.

Les requêtes adressées à cet effet ne peuvent être refusées que si la Puissance requise les juge de nature à porter atteinte à sa souveraineté ou à sa sécurité. S'il est donné suite à la requête, les frais ne comprennent que les dépenses d'exécution réellement effectuées.

La Cour a également la faculté de recourir à l'intermédiaire de la Puissance sur le territoire de laquelle elle a son siège.

Les notifications à faire aux Parties dans le lieu où siège la Cour peuvent être exécutées par le Bureau international.

ARTICLE 26

Les débats sont dirigés par le Président ou le Vice-Président et, en cas d'absence ou d'empêchement de l'un et de l'autre, par le plus ancien des juges présents.

Le juge nommé par une des Parties ne peut siéger comme Président.

ARTICLE 27

Les délibérations de la Cour ont lieu à huis clos et restent secrètes.

ARTIGO 18.º

A Delegação é competente :

1.º Para julgar os casos de arbitragem mencionados no artigo precedente, se as Partes concordarem em reclamar a applicação do processo sumario regulado no Titulo IV, Capitulo 4.º da Convenção para solução pacifica dos conflictos internacionaes;

2.º Para proceder a um inquerito, em virtude e em conformidade do Titulo III da dita Convenção, comtanto que a Delegação tenha sido incumbida d'isso pelas Partes procedendo de commum accordo. Com o assentimento das Partes, e por derogação do artigo 7.º, alinea 1, os membros da Delegação, que tiverem tomado parte no inquerito, poderão funcionar como juizes, se o litigio for submettido arbitragem do Tribunal ou da propria Delegação.

ARTIGO 19.º

A Delegação será, outrossim, competente para a elaboração do compromisso a que se refere o artigo 52.º da Convenção para solução pacifica dos conflictos internacionaes, se as Partes estiverem de accordo em submetter a questão ao Tribunal.

Será igualmente competente, mesmo no caso do pedido ser formulado somente por uma das Partes, desde que tenha sido inutilmente tentado um accordo pelas vias diplomaticas, e quando se tratar :

1.º De um litigio, abrangido por um tratado de arbitragem geral, concluido, ou renovado, depois d'esta Convenção ter sido posta em vigor, e que estabeleça para cada litigio um compromisso sem excluir para a celebração d'este ultimo, nem explicita, nem implicitamente, a competencia da Delegação. Todavia, o recurso ao Tribunal não terá cabimento, se a outra Parte declarar que, em seu entender, o litigio não pertence á categoria das questões para serem submettidas a uma arbitragem obrigatoria, salvo se o tratado de arbitragem conferir ao Tribunal arbitral poderes para decidir esta questão previa.

2.º De um litigio proveniente de dividas derivadas de contrato reclamadas a uma Potencia por outra Potencia, como devidas aos seus nacionaes, e para cuja solução a offerta de arbitragem tiver sido accete. Esta disposição não será applicavel se a accettazione tiver sido subordinada á condição do compromisso ser estabelecido de outro modo.

ARTIGO 20.º

Cada uma das Partes terá o direito de designar um juiz do Tribunal para tomar parte, com voto deliberativo, no exame do negocio submettido á Delegação.

Se a Delegação funcionar na qualidade de Comissão de inquerito, esse mandato poderá ser confiado a pessoas escolhidas fora dos juizes do Tribunal. As despesas de viagem e a retribuição ás ditas pessoas, serão fixadas e suppridas pelas Potencias que as nomearem.

ARTIGO 21.º

O accesso do Tribunal de Justiça Arbitral instituido pela presente Convenção, só será facultado ás Potencias contratantes.

ARTIGO 22.º

O Tribunal de Justiça Arbitral seguirá as regras de processo determinadas pela Convenção para solução pacifica dos conflictos internacionaes, salvo o disposto na presente Convenção.

ARTIGO 23.º

O Tribunal decidirá da escolha da lingua de que fará uso, e das linguas cujo emprego será autorizado perante elle.

ARTIGO 24.º

A Repartição internacional servirá de intermediaria para todas as communicações que haja a fazer, designadamente ás Partes, ás testemunhas e aos peritos, o Tribunal poderá dirigir-se directamente ao Governo da Potencia em cujo territorio deva effectuar-se a notificação. O mesmo se observará se se tratar de estabelecer qualquer meio de prova.

ARTIGO 25.º

Para todas as notificações que haja a fazer, designadamente ás Partes, ás testemunhas e aos peritos, o Tribunal poderá dirigir-se directamente ao Governo da Potencia em cujo territorio deva effectuar-se a notificação. O mesmo se observará se se tratar de estabelecer qualquer meio de prova.

As instancias apresentadas para este fim não poderão deixar de ser attendidas, excepto se a Potencia solicitada as julgar de natureza attentatoria da sua soberania ou da sua segurança. Se for dado seguimento á instancia, as custas não comprehenderão senão as despesas de execução realmente effectuadas.

O Tribunal terá igualmente a facultade de recorrer ao intermedio da Potencia em cujo territorio tiver a sua séde.

As notificações ás Partes, no local onde funcionar o Tribunal, poderão ser feitas pela Repartição Internacional.

ARTIGO 26.º

Os debates serão dirigidos pelo Presidente ou Vice-presidente e, no caso de ausencia ou de impedimento de um e outro, pelo mais antigo dos juizes presentes.

O juiz nomeado por uma das Partes não poderá assumir funções de Presidente.

ARTIGO 27.º

As deliberações do Tribunal terão logar á porta fechada e serão secretas.

Toute décision est prise à la majorité des juges présents. Si la Cour siège en nombre pair et qu'il y ait partage des voix, la voix du dernier des juges, dans l'ordre de préséance établi d'après l'article 4, alinéa 1, ne sera pas comptée.

ARTICLE 28

Les arrêts de la Cour doivent être motivés. Ils mentionnent les noms des juges qui y ont participé; ils sont signés par le Président et par le greffier.

ARTICLE 29

Chaque Partie supporte ses propres frais et une part égale des frais spéciaux de l'instance.

ARTICLE 30

Les dispositions des articles 21 à 29 seront appliquées par analogie dans la procédure devant la Délégation.

Lorsque le droit d'adjoindre un membre à la Délégation n'a été exercé que par une seule Partie, la voix du membre adjoint n'est pas comptée, s'il y a partage de voix.

ARTICLE 31

Les frais généraux de la Cour sont supportés par les Puissances contractantes.

Le Conseil administratif s'adresse aux Puissances pour obtenir les fonds nécessaires au fonctionnement de la Cour.

ARTICLE 32

La Cour fait elle-même son règlement d'ordre intérieur qui doit être communiqué aux Puissances contractantes.

Après la ratification de la présente Convention, la Cour se réunira aussitôt que possible, pour élaborer ce règlement, pour élire le Président et le Vice-Président ainsi que pour désigner les membres de la Délégation.

ARTICLE 33

La Cour peut proposer des modifications à apporter aux dispositions de la présente Convention qui concernent la procédure. Ces propositions sont communiquées par l'intermédiaire du Gouvernement des Pays-Bas aux Puissances contractantes qui se concerteront sur la suite à y donner.

TITRE III

Dispositions finales

ARTICLE 34

La présente Convention sera ratifiée dans le plus bref délai possible.

Les ratifications seront déposées à La Haye.

Il sera dressé du dépôt de chaque ratification un procès-verbal, dont une copie, certifiée conforme, sera remise par la voie diplomatique à toutes les Puissances signataires.

ARTICLE 35

La Convention entrera en vigueur six mois après sa ratification.

Elle aura une durée de douze ans, et sera renouvelée tacitement de douze ans en douze ans, sauf dénonciation.

La dénonciation devra être notifiée, au moins deux ans avant l'expiration de chaque période, au Gouvernement des Pays-Bas qui en donnera connaissance aux autres Puissances.

La dénonciation ne produira effet qu'à l'égard de la Puissance qui l'aura notifiée. La Convention restera exécutoire dans les rapports entre les autres Puissances.

Certifié pour copie conforme. — Le Secrétaire-Général du Ministère des Affaires Étrangères des Pays-Bas, *S. Hannema*.

Protocole additionnel à la convention relative à l'établissement d'une Cour Internationale des Prises

L'Allemagne, les États-Unis d'Amérique, l'Argentine, l'Autriche-Hongrie, le Chili, le Danemark, l'Espagne, la France, la Grande-Bretagne, le Japon, la Norvège, les Pays-Bas, la Suède, Puissances signataires de la Convention de La Haye en date du 18 octobre 1907, pour l'établissement d'une Cour Internationale des Prises,

Considérant que, pour certaines d'entre ces Puissances, des difficultés d'ordre constitutionnel s'opposent à l'acceptation, sous sa forme actuelle, de ladite Convention.

Ont jugé utile de s'entendre sur un protocole additionnel tenant compte de ces difficultés tout en ne compromettant aucun intérêt légitime, et ont, à cette fin, nommé pour leurs plénipotentiaires, savoir:

L'Allemagne, Son Excellence M. F. de Muller, Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire à La Haye.

Les États Unis d'Amérique, M. James Brown Scott.

L'Argentine, Son Excellence M. Alejandro Guesalaga, Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire à La Haye.

L'Autriche Hongrie, M. le Baron E. de Gudenus, chargé d'affaires a. i. à La Haye.

Todas as deliberações serão tomadas por maioria dos juizes presentes. Se o Tribunal funcionar em numero par, e houver empate de votos, o voto do ultimo dos juizes na ordem de precedencia, estabelecida pelo artigo 4.º alinea 1, não será contado.

ARTIGO 28.º

As sentenças do Tribunal deverão ser motivadas. Mencionar-se-ão o nome dos juizes que nellas tiverem tido participação; serão assinadas pelo Presidente e pelo escrivão.

ARTIGO 29.º

A cargo de cada uma das Partes ficarão as suas proprias despesas e uma parte igual das despesas especiaes da instancia.

ARTIGO 30.º

As disposições dos artigos 21.º a 29.º serão applicadas por analogia no processo perante a Delegação.

Quando o direito de adicionar um membro a Delegação tiver sido exercido por uma só das Partes, o voto do membro adjunto não será contado, se houver empate de votos.

ARTIGO 31.º

As despesas geraes do Tribunal serão pagas pelas Potencias contratantes.

O Conselho administrativo dirigir-se-ha ás Potencias, a fim de obter os fundos necessarios para funcionamento do Tribunal.

ARTIGO 32.º

O proprio Tribunal elaborará o seu regulamento de ordem interna, que deverá ser communicado ás Potencias contratantes.

Depois da ratificação da presente Convenção, o Tribunal reunir-se-ha no mais breve prazo possivel para elaborar esse regulamento, para eleger o Presidente e Vice-Presidente, e bem assim para designar os membros da Delegação.

ARTIGO 33.º

O Tribunal poderá propor modificações ás disposições da presente Convenção que dizem respeito ao processo. Essas propostas serão communicadas por intermedio do Governo dos Países Baixos ás Potencias contratantes, que resolverão sobre o seguimento que se lhes deva dar.

TITULO III

Disposições finais

ARTIGO 34.º

A presente Convenção será ratificada, no mais curto prazo possivel.

As ratificações serão depositadas na Haya.

De cada ratificação será lavrada uma acta da qual será entregue copia authentica por via diplomatica a todas as Potencias signatarias.

ARTIGO 35.º

A Convenção entrará em vigor seis meses depois da sua ratificação. Terá uma duração de doze annos e será renovada tacitamente de doze em doze annos, salvo denunciação.

A denunciação deverá ser notificada, pelo menos dois annos antes de expirar cada periodo, ao Governo dos Países Baixos, que d'ella dará conhecimento ás outras Potencias.

A denunciação não produzirá effeito senão com respeito á Potencia que a tiver notificado. A Convenção ficará executoria nas relações entre as outras Potencias.

Certificado por copia conforme.

O Secretario Geral do Ministerio dos Negocios Estrangeiros e dos Países Baixos, *S. Hannema*.

Protocollo adicional á convenção relativa ao estabelecimento de um tribunal internacional de presas

A Allemanha, os Estados Unidos da America, a Argentina, a Austria-Hungria, o Chile, a Dinamarca, a Hespanha, a França, a Gran-Bretanha, o Japão, a Noruega, os Países Baixos, a Suecia, Potencias signatarias da Convenção da Haya, datada de 18 de outubro de 1907, para estabelecimento de um Tribunal Internacional das Presas;

Tendo em consideração que para algumas d'estas Potencias existem difficuldades de ordem constitucional que se oppõem á acceitação, na sua forma actual, da dita Convenção;

Julgaram util chegar a accordo sobre um protocollo adicional, tendo em attenção essas difficuldades, sem contudo comprometter nenhum interesse legitimo e nomearam para esse fim, por seus plenipotentarios, a saber:

A Allemanha, Sua Excellencia o Sr. F. de Muller, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya.

Os Estados Unidos da America, o Sr. James Brown Scott.

A Argentina, Sua Excellencia o Sr. Alejandro Guesalaga, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya.

A Austria Hungria, o Sr. Barão E. de Gudenus, Encarregado de Negocios a. i. na Haya.

Le Chili, Son Excellence M. F. Puga Borne, Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire à Paris.

Le Danemark, M. J. W. de Grevenkop Castenskjold, Ministre Résident à La Haye.

L'Espagne, Son Excellence M. José de La Rica y Calvo, Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire à La Haye.

La France, Son Excellence M. Marcellin Pellet, Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire à La Haye.

La Grande Bretagne, Son Excellence Sir George W. Buchanan, G. C. V. O.; K. C. M. G.; C. B.; Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire à La Haye.

Le Japon, Son Excellence M. Aimaro Sato, Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire à La Haye.

La Norvège, Son Excellence M. G. F. Hagerup, Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire à La Haye.

Les Pays-Bas, Son Excellence le Jonkheer R. de Marees Van Swinderen, Ministre des Affaires Étrangères.

La Suède, Son Excellence M. Le Comte J. J. A. Ehrensward, Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire à La Haye.

Lesquels, après avoir déposé leurs pleins pouvoirs, trouvés en bonne et due forme, sont convenus de ce qui suit:

ARTICLE 1

Les Puissances signataires de la Convention de La Haye du 18 octobre 1907, relative à l'établissement d'une Cour Internationale des Prises, ou y adhérant, pour lesquelles des difficultés d'ordre constitutionnel s'opposent à l'acceptation, sous sa forme actuelle, de ladite Convention, ont la faculté de déclarer dans l'acte de ratification ou d'adhésion que, dans les affaires de prises rentrant dans la compétence de leurs tribunaux nationaux, le recours devant la Cour Internationale des Prises ne pourra être exercé contre elles que sous la forme d'une action en indemnité du préjudice causé par la capture.

ARTICLE 2

Dans le cas de recours exercé devant la Cour Internationale des Prises sous la forme d'une action en indemnité, l'article 8 de la Convention est sans application; la Cour n'a pas à prononcer la validité ou la nullité de la capture, non plus qu'à infirmer ou conformer la décision des tribunaux nationaux.

Si la capture est considérée comme illégale la Cour fixe le montant des dommages-intérêts à allouer s'il y a lieu, aux réclamants.

ARTICLE 3

Les conditions auxquelles est subordonné par la Convention l'exercice du recours devant la Cour Internationale des Prises sont applicables à l'exercice de l'action en indemnité.

ARTICLE 4

Sous réserve des dispositions ci-après, les règles de procédure établies par la Convention pour le recours devant la Cour Internationale des Prises seront observées pour l'action en indemnité.

ARTICLE 5

Par dérogation à l'article 28, alinéa 1 de la Convention, l'instance en indemnité ne peut être introduite devant la Cour Internationale des Prises qu'au moyen d'une déclaration écrite, adressée au Bureau International de la Cour Permanente d'Arbitrage; le Bureau peut être saisi même par télégramme.

ARTICLE 6

Par dérogation à l'article 29 de la Convention, le Bureau International notifie directement, et par télégramme s'il est possible, au Gouvernement du belligérant capteur la déclaration d'instance dont il est saisi.

Le Gouvernement du belligérant capteur, sans examiner si les délais prescrits ont été observés, fait, dans les sept jours de la réception de la notification, transmettre au Bureau International le dossier de l'affaire en y joignant, les cas échéant, une copie certifiée conforme de la décision rendue par le tribunal national.

ARTICLE 7

Par dérogation à l'article 45, alinéa 2 de la Convention, la Cour, après le prononcé et la notification de son arrêt aux parties en cause, fait parvenir directement au gouvernement du belligérant capteur le dossier de l'affaire qui lui a été soumise en y joignant l'expédition des diverses décisions intervenues ainsi que la copie des procès-verbaux de l'instruction.

ARTICLE 8

Le présent protocole additionnel sera considéré comme faisant partie intégrale de la Convention et sera ratifié en même temps que celle-ci.

Si la déclaration prévue à l'article 1^{er} ci-dessus est faite

O Chili, Sua Excellencia o Sr. F. Puga Borne, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Paris.

A Dinamarca, o Sr. J. W. de Grevenkop Castenskjold, Ministro Residente na Haya.

A Espanha, Sua Excellencia o Sr. José de La Rica y Calvo, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya.

A França, Sua Excellencia o Sr. Marcellin Pellet, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya.

A Gran-Bretanha, Sua Excellencia Sir George W. Buchanan, G. C. V. O.; K. C. M. G.; C. B.; Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya.

O Japão, Sua Excellencia o Sr. Aimaro Sato, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya.

A Noruega, Sua Excellencia o Sr. G. F. Hagerup, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya.

Os Países Baixos, Sua Excellencia o Jonkheer R. de Marees van Swinderen, Ministro dos Negocios Estrangeiros.

A Suecia, Sua Excellencia o Sr. Conde J. J. A. Ehrensward, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Haya.

Os quaes, depois de haverem depositado os seus plenos poderes, achados em boa e devida forma, convieram no seguinte:

ARTIGO 1.º

As Potencias signatarias da Convenção da Haya, de 18 de outubro de 1907, relativa ao estabelecimento de um Tribunal Internacional de Presas, ou que a ella adherirem, para os quaes existam difficuldades de ordem constitucional, oppoendo se á acceitação da dita Convenção na sua forma actual, teem a faculdade de declarar no acto da ratificação ou de adhesão, que nas questões de presas abrangidas pela competencia dos seus tribunaes nacionaes, o recurso perante o Tribunal Internacional de Presas só poderá ser exercido contra elles sob forma de uma acção de perdas e danos pelo prejuizo causado pela captura.

ARTIGO 2.º

No caso de recurso interposto perante o Tribunal Internacional das Presas sob a forma de uma acção de perdas e danos não é applicavel o artigo 8.º da Convenção; o Tribunal não tem que se pronunciar sobre a validade ou nullidade da captura, nem tão pouco que revogar ou confirmar a decisão dos tribunaes nacionaes.

Se a captura for considerada illegal o Tribunal fixará a importancia das perdas e danos que, dado o caso, hajam de ser concedidos aos reclamantes.

ARTIGO 3.º

As condições a que está subordinado, pela Convenção, o exercicio do recurso perante o Tribunal Internacional das Presas, são applicaveis ao exercicio da acção de perdas e danos.

ARTIGO 4.º

Sob reserva das disposições seguintes, as regras de processo estabelecidas pela Convenção para o recurso perante o Tribunal Internacional das Presas serão observadas para a acção por perdas e danos.

ARTIGO 5.º

Por derogação do artigo 28.º, alinea 1 da Convenção, o pedido de perdas e danos não pode ser introduzido perante o Tribunal Internacional das Presas senão por meio de uma declaração escrita, dirigida á Repartição Internacional do Tribunal Permanente de Arbitragem; a Repartição pode ser informada mesmo por telegramma.

ARTIGO 6.º

Por derogação do artigo 29.º da Convenção a Repartição Internacional notificará directamente, e por telegramma se for possível, ao Governo do belligerante captor a declaração de instancia que lhe tiver sido commettida.

O Governo do belligerante captor, sem examinar se os prazos preceituados foram observados, fará transmittir dentro de sete dias da recepção da notificação á Repartição Internacional o processo relativo á questão juntando-lhe, dado o caso, uma copia autentica da decisão proferida pelo tribunal nacional.

ARTIGO 7.º

Por derogação do artigo 45.º, alinea 2 da Convenção o Tribunal depois de proferida e notificada a sua decisão ás partes, fará chegar directamente ao Governo do belligerante captor o processo relativo á questão que lhe foi submettida, juntando-lhe traslado das diversas decisões proferidas, bem como copia das actas da instrução.

ARTIGO 8.º

O presente protocollo adicional será considerado como fazendo parte integrante da Convenção e será ratificado ao mesmo tempo que ella.

Se a declaração prevista no artigo 1.º supra for feita

dans l'acte de ratification, une copie certifiée conforme en sera insérée dans le procès-verbal de dépôt des ratifications visé à l'article 52, alinéa 3 de la Convention.

ARTICLE 9

L'adhésion à la Convention est subordonnée à l'adhésion au present protocole additionnel.

En foi de quoi, les Plénipotentiaires ont revêtu le présent Protocole additionnel de leurs signatures.

Fait à La Haye le 19 septembre 1910, en un seul exemplaire qui restera déposé dans les archives du Gouvernement des Pays-Bas et dont des copies certifiées conformes, seront remises par la voie diplomatique aux Puissances désignées à l'article 15 de la Convention relative à l'établissement d'une Cour internationale des Prises du 18 octobre 1907 et dans son annexe.

- 1 Pour l'Allemagne, *F. von Muller.*
- 2 Pour les Etats Unis d'Amérique, *James Brown Scott.*
- 3 Pour l'Argentine, *Alejandro Guesalaga.*
- 4 Pour l'Autriche Hongrie, *Baron Erwein Gudenus.*
- 5 Pour la Belgique,
- 6 Pour la Bolivie,
- 7 Pour le Brésil,
- 8 Pour la Bulgarie,
- 9 Pour le Chili, *F. Puga Borne.*
- 10 Pour la Chine,
- 11 Pour la Colombie,
- 12 Pour la Republique de Cuba,
- 13 Pour le Danemark, *W. Grevenkop Castenskjold.*
- 14 Pour la Republique Dominicaine,
- 15 Pour l'Equateur,
- 16 Pour l'Espagne, *Jose de la Rica y Calvo.*
- 17 Pour la France, *Marcellin Pellet.*
- 18 Pour la Grande Bretagne, *George W. Buchanan.*
- 19 Pour la Grèce,
- 20 Pour le Guatemala,
- 21 Pour le Haïti,
- 22 Pour l'Italie,
- 23 Pour le Japon, *Aimaro Sato.*
- 24 Pour le Luxembourg,
- 25 Pour le Mexique,
- 26 Pour le Montenegro,
- 27 Pour le Nicaragua,
- 28 Pour la Norvège, *F. Hagerup.*
- 29 Pour le Panama,
- 30 Pour le Paraguay,
- 31 Pour les Pays-Bas, *R. de Marees van Swinderen.*
- 32 Pour le Pérou,
- 33 Pour la Perse,
- 34 Pour le Portugal,
- 35 Pour la Roumanie,
- 36 Pour la Russie,
- 37 Pour le Salvador,
- 38 Pour la Serbie,
- 39 Pour le Siam,
- 40 Pour la Suède, *Albert Ehrensward.*
- 41 Pour la Suisse,
- 42 Pour la Turquie,
- 43 Pour l'Uruguay,
- 44 Pour le Vénézuëla,

ARTIGO 9.º

A adhesão á Convenção fica subordinada á adhesão ao protocollo adicional.

Em fé do que os Plenipotenciarios appuseram as suas assinaturas no presente Protocollo.

Feito na Haya em 19 de setembro de 1910 em um unico exemplar, que ficará depositado nos archivos do Governo dos Países Baixos e do qual serão entregues copias autenticas por via diplomatica ás Potencias designadas no artigo 15.º da Convenção relativa ao estabelecimento de um Tribunal Internacional das Presas, de 18 de outubro de 1907 e no seu annexo.

- 1 Pela Allemanha, *F. von Muller.*
- 2 Pelos Estados Unidos da America, *James Brown Scott.*
- 3 Pela Argentina, *Alejandro Guesalaga.*
- 4 Pela Austria-Hungria, *Baron Erwein Gudenus.*
- 5 Pela Belgica,
- 6 Pela Bolivia,
- 7 Pelo Brasil,
- 8 Pela Bulgaria,
- 9 Pelo Chili, *F. Puga Borne.*
- 10 Pela China,
- 11 Pela Colombia,
- 12 Pela Republica de Cuba,
- 13 Pela Dinamarca, *W. Grevenkop Castenskjold.*
- 14 Pela Republica Dominicana,
- 15 Pelo Equador,
- 16 Pela Espanha, *José de la Rica y Calvo.*
- 17 Pela França, *Marcellin Pellet.*
- 18 Pela Gran-Bretanha, *George W. Buchanan.*
- 19 Pela Grecia,
- 20 Pelo Guatemala,
- 21 Pelo Haïti,
- 22 Pela Italia,
- 23 Pelo Japão, *Aimaro Sato.*
- 24 Pelo Luxemburgo,
- 25 Pelo Mexico,
- 26 Pelo Montenegro,
- 27 Por Nicaragua,
- 28 Pela Noruega, *F. Hagerup.*
- 29 Pelo Panamá,
- 30 Pelo Paraguay,
- 31 Pelos Países Baixos, *R. de Marees van Swinderen.*
- 32 Pelo Peru,
- 33 Pela Persia,
- 34 Por Portugal,
- 35 Pela Roumania,
- 36 Pela Russia,
- 37 Pelo Salvador,
- 38 Pela Servia,
- 39 Pelo Sião,
- 40 Pela Suecia, *Albert Ehrensward.*
- 41 Pela Suissa,
- 42 Pela Turquia,
- 43 Pelo Uruguay,
- 44 Por Venezuela,

Desde 19 de setembro de 1910 até 24 de janeiro ultimo este Protocollo foi assinado tambem pela Persia, pela Belgica, pelo Mexico, pelo Salvador, pelo Sião, pelo Panamá, por Portugal, pela Colombia, pela Italia, pela Suissa, pelo Haïti.